MEMÓRIAS DE BRAGANÇA

Coordenação
Fernando de Sousa

Autores

Bruno Rodrigues
Cátia Ferreira
Diogo Ferreira
Fernando de Sousa
Filomena Melo
José Augusto de Sotomayor-Pizarro
Luís Alexandre Rodrigues
Maria da Graça Martins
Paula Barros
Ricardo Rocha
Virgílio Tavares

CEPESE

A
Francisco Manuel Alves
José de Castro
Virgílio Taborda

três dos autores
mais importantes
para o conhecimento
da história de Bragança

ÍNDICE

15 Introdução

I Parte

21 1 . Génese e importância das *Memórias de Bragança*
21 1.1. O autor das *Memórias de Bragança*
22 1.2. Estrutura das *Memórias de Bragança*
27 1.3. Importância das *Memórias de Bragança*
27 1.3.1. O texto de Cardoso Borges correspondeu às solicitações da Academia da História?
29 1.3.2. As *Memórias de Bragança* são originais, rigorosas e autênticas? Obedeceram ao "culto da verdade", como pretendia a Academia?
35 1.3.3. As "Memórias" de Bragança são idênticas às "Memórias" de Vila Real e de Chaves?

38 2 . Bragança em 1721 – Estruturas político-administrativas, fiscais, militares e eclesiásticas
39 2.1. O concelho de Bragança e sua administração
44 2.2. Privilégios, festas e rendimentos da Câmara de Bragança
46 2.3. Ouvidoria de Bragança
47 2.4. Juízo do Almoxarifado da Fazenda Real
50 2.5. Juízo dos Órfãos
50 2.6. Alfândega
51 2.7. Organização Militar
51 2.8. Organização eclesiástica

53 3 . A Economia de Bragança em 1721

56 4 . A Sociedade de Bragança em 1721
56 4.1. Nobreza
57 4.2. Clero
58 4.3. Povo

59 5 . Para uma história da arqueologia de Bragança

61 6 . Para uma história da arte e do urbanismo de Bragança

71 7 . Para uma história das mentalidades
72 7.1. Confrarias e irmandades
72 7.2. Festividades e cerimónias religiosas
73 7.3. Milagres
76 7.4. A imagem de Bragança através de Cardoso Borges – entre a tradição e a razão

81 Conclusão

84 Notas

II Parte

87 **As *Memórias de Bragança* – do original à transcrição**

89 **As *Memórias de Bragança*, de José Cardoso Borges**

93 **Parte I – Descrição Topográfica da Cidade de Bragança**

93 **Notícia 1.ª**

101 **Notícia 2.ª | Dividida Bragança em três partes, castelo, cidade e forte, principiando da primeira, se dá [notícia] da milagrosa imagem de Nossa Senhora do Sardão, padroeira da mesma cidade, da sua colegiada e catálogo dos seus priores**

110 **Notícia 3.ª | Da fundação do castelo, desvanecendo outras que dele há menos verdadeiras, com o catálogo dos seus alcaides-mores**

124 **Notícia 4.ª | Dos Paços da Câmara, festas que soleniza por voto, suas rendas e regalias**

131 **Notícia 5.ª | Das igrejas, mosteiros e capelas que estão na cidade e suas fundações**

160 **Notícia 6.ª | Do Forte de S. João de Deus**

161 **Notícia 7.ª | Das ermidas que estão fora da cidade**

166 **Notícia 8.ª | Das fontes**

167 **Notícia 9.ª | Dos mosteiros, colégios, hospícios e outras igrejas que esta cidade teve**

181 **Parte II – Genealogia das Famílias Nobres**

181 **Notícia 10.ª | Dos Solares de Bragança**

205 **Notícia 11.ª | Dos Morgados**

233 **Notícia 12.ª | Ferreiras de Bragança que trazem origem da casa de Cavaleiros**

248 **Notícia n.º 13 | Ferreiras da Torre de Moncorvo**

251 **Parte III – Origens da cidade de Bragança**

251 **Notícia 14.ª | Dos progressos da cidade de Bragança do tempo da sua fundação até ao conde Henrique**

294 **Advertências às notícias que tenho dado**

300 **Notas ao texto manuscrito de José Cardoso Borges**

303 Fontes e Bibliografia
309 Abstract
323 Sobre os autores
329 Índice analítico

Em pouco mais do que uma década, o município de Bragança desenvolveu uma produção bibliográfica e cultural de destaque, considerando no âmbito das políticas de gestão a necessária melhoria do estudo e compreensão da importância histórica e a razão de ser próprias de Bragança. Assumimos pois, como orientação política, tendo em vista construir um futuro melhor e de maior sustentabilidade, ir ao encontro do passado, salvaguardar elementos essenciais nos quais se alicerçam as memórias, aumentar o conhecimento das nossas raízes e a compreensão dos valores fundamentais que sustentaram o percurso de povos que ao longo de milénios habitaram nestas terras e nos transmitiram um vasto legado histórico.

São muitos os estudos de investigação sobre Bragança e a Região. Não podendo referir todos, há pelo menos três que os melhores autores citam como referências obrigatórias para todos os investigadores: *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança*, de Francisco Manuel Alves; *Bragança e Miranda*, de José de Castro; *Alto Trás-os-Montes – Estudo Geográfico*, de Virgílio Taborda.

Muitos outros estudos têm sido editados, o município superou já as três dezenas e, de entre estes e outros, destaco: *Os Bragançãos – História Genealógica de uma Linhagem Medieval (séculos XI e XIII)*, de Soares Machado; *Bragança um Olhar sobre a História*, vol. I e II, de diversos investigadores; *Bragança Marca a História, a História Marca Bragança*, de diversos investigadores; *História da Indústria das Sedas em Trás-os-Montes*, de Fernando Sousa; *Bragança no S*éculo XVIII, *Urbanismo e Arquitectura*, de Luís Alexandre Rodrigues; *Pastorais dos Bispos de Miranda do Douro e Bragança*, de Carlos de Oliveira; e *As Freguesias do Distrito de Bragança nas Memórias Paroquiais de 1758*, da Universidade do Minho.

A principal razão de ser desta primeira edição das *Memórias de Bragança*, a mais importante fonte da História de Bragança até ao século XX, deve-se ao Professor Fernando de Sousa, que frequentemente me

referia constituírem as *Memórias de Bragança*, elaboradas por José Cardoso Borges no período de 1721 a 1724, uma fonte histórica de elevado valor, insubstituível e de consulta obrigatória para os investigadores que se debrucem sobre a história da cidade, sendo que os mais destacados historiadores o têm feito, sensibilizando-me para a importância de os investigadores e cidadãos em geral disporem desta valiosa fonte devidamente organizada em termos temáticos, cronológicos e em português atual.

Trabalho notável, elaborado por José Cardoso Borges, homem culto, escrivão da Câmara Municipal e que aceitou do Senado da Câmara de Bragança a tarefa de reunir todas as notícias que constassem do arquivo municipal, para as enviar à Academia Real da História, conforme ordem escrita de D. João V. Evidenciou elevada preparação para a importante missão a que D. João V conferiu âmbito nacional, memoriais que se constituíram como os primeiros inquéritos sistematizados para o território continental.

José Cardoso Borges não se limitou ao arquivo municipal, consultou obras de arquivos de instituições de referência, o que lhe permitiu assegurar elevada autenticidade à valiosa informação que enviou à Academia Real da História. Acentuou no conjunto das notícias enviadas, a forte identidade e o prestígio de Bragança no contexto do Reino, pelo carácter excecional das suas origens míticas, pela presença significativa de ordens religiosas, pela vida cultural própria e pela ligação à Casa de Bragança e à fundação do Reino de Portugal. Deixou outras abordagens de fora, situações sociais e políticas que enfraqueciam alguns setores da sociedade brigantina, sendo que os relatos positivos efetuados antecedem um período de afirmação de Bragança que, na segunda metade do século XVIII, era a maior e mais rica cidade da região, apesar de ter sido devastada no ano de 1711 e de nos anos de 1756-1763 ter sofrido nova agressão espanhola.

O Professor Catedrático Fernando de Sousa, investigador de referência em particular sobre os territórios de Trás-os-Montes, tem sabido agregar à volta do CEPESE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade, um grupo de investigadores, no qual se incluem alguns de Bragança, incentivando-os, proporcionando oportunidades e entusiasmo para que o conhecimento social e económico da Região se estruture em bases científicas sólidas; por isso o município tem confiado ao CEPESE este e outros trabalhos, como seja *Bragança Contemporânea*, em elaboração, período da história que o Professor Fernando de Sousa me referiu ser necessário aprofundar e que, conjuntamente com a *Bibliografia do Distrito de Bragança*, de Hirondino Fernandes, em fase de edição, se constituirão como novas fontes de consulta obrigatória que valorizam o trabalho editorial do município, para que o passado, o presente e o futuro continuem a dignificar Bragança.

António Jorge Nunes

Presidente da Câmara Municipal de Bragança

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

Gravura de Vieira Lusitano alusiva à criação da Academia Real da História Portuguesa

No século XVIII, o Iluminismo, ou movimento das *Luzes*, em Portugal, como por toda a Europa, suscitou, no domínio da história, uma nova mentalidade racionalista, assente no culto das fontes e do rigor cronológico, assim como na valorização das ciências auxiliares da história, com especial relevo para a arqueologia e a epigrafia.

Em oposição à historiografia seiscentista, clerical, panegírica e fabulosa, surgia, agora, uma história laica, mais crítica e erudita, mais fundamentada nos documentos, que, além dos tradicionais aspetos políticos, religiosos e militares, pretendia, ainda, ter em consideração a economia e a sociedade.

Certas instituições, em ordem à elaboração de uma história que obedecesse a tais princípios, vão dedicar especial interesse à recolha, inventariação e publicação das fontes, dos "monumentos", uma vez que só estes podiam fornecer uma base científica ao conhecimento do passado, mas também às "notícias" ou "descrições" das principais vilas e cidades dos reinos, de forma a obter-se um conhecimento mais rigoroso das terras e das gentes, que os reis e os Governos, até então, não possuíam.

Em 1720, na sequência desse vasto movimento europeu de renovação cultural e científica, que levou à criação de numerosas academias, sob inspiração da Academia Francesa, fundada em 1635 por Richelieu, e da Real Academia Espanhola, nascida em 1713, surgiu, em Portugal, a *Academia Real da História Portuguesa* (precedendo, assim, em 15 anos, a Real Academia de História da Espanha), com a finalidade de "estudar e escrever a história eclesiástica destes reinos e depois tudo o que pertencer a toda a história deles, e de suas conquistas" [1]. O propósito da Academia da História era, pois, a elaboração de "uma e outra história", de uma história "monumental" de Portugal.

Logo em 1721, em ordem à prossecução de tal objetivo, a Academia Real da História Portuguesa enviou cartas régias às autoridades civis e eclesiásticas do Reino, acompanhadas de *interrogatórios* ou *memoriais*, os quais estão na origem dos primeiros inquéritos sistematizados efetuados em Portugal à escala nacional.

Em virtude de tais determinações, as câmaras, com maior ou menor zelo, procuraram compilar, sob a forma de *relações* ou *notícias*, as informações que puderam alcançar, a partir dos arquivos e cartórios municipais, mas também da observação direta, a fim de, posteriormente, as enviarem à Academia.

Por outro lado, seguindo idênticas instruções, os prelados diocesanos e respetivos cabidos enviaram aos seus párocos, cópias dos questionários da Academia, a fim de aqueles, em obediência a tais modelos, comporem as *informações, relações* ou *notícias* da sua respetiva freguesia.

Assim se compreende a existência de tais fontes que, embora obedecendo a um mesmo propósito, e revelando-se, em determinados momentos, complementares, são, por vezes, de natureza diversa, uma vez que resultam de interpretações que nem sempre respeitaram os inquéritos recebidos[2].

Em 1721, D. João V enviou uma carta ao Senado da Câmara de Bragança, ordenando que se remetessem à Academia Real da História todas as *notícias* que constassem do arquivo municipal.

Carta Régia

Retrato de D. João V

Ordenando às Câmaras do Reino, deem, para uso da Real Academia da História Portuguesa, as notícias necessárias, e que tiverem nos seus cartórios.

Juiz, vereadores e procuradores da Câmara da vila de……Eu El-Rei vos envio muito saudar: tenho resoluto que se escreva a História Eclesiástica deste Reino, e suas Conquistas, e depois desta, outra que contenha as ações políticas militares dos senhores reis destes Reinos, e da Nação Portuguesa, para o que fui servido instituir uma Academia, debaixo da minha proteção, à qual é precisão se lhe deem de todos os arquivos e cartórios as notícias, que devem e podem servir a uma e outra História, e assim vos ordeno, que logo que receberdes esta minha carta, façais com toda a exação e brevidade as diligências que se contêm na

memória inclusa, e sobre esta matéria assim vós, como os vereadores que vos sucederem respondereis a tudo o que vos perguntar o conde de Villar-Maior, secretário das conferências, que mandei estabelecer para a composição desta História: para o que mandareis registar esta carta nos livros dessa Câmara. Escrita em Lisboa Ocidental a onze de janeiro de mil setecentos e vinte um. REI.

(António Joaquim de Gouveia Pinto, *Resumo cronológico de vários artigos de legislação pátria*. Lisboa, 1818)

A fim de dar cumprimento a esta ordem, a Câmara nomeou José Cardoso Borges, sargento-mor de Bragança, escrivão da Câmara Municipal da mesma cidade e fidalgo da Casa Real, o qual, logo passou a recolher, no cartório do município, a documentação relativa à história da cidade. Cardoso Borges, porém, foi desenvolvendo esse trabalho, solicitando ainda as mais diversas informações a portugueses e espanhóis, no sentido de esclarecer as dúvidas que lhe surgiam. O seu labor, que se desenvolveu entre 1721 e 1724, acabou por dar origem a um conjunto de "notícias" sobre Bragança, que designamos por *Memórias de Bragança*, as quais, agora, pela primeira vez se publicam.

Este trabalho, que agora apresentamos, não se limita a publicar as *Notícias* ou *Memórias de Bragança*. Tornava-se necessário, com efeito, para além da explicação da sua génese, chamar a atenção para a sua importância no contexto da época, e para os principais temas abordados pelo texto de Cardoso Borges, em ordem à sua melhor inteligibilidade e compreensão do seu caráter inovador.

Por outro lado, estas *Memórias*, pelo simples facto de constituírem, fundamentalmente, uma compilação de *notícias*, nem sempre conseguiram ordenar, cronológica ou tematicamente, a variada informação que regista – para já não falarmos nas "advertências" que surgem no final –, e que atentam contra a leitura global do códice manuscrito.

Finalmente, não podíamos deixar de chamar a atenção para os aspetos mais importantes da Bragança setecentista…desse burgo trasmontano, onde todos os habitantes se portavam "com luzimento", "todos de espírito altivo e generoso, de claro engenho", sendo os homens propensos ao serviço militar – o mesmo "foi nascer honrados que ser soldados" – e as mulheres de honestidade irrepreensível – não se esquecendo Borges de mencionar que se referia ao sexo feminino "bem alinhado".

Por tais motivos, resolvemos elaborar um estudo introdutório às *Memórias de Bragança*, no qual, para além da análise crítica desta excepcional fonte, iremos abordar a população, a organização político-administrativa, militar e eclesiástica, a economia, a sociedade, os vestígios arqueológicos do concelho – uma vez que esta fonte, em atenção à proteção que a Academia passou a dar aos monumentos arqueológicos, revela-se, sob este aspeto, pioneira –, a estrutura urbana, e, finalmente, as mentalidades.

Assim, o trabalho que agora se publica encontra-se dividido em duas partes, a primeira que diz respeito ao estudo introdutório que acabamos de referir, e a segunda contendo a transcrição do manuscrito de José Cardoso Borges, precedida de uma nota explicativa dos critérios de transcrição e adaptação do texto original.

Seguem-se as fontes e bibliografia consultadas para a elaboração deste trabalho, um resumo da obra em inglês, e um índice analítico de carácter essencialmente toponímico e antroponímico, indispensável numa obra desta natureza, dada a riqueza e diversidade, a este nível, que Cardoso Borges imprimiu ao seu manuscrito, onde apresenta detalhadas genealogias e a descrição geográfica e topográfica da cidade de Bragança.

Resta-nos agradecer a todos aqueles que, com as suas achegas e críticas, contribuíram para este trabalho, nomeadamente à dra. Ana Cristina Almas e ao professor José Marques.

Finalmente, um agradecimento muito especial ao Presidente da Câmara Municipal de Bragança, engenheiro Jorge Nunes, pelo patrocínio que concedeu ao CEPESE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade, e que tornou possível este trabalho, a demonstrar, mais uma vez, que, na sua política de renovação e modernização da cidade, desenvolvida ao longo dos seus mandatos, nunca descurou a matriz cultural, de forma a reforçar a identidade desta cidade lidimamente portuguesa, mas cada vez mais europeia.

I PARTE

1. GÉNESE E IMPORTÂNCIA DAS *MEMÓRIAS DE BRAGANÇA*

Em ordem a uma melhor compreensão das origens e importância das *Memórias* da Bragança setecentista, iremos abordar o autor das mesmas, a sua estrutura e efetuarmos uma análise comparativa entre esta descrição de Bragança e as notícias de Chaves e Vila Real, produzidas também nos mesmos anos.

1.1. O AUTOR DAS *MEMÓRIAS DE BRAGANÇA*

José Cardoso Borges era natural da cidade de Miranda do Douro, onde nasceu em 1674 ou 1675, passando a viver desde "tenra idade" em Bragança, como ele próprio refere na *Descrição*, cidade em que tinha já ascendentes pelo lado materno. Filho de Francisco Borges Barreiros, natural de Miranda, e de Ana Rodrigues – "cristãos velhos de sangue limpo, sem raça alguma de cristãos novos, mouro, mulato ou de outra infecta nação, ou novamente convertidos à nossa sagrada fé, sem haver fama ou rumor do contrário" –, casou em Bragança com Clara Maria de Figueiredo Sarmento, filha de António Figueiredo Sarmento, coronel de infantaria, governador de Bragança e dela natural, entroncando, assim, num dos ramos mais ilustres das famílias brigantinas.

Foi sargento-mor de Bragança e seu distrito, escrivão da Câmara Municipal desta cidade, fidalgo da Casa Real, genealogista, e síndico do Convento de São Francisco da cidade.

Comprou as "fazendas" que em Portugal possuía o Mosteiro leonês (Sanabria) de São Martinho de Castanheira e instituiu um morgadio em Bragança, com sua mulher, em 5 de novembro de 1706, administrado apenas por ele, em 1721, por morte de sua mulher.

Terá escrito, ainda, em 1740, a Árvore Genealógica da Família dos Figueiredos da Quinta de Arufe[3].

Faleceu em Bragança a 26 de Janeiro de 1745, com 70 anos de idade, tendo sido enterrado na Igreja de São Francisco. Dois anos mais tarde, passou a figurar na galeria de autores da *Biblioteca Lusitana*, onde Diogo Barbosa Machado caracteriza Cardoso Borges como um homem aplicado "ao estudo da História secular e eclesiástica", que escrevia "com estilo corrente e suma indagação".

Armas do bispo D. João de Sousa Carvalho
(desenho de José Cardoso Borges)

Casa de Cardoso Borges, em Bragança

O manuscrito da *Descrição* ou *Memórias de Bragança* não está assinado, nem o autor declara abertamente qual o seu nome. Porém, as páginas do códice fazem-no indiretamente e são pródigas em dizer muito mais sobre o seu autor. Sigamos o texto para que nos revele o autor e, através do autor, tentemos compreender melhor este texto.

Na época em que escreveu – 1721-1724 –, o autor é um homem com mais de 40 anos, viúvo, com cinco filhos adultos, dos quais três rapazes – Francisco Bernardo de Figueiredo Sarmento e José Sarmento de Figueiredo, que se viriam a formar em leis e a seguir a magistratura, e Bento José de Figueiredo –, ainda solteiros, e duas raparigas que haviam ingressado num mosteiro de Bragança. Em duas passagens refere episódios de infância ocorridos com dois dos seus filhos, Bento José de Figueiredo e Maria Josefa Gertrudes, indicando até que esta última era educanda no Mosteiro da Conceição. Os mesmos nomes constam, mais adiante, entre os cinco filhos de José Cardoso Borges, coincidindo também os dados relativos ao estatuto da filha. Assim, embora não o declarando, nesta ou noutra passagem, infere-se que é este, José Cardoso Borges, o autor do manuscrito, e este o seu contexto familiar, à época em que escreve – um homem piedoso, de uma forte religiosidade, para quem Bragança é a sua pátria.

1.2. ESTRUTURA DAS *MEMÓRIAS DE BRAGANÇA*

O códice manuscrito escrito por José Cardoso Borges tem sido referenciado por diversos autores com o título de *Memórias de Bragança*. Na sua lombada exibe a indicação de *Notícias de*

Bragança por Borges. Francisco Manuel Alves diz que "o seu verdadeiro nome" é *Descrição Topográfica e Histórica da Cidade de Bragança*. Mas, no seu primeiro fólio, o trabalho de Borges diz apenas tratar-se da *Descrição Topográfica da Cidade de Bragança*, expressão que não identifica com rigor o trabalho em questão, uma vez que não nos dá somente um retrato da cidade, exato e minucioso, como se poderia supor – daí Francisco Manuel Alves ter acrescentado ao título que consta da primeira "notícia" o termo "histórica". A designação de *Memórias de Bragança* é, na verdade, aquela que melhor exprime o seu conteúdo, e se revela mais inequívoca, para não se confundir com as "notícias", expressão que Cardoso Borges utiliza para dividir o seu texto.

Estas *Memórias de Bragança* foram escritas, conforme o texto indica – "ano passado de 1721" e, mais adiante, "neste ano de 1722" e "em este ano de 1724" –, entre 1721-1724. Cardoso Borges insere no final, sob a designação de "advertências às notícias que tenho dado", algumas adendas e corrigendas, que lhe permitiram aumentar, corrigir, esclarecer alguns aspetos da sua descrição, pequenos textos que são de 1722-1723, alguns dos quais decorrem de perguntas que lhe colocam a Academia Real da História, ou frei Fernando de Abreu, como Francisco Manuel Alves sugere, encarregado de escrever a História do Bispado de Miranda, mas do qual saiu apenas, em 1721, o pouco rigoroso *Catálogo dos Bispos de Miranda* – as "notícias" da cidade de Miranda do Douro, cometidas a Manuel de Matos Botelho, abade de Duas Igrejas como Cardoso Borges refere, não terão sido escritas. E a "notícia" 14.ª, sobre as origens de Bragança, é de 1724.

O códice destas *Memórias*, existente na Biblioteca Nacional, secção de Reservados, integrando a Coleção Pombalina com o n.º 248 e que nesta obra vai transcrito, não constitui uma versão final de Cardoso Borges, como podemos ver, já pelas "advertências" nele inseridas, já pela análise dos textos que constituem as diferentes "notícias" ou partes da sua *Descrição* ou *Memórias*.

Estrutura das Memórias de Bragança, tal como aparece no códice manuscrito

Notícia 1.ª – Localização; fundação e armas da cidade; produções; população da cidade; apelidos da nobreza; fábrica da seda; caraterização dos bragançanos; enumeração dos conventos, hospitais; Misericórdia; Igreja de São Vicente; capelas e ermidas; praça de armas; catálogo dos governadores de Bragança; praças da cidade; governo civil; comarca eclesiástica.

Notícia 2.ª – Divisão da cidade em três partes; notícia da Nossa Senhora do Sardão, padroeira da cidade; Igreja e Colegiada de Santa Maria; catálogo dos priores e beneficiados.

Notícia 3.ª – Castelo e catálogo dos alcaides-mores.

Notícia 4.ª – Paços da Câmara, festas que soleniza, rendas e regalias.

Notícia 5.ª – Igrejas; conventos; mosteiros e capelas da cidade; Misericórdia.

Notícia 6.ª – Forte de S. João de Deus.

Notícia 7.ª – Ermidas fora da cidade.

Notícia 8.ª – Fontes.

- Ferreiras de Torre de Moncorvo.

- Texto sobre a evangelização da Espanha, São Paulo e Santiago; inscrições de "pedras antigas".

Notícia 9.ª – Ruas, mosteiros, colégios, hospitais, hospícios e outras igrejas que Bragança teve; uma pequena digressão sobre a cidade de Miranda (a que alude numa breve nótula, para explicar a etimologia deste topónimo a pedido de um seu contemporâneo, frei Fernando de Abreu, que pretendia este esclarecimento).

Notícia 10.ª – Solares de Bragança, Chacim, Mascarenhas e Morais.

Notícia 11.ª – Morgados.

Notícia 14.ª – Evolução da cidade de Bragança desde a sua fundação até ao conde Henrique – origens, período romano, suevos, conquista muçulmana e reconquista cristã.

- Ferreiras de Bragança, Senhores de Pedraça, Senhores de Ampudia.

- Advertência às notícias que forneceu, outras notícias relativas a factos já referidos, lembranças de emendas e de outros factos e informações entretanto recolhidos, explicação do tributo das oitavas e sacadas; judeus; notícia de uma "horrível tempestade" que se abateu sobre Bragança, isto é, esclarecimentos que Cardoso Borges dá a perguntas que lhe fizeram, muito provavelmente da Academia.

Como se vê, através do seu conteúdo, as *Memórias de Bragança* não se reduzem apenas à descrição da cidade de Bragança e muito menos a uma "descrição topográfica", a qual terá servido de título inicial para as primeiras nove "notícias", mas que não abrangeu de todo as restantes "notícias" que Cardoso Borges enviou à Academia sobre as famílias nobres e as origens de Bragança, e sobre dois temas mais, como iremos ver, razão pela qual acabámos

por não optar pela designação de "Notícias de Bragança" (uma vez que a expressão não traduz as 14 notícias enviadas à Academia), mas sim *Memórias de Bragança*, que passam a abranger deste modo todas as "notícias" ou partes do seu texto.

Através da análise desta estrutura, rapidamente se chega à conclusão de que as *Memórias*, *Notícias* ou *Descrição* de Bragança, de Cardoso Borges, tal como aparecem, não constituem um texto acabado, com sequência lógica. Pelo contrário, parece ter sido constituído avulsamente, e corrigido ou aumentado na sua parte final, em função das perguntas colocadas por algum membro da Academia Portuguesa de História ou de investigações entretanto desenvolvidas pelo seu autor, o qual escreveu a várias entidades e pessoas para esclarecer dúvidas e obter novas informações.

Por outro lado, verificamos que no códice original faltam as notícias 12.ª e 13.ª, a demonstrar que, ou foram mandadas à Academia e desapareceram, ou Cardoso Borges tinha a intenção de as redigir, e por qualquer razão acabou por não as enviar àquela Instituição.

A primeira hipótese é a mais provável. Podemos até afirmar que as duas notícias em falta destinavam-se a dois temas que, lamentavelmente não vieram a integrar as *Memórias de Bragança*, ou seja, a "notícia dos varões ilustres", a que se refere Cardoso Borges na "notícia" 8.ª e nas advertências finais, dizendo que as tinha enviado; e a "notícia" dos lugares do termo de Bragança, que provavelmente terão sido remetidos igualmente à Academia, uma vez que, no texto, há uma referência a tal propósito.

Como é que se justificam, assim, tais lacunas e a desorganização temática, demasiado evidente ao consultar-se o códice das notícias de Bragança? A explicação é simples. A Academia de História recomendou nos questionários que destinou às diversas entidades, nomeadamente às Câmaras, que enviassem as notícias logo que estivessem prontas ou fossem recolhidas. Cardoso Borges assim procedeu quanto às diferentes "notícias" que foi escrevendo ou compilando. As primeiras, efetivamente, eram de natureza geográfica, "topográfica", mas as últimas acabaram por extravasar tal desiderato.

Essas "notícias", recebidas pela Academia, acabaram por ser compiladas, mais tarde, num único códice, arrumando e agrupando, sem critério, aquelas, o que deu origem ao carácter heterogéneo das *Memórias de Bragança*.

Houve, assim, necessidade de, sem aumentar ou retirar nada ao texto original, reconstituir o texto de Cardoso Borges, dar-lhe uma estrutura inteligível, reintegrar partes desgarradas do texto do códice nos seus lugares próprios, de forma a evitar que o investigador ou leitor não se perca na consulta ou leitura destas *Memórias de Bragança* – e não se faça justiça ao labor a todos os títulos meritório deste historiador por dever de ofício. Aliás, o próprio Cardoso Borges escreve "que se deve acrescentar e emendar nas … notícias que tenho remetido".

De qualquer modo, todas as interpolações ou mudanças do texto serão devidamente assinaladas.

Tendo em atenção tudo quanto foi dito, o códice das *Memórias de Bragança*, nesta publicação, vai ter a seguinte estrutura.

Estrutura das Memórias de Bragança como aparece nesta edição

Notícia 1.ª – Localização; fundação e armas da cidade; produções; população da cidade; apelidos da nobreza; fábrica da seda; caraterização dos bragançanos; enumeração dos conventos, hospitais; Misericórdia; Igreja de São Vicente; capelas e ermidas; praça de armas; catálogo dos governadores de Bragança; praças da cidade; governo civil; comarca eclesiástica.

Notícia 2.ª – Divisão da cidade em três partes; notícia da Nossa Senhora do Sardão, padroeira da cidade; Igreja e Colegiada de Santa Maria; catálogo dos priores e beneficiados.

Notícia 3.ª – Castelo e catálogo dos alcaides-mores.

Notícia 4.ª – Paços da Câmara, festas que soleniza, rendas e regalias.

Notícia 5.ª – Igrejas; conventos; mosteiros e capelas da cidade; Misericórdia.

Notícia 6.ª – Forte de S. João de Deus.

Notícia 7.ª – Ermidas fora da cidade.

Notícia 8.ª – Fontes.

Notícia 9.ª – Ruas, mosteiros, colégios, hospitais, hospícios e outras igrejas que Bragança teve; uma pequena digressão sobre a cidade de Miranda.

Notícia 10.ª – Solares de Bragança, Chacim, Mascarenhas e Morais.

Notícia 11.ª – Morgados.

[Notícia 12.ª] – Os Ferreiras de Bragança, Senhores de Pedraça e Senhores de Ampudia (que saem da notícia 14.ª).

[Notícia 13.ª] – Os Ferreiras de Torre de Moncorvo (que saem da notícia 8.ª).

Notícia 14.ª – Evolução da cidade de Bragança desde a sua fundação até ao conde Henrique – origens, período romano, suevos, conquista muçulmana e reconquista cristã. Texto sobre a evangelização da Espanha, São Paulo e Santiago e das inscrições as “pedras antigas”.

Tendo em atenção as "notícias" em que estas *Memórias* se dividem, podemos agrupá-las em três grandes temas, a saber: a *descrição topográfica da cidade de Bragança*, que abrange as primeiras nove notícias; a *genealogia das famílias nobres*, tratada em quatro notícias; e as *origens da cidade de Bragança,* que diz respeito à última notícia.

Todas as correções, esclarecimentos e outras notícias que Cardoso Borges regista na parte final do códice manuscrito, sempre que possível, foram inscritas no capítulo que lhes compete, devidamente identificadas como já dissemos.

1.3. IMPORTÂNCIA DAS *MEMÓRIAS DE BRAGANÇA*

Apresentada a *Descrição* de Cardoso Borges e explicitada a metodologia que seguimos quanto à sua publicação, vem a talhe de foice tecer algumas considerações quanto à sua real valia. Qual a importância desta fonte setecentista?

Para respondermos a esta questão importa analisar esta obra em três planos, isto é:

- verificar até que ponto o texto de Cardoso Borges correspondeu àquilo que a Academia pedia;
- criticar e avaliar o conteúdo das suas informações, a sua autenticidade e originalidade;
- proceder à análise comparativa das "notícias" de Bragança com as "notícias" de Vila Real e as "notícias" de Chaves, todas elas escritas entre 1721-1724 e com os mesmos objetivos, a pedido da Academia Real da História.

1.3.1. O TEXTO DE CARDOSO BORGES CORRESPONDEU ÀS SOLICITAÇÕES DA ACADEMIA DA HISTÓRIA?

Em sessão de 5 de janeiro de 1721, a Academia Real da História aprovou o texto dos cinco questionários relativos às informações a solicitar aos prelados diocesanos, cabidos, ordens religiosas, câmaras e provedores das comarcas do Reino (ou seja, três a autoridades religiosas e dois a autoridades civis), com o objetivo de se poder exercer "uma completa História de Portugal, eclesiástica e secular", de forma a "purificar da menor sombra de falsidade a narração dos sucessos pertencentes a uma e outra História, e investigar aqueles que a negligência tem sepultado nos arquivos", tudo em obediência "ao culto da verdade".

O que é que a Academia solicitava através daqueles questionários? Ignorando os inquéritos de natureza eclesiástica que não importam para este trabalho, vejamos o que é que foi pedido às Câmaras Municipais e aos provedores das comarcas.

Às Câmaras das cidades ou vilas de Portugal pedia-se para:

- enviar o traslado do livro em que estavam lançados os títulos dos livros e papéis que se encontravam no seu cartório (que não existiam, na maior parte delas, como sabemos);

- avisar se alguns desses documentos eram “dificultosos de ler”, para a Academia indicar alguém que soubesse lê-los;
- dar notícia das aldeias do termo, com o número de vizinhos e outras coisas notáveis, e referir se nalgumas delas existiam papéis, pergaminhos, privilégios ou doações;
- dar notícias de pessoas curiosas dessa terra que tivessem memórias antigas ou livros manuscritos relativos à história e antiguidade da mesma;
- dar notícias dos votos e procissões que a Câmara fazia;
- enviar tais notícias ao secretário da Academia de História à medida que estivessem prontas ou fossem recolhidas, não esperando que estivessem “todas juntas”.

Com idênticas recomendações, a Academia solicitava dos provedores das comarcas:

- que enviassem um inventário de todas as instituições de morgados, capelas, confrarias, irmandades, hospitais e mais legados, e lugares pios da sua jurisdição;
- que enviassem o traslado, “com grande cuidado”, dos letreiros dos romanos, godos ou mouros, copiando as letras legíveis;
- que procurassem saber da existência de livros manuscritos que tivessem “epitáfios e outros letreiros de Portugal, para se copiarem”;
- que informassem o nome das pessoas “curiosas” que tivessem notícias e memórias antigas, ou livros manuscritos, relativos à História dos lugares e aldeias da sua comarca, e se nestes últimos existiam antiguidades notáveis.

Dos provedores que entravam na comarca de Bragança, ou seja, os provedores de Guimarães, Miranda e Torre de Moncorvo, só o de Guimarães nos deixou umas memórias, excelentes aliás, datadas de 1726, sobre a sua provedoria de Guimarães, na parte que diz respeito à província de Entre Douro e Minho[4] – ignorando, assim, os concelhos da comarca de Bragança que pertenciam a Trás-os-Montes e em que exercia a sua jurisdição. Do provedor de Miranda, que entrava em Bragança, não temos qualquer notícia, sabendo, muito provavelmente, que Cardoso Borges se encontrava a tratar desta cidade. E o mesmo acontece quanto ao provedor de Moncorvo, que também exercia a sua jurisdição num dos concelhos da comarca de Bragança.

Para Bragança, assim, apenas dispomos das *Memórias* que agora se publicam. Corresponderam elas aos quesitos da Academia? Não e sim. Embora contendo alguns dos temas que faziam parte dos inquéritos da Academia, assumiram uma feição original, incorporando aspetos que pertenciam às Câmaras e aos provedores, e ignorando outros.

Assim, tendo em atenção o que já referimos, não tratam do termo ou “distrito” de Bragança, não referindo as suas freguesias, a sua arrumação por “ramos”, a sua população e outras coisas notáveis como era pedido – apenas indicam os lugares do concelho de Bragança em que Cardoso Borges soube existirem inscrições epigráficas.

Este escritor não referiu as pessoas que possuíam memórias ou livros manuscritos quanto à história do município de Bragança, como também não nos aparecem as biografias dos "varões ilustres", apesar de terem sido escritas por ele. Deu notícia, isso sim, dos votos e procissões que eram da responsabilidade da Câmara.

Mas, por outro lado, invadiu outras áreas reservadas aos provedores e prelados diocesanos, dando conta dos morgados, capelas, confrarias, hospitais e Misericórdia existentes em Bragança; copiando as inscrições epigráficas de que teve conhecimento existentes no município; e informando quanto aos conventos, mosteiros, colégios, hospícios, igrejas e ermidas da cidade [5].

1.3.2. AS *MEMÓRIAS DE BRAGANÇA* SÃO ORIGINAIS, RIGOROSAS E AUTÊNTICAS? OBEDECERAM AO "CULTO DA VERDADE", COMO PRETENDIA A ACADEMIA?

Cardoso Borges revelou particular cuidado na composição das suas "notícias", demonstrando uma erudição invulgar para o seu tempo e um certo espírito crítico, o que não o impede de valorizar, por vezes panegiricamente, a cidade e os seus habitantes, e de conceder um espaço significativo à "tradição", assumindo, nessa perspetiva, certas lendas ou mitos como factos indiscutíveis.

A tradição, nas *Memórias* de Cardoso Borges, tem lugar de relevo na explicação das origens de Bragança e na presença e missionação do apóstolo Santiago na cidade.

Ao falar das origens lendárias de Bragança, não se esquece de referir "segundo a tradição geralmente recebida" e de acordo com António Carvalho da Costa e muitos outros autores que "comummente" falam sobre este tema, que Bragança teria sido fundada por Brigo IV, rei de Espanha, 1906 anos antes de Cristo, reedificada no tempo dos romanos, arruinada com os bárbaros e muçulmanos e finalmente povoada por Sancho I em finais do século XII, em virtude dos grandes foros e privilégios que lhe concedeu.

Sob este aspeto, Borges não se afasta dos autores que o antecederam e sucederam, uma vez que, até inícios do século XIX, todos aqueles que escreveram sobre Bragança (alguns, até ao presente) vão manter o mito das origens remotas desta cidade.

Quanto à vinda de Santiago a Bragança, "é constante e firme tradição que o apóstolo Santiago plantou em ela a fé católica". E para isso – explica Borges – não alega muitos escritores que sobre tal assunto falaram, outrossim e tão só "a nossa tradição", uma vez que Bragança se conservava "ilesa há quase mil e setecentos anos" e que se manteve sempre "na mesma fé", uma vez que, apesar da invasão dos mouros, "sempre ficou povoada" e católica, graças à "pregação de Santiago".

Uma das festas solenizadas pela Câmara – observa Borges – é justamente a de Santiago, "que especialmente a tem por sua", observando-se até "que dois anos a esta parte se afervora com mais devoção". Quando o castelo foi novamente construído, a partir do reinado de João I, colocaram num dos seus ângulos umas conchas, "armas ou divisa do sagrado

Altar-mor da Misericórdia de Bragança

apóstolo". E finalmente – remata Borges – Bragança, apenas com mil vizinhos, tem 22 igrejas, capelas e altares dedicados à Maria Santíssima, devoção infundida na cidade com a pregação de Santiago, "especial devoto da Senhora". Tendo alguém advertido Borges de que deveria "descobrir alguma inscrição antiga que fosse monumento da nossa tradição" – muito provavelmente, algum académico que lhe ia colocando questões à medida que recebia as suas "notícias" –, o nosso memorialista respondeu que "o monumento mais sólido da nossa tradição é a mesma tradição e em esta só me fundo".

A "memória" do apóstolo Santiago em Bragança – conclui –, não está gravada nas pedras, mas inscrita nos corações dos fiéis.

A tradição quanto à fundação da cidade e à sua posterior evangelização pelo apóstolo das Espanhas alicerça o discurso político-religioso que emana destas *Memórias*.

Sob o ponto de vista político, Bragança é "uma das cidades mais antigas de Portugal", "uma das mais ilustres solares da Europa", "cidade solar, vantagem que leva a todas as da Monarquia enquanto se dilata o tempo e for Império o que agora é Reino e por esta excelência chegue a ser uma das mais célebres do mundo", uma vez que, forjada por dois heróis, João I e Nuno Álvares Pereira, deu origem à Casa de Bragança e à dinastia de Bragança iniciada com João IV, sem esquecer também que alguns descendentes do primeiro rei de Portugal, Afonso Henriques, "tomaram o apelido de Bragança e lhes pertencem as armas de que primeiro usou" a Sereníssima Casa de Bragança, donatária desta cidade. Isto é, a antiguidade de Bragança, o senhorio de Bragança pela Sereníssima Casa e a dinastia de Bragança, que desde 1640 reinava em Portugal, conferia à cidade que Borges descreveu legitimidade e autoridade para reivindicar um lugar predominante no contexto das cidades de Portugal – e já agora, para acariciar o ego do monarca reinante.

Sob o ponto de vista religioso, a presença do apóstolo Santiago em Bragança, não só colocava a cidade ao nível das cidades hispânicas que reivindicavam tal honra, como era segura caução do seu fervor católico e dos seus habitantes … numa época em que a Inquisição continuava a abater-se, ciclicamente, sobre o nordeste trasmontano e Bragança, a pretexto da perseguição aos judeus e pureza da fé – só na cidade, em 1716, conhecem-se 93 processados; em 1718, 114; e em 1720, 27[6].

Quanto aos judeus, Borges, em resposta a uma pergunta que lhe colocam, refere que na cidade "havia antigamente judeus e tinham sua sinagoga dentro dos muros do castelo", mas tudo isso antes do século XVI. E para que não existam dúvidas, Cardoso Borges sentencia que "se a verdadeira nobreza consiste em tributar louvores a Deus, esta cidade…da sua primeira fundação, teve sempre e nunca perdeu o conhecimento de Deus verdadeiro".

Pago o tributo obrigatório à tradição, à religião e à sociedade bragançana – quem se atrevia a pôr em causa as origens lendárias da cidade e a evangelização de Santiago? – a *Descrição* de Cardoso Borges denuncia, nos outros temas que desenvolve, a nova mentalidade crítica, filha das Luzes ou do Iluminismo, revelando-se de uma atualidade inegável.

A "descrição topográfica" que faz da cidade, dividida em três partes – castelo, urbe e forte –, referindo as fortificações, paço municipal, praças e fontes, bairros, conventos, mosteiros, colégios, igrejas, hospitais, Misericórdia e ermidas, constitui a primeira descrição da cidade e a mais importante fonte da História de Bragança até ao século XX.

É que Cardoso Borges, conhecendo a cidade desde há décadas, pelas funções que exercia e já referimos, para além da observação direta, consultou os fundos documentais existentes no arquivo municipal, noutras instituições ou nas mãos de particulares – Colegiada de Santa Maria, Mosteiro de São Martinho de Castanheda, Torre do Tombo, conventos, casas senhoriais, etc. – transcrevendo ou citando as fontes que autenticam as suas afirmações, serviu-se de fontes arqueológicas para fundamentar a antiguidade de Bragança e contactou os responsáveis pelos diferentes organismos, instituições e ofícios da cidade.

Importa, com efeito, pela sua natureza invulgar, destacar a utilização por José Cardoso Borges de documentos do arquivo do Mosteiro de São Martinho de Castanheda, situado no isolamento de um monte sobranceiro ao lago de Puebla de Sanabria, em território espanhol. Os textos das Inquirições de meados do século XIII sinalizam em variadíssimos apontamentos a posse de muitas propriedades em território nacional pelos monges de São Martinho de Castanheda. A manutenção e prolongamento desses vínculos legais fez com que o mosteiro cisterciense fosse detentor de muitos foros de cereal, de vinho, aves, castanhas e outros produtos em diversas povoações portuguesas situadas entre a fronteira e a região de Bragança. Progressivamente, múltiplas dificuldades e contratempos tornavam a sua cobrança penosa.

A isto havia que acrescentar as despesas do mosteiro, as quais, só com a cobrança, ascendiam a mais de duzentos reais por ano. Em 1705, escrevia-se que essas rendas valiam anualmente novecentos reais em "moneda de vellón", sabendo-se que um real de "vellón" equivalia a trinta e quatro maravedis. Por isso, nesta altura, como se lê em documentos publicados por Arsénio Vidal Rodriguez, já se pensava na alienação dos bens que detinham em Portugal, entre os quais se contava a quinta da Granja, tanto mais que um interessado tinha avançado com uma oferta de trinta mil reais. Diversos trâmites burocráticos e autorizações junto das autoridades civis e religiosas espanholas preparam o processo de venda. Numa escritura datada de 21 de Fevereiro de 1707, a comunidade outorgava poderes ao abade frei Rodrigo Norena e a frei Jerónimo Zuñiga para "que en nuestro nombre y de este Real Monasterio, pudam vender y vendan a Don José Cardoso Borges vecino de la ciudad de Verganza, toda la hacienda que ese monasterio tiene en el reino de Portugal y posee desde inmemorial tiempo a esta parte" pela quantia de trinta mil reais de "vellón". De acordo ainda com Vidal Rodriguez, em 24 de Fevereiro de 1707, na linha raiana definida pela ribeira designada pelos espanhóis "Las Porfias", as mesmas partes, posicionadas respetivamente dentro do seu reino, firmaram o acordo de venda, embora o processo só tenha sido dado como finalizado em 22 de Abril de 1716.

Em clima de conflito motivado pela Guerra da Sucessão, as questões de economia não impediam o relacionamento de José Cardoso Borges, que algumas vezes se fez representar pelos seus filhos, com o mosteiro.

Porém, se algumas vezes os desentendimentos afloraram nessas relações, também será conveniente anotar alguns gestos de deferência da parte de José Cardoso Borges para com os frades e que constavam do envio de caixas de mimosos doces provenientes do convento de Santa Clara de Coimbra, onde uma sua parente era religiosa.

Mas o que se torna importante sublinhar é a utilização que o autor das *Memórias de Bragança* fez dos documentos relativos ao mosteiro espanhol para fundamentar o texto que apresenta às relações do mesmo com o município português.

Ator privilegiado e testemunha esclarecida da Bragança do primeiro quartel do século XVIII, Borges, dotado de uma invulgar cultura e saber para o seu tempo, é, assim, fiel às recomendações da Academia no que diz respeito ao apuramento da verdade.

Embora contemporize e siga, fielmente, quanto às origens de Bragança e ao apóstolo Santiago, os clássicos, os padres e escritores da Igreja, e outros autores mais recentes, que cita abundantemente – Ambrósio de Morales, Caetano Lippomani, Carlos Martel, César Baronio, Dionísio Alexandrino, Estrabão, Eusébio de Cesareia, Flávio Josefo, Floriano de Ocampo, Fuente, Heródoto, Júlio César, Lourenço de Santa Coloma, Mariana de Tago, Platão, Plínio, Ptolomeu, Salazar, Santo Agostinho, Santo Irineu, São Jerónimo, São Tomás, Sócrates, Suetónio, Tácito, Tertuliano, Tito Lívio, Tucídides, Vicente Ferrer, e outros como Abnelacim (?) historiador árabe –, já o mesmo não podemos dizer com os autores portugueses que escreveram sobre a História de Portugal, uma vez que, neste caso, analisa criticamente e refuta com veemência tudo aquilo que considera errado quanto a Bragança.

Cardoso Borges conhece e refere as mais diversas obras de portugueses:

- João de Barros (*Descrição de Entre Douro e Minho*, Lisboa, 1549);
- José Teixeira (*De Portugalliae ortus regni initiis* e *Arbor Genealogica Regnum Portugalliae*, Paris, 1582);
- Bernardo de Brito e António Brandão (*Monarquia Lusitana*, 4 partes, Lisboa, 1597-1632);
- Rodrigo da Cunha (*Catálogo, e História dos Bispos do Porto*, Porto, 1623);
- Agostinho Barbosa (*De officio, et potestate Episcopi tripartita descriptio*, Roma, 1623 – outras edições até 1724);
- Gaspar Estaço (*Várias antiguidades de Portugal*, Lisboa, 1625);
- Luís dos Anjos (*Jardim de Portugal, em que se dá notícia de algumas santas, e outras mulheres ilustres em virtude, as quais nasceram, ou viveram, ou estão sepultadas neste reino e suas conquistas. Recompilado novamente de vários e graves autores*, Coimbra, 1626);
- Rodrigo da Cunha (*História Eclesiástica de Braga com as vidas dos seus Arcebispos, e Varões Santos, e eminentes do Arcebispado*, 2 partes, Braga, 1634-1635);
- Leão de São Tomás (*Beneditina Lusitana, dedicada ao grande patriarca S. Bento*, 2 tomos, Coimbra, 1644-1651);
- Rodrigo Mendes da Silva (*Poblacion General de España, sus trofeos blazones, y conquistas heróicas, descripciones agradables, grandezas notables, excellencias gloriosas y sucessos memorables, etc.*, Madrid, 1645);

- Jorge Cardoso (*Agiológio dos Santos e Varões ilustres em virtude, do Reino de Portugal e suas conquistas*, 4 tomos, Lisboa, 1652-1666);
- Manuel Esperança (*História Seráfica da Ordem dos Frades Menores da Província de Portugal; primeira parte, que contém o seu princípio, e aumento no estado primeiro de custódia*, Lisboa, 1656; *segunda parte, que conta os seus progressos no estado de três custódias, princípio de província*, *e reforma observante*, Lisboa, 1666);
- António de Vilas Boas e Sampaio (*Nobiliarquia Portuguesa Tratado da Nobreza hereditária, e política*, Lisboa, 1676);
- Manuel de Faria e Sousa (*Europa Portuguesa*, 3 tomos, Lisboa, 1676-1680);
- Luís de Meneses, conde de Ericeira (*História de Portugal Restaurado*, 2 tomos, Lisboa, 1679-1698);
- Luís Serrão Pimentel (*Método lusitânico de desenhar as fortificações das praças regulares e irregulares, fortes de campanha e outras obras pertencentes à arquitetura militar, distribuída em duas partes: operativa e qualificativa*, Lisboa, 1680);
- António Peres da Silva (*Cronografia Medicinal das Caldas de Lafões*, 1696);
- Agostinho de Santa Maria (*História da Fundação do Real Convento de Santa Mónica, da Cidade de Goa*, Lisboa, 1699);
- Manuel Fernandes (*Alma instruída na doutrina cristã Tomo I, que contém a doutrina da criação do mundo até o símbolo dos apóstolos*, Lisboa, 1687; *Tomo II, que contém a doutrina e símbolo dos apóstolos, e artigos da fé, até os mandamentos da lei*, Lisboa, 1690. Imprimiu-se póstumo o *Tomo II, que contém os mandamentos da Lei, da Santa Madre Igreja, e obras de Misericórdia*, Lisboa, 1699);
- Fernando da Soledade (*História seráfica cronológica de S. Francisco da Província de Portugal, Tomo III*, Lisboa, 1705);
- António Carvalho da Costa (*Corografia Portuguesa, e descrição topográfica do famoso Reino de Portugal, com as notícias das fundações das Cidades, Vilas, & Lugares, que contém, Varões ilustres, Genealogias das Famílias nobres, fundações de Conventos, Catálogos dos Bispos, antiguidades, maravilhas da natureza, edifícios, & outras curiosas observações*, 3 tomos, Lisboa, 1706-1712);
- Agostinho de Santa Maria (*Santuário Mariano*, 10 tomos, Lisboa, 1707-1723);
- José de Santo António (*Flos Sanctorum Augustiniano, dividido em seis partes: as quatro primeiras tratam dos santos e beatos, que têm dia determinado nos doze meses do ano; a quinta dos santos e beatos, de que se não sabe o dia do seu glorioso trânsito; a sexta dos servos de Deus, que morreram com opinião de santidade*, 2 partes, Lisboa, 1721-1723).

Assim, refuta António Peres da Silva que, na sua *Cronografia Medicinal,* afirmava ser o castelo de Bragança "obra de mouros", quando o castelo fora construído de raiz a partir do reinado de João I. Corrige António Carvalho da Costa, na sua *Corografia*, quando este afirma que as armas do castelo de Bragança pertenciam ao conde de Benavente e que o rei de

Portugal, enquanto duque de Bragança, lhe pagava dois açores por ano, "reduzidos" no seu tempo, a 24 000 réis pagos pelo rendimento das sisas da comarca de Miranda; quando, na verdade, as armas referidas pertenciam aos reis de Portugal e os 24 000 réis constituíam uma tença de que o rei português fizera mercê, em 1568, ao dito conde. O mesmo acontece com Rodrigo da Cunha e Faria e Sousa, a propósito da fundação do Mosteiro de Santa Escolástica, de Bragança. Ou com outros autores, a propósito da ermida de Nossa Senhora do Loreto.

Pormenor do portal principal da antiga Igreja da Companhia de Jesus

Do conjunto das fontes bibliográficas que utiliza, pode inferir-se que facilmente teve acesso a uma boa biblioteca – seguramente, à biblioteca do Convento de São Francisco, de que Cardoso Borges era síndico, ou à "livraria" do Colégio da Companhia de Jesus, se não das duas –, onde recolheu trechos de que se serviu em função do discurso que desenvolve sobre Bragança, escrevendo fluentemente e desenhando com bastante rigor, conhecedor de uma vasta bibliografia, citando abundantemente em latim, português e castelhano.

As *Memórias de Bragança* são, também, únicas quanto à genealogia, uma vez que as "notícias" 10.º e 11.º que dedica aos solares e morgados de Bragança constituem o documento mais credível para o estudo das famílias nobres e enobrecidas daquela região trasmontana, fonte que, em boa parte, foi sistematicamente aproveitada por Francisco Manuel Alves ao escrever o volume VI das *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança,* sobre "Os Fidalgos".

As *Memórias de Bragança* constituem, pois, uma fonte insubstituível para o conhecimento da História desta cidade, alicerçada em abundantes "monumentos", arqueológicos e documentais, como a Academia solicitava, mas também em fontes orais, revelando, com exceção dos aspetos que Borges integra na "tradição", um elevado grau de autenticidade e de fidedignidade que as colocam ao nível das melhores que então se produziram em Portugal.

1.3.3. AS "MEMÓRIAS" DE BRAGANÇA SÃO IDÊNTICAS ÀS "MEMÓRIAS" DE VILA REAL E DE CHAVES?

Em ordem a confirmarmos a importância das *Memórias de Bragança* no quadro da historiografia setecentista, pareceu-nos útil efetuarmos uma análise comparativa das memórias escritas entre 1721-1724 quanto aos três principais burgos trasmontanos, Bragança, Chaves e Vila Real – as que dizem respeito a outros municípios trasmontanos, nomeadamente Carrazeda de Ansiães, Freixo de Espada à Cinta, Miranda do Douro e Torre de Moncorvo, são muito modestas.

Para Chaves, vila pertencente à comarca de Bragança, e tendo como senhorio a Casa de Bragança, dispomos das *Notícias* de Tomé de Távora e Abreu, secretário do governo das armas da província de Trás-os-Montes, e de Pedro da Fontoura Carneiro, comissário do Santo Ofício e Bula da Cruzada, escritas em 1721 e publicadas por Júlio Montalvão Machado, erudito historiador deste burgo[7].

Chaves seria de fundação romana, destruída pelos suevos e reedificada pelos mouros, conquistada pelos cristãos, concedida em dote ao conde Henrique, pai do primeiro rei de Portugal, Afonso Henriques, e muralhada pelo rei Dinis I. Indica a sua população (600 vizinhos entre nobreza e plebe), o nome das principais produções, a descrição sumária da praça de armas, conventos, Misericórdia, capelas, figuras ilustres, militares, apelidos de famílias nobres, vestígios arqueológicos e epigráficos, e uma breve referência à organização administrativo-judicial, fiscal e eclesiástica.

Para Vila Real, sede de ouvidoria ou comarca que pertencia à Casa do Infantado, temos uma *Relação* escrita pelo doutor José Moutinho de Aguiar em 1721-1722, por José Taveira da Mesquita, cortesão de capa e espada, e por António da Cunha, escrivão do tombo do almoxarifado da Casa do Infantado, fonte publicada por Fernando de Sousa e Silva Gonçalves com o título de *Memórias de Vila Real*[8].

A memória de Vila Real inicia-se com a fundação de Vila Real por Dinis I, "a última obra sua"; descreve, em seguida, o burgo, o "sítio", com bastante pormenor, a sua população, as praças, ruas, largos, pelourinho, casa da Câmara, feiras, açougues, fontes, etc.; as freguesias da cidade, igrejas, capelas, misericórdia, conventos, irmandades e capelas de missas. Segue-se a transcrição de numerosos documentos e a descrição das freguesias do termo de Vila Real, indicando, para cada uma, a sua localização, o padroado da igreja, comendas, irmandades e confrarias, população por povos ou povoações, produções, capelas, vestígios arqueológicos e epigráficos, famílias nobres, vínculos de capelas, transcrição de documentos, etc.

A *Descrição* de Bragança, escrita por José Cardoso Borges, sargento-mor, dividida em "notícias", ou capítulos, aborda a localização e fundação da cidade, produções do concelho e população da cidade, fábrica da seda, conventos, hospitais, Misericórdia, igrejas, conventos, capelas e ermidas na cidade e extramuros, a praça de armas e Forte de São João de Deus, praças da cidade, organização civil e eclesiástica, paços da Câmara, rendas e festas da mesma, e fontes.

Contém ainda uma longa notícia sobre a evolução da cidade de Bragança desde a sua fundação até ao conde Henrique, pai do primeiro rei de Portugal, e sobre a evangelização da Espanha por São Paulo e sobretudo pelo apóstolo Santiago. Indica os vestígios arqueológicos e epigráficos (as inscrições de "pedras antigas") existentes na cidade e seu termo, de que teve conhecimento. E finalmente, dá-nos extensas e originais informações sobre os solares (famílias nobres) e morgados de Bragança e da região, não esquecendo os catálogos dos governadores de Bragança, dos priores e beneficiados da Colegiada de Santa Maria e dos alcaides-mores.

Na parte final, como já dissemos, encontram-se as "advertências às notícias que tinha dado", ou seja, lembranças, emendas e acrescentos às "notícias" que enviou para a Academia, e até o registo meramente circunstancial de dois factos que provavelmente o impressionaram: 1721 foi um ano de grande seca na região; e em 29 de Setembro (1722 ou 1723), de madrugada, uma "horrível tempestade" abateu-se sobre a cidade, tendo caído um raio sobre o Mosteiro de São Bento, que matou uma freira e provocou alguns estragos.

Em suma, as três memórias apresentam descrições semelhantes, em função do inquérito solicitado pela Academia. A mais sucinta é a de Chaves, a mais extensa é a de Vila Real. Chaves e Bragança, por força da sua história, arrogam-se a fundações romanas e mesmo pré-romanas, enquanto Vila Real assume origens dionisíacas, não se preocupando com o mito das origens.

Apenas Vila Real descreve pormenorizadamente as freguesias do termo, uma vez que, para Bragança, a "notícia" sobre o seu "distrito", que tudo leva a crer, foi escrita, não aparece.

De qualquer forma, as memórias de Bragança e de Vila Real são as mais valiosas, e muito semelhantes no que diz respeito às descrições das urbes. E se a de Vila Real se revela mais completa, uma vez que contém as freguesias do seu concelho, Bragança, por seu lado, regista um extenso capítulo sobre as famílias nobres da cidade e região, informação única no contexto da província de Trás-os-Montes.

Jerónimo Contador de Argote, nas suas *Memórias para a História do Arcebispado de Braga (1732-1747)*, considerou a *Rellação de Villa Real* como uma "obra perfeitíssima e muito bem-disposta, e a melhor, que das câmaras das vilas se remeteu à Academia Real". Só que Bragança era cidade e não pertencia ao arcebispado de Braga, não se podendo incluir, pois, no juízo de valor daquele ilustre antiquário.

Mas podemos concluir que as *Memórias de Vila Real* e de *Bragança*, pela riqueza das descrições que apresentam dos dois burgos, a nível institucional, social, religioso, urbano e arqueológico, pelos inúmeros documentos que transcrevem ou resumem, alguns dos quais já desaparecidos, e pela preocupação que revelam de informar com rigor, constituem indubitavelmente fontes históricas de excecional valor, de consulta obrigatória para todos os investigadores que se debruçam sobre a realidade setecentista nacional, imprescindíveis para o conhecimento da história destes municípios trasmontanos, então, os mais importantes desta província.

Em 1987, publicámos as *Memórias de Vila Real*. Agora temos oportunidade de publicar as *Memórias de Bragança*, até ao presente inéditas, uma vez que nunca tinham sido objeto de edição e de estudo, apesar de terem sido consultadas e profusamente aproveitadas por todos aqueles que se debruçaram sobre esta cidade do nordeste trasmontano, sendo de destacar, neste particular, Francisco Manuel Alves, Hirondino Fernandes, José de Castro, Luís Alexandre Rodrigues e Virgílio Taborda.

Damos assim um contributo modesto ao plano da obra de Francisco Manuel Alves, que desejava "publicar integralmente os códices manuscritos respeitantes a Bragança e à sua região".

2. BRAGANÇA EM 1721 – ESTRUTURAS POLÍTICO-ADMINISTRATIVAS, FISCAIS, MILITARES E ECLESIÁSTICAS

Bragança, que adquiriu o estatuto de "cidade" em 1464, desde cedo se assumiu como o principal aglomerado urbano do Nordeste Trasmontano, apesar de partilhar com Miranda do Douro a categoria de cidade, de 1545 em diante, quando esta passou a sede da diocese então criada.

Tal não impediu que Bragança fosse consolidando progressivamente a sua predominância, sob o ponto de vista político-administrativo, militar, económico, cultural e mesmo eclesiástico, acabando por arrebatar a sede da diocese a Miranda do Douro.

Na verdade, durante séculos, foi o único centro do Nordeste Trasmontano que podemos classificar, sob o ponto de vista sociodemográfico, económico e cultural, como tendo população urbana, diferenciando-se nitidamente, pela economia, sociedade e cultura, das restantes aglomerações (incluindo Miranda do Douro), vilas e aldeias, que se dedicavam exclusivamente à agricultura e criação de gado.

Fortificada desde a Idade Média, rapidamente se transformou, para além de Chaves, no principal centro de defesa militar de Trás-os-Montes, atraindo a si, graças a um conjunto de privilégios e funções, a população e as atividades económicas necessárias para se afirmar e distinguir no contexto regional.

Carvalho da Costa, em finais de Seiscentos, vai atribuir-lhe 500 vizinhos, número aproximado pouco digno de registo, como acontece, aliás, com os números que adianta para as freguesias do seu termo.

Luís Caetano de Lima, na sua *Geografia Histórica*, embora no texto relativo a Bragança reitere os 500 vizinhos para a cidade, no tomo II, na *Relação dos fogos e almas*, de 1732, indica para Bragança um total de 571 fogos e 1 898 almas na paróquia de Santa Maria, e 278 fogos e 855 almas na freguesia de São João Baptista, o que dá um total de 849 fogos e 2 753 almas, que corrobora os dados fornecidos por Cardoso Borges.

Pelo rol dos confessados da freguesia de Santa Maria, em 1737, transcrito parcialmente por Francisco Manuel Alves, no tomo X das suas *Memórias arqueológico-históricas*, aquela somava 703 fogos e 2 369 almas, não contando com 20 penitenciados pela Inquisição, proibidos de receberam a comunhão.

Por meados do século XVIII, o *Dicionário Geográfico* assinala 1 053 fogos, vizinhos ou moradores, e 3 734 almas – valor, quanto a este último número, que se encontra abaixo da realidade, uma vez que os párocos registavam, através dos róis de confessados, apenas os maiores de sete (por vezes de doze) anos, prática que devemos ter em consideração nas restantes fontes.

Na verdade, os valores indicados pelas duas últimas fontes são os que mais se aproximam da verdade, uma vez que Cardoso Borges, em 1721, refere-nos para o burgo 1 000 vizinhos ou fogos, correspondendo 650 à freguesia de Santa Maria e 350 à freguesia de São João

Baptista – incluindo os "pouco mais de 100 moradores" que viviam no castelo ou cidadela, não se sabendo, porém, se os 170 moradores que indica para os três bairros extramuros estão incluídos no cômputo geral.

Cardoso Borges acrescenta ainda que o número de moradores de Bragança foi "mais crescido" no passado, mas que era inferior "haverá trinta anos" (possivelmente influenciado pelos 500 vizinhos de Carvalho da Costa, de finais do século XVII, ou por conhecer diretamente o despovoamento da cidade devido às perseguições da Inquisição), mas nada adianta quanto a tais suposições.

Bragança, em 1721, além de sede de concelho, de ouvidoria ou comarca, praça militar e sede de um dos cinco arciprestados da diocese de Miranda, registava ainda um almoxarifado da Sereníssima Casa de Bragança e alfândega própria.

Sob o ponto de vista político-administrativo e judicial, Bragança apenas não constituía uma *provedoria*. Com efeito, o seu concelho encontrava-se integrado na provedoria de Miranda, razão pela qual, anualmente, aí entrava o provedor desta cidade, a exercer a sua jurisdição, conhecendo da situação dos hospitais, capelas, processos dos órfãos, testamentos e disposições pias de última vontade, das terças do rei e dos resíduos do concelho, para o que tomava contas aos oficiais da Câmara.

No burgo bragançano coexistiam, assim, órgãos da administração concelhia, órgãos da administração senhorial, órgãos da fazenda real e quadros eclesiásticos. Esta situação determinava a existência em Bragança de um considerável número de magistrados e oficiais, com múltiplas funções e competências nem sempre bem definidas, que não raras vezes se confundiam, uma vez que os poderes administrativo, judicial e económico não se encontravam separados.

Vejamos, pois, segundo a ordem referida, o concelho e a sua organização (o senado da Câmara, o juízo geral, o juízo da almotaçaria, os juízes de vintena e outros oficiais), os privilégios, festas e rendimentos da Câmara, a ouvidoria com o seu juízo da correição, o juízo do almoxarifado da Fazenda Real, o juízo dos órfãos, a alfândega da cidade, a praça militar e o arciprestado de Bragança, tendo em atenção que Cardoso Borges pouco desenvolve estes temas, a não ser quanto às prerrogativas da Câmara de Bragança.

2.1. O CONCELHO DE BRAGANÇA E SUA ADMINISTRAÇÃO

Constituído na Idade Média e dotado com um "amplíssimo termo", o concelho de Bragança, cujo senhorio era a Casa de Bragança, abrangia um vasto território, onde se encontravam "encravados", formando "concelhos sobre si", as vilas de Gostei, Rebordãos, Faílde e Carocedo, Vila Franca de Lampaças e Vale de Prados, regra geral circunscritas a uma só freguesia, governadas por um juiz ordinário eleito pelo povo e confirmado pelo senhorio, a Coroa ou a Casa de Bragança.

O Concelho de Bragança por 1721

Fonte: BORGES, José Cardoso, 1721-1724 – *Memórias de Bragança*; COSTA, António Carvalho da, 1706 – *Corografia Portuguesa*, vol. I, Lisboa.

Freguesias do Concelho de Bragança por 1721

Agrochão	Donai	Morais	Santa Combinha
Alfaião	Edrosa	Moredo	São Cibrão
Alimonde	Edroso	Mós de Celas	São Julião de Palácios
Amendoeira	Espadanedo	Murçós	São Pedro de Serracenos
Arufe	Espinhosela	Negreda	Sarzeda
Aveleda	Fermentãos	Nunes	Sendas
Azibeiro	Fernande	Oleirinhos	Serapicos
Babe	Ferreira	Oleiros	Sobreda
Baçal	Fontes Barrosas	Ousilhão	Soeira
Bagueixe	Fontes Transbaceiro	Paço de Sortes	Sortes
Banrezes	França	Palácios	Soutelo da Gamoeda
Bornes de Monte Mel	Freixeda	Parada	Soutelo de Pena Mourisca
Bouzende	Freixedelo	Paradinha de Besteiros	Talhas
Bragada	Fresulfe	Paradinha Nova	Talhinhas
Bragança (Santa Maria)	Gimonde	Paradinha Velha	Terroso
Bragança (S. João Baptista)	Gondesende	Parâmio	Travanca
Brito	Gradíssimo	Paredes	Valdrez
Burga	Gralhós	Penhas Juntas	Vale Benfeito
Cabeça Boa	Grijó de Parada	Pereiros	Vale da Porca
Calvelhe	Grijó de Vale Benfeito	Petesqueira	Vale de Lamas
Caravelas	Guadramil	Pinela	Valongo
Carçãozinho	Izeda	Podence	Valverde
Carragosa	Lagoa	Pombares	Varge
Carrapatas	Lagomar	Portela	Veigas
Carrazedo	Lamas de Podence	Portelo	Viduedo
Castelãos	Lanção	Quintela de Lampaças	Vila Boa de Arufe
Castrelos	Latães	Rabal	Vila Boa de Carçãozinho
Castro de Avelãs	Laviados	Rebordainhos	Vila Boa de Ousilhão
Castro Roupal	Limãos	Refega	Vila Meã
Celas	Maçãs	Refoios	Vila Nova
Cidões	Macedo de Cavaleiros	Rio de Onor	Vilar de Peregrinos
Coelhoso	Macedo do Mato	Romariz	Vilar do Monte
Comunhas	Martim	Sabariz	Vilarinho de Cova da Lua
Conlelas	Meixedo	Sacoias	Vinhas
Corujas	Melhe	Salsas	Zeive
Cova da Lua	Mofreita	Salselas	Zóio
Deilão	Moimenta	Samil	
Dine	Montouto	Santa Comba de Rossas	

Fonte: BORGES, José Cardoso, 1721-1724 – *Memórias de Bragança*; COSTA, António Carvalho da, 1706 – *Corografia Portuguesa*, vol. I, Lisboa.

O seu termo ou "distrito", como acontecia nos concelhos de Antigo Regime, era dividido em vintenas, "terras", "aldeias" ou "lugares", em princípio constituídas por vinte fogos, vizinhos ou casais, à frente dos quais se encontravam os juízes de vintena – as freguesias tinham apenas existência eclesiástica.

Para efeitos de cobrança de impostos, nomeadamente das sisas, o concelho de Bragança dividia-se em seis ramos, Parada, Transbaceiro, Lampaças, Sabor, Babe e Serra, divisão esta que vinha já do período medieval e que se manteve até finais do Antigo Regime.

No período considerado, isto é, entre 1721-1724, o quadro dos órgãos e magistrados do concelho de Bragança era constituído pelo Senado da Câmara, Juízo Geral, Juízo da Almotaçaria e Juízes da Vintena.

Senado da Câmara

O Senado da Câmara de Bragança era formado por três vereadores de condição nobre e um procurador do concelho, "pessoa limpa da segunda condição", cabendo ao juiz de fora a sua presidência e a execução das decisões tomadas. O juiz de fora e a Câmara dispunham, ainda, como oficiais de justiça, de um tesoureiro, oito escrivães do geral, um escrivão da Câmara, um escrivão das sacadas, um escrivão das sisas, dois inquiridores (sendo um deles, contador e distribuidor), dois meirinhos (um da cidade, o outro da cadeia) e dois porteiros.

Os quatro membros referidos, de acordo com as provisões camarárias, eram eleitos por voto popular, de três em três anos, a partir da indicação, pelo Senado, de 27 pessoas para vereadores e nove para procuradores.

Bragança constituía um exemplo clássico da estrutura aristocrática do governo municipal, tão comum nas cidades e principais vilas do Portugal de Antigo Regime, a eternizar a governança local nas mãos de algumas famílias. Os vereadores, nobres, com o procurador, indicavam os nomes dos futuros oficiais. O ouvidor "purificava" a eleição. Em última instância, a Casa de Bragança decidia quem iria servir anualmente.

Ao Senado, entre outras prerrogativas, cabia a eleição dos capitães e alferes das ordenanças, dos médicos de partido e dos almotacés, eleição que, nos dois primeiros casos, era sujeita a confirmação. Pertencia ainda ao Senado a eleição dos quatro juízes do povo e dos juízes de vintena.

Juízo Geral

O juiz de fora, aprovado pelo Desembargo do Paço, onde tinha o seu assento, era consultado na Junta da Casa de Bragança, de quem recebia carta por três anos. Este magistrado, presidente e executor do Senado, julgava os processos e superintendia nas sisas da cidade e termo, com seis lançamentos, que abrangiam todo os lugares do concelho: o ramo

de Babe, o ramo de Lampaças, o ramo de Parada, o ramo de Sabor, o ramo da Serra e o ramo Transbaceiro.

O juiz de fora de Bragança servia de ouvidor da comarca, na vacatura ou ausência deste, alternando em tais funções, de 1656 em diante, com o juiz de fora de Chaves.

A Câmara, por sua vez, elegia quatro juízes do povo, magistrados populares que recebiam juramento perante o juiz de fora e que, como procuradores do povo, representavam ao senado todos os casos que importavam ao bem comum.

Juízo da Almotaçaria

Os almotacés eram oficiais concelhios que tinham a seu cargo o abastecimento dos géneros alimentícios, a fiscalização dos preços, dos pesos e medidas, dos açougues e mercados, dos salários dos ofícios e jornais, a limpeza da cidade, enfim, as funções de policiamento económico da vila.

Os almotacés tinham alçada até 600 réis para julgarem, em processo sumário, os feitos em matéria das suas atribuições, nomeadamente as questões levantadas sobre construção de muros, quintais, casas, telhados, portas, janelas, serventia de águas, etc., podendo o povo, das suas decisões, apelar para a Câmara. Acima de 600 réis, o julgamento cabia ao Senado, que julgava sem apelo nem agravo.

Juízes de Vintena

Pouco se sabe das atribuições cometidas a estes humildes oficiais populares, também designados por juízes pedâneos e juízes de aldeia, sucessores dos vigários e mamposteiros medievais, que eram eleitos pelas câmaras e exerciam as suas funções nas aldeias, lugares, terras ou povos do termo do concelho.

No século XVIII, a sua designação recaía, não sobre os homens abastados, como determinavam as Ordenações, mas sobre homens pobres e até criados de servir.

A sua modesta jurisdição limitava-se ao julgamento de pequenas questões relacionadas com a polícia dos campos e à contravenção das posturas camarárias, nunca abrangendo as causas relativas a bens de raiz.

Em Bragança, encontramos uma significativa variedade de situações quanto à distribuição dos juízes de vintena pelos povos do concelho. Assim, certas freguesias registavam um só juiz. Noutras freguesias existiam dois ou mais juízes pedâneos, de acordo com a população das terras. O juiz vinteneiro podia, ainda, ter um jurado e um escrivão para assentar as coimas.

Os juízes de vintena, aqui como em todo o Reino, regra geral, não auferiam quaisquer propinas ou salários pelas suas funções.

Antiga *Domus Municipalis* de Bragança e sua cisterna

2.2. PRIVILÉGIOS, FESTAS E RENDIMENTOS DA CÂMARA DE BRAGANÇA

Paços da Câmara

Os Paços da Câmara, assim designados, funcionavam dentro da praça da cidade, um edifício românico hoje designado por "domus municipalis", e que constitui monumento nacional. Nela, em salas separadas, se faziam as audiências e se reunia o senado municipal.

Cardoso Borges faz a descrição do edifício, a primeira que se conhece, e alerta para o facto de na sala de audiências se ter construído "um escudete com as quinas sem orla de castelos", que teria sido aberto 40 anos antes, "na ocasião que se rasgaram três janelas".

Festas do Senado

O Senado celebrava a festa de Santiago, na capela dedicada a este apóstolo, junto ao castelo, com dois mordomos ricos e nobres, com festas de cavalaria, comédias e outros espetáculos que divertiam o povo por uma semana, uma vez que, segundo a tradição, teria sido Santiago que "pregou e plantou a fé" na cidade.

Era igualmente da responsabilidade do Senado a celebração da festa de São Jorge, comemorando a reconquista da cidade aos mouros e a vitória sobre os mesmos na batalha de São Jorge, junto da capela do mesmo nome, nas margens da ribeira.

Com a assistência do Senado celebrava-se, também, como festa real, na Colegiada de Santa Maria, o triunfo sobre as armas castelhanas em Aljubarrota, a conquista de Ceuta, o nascimento e morte de João I, e a retirada das tropas espanholas que cercaram Bragança em 1710.

Privilégios da Câmara

Relativamente aos privilégios usufruídos pela Câmara de Bragança, os mesmos, por 1721, eram os seguintes:

- padroeira do Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição, das Freiras Claras, desde 1571, competindo-lhe indicar 51 freiras;
- padroeira da Capela de Santiago e Ermidas de Nossa Senhora do Couto e São Sebastião;
- padroeira da Igreja de São Jorge, matriz da freguesia de Vila Nova, com obrigação de fazer a sua festa;
- eleição, com a assistência do alcaide-mor, dos homens da governança da milícia, a saber:
  – sargento-mor da comarca, que recebia 80 000 réis do cabeção das sisas;
  – sargento-mor da cidade e distrito, que recebia idêntica verba;
  – 40 capitães e ajudantes da comarca, que recebiam, cada um, 40 000 réis de ordenado pelos bens dos concelhos;
  – oficiais subalternos, eleitos com a aprovação do alcaide-mor, sem vencimento;
- apresentação, nos lugares do distrito ou termo, de 40 escrivães dos testamentos e coimas, servindo com carta da Câmara; esta tinha "a posse e jurisdição" para fazer os provimentos destes ofícios, sem qualquer intervenção do provedor;
- rubrica dos livros das coimas e testamentos, sem qualquer intervenção do provedor;
- arrendamento dos "campos" do concelho;
- arrecadação do rendimento das "oitavas", seis vinténs de cada morador do termo ou distrito, não recebendo o rei qualquer terça;
- arrecadação do rendimento das "colheres", uma certa quantia, em espécie, de cada carga de sal, de peixe, e de outros produtos entrados no concelho, pagando terça ao rei.

Rendimentos

Quanto aos rendimentos auferidos pela Câmara de Bragança, também em 1721, eram os seguintes:

- foros certos;
- oitavas – principal receita da Câmara; tributo vindo da Idade Média, pago pelos moradores do termo, ou seja, quatro alqueires de pão por morador, substituídos pelo pagamento de seis vinténs de 1590 em diante, pagando os viúvos apenas três vinténs; estavam isentos do seu pagamento os pobres e os moradores dos lugares do termo

"por privilégio", ou que tivessem certas obrigações a cumprir na cidade – limpeza ou reparação de ruas e fontes, presença obrigatória nas procissões da Câmara, etc.;
- colheres – pagamento em espécie por cada carga de sal, azeite e outros géneros vendidos na cidade;
- condenações pela transgressão de posturas municipais.

O rei cobrava a terça do rendimento das colheres e condenações, e uma renda anual de 2 000 cruzados.

2.3. OUVIDORIA DE BRAGANÇA

Bragança era sede de ouvidoria, uma das circunscrições judiciais e administrativas em que o Reino, após o século XVI, se encontrava dividido. Neste caso, um território geograficamente descontínuo, constituído basicamente por duas áreas, a oriental, dominada por Bragança, e a ocidental, constituída por Chaves, Montalegre, Ruivães e outros coutos e honras adjacentes, dividindo as duas áreas os concelhos da comarca de Moncorvo.

Por 1721-1724, o ouvidor de Bragança, aprovado pelo Desembargo do Paço, era de consulta da Junta da Casa de Bragança, sendo provido pela mesma, que lhe fazia mercê por carta sua.

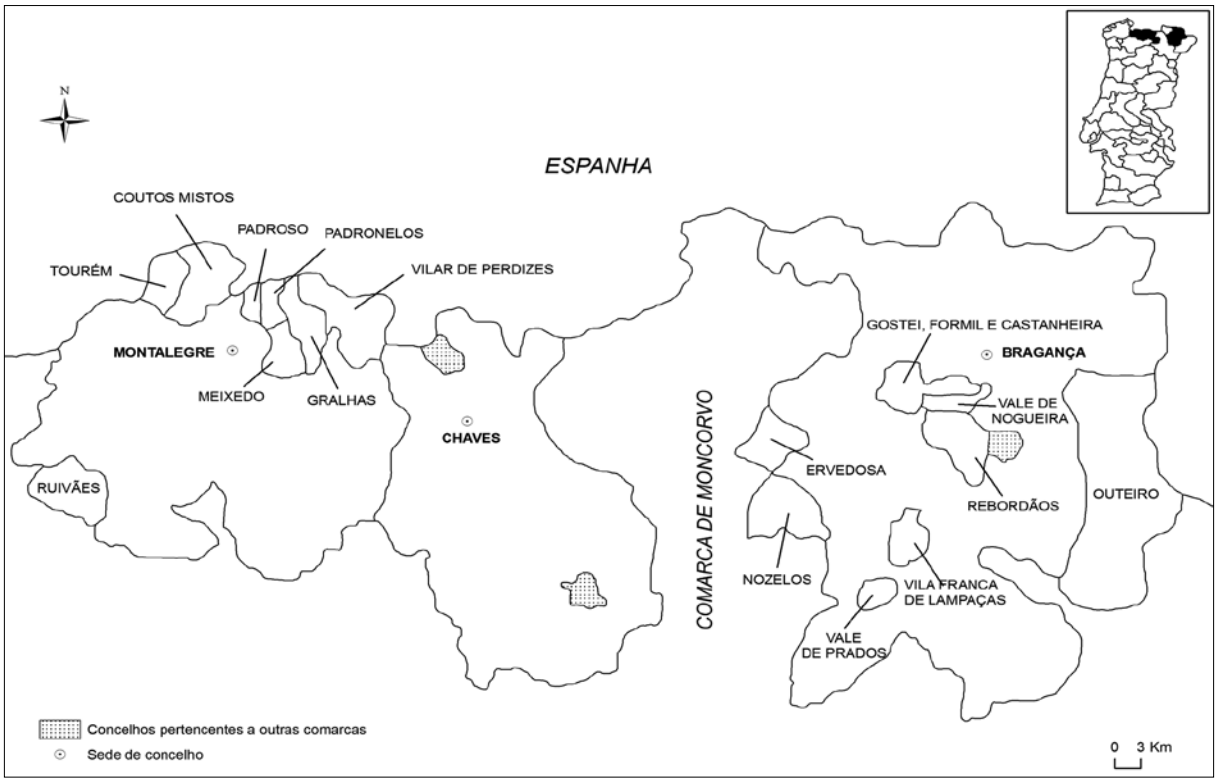
Com as preeminências de corregedor da Coroa, efetuava correição anualmente, em Bragança e nos restantes concelhos da ouvidoria, exercendo uma jurisdição de recurso, não só quanto às decisões dos juízes concelhios, mas também quanto às decisões dos juízes dos órfãos, uma vez que, neste último caso, por acórdão da Casa da Suplicação, de 1699, foi determinado que as apelações dos juízes dos órfãos, nas terras da Casa de Bragança, fossem primeiro ao ouvidor, e só depois aos tribunais da Relação.

Em 1721-1724, a ouvidoria de Bragança, vulgarmente designada por comarca, era formada por 19 concelhos: Bragança, Chaves, Coutos Místicos ou Mistos (que Cardoso Borges não menciona), Ervedosa, Gralhas, Gostei, Meixedo, Montalegre, Nozelos, Outeiro, Padroso, Padronelos, Rebordãos, Ruivães, Tourém, Vale de Nogueira, Vale de Prados, Vila Franca e Vilar de Perdizes.

Bragança não era sede de provedoria, razão pela qual, no território da sua ouvidoria ou comarca entravam os provedores de Guimarães em Chaves, Montalegre, Ruivães e coutos e honras adjacentes; de Torre de Moncorvo em Nozelos; e de Miranda do Douro nos restantes concelhos.

Bragança, Chaves, Montalegre e Outeiro tinham como presidentes de Câmara juízes de fora, ao passo que os restantes concelhos eram governados por juízes ordinários. Apenas Bragança, Chaves e Montalegre eram acasteladas, tendo assim governadores militares. Chaves era a praça de armas em que residiam os generais comandantes da província de Trás-os-Montes.

Ouvidoria de Bragança (1721-1724)



Fonte: HESPANHA, António Manuel, 1994 – *As vésperas do Leviathan. Instituições e poder político. Portugal – séc. XVII.* Coimbra: Almedina [corrigido por nós].

O juízo da correição de Bragança, além do ouvidor ou corregedor, contava ainda com três escrivães, um meirinho, um contador, inquiridor e distribuidor, dois porteiros e um fiel de apelações.

2.4. JUÍZO DO ALMOXARIFADO DA FAZENDA REAL

Bragança era sede de um almoxarifado, com um juiz dos direitos reais, encarregado de arrecadar o rendimento das sisas de Bragança e seus ramos, pertencentes à Fazenda Real, e que se encontrava sob a alçada do Tribunal dos Contos. Além do juiz, tinha este órgão, como oficiais, o escrivão e o meirinho.

A renda das sacadas pertencia à Casa de Bragança, e andava unida à do almoxarifado da cidade. Eram direitos reais que os lugares do termo eram obrigados a pagar, uma vez que a cidade estava isenta do seu pagamento.

Tributo medieval pago ao rei, no valor de 2 000 maravedis, tinha sido estabelecido aos moradores do termo em compensação de deixarem de sustentar um rico-homem; em 1721, o seu valor era de 97 000 réis, preço por que era arrematado, não excedendo os 20 réis por fogo.

O nome de "sacadas" tinha a ver com o facto de "tirar fora pela obrigação de que se eximiram do rico-homem".

Vigararia de Bragança (1721-1724)

Fonte: CASTRO, José de, 1946 – *Bragança e Miranda*, vol. I. Porto: Tipografia Porto Médico, Lda.

Vigararia de Bragança (1721-1724)

Agrochão	Failde	Paçó	Sobreiró
Alfaião	Fermentãos	Paço de Sortes	Soeira
Alimonde	Fontes Barrosas	Parada	Sortes
Alvaredos	França	Parâmio	Soutelo da Gamoeda
Arcas	Freixeda	Paredes	Soutelo de Pena Mourisca
Aveleda	Freixedelo	Penhas Juntas	Talhas
Babe	Fresulfe	Pereiros	Terroso
Baçal	Gimonde	Petisqueira	Travanca
Bragança (Santa Maria)	Gondesende	Pinela	Tuizelo
Bragança (S. João Baptista)	Gostei	Pinheiro Velho	Valdrez
Brito	Grijó de Parada	Portelo	Vale de Lamas
Cabeça de Igreja	Guadramil	Quintela	Vale de Nogueira
Carçãozinho	Lagarelhos	Quintela de Lampaças	Valverde
Carocedo	Lanção	Rabal	Varge
Carragosa	Laviados	Rebordainhos	Viduedo
Carrazedo	Martim	Rebordãos	Vila Boa de Carção
Casares e Candedo	Meixedo	Refoios	Vila Boa de Ousilhão
Castrelos	Melhe	Rio de Fornos	Vila Meã
Castro de Avelãs	Moaz	Rio de Onor	Vila Nova
Celas	Mofreita	Sabariz	Vila Verde
Cidões	Moimenta	Sacoias	Vilar de Ossos
Coelhoso	Montezinho	Salsas	Vilar de Peregrinos
Conlelas	Montouto	Samil	Vilarinho
Cova da Lua	Mós de Celas	Santa Comba de Rossas	Vilarinho de Agrochão
Deilão	Mós de Rebordãos	Santa Cruz	Vinhais (N. Sr.ª Assunção)
Dine	Negreda	Santalha	Vinhais (S. Fagundo Bairros)
Donai	Nogueira	São Julião de Palácios	Zeive
Edrosa	Nozelos	São Pedro de Quadra	Zóio
Edroso	Nunes	São Pedro de Serracenos	
Ervedosa	Nuzedo	Sarzeda	
Espinhosela	Ousilhão	Serapicos	

Fonte: CASTRO, José de, 1946 – *Bragança e Miranda*, vol. I. Porto: Tipografia Porto Médico, Lda.

2.5. JUÍZO DOS ÓRFÃOS

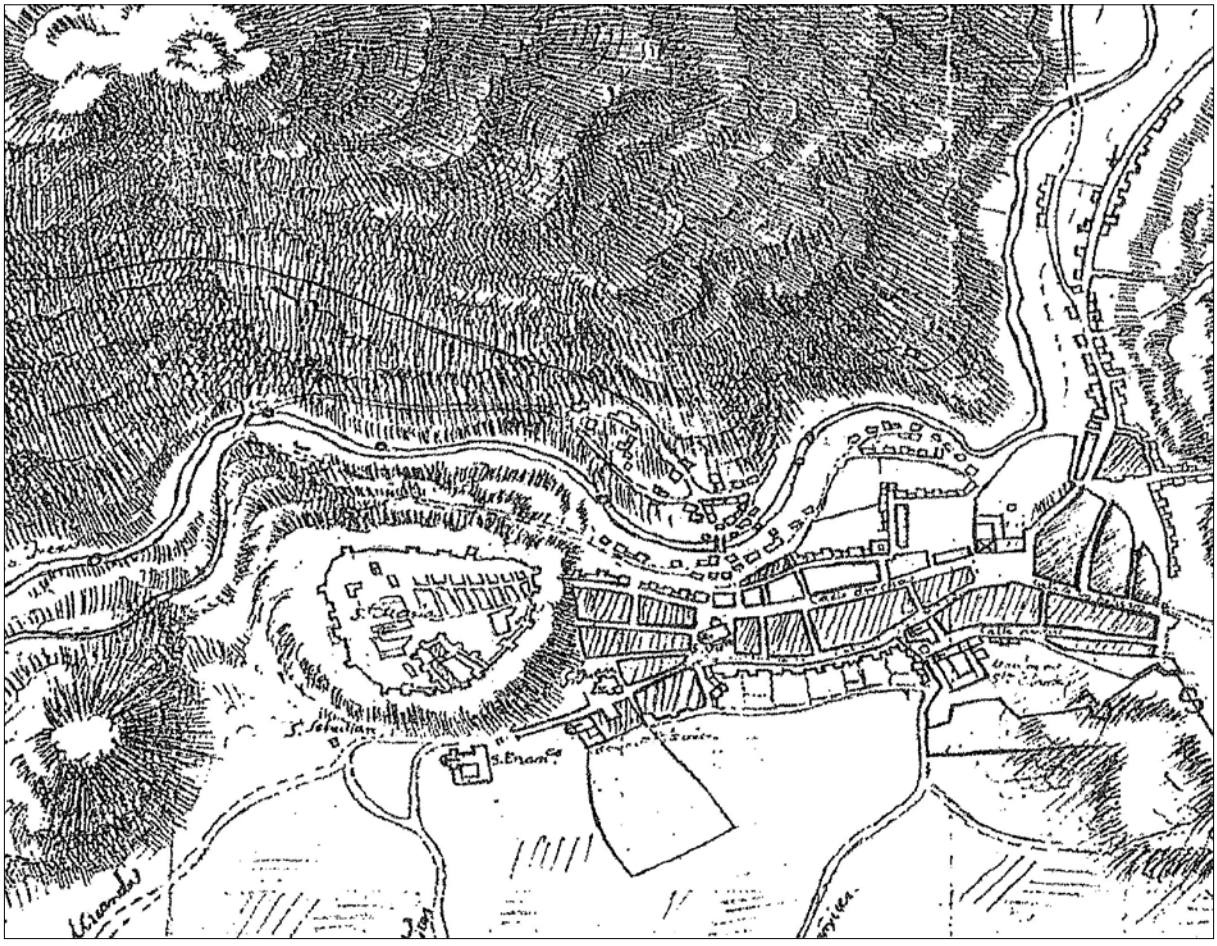
No juízo dos órfãos de Bragança e seu termo (existentes nos concelhos com mais de 400 vizinhos) processavam-se os inventários dos órfãos, ausentes e mentecaptos, e corriam as causas que lhes diziam respeito.

Além do juiz dos órfãos, eleito encarregado de velar pelos interesses de incapazes, dementes, ausentes, pobres, órfãos, pessoas coletivas e outros que careciam de proteção social, existiam também neste organismo quatro escrivães, todos com ofícios de propriedade.

2.6. ALFÂNDEGA

Bragança dispunha também, no domínio da Fazenda, de uma alfândega, por onde passavam todas as mercadorias exportadas ou importadas de Espanha, ou que, produzidas na região, se destinavam a ser vendidas no Reino. Na alfândega de Bragança trabalhavam, além do juiz, um escrivão, um feitor, um pesador, um selador, um meirinho, quatro guardas a cavalo e dois guardas a pé, todos de nomeação régia.

Plano de la Plaza de Berganza com sus Castillos antigos (1762)



2.7. ORGANIZAÇÃO MILITAR

Cidade fronteiriça, praça militar, Bragança teve, logicamente, papel de relevo nos conflitos luso-espanhóis que ocorreram na sequência da Guerra da Restauração (1640-1668) e da Guerra da Sucessão de Espanha (1702-1713), quando o território do município de Bragança foi devastado pelos espanhóis, os quais, porém, não conseguiram tomar a cidade.

Bragança, por 1721-1724, era praça de armas, "uma das capitais de província", com um governador e dois oficiais subalternos, um do castelo ou cidadela, o outro no Forte de São João de Deus. Contava um regimento de infantaria, comandado por um coronel, cinco companhias de cavalaria, uma unidade de artilharia, um sargento-mor e um almoxarife dos armazéns com seu escrivão. Dispunha, ainda, esta praça de um terço de infantaria auxiliar, com mestre de campo, e um alcaide-mor com 40 companhias de ordenanças (duas na cidade e 38 no termo do distrito, com 6 000 homens), com o seu sargento-mor e quatro ajudantes. Havia ainda um sargento-mor da comarca com ajudante, encontrando-se todas estas forças às ordens do governador da praça. O alcaide-mor apresentava o alcaide da cadeia.

2.8. ORGANIZAÇÃO ECLESIÁSTICA

Sob o ponto de vista eclesiástico, até 1764, o concelho de Bragança pertenceu à diocese de Miranda, constituindo uma vigararia ou arciprestado, a vigararia de Bragança que, por 1721-1724, teria 121 freguesias, pertencentes aos concelhos de Bragança, Nozelos, Erve-

Antigo Paço Episcopal de Bragança

dosa, Gostei, Faílde e Carocedo, Rebordãos, Vale de Nogueira, Vila Franca, Paçó de Vinhais (comarca de Miranda), 17 freguesias do concelho de Vinhais (as restantes pertenciam ao arciprestado de Monforte), e cinco freguesias do concelho de Outeiro – as restantes pertenciam à vigararia de Miranda.

O bispo de Bragança, em 1721, nomeava o vigário geral da comarca ou vigararia eclesiástica e os oficiais que a integravam, um promotor, dois escrivães, um distribuidor e contador, um meirinho geral, e um depositário das condenações.

Além do bispo e seu cabido, Bragança dispunha da Colegiada de Santa Maria do Sardão, de origem medieval, com um prior, três beneficiados, um cura, um organista, dois sacristães e dois meninos.

Ofícios da justiça, fazenda e eclesiásticos em Bragança (1721-1724)

DESIGNAÇÕES	OFÍCIOS
Município de Bragança	1 juiz de fora 3 vereadores 1 procurador do povo 1 tesoureiro 1 escrivão da câmara 1 escrivão das sisas 1 escrivão das sacadas 8 escrivães do geral 2 inquiridores 2 porteiros 2 meirinhos
Ouvidoria	1 ouvidor ou corregedor 3 escrivães 1 meirinho 1 contador, inquiridor e distribuidor 2 porteiros 1 fiel de apelações
Juízo do Almoxarifado	1 juiz do almoxarifado 1 escrivão 1 meirinho
Juízo dos Órfãos	1 juiz dos órfãos 4 escrivães dos órfãos
Alfândega	1 juiz da alfândega 1 escrivão 1 feitor 1 pesador 1 meirinho 1 selador 6 guardas
Vigararia eclesiástica	1 vigário geral 1 promotor 2 escrivães 1 distribuidor e contador 1 meirinho geral 1 depositário das condenações

3. A ECONOMIA DE BRAGANÇA EM 1721

A economia do concelho de Bragança, durante séculos, manteve características próprias de uma economia de Antigo Regime, baseada, portanto, numa agricultura rotineira e arcaica e na criação de gado, atividade económica, complementada pela sericicultura e pela indústria da seda, a qual lhe deu alguns períodos de significativa prosperidade.

A economia rural deste Município, como aliás da Terra Fria trasmontana, assentava numa agricultura de cereais e na criação de gado – "a seara de centeio e o lameiro são, por isso, as notas típicas da paisagem", como escreveu Virgílio Taborda –, a que, a partir de inícios do século XIX se associou a batata.

Predominava a cultura do centeio, seguindo-se o trigo e, excecionalmente, a cevada e o milho. A batata, ao contrário do que se tem escrito, embora não sendo desconhecida em Trás-os-Montes no século XVIII, apenas se generalizou em Bragança e por todo o nordeste trasmontano a partir das invasões francesas.

Cardoso Borges, em 1721-1724, muito pouco se refere quanto à realidade económica de Bragança, limitando-se a referir as produções agrícolas e pecuárias mais comuns no município e, quanto à indústria, um pequeno texto sobre a "fábrica da seda".

Assim, apenas indica que o pão era "abundante", os vinhos "excelentes", as hortaliças "boas", frutas "de guarda", muita castanha, algum azeite, legumes e lacticínios. Menciona, ainda, carnes "gostosas", sobretudo a de porco; caça – perdizes, lebres, coelhos, corças e javalis – nos montes; e trutas, bogas, barbos e enguias nos rios, embora refira que, "sempre que o tempo o permite, o peixe do mar também chega a Bragança". Nas suas quatro praças vendiam-se hortaliças, legumes e fruta de Mirandela, e azeite e melões da Vilariça. O seu comércio era alimentado basicamente por tais produtos e pela seda.

Quanto ao setor da indústria, para além das atividades artesanais típicas da estrutura socioeconómica do Antigo Regime, apenas merece referência particular, devido à sua importância e difusão no concelho, a indústria das sedas.

A indústria das sedas na cidade de Bragança, que remonta ao século XV, foi objeto de sucessivas tentativas de modernização nos séculos XVII e XVIII. Em 1678, mestres estrangeiros, nomeadamente de Itália, são chamados a Portugal para o aperfeiçoamento das manufaturas das sedas, incluindo as de Bragança. Com efeito, a fábrica da seda da capital do Nordeste Trasmontano, que se encontrava "quase extinta", foi restabelecida por Pedro II, que mandou vir de Toledo oficiais e o mestre Eugénio Gomes, a quem deu tença, pondo-lhe naquela cidade "casa pública para ensino dos naturais".

Carvalho da Costa, na sua *Corografia Portuguesa*, escrita no que diz respeito a Trás-os-Montes entre 1695-1700, dá-nos conta, relativamente a Bragança, que na cidade se fabricavam veludos, damascos, pinhoelas e gorgorões, e que tivera uma "casa por conta de sua majestade, em que se obravam excelentes veludos lavrados".

Casula em seda bordada a ouro

Por 1721-1724, José Cardoso Borges, na sua *Descrição topográfica da cidade de Bragança*, dá conta da produção de "excelentes sedas", no termo da cidade, e de "um honesto trato na fábrica da seda", conhecida no passado pelo número dos seus operários – na cidade e seu distrito, segundo a tradição, "constava a fábrica da seda de cinco mil teares" –, localizando-se as casas da fábrica, segundo os tombos do Almoxarifado de Bragança, na rua dos Oleiros.

Constava, então, "somente", de 30 tornos e 350 teares, ocupando-se a maioria em "mantos de peso" e nela se lavravam roupas lisas de todo o género, damascos, pinhoelas, veludos lisos e lavrados.

O que José Cardoso Borges não refere – como não podia referir – é que a indústria das sedas de Bragança, como do Nordeste Trasmontano, se encontrava arruinada, devido fundamentalmente à Inquisição. A "sinistra" ação do Tribunal da Inquisição, só por si, é mais que suficiente para explicar a anemia e mesmo a interrupção temporária de que a indústria das sedas foi objeto, por várias vezes, durante aquele período. Só Bragança, entre 1580-1755, soma 1 451 processados pela Inquisição de Coimbra, 1 601 se a estes juntarmos as pessoas naturais daquela cidade processadas pela Inquisição de Évora.

As perseguições exercidas pela Inquisição durante a sua existência abateram-se fundamentalmente sobre os "homens de negócio", sinónimo, no século XVII, de "cristãos-novos" e "gente de nação", isto é, sobre a burguesia de negócios. Sob o pretexto de que os "cristãos-novos" eram judeus, a Inquisição exerceu uma perseguição impiedosa e sangrenta sobre a burguesia mercantil, industrial e financeira, perseguição tanto mais implacável quanto os bens dos processados eram confiscados.

4. A SOCIEDADE DE BRAGANÇA EM 1721

Não nos é possível, através das *Memórias de Bragança*, captar a estrutura social deste burgo por 1721-1722, a qual não seria muito diferente da que se registava nas outras cidades e vilas do interior com média dimensão, no Portugal do Antigo Regime.

O que podemos é verificar que Cardoso Borges conferiu uma supremacia esmagadora à nobreza, que tratou de forma rigorosa e minuciosa, já que, ele próprio, pertencia à mesma, dando assim pouco relevo ao clero e nenhuma importância às classes populares.

4.1. NOBREZA

As *Memórias* de Cardoso Borges têm, no que diz respeito às famílias nobres de Bragança e da região, um dos elementos mais valiosos e distintivos quanto comparada com outras memórias ou notícias da época.

Com efeito, os cargos de escrivão da Câmara e de sargento-mor de Bragança, o facto de ser fidalgo da Casa Real, o exercício de funções junto a uma das principais instituições religiosas da cidade deram a José Cardoso Borges um amplo conhecimento da documentação da cidade e da região, quer oficial quer privada, o que lhe permitiu traçar com segurança muitas das genealogias que apresenta, nomeadamente quanto aos diferentes morgadios existentes na cidade e no seu entorno, não fora ele e a sua mulher os instituidores do último morgadio que refere.

Não nos alongaremos demasiado sobre este tema, profundamente tratado por Francisco Manuel Alves e outros genealogistas que, de Cardoso Borges, citando-o ou não, retiraram muitas das informações relativas às famílias nobres e enobrecidas de Bragança e sua região.

Cardoso Borges começa por chamar a atenção para o facto de a cidade ter "muitas casas nobres" que conservou "em todo o tempo", desde os primeiros reis de Portugal, sendo alguns "da primeira nobreza do Reino".

É muito interessante, quanto aos senhores de Bragança da Alta Idade Média, ou seja, os Braganções, a forma como Borges articula uma suposta tradição sobre a origem da família e a sua vinculação à região, transmitida oralmente pelas aldeias circunvizinhas de Bragança, nomeadamente em Castro de Avelãs, com as informações veiculadas pelo *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, que assim confere àquela tradição os foros da veracidade. Destaque-se, a este propósito, o facto de Cardoso Borges citar o referido nobiliário não só pelas referências contidas na *Monarquia Lusitana*, mas também pela primeira edição impressa da mesma fonte, de 1641, levada a cabo por João Baptista Lavanha, em Madrid, e que durante quase um século serviu os genealogistas ibéricos. Prova clara, por outro lado, de que à data da elaboração da *Descrição,* ainda António Caetano de Sousa, ilustre membro da Academia Real da História e confrade de José Cardoso Borges, não tinha publicado a *História Genea-*

lógica da Casa Real Portuguesa, onde, nas respetivas *Provas*, seria pela primeira vez editado em Portugal aquele importante nobiliário.

Para além de Lavanha ou dos Brandões da *Monarquia Lusitana*, são igualmente citados autores que eram então considerados autoridades, como Lope de Haro, autor de um bem conhecido *Nobiliario Genealógico de las Casas Ilustres de los Reyes de España* (1620), ou a *Nobiliarquia Portuguesa* (1676), de Villas-Boas e Sampaio, o que revela a preocupação do rigor erudito que Borges impôs ao seu trabalho.

É verdade que também incorreu em alguns deslizes típicos dos genealogistas dos séculos XVII e XVIII: considerava o nome *Mendes* como um apelido e não como um patronímico, e originário em Fernão Mendes de Bragança, aceitando ingenuamente que alguns indivíduos Mendes documentados para os séculos XIV e XV estavam ligados àquele; a proposta que faz para a origem dos Ferreiras de Moncorvo; ou a cronologia que aceita para a origem da Heráldica. Mas não se pode negar a preocupação de José Cardoso Borges em utilizar documentação de arquivo, que indiscutivelmente sobrepõe em importância às informações de tradição oral ou genealógica[9].

Neste sentido, a sua obra contém inúmeras referências a documentos desde então perdidos, que se preocupou em transcrever, pelo menos em parte, e que são ainda hoje informações importantes para os historiadores.

4.2. CLERO

Se em primeiro lugar nos surge a nobreza, em segundo lugar, mas bem afastado da primeira classe ou ordem, vem o clero.

Neste grupo social, Cardoso Borges praticamente ignora o clero secular, o que se compreende, uma vez que ele tinha conhecimento dos inquéritos da Academia que se destinavam às paróquias da diocese de Miranda do Douro. Não indica os nomes do vigário do arciprestado de Bragança, do abade da freguesia de São João Baptista de Bragança, ou de quaisquer outros presbíteros.

Refere, sim, os nomes dos priores da Colegiada de Santa Maria do Sardão (a freguesia mais antiga da cidade), desde 1579, e dos restantes beneficiados desta, em 1721-1722. E menciona que a irmandade de São Pedro, uma das cinco irmandades da Igreja de Santa Maria, era constituída por sacerdotes.

Em compensação, dá-nos uma informação rigorosa quanto ao clero regular da cidade, distribuído por quatro casas, duas para frades e duas para freiras.

O Convento de São Francisco, o único de origem medieval (século XIII), tinha 25 religiosos.

O Colégio dos Jesuítas ou Companhia de Jesus, do século XVI, com 16 religiosos, os quais garantiam as quatro classes de alunos, teologia moral, duas de latim e uma de escola propriamente dita, e dispunha de livraria própria.

O Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição, das Clarissas, ou Ordem de Santa Clara, de origem quinhentista, com 120 religiosas de véu preto, duas de véu branco, oito noviças e seis educandas. Tinha como padroeira a Câmara de Bragança e, por carta régia de 1715, passou a estar reservado apenas para as filhas e netas de bragançanos, sem exceção.

Finalmente, o Mosteiro de Santa Escolástica das beneditinas, do século XVI, com 140 professoras, quatro conversas e 11 noviças.

Ou seja, até 1560, Bragança registou apenas um convento de religiosos, para fundar em 30 anos (1560-1590) mais três casas de clero regular. Por 1721, o número de membros dos quatro conventos e mosteiros, professando a vida religiosa ou preparando-se para a mesma, era de 332.

4.3. POVO

Em terceiro lugar, praticamente ausente das *Notícias* de Cardoso Borges, temos o povo, uma entidade que o nosso memorialista designa por “moradores”, “particulares”, “vulgo”, “fogos”, “vizinhos”, “povos” e “povo” propriamente dito. Sobre o povo, apenas um ou outro costume, com particular relevo para as “danças e folias” praticadas em dias de festa.

Os mesteres apenas são referenciados a propósito da obrigação de se incorporarem nas procissões.

A burguesia de negócios, os letrados a não ser que pertençam à nobreza, lavradores, jornaleiros, oficiais mecânicos ou trabalhadores vilãos, não existem na Bragança de Cardoso Borges, apesar de, nessa época, trabalharem na cidade numerosos fabricantes e torcedores de seda, tintureiros, moleiros e artistas de outras profissões.

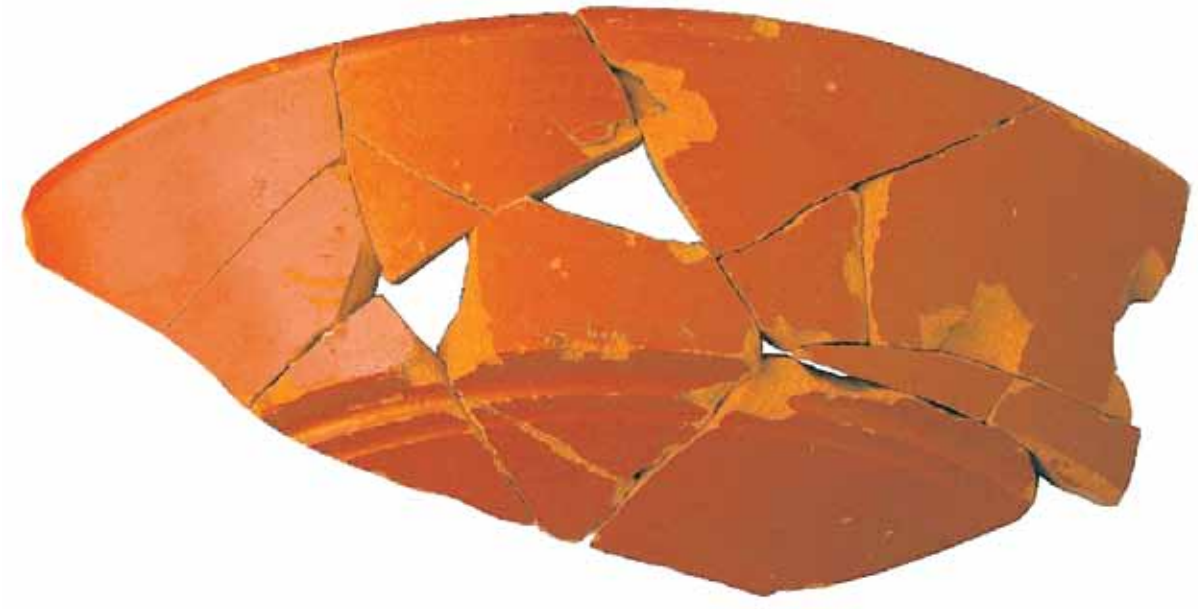
5. PARA UMA HISTÓRIA DA ARQUEOLOGIA DE BRAGANÇA

Como se viu pelos inquéritos enviados às diferentes entidades do Reino, a Academia Real da História Portuguesa revelou, desde as suas origens, preocupações de natureza arqueológica, que deram origem, em 1732, à primeira lei de proteção aos monumentos arqueológicos. Sob este aspecto, as *Memórias de Bragança*, em obediência às instruções referidas, não deixaram de apresentar as informações relativas aos vestígios arqueológicos existentes na cidade e seu termo.

Se as interpretações históricas de Cardoso Borges, quanto às origens da cidade, tendem a perder alguma isenção, perseguindo um só fim – engrandecer Bragança –, tal não desvaloriza todo o extenso trabalho de campo que levou a cabo, compreendendo o levantamento, identificação e leitura epigráfica de numerosos objetos, principalmente lápides, que chegaram ao nosso tempo apenas pelas suas palavras, graças ao registo que delas fez nesta obra. Conheceu sítios arqueológicos e abundantes vestígios que descreve com pormenor, procurando até reproduzir, através do desenho, alguns objetos a que se refere. Ele próprio se apercebe que alguns destes vestígios se estavam já então a perder e tem clara consciência de que terá sido o último ou dos últimos a testemunhar a sua existência.

Cabe ainda dizer que o seu trabalho arqueológico está orientado, em grande parte, para o estudo de vestígios romanos, embora também tenha feito algum levantamento de tumulária medieval e de arquitetura do mesmo período. No que toca a vestígios arqueológicos mouriscos, é surpreendente o seu desinteresse, porque despreza a cultura islâmica que reputa, em geral, de «bárbara», excluindo liminarmente que esta possa ter trazido qualquer contributo válido a Bragança.

Fragmentos de taça romana encontrados em Bragança



Fragmento de bordo de almofariz, com carimbo impresso, encontrado em Bragança

Não nos adiantaremos muito mais sobre este tema e muito menos repetiremos tudo quanto já foi dito relativamente à arqueologia e epigrafia de Bragança e da sua região, nomeadamente por Hübner, José Leite de Vasconcelos e Francisco Manuel Alves.

O que importa sublinhar é que Cardoso Borges apenas menciona os lugares do termo de Bragança para localizar as "pedras antigas", as inscrições de que teve conhecimento (como em Cova de Lua, Terroso, Grijó de Parada, Soeira, Saldanha), referenciando mesmo lugares não pertencentes ao município, como Fiães, no termo de Monforte do Rio Livre, e Vale de Telhas, do termo de Mirandela.

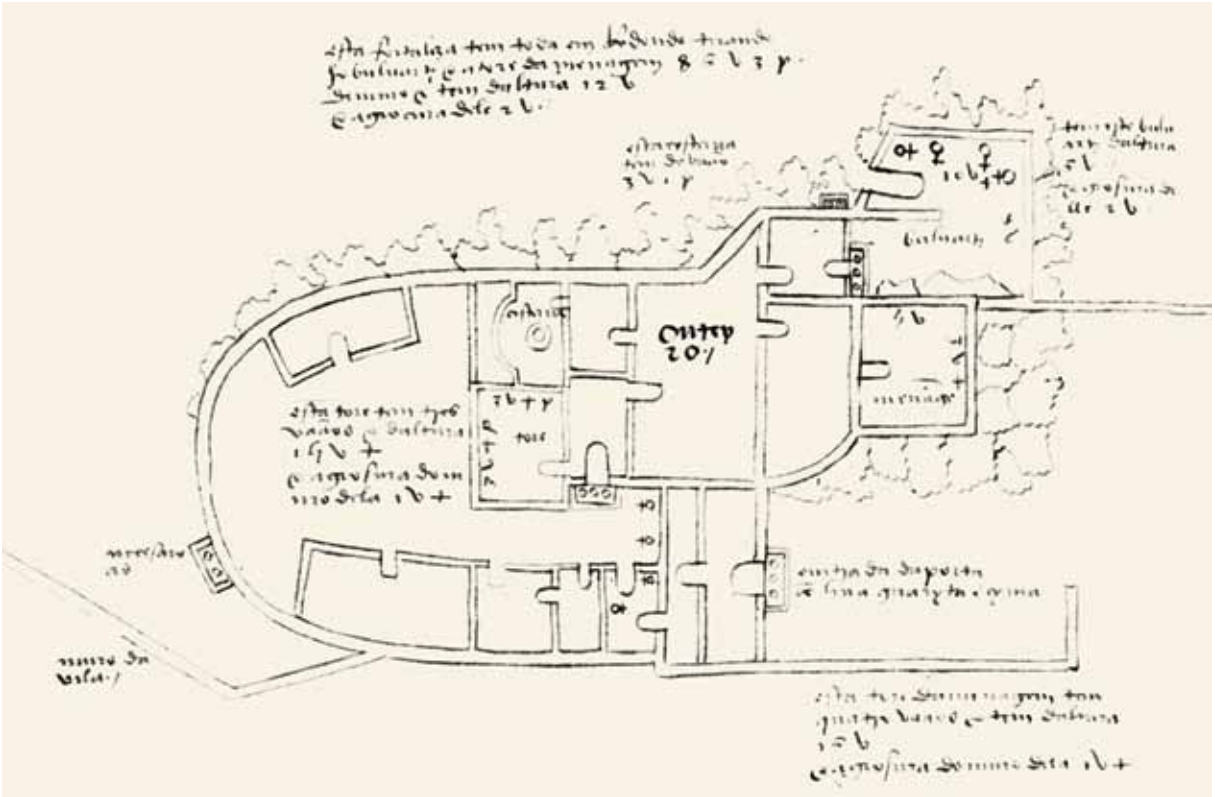
Por outro lado, verifica-se que as *Memórias de Bragança* constituem uma fonte excecional quanto a vestígios ou informações de natureza arqueológica relativas à cidade pré-Setecentista, que Cardoso Borges recupera das "cinzas de Bragança". Nesse sentido, menciona bairros, ruas, mosteiros, igrejas e ermidas já inexistentes no seu tempo, que só conhecemos por esta fonte, e de que falaremos ao tratar do urbanismo da Bragança oitocentista.

6. PARA UMA HISTÓRIA DA ARTE E DO URBANISMO DE BRAGANÇA

Cardoso Borges inicia a *Descrição topográfica da cidade de Bragança* com a sua localização, referindo as distâncias que a separavam de outras localidades portuguesas e com a fronteira espanhola, mas destacando as potencialidades do acidentado curso dos rios Fervença e Sabor, cujas linhas considerava um "fortíssimo antemural da cidade de Bragança pela profunda cava que têm feito as suas enchentes" – como se quisesse dizer que algo mais podia ter sido feito para travar a progressão do exército espanhol que, com dois mil cavalos e cinco mil infantes, cercara Bragança nos primeiros dias de Agosto de 1710.

Enquanto centro urbano, Bragança compunha-se, segundo Borges, de três corpos bem distintos, *o castelo, a cidade e o forte*. Em regra, os bragançanos usam os termos castelo, cidadela ou vila para referenciarem o aglomerado medieval que era abraçado em todo o perímetro pela muralha inicial. Porém, José Cardoso Borges ao considerar o castelo como a base em que assentava a grandeza da cidade mostrou possuir informação sobre textos da tratadística militar. Porquê? Justamente porque soube fazer a distinção entre o castelo, "a que o vulgo chama vila" e o perímetro cerrado de baluartes ultra-semicirculares que contornam o volume maciço da torre de menagem e da casa do alcaide-mor, da *cidadela* que consistia numa estrutura militar projetada de modo a poder continuar ativa no caso da população civil se revoltar contra a guarnição.

Fortaleza de Bragança (desenho de Duarte de Armas)



Mais tarde, o aumento populacional e a complexificação de funções impuseram a ocupação e a fixação no espaço situado fora dos muros, os arrabaldes. Um processo lento que levaria à sistematização do território que ainda agora designamos como cidade e que, por sua vez, em nome da segurança coletiva, acabaria por ser contornado por uma outra cintura de barreiras. Desta tríade, apenas o Forte de São João de Deus esteve afetado unicamente à função militar e se configurou como um corpo isolado por ficar a alguma distância da cidade. Todavia, desde logo se estabeleceram linhas de circulação que paulatinamente foram sendo bordejadas com edificações particulares e que ofereceram novas possibilidades ao movimento de expansão urbana. No entanto, o Forte sempre se manteve distante do casario, que ia ajudando à definição de novos arruamentos.

Além da representação militar, na vila destacava-se a Câmara, sedeada numa vetusta construção de estilo românico que servia também de cisterna.

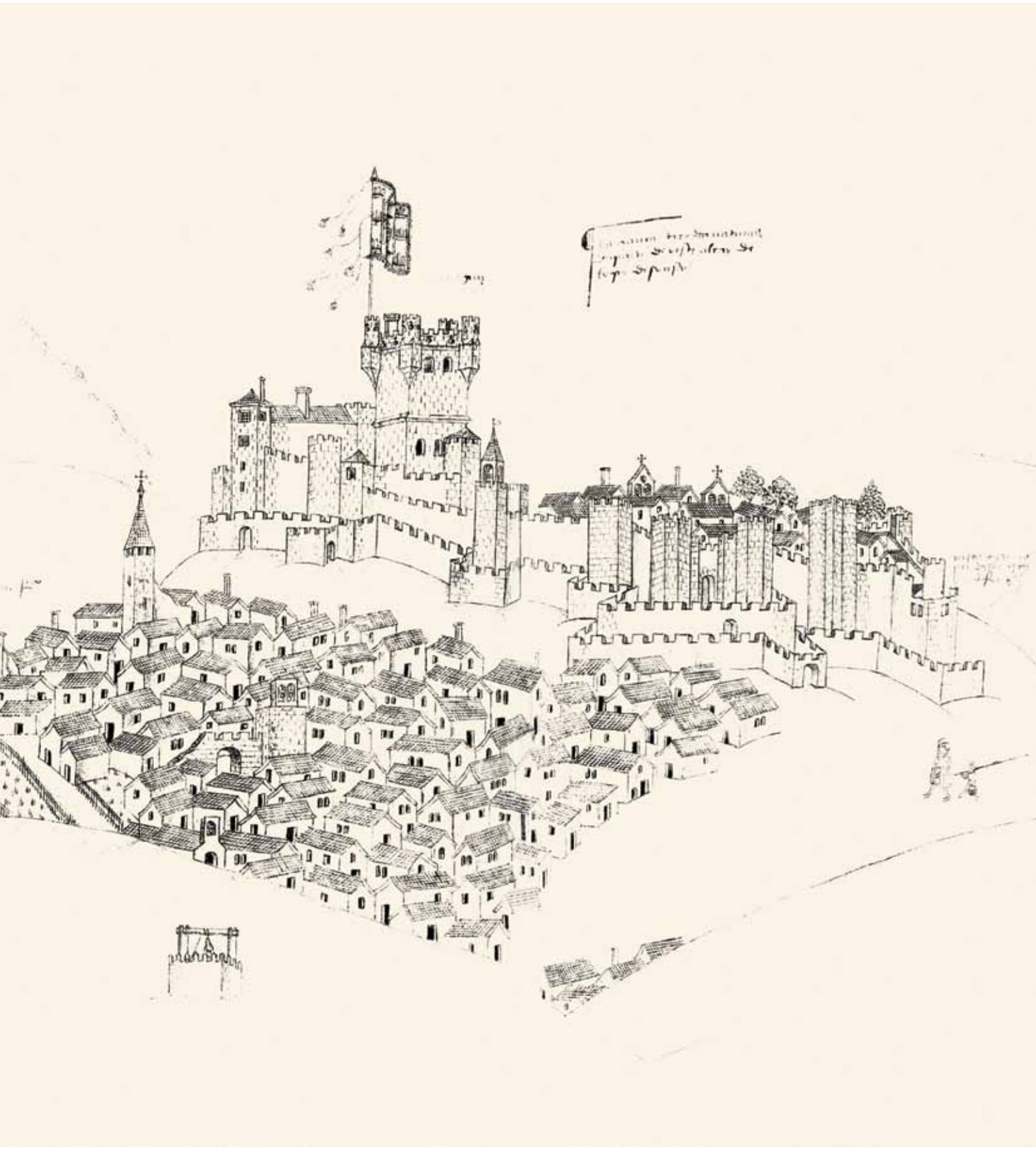
No primeiro quartel do século XVIII, as praças existentes correspondiam a espaços públicos bem identificados, fosse pela localização no conjunto do tecido urbano, fosse pela largueza de espaço e ainda por se associarem estreitamente a símbolos do poder municipal e civil, como o pelourinho e a cadeia, ou por terem um dos seus lados definido pelo alçado de uma igreja.

Na *cidadela* evidenciava-se a massa parda da Torre de Menagem, obra lançada pelo rei João I e que ostenta na fachada as suas armas. O empreendimento, iniciado em 1409, certamente em substituição de uma fábrica mais antiga e de menor envergadura, só quarenta anos mais tarde, já no tempo de Afonso V, chegaria à fase de conclusão. Durante estas décadas, algumas mudanças ocorreram, nomeadamente as que respeitavam à utilização da torre. As hesitações no programa a seguir parecem ter sido expressas, por exemplo, no arcaísmo das estreitas frestas remanescentes e superadas por uma nova atitude traduzida no rasgamento de janelas com bons lumes, nas zonas mais altas, embora ainda gizadas de acordo com o figurino da arte gótica. Contudo, ao possibilitarem a iluminação interior com maiores quantidades de luz e um melhor arejamento, acrescentavam comodidades que transformavam os espaços, organizados verticalmente em função de uma escadaria, dando-lhes capacidade para serem habitados em permanência – o que não a impediu de manter as qualidades de casa-forte, já que uma ponte levadiça assegurava a articulação com a alcáçova, a residência dos alcaides-mores.

Um dos desenhos de Duarte de Armas, no *Livro das Fortalezas*, do século XVI, permite que, ao lado da Torre de Menagem, vislumbremos este edifício que tinha, como Cardoso Borges escreveu, quatro torres nos ângulos, duas das quais integravam a muralha exterior, no lado sobranceiro ao Mosteiro de São Francisco.

As notícias da obra da Torre de Menagem permitem ver como José Cardoso Borges era um memorialista que gostava de fazer assentar as suas impressões em fontes primárias que se guardavam no arquivo da Câmara. Destarte evidenciou-se que ao arranque da obra estavam afetados os rendimentos anuais do concelho, um valor que podia ir além de 30 000 alqueires de cereal e de 150 000 réis. Mas, no reinado de D. Duarte, a empreitada contaria com menos

Fortaleza de Bragança (desenho de Duarte de Armas)



cabedais, já que outra diretiva reduzia os quantitativos concelhios a metade daquele valor. Todavia, algumas obstruções ao progresso da empreitada poderão não se explicar pela escassez de meios, já que, quando o tema dos atrasos foi levado às cortes de Lisboa de 1439, se argumentava que, mesmo com a obra parada, os oficiais dela não deixavam de receber.

Além da solidez dos seus paramentos e da colocação de guaritas com avançamento exterior no seu coroamento, merece destaque a existência de um sistema de aproveitamento da chuva que caía no seu eirado de cobertura, sendo a água conduzida para uma cisterna de grande capacidade a que se acede por uma escalinata espiralada. A importância do aprovisionamento de água também foi contemplada no serviço da alcáçova, pois, como Cardoso Borges informa, contava com dois grandes reservatórios, que nos nossos dias não estão à vista.

A Torre de Menagem e a alcáçova eram envolvidas por uma cintura de cubelos que apenas se interrompia, como se disse, no pano que, ligando duas das quatro torres da casa do alcaide-mor, integrava a própria muralha exterior. No circuito desta, conhecida como a muralha da vila, contou o memorialista dezoito torres e não se esqueceu de apontar as obras de adaptação que algumas sofreram, nomeadamente a diminuição da altura, para nelas poderem operar peças de artilharia de maior calibre. Uma barbacã, fortalecida com uma estacada, reforçava a porta principal, onde existia o nicho com a imagem de Santo António. Como se fosse um segmento de reta, aqui se iniciava uma rua que tinha a outra extremidade na Porta do Sol, uma abertura que viabilizava os trabalhos nos campos adjacentes, o abastecimento de água na Fonte do Jorge e que também ligava a vila com a estrada para Outeiro, Vimioso e Miranda do Douro. Ao ligar as duas portas do núcleo antigo, evidenciava-se a função estrutu-

Fonte do Jorge

rante desta artéria na organização do espaço intramuros, pois nela entroncavam as linhas de circulação, mais estreitas, que levavam às torres e adarves da muralha. Definia-se assim uma variante de um esquema planimétrico que vulgarmente se apelida de "espinha de peixe".

Mas o carácter deste núcleo urbano não deriva unicamente da presença unificadora da muralha e da Torre de Menagem. Duas outras construções foram implantadas nos sítios com as cotas mais elevadas desta colina. São elas a igreja de Santa Maria, a matriz da cidade, e a Casa da Câmara.

Perante o desconhecimento de fontes primárias, as referências de Cardoso Borges aos bispos da diocese de Miranda do Douro, António Pinheiro e Jerónimo de Meneses, são de grande alcance, por nos informarem da cronologia em que o pequeno templo foi ampliado e o seu corpo configurado com três naves. Pela mesma altura, 1579-1580, também os comendadores fizeram a nova capela-mor que apenas receberia o retábulo em 1635, obra que, mais tarde, daria lugar a outra de maior fôlego, encomenda da comendadora Maria de Figueiroa, viúva do mestre de campo general, Sebastião da Veiga Cabral.

Na antiga Igreja Matriz da cidade iniciou-se uma nova campanha de obras nos últimos anos do século XVII. Seria rematada com um novo frontispício que integrava colunas pseudo-salomónicas e frontões na sua arquitetura. O prelado mirandês, João Franco de Oliveira (1701-1715), mostrou, de acordo com Cardoso Borges, um fervoroso ânimo, pelo que é justo que se associe o seu nome à difusão e aceitação nesta região do país dos postulados estéticos da arquitetura barroca.

Ainda em relação com a Igreja de Santa Maria, queremos dar conta de uma declaração que se apensou ao registo de óbito de José Cardoso Borges, a qual foi entregue, a mando do seu filho, Bento José de Figueiredo, ao cura João Fernandes, logo a seguir ao falecimento. Trata-se de uma documento que remete para uma escritura celebrada em Novembro de 1706 nas notas do tabelião bragançano Bento da Silva Vilas Boas. Reputamos a matéria que trata como muito relevante por se testemunhar como José Cardoso Borges e Clara Maria de Figueiredo, sua mulher, hipotecavam as terças de todos os bens que possuíam "à fábrica do altar de Nossa Senhora, sito dentro da capela-mor de Santa Maria desta cidade para a parte do evangelho". Na mesma declaração situa-se esta devoção, defronte do altar das Almas, e esclarece-se que tinha a invocação de Nossa Senhora do Rosário. Porém, acrescentava-se que a partir do momento do seu falecimento devia passar a denominar-se como altar de São José. Por esta razão, no retábulo devia posicionar-se a imagem com este título juntamente com a imagem da Senhora do Rosário. Tratando-se de um vínculo de morgadio, os seus sucessores eram obrigados a fabricar o altar de S. José, devendo no seu dia mandar dizer uma missa cantada.

Quase tocando um dos alçados da Igreja de Santa Maria, perfila-se um edifício austero que o memorialista classificava de "toscana arquitetura" para justificar a filiação romana que, infundadamente, lhe atribuía. Tem planta pentagonal com lados desiguais e, em todo o perímetro, é ritmado pela regularidade de aberturas com arcos de meio ponto, características do estilo românico, tal como os cachorros que se veem no seu interior ou os que, no exterior,

servem de mísulas aos algerozes que conduzem as águas do telhado da cobertura para a cisterna. Esta ocupa a totalidade da planta, permitindo que sobre a abóbada da cobertura se defina o plano de um amplo salão a que se acede hoje pela estreita passagem que separa um dos seus lados maiores e um alçado da igreja contígua.

Salientamos que Cardoso Borges, ao referenciar os Paços do Concelho, não só evidenciou a "forma quadrangular" da sua planta como também mencionou que o salão tinha sido dividido em duas salas onde decorriam respetivamente as audiências gerais e as reuniões do Senado. A documentação que acrescente os nossos conhecimentos sobre este edifício é muito escassa. Neste sentido, é muito importante a advertência de Borges ao alertar-nos que, cerca de 1682, quando "se (lhe) rasgaram três janelas" se abriu na sala de audiências um escudete com quinas, mas sem a orla com os castelos. Informação importante por retirar valor às propostas cronológicas dos estudiosos que viam na presença destas armas um sinal inequívoco de obra régia dos primórdios da nacionalidade. Tentação fácil se considerarmos que, em 1187, Sancho I concedeu o foral a Bragança.

Ao estilo românico devia pertencer um outro templo existente no espaço intramuros em que se honrava o apóstolo Santiago. O seu prospeto principal enaltecia a praça do mesmo nome, onde, em honra do santo, se celebravam "luzidas festas de cavalaria, comédias e outros espetáculos". Foi em louvor de Santiago, explicou Cardoso Borges, que se insculpiram numa face da Torre de Menagem duas conchas a ladear uma cruz.

Contudo, no primeiro quartel do século XVIII, a expansão urbana ia avantajando outras praças que ofereciam melhores comodidades e condições mais vantajosas aos habitantes instalados em diversos arruamentos ou aos que demandavam a urbe. Os topónimos São João Baptista, São Vicente ou Colégio remetem-nos diretamente para templos com estes oragos e para a igreja e estabelecimento de ensino que a Companhia de Jesus tutelava. Eram edifícios religiosos que pontificavam no casco antigo e que não só sacralizavam esses terreiros, espacialmente mais desafogados, mas ainda lhe conferiam monumentalidade.

A ordem apontada, ao referenciar o progressivo distanciamento do castelo, mostra como, por força do crescimento da cidade, as praças mais antigas vão perdendo vitalidade a favor de novas hierarquias urbanas. Por isso, à medida que esmoreciam as luzes do século XVIII, crescia o protagonismo da Praça do Colégio, enquanto a Praça de São Vicente resistia a perder o seu papel na articulação com a malha urbana dos antigos arrabaldes. Nesta zona, ficava a velha Praça de São João, que era delimitada pela igreja paroquial dedicada ao santo do mesmo nome e pela igreja e dormitórios do convento das freiras de São Bento.

A Rua dos Prateiros facilitava o contacto com o castelo e a Rua de São Francisco comunicava com o mosteiro do santo de Assis, que José Cardoso Borges conheceu bem por nele ter exercido as funções de síndico. Apesar de, por intermédio da Rua da Alfândega, se relacionar estreitamente com a Praça de São Vicente, o destino da Praça de São João seria traçado pela ruína da igreja paroquial e pela integração da sua paróquia na Sé Catedral, que seria transferida para Bragança na sequência da Guerra Fantástica.

Foral de Sancho I

Praça e Igreja de São Vicente

Entretanto, a Rua Direita e a Rua da Corredoura ou do Espírito Santo, correndo quase paralelas, uniam as Praças de São Vicente e do Colégio e definiam-se como as duas artérias de maior dinamismo comercial, religioso e assistencial, já que naquela se situavam as casas da mitra, gérmen do futuro paço episcopal, a Igreja da Misericórdia com o seu hospital e, a poucos metros, a igreja e mais edifícios do Convento de Santa Clara.

Confrontando com as casas da mitra existiam bens que tinham sido propriedade do Seminário de São Pedro. Aos nossos propósitos interessa especialmente uma petição que, em Julho de 1712, José Cardoso Borges apresentou ao bispo João Franco de Oliveira, em que se declarava pretendente a "um pedaço de chãos que algum dia foi seminário" e que se propunha comprar, trocar ou emprazar, ajudando – dizia – deste modo, o Seminário que mostrava as ruínas que os espanhóis lhe tinham provocado no tempo do cerco. Nomearam-se louvados para medirem e avaliarem o lote, mas não pudemos conhecer o que o terreno representava para o suplicante, tanto mais que, como escreveu, não dava qualquer rendimento.

Outro documento mais tardio, por datar de 1767, atinente à inventariação dos bens móveis que tinham pertencido a Bento José de Figueiredo Sarmento e a sua mulher, Ana Maria Félix, permite localizar a residência de José Cardoso Borges na Rua Direita. Tocou em herança a seu filho Bento José de Figueiredo Sarmento, o qual fez benfeitorias nas casas "da morada citas na Rua Direita que são a casa nova e escada de cantaria [...] e casa da cozinha

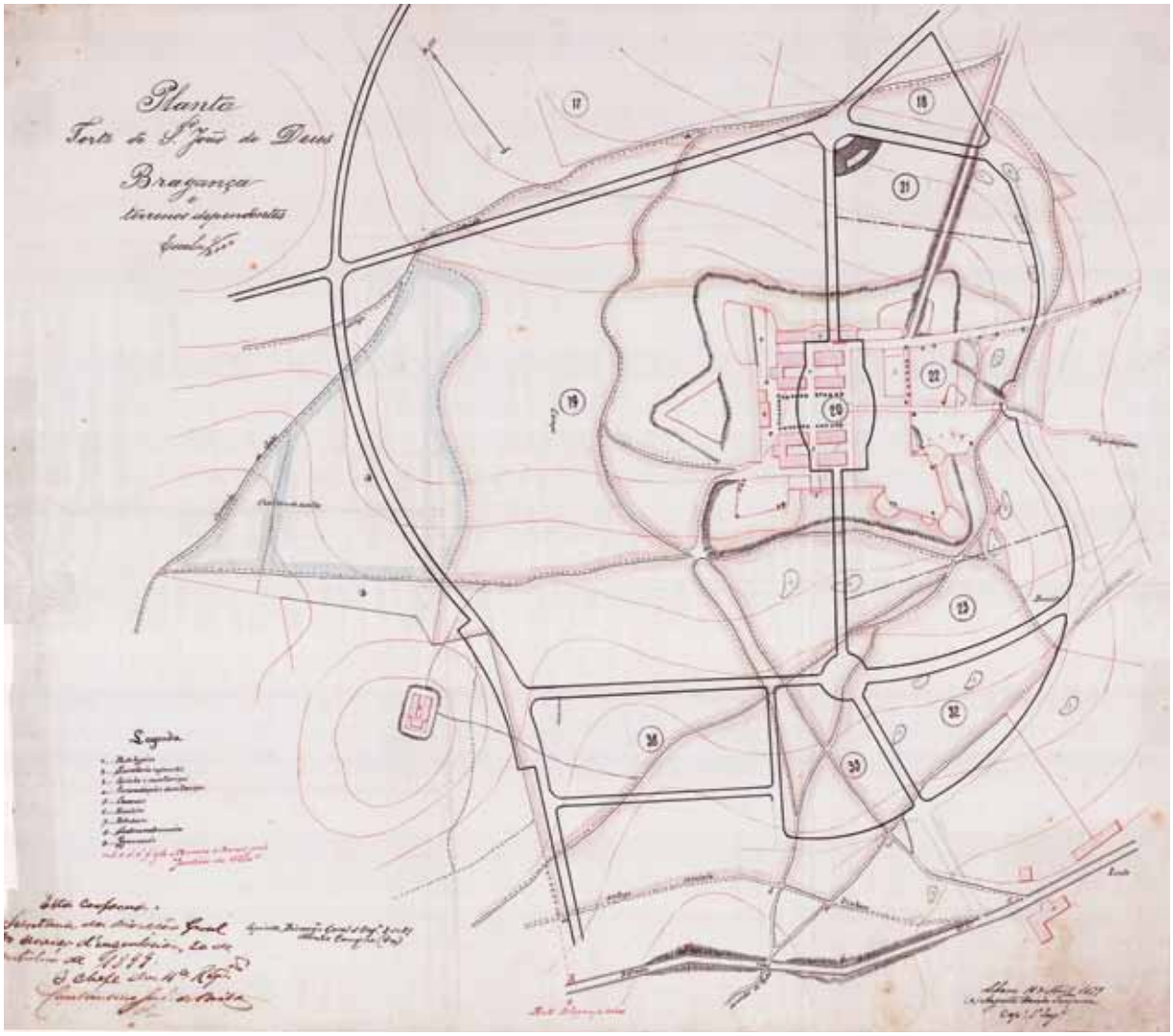
com suas entradas e saídas novas e velhas altos e baixos servidões e mais pertences que partem de uma parte com a caleija que vai da Rua Direita para o rio e da outra parte com o morgado, que foram avaliadas estas benfeitorias pelos avaliadores em um conto de réis".

No mesmo processo pormenoriza-se ainda a localização da casa de José Cardoso Borges que confrontava, "de uma parte com a Rua dos Gatos e da outra parte com a Rua Direita, que foram avaliadas pelos avaliadores em a quantia de dois contos e trezentos mil réis somente e não se avaliou o aumento da casa nova e a escada e benfeitorias da cozinha".

Junto à Rua Direita, ao cimo da Rua dos Gatos e no início da Rua dos Quartéis, ficava o hospital militar, uma fundação do tempo de Pedro II, em que assistiam alguns hospitaleiros de São João de Deus. A existência de um hospital para cuidar dos militares atesta a permanência da tropa, mais ou menos continuada, após os sucessos de 1640, o seu peso institucional, social e económico para além do seu significado no que respeita ao fenómeno da coesão social. De facto, após a Restauração, ponderadas as capacidades defensivas, são conhecidas algumas apreensões dos cidadãos bragançanos relativamente às consequências locais dos conflitos que se adivinhavam. Nesta perspetiva, tomaram-se, com a diligência possível, algumas medidas que estavam direcionadas para defender os homens e os seus bens, participando no esforço conjunto de manutenção da soberania. Ao tratar das "ermidas que estão fora da cidade", José Cardoso Borges referiu-se à Capela de São Sebastião, próxima das Portas do Sol do castelo, apontando que a sua construção se ficou a dever aos terríveis efeitos da peste de 1569 e à intercessão do santo e advogado dos males contagiosos. Discorrendo sobre este tema, o sargento-mor não calaria a decisão de um engenheiro militar em mandar demolir a Capela sob o pretexto de conveniências militares no tempo das guerras da aclamação.

Mais tarde, seria reedificada pela Câmara e com o concurso da população. Aquela decisão inscrevia-se no âmbito de um plano mais vasto, que consistia na construção de uma nova cintura de barreiras destinadas a oferecer proteção à cidade e aos seus moradores. Conhecemos vários testemunhos respeitantes a casas de populares que o poder desmedido da engenharia militar mandou derrubar para continuar as linhas defensivas. Alguns topónimos, como Esplanada ou Estacada, prolongam a recordação destas barreiras abaluartadas, complementadas pelas transformações que se levavam a efeito no castelo e sua envolvente.

Importa também referir que, neste período e pelas razões apontadas, algumas artérias da urbe sofreram os efeitos da métrica racional e do pragmatismo tão caro aos militares. Mesmo assim, o conhecimento do poder das novas armas de fogo fez ver aos militares como as defesas existentes na cidade eram inoperantes se não contassem com as possibilidades oferecidas pelas valências táticas de uma fortificação moderna. Foi assim que o Sardoal, um campo arborizado com sardões ou azinheiras, começou a ser preparado pelo conde de Mesquitela, governador das armas da província, para a construção do Forte de São João de Deus, obra regular com quatro baluartes reforçados com obras exteriores como o fosso e dois revelins, um dos quais dava cobertura às portas. Na segunda metade do século XVII, o



Planta do Forte de São João de Deus

engenheiro francês Saint-Paul desempenhou um importante papel nesta empreitada, embora também se deva admitir a participação de Miguel de Lescolle, igualmente engenheiro militar e a quem se reconhece obra nos campos da arquitetura civil e da arquitetura religiosa.

José Cardoso Borges, apesar de não ter aludido a qualquer dos responsáveis técnicos pela obra, mostrou conhecer o *Método lusitânico de desenhar as fortificações*, que o engenheiro-mor Luís Serrão Pimentel deu aos prelos em 1680, já que remeteu os leitores para a figura 16 A deste tratado, onde, com intuitos pedagógicos, a partir de uma figura quadrada, se explicita o modo de projetar os quatro baluartes numa praça regular.

Dois arruamentos de quartéis de cavalaria, ladeando a capela de São João Baptista definiam a organização interna deste novo polo da cidade, o qual, por estar situado a alguma distância da muralha, inscreveu na paisagem urbana novas vias de circulação, que foram sendo bordejadas de construções, num processo de grande timidez que se prolongou nas centúrias seguintes.

7. PARA UMA HISTÓRIA DAS MENTALIDADES

A fonte em estudo não nos permite, apenas, captar a organização administrativa e eclesiástica que tinha Bragança como polo de decisão (ainda que muito sintética e parcelarmente), a sua população, economia e sociedade, e de modo mais profundo, os traços urbanísticos fundamentais deste burgo trasmontano.

Permite-nos, ainda, carrear alguns materiais para a história das mentalidades, para o estudo dos comportamentos, modos de pensar e de sentir, códigos de atitudes e de moral, enfim, do imaginário dos seus habitantes no século XVIII.

Por exemplo, Cardoso Borges refere que, quando casam, "as mulheres levam os maridos para a sua freguesia"; e quando dão à luz, que o marido ou parente mais chegado vai tanger o sino da Igreja de São Vicente, para que as pessoas que o ouvem as possam auxiliar com as suas orações. Muito interessante é também a informação de, por ocasião do batismo das crianças, os pais escolherem a paróquia da cidade a que iriam pertencer... a não ser que ambos pertencessem à mesma freguesia. Por outro lado, quem, vindo de fora, passasse a residir em Bragança, se construísse casa, ficava a pertencer à paróquia de Santa Maria; mas se arrendasse a sua habitação, pertenceria à freguesia em que se localizava.

Deixando para uma outra oportunidade uma análise mais profunda deste aliciante e complexo tema, que passa, obrigatoriamente, pela demografia histórica, pelo levantamento dos factos registados nos livros dos tabeliães e por outras fontes, vamos tratar, para já, de algu-

Igreja de São Vicente

mas formas de religiosidade, expressas através das *confrarias e irmandades*, das *festividades e cerimónias religiosas*, dos *milagres*, sinais divinos que robusteciam a fé dos crentes, e, por fim, da própria *imagem* da vila e dos seus habitantes aos olhos de um dos seus habitantes.

7.1. CONFRARIAS E IRMANDADES

Enquanto associações total ou parcialmente abertas a pessoas oriundas de diversos estratos sociais, as irmandades, confrarias e ordens terceiras contribuíram significativamente para difundir o espírito da fraternidade humana e atenuar a desigualdade social no Antigo Regime.

As *Memórias de Bragança* não nos fornecem, ao contrário do que acontece para Vila Real, no mesmo ano, com a fonte que já referimos, uma enumeração exaustiva das suas irmandades e confrarias.

Assim, na Igreja de Santa Maria, Cardoso Borges indica as irmandades das Almas, Santíssimo Rosário, Santo Estêvão e São Pedro, esta última reservada aos sacerdotes, e a dos Moços Solteiros.

Na Igreja de São Vicente, menciona as confrarias da Santa Cruz e do Santo Cristo, esta última, ocupando "o primeiro lugar" da cidade, pela sua antiguidade e responsável por enterrar os mortos antes da criação da Misericórdia.

Refere, como não podia deixar de ser, a Irmandade da Misericórdia.

Na igreja do Convento de São Francisco, a Irmandade das Chagas e a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, dos militares.

No Colégio dos Jesuítas encontramos três irmandades, a da Anunciada, dos estudantes, a de Nossa Senhora dos Prazeres e a de São Xavier.

Na igreja do Convento de Santa Clara, a Irmandade de São Caetano.

No termo da cidade e a propósito de um nobre, fala-se da Confraria do Santíssimo Sacramento, em Rabal.

Quanto a ordens terceiras, apenas temos notícia da Ordem Terceira da Penitência, na igreja do Convento de São Francisco.

7.2. FESTIVIDADES E CERIMÓNIAS RELIGIOSAS

Várias festividades laicas e religiosas se desenvolviam ao longo do ano, de acordo com a liturgia cristã, ritmando a vida quotidiana da população da cidade, pautando os tempos de recolhimento e devoção, e solenizadas com as procissões que percorriam itinerários simbólicos, e expressavam assim a fé e a religião dos crentes.

Na Igreja de Santa Maria do Sardão, a 14 ou 15 de Agosto, celebrava-se "como festa real", com a assistência do Senado municipal, e com a participação de todos os mesteres

Gravura alusiva à Batalha de Aljubarrota

como no dia da procissão de *Corpus Christi*, a vitória das armas portuguesas em Aljubarrota (1385), o nascimento e morte de João I (1357-1433), a conquista de Ceuta (1415) e a retirada das tropas espanholas que cercavam Bragança (1710). Quanto a este último episódio, importa sublinhar que José Cardoso Borges, inspirado no *Santuário Mariano*, associou o dia 14 de Agosto de 1710 com os efeitos das campanas de Santa Maria, a igreja principal da cidade, uma vez que o repicar dos seus sinos foi compreendida pelo marquês de Caylus, comandante das forças espanholas que cercavam a cidade, como um mau presságio. Em consequência, foi com celeridade que mandou levantar o sítio que constrangia a cidade. Episódio relevante por, no imediato, mostrar a todos que a Senhora não desamparava a cidade e ainda por possibilitar a recuperação, em transporte rememorativo, do apego do rei João I a Santa Maria – sucesso que permitiu o lançamento de uma interpretação de sentido modernizante, que tinha em vista o revigoramento do alcance nacional da mítica batalha de Aljubarrota, em 1385.

Era também nesta igreja que se solenizavam "todas as festas reais", sendo as de maior culto as da Páscoa e do *Corpus Christi*, nas quais participavam os sacerdotes, religiosos, cavaleiros, nobreza e quadros militares, com toda a guarnição da praça a incorporar-se nas procissões que então se realizavam.

A Procissão de Quinta-feira Maior era realizada pela Irmandade de Santa Cruz, que ocupava o primeiro lugar, logo seguida pela Irmandade da Misericórdia, cerimónia esta que, em certos anos, era acompanhada por gente de 2 000 fogos, uma vez que os moradores da cidade e lugares do termo circunvizinhos eram obrigados a nela participarem, para levarem os andores.

A Procissão de Sexta-feira Maior desenvolvia-se com igual solenidade, apelando a todo o clero, nobreza, guarnição militar, irmandades, com todos os membros da Misericórdia descalços, e povo, na qual seguiam os andores e figuras de anjos e profetas, fazendo dela, pela "pausa, submissão e piedade", uma das "mais perfeitas" do Reino. Comummente se dizia em Trás-os-Montes, "Semana Santa em Bragança".

Nas grandes "aflições" da cidade, realizava-se a Procissão do Santo Cristo, da Igreja de São Vicente, a qual se respeitava como "dia santo", "dia grande na cidade". O clero assumia a responsabilidade da sua organização, assistindo todas as irmandades da cidade, a guarnição da praça que formava atrás do pálio, a população da cidade e os moradores dos povos circunvizinhos, que entravam na cidade cantando ladainhas e incorporando-se na procissão com as imagens da sua devoção.

Com um carácter mais profano, realizavam-se ainda a Festa de São Jorge, a 23 de Abril, e a Festa de Santiago, a 25 de Julho, ambas solenizadas pelo Senado "por voto que fez a cidade".

A Festa de São Jorge comemorava o "feroz combate" que se teria realizado em Bragança, no ano de 1001, contra os mouros, e que libertou a cidade e a região da sua dominação, nele participando São Jorge à frente do exército cristão. Na procissão seguiam mais de 140 sacerdotes e os meninos da cidade, que percorriam a cidade "em ladainha".

A Festa de Santiago, em honra deste apóstolo que "pregou e plantou a fé nesta cidade", organizada por dois mordomos eleitos pela Câmara, "pessoas das mais nobres e ricas", divertia o povo durante seis a oito dias, com exercícios e corridas de cavalaria, comédias e outros espetáculos.

Importa, ainda, relevar que, nos dias de festa, no concelho de Bragança como na terra de Miranda, os seus moradores praticavam "danças e folias", com espadas e adargas (escudos de couro), que designavam por "cedras", "que a compasso batem umas com as outras e a som de tambor e flauta fazem curiosos laços e voltas e as ações tão valentes que em tudo representam um militar certâmen". Outras danças – continua Borges –, executavam-se "com paus curtos", de tal modo que "correr, lutar e tirar a barra está em seu ser".

Nos lugares da terra de Miranda, o "certâmen da luta" tinha o seu auge nos dias "que concorrem os castelhanos raianos, com os quais se desafiam".

7.3. MILAGRES

A devoção e a piedade do homem setecentista eram, de certo modo, recompensadas pelos "milagres" que se manifestavam, por vezes – mais no passado –, na cidade, através das imagens da Nossa Senhora, do Santo Cristo e de São Francisco, acontecimentos e sinais extraordinários que deixam perceber mais o espírito de crudelidade popular que a intervenção divina.

Se bem que, nas *Memórias de Bragança*, a religiosidade popular se manifeste mais pela devoção que pelo milagre, a verdade é que este não deixa de estar presente.

Cabeceira da Igreja de S. Vicente

Assim, a Nossa Senhora do Sardão (carrasco ou azinheira), da Igreja de Santa Maria, produzia "inumeráveis prodígios", de que era penhor "Bragança milagrosa", nomeadamente, em 1685 e 1718, que o próprio Cardoso Borges testemunhou, com as chuvas que aconteceram, na sequência da saída à rua da imagem de Nossa Senhora.

A "milagrosa e sagrada imagem do Santo Cristo", da Igreja de São Vicente, "refúgio desta cidade", era também muito venerada, levada em procissão pelas ruas de Bragança em momentos de grande aflição coletiva, produzindo nos católicos, "principalmente nos mosteiros das religiosas", "maravilhosos efeitos", unindo-se muitas ao "Divino Amado com os braços da meditação em tão apertados vínculos que o não poderiam largar se as preladas, com a santa obediência, não suspendessem os voos a que tinham subido com as asas da contemplação". A devoção – garante Borges – "tudo quer para o Santo Cristo".

Ainda na Igreja de São Vicente, encontrava-se a imagem de Nossa Senhora de Roncesvalles (que se venerava em Navarra, no Convento de Santo Agostinho, dos Cónegos Regrantes), que era também "muito milagrosa". Valiam-se da proteção da Senhora as parturientes que, em caso de perigo de vida, ao darem à luz, mandavam "o marido ou o parente mais chegado dar nove toques no sino" da igreja, "para que os fiéis que os ouvem, ajudem também com as suas orações".

No Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição, das Clarissas, existia igualmente a "milagrosa imagem de São Francisco", a propósito do qual Borges relata "dois casos prodigiosos" que afetaram, no século XVII, duas freiras, cujos corpos, após a morte, revelaram num caso "notável formosura" e no outro "suavíssimos aromas".

Registe-se, aliás, que a intervenção divina nem sempre é bondosa, uma vez que também pune quem se porta mal, ameaçando com "severos castigos" caso não reconsiderem os erros cometidos – como aconteceu com uma das freiras do mosteiro referido, que não aceitando os "exercícios" da clausura, ousou regressar a casa dos pais –, e nem sempre defere as súplicas dos crentes "por seus altos e incompreensíveis juízos", o que igualmente "se tem por um grande milagre".

7.4. A IMAGEM DE BRAGANÇA ATRAVÉS DE CARDOSO BORGES ENTRE A TRADIÇÃO E A RAZÃO

Importa finalmente apreender a *imagem*, a representação que Cardoso Borges nos oferece da cidade de Bragança em 1721-1724, da sua pátria, ainda que não tivesse nela nascido, do que nos disse…e do que ficou por dizer.

A estrutura e conteúdo das *Memórias* são bem elucidativas da mentalidade setecentista, das preocupações e perceções deste homem que pertencia à elite da cidade.

O corpo do seu texto divide-se fundamentalmente em três partes: a descrição de Bragança, as suas origens míticas ou proto-históricas, e a origem e linhagem da nobreza da cidade.

A descrição da cidade constitui um texto racional, lógico, bem articulado, que nos permite ter uma ideia clara da estrutura urbana, dos seus principais monumentos, fundamentada na observação direta do autor e em numerosos documentos que transcreve ou cita. Trata-se da parte mais original e valiosa das *Memórias* de Cardoso Borges, herdeira da historiografia crítica e documentada de frei António Brandão, que honra as "Luzes" do século XVIII e a própria Academia Portuguesa da História.

Quanto às origens, Bragança, para Cardoso Borges, é um burgo antiquíssimo, cujas origens estão tão bem determinadas como o próprio mundo – 406 anos após o dilúvio, 1906 anos antes do nascimento de Jesus Cristo – e como a nação lusitana, que tivera início com um filho de Noé.

Como era comum nessa época, evoca várias passagens bíblicas, superior e irrefutável fundamento de qualquer assunto, interpretando literalmente as palavras do texto sagrado, e bem assim as datas e números aí referidos. Está o autor convicto de garantir, desta forma, a inquestionabilidade das suas afirmações e da cronologia que apresenta, sempre em prol da defesa e elevação de Bragança e excelência da sua origem.

A partir deste pretenso facto, baseado nos mais diversos autores, que cita para confirmar as suas prodigiosas conjeturas, e nas fontes epigráficas que carreia e interpreta para fundamentar a tese que defende, constrói o seu discurso no sentido de reafirmar Bragança como

sendo, “sem contradição conhecida”, a cidade mais antiga de Portugal, que nunca deixou de ser habitada, mesmo após a invasão muçulmana.

Assim, temos a construção e legitimação do mito das origens.

Por outro lado, apesar de muito antiga, nunca Bragança conheceu a “idolatria”, uma vez que “da sua primeira fundação teve sempre e nunca perdeu o conhecimento de Deus verdadeiro. E será esse o mais forte argumento da sua grande antiguidade e nobreza”, visto que “a verdadeira nobreza consiste em tributar louvores a Deus”.

Para que não restem dúvidas, consegue até assegurar, escudado em numerosos autores, que os fundadores de Bragança estão isentos de qualquer envolvimento na perniciosa construção de Babel, como poderia temer-se por outras fontes, cujas afirmações refuta, ponto por ponto.

Ao autor, repugna aceitar o passado não cristão de Bragança, salvo no que respeita aos tempos romanos. Para tal, vai ao ponto de defender a pouca contaminação da região por outros cultos, e isto desde a antiguidade, enfatizando a inclinação que os seus habitantes sempre demonstraram para o monoteísmo, rumo ao cristianismo, desde muito antes de Cristo, tendendo a afastar-se dos ritos e deuses pagãos, mesmo quando estes estavam plenamente instalados entre os seus vizinhos. Importa notar que, além do já referido menosprezo pela presença islâmica na região, no que respeita aos judeus da cidade, redu-los a pouco mais de meia página do seu texto, dando-os aliás por ausentes ou convertidos, já de longa data.

A cidade foi cristianizada pelo apóstolo Santiago que, em pessoa, aí instaurou “a fé católica”, de tal modo que nessa fé sempre se manteve, apesar do domínio dos mouros, uma vez que estes ocuparam apenas o castelo de Bragança, “porque o corpo da cidade sempre foi de católicos”.

Cardoso Borges escreve que lhe fizeram, quanto a este facto, uma advertência, “e foi que aplicasse o maior cuidado em descobrir alguma inscrição antiga que fosse monumento da nossa tradição, mas o monumento mais sólido da nossa tradição é a mesma tradição e em esta só me fundo”.

Assim, temos a construção e legitimação do mito da sacralização/cristianização da cidade.

Sob este aspeto, as *Memórias de Bragança* continuam a historiografia fabulosa da *Monarquia Lusitana* de frei Bernardo de Brito, que mergulha o passado nas lendas e mitos, não contestando a origem divina da Bíblia e muito menos a autoridade da Igreja, demonstrando uma erudição clássica acrítica, escolástica, nesta perspetiva nada devedora aos princípios do Iluminismo.

Que pretende Cardoso Borges ao defender a origem sobrenatural, fabulosa, quer sagrada, quer profana, de Bragança? Tão-só, enaltecer a cidade. Com fervor, o autor das *Memórias* procura – e a seu modo encontra – nas fontes documentais e arqueológicas a que recorre, provas incontornáveis da presença de Bragança ou dos seus habitantes nos momentos de charneira da História, não só de Portugal ou ainda assim Ibérica, mas do mundo, desde os primórdios, segundo as suas cronologias. Quiçá, o mais significativo terá sido o nascimento de Cristo, notavelmente assinalado em Bragança com prodígios que aí ocorreram.

Quanto à nobreza bragançana, podemos afirmar que esta parte se desdobra entre a tradição e a história. Isto é, quanto ao solar de Bragança, “antigo fundamento” da nobreza

da cidade e de outras "nobilíssimas famílias", as origens remontam a Afonso VI de Leão, seguindo outros escritores e memorialistas que pretendiam fundamentar a superioridade da nobreza através de uma genealogia muitas vezes fabulosa quanto às origens das famílias ilustres, mais uma vez baseada na *Monarquia Lusitana*.

Sob este aspeto comungamos do juízo de Francisco Manuel Alves, que ao tratar da nobreza de Bragança e do Nordeste Trasmontano conclui, baseado em Cardoso Borges, que "pouco ou nenhum crédito" merecem as filiações anteriores ao século XIV[10].

Mas pago o tributo às origens lendárias das famílias nobres, Cardoso Borges, ele próprio genealogista e membro da pequena nobreza bragançana, fornece-nos, a partir do século XIV, uma informação rigorosa, assente em documentos históricos, referindo, em caso de dúvida, que "parece ser", e noutros casos, reconhecendo que não pode apresentar "a linha direta com a verdade de nomes certos" ou de "notícias certas".

Assim sendo, as informações relativas à nobreza, a partir do século XIV, ou seja, aquelas que Cardoso Borges pode reconstituir a partir de fontes documentais seguras, revelam-se fidedignas.

Que grau de autenticidade é que Cardoso Borges confere à tradição quanto às origens míticas da cidade, e à sua cristianização? Quanto às lendas e milagres que refere? Quanto às origens da nobreza de Bragança? Quanto à exaltação patriótica e religiosa que impregna, segundo ele, a história de Bragança no passado?

Como se compreende que, face ao movimento cultural do Iluminismo, das "Luzes", de racionalização e laicização da História e de oposição ao panegírico face à reduzida base científica dos estudos históricos anteriores; de valorização da mentalidade crítica; de recusa do argumento de autoridade; de oposição à interpretação mística de fenómenos naturais; de ceticismo quanto à vinda de Santiago a Espanha e aos excessos da devoção mariana; do culto dos documentos, com recurso à arqueologia e epigrafia; e de afirmação do carácter absoluto da verdade considerada como universal e defendida reiteradamente pela Academia da História, Cardoso Borges demonstre, ao tratar de certos temas nas suas *Notícias*, demasiado respeito pela tradição, uma erudição livresca e ultrapassada, à boa maneira da historiografia seiscentista, e uma omissão total quanto aos problemas atuais com que Bragança então se debatia, lavando deles as suas mãos?

Temos sérias dúvidas de que Cardoso Borges acreditasse piamente nos mitos, lendas e milagres que refere. Em defesa desta nossa posição são as próprias expressões do autor das *Memórias* que, ao tratar daqueles, refere que "é constante tradição geralmente recebida", "segundo a tradição geralmente recebida", "comummente dizem" e ainda, "entra agora a tradição" ou "como afirma a tradição".

Isto é, embora fundamentando, por vezes exaustivamente, os "factos" da história fabulosa, para os quais carreia citações e opiniões dos mais diversos autores, Cardoso Borges distancia-se da mesma, recusando dizer o que pensa efetivamente sobre os mesmos. Chega a afirmar, a propósito da pretensa fundação, pelo próprio Francisco de Assis, do Convento

Igreja de S. Francisco

de São Francisco de Bragança, que "a tradição nesta cidade é tão constante que ninguém se atreveria a dizer o contrário sem nota de temeridade".

Porém, em tudo aquilo que não é questão de fé ou de tradição arreigada que possa colocar em discussão os pergaminhos da sua cidade, Cardoso Borges revela uma mentalidade moderna, iluminada, académica, datando historicamente o que as fontes permitem, consultando e transcrevendo numerosos documentos que autenticam as suas afirmações, refutando posições erradas de contemporâneos seus, descrevendo com simplicidade e objetividade a cidade, informando assim, com rigor e segurança, o retrato da sua cidade sob o ponto de vista urbano e patrimonial.

Trata-se de um paradoxo? De modo algum.

A contradição existente no texto das *Memórias de Bragança*, entre a tradição do passado e a razão do presente é, de facto, aparente.

Com efeito, a tradição que fundamenta e legitima, vinda de um passado que continua até ao presente, constitui uma regra, um princípio que visa não a destruição da hierarquia, da religião e da ordem estabelecida, mas a sua manutenção e glorificação.

Numa sociedade estratificada, dividida em ordens, ou classes como alguns pretendem, profundamente religiosa, Deus é o princípio supremo da justiça e da verdade, da tradição e da razão.

Colégio dos Jesuítas (atual Biblioteca Municipal de Bragança)

Cardoso Borges simboliza justamente, nas *Memórias de Bragança*, de forma exemplar, essa difícil comunhão entre o sagrado e o profano, a razão e a fé, que só irá ser posta em causa, definitivamente, lá para os finais de Setecentos.

O Iluminismo joanino constituiu sobretudo um movimento aristocrático, num tempo em que a nobreza detinha a primazia social e cultural. Ora, Cardoso Borges pertencia à nobreza de província, onde o peso da tradição se manteve até mais tarde; onde o sangue azul recusou a mistura com outros grupos sociais e teimou em manter a estrutura rígida do Antigo Regime; onde a educação era jesuítica graças ao magistério e vigilância ortodoxa do Colégio da Companhia de Jesus; e onde, finalmente, mas não de somenos importância, ao contrário do que acontece, por exemplo, em Chaves e Vila Real, a Inquisição desenvolve eficaz e sistematicamente a sua sinistra ação contra os "cristãos-novos", "os "judeus", sobre a qual e sobre os quais as *Memórias de Bragança* registam um prudente e angustiante silêncio...

Cardoso Borges é testemunha privilegiada da fúria com que a Inquisição se abate sobre Bragança. Só entre 1704 e 1720, são processados pela Inquisição 429 bragançanos, dos quais 114 referentes ao ano de 1718. É a esta dramática perseguição que Ribeiro Sanches e Luís da Cunha se referem, entre 1730-1750, ao denunciarem a "desolação" de Trás-os--Montes (entenda-se, Nordeste Trasmontano) e referirem que "boas povoações" como "a cidade de Bragança", estavam "quase desertas" "e destruídas as suas manufaturas" – terrível provação da qual não encontramos qualquer rasto nas *Memórias de Bragança*.

A religiosidade dos habitantes de Bragança – "no culto divino é que mais se apura" –, os excessos da devoção mariana, a "pia devoção" expressa pelos moradores nas procissões (a

qual se teria afervorado mais, segundo ele, nos anos anteriores a 1721), era verdadeira, tendo origem numa fé profunda, ou resultava do terror infundido pelo Santo Ofício?

Face a estes múltiplos e complexos fatores, poderia Cardoso Borges escrever as *Memórias de Bragança* de forma diferente?

De acordo com a tradição quanto à antiguidade de Bragança, à sua ideia de Deus e posterior cristianização. De acordo com a tradição quanto ao catolicismo fervoroso dos seus habitantes. De acordo com a tradição quanto às origens críticas da nobreza bragançana. Mas revelando espírito crítico, racional, pragmático, iluminista, em todos os outros temas de que trata, e nos quais revela um discurso lógico e coerente, assente nas fontes, numa investigação criteriosa que passa pela análise crítica dos factos, numa cronologia rigorosa e na refutação de outros autores.

Borges rejeita para Bragança a imagem de uma cidade periférica e repugnam-lhe os epítetos de «provinciana» ou «rústica» que outros lhe atribuem. No passado, Bragança era toda a província de Trás-os-Montes, sendo, por 1721, a sua comarca a maior – escreve o autor com exagero. Releva a posição fronteiriça como factor estruturante da natureza intrépida e bélica dos seus naturais – "o que em muitos pode ser violência, em Bragança é natureza" –, e bem assim da honestidade e bom «alinhamento» das mulheres. A distância do mar, de Lisboa ou mesmo do Porto, não a impediu de ser o berço de muitas pessoas que, ao longo do tempo, se distinguiram, para além de Portugal, para além da Ibéria, para além da Europa.

Por outro lado, com base no conhecimento direto que tem da cidade, faz o panegírico das suas belezas naturais e riqueza, desde as águas «cristalinas» (nomeadamente as do rio Fervença, que não sentiam inveja das águas do rio Tejo), a todos os produtos da terra e dos rios, sempre os melhores, "um agradável país", "tão abundante de todo o regalo". A Bragança em que vive e nos apresenta, é uma cidade que, do ponto de vista paisagístico, se revela de uma beleza quase bucólica, mas monumental e nobre nas suas edificações. De certo modo, pode dizer-se que tudo o que vê e descreve é, na verdade, o espelho de si próprio, pois evidencia uma cidade socialmente aristocrática, cortês e requintada, culturalmente erudita desde os seus primórdios, militantemente católica a uma só voz, sinceramente piedosa e empenhada na sua devoção, esta sim, transversal a todas as classes sociais. Se a obra foi produzida, como alguém escreveu, "com intuitos panegíricos", tal só se pode compreender quanto à exaltação que faz de Bragança.

CONCLUSÃO

Bragança, por 1721, revela já uma forte identidade, expressa através de um conjunto de elementos, símbolos e valores que a procuram individualizar a nível nacional.

Individualidade assegurada, em primeiro lugar, pelo carácter excecional das origens míticas de um burgo que também é, desde muito cedo, cristianizado, procurando, deste modo,

Cardoso Borges, com a identificação de um passado remoto, garantir o prestígio da cidade. Mas também, enquanto praça de armas, orgulhosa do seu castelo medieval, a "vila" ou "cidadela", um *sítio* que, pela sua antiguidade, funções e segregação física imposta pelas suas muralhas, acabou por desempenhar um papel muito importante no imaginário dos bragançanos e transmitir *à cidade um sentido histórico do* seu passado.

Uma Bragança, em segundo lugar, profundamente católica, ou não tivesse sido evangelizada pelo próprio apóstolo Santiago. Bragança, em 1721-1724, é uma cidade que, apesar de ter apenas 1 000 vizinhos – lembra Borges –, soma 22 igrejas, capelas e altares dedicados à Maria Santíssima – "no culto divino é que mais se apura" –, o que, paradoxalmente, contrasta fortemente com a perseguição tenaz que o Santo Ofício então desenvolve a centenas dos seus habitantes.

Recorde-se que, no ano em que Cardoso Borges iniciou as suas *Memórias de Bragança*, um ilustre bragançano, o cientista Jacob de Castro Sarmento, viu-se obrigado a fugir para Inglaterra, a fim de evitar a perseguição pela Inquisição.

Uma sociedade religiosa, material e simbolicamente traduzida pelas igrejas, capelas, altares, ermidas e conventos, marcos impressivos da fé, que povoam e sacralizam o espaço urbano, determinantes até na organização hierárquica do espaço público e das suas múltiplas funcionalidades; pelas confrarias e irmandades que afirmam a solidariedade entre os homens e a comunhão entre as almas; religiosidade ainda bem expressa na piedade e devoção com que todos participam nas procissões e outras festividades estabelecidas ou pautadas pelo calendário da Igreja – independentemente da obrigatoriedade que ao povo é imposta quanto à sua assistência e participação nas cerimónias mais importantes – e afervorada pelos exemplos de vida que emanavam de fontes de virtude e piedade, como os mosteiros de São Francisco e da Companhia de Jesus, ou os conventos das beneditinas e clarissas.

Uma Bragança, em terceiro lugar, que revela uma vida cultural própria, única no contexto da província trasmontana, graças ao Colégio dos Jesuítas, ao seu magistério e à sua biblioteca que somava largas centenas de obras e que serviu de campo de estudo para José Cardoso Borges.

Uma Bragança, em quarto lugar, de gente aristocrática, de uma nobreza, como a cidade, de origens medievais, que legitima e engrandece a Casa Real, a Casa de Bragança e logicamente todos aqueles que pertencem a essa ordem ou estrato social … incluindo Cardoso Borges.

Uma sociedade, com efeito, inspirada pelos valores aristocráticos de uma elite tradicional, integrada fundamentalmente por uma nobreza de província que detém zelosamente a governação do município, e transforma Bragança em *corte* de Trás-os-Montes, isto é, num corpo de relações sociais hierarquizadas, de procedimentos e comportamentos rígidos e uniformes, obedecendo à lógica de uma verdadeira corte real, de modo a esbater tensões, estabelecer o relacionamento entre os diferentes grupos sociais, e assim reforçar o seu prestígio e superioridade.

Embora retratando um mundo profundamente aristocrático e religioso, as *Memórias de Bragança* assumem-se, fundamentalmente, como uma descrição em que a tradição e a razão parecem conviver harmoniosamente. Há lendas e mitos a explicar as origens do burgo, a sua cristianização e a genealogia das famílias nobres, à semelhança do que acontece com

Convento de São Francisco

a historiografia eclesiástica, e numerosas memórias e relações setecentistas. E há, por outro lado, uma descrição racional, moderna, rigorosa da cidade, da qual os conflitos sociais e os dramas humanos parecem ausentes…

De facto, as *Memórias de Bragança*, escritas com o sentido da História e para a História, oferecem-nos um fresco inacabado da cidade, omitindo as tensões, as paixões, os contrastes e as sombras que constituem a essência da própria civilização barroca.

Ignorou os *expostos*, abandonados, de madrugada, nas portarias dos conventos; os *pobres*, esmolando pelas casas ricas e mosteiros, errando pelas feiras e romarias; as *classes sociais* responsáveis pela riqueza da cidade; mas sobretudo, ignorou os tempos dramáticos que Bragança então vivia, açoitada pelo Santo Ofício, despovoada por força dos que a abandonavam, os condenados e os fugitivos acossados pela delação.

Numa época de charneira entre o Barroco e o Iluminismo, é cedo para criticar a aristocracia de sangue, a Inquisição, o clero regular e muito menos o absolutismo reinante. Se era cedo ainda para tais críticas na capital do Império, muito mais cedo era para "a muito nobre, antiga e sempre leal cidade de Bragança".

Orgulhosa das suas origens, celebrando a glória de Deus no céu, e uma nobreza privilegiada, elitista, de sangue limpo, os fidalgos de solar, de indiscutível linhagem, na terra, regulando a vida através de privilégios e normas rigorosas, e dogmas indiscutíveis, Bragança, nos inícios do século XVIII, segundo Cardoso Borges, parece ter captado o equilíbrio e a serenidade que apenas a certeza da ordem imutável das coisas e dos homens confere à existência!

A realidade social do burgo, contudo, era bem diferente!...

NOTAS

1 Para as academias de Espanha, consultar AAVV, *Las Reales Academias del Instituto de España*, Madrid, 1992.

2 Sobre esta problemática, consultar António Gomes da Rocha Madahil, *Novas fontes de história local portuguesa*, Coimbra, 1934 e *Ílhavo no século XVIII. As informações paroquiais de 1721 e de 1758*, Figueira da Foz, 1937; Eduardo Costa, *Os inquéritos paroquiais do século XVIII e algumas das freguesias do distrito de Aveiro*, Aveiro, 1955; Pedro de Azevedo, *O livro 2.º da correspondência expedida e recebida pela Real Academia da História*, "Arqueólogo Português", vol. 26, Lisboa, 1924, p. 37-163, e *O primeiro livro de registo da Academia Real da História*, vol. 29, Lisboa, 1933, p. 92-156; António Cruz, *Geografia e economia da província do Minho nos fins do século XVIII*, Porto, 1970; e Maria José Mexia Bigotte Chorão, "Inquéritos promovidos pela Coroa no século XVIII", in *Revista de História Económica e Social*, n.º 21, Lisboa, 1987, p. 93-130.

3 Francisco Manuel Alves, *Memórias arqueológico-históricas do distrito de Bragança*, XI tomos, Porto, 1909-1948.

4 Francisco Xavier da Serra Craesbeeck, *Memórias Ressuscitadas da Província de Entre Douro e Minho*, 2 volumes, Ponte de Lima, 1993.

5 Maria José Mexia Bigotte Chorão, "Inquéritos promovidos pela Coroa no século XVIII", in *Revista de História Económica e Social*, n.º 21, Lisboa, 1987, p. 93-130.

6 Fernando de Sousa, *História da Indústria das Sedas em Trás-os-Montes*, volume I. Porto: Edições Afrontamento, 2006 p. 38-47.

7 Júlio Montalvão Machado, "Notícias Geográficas e Históricas da Província de Trás-os-Montes". *Revista Aquae Flaviae*, n.º 2, Chaves, 1989, p. 9-76.

8 Fernando de Sousa e Silva Gonçalves, *Memórias de Vila Real*, 2 volumes, Vila Real, 1987.

9 Parece-nos elucidativo o caso da origem da família Ferreira, oferecendo primeiro uma versão contida num manuscrito guardado num arquivo particular que entronca aquela família nuns Herrera castelhanos dos inícios do século XIII (fls. 178-181), para depois nos dar uma mais sólida informação sobre os "*Ferreiras de Bragança com particular individuação por papéis autênticos e suficiente conhecimento que tenho desta família que é uma das principais desta cidade e província*".

10 Francisco Manuel Alves, *Memórias arqueológico-históricas do distrito de Bragança*, vol. VI, Porto, 1928, p. XV e 589.

II PARTE

AS *MEMÓRIAS DE BRAGANÇA* – DO ORIGINAL À TRANSCRIÇÃO

A erudição de Cardoso Borges, que tem sido evidenciada, revela-se através da sua escrita requintada, com vastos recursos lexicais e estilísticos, de que resulta um trabalho literariamente notável, com trechos de grande beleza. O bem falar e bem escrever faziam parte das suas preocupações. Diz de Bragança, que "o idioma que fala nos particulares é com acerto. No vulgo não é dos que tem mais que emendar".

Porém, as regras de escrita setecentistas, pelas quais o autor se pauta, não obrigam ao cumprimento das normas que hoje se adotam, não sendo por isso desprimor para o autor ou para o seu texto que este, na sua versão original, reflita as particularidades do seu modo de falar e do sotaque que passa para a escrita as marcas da oralidade. Tal é perceptível, ao longo de todo o texto, em palavras como "irmã" que o autor escreve retirando a nasalação e alongando a sílaba acentuada oxítona, obtendo a forma "irmaá" (em muitas passagens); iguais marcas de oralidade estão patentes na forma de escrever diversos topónimos, sendo um dos mais curiosos o caso de Argozelos, "Alguzelos", pelo cariz arcaizante desta grafia em que "l" e "r" se confundem; outro exemplo interessante é o do plural de "difícil", na forma "dificiles".

Também característica do autor e da época é uma ligeira tendência para perder o sentido das concordâncias, em género e em número, sobretudo quando as frases são mais complexas e extensas. Um exemplo, entre muitos, encontra-se na passagem que se refere a um regulamento conventual. O mesmo acontece com o pronome "lhe", que raras vezes é escrito na forma do plural e, por vezes não tem "h", resultando no fonema "le".

Além das variantes gráficas e morfológicas exemplificadas, este texto, na sua versão original, tem também uma estruturação sintática complexa, adequada ao gosto e modo de composição frásica de então. Por estas razões, foi decidido adaptar-se o texto com recurso aos sinais gráficos de pontuação no modo que atualmente se utilizam, de forma a demarcar as frases. Optou-se também por normalizar a escrita, limando e aplanando as diferenças gráficas, aproximando o texto dos padrões ortográficos atuais. Contudo, procurou-se que este conjunto de adaptações sintáticas e ortográficas não adulterasse as intenções do autor, apenas tornasse o seu texto mais fluido à leitura, não sem que este esforço levantasse problemas para os quais se procurou uma solução tão equilibrada quanto possível. Ao desmontar a complexidade das frases é inevitável interpretá-las e fazer opções quanto à pontuação a utilizar, muitas vezes correndo-se o risco de deixar perder ou reduzir algumas opções do autor, em prol de outras. Por isso, em alguns casos optou-se por deixar uma pontuação vaga e a extensão da frase mais longa, tal como a pretendeu o autor, para não fechar as múltiplas hipóteses de leitura.

Não obstante, ainda assim os maiores problemas da adaptação da grafia de um texto desta natureza giram em torno dos nomes, próprios ou de família, e dos topónimos. Geram-se grandes ambiguidades quanto ao que seriam as intenções do autor quando utiliza indi-

ferenciadamente várias formas de escrita para um mesmo nome (Mariz ou Sotomaior, por exemplo). Por outro lado, ao recorrer sistematicamente a uma forma que não é a que hoje se convencionou adotar, quererá evidenciar que essa era a grafia eleita pela família ou pessoa em causa? Idêntico problema se apresenta para as designações das cidades, principalmente nos casos em que estas podem ter uma grafia semelhante em latim ou português e não é clara a opção de escrita do autor – Brigância ou *Brigancia*, por exemplo.

Por tudo isto, considerando os vários problemas a dirimir, foi necessário estabelecer algumas linhas orientadoras e pode dizer-se que, de um modo geral, se esboçaram os seguintes critérios de transcrição e adaptação:

- mantiveram-se todas as estruturas sintáticas originais, mesmo aquelas em que abundam frases coordenadas por conjunção copulativa, alterando-se ou acrescentando-se apenas a pontuação;
- respeitou-se o vocabulário original, independentemente do seu cariz mais ou menos arcaico, mas adaptando-o à grafia atual;
- os topónimos, ainda que feita a adaptação gráfica, estão conformes ao texto original (por exemplo, "Chaves", hoje cidade, é referida como "vila de Chaves" e foi esta a designação que se conservou);
- nos casos em que não é claro se o autor pretende escrever em português ou em latim, optou-se por escolher a grafia da língua que mais parece aproximar-se da forma que ficou escrita (ocorre, por exemplo, nas explanações etimológicas dos topónimos);
- desenvolveram-se todas as formas abreviadas, salvo algumas que, comummente, ainda são reconhecidas como, por exemplo, "D." e as que são utilizadas pelo autor em citações bibliográficas, cuja forma original foi integralmente reproduzida;
- as passagens citadas pelo autor de textos de terceiros, em português, castelhano e latim, mantiveram-se de acordo com o original;
- as referências numerais foram adaptadas de acordo com os critérios atualmente convencionados (por exemplo, as datas que figuravam por extenso foram convertidas em numeral; a identificação numérica dos monarcas ou papas foi normalizada em numeração romana, etc.);
- para melhor compreensão e leitura do texto, introduziram-se alguns parágrafos e aumentou-se ou eliminou-se uma ou outra vírgula;
- as notas à margem e as expressões entrelinhadas atribuíveis ao autor foram inseridas no texto com destaque entre comas (<>); os comentários extra-texto não foram transcritos;
- as notas ou aditamentos que nos pertencem vão entre [ ];
- sendo o texto adaptado, minimizou-se o recurso a notas explicativas, figurando apenas as que assinalam lacunas do texto original.

Memórias de Bragança

José Cardoso Borges

Índice

[Parte I]
Descrição Topográfica da Cidade de Bragança

Notícia 1.ª

[Introdução]
Catálogo dos Governadores de Bragança

Notícia 2.ª | Dividida Bragança em três partes, castelo, cidade e forte, principiando da primeira, se dá [notícia] da milagrosa imagem de Nossa Senhora do Sardão, padroeira da mesma cidade, da sua colegiada e catálogo dos seus priores

Catálogo dos priores
Beneficiados atuais desta colegiada pela ordem da antiguidade que têm na mesma

Notícia 3.ª | Da fundação do castelo, desvanecendo outras que dele há menos verdadeiras, com o catálogo dos seus alcaides-mores

Responde-se a António Pires da Silva
Responde-se a António de Carvalho da Costa
Catálogo dos alcaides-mores com individuação dos que foram juntamente governadores
Alcaides-mores pelos Sereníssimos duques de Bragança
Preeminências dos alcaides-mores desta cidade

Notícia 4.ª | Dos Paços da Câmara, festas que soleniza por voto, suas rendas e regalias

Festas que se solenizam por voto
Regalias que tem a Câmara desta cidade
Rendas que tem a Câmara

Notícia 5.ª | Das igrejas, mosteiros e capelas que estão na cidade e suas fundações

Casa da Misericórdia
Igreja de S. Vicente, que vulgarmente se chama do Santo Cristo, com a relação desta sagrada imagem
Capelas
Convento de S. Francisco
Colégio da Companhia de Jesus
Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição de religiosas de Santa Clara
Carta do Sereníssimo duque D. Teodósio para a Câmara desta cidade
Mosteiro de Santa Escolástica de religiosas de S. Bento

Notícia 6.ª | Do Forte de S. João de Deus

Notícia 7.ª | Das ermidas que estão fora da cidade

Ermida de Santa Apolónia
Ermida de S. Lourenço
Ermida de Santo António
Outra ermida de Santo António
Ermida de S. Sebastião
Ermida de S. Lázaro
Ermida de S. Bartolomeu
Ermida de Santa Rita

Notícia 8.ª | Das fontes

Notícia 9.ª | Dos mosteiros, colégios, hospícios e outras igrejas que esta cidade teve

Igrejas paroquiais
Hospitais
Ermidas
Mosteiros e Hospícios
Hospícios
Miranda
Colégios

[Parte II]
[Genealogia das Famílias Nobres]

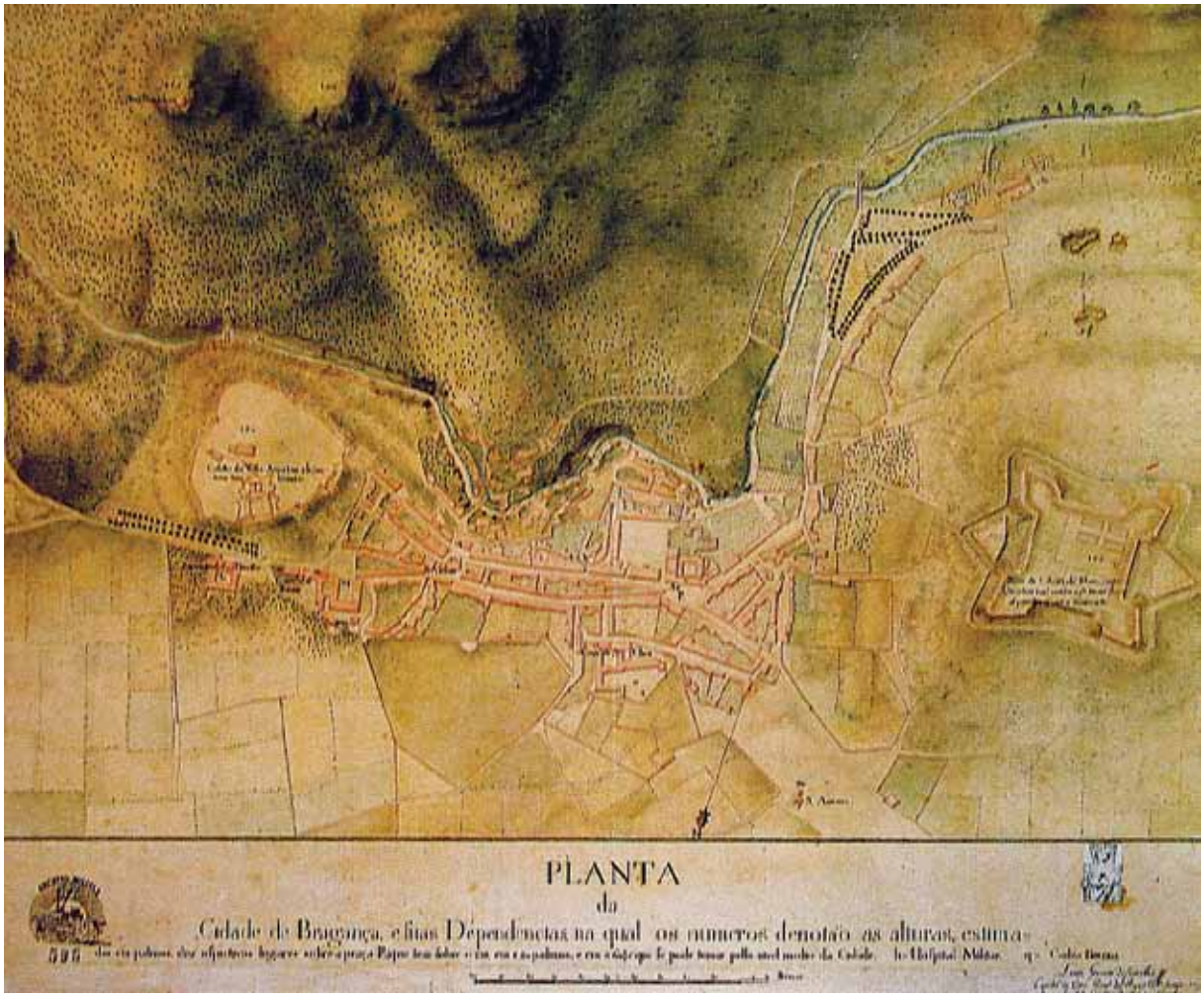
Notícia 10.ª | Dos Solares de Bragança

Outro Bragança
Alão de Bragança
Mendes de Bragança
Solar dos Chacins
Solar dos Mascarenhas
Solar dos Macedos
Solar dos Morais
Armas dos Morais de Bragança

Notícia 11.ª | Dos Morgados

[Notícia 12.ª] | Ferreiras de Bragança que trazem origem da casa de Cavaleiros

Senhores de Pedraça
Casa dos senhores de Ampudia



Planta da cidade de Bragança em 1801

Ferreiras de Bragança, com particular individuação por papéis autênticos e suficiente conhecimento que tenho desta família que é uma das principais desta cidade e província

[Notícia n.º 13] | Ferreiras da Torre de Moncorvo

[Parte III]
[Origens da cidade de Bragança]

Notícia 14.ª | Dos progressos da cidade de Bragança do tempo da sua fundação até ao conde Henrique

No termo desta cidade
Vinhais
Mirandela

Advertências às notícias que tenho dado

Descripsão topografica da Cid.e de Bragança

Noticia 1.a

1

Na Provincia de Trasosmontes, em Latitud de 41 graos, 32 minutos; e na Longitud de 12 graos, 10 minutos, Outo legoas da Cid.e de Miranda, treze da Torre de Mencorvo, Vinte e Sete da Cid.e de Braga, quatro ao Norte da raya de Galliza, e duas do Reyno de Leão, fronteyra a este, e a Praça da Puebla de Senabria de que dista sinco legoas, nas Margens do Rio Fervença assim chamado do crespo de Suas ondas, que levanta em vistoza espuma encontrada de alguns penhascos a Sua Corrente, em espaçoza e alegre planicie, que forma a breve descida de duas eminencias, está situada a muyto Nobre, antiga, e sempre Leal Cidade de Bragança; coroando Euá d'aquellas ao Oriente formidavel o Castello, e o Forte de S. João de Deos aquelle corresponde ao Occidente: pela parte do Sul Corre o Fervença, e pela do Norte meya legoa distante de aprazíveis valles, a Ribeyra de S. Jorge, mais Celebre pela Memoravel Victoria alcansada dos Mouros na ultima restauração de Bragança que pelo Cabedal de Suas agoas, as quaes tributa ao Rio Sabor, e este da Sua Fonte corre duas legoas demandando a direytura do Castello, e avistandoo a pouca distancia no fundo dos Valles de S. Francisco, desce mais Euá legoa onde se lhe ajunta o Rio Fervença. São estes rios fortissimo antemural da Cidade de Braga pela profunda Cava, q tem feito as Suas enchentes, na Mayor parte quasi inaccesivel, e Não em m.tas se deixa tratar com facilid.e

BIBLIOTHECA NACIONAL DE LISBOA

Primeira página do manuscrito de Cardoso Borges

[PARTE I]
DESCRIÇÃO TOPOGRÁFICA DA CIDADE DE BRAGANÇA

NOTÍCIA 1.ª

[Introdução]

Na Província de Trás-os-Montes, em latitude de 41 graus, 32 minutos e na longitude de 12 graus, 10 minutos, oito léguas da cidade de Miranda, treze de Torre de Moncorvo, vinte e sete da cidade de Braga, quatro ao norte da raia de Galiza, e duas do Reino de Leão, fronteira a este é a Praça de Puebla de Sanabria, de que dista cinco léguas, nas margens do Rio Fervença, assim chamado do crespo de suas ondas, que levanta em vistosa espuma encontrada de alguns penhascos a sua corrente em espaçosa e alegre planície que forma a breve descida de duas eminências, está situada a muito nobre antiga e sempre leal cidade de Bragança. Coroando uma daquelas, ao oriente, formidável, o castelo, e o Forte de S. João de Deus, a que lhe corresponde, ao ocidente. Pela parte do sul, corre o Fervença, e pela do norte, meia légua distante, de aprazíveis vales, a ribeira de S. Jorge, mais célebre pela memorável vitória alcançada dos mouros na última restauração de Bragança, que pelo cabedal de suas águas, as quais tributa ao Rio Sabor e este da sua fonte corre duas léguas demandando a direitura do castelo e, avistando-o a pouca distância, no fundo dos vales de S. Francisco, desce mais uma légua, onde se lhe ajunta o Rio Fervença. São estes rios fortíssimo antemural da cidade de Bragança pela profunda cava que têm feito as suas enchentes, na maior parte quase inacessível, e não em muitas se deixa tratar com facilidade.

Fundou esta cidade, segundo a tradição geralmente recebida, Brigo, quarto Rei de Espanha, 406 anos depois do dilúvio que era o 2056 da criação do mundo e 1906 antes do nascimento de Cristo Senhor Nosso, segundo a computação dos que a fazem, nasceu aos 3962.

De Brigo, seu fundador, tomou o nome de Brigância. Em escrituras antiquíssimas a vejo com o de Brigância, Bregância, Bragância, e assim se corrompeu em Bragança. Há quem diz que, reedificando-a Júlio César, e sendo estimada dos romanos, se chamava cidade de César, *Briga-Caesaris*, que se corrompeu em Bragança, tendo até o seu tempo o de Briga. Octaviano Augusto, que a enobreceu com grandes privilégios, lhe impôs o nome de Júlia, em memória de seu tio Júlio César, e assim parece que de seu fundador e reedificador se chamou *Juliobriga*, nome que também antigamente teve, como afirmam muitos e gravíssimos autores. Abraão Hortélio no *Thezouro Geographico*, verbo *Brigancia*, diz: "*Nunc Julio-Briga*"; e lhe parece a palavra *Deo-Briga* erradamente escrita em Ptolomeu, porque havia de dizer *Julio-Briga*.

Os latinos lhe deram o de *Caliobriga* e parece que, atendendo à mesma denominação de *Julio-Briga*, o formaram com a abreviatura de *C. Julio-Briga*. Também alguns lhe dão o de *Caeliobriga*, mas entendo que este nome é acomodatício pelo clima salutífero em que esta cidade está fundada, a que parece faz também alusão as suas armas.

Taça romana, do período Cláudio-Nero, encontrada em Bragança

Tem por armas escudo aberto em pala. No primeiro, as quinas reais e se entende que el-Rei D. Sancho I a honrou com estas, quando de novo a povoou em 1187, com grandes foros e privilégios; ou em 1192 quando seus nobres moradores, desempenhando as suas obrigações no apertado sítio que lhe haviam posto os leoneses. Por seu heroico valor, que o mesmo rei presenciou, vindo-os socorrer, se fizeram dignos daquele crédito. E isto é mais verosímil porque com as quinas estão também estrelas de vermelho que significam haver dado paz e ajuda à pátria, e a cor vitória ardida e guerra. No segundo, castelo de ouro em campo azul semeado de estrelas. O castelo tomaram do fundador, divisa que trazia em suas bandeiras. O campo azul semeado de estrelas, pelo temperado céu de que esta cidade goza, de que procede a fertilidade do País não só do necessário, mas de todo o regalo para a vida humana. Bem pode ser que por esta causa lhe chamassem os antigos Cidade do Céu, e se lhe acomodasse o nome de *Caeliobriga*.

É abundante de pão, não poucos e excelentes vinhos, águas cristalinas e delgadas; deliciosas frutas, principalmente de guarda; carnes, as mais gostosas, e a de porco conhecida entre as melhores; muita caça de perdizes, lebres e coelhos e para o divertimento não faltam nos montes corças e javalis; boas hortaliças, legumes de todo o género, cópia de lacticínios; algum azeite, e fora mais do necessário se os lavradores nesta parte atendessem à sua utilidade; muita castanha de que abunda o termo, formando a espessura das suas avultadas árvores em cada aldeia um agradável país. As pescarias do rio Sabor, Tua, Maçãs, Baceiro, Fervença e outros de menor conta, que o regam com as suas trutas, bogas, barbos e enguias, suavizam, em parte, as distâncias de porto de mar e sempre que o tempo permite também este chega a Bragança. E como é tão abundante de todo o regalo, a troco do que

sobeja tem na sua praça as hortas e pomares de Mirandela, os azeites e melões da Vilariça, melhores que os da terra só na duração.

Tem hoje esta cidade mil vizinhos. Mais crescido foi o número em tempo antigo e menos o era haverá trinta anos. Dividem-se em duas paróquias: a de Santa Maria, com 650, e a de S. João Baptista com 350.

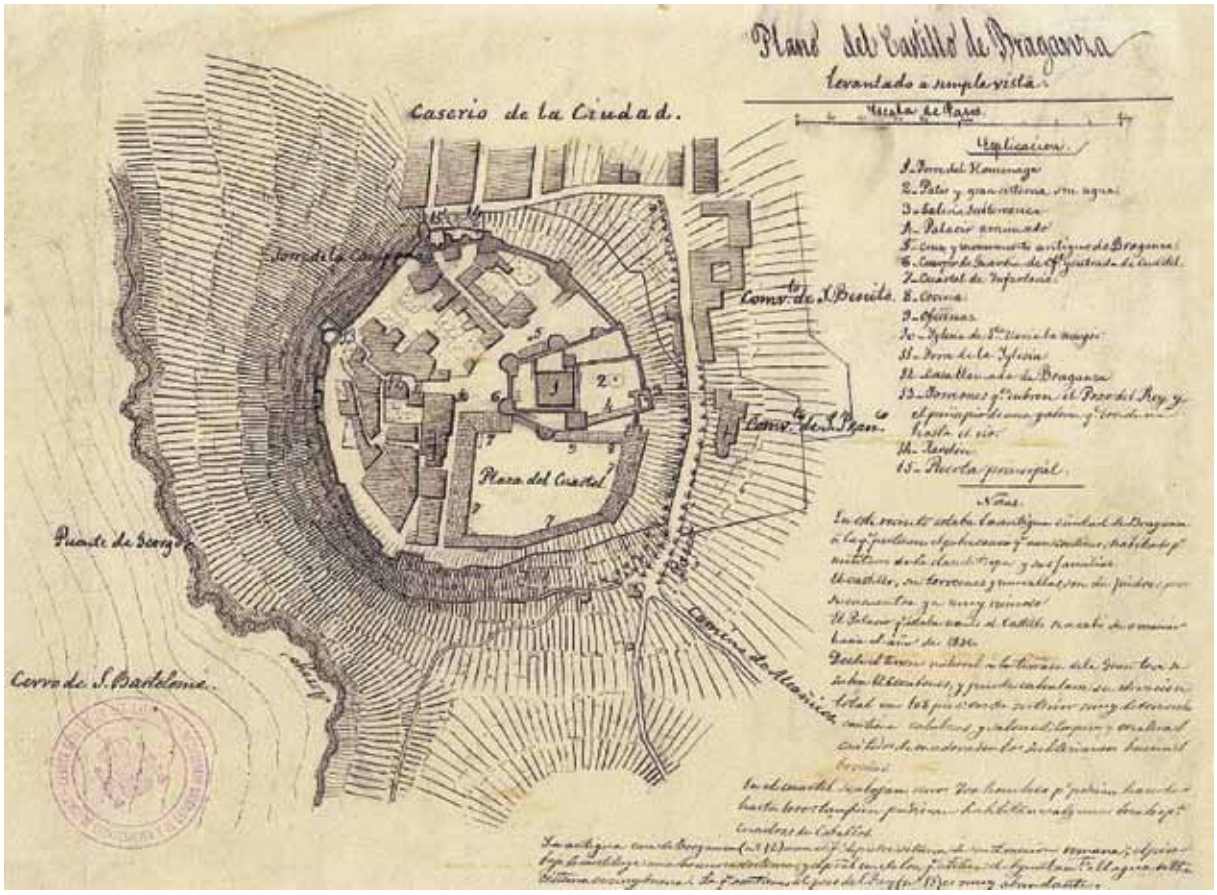
Tem muitas casas nobres e as conservou em todo o tempo. Em o dos primeiros reis acho os apelidos de Bragança, Mendes, Chacim, Moniz, Morais, Gomes, Macedo e outros que alguns eram da primeira nobreza do Reino. E de seus descendentes, com a liga de outras nobres famílias deste Reino e Galiza que a esta cidade vieram morar, se conhece hoje a sua nobreza pelos apelidos de:

Almeida, Abreu, Antas, Amaral, Albuquerque
Borges, Butrão, Barros
Cabral, Carneiro, Castro, Cunha, Costa, Colmieiro, Cardoso
Doutel
Figueiredo, Ferreira, Figueiroa, Fonseca, Fragoso, Feijó
Galego, Gomes
Lousada, Leite, Leiva, Leitão
Madureira, Morais, Mariz, Machado, Mena, Macedo, Malheiro, Mesquita
Nogueira
Pimentel, Pereira, Ponte, Perestrelo, Pinto, Prada, Peixoto, Paiva
Rocha, Rebelo, Rojas
Sarmento, Soares, Sousa, Sá, Sotomaior
Teixeira, Teles, Távora
Veiga, Veloso

Para a comum tem um honesto trato na fábrica da seda conhecida em outro tempo pelo numeroso de seus laborantes. Esteve esta quase extinta e o senhor Rei D. Pedro a restabeleceu mandando vir da cidade de Toledo oficiais e o insigne mestre Eugénio Gomes, a que dava tença e lhe pôs nesta cidade casa pública para ensino dos naturais. Lavram-se roupas lisas de todo o género: damascos, pinhoelas, veludos lisos e lavrados. Consta hoje somente de 30 tornos e 350 teares, que os mais se ocupam em mantos de peso. Importa a féria dos oficiais cada dia 152$. E com o consumo da fábrica se cria muita e excelente seda nos lugares do termo. Outros com o contrato a fazem provida, para o que há casa de alfândega, com juiz, escrivão, feitor, selador, pesador, quatro guardas de cavalo e dois de pé.

Todos os moradores desta cidade, cada um na sua graduação, se portam com luzimento. No sexo feminino, entre o bem alinhado, luz mais a honestidade de que são assaz louvadas as brigantinas, não tendo inveja às águas do Tejo as do seu Fervença. São todos de espírito altivo e generoso, de claro engenho, e parece que as estrelas que têm por armas com benéfica influência repartem em muitos o dom da poesia; em outros, com felicidade, a

Mitra em seda branca bordada a fio dourado



Plano do Castelo de Bragança

eloquência no púlpito; a gravidade e inteireza nos lugares que ocupam, assim eclesiásticos como seculares, mas em todos a animosidade de Marte. O mesmo foi nascer honrados que ser soldados. O que em muitos pode ser violência, em Bragança é natureza.

No culto divino é que mais se apura. A si deve a fundação dos conventos, templos e capelas que tem, e do erário da sua piedade se tiram as fábricas com que estão ricamente paramentados.

O idioma que fala nos particulares é com acerto. No vulgo não é dos que tem mais que emendar e, não obstante verdade tão notória, houve quem notou de rústicos aos trasmontanos. Antigamente foi Bragança toda a província. Hoje é a sua comarca a maior parte e lhe pertencia a defensão de tão ignominioso *epithesis*, se possível fora dar-se por agravada. Mas poderá dizer, com a elegância de Quintiliano quando em outro tempo os gregos tratavam de grosseiros aos latinos, "*non possumus esse tam graciles, simus fortiores*", Lib. 12, cap. 11. Superior abonação a de qualificar a resposta.

Todos sabem que havendo mostrado a experiência tantas vezes o destemido das tropas trasmontanas, em que igualmente competiu sempre o luzido com valoroso, entendeu a Majestade do senhor Rei D. Pedro que isto procedia da nobreza que as animava; e mandando fazer levas de gente em todo o Reino para reforçar os seus exércitos, por resolução de 28 de Agosto de 1706, foi servido ordenar se alistassem as pessoas nobres das províncias, como

se praticava na de Trás-os-Montes. E quando Bragança não tivera tantos créditos que a ilustram este lhe bastara: servir de modelo no que tanto importa ao serviço do seu Rei e da sua Pátria. E Faria diga o que quiser, *Europ*., tom 3, part. 2, cap. 2, fl. 159.

Tem esta cidade um convento de franciscanos, colégio da Companhia de Jesus, dois mosteiros de freiras, um de bentas, outro de claras; hospital real da gente de guerra; casa da misericórdia com hospital; a Igreja de S. Vicente, três capelas dentro dos muros e nove ermidas fora, de que se dará individual relação.

É praça de armas, uma das capitais de Província e de grande consequência bem artilhada, com um governador e dois subalternos que têm as fortalezas do castelo ou cidadela e Forte de S. João de Deus; e de presídio, um regimento de infantaria de que é coronel o brigadeiro Francisco da Veiga Cabral, e cinco companhias de cavalo com um sargento-mor, artilheiros à correspondência da artilharia, um almoxarife dos armazéns com escrivão. Está pronto à sua guarnição um terço de infantaria auxiliar de que é mestre de campo Domingos de Morais Madureira, comendador de S. Pedro de Babe, na Ordem de Cristo e o alcaide-mor como capitão-mor, com 40 companhias da ordenança, duas na cidade e 38 no distrito, em que se alistam seis mil homens armados, com um sargento-mor e quatro ajudantes. Há também sargento-mor da comarca com ajudante, tudo à ordem do governador da praça, que de presente é o sargento-mor de batalha, António de Sá de Almeida, soldado de valor e experiências.

O catálogo dos que o têm sido é do tempo da feliz aclamação de el-Rei D. João IV a esta parte, porque de antes, como não havia presídios, governavam os alcaides-mores.

Catálogo dos Governadores de Bragança

1. Salvador de Melo da Silva, soldado de confiança que havia militado em Catalunha, com patente de capitão-mor, por el-Rei D. João IV.
   Advertência: era cavaleiro do hábito de Cristo. O que lhe sucedeu no governo desta praça e de que eu não fiz menção foi Francisco Pais, que tinha sido tenente de mestre de campo general e governou com patente de capitão-mor, como seu antecessor.

2. Pedro Monteiro Juzarte, com a de mestre de campo de infantaria.
   Advertência: era cavaleiro do hábito de Santiago.

3. Gonçalo Pires Bandeira, mestre de campo de infantaria.
   Advertência: O nome do governador que diz Gonçalo Pires Bandeira foi equivocação, porque é Luís de Figueiredo Bandeira.

4. Gregório de Castro Morais, cavaleiro da Ordem de Cristo, sargento-mor de batalha, comendador de Santiago do Bogalhal, na mesma ordem.

5. Sebastião da Veiga Cabral, comendador na Ordem de Cristo, mestre de campo de infantaria.

6. Manuel Tenreiro de Melo, cavaleiro da ordem de Cristo, mestre de campo de infantaria.

7. António de Figueiredo Sarmento, cavaleiro da ordem de Cristo, coronel de infantaria.

8. António de Sá de Almeida, sargento-mor de batalha.

Há nesta cidade quatro praças. Uma dentro dos muros do castelo, chamada de Santiago, e nesta está o pelourinho e tem por remate as armas da cidade, pendente o escudo das garras de um leão coroado. E as três na cidade: a de S. João, S. Vicente e Colégio. Esta tem um bem lavrado cruzeiro e junto a esta, metendo-se à Rua Direita, que o divide, há um espaçoso terreiro que muitas vezes tem visto as destrezas da brida em grandiosas festas, por haver nesta cidade insignes cavaleiros; e para o militar serve de campo para os seus exercícios e juntamente de praça de armas, onde se ajuntam as companhias para montar as guardas; e os meninos e estudantes, para aplicação das letras, por ficarem para o mesmo terreiro as aulas no Colégio da Companhia.

Assistem ao seu governo civil um ouvidor, que entra em correição em todas as vilas da comarca desta cidade que é Chaves, Outeiro e Montalegre, que têm juízes de fora. A primeira é praça de armas em que assistem os generais. As duas são acasteladas e têm governadores. As mais vilas é Ruivães, Nozelos, Ervedosa, Vale de Prados, Vila Franca, Vale de Nogueira, Gostei e Rebordãos, que têm juízes ordinários. E como a comarca é tão dilatada, entra o provedor de Guimarães nas vilas de Chaves, Montalegre e Ruivães. Na de Nozelos, o de Torre de Moncorvo. E nesta cidade e mais vilas, o de Miranda. Os oficiais da correição, três escrivães. Um é juntamente chanceler e outro da chancelaria. Meirinho, contador, inquiridor e distribuidor, dois porteiros e um fiel das apelações. Juiz de fora, como presidente da Câmara, com três vereadores, procurador do concelho, escrivão da Câmara e um porteiro.

O juiz de fora que exercita nesta cidade e termo servia sempre de ouvidor da comarca na vacatura ou ausência deste. Hoje tem alternativa com o juiz de fora da vila de Chaves, por resolução de el-Rei D. João IV de 7 de Abril de 1656, de que há carta no arquivo da Câmara. Tem oito escrivães do público, judicial e notas; dois meirinhos, um da cidade, outro da cadeia; dois inquiridores, e a um anda unido o de contador e distribuidor. Dois porteiros. Juiz dos órfãos com quatro escrivães, que têm o termo da cidade dividido e cada um escreve no distrito que lhe pertence a que chamam ramo. Quatro porteiros, um partidor e avaliador, que andam unidos. Contador serve o do geral. Juiz dos direitos reais com um escrivão. Há mais dois, um das sacas, outro das sisas, e um procurador do Estado.

O eclesiástico tem auditório com vigário, promotor, dois escrivães e a um anda unido o dos resíduos. Meirinho, aljubeiro e um depositário das condenações. Compreende a comarca em que o vigário desta cidade exercita as vilas de Paçó de Vinhais, Nuzedo [é Nozelos], Er-

vedosa, Gostei, Rebordãos, Rebordainhos, Vila Franca, Vale de Nogueira, Faílde e Carocedo, com seus termos. Entra na vila de Vinhais com os lugares de Santalha, Seixas, Carvalhas, o Landedo, Cabeça da Igreja, Rio de Fornos, Lagarelhos, Sobreiró, Alvaredos, Moaz, Armoniz, Travanca, Quadra, Salgueiros, Tuizelo, Nuzedo e Vilar de Ossos, porque os mais lugares do termo desta vila pertencem ao arciprestado de Monforte. Entra no termo da vila de Outeiro com os lugares de Rio Frio, Paçó, Paradinha, Quintanilha, Veigas e Milhão, porque os mais com vila pertencem à vigararia de Miranda, que chamam do Aro.

O termo desta cidade como seja dilatado tem várias denominações a que chamam ramos e os que pertencem à sua vigararia são os de Parada, Babe, Trás Sabor, Transbaceiro, Trás da Serra; e no de Lampaças entra com os lugares de Sortes, Paçó, Lanção, Viduedo, Santa Comba, Pereiros, Vila Boa de Arufe, Quintela, Veigas, Fernande, Salsas, Moredo, Fermentãos, Freixeda, Bragada, Carçãozinho, Vila Boa, Serapicos, Coelhoso e Paradinha; e nos mais lugares do ramo de Lampaças exercita um arcipreste, de maneira que a vigararia de Bragança tem cento e vinte [e] uma paróquias e o arciprestado de Lampaças trinta e seis.

Perspetiva aérea da Cidadela

NOTÍCIA 2.ª

DIVIDIDA BRAGANÇA EM TRÊS PARTES, CASTELO, CIDADE E FORTE, PRINCIPIANDO DA PRIMEIRA, SE DÁ [NOTÍCIA] DA MILAGROSA IMAGEM DE NOSSA SENHORA DO SARDÃO, PADROEIRA DA MESMA CIDADE, DA SUA COLEGIADA E CATÁLOGO DOS SEUS PRIORES

Divide-se esta cidade em três corpos distintos, castelo, cidade e forte. E como o primeiro, como base e fundamento de que se tem derivado a sua grandeza, se constitui com a primazia, por nele existir o melhor da república no eclesiástico, político e militar, darei notícia desta fortaleza, principiando também pelo melhor que nela há.

Na eminência que fica ao oriente está o castelo, a que o vulgo chama vila, sem dúvida por conservar o nome de o haver sido, mas o militar lhe dá o de cidadela. Tem esta forma circular com levantados muros fortalecidos de dezoito torres, que algumas se cortaram a nível daqueles para exercício de artilharia de maior calibre. Cinge à muralha uma barbacã e a esta uma estacada. Tem duas portas, uma para a campanha, ao oriente, e por isso denominada Porta do Sol, outra para a cidade, com o título de Santo António porque sobre ela e da parte interior está um nicho com a imagem deste grande santo que nos seus treze dias e nos mais de procissões adornam os seus devotos e nas de preces os religiosos de S. Francisco lhe cantam o responso *Si quaeris*, etc.

Dentro dos muros, bem no meio, e em sítio mais levantado, está a colegiada de Santa Maria, igreja maior desta cidade, única colegiada que há no bispado de Miranda. É seu orago Nossa Senhora da Assunção, do tempo do Felicíssimo Rei D. João I que, pela grande devoção que teve a este sagrado mistério, quis que em todo o Reino as igrejas matrizes da invocação de Santa Maria se intitulassem da sua gloriosa Assunção. E nesta igreja se soleniza com assistência do Senado, como festa real, trazendo à memória a véspera desta festividade, o dia 14 de Agosto de 1386 [*sic*] em que aquele invicto príncipe, triunfando das armas castelhanas, conseguiu para sua pátria a liberdade que também agradecida lhe firmou na cabeça a coroa. O de 1415 conquistando na Mauritânia Tingitana a forte e opulenta cidade de Ceuta. O de 1357 em que nasceu e o de 1433, quando enriquecido de virtudes e heroicos triunfos deixando a gloriosa e imortal recordação, faleceu porque era mortal.

E se estes são os motivos que fazem justificada a afetuosa devoção nos portugueses a Maria Santíssima em dia de tão soberano mistério, muito especial a tem Bragança porque também logrou o seu dia 14 de Agosto em 1710. Repicavam os sinos na sua colegiada, convocando os fiéis para festejar a Assunção, e despertaram os seus ecos no marquês de Caylus um tão fatal dia. E em cidade que tem por padroeira a mãe de Deus. E antecipando aquele general o reconhecimento de vencido ao estrago que lhe pressagiava o dia, apressadamente levantou o sítio que, com dois mil cavalos e cinco mil infantes, havia posto a esta cidade em 4 do mesmo mês. Com esta obrigação, e porque a pérola leva as estimações primeiro que a concha, prefiro a notícia da milagrosa imagem de Nossa Senhora do Sardão, padroeira desta cidade e subsequentemente a darei do seu templo e colegiada.

Troneiras, guarita e eirado da Torre de Menagem

Advertência: Em o livro do registo desta Câmara que teve princípio em 1623, a folhas 32, se acha registada uma petição dos fregueses da Igreja de Santa Maria, matriz desta cidade e nela dizem e pedem que a Câmara assista à procissão de Nossa Senhora do Sardão (de que eu fiz lembrança tratando da igreja colegiada desta cidade) por ser imagem muito devota e milagrosamente ter aparecido no mesmo sítio onde hoje está a igreja. E continua no registo uma provisão do Sereníssimo duque D. Teodósio em que manda se faça esta celebridade a 15 de Agosto com todos os mesteres, como dia de Corpus. Dada em Vila Viçosa, a 5 de Janeiro de 1624. E assim se observa.

Sendo Bragança, em séculos passados, uma das famosas por sua grandeza, lhe ocasionou esta na invasão dos mouros a maior ruína. E feridos seus moradores na parte mais sensitiva, que era ver profanar e demolir os templos, esconderam pelas montanhas à ferocidade dos bárbaros as sagradas imagens. E correndo em tudo miserável aquele tempo em que já os cristãos senhoreavam esta cidade, já os mouros a tiranizavam, se perdeu a notícia do sítio em que aqueles aflitos cristãos haviam ocultado as prendas da sua devoção. Uma destas foi a sagrada imagem de Maria Santíssima que de tempo antiquíssimo venerava esta cidade

Azulejo hispano-árabe encontrado em Bragança

por milagrosa. Passados quase 285 anos que esteve o tesouro escondido, em o de 1001, que com mais ventura sacudiu Bragança o pesado jugo africano, se manifestou esta sagrada imagem por singular benefício do Altíssimo aos seus devotos brigantinos, colocada por ministério angélico em o mais alto de uma robusta árvore a que nestas partes chamam sardão, em outras carrasco e azinheira, que se havia produzido dentro dos muros. E esta é a origem porque de aquele a este tempo se invoca com o nome do Sardão.

Mas persuadidos os moradores desta cidade que o grande estrago recebido dos mouros na sua restauração os convocaria para o desempenho, porque ainda grande parte de Trás-os-Montes era oprimida dos bárbaros, trataram de eleger sítio a seu parecer mais vantajoso para a defensa. Foi este um crescido monte distante uma légua desta cidade para oriente, junto à ponte de Vau Bom, corrupto em Valbom, e o monte estreitamente abraçado dos dois rios, Sabor e Fervença, que nesta parte se juntam. E dado princípio a fundação levaram para tutelar da nova cidade a milagrosa imagem que poucos tempos havia festejavam aparecida. Mas a alegria de novos povoadores apressadamente se lhe trocou na tristeza de se verem sem a mais forte torre que levantavam para o seu amparo, porque no seguinte dia se acharam sem a prodigiosa imagem de Maria Santíssima. E buscando-a, cuidadosos, lhe apareceu na mesma árvore e não só uma mas muitas vezes de quantas intentaram levá-la para a nova povoação, tornavam os anos a colocar em o Sardão.

Ultimamente desenganados de que só é cidade forte a que Deus defende, e deixando àquele monte o nome de Cabeço da cidade que hoje conserva, vieram morar na companhia desta miraculosa imagem a que os convidavam prodígios tão repetidos, confiados na divina clemência que se lhe aparecera como celeste íris, havia de serenar o tempestuoso de tantas calamidades. E assim foi porque estando ainda os mouros com forças em Trás-os-Montes até o ano de 1039 em que foram expulsos pelas vitoriosas armas de Fernando Magno, não experimentou mais Bragança o seu tirânico domínio. E no mesmo sítio em que aquela árvore foi vegetável trono edificou igreja em louvor de Maria Santíssima, tomando-a por sua especial padroeira. E correndo anos para maior culto da mãe de Deus se criou a colegiada. Deste tempo, ajuízam as pessoas doutas, é que se acomodou a Bragança o nome de *Caeliobriga* porque se de antes tivera o de *Juliobriga*, que os latinos formaram em *Caliobriga* chamando-lhe como cidade de Caio Júlio, deixando a vaidade que fazia do nome de um príncipe da terra, lograsse o título de Cidade do Céu, que isso significa *Caeliobriga*, pois com benefício tão superior se dignou assistir em ela a Imperatriz da Glória.

Interior da Igreja de Santa Maria

Esta relação não tem outros anais mais que a constante tradição geralmente recebida nesta cidade e suas vizinhanças e pela mesma a fez frei Agostinho de Santa Maria no *Sanctuario Marianno*, tom. 5, Livro 3, título 11, fol. 583.

Está colocada esta sagrada imagem em a tribuna da capela-mor. A sua estatura é quase de quatro palmos, a cor é morena, mas engraçada, e tem ao Menino Deus nos braços. É venerada de toda esta cidade e povoações circunvizinhas, recorrendo a esta fonte de piedade em suas aflições comuns e particulares. Em o ano de 1685, a 12 de Maio em que havia mais de quatro meses que fechado o céu se esterilizava a terra por falta de água, fez esta cidade uma novena à Senhora. E porque a necessidade continuava, resolveu fazer devota procissão, levando a Mãe de Misericórdia por medianeira do que esperava. Mais havia de cem anos, diziam os antigos, que as ruas de Bragança não tinham visto a Senhora. Neste dia apareceu nelas como vara ferindo as nuvens, mas esteve o céu todo claro enquanto andou a procissão porque queria o sol como luminosa tocha acompanhar. E ao recolher, junto das portas de Santo António, de repente, se cobriram os horizontes, e dando o céu uma salva, desatou em tanta cópia de água por alguns dias que, fertilizada a terra, acudiu com os frutos desejados.

Deste milagre de que muitos somos testemunhas fez lembrança o prior Domingos Tavares de Sá. Semelhante o vimos em 1718, com a diferença que choveu toda a novena e serenou o tempo para a procissão. E dos inumeráveis prodígios que esta Senhora tem feito não há livro para se dar mais individual notícia, mas sem ele a confessa Bragança milagrosa.

Está em breves períodos a narração da portentosa Imagem de Nossa Senhora do Sardão. E com a mesma brevidade a darei do seu templo, pois da primitiva fundação ficara só as memórias. Se cimentou a sua grandeza mais de fervorosos afetos que de material sumptuosidade até que, sendo bispo de Miranda D. António Pinheiro, atento ao culto e maior veneração da Mãe de Deus, e vendo de uma parte o limitado do templo, e de outra o impaciente desejo que esta cidade mostrava em lhe levantar mais decente casa, lhe permitiu a licença e que a freguesia estivesse na Igreja de S. Vicente o tempo que gastasse a nova reedificação. E ainda o estava no ano de 1579, como consta do livro da Irmandade do Santíssimo Rosário.

Fizeram o novo templo de três naves e é o mais sumptuoso e melhor desta cidade. E proximamente se lhe fez a porta principal, de obra salomónica, a que deu exemplo a liberalidade do ilustríssimo bispo D. João Franco de Oliveira para que fervorosos os seus fregueses imitassem o generoso ânimo de um tão zeloso prelado, como fizeram, concorrendo com a maior parte da despesa. A capela-mor, por ser de uma comenda da Ordem de Cristo, fizeram os comendadores no ano de 1580, sendo bispo D. Jerónimo de Meneses, que com cuidado aplicou esta obra, e deram os fregueses a área para a nova capela por ficar a antiga incluída no corpo da igreja.

E porque a tribuna que o comendador Lourenço Dias Preto mandou fazer em 1635 foi de tão humilde arquitetura que se julgou sempre inútil a despesa que em dourá-la se fizesse, a esta indigência acudiu D. Maria de Figueiroa desta cidade, viúva de Sebastião da Veiga Cabral, mestre de campo general e governador das armas que foi em esta província, e como administradora da comenda mandou fazer a tribuna que agora tem de primoroso entalhado e tal valentia que bem mostra foi delineada pelas regras da sua grandeza e fidalguia.

Os lados da capela se vestiram na correspondência da tribuna com dois altares. O da parte do Evangelho, que deu um devoto, é de Nossa Senhora do Rosário, que há anos também festeja com missa cantada e procissão todos os sábados. E tomou a freguesia esta obrigação na esperança de que se torne a avivar a Irmandade do Santíssimo Rosário, que estava erigida com comissão do reverendíssimo padre provincial da sagrada religião dos pregadores. O altar da parte da Epístola é da Irmandade das Almas e privilegiado nas segundas-feiras com obrigação em estas de quatro missas rezadas e uma cantada com procissão.

No corpo da igreja em a nave da parte do Evangelho está o altar de Nossa Senhora da Rosa que tem Irmandade dos Moços Solteiros e, na que lhe corresponde, o de S. Sebastião, que é da freguesia, com missa cantada todas as sextas-feiras e procissão. E mais abaixo, há duas capelas, uma da Irmandade do protomártir Santo Estêvão, e defronte, a dos Figueiredos, da invocação de Nossa Senhora dos Prazeres, que fundou Pedro de Figueiredo, alcaide-mor que foi desta cidade, em o ano de 1585, com vínculo de morgado, e sobre o arco tem as armas dos Figueiredos. Há nesta igreja mais duas irmandades, que são as principais: a do Santíssimo, em que toda a freguesia se empenha com grande zelo na sua assistência, culto e ornato, e a de S. Pedro dos reverendos Sacerdotes.

A sacristia é a mais capaz de todas as que há no bispado de Miranda e fizeram os fregueses em ação de graças, na ocasião que a esta cidade chegou a nova da feliz aclamação do senhor

Rei D. João IV, oitavo duque que foi da mesma, e se lhe pôs a inscrição do desejado ano de 1640. Em esta se guardam ricos paramentos de tela e outras sedas, custosas peças de prata, das quais farei menção de uma por mais singular que é custódia que deu a Câmara desta cidade, de tão primoroso artifício que excede muito ao valor da matéria, sendo esta quarenta marcos.

Há nesta igreja coro todos os dias santos com vésperas e, terminada a hora tércia, missa cantada, sempre com acólitos, e quotidiana pelos seus fregueses. Em esta se solenizam todas as festas reais com assistência do Senado, sendo as de maior culto a da Páscoa e *Corpus*, em que despende, por provisão do Sereníssimo duque, duzentos mil réis de cera com os sacerdotes, religiosos, cavaleiros, nobreza e cabos principais do militar que nestes dias, formado com toda a guarnição da praça, acompanha as procissões e, ao recolher, faz plausível a festividade com três salvas e o castelo com descarga da sua artilharia. E se em estes dois dias se dá culto a Deus com afectos de maior júbilo, a procissão de Sexta-feira Maior se faz nesta igreja com demonstrações da mais terna e pia devoção. Acompanha esta todo o clero, religiosos de S. Francisco e Irmandade da Misericórdia, indo os irmãos descalços, ainda quando o rigor do tempo o não permite, e corre por conta sua sermão, figura de anjos e profetas.

E porque as mais igrejas desta cidade se fecham neste dia, concorre o povo todo a contemplar em esta mistério tão compassivo. Confesso, sem paixão, que vi esta função nas principais cidades deste Reino e venerando a grandeza que em algumas reconheço, esta, na pausa, submissão e piedade deve ter lugar com as mais perfeitas. E nesta semana, tanto em esta igreja como nas mais desta cidade, com santa emulação se apura o culto em mais luzido, que comummente se diz em Trás-os-Montes: Passos em Chaves, Semana Santa em Bragança.

A fábrica desta igreja é a devoção dos seus fregueses. A que tem para algumas ordinárias que paga é a quarta parte dos frutos que se tira da terça dos dízimos que pertencem aos Sereníssimos duques de Bragança e ordinariamente se arrendam os frutos da fábrica em quarenta mil réis. As duas terças, uma da mitra e outra do prior e beneficiados.

A capela-mor é da comenda e lhe pertencem nesta igreja e anexa de Samil as primícias e na de Baçal tudo por inteiro. Paga de encargos antigos ao reverendo prior quarenta e seis mil réis e quarenta alqueires de trigo. Aos padres sacristães três mil réis, noventa alqueires de trigo e vinte e cinco almudes de vinho e alumia a lâmpada e nas anexas paga aos curas e azeite. E lhe ficará livre duzentos e cinquenta mil réis.

A Câmara dá propina todos os anos a esta igreja, cinquenta arráteis de cera branca e cinco arráteis de incenso, além da cera que costuma dar aos ministros dela e, em Sábado Santo, um maço de seis arráteis que se oferece na capela do *Sepulto Domino*.

Nesta igreja se criou a colegiada pelos anos de 1140 e tantos, diz frei Agostinho de Santa Maria no *Sanctuario Marianno*, tom. 5, lib. 3, tít.º 11, mas quem fosse o fundador, nem ainda com certeza do tempo, nem tradição há nesta cidade, nem o seu arquivo tem documento. Em aquele tempo reinava D. Afonso Henriques, mas a sua magnanimidade e limitado desta colegiada dão claro testemunho não ser ele o fundador. E em falta e melhores notícias parece o seria D. Fernão Mendes, que reedificou esta cidade pelos anos de 1130, ou o arcebispo de

Braga, D. João Peculiar, varão de singular virtude, que governou os anos de 1140 até 1177, diz no *Cathalogo dos bispos do Porto*, D. Rodrigo da Cunha, 2 p., cap. 2, fol. 24.

Forma-se a colegiada de prior, três beneficiados e um cura, este da apresentação do prior e aqueles do bispo, nos meses que lhe toca. Apresenta mais o prior um organista que sempre é sacerdote com obrigação de ser destro no canto gregoriano, dois sacristães e dois meninos. Tem duas anexas de Nossa Senhora da Assunção do lugar de Samil e a de S. Romão de Baçal, também da apresentação do prior. Renderá o priorado duzentos mil réis, os frutos dos benefícios cada um quarenta mil réis e as economias que estes apresentam a sessenta mil réis.

De tempo imemorial usam os priores de Murça, de que têm sentença, que em juízo contencioso com o reverendo cabido de Miranda, que intentava impugnar-lhe o uso dela, alcançou o reverendo prior Francisco do Rego.

Têm os priores com a sua colegiada nas igrejas desta cidade e ainda na paroquial de S. João Baptista sempre o primeiro lugar, ou seja, em procissões ou em funerais e, na sua ausência, o beneficiado mais antigo da colegiada, não sendo os abades de S. João Baptista porque estes ocupam o lugar que lhes pertence, mas em falta do beneficiado preside o cura, que tem preferência aos ecónomos. E se não faz procissão solene nesta cidade sem assistência da colegiada. E passo à notícia dos seus priores.

Catálogo dos priores

Por muitos tempos tiveram os priores desta colegiada o título de arcediagos de Bragança, e consta por muitas escrituras que tenho em meu poder que tirei do arquivo do Mosteiro de S. Martinho de Castanheda da Ordem de Cister, sito na serra de Seabra [Sanábria] por razão de lhe haver comprado as fazendas que possuía neste Reino. E parece verosímil que os priores, enquanto lograram o título de arcediagos, exercitavam a jurisdição que se permitiu a esta dignidade no concílio que se celebrou em Oviedo por autoridade do papa João VIII, em o ano de 876, e deste faz menção *Marian.*, tom. 1, Lib. 7, cap. 18.

Dom Egas é o primeiro arcediago de que tenho notícia e consta de uma escritura de doação que fez Especiosa Fernandes ao Mosteiro de S. Martinho e diz a data da escritura: "*facta carta sub era MCCXXX, regnante rege Sancio in Portugali a rivolo Minio usque in Ebora, Archiepiscopus bracarensis Martinus, archidiaconus Domnus Egas in Brigancia, Abbas Domnus Martinus in Castro de Avelanas*" etc., que foi pelos anos de Cristo de 1192. E bem pode ser seja este o primeiro arcediago ou prior pois a colegiada se criou ao depois do ano de 1140. E de outras escrituras de S. Martinho que tenho em meu poder consta dos arcediagos seguintes:

D. Julião no ano de	1194
Martinho Fernandes em	1210
Pedro Ximenes em	1230
Velasco Moniz em	1243

Até 1469, não descubro os que foram sucedendo e neste ano consta de um livro da colegiada [que] foi prior Fernando Afonso. E é o primeiro que encontro com este título. Foi este auditor do arcebispo nesta cidade e sua comarca. Também até 1579 se experimenta a mesma falta pela que tem o arquivo de papéis e deste ano foram sucessivamente os priores seguintes:

O doutor António da Guarda, capelão da Rainha, vigário geral nesta cidade e sua comarca

O reverendo Gonçalo da Guarda

O reverendo Manuel de Oliveira

O reverendo Luís Telo

O reverendo Francisco Dourado de Mariz

O reverendo Francisco Nunes de Valcacere

O reverendo António Dourado de Mariz

O reverendo Miguel Ferreira

O reverendo António Gomes Rojas

O reverendo António Pimentel de Sousa

O reverendo Francisco do Rego, seu irmão, e era primo destes Manuel Pimentel de Sousa, inquisidor do Conselho Geral, cónego da Sé de Coimbra e beneficiado desta colegiada

O reverendo Domingos Tavares de Sá

O reverendo Bartolomeu Gomes da Cruz, comissário do Santo Ofício, beneficiado de S. Nicolau de Lisboa e vigário desta cidade

O reverendo doutor Domingos Pires Urbano

O reverendo doutor João de Sá Pereira do Lago, comissário do Santo Ofício, vigário desta cidade e sua comarca, que é prior atual e tomou posse em 1712.

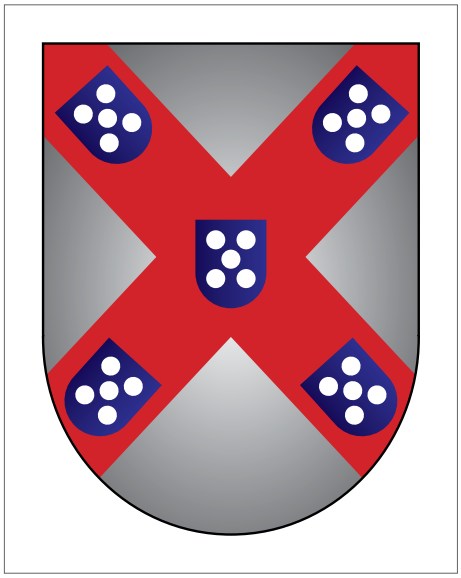
Beneficiados atuais desta colegiada pela ordem da antiguidade que têm na mesma

O doutor Bento da Ponte, protonotário apostólico e juiz conservador do Convento de S. Francisco.

O doutor Bernardino da Silva Cabral, deão da Sé de Miranda, inquisidor do Santo Ofício em Évora.

O doutor Manuel Gomes, protonotário apostólico e abade de S. João Baptista desta cidade, à qual abadia é anexo este benefício.

De quatro beneficiados com o prior se compõe esta colegiada, quando de justiça está clamando ser uma das insignes do Reino, grandeza que logram outras terras da Sereníssima Casa de Bragança. E por ser esta cidade cabeça de seu real Estado conhecida em todo o mundo pela soberania de seus Augustos Príncipes, quando não fosse catedral a que também se faz a credora pela dignidade episcopal que teve na primitiva igreja, ao menos se ilustrasse com uma colegiada insigne.



Armas da Sereníssima Casa de Bragança

A esta dita aspirou sempre a nobreza desta cidade e descobrindo afabilidade para o requerimento no católico ânimo do senhor Rei D. João IV sendo ainda duque, lho propôs com tão justas conveniências que, na facilidade de admitido, mostrou aquele príncipe não só o grande de sua piedade, mas o quanto desejava autorizar uma cidade que tendo nome pelo seu domínio também o dá aos seus estados. Foi servido ordenar aos seus ministros e Senado fizessem sumário dos benefícios que em esta comarca tem o seu padroado e com pessoas doutas um memorial das prebendas que podiam caber no rendimento daqueles. Poucos tempos passaram aos da feliz aclamação, mas nem o peso da monarquia, nem o cuidado da guerra divertiam em seu generoso espírito os intentos de fundar a colegiada.

E sabendo que esta cidade queria mandar procuradores para a aplicação dela, foi servido ordenar-lhe por carta se abstivessem e que compondo-se os negócios de Roma, que esperava fosse muito cedo, lhe fizessem esta lembrança por algum religioso, porque ele tinha particular cuidado dos aumentos desta sua cidade. Os negócios de Roma foram indiferentes, os da guerra dilatados, a morte deste grande Rei intempestiva. E assim viu esta cidade cortadas em flor as esperanças que na sua vida fundava para os seus acrescentamentos.

NOTÍCIA 3.ª

DA FUNDAÇÃO DO CASTELO, DESVANECENDO OUTRAS QUE DELE HÁ MENOS VERDADEIRAS, COM O CATÁLOGO DOS SEUS ALCAIDES-MORES

Dentro dos muros, na praça de Santiago, com majestosa valentia e regular arquitetura, ocupando de área pelos quatro lados duzentos pés geométricos, se levanta o castelo, obra *a fundamentis* de el-Rei D. João I, e para a parte do sul, em um grande quadro, tem as suas armas, bem conhecidas pela cruz de Avis sobre que assenta o escudo. Pelo interior, sobre uma bem artificiosa escada, a que se comunicam todas as casas até o mais alto, e deste descem aquedutos para uma grande cisterna. Separado do castelo há um claustro para a parte do Norte com quatro torres: duas no Paço, em que moram os alcaides-mores, e duas nos ângulos que lhe correspondem, unidas com levantado muro e deste, por ponte levadiça, se comunica o castelo. Tudo com segunda cerca de cubos, menos o lado do norte por ser para esta parte a muralha da fortaleza a mesma do claustro e este e o castelo metido para o interior dela.

Participa a esta cidade grande glória obra tão magnífica, tanto porque a sua instância lhe deu princípio e seu zelo a última perfeição, como pela oferta de todas as rendas do concelho para se conseguir, que importavam cada ano mais de trinta mil alqueires de pão e cento e cinquenta mil réis em dinheiro, as quais el-Rei D. João I, além de outras, lhe consignou e que acabado o castelo tornassem ao concelho. Consta, por carta da era de 1451 que está no arquivo da Câmara e é pelos anos de Cristo de 1413.

Continuou el-Rei D. Duarte com as obras do castelo e atendendo que o concelho tinha despesas precisas, aplicando outras consignações lhe mandou dar a metade das rendas e que acabado o castelo se lhe tornasse logo a que ficava consignada. Consta por carta no arquivo da Câmara de 1436.

Passou aos anos de el-Rei D. Afonso V e nas cortes que se celebraram na cidade de Lisboa, em Dezembro de 1439, fizeram os procuradores desta cidade requerimento se encarregasse a esta a intendência das obras, pelas razões que alegaram no capítulo 8. E porque deste consta também o tempo em que se deu princípio ao castelo o darei por extenso:

"Outrossim, senhor, fazemos saber à vossa mercê que em esta vila é começada uma obra que el-Rei D. João vosso avô, cuja alma Deus haja, mandou fazer poderá haver trinta anos (foi no de 1409) a qual ainda não é acabada, nem o será tão cedo, segundo a aguça que lhe dão os que dela têm o cargo. E, sem embargo de a torre não lavrarem, os oficiais dela não perdem por isso seu mantimento, o que à dita obra é grande agravo e despesa sem prol. Por que vos pedimos, senhor, por mercê, que nos deis o cargo de mandar fazer a dita obra, com consentimento do senhor conde de Barcelos, que dela tem o cargo, e estojáramos até aqui tantos mantimentos, que sem razão ajuda para a dita obra, e ela será melhor aviada e mais certamente feita e será grande prol da terra, que em ela pagam.

Ceitil de D. Afonso V, encontrado em Bragança

Resposta

Pedem bem, e mandamos que assim o guardem."

Estes capítulos estão no arquivo da Câmara escritos por Gonçalo Botelho a cinco de Janeiro de 1440 e assinados pelo infante D. Pedro, como tutor e regente do Reino na menoridade de el-Rei D. Afonso V, seu sobrinho.

Com grande calor e zelo do real serviço aplicou esta cidade as obras do castelo e em espaço de dez anos, segundo a notícia que há, lhe pôs ultimado fim até o de 1449, tendo principiado no ano de 1409. E concorreu das suas rendas nos primeiros vinte e sete anos com oitocentos e dez mil alqueires de pão e em dinheiro com quatro contos e cinquenta mil réis. E nos últimos treze anos, em que só ficaram consignadas a metade das rendas do concelho, importaram estas cento e noventa e cinco mil alqueires de pão e novecentos e setenta e cinco mil réis em dinheiro.

Em suma. Fundou o castelo el-Rei D. João primeiro e se fez em espaço de quarenta anos. E além das consignações da fazenda real deu esta cidade das suas rendas a importância referida, que tudo inculca a magnificência dele e se afirma ser um dos melhores de Espanha.

Responde-se a António Pires da Silva

Diz este na *Chronographia Medicinal*, fol. 22, que o castelo até ao cordão (é uma guarnição que o cinge em pouco mais altura da terça parte) fora obra de mouros e que em ela se ocuparam três reis e que el-Rei D. João I somente acabara do cordão para cima.

Com a justificada notícia que tenho dado se desvanece tudo o que diz. E de sorte nenhuma os mouros deram princípio a este castelo porque no ano de 1409, em que havia mais de quatrocentos que desta cidade foram aqueles expulsos, é que el-Rei D. João I fundou o castelo e fez dos alicerces até ao cordão, e não os mouros, de que também dá manifesto testemunho as armas reais com a cruz de Avis que estão do cordão para baixo, nem este rei acabou o castelo do cordão para cima, porque foram os reis D. Duarte e D. Afonso V. E estes são os três reis, de que o autor não teve notícia, que fizeram o castelo. E pela mesma razão que dá de ser de bem reforçada e artificiosa arquitetura, quando não houvera tanta clareza bastava este indício para certeza de não ser obra de mouros que não eram muito peritos nos primores daquela arte. Nem a ilação que faz das cisternas é equivalente para se atribuírem todas as que há aos mouros e menos as fortalezas que as têm.

E não é necessário buscar exemplos fora de casa, seja a primeira a que tem o mesmo castelo. Outra cisterna de água nativa há nesta fortaleza, contígua com a muralha para a parte do sul, que tem uma amplíssima casa de segura abóbada, com uma bem ordenada escada. E não é obra de mouros, antes se atribui a el-Rei D. Afonso III de Leão, que reedificou as muralhas desta cidade. E por ser obra sua e capaz do seu nome se chama Fonte de el-Rei.

Advertência: Na resposta que dou a António Pires da Silva, em que digo que uma cisterna chamada Fonte de el-Rei e que esta se atribuía a Afonso III de Leão, foi conjetura minha pela tradição de que um rei Afonso a fizera ainda em tempo dos mouros. Mas agora achei em um privilégio do arquivo da Câmara que foi o nosso Afonso IV, que também reparou os muros desta cidade, e faz especial declaração de mandar fazer esta cisterna.

A casa de água, também nativa, que está nos Paços da Câmara, muitos séculos primeiro que os mouros entrassem em Espanha a havia. Mas não se duvida que duas cisternas que estão no claustro fizessem os mouros, porque o tosco e informe delas mostram bem [que] foi obra de bárbaros.

Quanto mais que esta cidade tinha castelo antigo e porque a sua ancianidade prometia mais ruína que defensa é que el-Rei D. João I fundou de novo o que hoje há, como também os paços, em que moram os alcaides-mores, e cubos. E se distinguem tanto as muralhas antigas da obra nova, quanto se pode entender ser esta acabada há menos de trezentos anos, e aquelas anteriormente feitas há muitos séculos. E que havia castelo antigo, consta por ser alcaide-mor dele o tenente Pedro Pires em tempo de el-Rei D. Sancho, que não averiguo bem se foi o primeiro ou segundo, por estar totalmente escura parte da era em uma escritura do arquivo de S. Martinho que tenho em meu poder, pela qual Fernando Fernandes doou uma vinha àquele mosteiro em Fonte Arcada, termo desta cidade, e diz a data:

"*Facta carta in mense Decembrio sub era MC___octava. Regnante Rege Sanchio in Portugali, Magister Silvester bracalensis archiopiscopus, Domnus Fernandus Fernandes tenens Breganciam Petrus Petres tenens turrem Bregancie*" etc.

Nem a tradição de que se quer aproveitar é outra mais que ocuparem-se na fábrica deste castelo três reis que são os que tenho mostrado.

Responde-se a António de Carvalho da Costa

Diz na descrição de Bragança, *Corographia*, tom. 1, tract. 3, cap. 2. fol. 497, que os condes de Benavente têm ainda hoje as suas armas no castelo desta cidade, e que el-Rei de Portugal, como duque e senhor de Bragança, lhe paga todos os anos dois açores reduzidos a vinte e quatro mil réis, muito bem pagos no cabeção das sisas da cidade de Miranda. Duas cláusulas envolve: armas e açores. Também serão duas as respostas.

Quanto às armas, se este autor vira o castelo, certamente havia de dizer que as que nele há são as de el-Rei D. João I, seu fundador, nem podia haver direito ou motivo para nele estarem as armas dos condes de Benavente. E deixado se os donatários as podem pôr nos castelos

que el-Rei faz nas suas terras, ainda quando houvera ele fundamento, nunca o houve para os ditos condes terem as suas armas neste castelo, como não têm nem tiveram em tempo algum.

Foi João Afonso Pimentel senhor de Bragança, por mercê de el-Rei D. Fernando, e o era ainda no ano de 1396. Consta do arquivo da Câmara, por uma sentença de el-Rei D. João I em que diferiu a esta cidade aos agravos que tinha do dito João Afonso Pimentel, passada na era de 1434 que corresponde aos anos de Cristo sobreditos de 1396. Passou este para Castela, seguindo a parcialidade daquela coroa por cuja causa perdeu as terras que neste Reino possuía e em recompensa lhe deu Henrique III a vila de Benavente com o título de conde, no ano de 1398. Haro, *Nobiliar. Geneal.*, tom. 1, cap. 4, fol. 128. E como João Afonso Pimentel já não era senhor de Bragança, nem no tempo em que o foi havia este castelo, porque el-Rei D. João I o fundou em 1409 e se acabou no de 1449, como ou porque direito se haviam de pôr no castelo de el-Rei de Portugal as armas do conde de Benavente, vassalo de Castela? Se pelas armas se prova o domínio do edifício em que estão fixas, como dizem os juristas, não o tendo, como não têm aqueles condes nesta cidade, também nela não estão as suas armas, nem o castelo tem outras mais que as de el-Rei D. João I.

Mas daria fundamento a esta equivocação verem neste castelo duas conchas e, no meio delas, uma cruz de dois braços. E, sem averiguação do tempo em que se fundou inconsideradamente, entendeu-se que eram armas de João Afonso Pimentel. Mas ainda que se achassem no castelo antigo que havia quando foi senhor de Bragança, nem por isso diria que eram as suas armas e só o afirmara se vira um escudo esquartelado, no primeiro três faixas de sangue em campo de ouro e no segundo cinco conchas de prata em campo verde e assim os contrários. Haro, *supra e Nobiliarchia Portug.*, título de *Pimenteis*, fol. 315.

Nem estas duas conchas e cruz que se mostram no castelo estão metidas em escudo, que é o que basta para se conhecer [que] não são armas de família particular, pois já em tempo de el-Rei D. Afonso de Aragão, o Batalhador, se usava lavrarem-se em escudo. Salazar, *Dignid. Seglar.*, Lib. 12, cap. 5, e o alega a *Nobiliarchia*, *supra*, fol. 189, e Morales, Lib. 13, cap. 5, entende que os aragoneses passaram este uso aos castelhanos quando aquele rei casou com D. Urraca, filha de Afonso VI de Castela, que diz o padre Mariana, Lib. X, cap. 7, foi no ano de 1106. E Estaço, no tratado de sua família, fol. 50, quer que os três senhores que vieram servir nas guerras de Afonso VI contra os mouros, primeiro que os aragoneses, trouxessem aos castelhanos aquele uso e como um destes foi o nosso conde D. Henrique, este o trouxe a Portugal. E daquele tempo é que as famílias particulares usam das armas em escudo; e aquelas duas conchas e cruz que estão no castelo sem ele se puseram passados mais de trezentos anos que havia o tal uso. De que bem se mostra não são armas.

Mas ainda admitido este defeito de não estarem em escudo, não mostraram na nossa *Nobiliarchia* a que família pertençam, nem porque sejam conchas se pode dizer que são Pimenteis, que isso mesmo dirão os Cernaches, Marizes e outros e, melhor que todos, os Barradas e Riba de Neivas, que têm por armas conchas e cruz, e como destes se não há de dizer que duas conchas e uma cruz são as suas armas, nem daqueles. E a razão é porque as armas se devem

organizar pela mesma ordem, segundo as regras da armaria, que a cada família pertencem, sem acrescentar ou diminuir coisa alguma. E como estas duas conchas e cruz que se acham na parte mais alta do castelo e se veem entrando pelas primeiras portas não sejam, como não são, armas de família alguma, direi o motivo que houve para nele se porem.

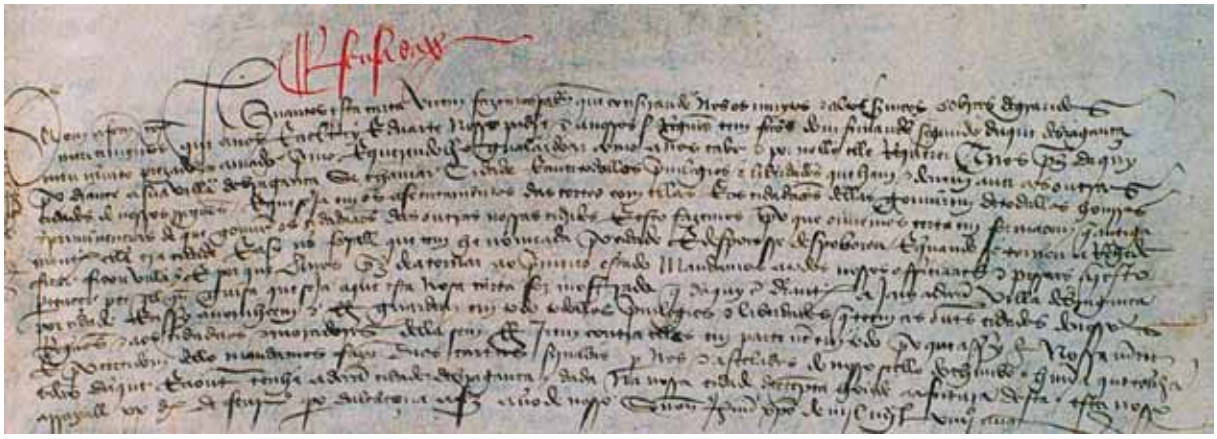
E foi que dando el-Rei D. Afonso V, no ano de 1440, a intendência das obras do castelo à nobreza desta cidade, sendo esta devota do apóstolo Santiago, cuja capela está junto ao castelo e este na praça que tem o nome do mesmo santo, a quem solenizam todos os anos e em alguns com grandiosas festas em memória de que nesta cidade evangelizou a Lei da Graça, por louvor do Santo Apóstolo colocaram no castelo, como divisa, as duas conchas e no meio delas uma cruz. Esta é a significação que tem e lhe dão pessoas antigas e noticiosas e não outra, por ser totalmente alheia da razão e a verdade, como parece é também o modo como se explicam os açores.

Diz que el-Rei de Portugal, como duque e senhor de Bragança, paga todos os anos aos condes de Benavente dois açores reduzidos a vinte e quatro mil réis, muito bem pagos nas sisas da comarca de Miranda.

Primeiramente, os reis de Portugal não são duques de Bragança, porque o senhor Rei D. João IV fez mercê destes Estados ao Sereníssimo Príncipe D. Teodósio, e hoje é duque de Bragança o Sereníssimo Príncipe do Brasil o senhor D. José e se conservam estes Estados distintos e separados da Casa Real, com os mesmos privilégios e regalias que sempre tiveram. Dizer que os duques de Bragança pagavam e pagam dois açores aos condes de Benavente, recebeu este autor manifesto engano. Nem das folhas dos almoxarifes da comarca desta cidade consta de tal coisa, porque dado que assim fosse das suas rendas e por ordem da junta dos seus estados é que havia de ser a solução e não das sisas que, por serem património real, não pertence aos Sereníssimos duques a aplicação delas.

Mais adiante, passa na inteligência dos açores Lourenço de Santa Coloma, na dedicatória que faz ao conde de Benavente, do livro intitulado *Socorro para vivos y para muertos*. E falando de D. João Afonso Pimentel, que passou ao serviço de Castela, e respondera a

Foral de D. Afonso V



el-Rei D. João IV: "*quería más buitre volando qué pájaro en la mano*", diz: "*Bien digna de admiración es la resolución sobredicha, y cuanto cabe en un generoso pecho dejar su casa y estados por adquirirlos de nuevo en servicio de otro príncipe; pero en mi sentir es mayor la liberalidad que hizo el dicho Rey de Portugal deseando conservar memoria de tan ilustre vasallo, pues para conseguirlo obligó todo su Reino a pagarle y a sus herederos y sucesores cada año dos azores, primor de Irlanda, feudo que hoy sabemos todos goza v. exc. y lo han gozado sus progenitores, de manera que ni aun de autoridad necesita a que v. exc. pueda decir paga feudo a su casa un Reino de Portugal*".

Não faço reparo no castelhano porque dentro dos limites da lisonja com que exalta a grandeza daquele cavalheiro, cortesmente descobriu a magnanimidade dos príncipes portugueses que sem ultraje de soberania podiam satisfazer ingratidões com benefícios. Mas é preciso responder ao autor da *Corographia* que os vinte e quatro mil réis para dois açores que recebem os condes de Benavente são de tença efetiva de que lhe fez mercê o Sereníssimo Rei Dom Sebastião. E da folha de 1718 do executor das sisas da comarca de Miranda, assinada por Sua Majestade que Deus guarde, tirei a verba desta mercê que está em Título de Tenças, do teor seguinte: "Vinte e quatro mil réis ao conde de Benavente, dom Francisco Casimiro Afonso Pimentel de que lhe fiz mercê cada ano para dois açores e tem origem de janeiro de 1568, os quais entregareis ao tesoureiro-mor da Junta dos Três Estados do qual cobrareis conhecimento em forma para vossa conta, por ser vassalo da corte de Castela e se ter feito represália nele".

Advertência

Notícia que acho de João Afonso Pimentel

Disse que fora senhor desta cidade por mercê de el-Rei D. Fernando, porque Mariz, no Diálogo 3, ano de 1372, na vida deste rei, diz lhe dera Bragança de juro quando casou com D. Joana, meia-irmã da Rainha. Agora vejo o contrário, pelo aviso que v. m. me fez mercê participar e que seguindo este fidalgo a parcialidade de Castela lhe fez aquele rei mercê desta cidade (supondo havia de conquistar-nos o Reino) ao que se opôs naquela corte o conde de Gijón, dizendo lhe pertencia por bens dotais. De que venho a entender que el-Rei D. Fernando a prometeu a este, em dote com a filha. Tudo consta do Nobiliar*., de Haro, tom. 1, L. 3, cap. 4, fol. 131.*

Por falecimento de el-Rei D. Fernando se levantou João Afonso Pimentel com esta cidade de que devia ser alcaide-mor e governador, seguindo a coroa de Castela, mas consta que a nobreza desta cidade o não seguiu e ainda o povo, muito contra vontade. Tanto que uma aldeia, que é Agrochão, lhe não quis obedecer e por esta causa tem certo privilégio por el-Rei D. João I. Mas dada a batalha de Aljubarrota, passou el-Rei a esta província e reduziu esta praça na sua obediência, da qual era governador o dito João Afonso Pimentel, como diz o conde da Ericeira, na Vida de el-Rei D. João I, *L. 3, fol. 256.*

A este tempo se vê não foi senhor desta cidade, mas el-Rei D. João I parece lhe fez mercê desta terra ou de alguns direitos e jurisdições e não compreendo bem que casta de senhorio

tinha. O que só consta do arquivo da Câmara é de uma sentença que el-Rei deu contra ele por capítulos que esta cidade e termo deram do dito João Afonso Pimentel, estando el-Rei nesta cidade, de que dou a formalidade do que só pode conduzir para esta clareza:

"E porque por parte do concelho e homens bons, lavradores e moradores da nossa terra de Bragança nos foi dito que ante os agravos e danos que eles e a dita terra recebiam de João Afonso Pimentel, a quem nós demos a dita terra com suas jurisdições, eram estes, primeiramente: os moradores da dita terra e termo da dita vila haviam de dar foro, em cada um ano, a nós ou àquele que de nós houvesse a dita terra, dois mil maravedis velhos de moeda antiga, convém a saber, mil maravedis por dia de S. Martinho de Novembro e mil maravedis por Páscoa de Ressurreição, etc.".

Vai continuando do modo como se pagava e que se devia arrendar a dita renda, o que não fazia João Afonso Pimentel, antes passava alvarás e mandava com eles cobrá-la e fizera taxa e finta dos ditos dois mil maravedis, cobrando mais do que lhe pertencia. A Câmara queixou lhe tomava as rendas dela e que obrigava que cada morador da vila e termo lhe pagasse cada ano três almudes de vinho e que mandava que os lavradores lhe dessem jeiras de graça, etc. Ele respondeu um prolixo arrazoado, que nada tomava por força, antes tudo lhe ofereceram por escrituras. E, ultimamente, diz a sentença:

"E nós, vistos os ditos agravos, em relação com os do nosso concelho, na parte dos ditos dois mil maravedis, mandamos que os moradores do termo da dita vila tirem daqui em diante e façam tirar os ditos dois mil maravedis por seus sacadores, como se sempre costumou em tempo antigo, e que os ditos sacadores respondam com eles ao dito João Afonso e seus sucessores e isso mesmo a nós e aos nossos sucessores quando houvermos de haver, etc.".

Vai continuando a sentença em que se não faça por finta nem taxa anulando as escrituras que João Afonso juntou das rendas da Câmara e dos almudes de vinho. E que nem ele nem outro poderoso desta terra e comarca obrigue aos lavradores lhe deem jeiras com certas penas, etc. E diz a data: "e em testemunho de verdade mandamos dar ao dito concelho esta nossa carta dada em a dita vila de Bragança, 24 dias de Janeiro. El Rei o mandou, por Gil Anes, seu vassalo, desembargador por ele na sua corte, Pedro Afonso a fez, era de 1434", que é ano de Cristo de 1398.

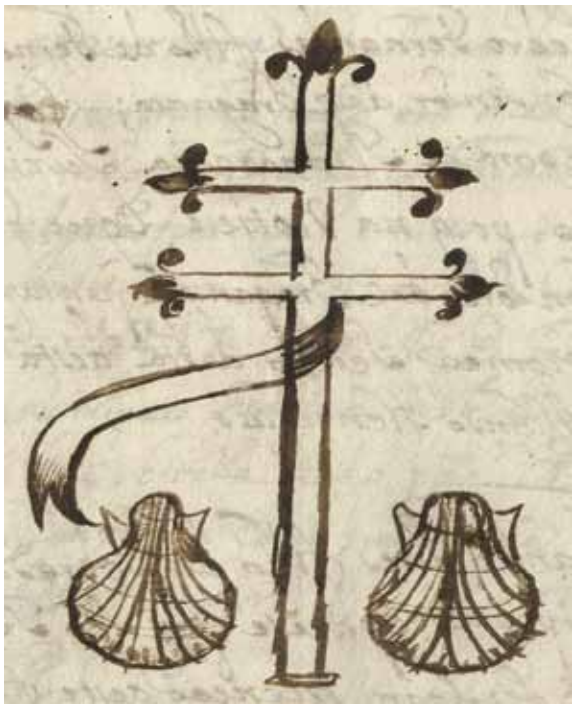
Este poderia ser um dos motivos porque passou brevemente para Castela e tornou a seguir aquela parcialidade, porque o ânimo deste fidalgo era tirano.

Mas não era a dúvida que eu movo sobre o senhorio, mas que neste castelo não estão as suas armas. Primeira razão, porque nele há outra mais que de el-Rei D. João I e, segunda, porque o castelo se fundou em tempo que já João Afonso Pimentel estava em Castela, conde de Benavente.

A outra é sobre os açores, por dizerem se lhe pagam por feudo. Os castelhanos claramente o dizem e os nossos portugueses com rebuço, como v. m. verá do que tenho dito. Aqueles dizem que é el-Rei e estes que é o duque. E todos mentem, mas tem a culpa assim nesta terra como nas do conde a ignorância que assim o entende e fazem errar com as suas informações a quem escreve.

E se eu tivera talento como tenho vontade, só a fim de tirar este abuso destas terras, haver de imprimir estas notícias. Mas quer Deus chega tempo que se há de pôr tudo com tanto acerto e clareza.

Tenho satisfeito e mostrado com evidência que el-Rei D. João I fundou o castelo desta cidade, que nele não estão as armas dos condes de Benavente e a origem dos açores qual seja. Agora, para concluir esta 3.ª Notícia, a darei dos seus alcaides-mores.



"Figura da cruz e conchas como estão no castelo"

Primeiro de dar o catálogo dos alcaides-mores, seguindo o parecer de pessoas prudentes, me pareceu acertado copiar a cruz e conchas como estão no castelo. E porque sendo aquela de palmo e meio e pouco relevo se não distingue perfeitamente a sua figura, vendo-se de plano pela altura em que se acha, a fui examinar de uma janela do mesmo castelo e a dou fielmente copiada em abono de não serem armas, como tenho dito; e ficará totalmente desvanecido o abuso que se introduzia de o serem. Antes as conchas, antiga divisa do Apóstolo Santiago, e cruz se gravaram pela razão que tenho dado e parece que de algum modo quiseram imitar a cruz do hábito da sua milícia.

Catálogo dos alcaides-mores com individuação dos que foram juntamente governadores

Antigamente, foram os alcaides-mores governadores das terras, de que o eram, a princípio, com o título de alcaide (dicção arábica que significa capitão do castelo ou fortaleza) de que usavam os mouros nas terras fronteiras, o mesmo que agora governadores; e daquela idade ficou introduzido o nome de alcaide, que correndo tempos se lhe acrescentou a palavra mor por distinção do substituto que aquele nomeava na sua ausência, que é o tenente; e dos que tenho notícia o foram nesta cidade são os seguintes:

1. Dom Pedro Fernandes, filho de Fernão Mendes, o Bravo, que foi senhor de Bragança. Foi rico-homem e sigo agora a *Monarquia Lusitana* 5.ª parte, Lib. 16, fol. 110, porque na notícia que hei de dar dos que foram senhores de Bragança juntarei escritura em que se nomeia senhor desta cidade, reinando D. Afonso Henriques.

2. Fernando Pires, filho do sobredito, consta da mesma escritura e parece foi tenente. Não faz o conde D. Pedro menção deste filho de Pedro Fernandes, no título 48, na família dos Braganções, mas Lavanha o declara nas notas e a escritura que hei de juntar o diz expressamente.

3. Fernando Fernandes, em tempo de D. Sancho I, da mesma família dos Braganções e era filho de Fernando Pires, acima nomeado. Este defendeu Bragança no sítio que lhe puseram os leoneses em 1192 e o socorreu o mesmo Rei D. Sancho. Consta por escritura do mesmo ano que juntarei quando falar no Mosteiro de Castro de Avelãs.

4. Vasco Mendes, em tempo de Afonso II.

Advertência: Vasco Mendes, n.º 4, parece ser filho do conde D. Mendo de Sousa, de quem fala o conde D. Pedro, título 22, n.º 11. Este e seus irmãos, Garcia Gonçalo e Rodrigo Mendes, confirmam no foral desta cidade que confirmou D. Afonso II, em 4 de Julho da era de 1257, que é o ano de 1219.

5. D. Fernando Fernandes, em tempo de D. Afonso II e D. Sancho II. Foi este juntamente fronteiro e governava de Miranda até Montenegro. Consta por escritura que tenho em meu poder, do arquivo de S. Martinho em que Pelágio Fernandes doou àquele mosteiro algumas fazendas em terra de Miranda. Diz a data "*facta carta in MCCLV*", que é o ano de 1217. Foi este D. Fernando Fernandes um dos principais fidalgos deste Reino, como se vê no foral de Sortelha, dado por el-Rei D. Sancho II, em que confirma com preferência ao mordomo-mor, *Monarquia Lusitana*, 5.ª parte, Lib. 17, fol. 252.

Advertência: Da metade das aldeias de Caçarelhos, Genísio e S. Joanico, que é terra de Miranda, em 1217, era senhor Pelágio ou Paio Fernandes, filho de Fernando Feio e sua mulher primeira, Velasquita. E da metade destas aldeias fizeram doação ao Mosteiro de S. Martinho do Lago, no distrito de Seabra [Sanabria]. E tenho eu a escritura feita "in era MCCLV, tercio nonas Januarii", que é no sobredito ano de 1217.

6. Pedro Pires e Martinho Mendes Ordonhes foram tenentes de D. Fernando, aquele do castelo e este das mais terras da sua jurisdição, como consta de uma escritura do mesmo tempo que tenho em meu poder do arquivo de S. Martinho, que diz: "*Domnus Fernandus Fernandes tenens Breganciam; submanum ejus Martinus Menendus Ordonis et Petrus Petres tenens turrem Bregancie*".

7. Martinho Afonso, em tempo de D. Sancho II.

8. D. Fernando Lopes, em tempo de D. Afonso III. Era rico-homem e como tal confirma no foral que o mesmo rei deu aos moradores do termo desta cidade na era de 1291 que é ano de 1253. Parece ser este D. Fernando Lopes o de Baião, filho de Lopo Afonso de Baião e neto de D. Afonso Hermiges e de D. Teresa Pires, filha de D. Pedro Fernandes de Bragança, de quem fala o conde D. Pedro no título 40, n.º 7 e 9.

9. D. Nuno Martins de Chacim, em tempo de Afonso III e D. Dinis. Foi seu aio e mordomo-mor e adiantado nas províncias da Beira e Entre Douro e Minho e seu primeiro-ministro. *Monarquia Lusit.*, 5.ª parte, Lib. 16, fol. 5 v., e o conde D. Pedro, Título 38.

10. Afonso Fernandes de Figueiredo, em tempo de D. Afonso IV.

11. João Lourenço de Ferreira, em tempo de D. João I.

Alcaides-mores pelos Sereníssimos duques de Bragança

12. O senhor D. Afonso, primeiro duque, fez alcaide-mor a Pedro de Sousa, fidalgo da sua casa. <Este Pedro de Sousa acho em umas partes com o sobrenome de Alvim. Também acho por alcaide-mor de Bragança a Pedro Borges de Sousa, filho 4.º de Gonçalo Borges, mas não sei se tudo isto é equivocação>.

Advertência: Por escritura de 19 de Abril de 1477 que tenho em meu poder e é carta testemunhável que tirou o Mosteiro de S. Martinho da Serra de Seabra [Sanabria] ou do Lago, consta desta [que] era naquele ano fronteiro-mor desta cidade, Fernão de Sousa, do Conselho de el-Rei. Pode ser que este fosse também alcaide-mor, porque permaneceu a alcaidia-mor desta cidade muitos anos na família dos Sousas e naquele tempo eram os governadores. Este Fernão de Sousa assina na escritura e João Vasques da Fonseca, ouvidor do duque, e Vicente Fernandes e Luís Vasques, juízes, João Vasques e João de Morais, vereadores e Vicente Afonso, procurador. Escrita por Pêro Gonçalves, escrivão da Câmara.

13. João de Sousa, que parece ser filho de Pedro de Sousa. Deste procede a maior parte da nobreza desta cidade e da vila de Vinhais por sua filha Briolanja de Sousa, que casou em Vinhais com Gonçalo de Morais, irmão de João de Morais, o Velho, filho com outros de Rui de Morais, desta cidade, que casou naquela vila com Guiomar Gomes. A outra filha de João de Sousa foi Branca de Sousa que casou com João de Macedo, alcaide-mor de Outeiro, cuja filha, D. Ana de Macedo, casou com Lopo de Mariz, de quem fala Haro no *Nobil. Geneal.*, tom. 1, Lib. 3, fol. 136 v.; e no arquivo da Câmara se acha uma escritura em que João de Sousa, como procurador de seu genro João de Macedo, alcaide-mor de Outeiro, lhe vendeu o Campo Redondo, nesta cidade, em Outubro de 1497.

14. Lopo de Sousa, do Conselho de el-Rei. Foi este juntamente fronteiro-mor e governador em Trás-os-Montes nas terras do Estado da Sereníssima Casa de Bragança.

15. Francisco da Costa Homem. Foi sua filha Helena da Costa que casou com Gonçalo Teixeira e, depois de viúva, fundou com sua filha Maria Teixeira o Mosteiro de Santa Escolástica, desta cidade.

16. Lopo Sarmento, fidalgo da casa dos Sereníssimos duques, que casou com D. Ana Carneiro, filha de Martim Carneiro, da vila de Chaves, e de D. Maria de Morais Pimentel, que o foi de Aleixo de Morais Pimentel, comendador na ordem de Cristo, e de D. Isabel Gomes de Macedo, o qual era irmão de Nuno Álvares Pereira, secretário de Estado de Portugal na corte de Madrid, filhos de Pedro Álvares de Morais Pimentel, descendente de Martim Afonso Pimentel, de quem fala o *Nobiliar.* de Haro, tom. 1, Lib. 3, cap. 4, fol. 136, e o compêndio dos Morais de frei Diogo de Santa Ana. Lopo Sarmento é da ilustre família dos Sarmentos do Reino de Galiza. E porque este teve cinco irmãs e um irmão, que todos casaram nesta Província, em benefício da nobreza que deles descende, darei a sua origem. Também na vila de Vinhais há Sarmentos que descendem do senhor de Mesquita, em Galiza, por D. Francisca Sarmento que casou naquela vila. E como de todos seja o mesmo princípio, agora o derivo somente pelo que pertence ao alcaide-mor Lopo Sarmento.

São os Sarmentos do antigo e nobre solar de Villamayor (que é Mondonhedo no Reino de Galiza) de que foi senhor D. Álvaro Salvadores, conde de Bureba, em tempo dos reis Ramiro III e Bermudo II, e se continuou em ricos-homens até Garcia Fernandes que, deixando o antigo de Villamayor, tomou o apelido de Sarmento, porque criando-se na Câmara de D. Sancho

IV, vendo-o este rei inclinado às armas, disse se criava nele um bom sarmento para a guerra dos mouros. Lavanha, nas *Notas ao conde D. Pedro*, título 43 e Haro, *Nobiliar. Geneal.*, tom. 1, cap. 12, fol. 230. E foi seu filho:

Pedro Sarmento. E diz o licenciado Molina na *Descrição de Galiza*, fol. 49, fora este casado com uma infanta em Castela, de quem teve a:

Diogo Pires Sarmento, rico-homem, adiantado-maior de Castela, em quem principia o conde D. Pedro esta família. Casou com D. Maria de Velasco, irmã de Pedro Fernandes de Velasco, progenitor dos *condestables* de Castela. E foram seus filhos, com outros:

D. Diogo Gomes Sarmento, progenitor dos condes de Salina e

Pedro Rodrigues Sarmento, adiantado-maior de Galiza, em tempo de Henrique II, e casou com D. Joana de Gusmão, e foi seu filho:

Diogo Pires Sarmento, adiantado-maior de Galiza, em tempo de Henrique III e D. João II. Casou com.....[1], e foi seu filho:

Garcia Fernandes Sarmento, adiantado de Galiza e alferes-mor de D. João II, que casou com D. Elvira Manrique. E foram seus filhos, com outros:

D. Diogo Gomes Sarmento, adiantado de Galiza, que foi pai de outro D. Diogo Gomes Sarmento, primeiro conde de Santa Marta, e de D. Bernardino Sarmento, conde de Ribadabia. E foi filho segundo do adiantado Garcia Fernandes Sarmento outro:

Garcia Fernandes Sarmento, senhor de Salvaterra. Casou primeira vez com D. Teresa de Sotomaior de quem procedem os condes de Salvaterra, Gondomar e outra muita nobreza. E segunda vez casou com D. Maria Manuel, filha de Sancho Manuel e de D. Genebra da Cunha. Haro, *supra*, tom. 1, fol. 45 e 233. E foi seu filho, com outros:

D. António Sarmento, cavaleiro do hábito de Santiago, alcaide-mor de Burgos, e casou com D. Maria de Mendonça. E entre outros filhos teve a:

D. Luís Sarmento de Mendonça, cavaleiro da Ordem de Calatrava, que casou em Burgos com D. Catarina de Pesquera y del Castilho que, com outros, foi seu filho:

D. António Sarmento de Mendonça, cavaleiro da Ordem de Calatrava que casou com D. Isabel Barba, e entre outros filhos o foi:

Jerónimo Luís Sarmento, que passou a este Reino, onde também esteve sua irmã D. Leonor Sarmento no serviço da Sereníssima princesa D. Joana, filha de Carlos V, esposa do príncipe D. João. E casou Jerónimo Luís com Inês da Costa, irmã do alcaide-mor desta cidade, Francisco da Costa, n.º 15, e foi seu filho:

Jácome Luís Sarmento, que casou com Joana Gomes de Macedo, filha de Lopo de Mariz e de D. Ana Macedo, que o era de João de Macedo, alcaide-mor de Outeiro, e de Branca de Sousa, filha do alcaide-mor desta cidade, João de Sousa, n.º 13 e foram seus filhos:

o alcaide-mor Lopo Sarmento,

Luís Sarmento de Mendonça, que morreu em África, Francisco Gomes Sarmento, e cinco filhas que casaram com a principal nobreza desta Província em Bragança, Vila Real e Vinhais.

D. Jaime IV, duque de Bragança

Advertência: No alcaide-mor Lopo Sarmento, n.º 16, que digo casou com D. Ana Carneiro, filha de Martim Carneiro da vila de Chaves, foi engano porque é António Carneiro. Entre Francisco da Costa Homem e Lopo Sarmento passam mais de 40 anos e não descubro notícia com certeza de quem fosse alcaide-mor. Só acho em um livro de registos da Câmara uma provisão por que Martim Afonso de Sousa, do Conselho de el-Rei, possa trazer nesta cidade e lugares do termo cem carneiros para gasto de sua casa. E presumo que este era alcaide-mor, porque a ordenação lhe proíbe trazer gados e para o poder fazer é que seria a provisão.

17. Pedro de Figueiredo, cavaleiro da Ordem de Cristo, fidalgo da Casa dos sereníssimos duques, sucedeu na alcaidaria-mor desta cidade a seu tio e sogro, Lopo Sarmento, por ser casado com D. Violante Sarmento, filha deste. E ele o foi de António de Figueiredo, cavaleiro da Ordem de Cristo, fidalgo da casa do Sereníssimo duque D. João I e de Catarina Sarmento, irmã do alcaide-mor Lopo Sarmento, que foi camareira-mor da Serenís-sima duquesa a senhora D. Catarina. E era Pedro de Figueiredo neto de Heitor de Figueiredo, senhor de Nozelos, alcaide-mor de Borba; 2.º neto de Diogo de Figueiredo, fidalgo da casa do Sereníssimo duque D. Jaime; 3.º neto de Henrique de Figueiredo, fidalgo da casa real; 4.º neto de João Lourenço, alcaide-mor da Covilhã, e de D. Teresa de Figueiredo, da verdadeira família dos Figueiredos deste Reino, de que procedem os condes de Vimieiro, S. Lourenço e Castelo Melhor, e Pedro de Figueiredo de Alarcão e D. Francisco de Melo Manuel, sargento-mor de batalha, alcaide-mor de Lamego. O referido vi em papéis autênticos e uma certidão de José Freire de Monterroio Mascarenhas e outra que por provisão de Sua Majestade passou o padre Manuel Nunes, arcediago que foi na capela real e guarda do arquivo da Serenís-sima Casa de Bragança, no ano de 1714.

Advertência: No catálogo dos alcaides-mores consta que Estêvão Perestrelo Pessoa Pereira, cavaleiro do hábito de Cristo, moço da guarda-roupa de el-Rei D. João IV, foi capitão-mor desta cidade ao depois do falecimento do alcaide-mor Pedro de Figueiredo Sarmento e depois da aclamação. E no tempo deste é que el-Rei D. João separou o cargo de capitão-mor ou governador desta cidade da alcaidaria-mor dela, que sempre lograram os alcaides-mores até

ao dito Pedro de Figueiredo Sarmento, inclusive. E removendo ao dito Estêvão Perestrelo da capitania-mor, foi provido nela Salvador de Melo da Silva, por patente de 25 de Abril de 1642, e é o primeiro que dei no catálogo dos governadores desta cidade. Consta do registo da Câmara, fol. 79. E a Estêvão Perestrelo se lhe passou alvará de alcaide-mor, em 18 de Agosto de 1642, que exercitou pouco tempo por falecer e ainda sem ter feito homenagem. E em 18 de Agosto de 1646 se passou carta de alcaide-mor a Francisco Serrão da Veiga, que no catálogo foi declarado, consta do registo da Câmara, de fol. 70 até 74, ainda que na carta deste se declara a provisão na alcaidaria-mor que vagara por falecimento de Pedro de Figueiredo Sarmento que ou foi equivocação ou porque ainda o dito Estêvão Perestrelo não tinha feito homenagem. Mas como seja uma das famílias nobres desta cidade, digo este crédito que teve e também para clareza do tempo certo em que distinguiu e separou o governo da alcaidaria-mor.

Tenho dado relação dos alcaides-mores que juntamente foram governadores desta cidade até o ano de 1640 e deste em diante se criaram governadores, de que já fiz catálogo na primeira notícia, e os alcaides-mores ficaram com a intendência das ordenanças. E dos que foram do tempo da feliz aclamação até hoje são os seguintes:

18. Francisco Serrão da Veiga.

Advertência: Se acrescenta que era cavaleiro do hábito de Cristo e que tinha no paço o ofício de mantieiro. Assim o diz a sua patente.

19. Pedro de Sousa de Brito, fidalgo da Casa Real, comendador da Carregosa, na Ordem de Cristo.

20. Pedro de Mariz Sarmento, cavaleiro da Ordem de Cristo.

21. Lázaro de Figueiredo Sarmento, cavaleiro da Ordem de Cristo, mestre de campo, governador da cidadela, filho de Sebastião de Figueiredo Sarmento, e neto do alcaide-mor Pedro de Figueiredo, e D. Violante Sarmento, n.º 17.

22. Lázaro de Figueiredo Sarmento, cavaleiro da Ordem de Cristo, fidalgo da Casa Real, filho de Lázaro de Figueiredo Sarmento sobredito, que atualmente exercita.

Advertência: acrescento [que] se chama sua mãe Mariana de Morais Pimentel, filha de Diogo Machado Pimentel, que era irmão de Manuel Pimentel de Sousa, inquisidor no conselho geral do Santo Ofício, e de D. Isabel de Morais, filha de António de Morais Pimentel, morgado de Parada, e de sua mulher, D. Alonsa de Albuquerque, do primeiro matrimónio.

Preeminências dos alcaides-mores desta cidade

Têm assento em cadeira rasa na capela-mor da Colegiada de Santa Maria, mas advém mandar pôr e tirar por seus criados, que com esta declaração vi o título por que isto consta no arquivo da mesma igreja.

Assistem na Câmara à eleição dos oficiais da ordenança, porque nesta cidade se fazem pelo uso antigo, como direi na notícia seguinte. E não obstante de que nesta há governador

que governa por maior, no que respeita às ordenanças sempre é o alcaide-mor a quem se dão as ordens do governador.

Nos atos públicos em que a Câmara assiste, tem o alcaide-mor cadeira com a mesma Câmara e nas procissões vai com ela igualmente, mas sempre da parte esquerda, por resolução do sereníssimo duque D. Teodósio, com o alcaide-mor Pedro de Figueiredo que intentava ir da parte direita.

Por provisão do Conselho de Guerra de 30 de Março de 1685, sobre dúvidas que se moviam entre o alcaide-mor e comandantes da praça, se resolveu que, havendo governador da praça por carta de Sua Majestade ou por recomendação do governador das armas até ao posto de sargento-mor de infantaria, inclusive, estaria o alcaide-mor às suas ordens e, sendo até ao posto de capitão de infantaria, inclusive, governaria a praça o alcaide-mor. Isto mesmo se praticou no princípio da guerra próxima passada e porque sucedeu haver um capitão que comandava a praça, movendo-se dúvida sobre ele e o alcaide-mor Lázaro de Figueiredo, resolveu o conde de Alvor, Francisco de Távora, que governava as armas, [que] devia viver o alcaide-mor no castelo (como hoje fazem) para ter essa preeminência.

Por despacho do mesmo Conselho de Guerra de 10 de Outubro de 1714 se declara se pratique com o alcaide-mor desta cidade dentro do recinto do seu castelo o mesmo que com o alcaide-mor de Lisboa e Miranda.

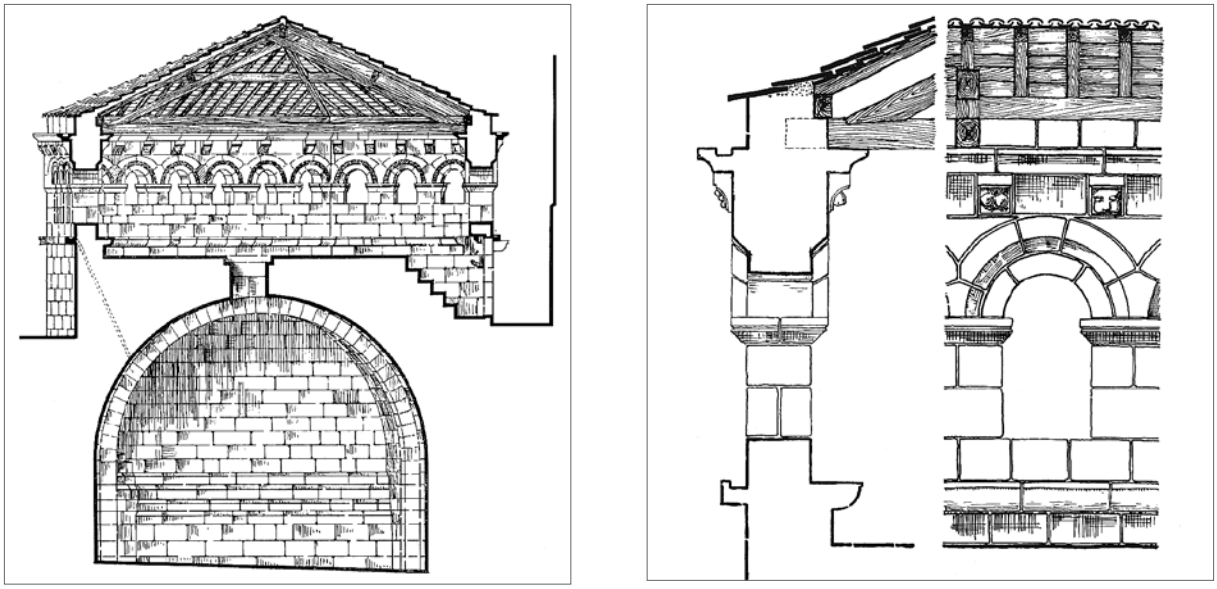
Advertência: Nas preeminências dos alcaides-mores desta cidade se acrescenta que nas funções em que a Câmara dá propina de cera a tem também de um maço de velas de seis arráteis. Apresenta também a vara de alcaide da cadeia.

NOTÍCIA 4.ª

DOS PAÇOS DA CÂMARA, FESTAS QUE SOLENIZA POR VOTO, SUAS RENDAS E REGALIAS

Com pouca distância da Colegiada de Santa Maria, da parte do sul, estão os Paços do Concelho, de toscana arquitetura, e há tradição foi senado em tempo dos romanos. E como estes, das nações estrangeiras foram os que primeiro habitaram nesta cidade e a governaram por muitos séculos, não passa a tradição daquele tempo, mas parece são mais antigos.

É este edifício de pedraria em forma quadrangular, baixo, e por toda a circunferência tem janelas de arco com distância de dois palmos de umas a outras e pouco mais têm estas de largura. Formava uma grande e espaçosa sala que agora se vê dividida em duas. Na primeira se fazem as audiências do geral e na segunda se junta o Senado. Toda a capacidade deste edifício ocupa uma cisterna de água nativa, coberta de fortíssima abóbada e sobre esta estão as salas.



Corte transversal da antiga *Domus Municipalis* e da cisterna

Da formalidade do edifício, conjeturam muitos, foi areópago em que os ministros de noite proferiam suas determinações e sentenças aos litigantes, que ficavam da parte de fora: "*ita ne reorum miserando commoverentur aspectu ipsa nocte, nullis admotis luminnibus, judicia exercebant, summoque silentio tabelarem quisque dabat sententiam*." Cesar Baronio, *An. Ecl.*, tom. 1, fol. 404.

Criou este magistrado Cécrope, primeiro rei dos atenienses, ainda que outros dizem Sólon. E esta cidade o tomaria dos gregos que, depois de abrasada Tróia, surgiram em Espanha, ou bem de Ulisses ou de Diomedes e outros capitães que povoaram muitas terras circunvizinhas a esta. Favorece também a conjetura outra tradição que há de que nesta sala ensinavam artes em tempo antigo. E querem muitos autores que o areópago servisse também

Retrato de César Baronio

para exercício das letras, ainda que frei Jerónimo Roman, na *Republica Gentilica*, L. 5, fl. 134, seguindo a Solino, diz que areópago era lugar em que somente se julgavam pleitos, mas bem pode ser que neste se usasse de uma outra coisa, porque só três dias em cada mês se juntavam os ministros no areópago a julgar as causas: "*nimirum quarto kal. tertio et pridie*" Baron., *loc. cit*.

Nem este era o de Atenas para em tudo seguir os seus estilos. Mas, ou fosse areópago, ou aula de artes de que os antigos tinham uso, como diz Estrabão, L. 3, ou ao menos senado do tempo dos romanos, como afirma a tradição, sempre este edifício é uma das coisas notáveis que há nesta cidade e digno de memória, por sua venerável antiguidade. E faço uma advertência para o tempo futuro e é que na sala de audiência está um escudete com as quinas sem orla de castelos, porque este se abriu há menos de quarenta anos, na ocasião que se rasgaram três janelas.

Festas que se solenizam por voto

Duas festas soleniza este Senado por voto que fez a cidade: a de Santiago e S. Jorge. Uma, a 25 de Julho, em memória de que o Santo Apóstolo pregou e plantou a fé nesta cidade de que há tradição comummente recebida. Em outro tempo havia templo dedicado a este santo e foi freguesia e, extinguindo-se esta por falta de moradores, fez a cidade uma capela ao Santo Apóstolo sobre a muralha para a parte do Norte, junto ao castelo, com escada de pedra para a praça chamada de Santiago, em razão desta capela. E junto a ela se levantava uma torre com dois sinos, um das audiências, e outro grande, que pesa cento e tantas arrobas, de sonora voz, que serve de relógio e de chamar os oficiais à Câmara. E porque a torre ameaçava ruína se mudaram a outra sobre a mesma muralha, haverá quarenta anos, para a parte do sul. E na escada da capela se conhecem pedras de sepulturas que foram da igreja antiga e de uma farei lembrança por mais notável.

Era um túmulo que sustentavam dois leões e a pedra que o cobria tem uma figura de mulher de proporcionado relevo com almofada debaixo da cabeça. Pouca curiosidade mostraram os antigos em não comporem o túmulo na forma que estava na primeira igreja, por veneração das cinzas que nele se depositaram, que sem dúvida seriam de sujeito de maior graduação. Mas os leões servem de base a duas colunas do alpendre desta capela e a pedra

que guardava o cadáver (que ainda está inteira), virada serve de primeiro degrau na escada que examinei para ver se tinha algumas letras e só lhe achei uma cruz. E a pedra que tem a figura está colocada no parapeito do alpendre e tem um letreiro que, por truncado, se faz difícil a sua inteligência que é o seguinte:

_____TIIRSIPCI_____CVDEROI____

Mas o vulgo que se não fatiga na averiguação das coisas, e antolhadiço as julga só pelo exterior, como vê esta figura de mulher, e colocada em parte tão principal, deu em dizer que representava Bragança. Agora ficará desvanecido o seu erro. Porque se houvesse figura que a representasse parece [que] havia de ser uma mulher com roupas de verde recamadas de ouro, armada e com escudo; e nele as armas que lhe pertencem, tendo nos lados as letras I e B, espada levantada, coroada de louro e sobre o elmo um ramo de azinheira com um M de ouro, porque nesta forma mostrava as suas propriedades: fundada por Brigo, re-edificada por Júlio. E em desempenho do nome que estes lhe deram, o ser belicosa, nobre e sempre leal.

Na cor, não só o estar cercada de águas, mas a esperança de maiores aumentos e no timbre, expressando a prodigiosa aparição da mãe de Deus, sua padroeira, coroada por ser cabeça dos Estados da Augusta Casa de Bragança, e se lhe acomodava muito bem ter pendente de um listão encarnado o hábito de Santiago, por ser esta cidade uma das primícias que a gentilidade deu à milícia de Cristo e nela se atear o fogo do céu pela pregação do Sagrado Apóstolo. E neste reconhecimento a nobreza se empenha em o festejar, para o que se elegem na Câmara, a votos das pessoas que costumam andar na governança, dois mordomos, pessoas das mais nobres e ricas, com o título de capitão e alferes. E alguns anos o tem feito com luzidas festas de cavalaria, comédias e outros espetáculos que divertiam o povo por seis e oito dias. E, quando assim sucede, tem obrigação a Câmara de dar ao capitão propina de vinte e quatro mil réis, que não é pequena quantia se atendermos se lhe dão por uso antiquíssimo e ser grandeza em outro tempo o que agora parece tão limitado.

Mas o culto divino o faz sempre a Câmara. E porque são muitos os motivos que há que festejar este santo, além da tradição porque esta cidade o soleniza, reparei que nesta capela está pintado não cavaleiro, mas peregrino e com um livro aberto. E é muito verosímil que esta pintura se copiou assim da igreja antiga, de que bem se mostra que o culto que lhe dedicam é por seu apóstolo pregando o Evangelho e não por soldado ferindo os mouros.

A S. Jorge festeja soldado porque, correndo o ano de 1001, no seu dia de 23 de Abril se restaurou esta cidade do poder dos mouros, sendo rei de Leão Afonso V e capitão desta empresa o infante D. Alboazar Ramires, filho de Ramiro II e de Zara ou Artida, que a fama tem feito célebre pelo roubo de sua formosura e muito mais pelas ilustres famílias que deles procedem, sendo uma a da ilustríssima Casa de Távora, que de tão longe se deduzem os vínculos de obrigação com a nobreza desta cidade em seguir nos empregos militares aos capitães desta família, como há tradição o fizeram muitos nas gloriosas conquistas daquele

príncipe. Mas agora confessa por seu principal libertador ao insigne mártir S. Jorge e que vindo os mouros socorrer aos de Bragança sitiados imploraram os cristãos, muito menos em número, o patrocínio do Santo por ser no seu dia. E travando-se sanguinolento e porfiado combate com os mouros, foi visto S. Jorge na vanguarda das nossas tropas.

E isto basta para dizer foram os bárbaros completamente desbaratados, junto da ribeira, por esta batalha chamada de S. Jorge, meia légua distante desta cidade, que neste dia logrou o título de rio pela cópia de sangue maometano que aumentou a sua corrente. Claro testemunho dá aquele sítio de que os mortos foram muitos, pelas repetidas vezes que os lavradores com seus arados levantam ossos de estranha grandeza. Conseguida a vitória e entrada a praça, ficou Bragança por favor do céu com a desejada liberdade e, não sendo ingrata do benefício, levantou por troféu uma capela ao seu glorioso campeão, junto das águas daquela ribeira que, se foram do esquecimento para os mouros, são de eterna lembrança para o nosso agradecimento.

Todos os anos, em este dia, diz a Colegiada missa cantada nesta capela, indo com procissão que se forma em Santa Maria, onde se torna a recolher, a qual acompanha o Senado e por sua conta corre toda a despesa. E anos há que se juntam mais de cento e quarenta sacerdotes. Também os meninos, pelo que ouvem dizer a seus pais, fazem este dia plausível, acompanhando ao santo pela cidade com ladainha, bem ordenados e pelo campo com militar impulso em desformada tropa, ações todas que conservam muito viva a tradição deste sucesso.

Regalias que tem a Câmara desta cidade

É padroeira do Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição, de freiras claras, de que há provisão no seu arquivo do bispo D. António Pinheiro, de 3 de Novembro de 1571. E neste nomeia cinquenta e um lugares, a saber, quarenta e cinco de véu preto, dois de branco e quatro de educandas.

É padroeira da Capela de Santiago e das ermidas de Nossa Senhora do Loreto e S. Sebastião e Igreja de S. Jorge, matriz da aldeia de Vila Nova, com obrigação de fazer nesta a festa, pela razão e motivo que acima digo.

Faz eleição com assistência do alcaide-mor, a votos das pessoas que costumam andar na governança de todos os postos da milícia, por não ser observância nesta cidade o alvará de 18 de Outubro de 1709, que revogava nesta parte o regimento do senhor Rei D. Sebastião. E por resolução de Sua Majestade, de 2 de Dezembro de 1714, por se praticar nesta cidade o mesmo que nas terras da senhora Rainha, se passam patentes pelo Estado de Bragança aonde imediatamente vão as eleições da Câmara. A saber: de sargento-mor da comarca, que é pago com 80$ no cabeção das sisas; sargento-mor da cidade e distrito, que goza dos mesmos privilégios que os das comarcas, que concedeu o senhor Rei D. João IV, em 9 de Outubro de 1644; quarenta capitães e ajudante da comarca, que têm 40$ de ordenado pelos

bens dos concelhos, porque os mais oficiais subalternos exercitam em virtude da eleição com aprovação do alcaide-mor.

Apresentam nos lugares do distrito 40 escrivães dos testamentos e coimas que, sem outra informação ou documento, servem por carta da Câmara. E intentando o provedor da comarca intrometer-se nesta jurisdição, por decreto de 4 de Maio de 1708, ordenou Sua Majestade ao desembargador do Paço mandasse passar logo ordem ao provedor para que nem ele nem os que lhe sucederem perturbem a posse e jurisdição que tem esta Câmara em fazerem os provimentos destes ofícios. Consta por carta do mesmo senhor, de 17 de Junho de 1709, feita por Manuel Palha e registada no livro 3.º a folhas 63 v., em que ordena também à Câmara se conserve nesta posse e jurisdição e não consinta se intrometam nela os provedores.

Aos juízes de fora ou ordinários pertence rubricarem os livros das coimas e testamentos e não aos provedores, que também intentaram intrometer-se nesta jurisdição, que por provisão do desembargador do Paço, de 2 de Junho de 1702, se lhe ordenou lhe não pertencia e, por carta da Junta do Estado de 2 de Maio de 1709, se manda aos escrivães não deem os livros a rubricar aos provedores, sob pena de suspensão de seus ofícios.

Não têm os provedores lugar nesta Câmara nem nas procissões e atos públicos dela. E porque na procissão de ação de graças pelo nascimento da senhora princesa o ouvidor desta Câmara deu lugar com a Câmara ao provedor, foi Sua Majestade servido mandar estranhar ao ouvidor o injusto procedimento e que ficasse advertido em não consentir [que] tenha lugar na Câmara procissões e atos públicos dela em que só o têm os ministros do Estado. E ao mesmo provedor que deu conta no Desembargo do Paço se lhe respondeu não tinha lugar nas câmaras em ato algum. Tudo consta por carta da Junta de 13 de Março de 1712; e por outra, de 16 de Junho do mesmo ano, mandou estranhar aos oficiais da Câmara pelo mesmo caso e porque lhe deram propina de cera como costumam ter os vereadores por não terem lugar nas terras do Estado.

Pertence à Câmara arrendar os campos do concelho, e se alguma vez sucedeu intrometer-se o provedor se procedeu contra os chamados arrendatários por conservar a sua jurisdição.

Rendas que tem a Câmara

Tem a renda das oitavas, que antigamente eram quatro alqueires de pão que pagavam cada um dos moradores do distrito. E por contrato que fez a terra com a Câmara se reduziram os quatro alqueires de pão a seis vinténs. Consta por escritura de 12 de Novembro de 1547.

Advertência: É uma das rendas e a principal que tem a Câmara desta cidade. Teve seu princípio pelos anos de 1270, pouco mais ou menos, porque em escritura a última que esta cidade fez do contrato com os moradores do termo, em 1590, se diz que a Câmara possuía esta renda passava de trezentos anos.

Pagava cada morador quatro alqueires de pão e o nome de oitavas entendo se lhe derivou porque antigamente havia nesta cidade medida que levava dois alqueires e se dividia em oitavas partes. E este seria o seu próprio nome e isto se colhe de escrituras antigas dizendo que os moradores do termo cada um era obrigado pagar à Câmara "senhas oitavas de centeno", isto é, duas daquelas medidas e justamente correspondem aos quatro alqueires de pão que pagavam, que outras escrituras dizem ser as oitavas.

Pagaram esta renda em pão até o ano de 1547. Consta por escritura do dito ano, de 12 de Novembro, em que se justou a Câmara com os moradores do termo pagassem a dinheiro a respeito de vinte e cinco réis por alqueire e por tempo de 40 anos. Ultimamente, por escritura de contrato, compromisso e concerto, por via de transação e amigável composição, de 15 de Maio de 1590, sendo ouvidor desta comarca o licenciado Tomé de Mesquita, juiz de fora o licenciado António Barroso, vereadores Jerónimo Sarmento, Manuel Gomes de Macedo, Vicente de Morais Serrão e procurador o doutor Gaspar Álvares de Morais, se ajustaram para todo sempre pagassem seis vinténs pelos quatro alqueires de pão, feita a escritura por Sebastião Novais, tabelião desta cidade.

Esta é a renda das oitavas e o estado em que hoje se conserva. E declara a escritura que as viúvas pagarão somente meia oitava, que são três vinténs; e que os mancebos homens que estiverem por soldada que nunca foram casados nem tiverem casa apartada que não paguem oitava, posto que fazenda tenham; que os homens que casarem estando em casa de seus pais ou sogros, não paguem oitava o primeiro ano de esposados; que os pobres que não tiverem bens móveis ou raiz não paguem oitava.

O motivo do primeiro contrato (posto que não acho a escritura), mas consta de muitas escrituras e sentenças do arquivo da Câmara que falam nesta renda das oitavas, foi para se isentarem os moradores do termo dos encargos do concelho a que estavam obrigados. E em esta última escritura se expressam, a saber, que não pagarão fintas algumas para calçadas, muros, fontes, pontes do rio Fervença, nem pagarão para outras nenhumas fintas, nem pedidos, nem encargos da dita cidade, conforme ao contrato dos antigos, nem velar, nem roldar (isto é porque antigamente assistia continuadamente um proporcionado número de homens armados de guarnição para o castelo e portas) nem os obrigarão a ir com preso, nem guardar cadeia, nem pagar para carcereiro, etc. e que os lugares que por privilégio não pagam oitavas gozarão dos mesmos privilégios.

Os que são isentos de pagarem oitavas direi quando falar nos lugares do termo. Os que chamam do Ourolo, que são Freixedelo, Samil, S. Pedro, Cabeça Boa, Gimonde e Vale de Lamas, não pagam oitavas, mas estes têm obrigação [de] acompanharem as procissões da Câmara com S. Cristóvão. E vão os juízes com as suas varas refazer os caminhos da cidade, limpeza das ruas e das fontes todas as vezes que são chamados e para o mais gozam dos mesmos privilégios que os que pagam oitavas.

Desta renda das oitavas se não tira terça para Sua Majestade, nem se pagou em tempo algum de que há sentenças e a última em tempo de el-Rei D. Sebastião: "Acordei que os

oficiais da Câmara e concelho da cidade de Bragança são agravados pelo provedor em lhes terçar a renda do pão, que se chama das oitavas, e em mandar dar o terço das ditas oitavas aos contratadores das terças do Reino. E corregendo seu agravo, vistas as sentenças juntas já dadas sobre este caso e o capítulo de cortes e os muitos anos que há que o dito concelho está de posse de levar as ditas oitavas, sem se nunca terçar, e vista a qualidade da causa com o mais que se pelos autos mostra, mando que o dito terço das ditas oitavas seja tornado e restituído ao dito concelho, etc. El Rei nosso senhor o mandou, pelo doutor Estêvão de Aguiar do seu Desembargo e juiz dos seus feitos da fazenda, como vedor dela. Cristóvão de Oliveira, no ofício de Manuel Pais, escrivão dos ditos feitos, a fez, ano de 1569. Dada em Santarém, a 5 de Março. E assinou pelo doutor Estêvão de Aguiar o doutor António Vaz Castelo."

Tem outra renda, que chamam das colheres, que é pagar-se de cada carga de sal, peixe, azeite e outros géneros certa quantia na mesma espécie. E com o que produzem as condenações ordinariamente faz importância de dois mil cruzados de renda.

Sua Majestade faz terça da renda das colheres e das condenações e se lhe faz somente uma terça, porquanto lhe fez mercê a esta Câmara de não pagar segunda terça, que consta por carta de 28 de Março de 1708. E por se não fazer terça da renda das oitavas há sentença.

NOTÍCIA 5.ª

DAS IGREJAS, MOSTEIROS E CAPELAS QUE ESTÃO NA CIDADE E SUAS FUNDAÇÕES

Nas precedentes notícias a dei da primeira parte das três em que dividi esta cidade que é o castelo, no qual habitam pouco mais de cem moradores, e a continuo da segunda, a que chamam cidade, que inclui a maior parte deles.

Faz esta um ângulo reentrante para a parte do sul, e o Fervença, que estreitamente a abraça espumoso e violento, corre com torcido curso, porque se lhe oferecia mais direito pelo postigo das eiras, para entrar banhando as ruas. São estas dilatadas e formosas tanto pelo sumptuoso dos edifícios como por serem largas e planas. Só duas mereceram o nome de costa, sem que a subida seja demasiadamente cansada. Cinge a cidade uma estacada pela parte do norte, e pela do sul uma muralha que se principiou na guerra da feliz aclamação, sendo governador Luís de Figueiredo Bandeira, mas não chegou a ser perfeita e pouco mais de sete pés se levanta do alicerce. E das igrejas que enobrecem esta cidade darei princípio pela de S. João Baptista.

É esta igreja paroquial e não há notícia certa da sua ereção, mas é sem dúvida ser mais moderna que a Colegiada de Santa Maria e a tradição afirma que desta se dividiu aquela e assim o parece porque, antes de ser paróquia, se diz que um dos beneficiados ou ecónomo da Colegiada vinha dizer missa nos dias santos a esta igreja e, depois de erecta em paróquia, um dos beneficiados daquela <se anexou> à abadia desta. O mesmo se mostra da uniformidade dos usos e estarem mistas as freguesias que se aumenta o número dos fregueses de uma para outra com os casamentos, porque as mulheres levam aos maridos para a sua freguesia e, no primeiro filho que se batizar solenemente, têm os pais eleição de escolher paróquia, mas não a têm quando os esposados são filhos da mesma pia.

Nos que vêm de fora com ânimo de residir há uma diferença porque, se edificam logo casas para morar, pertencem à paróquia de Santa Maria, por ser igreja maior e, se as tomam por arrendamento, seguem a freguesia a que pertence a casa em que primeiro moram. Desta concordata, que se observa sem contradição, é também evidente que esta freguesia se dividiu da de Santa Maria.

Mas não é tão moderna como alguns entendem porque no ano de 1331 era abade desta igreja Afonso Domingues e consta de um auto que tenho em meu poder do arquiteto de S. Martinho, da posse que se deu ao dom abade da sua aldeia de Vila Meã, a que assistiu dito Afonso Domingues: "Testemunhas que presentes foram João Peres, da rua de S. Francisco de Bragança, Afonso Domingues, abade de S. João de Bragança, João Domingues, clérigo, seu irmão, etc., feito em Vila Meã oito dias de Março da era de 1369", que é ano de 1331.

Quem fosse a motora da ereção desta paróquia, por constante tradição se afirma ser uma nobre e devota matrona da ilustre família dos Morais, por nome Catarina de Morais, que indo a Roma visitar as igrejas, conseguira bula para se fazer, porque já antigamente o tinha sido, e lhe anexara a quinta de Vale de Lamas, de que era senhora, e vinham seus moradores

Figura da Maria Madalena, na Igreja de Santa Maria

à missa a esta igreja. E crescendo o número deles se criou também em paróquia que hoje é anexa a esta abadia e é seu orago S. Sebastião. Rende este benefício duzentos mil réis e são da sua apresentação os dois curas e três ministros mais na igreja desta cidade para oficiar as missas e um sacristão.

O templo é antigo, mas a capela-mor tem uma tribuna ao moderno, toda coberta de entalhado e apainelada com boas pinturas; e ao arco que forma, dois altares: um de Santa Catarina e outro de S. Sebastião, que mandou fazer e dourar o doutor Manuel Camelo de Morais, abade que foi da mesma igreja, em que fez considerável despesa. E assim nesta como em outras obras que aplicou se fez digno de lembrança, porque fez mais que todos seus antecessores.

No corpo da igreja há duas capelas. A da parte do Evangelho é de Nossa Senhora da Consolação, imagem muito milagrosa e de rara beleza. E há tradição que uma muda saiu com fala desta capela. Sebastião de Figueiredo Sarmento, que vivia com a desconsolação de não ter filho varão que sucedesse no morgado de sua casa, quando a idade de D. Mariana de Butrão, sua mulher, prometia mais desenganos que confiança, a teve esta tão viva no patrocínio da senhora que, entrada já nos cinquenta anos, lhe deu o filho que foi Lázaro de Figueiredo Sarmento, alcaide-mor desta cidade. E para a lembrança do seu agradecimento ofereceu nesta capela um menino de prata de que se fez a lâmpada.

Esta milagrosa imagem trouxe de Roma Catarina de Morais e esta cidade lhe tem particular devoção e a irmandade soleniza a sua festa na *Dominica Pastor Bonus,* que tem bula no ano de 1588. A capela fizeram os devotos e não há notícia fosse pessoa particular. E com justa razão se admira frei Agostinho de Santa Maria no *Santuário Mariano*, tom. 5, L. 3, título 27, fol. 643, que informando-o a fizera um abade desta igreja, se lhe não soubesse o nome principalmente deixando legados, mas porque a não fez, nem há tais legados, não sabe. Quem deixou um rendoso legado foi Sebastião Novais, nobre cidadão desta cidade com o qual a confraria comprou cento e sessenta alqueires de trigo, todos os anos para sempre. Isto mesmo consta do tombo desta igreja e do que a confraria tem das escrituras que a primeira se fez no ano de 1591.

Os mais legados que tem são de menos conta que outros devotos deixaram, que tudo administra a confraria, e manda dizer todos os sábados missa cantada e tem ajudado muito as obras da igreja. Nesta capela há um cofre de relíquias com o nome de cabeça santa a que acodem os mordidos de cão raivoso.

Advertência: Na paroquial de S. João Baptista, em capela de Nossa Senhora da Consolação, disse que Catarina de Morais trouxera de Roma esta santa imagem e bula para se erigir esta igreja em paróquia. O seu nome há de ser Maria Pires de Morais e, em a Notícia 12.ª, darei a razão por que se há de seguir ao Agiologio Lus. que assim o diz, no primeiro tomo, a 12 de Fevereiro, L. D. Mas sempre hei de alegar outra escritura pela qual se vê ser a paróquia mais antiga.

Bandeira da Misericórdia de Bragança (frente e verso)

A outra capela que fica defronte é da invocação do Santíssimo Nome de Jesus. Tem a imagem de Cristo crucificado e é de padroeiro particular de que farei individuação na notícia dos morgados. A fábrica desta igreja é a quarta parte dos frutos da terça que pertence ao almoxarifado da Sereníssima Casa de Bragança, que rende dezoito mil réis, e as duas terças são por inteiro uma da missa e outra da abadia.

Casa da Misericórdia

Em uma igreja dedicada ao Espírito Santo, de que a rua em que está toma o nome e teve confraria que a administrava, se fundou a Casa da Misericórdia, à qual o Sereníssimo Rei D. Manuel deu compromisso assinado por sua mão real em 6 de Julho de 1518, e por provisão do senhor Rei D. João IV de 29 de Setembro de 1641. Goza das mesmas isenções e privilégios que a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e nesta posse se tem conservado.

E intentado o doutor António da Costa, deão da Sé de Miranda, visitador ordinário em 1685, visitar o sacrário e igreja desta Santa Casa, o provedor e irmãos lhe impediram intrometer-se nesta jurisdição, de que resultou obrigar com censuras aos capelães e que o primeiro que nesta igreja celebrasse, consumisse o sacrário. E com suavidade se remediou este procedimento, ordenando a irmandade aos capelães não celebrassem nesta igreja.

E para renovar o sacrário cada oito dias se valeram de religiosos castelhanos, enquanto durou a causa de agravo que interpuseram para o juízo da Coroa, que proferiu a sentença

seguinte: “Acordei, etc. Vistos estes autos de agravo que interpuseram para este juízo o provedor e irmãos da Santa Casa da Misericórdia da cidade de Bragança, a quem assiste o procurador da Coroa de vós, licenciado António Perestrelo, vigário da vara da dita cidade, mostra-se que sendo as casas da Misericórdia deste Reino da proteção real e como tais isentas da jurisdição eclesiástica e de seus ministros as poderem visitar, ainda no particular do culto divino de mais de os agravantes estarem em posse de tempo imemorial de terem na dita cidade sacrário, donde pelos seus capelães se administra o Diviníssimo Sacramento por viático aos enfermos do hospital a ela anexo, sem nunca ser visitada por ministros eclesiásticos e por aqueles, em conservação de seu direito e posse, impedirem que o doutor António da Costa, visitador do bispado de Miranda, visitasse o sacrário, deixara este provido em visita que na dita casa não houvesse sacrário, procedendo contra os capelães dela, para o que houve uma pastoral do reverendo cabido em sua confirmação com cominação de censuras, cujos capítulos vós, dito reverendo vigário da vara da dita cidade, destes a execução pelo que cometestes notória força e opressão aos agravantes, usurpando a jurisdição real. Portanto mando se passe carta para vós, dito licenciado António Perestrelo, vigário da vara, pela qual eu vos rogo e encomendo desistais da dita notória força e opressão com que procedestes na execução dos ditos capítulos nulamente feitos em visita. E fazendo o contrário que de vós se não espera, mando às justiças seculares que vos não cumpram nesta parte vossas sentenças nem procedimentos, nem os evitem, nem levem as penas de excomungados. Porto, 19 de Junho de 1685 – Costa – Tudela – Barradas – fui presente, Tinoco”.

Ficou a irmandade conservada na sua posse, logrando a quietação antiga, nem os reverendos párocos entram com estola nesta igreja e hospital que está a ela anexo e assiste aos doentes, segundo a possibilidade da casa.

A igreja se acha bem paramentada com formoso retábulo na capela-mor e dois altares colaterais, um de Nossa Senhora da Piedade e outro de Santa Maria Madalena. Tem dez capelães por quem se distribuem as missas a que a casa é obrigada. Nas quartas-feiras da Quaresma tem sermão e obrigação de jantar aos presos. Também nas Domingas, porque os antigos se entretinham com alguns divertimentos mais festivos do que permitia o tempo, faz procissão com o Santo Lenho, indo com sermão às igrejas principais desta cidade. E porque nesta não há irmandade dos Passos, corre por sua conta esta função.

A procissão de Quinta-feira Maior se faz com grandeza e são duas irmandades a fazê-la. A de Santa Cruz, que é a do Santo Cristo de S. Vicente, que é a primeira com a sua procissão. E a da Misericórdia tem disposto a sua de sorte que logo que aquela passa se incorpora com ela. E há devota emulação nestas irmandades na compostura da procissão e número de fogos, que anos há que chegam a dois mil, para o que são obrigados e vêm com devoção as aldeias circunvizinhas para os levar.

Advertência: Na igreja que hoje é da Misericórdia, da invocação do Espírito Santo, também pelo mesmo tempo havia hospital, que hoje se conserva. Consta do mesmo instrumento de 1458.

Praça e Igreja de São Vicente

Igreja de S. Vicente, que vulgarmente se chama do Santo Cristo, com a relação desta sagrada imagem

A antiquíssima Igreja de S. Vicente, ilustre mártir, fica no meio da cidade e há tradição, a havia antes da invasão dos mouros. Querem alguns fosse também de Templários, mas não descubro fundamento para se dizer. E o que se afirma é que antigamente foi igreja paroquial e se vê do adro que tem na circunferência, porque na primitiva igreja, e ainda em tempo do primeiro concílio bracarense, capítulo 36, se não permitiam sepulturas dentro dos templos e os cemitérios que a princípio estavam fora do povoado, se fizeram contíguos às igrejas, Jerónimo Roman, L. 4, cap. 3 e 11. E neste, quando se abriram os alicerces da capela que está no corpo da igreja, tiraram imensidade de ossos e se descobriram dois túmulos de ladrilho, sendo que, dentro da igreja, as poucas sepulturas que há são de tempo conhecido e se abriram de novo, de que bem se infere a sua antiguidade.

Extinguiu-se esta freguesia por falta de moradores e se reduziu a abadia ou reitoria a um benefício simples que rende sessenta mil réis (de que hoje é beneficiado José de Melo), com obrigação de duas missas cada semana, que sem dúvida foi para se dizerem nos dias santos em memória de haver sido paróquia. E de que o foi consta também de uma escritura que tirei do arquivo da Colegiada de Santa Maria, feita em 6 de Setembro de 1569, de que outrossim

se mostra que o bispo D. António Pinheiro, em ato de visitação, mandara demolir o corpo da igreja, porque ameaçava ruína o teto dela, e que o beneficiado conservasse a capela-mor, ao que acudiu João Rodrigues de Valcacere, cidadão desta cidade e juiz da confraria da Santa Cruz e, em nome desta, pediu ao prelado se lhe fizesse doação do corpo da igreja para nela estar a confraria.

Celebrou-se o contrato pela dita escritura com consentimento do beneficiado, que naquele tempo era o reverendo António da Guarda, prior da Colegiada de Santa Maria, com as condições seguintes: que a confraria teria sempre o corpo da igreja que se lhe doava bem reparado e os beneficiados a capela-mor; que as esmolas que se pedirem, oferecerem ou deixarem em testamento ou por outra qualquer via a esta igreja fosse a confraria administradora delas, excetuando as que especialmente ofertarem a S. Vicente ou Santo Ildefonso, porque estas pertenceriam aos beneficiados; que as ofertas que se oferecem pelos defuntos que se enterrarem nesta igreja, ele, beneficiado, em seu nome e de seus sucessores, dava para despesas da confraria, reservando as que oferecessem no dia dos Fiéis de Deus, porque estas seriam dos beneficiados; que a confraria teria chave da porta da igreja e ele, beneficiado, outra para entrada da capela; que o ilustríssimo bispo daria licença para pedirem esmolas para a confraria pelas igrejas deste bispado como entendesse ou de que necessitava; que tinha determinado que nesta houvesse sacrário para que os curas administrassem o Santíssimo Sacramento por viático a seus fregueses, desta igreja para a parte do Colégio, trazendo paramentos e cera cada um da sua freguesia, e que ele daria azeite para a lâmpada, por não ser obrigação do beneficiado nem da confraria, e mandaria vir por sua conta confirmação do senhor núncio deste contrato e instituição que, com efeito, confirmou o cardeal infante D. Henrique, por bula de 12 de Março de 1571. E tudo consta de uma sentença que achei no mesmo arquivo e a dou com esta clareza para que venha a notícia desta cidade que tanto se interessa nos aumentos desta igreja e faça requerimento aos prelados para nela haver o sacrário.

Esta confraria tem o primeiro lugar nas desta cidade, por sua grande antiguidade, e teve o piedoso exercício de enterrar os mortos antes de ereção das casas da Misericórdia e estava sita na antiga capela de Santa Catarina, antes da fundação do Convento de S. Francisco. Mas não se duvida que aqueles religiosos lhe dessem novo ser e exemplo em outras obras pias e de virtude, como foi a procissão dos disciplinantes, de que em outros tempos usava e inventou o nosso Santo António em Itália, porque a religião seráfica avivou o uso das irmandades, já quase extinto, diz o padre Esperança, na *Histor. Seraph*., 1.ª part, prelúdio 9, fol. 33. Mas é certo que sempre na igreja católica houve estes e outros devotos institutos. Jerónimo Roman, na *Republica Christaa*, L. 6, cap. 27, fol. 52.

Muitos tempos se conservou a confraria nesta capela que é a do capítulo de S. Francisco (Esperança*, supra*, L. 1, cap. 4, fol. 50). E a causa de se trasladar a outra parte foi porque haverá 180 anos se arruinou aquela capela e a Irmandade se passou para a Colegiada, trazendo juntamente a milagrosa e sagrada imagem do Santo Cristo, em cujo louvor se dedicou esta confraria. E pelas dúvidas que se moveram sobre a reedificação da capela e doando-se

a confraria à Igreja de S. Vicente, como fica dito, ultimamente se colocou em ela. O bispo D. António Pinheiro reformou esta confraria com estatutos e quase a fundou de novo, como consta do livro antigo da mesma e provisões juntas, e lhe deve esta cidade a memória tanto da conservação da confraria como deste templo, pela doação que lhe fez.

É este grande e formoso, reedificado de novo, porque o primeiro se arruinou no ano de 1683, caindo sobre uma torre que tinha, como as das muralhas antigas, e se diz ficara do tempo dos mouros. A capela-mor, sem controvérsia, é a mais rica e vistosa que há nesta cidade, toda coberta de entalhado, como também o arco e parte exterior com dois altares, um de S. Vicente e outro de S. Brás, com relíquia. E o bem delineado e magnífico desta obra lhe tem granjeado o nome de monte de ouro. Na tribuna está colocado o Santo Cristo, refúgio desta cidade e o primeiro alvo a que se dirigem os empenhos da sua devoção, pelas contínuas graças e benefícios que a divina misericórdia despende com suas criaturas e quando alguma vez por seus altos e incompreensíveis juízos não defere as nossas súplicas se tem por um grande milagre. Nas aflições comuns se ordena uma novena com devota solenidade, a que assiste todo o clero rezando em coro as horas canónicas, e está patente o Santo Crucifixo da hora terça até à de véspera.

Mas se a necessidade continua, se leva em procissão na qual só conhecem os maravilhosos efeitos que a presença desta sagrada imagem produz nos corações católicos, principalmente nos mosteiros das religiosas que, buscando em espírito pelas ruas ao Divino Esposo como o encontram nas suas igrejas, o festejam com a suave música de lágrimas e suspiros, e muitas se unem ao Divino Amado com os braços da meditação em tão apertados vínculos que o não poderiam largar se as preladas com a santa obediência não suspendessem os voos a que tinham subido com as asas da contemplação.

Foi sempre dia grande nesta cidade o desta procissão e se guarda como dia santo. Nem a confraria faz a menor despesa nesta função, porque o clero a toma por sua conta, a que assistem todas as irmandades e a guarnição da praça que vai formada detrás do pálio. E não só a cidade concorre com o que tem, mas os povos circunvizinhos vêm com ladainhas trazendo as imagens da sua devoção e, sendo esta de tanta veneração que eu não posso explicar e se desejam agora saber todos os sucessos desta cidade, se faz preciso dizer brevemente uma fatalidade: *quamquam animus memenisse horre, luctuque refugit.*

Correndo os anos de 1630, pouco mais ou menos, um homem que por aborrecido se lhe não sabe o nome, nem pátria, e era daqueles que refugiado no couto desta cidade ainda nele a sua desgraça o perseguia, esperava a outro na praça que fica junto a esta igreja, o qual por confiado ou por inocente vinha desarmado e, querendo evitar o dano, se valeu do sagrado, mas a temeridade daquele com infernal ousadia o perseguiu, de sorte que o obrigou a subir sobre o altar e, correndo a cortina, se abraçou com o Santo Crucifixo. Se ficou livre do perigo o afilhado, mas recebeu o padrinho a ferida, que ainda hoje está aberta, porque levando o golpe três dedos da mão direita, nunca as diligências os puderam soldar: um se dividiu pelos devotos e os dois se guardam nesta igreja.

Pintura mural na capela-mor da Igreja de São Francisco

O desagravo desta ofensa tomou a cidade sobre si, privando-se da consolação de ver ao Santo Crucifixo a todas as horas, fechando a tribuna com assento de que somente nas sextas-feiras da Quaresma esteja patente com sermão até o fim da missa, todo o dia de Quinta-feira Maior e no da Invenção da Cruz, com o Santíssimo Sacramento no peito, por ser a festa principal com júbilo. Os prelados determinam se não mostre com menos de dezoito luzes, mas a devoção pouco satisfeita de se lhe pôr termo as tem multiplicado ao número de 40 e mais doze círios na capela. E como também seja a fábrica desta igreja se acha ricamente paramentada. A Câmara, em todas as funções que tem propina de cera por uso antiquíssimo e novamente por provisão de Sua Majestade que Deus guarde, a dá também a esta confraria de um maço de velas de seis arráteis e um círio de oito.

Tenho dado verdadeira relação desta sagrada imagem, que quase chega a seiscentos anos, pois estava na Capela de Santa Catarina antes de se fundar o Convento de S. Francisco, que passa de quinhentos. Entra agora a tradição que diz ser obra de Nicodemos, e suposto se ignora totalmente o modo como viesse a esta cidade, parece seria embarcada em Jope, na ocasião em que o corpo do apóstolo Santiago [foi] martirizado em Jerusalém, e aportou no Reino de Galiza em Iria Flávia, hoje Padrão. E como a esta parte concorreram os discípulos que ficaram em Espanha, sendo um deles Santo Arcádio, que foi o primeiro bispo desta cidade, poderia trazer a ela este tesouro para ser venerado de seus moradores que já estavam instruídos na doutrina de Cristo pela pregação do Santo Apóstolo.

E faz alguma conjetura ser a primeira igreja que tiveram dedicada a Cristo Senhor Nosso com o título de Salvador. O intimativo respeito que infunde, a compunção e piedade que causa, inculcam bem [que] fez este retrato quem tinha visto o Divino Original. E notam muitos que, nas terras circunvizinhas a esta cidade, há muitas imagens milagrosas de Cristo crucificado. Esta, a de Chacim e Campo de Víboras, termo da vila do Vimioso de que faz menção o padre Fernandes na *Alma instruída*, tom. 2, doc. 25, fol. 795, ainda que a esta última chama

Painel de azulejos na Igreja de São Vicente

de Algoso, que é uma vila que dista do Campo uma légua. E eu acrescento a da Misericórdia da cidade de Miranda, a de Picote, termo da mesma, a das vilas de Outeiro, Vinhais e Mirandela, que todas ficam neste bispado, de que outros terão dado individual notícia. E a darei eu agora, saindo da capela-mor, do que há digno de memória nesta igreja.

No corpo dela está uma nobre capela toda de pedraria que mandou fazer António Colmieiro de Morais, cavaleiro do hábito de Cristo, fidalgo da Casa Real, e sua mulher, D. Angélica Maria de Sousa, para nela se colocar o Santo Cristo ao depois que se arruinou a igreja. E com efeito, nela esteve alguns anos mas, impaciente, o povo o fez trasladar à capela-mor, para melhor ser visto de todos <e se fez a nova tribuna a que deu princípio Francisco de Figueiredo Sarmento e continuaram os mais juízes da confraria até conseguir a grandeza que tem.> E o beneficiado, com este motivo, e porque era obrigado na forma do contrato dos seus frutos, dá três mil réis para fábrica, mas nesta capela deixaram colocada uma antiga imagem de Nossa Senhora da invocação de Roncesvalles e se entende que algum devoto desta cidade que fosse visitar o Santuário de Roncesvalles, que se venera em Navarra no convento dos cónegos regulares de Santo Agostinho, poderia trazer a sua devoção a esta cidade.

É muito milagrosa esta imagem. Principalmente se valem da proteção da Senhora as mulheres nos partos perigosos e vai o marido ou parente mais chegado dar nove toques no sino desta igreja para que os fiéis que os ouvem ajudem também com suas orações. E sen-

do maravilhosos os efeitos que se experimentam com esta devoção, nota frei Agostinho de Santa Maria no *Santuário Mariano*, tom. 5, L. 3, título 28, fol. 645, o grande descuido que tem havido em se lhe não dedicar capela própria. Esta já a tem, falta somente a festa, e entendo que não é ingratidão, porque nesta igreja há paramentos de tela e outras sedas que as nobres despiram para ornar os seus altares, mas é que nesta parte a devoção tudo quer para o Santo Cristo. Até a mesma igreja, sendo de S. Vicente, se chama do Santo Cristo.

Nesta se casou clandestinamente el-Rei D. Pedro com D. Inês de Castro, de que há tradição constante. E de que foi nesta cidade, o diz Faria na *Europ.*, tom. 2, part. 2, cap. 4, fol. 182, Mendes Silva e outros.

Em um arco que está à mão direita, entrando pela porta principal, está enterrado Martim Afonso Pimentel, irmão de João Afonso Pimentel, que foi senhor desta cidade. E passado a Castela o primeiro conde de Benavente, filhos de Rodrigo Afonso Pimentel, comendador maior da ordem de Santiago, e de D. Lourença de Fonseca e netos de João Afonso Pimentel e de D. Constança Rodrigues de Morais, filha de Rui Martins ou Pires de Morais desta cidade, de quem fala o conde D. Pedro, título 48, §1 e Haro, *Nobiliar. Gen.,* tom. 1, L. 3, cap. 4.

E da ascendência dos Pimenteis, por todo o título 35 trata o conde D. Pedro, que nesta parte tinha lugar em benefício da nobreza que nesta cidade descende de Martim Afonso Pimentel e se tem derivado a outras partes. Diz Haro, *supra*, fol. 135 v., que o túmulo de Martim Afonso Pimentel está junto ao altar do Santo Cristo e assim era quando o escreveu. Agora fica junto ao de S. Brás porque o Santo Cristo se trasladou para a capela-mor.

Advertência: Na Igreja de S. Vicente, da mesma que antigamente foi freguesia, junto da mesma igreja, havia um hospital de clérigos e, por um instrumento de 1458, consta havia antigamente este hospital e já neste tempo não existia.

Capelas

Na Rua Direita, a Capela da Imaculada Conceição que fundou Maria Lopes de Morais, em 1676, e tem obrigação de missa quotidiana.

E na costa pequena, outra Capela de Nossa Senhora do Pilar que fundou, em 1704, o doutor Manuel Camelo de Morais, abade da paroquial de S. João Baptista, de que faz menção o *Santuário Mariano*, *supra*, fol. 648, com obrigação de missa nos dias santos.

Convento de S. Francisco

A *Monarquia Lusitana* na 3.ª part., L. 9, cap. 9, lhe parece que o Convento de S. Francisco de Alenquer é o mais antigo de Espanha. E, prescindindo dos castelhanos, digo que o primeiro convento que a religião seráfica teve em Portugal é o desta cidade. Porque se aquele o fundou S. Zacarias, em 1216, e como queria a *Monarq. Lus.*, na 4.ª parte, L. 13, cap. 13, no de 1217, este nasceu nas mãos do Santo Patriarca, no de 1214, na ocasião que, voltando da

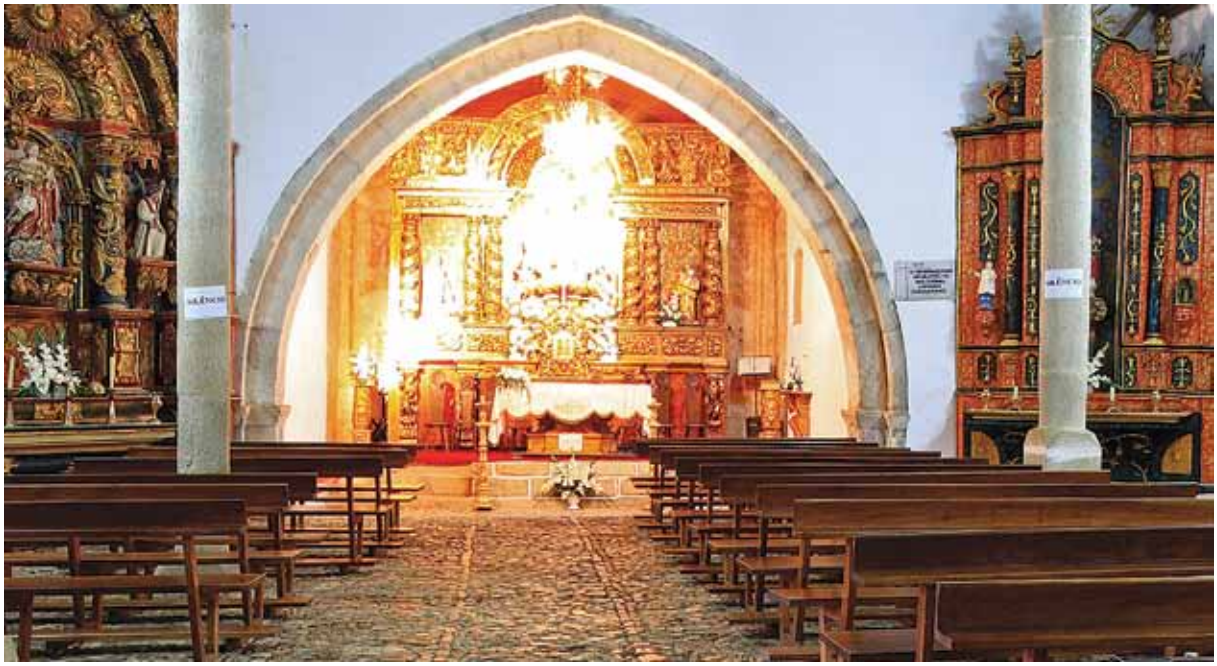
romaria de Santiago, passou por esta cidade e a honrou com a sua presença. E depois de se recolher a Itália é que mandou aos Santos Gualter e Zacarias para este Reino, no sobredito ano de 1216, diz o analista. E além de estar em favor desta cidade o cardeal Gonzaga, Haro, Carvalho, *Corogr.*, tom., 1, trat. 3, fol. 496, e com particularidade o padre Esperança, na *Hist. Seraph.*, 1.ª parte, cap. 1, até 9 inclusive, em que mostra ser este o primeiro convento deste Reino e fundado por S. Francisco. A tradição nesta cidade e suas vizinhanças é tão constante que ninguém se atreveria a dizer o contrário sem nota de temeridade.

Fundou-se este convento, que fica para a parte do nascente e agora pouco mais de 50 passos fora dos muros, em uma antiga Capela de Santa Catarina que hoje é a do capítulo e foi a primeira igreja que teve. O sítio deu a nobre família dos Morais e a cidade favorecida das rendas públicas fez o edifício, que não podia ser majestoso porque para morada de 25 religiosos <o traçou> a arquitetura da humildade pelas regras da santa pobreza. Em este há tradição assistiu a Rainha Santa Isabel, quando vindo de Aragão, passou por esta cidade, em 1282, o tempo que a demonstração de alegria deteve a nova Rainha com luzidas festas. E porque ficou com especial devoção a este convento, mandou fazer a igreja que hoje tem.

É esta a maior que há nesta cidade e muito semelhante na grandeza à de Nossa Senhora da Ribeira, que dista três léguas e fica no termo da vila de Outeiro que também mandou fazer a Santa Rainha, *Sant. Marian.*, tom. 5, L. 3, título 19, fol. 612. A capela-mor tem tribuna de entalhado ao moderno e para a parte do Evangelho fica a Capela da Imaculada Conceição que fundou o doutor Pascoal de Frias, abade de Carrazedo, com missa quotidiana, obra magnífica. E tem relíquias, a principal uma porção do Santo Lenho em uma bem curiosa cruz de ébano. E fez também a casa da livraria em que deixou mais de 700 tomos, além dos que se tiraram para o Colégio de S. Boaventura.

No corpo da igreja há as capelas da Venerável Ordem Terceira que têm sacrário e uma devota imagem de Cristo crucificado. A de Nossa Senhora do Rosário que tem irmandade de todos os militares. A de Santo António de que é padroeiro o alcaide-mor Lázaro de Figueiredo Sarmento e tem um túmulo metido na parede. A de Santa Luzia, com relíquia e, no seu dia, venerada com grande concurso. A Capela dos Borges, que por antiga e mal administrada lhe ficou só o nome. E os irmãos terceiros colocaram em ela a imagem do Senhor dos Passos e alguns devotos na mesma festejam a S. Vicente Ferrer com novena e práticas.

Colateral, fora do arco da capela-mor e da parte do Evangelho está o altar de S. Benedito e entre este e a porta da sacristia se guardam as relíquias daquele servo de Deus, companheiro de S. Francisco, que deixou primeiro guardião deste convento. E porque estão no interior da parede e não têm sinal para o seu conhecimento, se advirta, quando queiram trasladá-las a mais honorífico sepulcro, se hão de achar entre a porta antiga que se fechou e a nova que se abriu na sacristia, que como esta e o púlpito se mudaram haverá seis ou sete anos ficará inútil a diligência que se fizer se atenderem à crónica do padre Esperança. Mas os veneráveis despojos ficaram no mesmo sítio e lugar, e somos muitos os que vimos as confrontações que diz o cronista, cap. 5, n.º 3, fol. 53. E nesta ocasião se tiraram por um orifício



Ermida de Nossa Senhora da Ribeira

alguns ossos que se dividiram, satisfazendo-se com a terra aqueles a que não chegaram, que tão radicada se acha a lembrança das suas virtudes.

Abaixo da capela dos Borges, em um arco metido na parede, está enterrado, uns dizem que é irmão de João Afonso Pimentel, primeiro conde de Benavente, outros dizem que seu parente. Melhor clareza daria a pedra que só tem uma cruz, já que não tem letreiro, se tivera armas ou era. E isto digo porque uma e outra coisa pode ser, mas eu me inclino a que é irmão. Diz Haro, *Nobil. Gen.*, tom. 1., L. 3, fol. 136, que Gil Afonso Pimentel está enterrado em S. Francisco, na igreja que a linhagem dos Morais deu ao Seráfico Patriarca para fundar, e esta é a capela de Santa Catarina do capítulo.

E é sem dúvida que nesta se sepultavam os descendentes dos primeiros dotadores e, proximamente, pertencia este enterro a Gil Afonso, por sua mulher D. Leonor de Morais. Sabido onde este que era neto de Martim Afonso Pimentel está sepultado, fica mais certa a tradição dos que dizem que neste arco sepultaram outro irmão de João Afonso Pimentel. E suposto que Haro, *supra*, não faz menção mais que de Martim Afonso Pimentel que já fica enterrado em S. Vicente, se há de saber teve outro irmão chamado João Gonçales de Morais, que viveu nesta cidade, e não faça dúvida que deixando o apelido de Pimentel tomasse o de Morais, porque também lhe pertencia como se vê do conde D. Pedro, título 48, § 1 e Haro, *supra*.

Deste, foi filho Rui Gonçalves de Morais que de Maria de Sousa teve a Gonçalo de Morais, que casado com Inês Rodrigues foi seu filho Rui de Morais, todos desta cidade, e foi casar na vila de Vinhais com Guiomar Gomes, dos quais descende a nobreza daquela vila. Isto consta de uma certidão de brasão de armas subscrita por André Fernandes, cavaleiro da Casa de el-Rei e escrivão da nobreza, em 3 de Janeiro de 1628, e passada a favor de António

Convento de São Francisco

de Morais da Silva, cavaleiro do hábito de Cristo e morador em Tânger, descendente dos sobreditos. E consta juntar-se uma certidão do conde de Atouguia e outra do doutor Simão Soares de Carvalho, do Conselho de Sua Majestade e juiz das justificações, em que certificavam ser verdadeiro o instrumento que foi feito na vila de Vinhais, em Dezembro de 1626.

E dos próprios autos tirei uma certidão com os ditos das testemunhas para dar esta clareza. E a razão por que me parece acertam os que dizem estar neste túmulo um irmão de João Afonso Pimentel que pode ser este que tenho mostrado.

Advertência: No Convento de S. Francisco, disse que o irmão do conde de Benavente que está enterrado em um túmulo nesta igreja se chamava João Gonçales de Morais. E foi total equivocação minha porque há de ser João Fernandes de Morais e assim o dizem todas as testemunhas do instrumento que aleguei.

Da igreja passo à Capela de Santa Catarina, que é a do capítulo. E sendo a primeira que este convento teve fica hoje metida no corpo dele. Mas da fundação desta capela, na qual se venera uma milagrosa imagem de S. Francisco que dizem ser cópia do original, não se acha outra notícia mais do que pertencer à família dos Morais e nele estar sita a confraria do Santo Cristo quando se deu a S. Francisco para fundar. Mas correndo <anos> de 1540 se arruinou e, porque os padroeiros se não conformaram em a levantar, nem consentiam que a confraria o fizesse, passou esta para a Colegiada, como fica dito. E fazendo os religiosos requerimento ao bispo D. António Pinheiro, em Janeiro de 1569, os mandou notificar. E das respostas se entendeu queria cada um *in solidum* o padroado, porque julga a vaidade humana não ser regalia o que é de muitos. Mas pela mesma razão que cada um o queria o deixaram todos.

Tudo consta de vários papéis que estão no arquivo deste convento e, tendo visto muitas vezes porque dele sou síndico há muitos anos, e daquele tempo a este cessou a razão de padroado, com que foi preciso à comunidade reedificar a capela, e já em meu tempo porque a maltratou um incêndio, a tornou a reedificar e há poucos anos lhe fez outras obras. Nesta há duas sepulturas. Uma que se deu a Gregório de Castro Morais, governador que foi desta cidade, e outra a Diogo Vaz Pinto, cavaleiro do hábito de Cristo.

Mas para que a nobreza a que particularmente toca a obrigação do fervor antigo venha em conhecimento dos padroeiros que havia no ano de 1569, pelo que consta dos mesmos papéis, eram os seguintes:

1. Nuno Álvares Pereira Gonçalo Vaz Pinto Maria Pinto, viúva Jácome Serrão Fernão Novais	1. este era filho de Pedro Álvares de Morais Pimentel, de que fala Haro, *supra*, fol. 136
2. António de Morais, morgado de Parada, e seus irmãos Jaime de Morais, Manuel de Morais e D. Maria de Morais, que casou com António Carneiro, em Chaves Catarina de Morais, viúva Francisco de Morais Serrão Brites Machado Isabel de Morais Pedro Borges Cristóvão Novais Simão Novais Francisco de Morais	2. eram filhos de Aleixo de Morais Pimentel, irmão de Nuno Álvares Pereira, acima
3. João Teixeira Rui Lopes Teixeira Estêvão Dourado Francisco Dourado, abade de Meixedo Sebastião Novais Diogo Novais Manuel Pinto Marcos Pinto	3. era irmão de Gonçalo Teixeira, cuja mulher, Helena da Costa, e sua filha, Maria Teixeira, fundaram o Mosteiro de Santa Escolástica desta cidade
4. Manuel Gomes de Macedo	4. este foi a Valhadolid falar com S. Francisco de Borja para se conseguir a fundação do Colégio da Companhia, nesta cidade

Todos estes eram cidadãos desta cidade e também foram requeridos na vila de Vinhais os seguintes:

5. João de Morais, o Velho, e seus filhos Domingos Serrão e seus irmãos Os filhos de Rodrigo de Morais	5. era filho de Rui de Morais, desta cidade, o que foi casar a Vinhais com Guiomar Gomes

Parece digno de atenção que esta capela com tantos padroeiros se arruinasse quando é o crédito desta cidade; mas o que aqueles não fizeram com esse título, porque cada um só o queria lograr sem a vaidade de padroeiros (porque esta capela os não tem), os descendentes dos mesmos, que moram nesta cidade, concorrem para o seu reparo e do convento, como muitas vezes tenho experimentado. E sucedeu no ano de 1635 que, ameaçando ruína o frontispício da igreja, um guardião a quis encurtar, cuja resolução lhe encontrou toda a nobreza, dizendo que se a casa de S. Francisco era grande, ainda a sua devoção a desejava maior. E, com efeito, o mandou fazer de novo de obra dórica e, por obviar emulações, se entende que, a requerimento seu, a Sereníssima Casa de Bragança tomou este convento na sua proteção, a quem hoje pertence.

E com este fundamento, e porque ainda esta cidade assenta o seu direito no da primeira fundação, encontrou o padroado da capela-mor que por patente do reverendíssimo padre geral frei Alonso de Biesma se tenha dado ao coronel Pedro Ferreira de Sá Sarmento, e Sua Majestade, que Deus guarde, foi servido por provisão, de 17 de Setembro de 1715, mandar suspender este procedimento que também se mostrava desafeiçoado na especialidade, quando se considera com toda a nobreza a mesma obrigação.

Advertência: No Convento de S. Francisco, sobre a Capela de Santa Catarina que é a do capítulo, disse não tinha hoje padroeiros e tudo escrevi na verdade. Mas de novo aparecem duas escrituras feitas, depois de proferido o despacho pelo bispo D. António Pinheiro, em que declarou por devoluta a capela de Santa Catarina, a saber: o licenciado Gaspar de Morais, abade de S. Pedro de Serapicos, e Diogo Vaz Pinto, do hábito de Cristo, ambos desta cidade, fizeram súplica no capítulo que em Lisboa celebraram os frades menores, em Dezembro de 1589, ao reverendíssimo padre geral frei Francisco de Tolosa para que se lhes restituísse a dita capela e padroado dela como legítimos herdeiros dos instituidores e estarem os mais excluídos pela renunciação que tinham feito. E tomadas as informações necessárias passou patente o padre frei Tomás Etermandia[?] comissário geral, por que dava licença e poder ao padre guardião deste convento e síndico para meterem de posse aos sobreditos da dita Capela de Santa Catarina, o que produziu efeito sendo guardião o padre frei Francisco Neto. E consta por escritura de 5 de Setembro de 1590, feita por António de Almeida, notário apostólico, e testemunhas António de Macedo de Mariz, do hábito de Cristo, fidalgo da casa de el-Rei, e Rui Pinto, cidadãos desta cidade.

Outra escritura por que os herdeiros de Diogo Vaz Pinto que foi António Botelho de Mesquita, natural e morador em Vila Real, seu genro, por estar casado com D. Ana Pinto, filha daquele, renunciou em seu nome e de seus filhos menores, com autoridade do juiz dos órfãos, da parte que lhe tocava na dita capela e padroado, na pessoa do dito abade Gaspar de Morais. A escritura feita nesta cidade, em 20 de Maio de 1612, na nota de Jorge de Madureira Ferreira.

Este abade Gaspar de Morais é filho de Aleixo de Morais Pimentel e primeiro foi casado, como digo tratando dos Morais. E foi sua filha D. Ana de Morais, que casou nesta cidade com António de Macedo de Mariz. É o que vai por testemunha na primeira escritura.

Este António de Macedo de Mariz é filho de Nuno Álvares Pereira, secretário de Estado, e de D. Isabel de Mariz. Consta por escritura de doação que seus pais lhe fizeram das suas casas de morada nesta cidade e outras fazendas, dada em Madrid. Tiveram:

João de Macedo, que casou com D. Francisca de Figueiredo Sarmento, filha do alcaide-mor Pedro de Figueiredo Sarmento e de D. Violante Sarmento, e tiveram só uma filha, que casou com o morgado de Vilar de Perdizes, sem geração;

Francisco de Macedo que foi arcediago da Régua.

Das rendas da Câmara se despendem vinte mil réis que são pelos sermões de Advento e Quaresma que se pregam no mesmo convento e dia de Páscoa que, por estilo antiquíssimo, vem a procissão a esta igreja. E na capela-mor se dá assento, a Câmara lhe dá esta propina de um maço de velas de seis arráteis. E os médicos do seu partido o têm com obrigação de assistir ao convento de graça. Também há provisão para se despenderem no reparo do convento sessenta mil réis todos os anos enquanto as obras durarem, mas não posso deixar de dizer que, por esta despesa, a falta de aplicação lhe não deu ainda princípio.

O eclesiástico, nobreza e pessoas ricas, como são os mercadores, com aprovação e consentimento do ordinário e párocos, dobraram os costumes só a fim de que este convento mereça quarta funeral nos que se enterram fora da sua igreja, porque nesta, sem distinção de pessoas, sempre merecem a metade de que bem se mostra a geral devoção desta cidade com este santo convento que reconhece santificado com a presença de seu Santo Patriarca.

Advertência: Neste me passou por alto dizer tem mais uma Irmandade das Chagas que festeja em dia próprio, a 17 de Setembro, e não tem altar particular. Agora vi que um cronista da província da Piedade nos queria tirar a antiguidade deste convento e ser fundado por S. Francisco. Tomara eu que este padre viera a esta cidade e lhe não queria outro castigo que certamente havia de voltar arrependido com o que visse e ouvisse. Mas já lhe respondeu o padre frei Fernando da Soledade na 4.ª parte da Hist. Seraph., Livro 4, cap. II, § 838, fol. 470 até 485. E de novo me ocorre ao segundo argumento que bem podia estar fundado nesta cidade o convento em 1214 e no de 1216 examinar el-Rei aos santos Gualter e Zacarias para lhe dar licença, porque isto mesmo vemos hoje em que neste bispado, passa de três anos, há dois conventos trinitários descalços, um em Miranda, outro em Mirandela. E contudo, ainda na corte anda requerimento sobre esta fundação, por ser de novo introduzida.

Colégio da Companhia de Jesus

Correndo os anos de 1535, acordou esta cidade fundar um mosteiro de freiras e lhe deu feliz princípio no de 1539, quando os estragos de uma morte deram motivos a uma santa vida, dispondo a Providência do Altíssimo que, no mesmo ano em que o duque de Gandia se

Claustro da antiga Casa da Companhia de Jesus

adiantava a ser S. Francisco de Borja, se lhe preparasse nesta cidade uma casa que, por sua intervenção, havia de ser Colégio da Companhia.

Em tudo ficou perfeito o edifício no de 1550, tanto pelo bem delineado da planta e magnífico como por estar situado entre duas praças e o Fervença, no mais aprazível desta cidade. E sendo dotado por D. Filipa Mendes pela doação que lhe fez da Quinta do Vilar, além do que se prometia das rendas da Câmara, nunca os cidadãos com tantas conveniências puderam conseguir, por mais que as diligências se empenhavam, se povoasse de freiras, não pela dificuldade das licenças, mas pela repugnância que achavam de meter nele as filhas aqueles mesmo que solicitavam a fundação. Isto e a computação dos anos consta dos livros dos acórdãos e de uma escritura que se acha no livro delas a folhas 211.

E quando as esperanças de se lograr o fim pretendido se julgavam de tudo perdidas, foi visto nesta cidade um aparente missionário que parecia na língua castelhana, no hábito religioso da Companhia de Jesus, na doutrina varão apostólico. E movidos seus moradores com a força da palavra divina entraram na consideração da vitalidade espiritual e temporal que se lhes seguia se daquele santo instituto houvesse um Colégio nesta cidade. E comunicando este desejo ao missionário, que se lhes mostrou agradado da planta do que havia de ser mosteiro, lhes respondeu que só a fim de que fosse colégio da Companhia era ele mandado a esta cidade e lhes segurava se havia de conseguir se esta o representasse ao padre S. Francisco de Borja que naquele tempo governava a Companhia, oferecendo-se ir na dos cidadãos que mandassem na diligência de tão importante negócio.

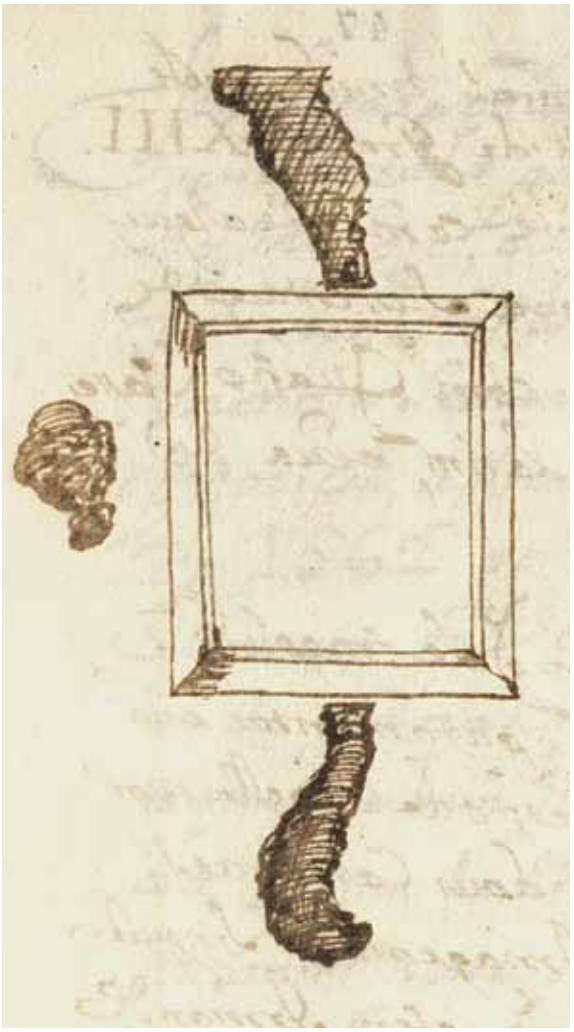
Foi um, o licenciado Manuel Gomes de Macedo, e outros dois, pessoas graves e inteligentes, e com o missionário se encaminharam a Valladolid onde se achava o S. Borja, mas em pouco mais de meio caminho desapareceu o missionário ou a estrela que os guiava buscando a Jesus na sua Companhia. Mas não faltou esta aos três cidadãos no interior do seu ânimo porque, fazendo conselho sobre o inesperado sucesso, atribuindo tudo a disposições do altíssimo, resolveram ir falar ao S. Borja que, ouvindo o referido, disse que não havia mandado missionário algum a esta cidade, mas que rendia a Deus infinitas graças que, por este meio extraordinário, dispôs a sua Providência se lhe oferecesse uma fundação.

Discordes estavam os pareceres nesta cidade quando de Valladolid voltavam alegres os três cidadãos na esperança do que pretendiam, porque uns diziam que o fingido missionário seria demónio e, quando menos, algum embusteiro, que era hipócrita porque desmentia a pregação com a vida. E torcendo o sentido às suas palavras afirmavam dizia era D. Fradique, filho do marquês de Vilhena. Outros, mais atentos, ponderavam as dificuldades desta fundação, sendo tanto maiores das que haviam experimentado para ser de freiras. Mas o parecer dos melhores que regulavam os princípios com os fins, penetrando ser tudo zizânia que o pai da mentira semeava e, cobrando forças na mesma oposição, aplicaram o negócio de sorte que, em Fevereiro de 1562, por carta do sereníssimo duque D. Teodósio, os vereadores e cidadãos fizeram escritura do chamado mosteiro à Companhia, validando a que também lhe tinha feito D. Filipa Mendes, da Quinta do Vilar.

E no mesmo ano tomaram os padres posse do novo colégio, como consta de cartas e mais documentos que se acham no arquivo da Câmara, e foi primeiro reitor o padre Leonel de Lima, que já se achava nesta cidade no de 1560, mas só faço conta do tempo em que se estabeleceu o Colégio.

E como este logo do seu princípio foi de S. Francisco de Borja em cuja canonização, obrigada, esta cidade se desempenhou em luzidos cultos, também nos príncipes achou liberalidade para a sua conservação. O Sereníssimo Rei D. Sebastião lhe deu a igreja de S. Nicolau dos Cortiços. O duque D. Teodósio I, os terços de S. Pedro de Penhas Juntas e as igrejas de S. João de Parâmio e Santa Maria de Dine. D. Julião de Alva, terceiro bispo deste bispado, oitenta mil réis de juro real; e o bispo D. António Pinheiro, as igrejas de S. João de Paçó e Santa Maria Madalena de Grijó, que todas foram unidas a este Colégio *in perpetuum*, por bula de Gregório XIII, ano de 1574, e comodamente com o de algumas fazendas fazem o rendimento para sustentação de 16 religiosos que nele assistem com quatro classes, uma de teologia moral, duas de latim e uma de escola.

A igreja não é grande porque se traçou para freiras, mas no ornato, culto e paramentos está com grandeza. Tem três altares: o da capela-mor, com Irmandade de S. Xavier e dois colaterais, um de Nossa Senhora dos Prazeres, imagem de singular beleza e de muita devoção por milagrosa e tem irmandade; outro de Nossa Senhora da Anunciada, que também tem irmandade dos estudantes. E sobre o arco da capela-mor está um escudo com as armas da cidade, iluminado das cores e metais que disse na primeira notícia.



Na casa da portaria sobre a qual se levanta a torre dos sinos, bem defronte da porta, está um painel de excelente pintura de Nossa Senhora do Pópulo, que outros chamam de S. Lucas, e nesta cidade venerada com o título de Nossa Senhora do Raio, pelo reverente obséquio e respeito que esta criatura tão arrebatada e violenta mostrou com a imagem do seu Criador e de Sua Mãe Santíssima, porque sendo no ano de 1642 anos, caindo um raio que do mais alto rasgou a parede da torre, cujos sinais se conservam para memória e deixou intacto e sem a menor sombra o painel e dando um salto ou, para melhor dizer, dobrando o joelho, tornou a buscar a mesma direitura do curso que levava, que o chegou tanto com o painel que apenas cabe um dedo entre este e a moldura. E fielmente o dou copiado. E passando à sacristia, rompendo um caixão em que se guardava um paramento de brocado que havia dado a sereníssima duquesa dona Catarina, o não ofendeu, deixando só uma nódoa na baeta que o embrulhava para testemunha de que ali estivera.

O padre José de Melo, reitor atual, fez duas casas, obra sumptuosa, sobre o terreiro das eiras ou Praça de Armas, que nos baixos são duas classes e nos altos uma para livraria e outra para a capela interior, na qual está uma devotíssima imagem de Cristo crucificado de grande estatura e é o santuário em que se depositam as relíquias seguintes em meios corpos, braços e admiráveis lâminas:

Uma porção do Santo Lenho

Uma cabeça das onze mil virgens, três ossos grandes e outro pedaço de cabeça

Um pedaço do braço de Santo Amaro

Dois pedaços do braço e S. Niceto, papa mártir

Ossos de Santa Faustina

Ossos de Santa Beatriz

Três porções de cabeça de Santiago

Dois ossos de Santa Mónica

Duas porções da cabeça de S. Paulo, apóstolo

Duas relíquias de Santa Clara

Quatro papéis com relíquias de muitos santos
Dois ossos de S. Basílio
Dois de S. Basílides
Dois de Santa Cirina
Uma relíquia insigne de S. Clemente, mártir
Dois ossos de S. Clemente, papa e mártir
De Santo Eugénio, rei
Um pequeno, de queixo, com dois dentes de S. Barnabé, apóstolo
Relíquia de S. Matias Treverense, mártir
Uma costa de Santa Martinha, virgem
Um osso de S. Felisberto, papa e mártir
Ossos e dentes dos Santíssimos Mártires Tebanos e um osso grande
Um osso de S. Justo, mártir
Outro de S. Modesto, bispo treverense
Uma costa de S. Onésimo [?]
Uma relíquia de Santa Catarina, virgem e mártir
Um osso de S. Magnérico [?], bispo treverense
Outro de S. Próspero
Outro de S. Vicente, mártir
Outro de S. Felicis, mártir
Três ossos grandes, *ignoratus*
Um caixão quadrado dourado cheio de relíquias
Uma cruz feita da tábua cabeceira de Santo Inácio.

Na cerca, uma capela pequena, mas bem asseada, de Santa Bárbara.

Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição de religiosas de Santa Clara

O universal aplauso desta cidade nas experiências de ver aumentado o serviço de Deus com a fundação do Colégio da Companhia lhe ministrou incentivos para entrar em novo empenho a multiplicar as casas da virtude, prosseguindo o primeiro intento de fazer o mosteiro de freiras claras. E por serem procuradores Gaspar Novais e Estêvão Dourado o propôs ao bispo D. António Pinheiro, em nove de Fevereiro de 1568, pedindo-lhe licença como ordinário, por terem já a dos sereníssimos duques como senhores. E precedendo uma obrigação de seis mil cruzados para princípio do mosteiro, se demarcou o sítio que fica para a parte do norte e, a respeito da cidade, ao poente. No seguinte ano de 1569, a oito de Dezembro, com festiva solenidade, o mesmo prelado benzeu o sítio em que se havia de edificar o mosteiro. E por ser no dia em que a Igreja soleniza o mistério da Imaculada Conceição da Virgem Maria Senhora Nossa, ficou tutelar da nova casa que logrou na felicidade de tão soberano nome

Igreja do Convento de Santa Clara

as promessas de uma regular observância que com tanto esplendor da religião seráfica se exercita neste santo domicílio.

Mas porque as rendas públicas se achavam exaustas com as despesas passadas do colégio e corriam as obras deste mosteiro com menos pressa da que se desejava, cuidadosos os cidadãos em dar princípio à fundação resolveram se fizesse uma honesta clausura junto à casa da Misericórdia para que esta lhe servisse de igreja e se chamassem logo as fundadoras. E em 1586, sendo vereadores o doutor Gaspar Álvares de Morais, Lopo Álvares de Oliveira, Manuel Gomes de Macedo, e procurador Pedro Ferreira, recorreram ao mui reverendo padre frei Martinho de Melo, ministro provincial da Santa Província de Portugal, e como prelado do novo mosteiro as mandou vir do de Santa Clara do Porto. Com o cargo de abadessa, soror Filipa da Assunção, com o de vigária, soror Paula das Chagas e por companheiras soror Brites da Assunção e Isabel do Espírito Santo. E no mesmo ano entraram nesta clausura que, enquanto o foi, teve o título de Mosteiro do Espírito Santo, espaçoso palácio para as esposas que com veras o amam, mas por limitado e demasiado estreito, foi a prova da humildade destas servas de Deus de que faz memória o padre Esperança na *Hist. Seraph.*, 1.ª parte, livro 5, cap. 34, n.º 5, fol. 599.

A Câmara, como padroeira, contratou com as fundadoras dar todos os anos à comunidade cem mil réis (que revalidou *in perpetuum* por outra escritura, em 1631) e logo as fazendas do cabeço da cidade, e dar perfeito e acabado o mosteiro que também das rendas públi-

cas se lhe consignaram duzentos mil réis enquanto as obras durassem, com as condições seguintes: que as filhas e netas de cidadãos desta cidade entrariam com o dote de cento e quarenta mil réis e as propinas que declara a escritura, tudo na forma do contrato anteriormente feito e outro que se fez com o padre frei António Leitão, comissário do reverendíssimo provincial. Que vagando lugar do número (são 45) a Câmara o nomearia em termo de seis meses contados do dia em que a madre abadessa lhe representar que está vago.

E não o nomeando se devolveria este direito à madre abadessa para o prover no sujeito e com o dote que lhe parecesse. Que não havendo filhas de cidadãos que ocupem os lugares do número, a Câmara os nomeará dentro do mesmo tempo em outros sujeitos, mas com o dote de extranumerária, como ajustar com a madre abadessa. Que por obviar os enganos que podia haver se obrigava a Câmara assistir ao ajuste de todos os dotes para que tudo se conferisse em maior utilidade do mosteiro.

E Sua Majestade, que Deus guarde, foi servido, por carta de 25 de Fevereiro de 1715, assinada por sua mão real e registada no livro da Câmara a fol. 409, se nomeiem somente as que forem filhas e netas de cidadãos desta cidade, nem as religiosas sejam obrigadas aceitar as que não tiverem estes requisitos, nem as filhas daqueles que, ainda que hajam sido vereadores, não tiverem contraído domicílio nesta cidade na forma de direito. Tudo consta de várias escrituras e papéis que estão no arquivo da Câmara e ficam agora juntos em um caderno de setenta e duas folhas, com os autos e sentença que proferiu o bispo D. António Pinheiro, em que declara ser a Câmara padroeira deste mosteiro, de que há outra provisão sua.

Ainda que um daqueles fiscais da república que Deus permite ou para emenda dos maus ou para merecimento dos bons, sugeriu no Desembargo do Paço que a Câmara assistia nas festas desta igreja, principalmente na de Santa Clara, de que resultou ser notificada, não usasse do assento que tomava. E porque mostrou o direito porque lhe pertencia, por ser padroeira *ex fundatione et dotatione*, se lhe passou provisão pelo mesmo tribunal para a sua conservação, em 13 de Maio de 1632.

E não só no edifício material deste mosteiro aplicou a cidade o possível das suas forças, mas vigilante dirigiu no espiritual dele o maior cuidado porque, voltando as fundadoras para o seu Mosteiro de Santa Clara do Porto, tendo assistido nestes sete ou oito anos, de que ficou abadessa uma das discípulas que haviam criado e o seu virtuoso exemplo a constituiria digna de tal emprego. Atenta esta cidade a que as novas plantas se colmassem de copiosos frutos de virtudes e se não malograsse em flor a esperança que se prometia de uma religiosa comunidade, pediu ao Sereníssimo duque D. Teodósio que dos mosteiros de Vila Viçosa lhe mandasse religiosas para continuarem neste a disciplina monástica, mas não pôde ser logo que as fundadoras se recolheram ao Porto.

E por falecimento da abadessa que deixaram, o foi deste mosteiro a venerável madre soror Maria das Chagas, que já o havia sido no seu Mosteiro da Esperança de Vila Viçosa e chegou a esta cidade no fim do ano de 1595, trazendo por companheiras as madres Catarina do Espírito Santo, que teve os cuidado de vigária, e Antónia de Jesus. Tudo consta de uma carta do Se-

reníssimo duque que juntei com os papéis que pertencem a este mosteiro e serve também de abono de virtuosa vida destas religiosas, razão porque me obriga a dar a sua cópia.

Carta do Sereníssimo duque D. Teodósio para a Câmara desta cidade

"Juiz, vereadores e procurador da cidade de Bragança.

Eu, o duque, etc. vos envio muito saudar.

Há muito tempo que dessa cidade se me tem lembrado e pedido por vezes que desse ordem para irem de algum mosteiro dos desta vila religiosas para o de Santa Clara dessa cidade, que pudessem criar as freiras dele em verdadeira observância regular e nos bons costumes de sua religião. E desejando eu muito de o fazer assim não se ofereceu comodidade para isso senão depois do falecimento da abadessa passada. E logo como fui avisado dele mandei tratar o negócio com o padre comissário geral e com os padres ministros de ambas as províncias deste Reino por cuja ordem foi eleita para abadessa do mosteiro dessa cidade a madre soror Maria das Chagas, que já o foi no Mosteiro da Esperança desta vila, com grande exemplo de virtude e religião, à qual a senhora D. Catarina, minha senhora, e eu rogámos muito que quisesse tomar este trabalho por serviço de Nosso Senhor e por amor de nós, que são os respeitos por que ela e as madres Catarina do Espírito Santo e Antónia de Jesus, suas companheiras, deixam a casa em que se criaram e a quietação em que viviam e vão com muito boa vontade criar as religiosas desse convento em que temos por certo que deixarão grande fruto de reformação. Para isto assim ser é necessário que da vossa parte as ajudeis com favorecerdes todas suas coisas, como é razão e como eu confio de vós e assim vos encomendo muito que o façais agora quando chegarem a essa cidade e em todo o tempo que lá estiverem."

Passa a outra matéria, pedindo notícia das obras do mosteiro, e diz a data – escrita em Vila Viçosa a 29 de Outubro de 1595 – e logo por baixo diz outra verba:

"Cada uma das companheiras da madre abadessa poderá ser abadessa de um convento muito grande e muito antigo por sua virtude e religião, porque nos não contentamos senão com vos mandar de cá o melhor que tínhamos para esse mosteiro, que desejamos que vá muito adiante em tudo.

O duque"

Ainda neste tempo estavam as religiosas no Mosteiro do Espírito Santo, que é a casa da Santa Misericórdia, e, em 1598, passaram com a venerável abadessa para o novo Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição e não tenho certeza dos anos que nele assistiu. Mas voltando para o seu Mosteiro da Esperança, tornou segunda vez a continuar com o cargo de abadessa a madre soror Filipa da Assunção, primeira fundadora. Ventura que logrou este mosteiro nas insignes diretoras de espírito que o Divino Esposo lhe escolheu, que ainda hoje resplandecem na regular observância das discípulas os primitivos rigores monásticos e na frequência de oração e outros santos exercícios mais claramente as luzes da virtude que lhe comunicaram as mestras.

Desta escolha saíram algumas tão eminentes que, pelos anos de mil e seiscentos e cinquenta e tantos, foram reformar o Mosteiro de Santa Clara de Vinhais as madres Maria da Encarnação com o cargo de abadessa e Maria dos Serafins e Maria de S. Miguel. E no ano de 1716, em Fevereiro, a madre Vicência Maria da Trasladação foi para o Mosteiro da Conceição da vila de Chaves, uma das suas fundadoras, em que de presente assiste. E de muitas que este mosteiro tem de venerável memória a farei na notícia a que pertence.

Tem hoje cento e vinte religiosas de véu preto, duas de branco, oito noviças e seis educandas.

A igreja tem primoroso frontispício de obra coríntia com as armas da cidade e do interior dela basta dizer é a casa de Deus de que têm cuidado suas esposas. A capela-mor, toda coberta de entalhado ao moderno e a frente do arco com dois altares, um de Nossa Senhora dos Remédios e outro de Santo António, nos lados da tribuna, S. Francisco e Santa Clara e, em levantado trono, a imagem de Nossa Senhora da Conceição, sua padroeira.

Nesta capela há três sepulturas. Uma, de Manuel de Morais Pimentel, de que já fiz memória na capela do capítulo de S. Francisco. E todas três são de José de Morais Madureira, fidalgo da Casa Real e cidadão desta cidade e um tem as armas dos Morais.

No corpo da igreja, uma capela de S. Caetano com irmandade, muito frequentada dos fiéis, porque este santo em toda a parte é milagroso.

Também na cerca tem duas capelas, uma de Santa Ana e outra de Nossa Senhora do Bom Sucesso, e dentro do mosteiro, três oratórios: o Senhor Crucificado, o Senhor dos Passos e *Ecce Homo*.

Com dois casos prodigiosos da milagrosa imagem de S. Francisco que nesta igreja se venera darei fim à relação deste mosteiro. Pelos anos de 1630, uma freira que, apartada das obrigações de religiosa, intentou cair do firmamento da clausura para dar no abismo de fugitiva, tão cega se entregou ao pensamento que o inimigo da virtude lhe ditava que, para consegui-lo, se valia daqueles meios de que devia aproveitar-se para fugir ao precipício. No coro de cima, dava princípio a uma novena de orações pelas benditas almas do purgatório quando viu sair da capela-mor a imagem do seu Seráfico Patriarca que, chegando-se à grade do coro, ameaçando castigos, a repreendeu severo, mandando-lhe satisfizesse penitente o que tinha desmerecido culpada.

Com desmaios ficou, mas não arrependida, porque segunda e terceira vez continuou a rogativa. Mas na terceira noite, caindo sobre ela piedosa a justiça divina, de repente se tolheu e com uma tão terrível e sumária enfermidade que, em breve tempo, viu a sepultura os desenganos daquela vida, mas teve a que lhe bastou, auxiliada da graça, para a compunção e arrependimento. E com profunda humildade e muitas lágrimas confessou publicamente o seu pecado, pedindo também perdão à comunidade da ofensa que lhe fizera naquele depravado pensamento. Segurando-lhe que por intercessão do seu Santo Patriarca lhe trocara Deus a morte eterna pela temporal e pelos sinais que mostrou de arrependida e de ficar o corpo, depois de morto, com notável formosura, piamente se crê passou a melhor vida.

A madre Soror Filipa da Assunção, que neste mosteiro foi a sua vida exemplar de penitência, sendo ainda noviça se lhe representaram insofríveis os exercícios da religião e, com efeito, voltou para casa de seu pai. Poucos dias se passaram que uma noite lhe apareceu um resplandecente vulto que parecia ser esta santa imagem, anunciando-lhe severos castigos se logo se não recolhesse à clausura. Assim o executou e no decurso da sua penitente vida deu satisfação daquele escândalo, ficando na sua morte viva opinião de perfeita religiosa que se acrescentou quando, abrindo-se a sepultura em que o corpo se depositara, respiraram os ossos suavíssimos aromas.

Advertência: No Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição, diz a Hist. Seraph.*, supra, no Livro 1, e no fim do § 179, fol. 94, que a serva de Deus soror Maria das Chagas fora reformadora deste mosteiro. E já fiz esta advertência de que o não foi. Antes veio ajudar a fundar, porque ainda estava no seu princípio, e as religiosas me seguram fora coadjutora na fundação e não reformadora, porque ainda as achou no primeiro recolhimento que se fez junto da Misericórdia e com elas passou para o novo mosteiro.*

Mosteiro de Santa Escolástica de religiosas de S. Bento

Em menos de trinta anos viu esta cidade três fundações suas, mas a deste mosteiro quiseram alguns autores atribuir ao bispo D. Jerónimo de Meneses, como foi D. Rodrigo da Cunha no *Catálogo dos bispos do Porto*, 2 part., fol. 314 e Faria, na *Europ.*, tom. 3, part. 3, cap. 12, fol. 216, n.º 90.

Melhor o advertiu a *Crónica Beneditina*, e Carvalho, *Corograph.*, tom. 1, trat. 3, cap. 1, fol. 496, em fazer fundadora deste mosteiro a Maria Teixeira, natural desta cidade. E com pouco fundamento, António Pires da Silva <sendo natural desta cidade>, *Cronograph. Med.*, fol. 13, entrou a fazer distinção, querendo que o bispo D. Jerónimo seja fundador, confessando que Maria Teixeira deu as suas casas em que o mosteiro se plantou e o dotara de suas fazendas, porque isto na forma de direito é ser fundador, *Conc. Trid*., sess. 25, *De reformat*., cap. 9., principalmente quando aquele prelado nesta fundação concorreu unicamente com a sua autoridade de ordinário e com o zelo que as obrigações de vigilante pastor o moviam. Mas tem a desculpa que se não criou nem viveu nesta cidade e nela é matéria nova dizer que o bispo D. Jerónimo de Meneses fundasse este mosteiro. Nem a mitra se constituiu nunca padroeira dele, nem as religiosas reconhecem por fundadores mais que a Helena da Costa e sua filha Maria Teixeira, em tempo do sobredito prelado. Mas pondo tudo de parte, direi que consta de escrituras e tradição que têm as religiosas.

Gonçalo Teixeira e sua mulher Helena da Costa, pessoas da principal nobreza desta cidade e de virtuosos procedimentos, por muitas vezes entenderam [que] em sonho viam nas suas casas um majestoso Mosteiro da Ordem de Santa Escolástica e que nele se dedicavam a Deus, em contínuos louvores, religiosas de grande virtude. Com estes santos pensamentos

viveram alguns anos e só os cuidados de uma filha que tinham, demoravam pôr em execução o que muito desejavam que era fundar o mosteiro. Mas falecendo Gonçalo Teixeira, ficou sua mulher, Helena da Costa, e a filha Maria Teixeira, que sucedeu não só na herança, mas nos piedosos desejos de seu pai. E deram princípio ao mosteiro, nas suas mesmas casas que eram capazes de semelhante edifício, de que hoje existem alguns vestígios na parede da igreja, em que se mostram janelas rasgadas e sobre a porta, em um escudo grande, as armas dos Teixeiras. E fazendo-se esta de novo, haverá vinte e cinco anos, se pôs em luga do escudo a imagem do patriarca S. Bento. Deixaram, porém, aquele a um lado da porta.

Brasão da Casa dos Teixeiras

Tendo de todo acabado o edifício, se declarou a sua vocação, chamando-as Deus para serem, no mesmo mosteiro que haviam fundado, das primeiras esposas que se lhe consagrassem. E com tal resolução voltaram as costas ao mundo que, dos brasões de sua antiga nobreza, tomaram somente a cruz para seguir a Cristo e, nas mãos do bispo D. Jerónimo de Meneses, se desapropriaram não só do rico património que tinham, mas até do honorífico título de fundadoras, pedindo-lhe ainda fosse ele o que as fizesse freiras. E para suas indigências lhe mandasse dar, à mãe, doze mil réis, e à filha, oito e que, por falecimento de ambas, se receba em o mosteiro uma parenta delas para freira, sem dote, a que for mais pobre.

E morta uma, se receba outra, sucessivamente. E eu conheci ainda a madre Maria das Chagas, que entrou neste lugar.

Estava Maria Teixeira na flor da idade quando fez esta renunciação e, para validade da escritura, houve intervenção do juiz dos órfãos e se lhe deu curador. Tudo consta de uma escritura de 20 de Outubro de 1590, feita na nota do tabelião Baltazar Padrão que se acha no arquivo deste mosteiro e outra, em poder de João Teixeira de Morais Sarmento, descendente de outro João Teixeira que era irmão de Gonçalo Teixeira, todos desta cidade, e assinaram a escritura Lopo Álvares de Oliveira e Gaspar de Oliveira, fidalgos da Casa Real, como procuradores de sua irmã Helena da Costa e sobrinha Maria Teixeira.

E para que se veja, com toda a evidência, que estas foram as fundadoras e dotadoras deste mosteiro, porei duas cláusulas da escritura. Diz que doavam, *ibi*, "as suas casas, dela dita Helena da Costa e sua filha, em que está fundada a igreja e mosteiro do senhor S. Bento que estão nesta cidade, na rua que vai para o senhor S. Francisco, com sua vinha e pomar que está detrás das ditas casas, assim como ora está tapado e cerrado", etc. E vai continuando com as mais fazendas que tinham e dizem as religiosas consta valiam, naquele tempo, mais de trinta mil cruzados e eu seguro que hoje valem mais de sessenta. E não só dotaram

os bens de raiz, mas ainda o móvel e dívidas. A segunda cláusula do lugar de freira diz, *ibi*, "que por falecimento da dita Helena da Costa e Maria Teixeira, doadoras e dotadoras, se receba em o dito mosteiro para sempre uma freira sua parenta delas de sua geração a mais chegada, e morta uma se receba outra sucessivamente para sempre de graça, sem nenhum dote. E sendo caso que haja duas ou três mais que sejam parentes em igual grau ficará na disposição do ordinário para escolher a que for mais pobre, qual ele melhor lhe parecer, sem outra alteração, nem provança de pobreza, nem outra nenhuma cláusula", etc.

Bem claro se mostra quem sejam as fundadoras deste mosteiro. E se a sua virtude não quis esse título porque fizeram mais estimação do de esposas de Cristo, também não é razão se dê ao bispo D. Jerónimo de Meneses, nem ele o aceitaria por ser mais ludíbrio que lisonja querer acreditá-lo com merecimento alheio. E fique a glória a esta cidade por ter duas filhas tão ilustres que, fazendo uma coisa tão digna de lembrança, fizeram outra maior em desprezar o nome que deixavam com essa memória.

Do Mosteiro de Bairrão [Vairão] vieram as religiosas a fundar. Com o título de abadessa, D. Jerónima de Vilhena, e com o de prioresa, D. Luísa de Noronha que, dizem, é filha do conde da Feira. E Helena da Costa professou nas mãos da primeira abadessa, em 1592.

Tem hoje este mosteiro cento e quarenta professas, quatro conversas e onze noviças, e nele o exercício de muita virtude.

O edifício é majestoso e um dos bons que há no Reino. A igreja, formosa, e de presente se lhe está fazendo uma tribuna de entalhado. Tem imagens do Baptista, Evangelista e a do Patriarca, muito milagrosa e tem tomado devoção com o azeite de sua lâmpada e se experimentam admiráveis efeitos em muitas enfermidades. O padre Diogo Teixeira, capelão atual, tendo na boca um alfinete se lhe atravessou na garganta, e em tão notório perigo, invocando o patrocínio do Santo Patriarca se achou logo livre.

No corpo da igreja, dois colaterais: um de Nossa Senhora da Conceição e outro de Cristo crucificado. E novamente trouxeram os soldados, que militaram em Valença no nosso exército, que governava o marquês das Minas, a devoção de Nossa Senhora dos Desamparados, muito venerada naquela cidade por milagrosa. E trazendo a sua novena e uma estampa, por esta se mandou fazer a imagem e se lhe levantou altar nesta igreja e festeja todos os anos o doutor Bermudes Leitão, cidadão desta cidade, por promessa que fez. E o tenente-coronel António Luís de Madureira, da vila de Chaves, que nesta cidade esteve sem esperança de vida, em uma grave enfermidade, reconhecendo no patrocínio da Senhora a sua melhora, a festeja também.

Dentro do mosteiro tem um oratório de Nossa Senhora da Escada, de muita devoção, e na cerca, a Capela do Menino Jesus, imagem muito milagrosa e o primeiro milagre que fez foi em si mesmo porque, sendo de escultura tosca e andava pelas mãos das meninas com o nome de fosquinho, se fez tão formoso que rouba os corações a sua vista e a madre Margarida das Chagas, que faleceu com opinião de vida reformada, tomou por sua conta o culto do Menino Deus. E o alcaide-mor que foi desta cidade, Lázaro de Figueiredo Sarmento e seu primo, António de Figueiredo Sarmento, que também foi governador da mesma, mandaram

Casa dos Teixeiras

fazer a capela. E o bispo D. Manuel de Moura Manuel deu o retábulo e D. João Franco de Oliveira, que lhe sucedeu, o mandou dourar e por ordem deste escreveu o padre António de Távora o princípio desta capela e o padre Bernardo Rebelo, cura da colegiada de Santa Maria, ambos desta cidade, a relação dos milagres do Menino Deus, que o estilo abreviado que levo me permite só o dizer que são muitos e por não ser ingrato direi um, por ser de casa.

Minha filha, D. Maria José Gertrudes, educanda no Mosteiro da Conceição, sendo de três anos, de uma queda rompeu a cabeça e três cirurgiões peritos, no fim de seis meses, resolveram fazer uma anatomia, dizendo que o crânio estava ofendido e poderia morrer na operação que deviam fazer. Nestes termos se recorreu ao Menino Deus e sem outro remédio mais que um pano molhado na água em que se lavou a santíssima imagem, dentro de três dias ficaram os sinais só para testemunha.

A capela se benzeu no ano de 1698. Na igreja está sepultado Lopo Álvares de Oliveira e tem armas de Costas e Oliveiras. E é esta sepultura dos parentes dos fundadores que também têm um banco de encosto junto ao altar de Nossa Senhora da Conceição.

Advertência: No Mosteiro de Santa Escolástica tenho quase averiguado os nomes de pais e avós das fundadoras, porque é razão se faça deles memória e, se for necessário dar relação dos milagres do menino Jesus que está na capela da cerca deste mosteiro, pedirei ao padre-cura de Santa Maria, que os escreveu por ordem do prelado, me dê por certidão uma cópia de alguns mais avultados.

Dou fim à 5.ª Notícia com o Hospital Real da gente de guerra, em que assistem religiosos de S. João de Deus e fica no cimo da Rua dos Gatos, o qual mandou fazer o Sereníssimo Rei D. Pedro.

NOTÍCIA 6.ª

DO FORTE DE S. JOÃO DE DEUS

Em uma eminência que fica a respeito desta cidade ao ocidente, e na direitura daquela em que está o castelo, havia antigamente um grande arvoredo de sardões ou azinheiras, razão porque hoje todo aquele campo conserva o nome de Sardoal. E nas guerras da feliz aclamação do senhor Rei D. João IV, sendo governador das armas nesta província, o conde de Mesquitela, desmontada aquela campanha, se plantou o Forte de S. João de Deus.

É esta fortaleza regular de quatro ângulos, com outros tantos baluartes, como se vê desenhada no *Methodo Lusitanico*, de Serrão, 1 part., cap. 6, fol. 15, figura 16. Está artilhada e tem duas ruas de quartéis e uma ermida de S. João de Deus. Obras exteriores, só o fosso aberto no terreno e dois revelins, um que cobre as portas e sobre estas, em um nicho, está a imagem de S. João de Deus e o outro a cortina longa que lhe corresponde. Pela parte meridional se lhe avizinha o Fervença e pela do Norte se estende a campanha, em dilatado vale que, com vagarosa declinação, vai caindo sobre a ribeira de S. Jorge.

Frontispício do *Methodo Lusitanico*

NOTÍCIA 7.ª

DAS ERMIDAS QUE ESTÃO FORA DA CIDADE

Extramuros tem esta cidade três bairros e há menos de trinta anos se povoaram com cento e setenta moradores: o da Ponte, e passa da outra parte do Fervença, o da Moreirinha e Fora de Portas. E das ermidas que todas estão fora do povoado darei princípio pela de Nossa Senhora do Loreto, santuário de grande devoção que tem esta cidade.

Pelos anos de 1535, pouco mais ou menos, o venerável padre frei Manuel Corvo, da religião seráfica, natural desta cidade e morador no Convento de S. Francisco da mesma, em tempo que ainda viviam com os privilégios dos padres conventuais, por ser este convento neste Reino, dos últimos em que no ano de 1568 entrou a reforma da regular observância, desejando retirar-se da claustra e, em estado mais perfeito, solitário seguir a vida contemplativa, foi a Roma e para este efeito alcançou a bula do Papa Paulo III. E visitando a Santa Casa do Loreto, na província da Marca, tão devoto daquele angélico santuário voltou a esta cidade que, com as esmolas de seus moradores e licença da Câmara, fundou no campo do concelho a igreja ou ermida de Nossa Senhora do Loreto que fica para a parte ocidental desta cidade e junto ao rio Fervença.

E nela colocou uma imagem de Nossa Senhora da mesma invocação do Loreto que tem ao Menino Deus nos braços e este religioso trouxe de Roma. É de escultura e terá dois palmos e meio, ainda que hoje e de que a memória dos homens se lembra por maior veneração está de vestidos e com eles representa mais estatura e uma peregrina beleza. Junto da igreja fez aquele venerável religioso uma pobre morada e decente ao humilde estado da sua profissão.

Mas nesta paz em que vivia tem algumas contradições com o bispo D. Toríbio Lopes, primeiro deste bispado. E, pedindo nova bula ao papa Júlio III, venceu as dificuldades da sua conservação nesta santa casa e, há lembrança, foi religioso reformado e de virtuoso exemplo. E não alcanço outro particular da sua vida nem ainda com certeza notícia da sua sepultura, mas entendo que já no ano de 1553 devia ser falecido, porque no livro dos acórdãos da Câmara, em Fevereiro do mesmo ano, está um assento que diz: "porquanto a Igreja de Nossa Senhora do Loreto que é de muita devoção se acha devoluta, pertence a esta Câmara o cuidado dela", etc.

Deste se encarregou o licenciado Manuel Gomes Correia, da principal nobreza desta cidade e, abusando da permissão, se chamava padroeiro, por cuja causa a Câmara alcançou sentença contra ele. E porque tinha umas propriedades junto da mesma igreja com duas fontes que era o fundamento que tomava, lhe deu outras em troca e daquelas fez doação à igreja, como também, no ano de 1661, de outro campo contíguo com as primeiras, e que um mordomo daria contas cada ano ao Senado do seu rendimento e despesa nas obras da mesma igreja, consta do tombo da paroquial de S. João Baptista, fol. 217. Semelhante dúvida houve com Bartolomeu de Abreu que, nomeando-o a Câmara para mordomo desta igreja, o zelo com que a tratou por alguns anos lhe facilitou querer ser também padroeiro, de que há outra sentença contra ele e está incorporada no tombo *supra*. Ultimamente, apresentando-se

estas ao bispo D. Jorge de Melo, em 1634, por virtude delas julgou também pertencer o padroado desta igreja à Câmara desta cidade, como consta do livro das visitas da Colegiada de Santa Maria, fol. 64, e nesta posse se conserva e é a razão porque dia de Santo Amaro vai assistir na sua festa a esta igreja e lhe dá propina de cera e incenso.

O reverendo João de Prada, de vida exemplar, natural desta cidade, e abade que foi de Monforte de Rio Livre e especial devoto da Senhora do Loreto, em 1706 mandou reedificar esta igreja *a fundamentis*. E na vila de Chaves fez uma nobre capela da mesma invocação do Loreto, com vínculo de morgado, de que foi primeiro administrador seu irmão António de Prada, cavaleiro do hábito de Cristo, <cavaleiro fidalgo> da Casa Real e governador do Forte de S. Francisco da mesma vila, onde casou. E hoje o é seu filho João de Prada Lobo, que tem os mesmos títulos e ocupação. E na desta cidade pôs capelão com obrigação de três missas cada semana: nas segundas-feiras, no altar das almas, nas sextas, no do Santo Cristo, e nos sábados, nesta igreja. Ficou esta com a nova reedificação com maior grandeza da que tinha e os seus devotos a têm ricamente paramentada. Na tribuna da capela-mor está a santíssima imagem da Senhora do Loreto que se festeja na *infra octava* da Sua natividade, festa do Santíssimo nome de Maria. E no corpo da igreja há dois altares, um de Santa Ana e outro de Santo Amaro, muito milagroso, com relíquia e venerada com grande concurso no seu dia.

Por duas vezes se erigiu confraria de seculares em louvor da Senhora e, ultimamente, outra de sacerdotes e todas se extinguiram brevemente, reparo que fez o *Sant*. *Mariano*, p. 5, L. 3, título 3, fol. 558, ser uma das grandes prerrogativas que também acham na magnífica casa de Nossa Senhora do Loreto da cidade de Lisboa. Mas sem este culto de irmandades, assistem os fiéis ao desta igreja, com muita frequência e devoção.

Junto da capela-mor se fez um recolhimento com tribuna para a mesma, no qual assistem algumas devotas mulheres. E a primeira que nele entrou e o fez por sua conta foi uma honesta viúva chamada Teresa da Cruz, terceira da Venerável Ordem da Penitência, natural desta cidade, à qual vestiu o hábito nesta igreja o padre pregador frei Francisco de Santa Engrácia, guardião do Convento de S. Francisco, em dia de S. José de 1712. É já falecida e a sepultaram na capela-mor desta igreja e deixou opinião de penitente e virtuosa vida.

Fazem memória desta igreja a *Monarq. Lus.*, 5 p. L. 17, no fim do cap. 12; padre Esperança, na *Hist. Seraph*., part. 1, L. 1, cap. 6, fol. 56; *Agiolog. Lus.* e *Cororaph. Lus*., tom. 1, Livro 2, trat. 3, fol. 496; e o *Sant. Marian*, *supra*, 5 part., L. 3, título 3; e em tudo estão conformes, exceto na fundação e padroado, porque é na maneira que acima se declara, como também o mais que digo.

Ermida de Santa Apolónia

A ermida de Santa Apolónia, que fica perto do Loreto, da outra parte do rio, está em uma quinta e há tradição o foi de Fernão Mendes, o Bragação, e se continuara em seus descendentes até Nuno Martins de Chacim que era da mesma família e governou esta cidade em

tempo de el-Rei D. Dinis. E por uma escritura do arquivo da Câmara consta o foi também do alcaide-mor Lopo de Sousa, casado com D. Beatriz de Albuquerque, e que seu filho João Rodrigues de Sousa doou a parte que lhe pertencia a Sebastião de Barros, em 1525.

Ultimamente, entrou nela, por via de compra, Pedro Aires Soares, e a possuem seus descendentes, com vínculo de morgado. Há poucos anos se via nela ainda uma antiga torre, junto ao rio, e se aproveitaram do material para outra que de novo se fez, por estar aquela arruinada.

Ermida de S. Lourenço

A ermida de S. Lourenço, com grandes herdades que aí estão juntas, é do morgado do alcaide-mor Lázaro de Figueiredo Sarmento. E seu pai, do mesmo nome, também alcaide-mor, a reedificou *a fundamentis*, há poucos anos.

Ermida de Santo António

Na quinta de Vale das Flores que é de João Ferreira Sarmento Pimentel, cavaleiro do hábito de Cristo e fidalgo da Casa Real, está a ermida ou capela de Santo António.

Outra ermida de Santo António

No Campo do Toural, junto a esta cidade, está a ermida de Santo António, levantada em um lajeado de pedra, com escada por toda a circunferência e em 1708 a fundou António de Figueiredo Sarmento, cavaleiro do hábito de Cristo e governador que foi desta cidade e nela está sepultado, da parte de fora. E no fecho da abóbada tem as armas de Figueiredos e Sarmentos.

Ermida de S. Sebastião

Todas as ermidas sobreditas ficam para a parte ocidental desta cidade e para a parte do oriente a que fica mais próxima a ela é a de S. Sebastião, que se fundou no tempo em que este Reino se via agonizar entre os horrores de uma terrível peste, em 1569, e serenou o patrocínio deste santo e glorioso mártir, motivo por que é geralmente festejado. Nesta cidade solenizam a sua festa as duas paróquias alternadamente com a assistência da Câmara, que é padroeira desta ermida. Na dominga dos Ramos, o prior da colegiada os benze nesta ermida a que assiste o abade de S. João e a Câmara, que dá o sermão. E se forma uma devota e solene procissão que se termina na colegiada para continuarem os ofícios divinos e os fregueses de S. João se dividem com boa ordem a fazer o mesmo, porque passa a procissão junto da sua igreja.

Por estas partes se tem especial devoção com o Santo Mártir, não só em lhe fazer rogativas quando há males contagiosos, mas muito particularmente para sezões. E com frequência se visitam as suas ermidas com missa cantada ou rezada por agradecimento do benefício. Um engenheiro que nesta província tomou por sua conta demolir as ermidas de S. Sebastião, com pretexto de conveniências militares nas guerras da feliz aclamação e a desta cidade experimentou a mesma execução, comummente se diz que, brevemente, morreu de sezões. Certamente não teria devoção ao Santo Mártir, nem experimentaria o favor que os portugueses lhe confessamos. A desta cidade se reedificou *a fundamentis* por conta da Câmara e povo, como hoje está, e aquela tem obrigação de a ter reparada e paramentada.

Ermida de S. Lázaro

Junto do rio Sabor está a ermida de S. Lázaro e há tradição [que] havia antigamente junto a esta um hospital. E ainda hoje têm devoção os que se veem oprimidos com feridas antigas lavar a imagem do santo e com esta água curar-se. Bem notório é nesta cidade que meu filho Bento José de Figueiredo, sendo menino de um ano, se cobriu todo, exceto o rosto, de uma medonha pústula. E cansada a medicina de aplicar remédios, porque cada dia lavrava mais, foi o último se lhe preparasse a mortalha. Mas eu que apelei da sentença para o patrocínio do Santo, solicitando este com sacrifícios, e com a água com que se lavou se fez o mesmo ao menino e em termo de vinte e quatro horas caiu toda aquela pústula em caspa e ficou são e liso, só com a cor denegrida que, brevemente, tomou a natural. E no mesmo ano lhe fiz a sua festa, com demonstrações de obrigado, que é na dominga de Lázaro e se faz com grande concurso.

Ermida de S. Bartolomeu

Para a parte do sul tem esta cidade um levantado monte e com a eminência em que está o castelo levam o rio bem apertado. E no mais alto daquele se vê a ermida de S. Bartolomeu, que por este nome o faz conhecido e também pelos muitos mananciais de excelente água em que se desata. E na sua volta com a produção de generosos vinhos, principalmente os que se avizinham ao rio e também é reportório infalível que promete água quando se vê coroado de névoa.

Ermida de Santa Rita

Não se demorou muito esta cidade no conhecimento da advogada dos impossíveis, ao depois que o padre frei Francisco de Brito deu à estampa o livro da sua vida, em 1710[2], porque no mesmo ano apareceu no Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição desta cidade e, em 22 de Maio do seguinte, se lhe fez a primeira festa com novena e sermão que tomou por

sua conta o doutor Bartolomeu Leitão, cidadão desta cidade, e a continua todos os anos no mesmo mosteiro em que pôs um quadro de excelente pintura e, na igreja do Santo Cristo, a sua imagem.

O reverendo prior Bento da Ponte, protonotário apostólico e beneficiado da Colegiada de Santa Maria, natural desta cidade, em uma sua quinta que tem no monte de S. Bartolomeu lhe levantou ermida e em ela celebrou a primeira festa, em Maio de 1714, e a faz todos os anos com sermão e a tem curiosamente asseada. E já que o padre mestre frei José de Santo António se não lembrou desta cidade para dizer os cultos e devoção que tem a esta grande santa, direi agora que de Lisboa imediatamente se lhe participou e que, obrigada a este benefício, se avantajou em lhe levantar a primeira capela própria que tem neste Reino, segundo no seu livro, intitulado *Vitórias dos impossíveis*, fol. 199[3], diz se lhe levantou nova capela em 1715, porque a primeira em que se colocou não era própria da santa, porque já estava feita no seu Convento de Nossa Senhora da Graça e só o fica sendo a que de novo se lhe dedicou.

Se quiserem dar-nos esta precedência que, sem dúvida, a tem esta cidade, terá Lisboa a de sua grandeza para os cultos desta gloriosa santa, a que esta só com os desejos pode igualar.

NOTÍCIA 8.ª

DAS FONTES

Dentro desta cidade só há três fontes e todas particulares. Uma no Colégio da Companhia e duas nos mosteiros das religiosas. Mas tem grande número de poços, alguns públicos, e os mais particulares. E alguns de tão perene manancial que parte do ano correm pela boca, como é o das portas de S. Francisco, que por ser obra da Câmara tem as armas da cidade. Mas pela circunferência desta se acham vinte e duas fontes perenes de cristalina e excelente água. E só o monte de S. Bartolomeu se mostra tão pródigo em mananciais que se poderão tirar inumeráveis fontes dele, mas são mais célebres, entre todas, a Fonte do Jorge e a do Conde. Daquela se afirma tem virtude contra o mal de pedra.

A esta deu nome o conde de Mesquitela quando, assistindo nesta cidade, governava as armas desta província, porque, fazendo uma junta de médicos, se achou era a mais delgada e, deixando esta o nome de Fonte do Bispo que de antes tinha, tomou o do Conde, parece-me que obrigada de a fazer andar para diante, porque a pôs corrente em cano, sendo primeiro um pobre charco. Mas a do Jorge lhe leva vantagem em conservar por mais tempo a sua frescura.

A Fonte da Avelaira, sendo delgada, é destemperadamente fria quando o tempo se abrasa em mais calor, razão por que se não usa muito dela, e a Fonte do Cano tem a propriedade que bebida na fonte é demasiadamente pesada e pousada 24 horas se iguala com as melhores. Entende-se que é de alguma terra que traz consigo.

Este ano passado de 1721, que por estas partes foi geral a seca, se observou nas fontes desta cidade [que] foram mais copiosas do que se experimentava pelo mesmo tempo nos anos antecedentes.

Antigas armas da cidade de Bragança num poço público

NOTÍCIA 9.ª

DOS MOSTEIROS, COLÉGIOS, HOSPÍCIOS E OUTRAS IGREJAS QUE ESTA CIDADE TEVE

Das cinzas de Bragança arruinada ressuscitam nesta notícia algumas memórias da sua grandeza, não digo aquela fabulosa. E dizem alguns do vulgo que em tempo antigo fora esta cidade tão grande que chegava junto a Braga e favorecia o seu dizer achar-se em escrituras que Bragança ficava perto daquela cidade, mas do modo que se deve entender assim era: ou porque sendo estas duas cidades do arcebispado em tempo que esta pertencia àquela diocese <por não se intrometer entre as duas outra cidade> se dizia ficar perto uma da outra ou porque o distrito desta confinava com o de Braga e hoje se pode dizer o mesmo pela sua comarca, pois unicamente seis léguas dista Ruivães de Braga e neste sentido diz também Faria na *Europ.*, tom. 3, part. 3, cap. 11, n.º 236, fol. 209, que Bragança ou *Juliobriga* ficava perto de Braga, tomando as terras do seu domínio pela mesma cidade.

E que o desta em muitos séculos compreendia toda a província ultramontana se manifesta da sua grande antiguidade e se foi dividindo o seu distrito nas muitas vilas que em diversos tempos se fundaram, que se podem ver em Carvalho, *Corograph*., tom 1, Livr. 2 e Mendes Silva na *Povoação de Hespanha*. E ainda em tempo dos reis D. Afonso II e Sancho II se estendia a sua jurisdição de Miranda até Montenegro, como mostrei no "Catálogo dos alcaides-mores" em D. Fernando Fernandes, n.º 5, "*Tenente Bragancia et Miranda et Montinegro*", incluindo no seu distrito o que hoje é da cidade de Miranda e vilas da Bemposta, Vimioso, Vinhais, Chacim, Mirandela e outras muitas que hoje estão fora da sua comarca.

E sendo o corpo do distrito tão dilatado, bem podia ser a cabeça ou cidade muito numerosa e com certeza se afirma, se entendia até à Fonte da Seara, de que hoje dista meia légua para a parte do oriente. E das Portas do Sol descia uma rua pela fonte do alcaide que se avizinhava ao rio Sabor e de outra parte formava um bairro nas Carvas. E por onde hoje é a cerca do Mosteiro de Santa Escolástica havia outra rua que se dilatava até à Fonte da Trejinha <e dista meio 4.º de légua> para a parte do Norte. E naquele vale se comunicava com outro bairro e havia mais três, um em Britelo, Vale de Álvaro, e o dos Cortinheiros, da outra parte da ribeira de S. Jorge. E não é só tradição, mas consta de alguns papéis do arquivo da Câmara e de uma escritura de composição com esta cidade e moradores do distrito, feita em o ano de 1461, pela qual se mostra se eximiam os moradores que ainda havia em alguns bairros dos encargos a que estão obrigados os mais do distrito como é a limpeza da cidade, pagar oitavas que é uma das rendas da Câmara, e a renda das sacadas que são os direitos reais. E os moradores desta cidade não pagam, porque só os do distrito têm a imposição.

Advertência: A renda das sacadas pertence à Casa de Bragança e anda unida às do almoxarifado desta cidade. Esta renda são os direitos reais que os lugares do termo são obrigados pagar, porque esta cidade é isenta de pagar este direito.

Teve princípio em tempo de el-Rei D. Afonso III, porque sendo os moradores do termo desta cidade obrigados a sustentar um rico-homem, para se livrarem desta obrigação, ofere-

ceram a el-Rei pagar-lhe todos os anos dois mil maravedis, a saber, mil dia de Páscoa e mil por dia de S. Martinho. E lhe deu foral que declara tudo isto, dado na aldeia de Santo Estêvão da vila de Chaves, no mês de Maio da era de 1291, que é o ano de 1253. Importa os dois mil maravedis [em] 97$200 e é o preço por que se arremata esta renda, sem acrescer nem diminuir coisa alguma e se arremata sem exceder a quantia de vinte réis por fogo, antes se dá a quem por menos do vintém se obriga a receber estes direitos das sacadas, cujo nome se deduz do verbo antigo "sacar", isto é, tirar fora pela obrigação do que se eximiram do rico-homem.

Mas já neste tempo se achavam estes bairros desmembrados do corpo da cidade e com tão pouca vizinhança que se nomeiam por aldeias e pardieiros, razão por que os moradores do distrito não sofriam que gozassem do foro da cidade. E hoje nem vestígios se conhecem do que foi, mais que uma fonte de pedraria que uma inundação há poucos anos descobriu em Vale de Álvaro. E na cerca do Mosteiro de Santa Escolástica, com a tradição de que naquele sítio havia outra fonte, deram com o manancial e descobriram pedras lavradas e uma de sepultura do tempo dos romanos, de que ainda farei lembrança.

Também nas guerras da feliz aclamação se demoliram cinco ruas inteiramente, sendo as principais a Rua Bragança e a dos Prateiros, que eram as mais povoadas daquele tempo, umas para fazer esplanada ao castelo e outras para continuar a fortificação. E sem dúvida foi em tempos antigos cidade muito populosa, mas as ruínas que por muitas vezes padeceu a reduziram a seus princípios.

El-Rei D. Sancho I, no foral que lhe deu, chama indiferentemente cidade e vila pelo que foi e pelo que representava. E com este último título se satisfez, até que D. Afonso V lhe restituiu o de cidade que tem voto em cortes. E de trinta anos a esta parte se tem aumentado em moradores e tendo em aquele tempo quando muito seiscentos, hoje completa o número de mil. Agora fica fácil de entender a tradição de que nesta cidade e seu distrito constava a fábrica da seda de cinco mil teares, mas não só esta se atenuou, mas também o tempo deixou sepultada a memória de algumas igrejas e outros edifícios que agora serviria para prova da sua grandeza, mas direi a que ainda nos ficou.

Igrejas paroquiais

De três igrejas que foram paroquiais, há lembrança [que] foi a mais antiga a do Salvador, que estava dentro dos muros do castelo e se entende foi a primeira igreja que esta cidade levantou depois que em ela pregou a fé o apóstolo Santiago e a catedral de Santo Arcádio, seu discípulo, e primeiro bispo dela. E há tradição que em memória da santificação primeira por muitas vezes se reedificou ermida no mesmo sítio e hoje se mostra na Capela de Nossa Senhora do Pilar a mesma porta que é do arco e se tirou das ruínas daquela. E o sítio conserva o nome de Igreja do Salvador.

Costa Grande

A igreja paroquial do apóstolo Santiago [que] parece estava também dentro dos muros e em memória do Santo Apóstolo. E desta sua igreja se levantou a capela que está sobre o muro, de que já fiz lembrança.

A igreja paroquial de S. Vicente em que hoje se venera o Santo Cristo. E das três igrejas antigas esta é a que se conserva pelo motivo de se trasladar a ela a sagrada imagem, como fica dito na 5.ª Notícia e é hoje a igreja mais antiga desta cidade e há tradição que muitos séculos antes da invasão dos mouros a havia.

Hospitais

O Hospital de S. Lázaro, em cujo sítio está a ermida de que já fiz lembrança em a 7.ª Notícia. E tem uma fonte perene defronte da porta.

O Hospital Velho, que ficava no cimo da Costa Grande, onde se vê um poço. E estava uma cruz de pedra que haverá dois anos se tirou deste sítio e se pôs no cemitério de Santa Maria.

O Hospital Novo. E suposto não alcanço notícia do sítio, infiro eu o havia com este nome, porque no *Livro dos Acórdãos* de 1540 se fala na Rua do Hospital Velho de que entendo havia Hospital Novo. E não é o da Misericórdia, porque este se fez no recolhimento das freiras ao depois da passagem para o Mosteiro da Conceição, em 1598.

Mosteiro de Castro de Avelãs

Ermidas

Duas ermidas de Santa Catarina havia nesta cidade. Uma que recolheu ao patriarca S. Francisco e foi o princípio deste convento e hoje é a do capítulo. E outra que consta do *Livro dos Acórdãos*, de 1553, e estava perto da ermida do Loreto, de que não há vestígios, e na paroquial de S. João Baptista lhe levantaram altar.

Mosteiros e Hospícios

O insigne Mosteiro de S. Salvador de Castro de Avelãs, subúrbio desta cidade, de que hoje dista meia légua, foi de monges de S. Bento e fundado pelos anos de 667 reinando em Espanha Recesvindo XXVIII dos godos. E conjeturam seria fundação de S. Frutuoso, mas a isto repugna a *História Eclesiástica de Braga*, diz o *Benedictina Luzitana,* Trat. 2, cap.16, fol. 490, e esta cidade entendo eram naturais os fundadores e conta de uma escritura, que logo darei por extenso, da qual se mostram os padroeiros que havia em o ano de 1192, que todos eram da ilustre família dos Braganções. O conde D. Henrique lhe fez muitas mercês e confirmou el-Rei D. Afonso Henriques com grandes privilégios e isenções, em Janeiro de 1144, e lhe deu a vila ou aldeia de S. Jorge que hoje é a de Vila Nova e a metade da vila de Rio Frio do Monte, entre os rios Maçãs e Sabor, que hoje é a vila do Outeiro.

E no arquivo da Câmara desta cidade está um instrumento das mercês deste mosteiro e composições com a coroa, até o tempo de el-Rei D. Dinis, com as quais chegou a ser um dos mais ricos mosteiros que a Ordem de S. Bento tinha em Portugal e se conservou ainda no tempo que os mouros ocuparam estas terras. E viveram nele os monges com muita religião por

Túmulo no mosteiro de Castro de Avelãs

espaço de 880 anos até o tempo de el-Rei D. João III, em que se extinguiu e uniram as rendas dele à Catedral de Miranda, que se erigiu por bula do papa Paulo III, de 22 de Maio de 1545. E importavam as rendas deste mosteiro mais de vinte mil cruzados e já em aquele tempo não possuía outras que constam do instrumento *supra*, como é São Julião, que hoje é comenda da Ordem de Cristo, e a Igreja de S. Mamede, que não averiguo qual das três que no distrito desta cidade há da invocação deste santo seja a que pertencia ao mosteiro. Santalha, que também é comenda da Ordem de Cristo, e Candedo, que é abadia da apresentação da Mitra. Estes dois últimos declara o instrumento serem do termo desta cidade porque a mercê se lhe fez em tempo que era do seu distrito o que hoje é terra de Vinhais, a que agora pertencem.

Mas de tão magnífico edifício como foi este mosteiro existe somente a torre em que estavam os sinos e alguns vestígios que mostram a grandeza do templo, que parece foi de três naves, e de todo se deixou arruinar conservando o nome de mosteiro uma pequena igreja que de novo se fez no mesmo sítio da antiga e é a paroquial daquela aldeia. Mas a lástima de ver a ruína de tão sumptuoso templo e a devoção e ternura que infunde a imagem antiga do santo patriarca que ficou nesta igreja, quase mendigando de quem lhe dê uma cogula, como há poucos anos vimos lhe deram as freiras de Santa Escolástica, e uma mitra por transcender muito os limites da santa pobreza a que vestia ou despia a santa imagem que é de perfeita escultura. Faz recordar aquele elegante dístico que traz o cronista frei Leão:

Gaudet avellinis auro miranda refertis
et cortex saltem nec benedicte tibi.

Mas na catedral têm a imagem do Santo Patriarca, no altar de Nossa Senhora da Soledade, e em reconhecimento das rendas que logram lhe fazem todos os dias comemoração.

Na igreja que de novo se fez se acomodou o frontispício da antiga, que é primoroso e tinha mandado fazer D. Diogo Pinheiro Lobo, bispo do Funchal, primaz das Índias, administrador que foi deste mosteiro. E isto mesmo diz um letreiro que está sobre a porta e tem um escudo com as armas dos Pinheiros, Lobos e Chaves. Também meteram na parede um túmulo de pedra que estava na primeira igreja e dizem os moradores de Castro de Avelãs ser do conde de Ariães, que era dos fundadores do mosteiro. Mas o nome de conde pode ser o que antigamente davam aos fidalgos que tinham senhorio de algumas terras, porque este nunca podia ser conde de Ariães, pois é o nome do mesmo mosteiro, mas entendo que era descendente dos fundadores que lhes dotaram aquelas terras.

E das armas que estão no cipo se colige ser da família dos de Chacim que é a mesma dos Braganções de quem foi o padroado deste mosteiro. As armas dos Chacins são em campo de prata com arminhos, três barras vermelhas em banda. Estas têm só uma ou porque naquele tempo assim as usassem ou porque não teve melhor notícia quem as abriu. Não tem letreiro que declare o nome e só deixa certeza que este fidalgo faleceu na era de MCCC.

Alguns escritores se persuadiram que este mosteiro teve o senhorio desta cidade por alguns tempos. E como tenho visto as escrituras de que o conjeturam e outras que estão no

D. Sancho I e a capitulação dos mouros em Silves

arquivo desta Câmara, direi brevemente o pouco fundamento que há para se dizer e o que há para se negar. Aos que dizem que el-Rei D. Afonso V de Leão, em cujo tempo se restaurou esta cidade do poder dos mouros, fizera dela mercê ao mosteiro e a possuíra até o tempo do nosso D. Sancho I, com evidência se mostra o contrário, pois neste meio tempo foi senhor desta cidade Fernão Mendes de Bragança, como é notório e se vê do foral que deu à vila de Numão, em o ano de 1130, em tempo de D. Afonso Henriques. E diz no fim da escritura: «*imperante Portugal infante Afonso, archiopiscopus in Brachara Dominus Pelagius potestas in Bragancia et in Lampazas Fernandus Mendes*".

Lampaças é também distrito desta cidade. Também na escritura em que o mesmo rei coutou as herdades deste mosteiro, em 1144, confirma Fernão Mendes, como senhor desta cidade: *"Fernandus Mendis qui tenet terram",* conf. e atrás a *Monarq. Luz.*, 5 part., fol. 316.

O conde D. Pedro, no título 38, diz que Fernão Mendes deixara à infanta sua mulher esta cidade e que por morte desta se incorporara na coroa. E a *Monarquia*, *supra*, Livro 6, fol. 109, diz que ainda pelos anos de 1165 não estava dada esta cidade à infanta, porque Pedro Fernandes, filho de Fernão Mendes, se assina de Bragança. E em meu poder tenho uma escritura das do arquivo de S. Martinho, da doação que se lhe fez de Vila Meã, na qual se nomeia

Pedro Fernandes senhor de Bragança e diz a data: "*Facta carta donationis VI Octobris in era MCCXVI Regnante Rege Alfonso cum filio suo Sancio in Portugali Archiopiscupus Bracarensis. Godinus, Dominus Breganciae Petrus Fernandes cum filio Fernando Petris",* etc*.*, que é pelos anos de Cristo de 1178.

E quando se queira dizer que a palavra *dominus* nesta parte se não deve entender como senhor mas como governador, pois por morte de Fernão Mendes passou esta cidade à infanta sua mulher e não a Pedro Fernandes que era filho dele, bem se mostra que já em aquele ano era da coroa, pois tinha el-Rei nesta cidade governador. Isto bastava também para satisfazer à *Monarq. Luz*., *supra*, fol. 109 v., que não seguiu ao conde D. Pedro e diz lhe parece que a infanta deu esta cidade de esmola ao mosteiro e que deste a houve el-Rei D. Sancho I, por doação que lhe fez em 1187. Mas esta cidade nesta particular lhe não aceita o seu parecer, tanto pelo que se mostra das escrituras referidas, como porque havendo notícias dos que foram senhores dela do princípio do Reino a não há de que este mosteiro lograsse esta dignidade, nem a escritura de que tiraram a inferência diz tal coisa. E para que melhor se veja a dou com extensão:

"*In Dei nomine amen. Ego Sancius Dei gratia rex portugalensium cum uxore mea D. Dulcia et filii mei Dominus Alfonsus Rex et alii filii et filias facio cambio firmitudinis cum monasterio de Castro de Avelanarum et cum abbate Menendo et ejus conventu de haereditate quae accepi ab eis de Bemquerencia quod vocitant civitate Braganciae et propter istam haereditatem do eis et concedo villam quae dicitur S. Julliani et ecclesiam qua dicitur S. Mametis*".

Vai fazendo menção dos termos por onde o couto do mosteiro parte, acrescentando que todos os moradores dele, quando vierem à cidade de Bragança, não pagarão portagem. E se fez a escritura em 4 de Maio de 1187 e entre outros confirma Pedro Fernandes que era governador desta cidade: "*Petrus Fernandi qui tenet terram"*.

Esta escritura não é de doação que o mosteiro fizesse a el-Rei D. Sancho, mas de contrato de permutação que recebendo el-Rei aquela herdade lhe deu por ela equivalente ou ainda muito mais como na verdade foi. E se o mosteiro doara o senhorio desta cidade, que naquele tempo compreendia mais de quatrocentas aldeias, lhe não satisfaria el-Rei com duas aldeias que eram do mesmo distrito. E não é menor reparo o privilégio que concede aos moradores do couto do mosteiro de não pagarem portagem nesta cidade, de que se vê a pagavam até àquele tempo. E ultimamente na mesma escritura confirma Pedro Fernandes, um dos principais fidalgos do Reino e governador da mesma cidade e já o era em o ano de 1178, como fica mostrado.

Não se ocultou à *Monarquia* o verdadeiro sentido desta escritura e é que el-Rei recebia a herdade de Benquerença que assim a chamam comummente na cidade de Bragança. E suposto se não conserva hoje o nome de herdade, por tomar novas denominações, não se oculta saber qual era, como também as demarcações do couto que já têm diversos nomes, examinei com muita diligência. E se há de saber que o mosteiro possuía os campos que ficam para a parte do ocidente desta cidade e se avizinhavam muito a ela, razão

Cobertura florestal da Serra da Nogueira

porque chamamos a um deles a Touça de Castro de Avelãs, sendo que é limite da cidade. E imagino eu que pela herdade se chegar muito a esta por ironia se lhe chamava comummente Benquerença. E el-Rei D. Sancho, que no mesmo ano deu foral a esta cidade, para lhe dilatar o limite e conveniência dos gados, fez a troca referida em que o mosteiro se utilizou, pois era um rei o que recebia e dava. Assentado pois que esta cidade nunca foi do senhorio do Mosteiro de Castro de Avelãs darei clareza do nome antigo de um monte que se acha nestas escrituras e nos serve para prova do que esta cidade também teve.

Na escritura em que el-Rei D. Afonso Henriques coutou as herdades deste mosteiro e diz a situação dele por de uma parte o Monte Togia e da outra o rio Sabor "*et jacet illud monasterium subtus mons Togia et alia parte flumen Salavor".* A primeira é a que nos serve. É este monte a Serra de Nogueira que alguns mapas chamam Serra de Rebordãos. E como fica tão próxima a esta cidade, se lhe comunicou o nome de *Julia*, que esta antigamente logrou chamando-se Monte Júlia que se corrompeu em Montojia. Isto mesmo consta de uma escritura do arquivo da Câmara que, querendo esta pagar os víveres com que acudiram os moradores do distrito que hoje chamamos de Trás da Serra, na ocasião que os leoneses sitiaram esta cidade em tempo de D. Sancho I, não quiseram aceitar o valor deles e se fez em o ano de 1198 e diz:

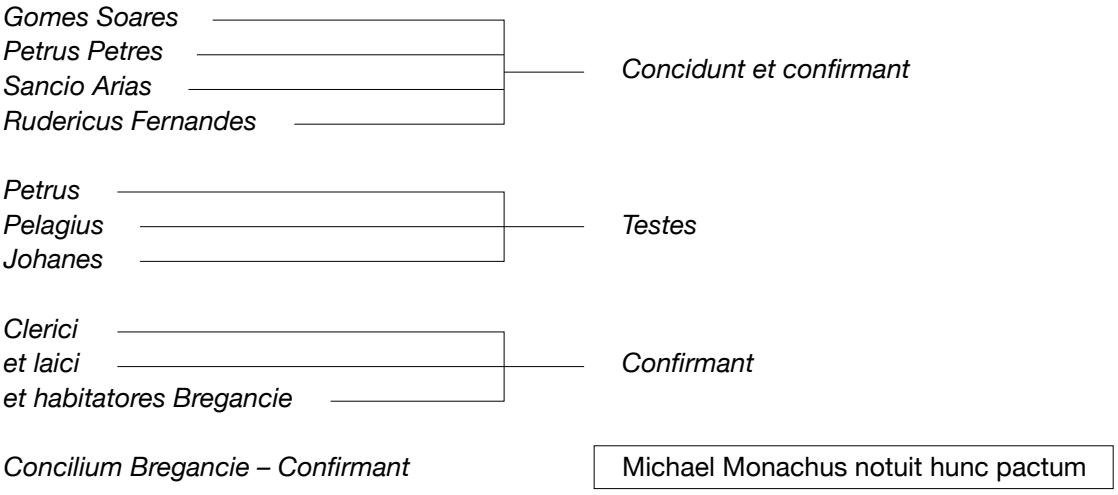
"*In Dei nomine Amen. Nos habitatores Trans Montem Julia nunc vocata Montojia qui praesentes sumus coram vobis hominibus bonis de concelio Breganciae et vultis dare nobis precium de pane de castaneis de carnibus quas demus in tempore obsedionis et quia deffendistis vestram civitatem et cum illa nostras domus et nostros ganados idcirco nolumus precium et damus vobis cartam de pago in sempiternum facta carta sub era MCCXXXII in mense Januarii regnante rege Sancio in Portugali"*, etc.

Darei fim à relação deste mosteiro com outra escritura pela qual se mostram os padroeiros que tinha em o ano de 1193, que todos são da família dos Braganções e nesta se acharam os que faltam em o *Nobiliário* do conde D. Pedro. E também expresso o ano em que esta cidade esteve sitiada e el-Rei D. Sancho veio socorrer, porque não acho em Mariz e Faria menção deste sítio. E consta que era governador nesta ocasião, do qual fiz já lem-

brança no “Catálogo dos alcaides-mores”. E esta escritura tenho em meu poder e a tirei do arquivo de S. Martinho da Castanheda que hoje é da Ordem de Cister e naquele tempo era da beneditina:

“*In Dei nomine amen. Oblivionis incomoda expellimus quando eo quae agimus literis firmamus ut in posterum excusatio aufferatur. Duplex enim bonum est bona agere et posteris exemplum relinquere unde scriptum est de bonis sumamus exempla. Qui vero domum Dei edificat semet ipsum edificat qui autem domum Dei destruit diabulo et inferno manepatur. Ea propter nos filii et filiabus et nepotibus domno Petro Fernandi ei sumus videlicet Fernão Fernandi qui sub manu Regis Domini Sancii dominium Bregantie teneo. Garcia Petris, Nunio Petris, Velasco Petris, Petro Fernandi, Sancia Petris, Tharasia Petris cum filiis et filiabus meis Menendo Nunis, Suerius Dias, Pelagius Gomizo cum filiis et parentibus nostris et omnibus haeredibus qui Eclesie Sancti Salvatoris sumus debitores Petro Vermui, Roderico Menendis cum filiis et parentibus nostris damus et concedimus ecclesiam ipsam videliet Sancti Salvatoris de Castro in filiam Sancti Martini monasterium cognomento Castanaria et tibi Petro Abbati cognomento Nunio et fratribus tuis tam praesentibus quam in posterum succedentibus ut provideatis quae bona sunt huic ecclesiae in aligendo scilicet abbatem cum conventum Sancti Salvatoris secundum ordinem Sancti Benedicti liberam habeatis potestatem. Ipse vero postea ordinet officialibus suis cum consilio vestro. Hanc igitum ambe ecclesiae unionem facimus ut ipsi sint filii et vos patres et nos qui hanc unionem facimus et concedimus memores et oratores sitis ad Dominum Deum nostrum ut liberemus a laqueis diabuli et per intercessionem sanctarum reliquiarum quae ibi continentur misericordiam consequamur a Domino. Si quis enim ex nostris se servire Deo devovitur, in monasterium secundum regulam recipiatur et sei postea quietus et obediens non fuerit de monasterio expellatur. Si quis nostrum res monasterii temere invaserit et integrare noluerit traditorem se sentiat gentis sue et huic domui et nos super eum irruere debemus quousque integrare faciamus illud quod invaserit. Sic juramus in manu Abbatis Sancti Martini super textum Evangelii in Ecclesia de Goide coram multis testibus si quis ex nobis vel nostris aut extraneis contra hunc nostrum spontaneum factum ad irrumpendum venerit vel venerimus fiat excommunicatus et cum Juda tradiore in inferno dampnatus et cum Datan et Abiron quos vivos terra absorbuit aeternas patiatur penas Amen.*

Facta carta sub era Mª CCª XXXª vnª, mense Mayo. Regnante rege Sancius a flumine Minio vsque in Ebora et mare occidentale vsque medanie eo videlicet anno quo venit occurrere civitati Bregantiae et liberavit eam ab impugnatione regis legionensis. Non supra nominati haeredes Salvatoris qui hanc cartam facere jussimus uno ore concedimus et propriis manibus roboramus et hoc signum facimus † In sede Bracharense Archiopiscopus Martinus, in Lamego episcopus Petrus, Viseu Nicolaus episcopus. In Portugali Martinus episcopus. In Colimbrie Petrus episcopus, Lixbone Suerus episcopus, etc. et eborensis episcopus Pelagius. Signifer regis Pelagius Munis. Maiordomus Regis Gundisalvus Menendis. Chancellarius Regis Julianus. Archidiaconus in Bregancia Xemenus Presbiter.



Hospícios

Teve mais esta cidade dois hospícios de monges de S. Bernardo. Um que pertencia ao Mosteiro de S. Martinho da Castanheda, junto da lagoa da Serra de Seabra [Sanabria] e estava dentro dos muros do castelo e se conservam as casas detrás da Colegiada de Santa Maria e hoje chamam as casas da parreira e na antiguidade que tem ainda se conhece foi edifício nobre. Estas trocaram, em 1230, com Fernando Moniz e sua mulher D. Loba por umas herdades em Fonte Arcada, no termo desta cidade, para onde passaram o Hospício. Tiveram muitas fazendas no termo da cidade de Miranda como era a metade das aldeias de S. Joanico, Caçarelhos, Genísio e Especiosa, e toda a de S. Martinho de Angueira, na qual apresentavam justiças e era seu o padroado da mesma igreja.

Desta aldeia fizeram doação a el-Rei D. Dinis, reservando para si o padroado da igreja, dois moinhos e herdades que hoje chamam Quintana, de que tenho certidão da Torre do Tombo desta escritura que se fez em 8 de Março da era de 1327. Hoje apresenta este benefício a Mitra *jure devolutionis*, pelo que se entende, e as repetidas vezes que tem havido guerras com a coroa de Castela pôs em esquecimento o que possuíam para aquela parte.

No termo desta cidade ainda conservaram fazendas que hoje possuo por via de compra e também apresentavam justiças em Vila Meã e lhe pertenciam a metade dos dízimos que hoje por inteiro são de uma comenda da Ordem de Cristo. E da jurisdição já não usavam, ainda que a aldeia de S. Martinho que doaram à coroa foi a esse fim. E das escrituras que tenho em meu poder, que algumas chegam a seiscentos anos, consta que as pessoas nobres desta cidade e fidalgos que viviam no termo dela foram os que fizeram as doações a estes religiosos.

Mais rendoso foi o hospício que pertencia ao Mosteiro de Santa Maria de Moreruela, sito no Reino de Leão, e se entende que este hospício estava em uma rua que antigamente havia nesta cidade e se chamava Rua da Moreirola e hoje o sítio se diz a Moreirinha. Teve este grossas rendas e muitas fazendas e regalias que, a conservar-se, fora hoje um famoso mosteiro

Rua das Amoreirinhas, antiga Rua da Moreirola

e não falando nas muitas herdades que nos termos desta cidade e de Miranda possuíram. Foram suas as aldeias de Montezinho, como o padroado da igreja que fundaram em o ano de 1238, a de Soutelo da Gamoeda e Carragosa que ainda tem sítio que chamam a Moreirola, e hoje os dízimos são de uma comenda da Ordem de Cristo e ficam no distrito desta cidade.

E no de Miranda o padroado de S. Miguel de Ifanes e Constantim, que também hoje é comenda da Ordem de Cristo e, em 1525, foi último apresentado pelo mosteiro o padre Gonçalo Mendes e se fez comenda. Como também as igrejas de S. Miguel de Palaçoulo, Águas Vivas, Prado Gatão e Angueira que também são da Ordem de Cristo. E outras aldeias, jurisdições e dízimos que consta de uma certidão que tenho do padre frei Andres Martines e passada por ordem do mui reverendo padre frei Leandro, dom abade do Mosteiro de Moreruela, em 14 de Junho de 1716. E me pedia lhe diligenciasse alguma clareza porque a não tinha de como se perdesse coisa tão considerável e atribuem foi nas guerras de D. Afonso V.

Também na certidão se diz que em este mosteiro se acha um túmulo de uma infanta de Portugal e que presumem ser D. Beringela, filha de D. Sancho I, e que examinando o túmulo deram com roupas de tafetá azul. Mas esta senhora, diz Mariz e Mendes Silva no *Cathalogo* estar em Santa Cruz de Coimbra e o mesmo se diz de D. Branca que é a que morreu em Castela e foi senhora de Guadalajara.

Miranda

Com o motivo que me oferece este hospício, farei uma breve digressão desta cidade para a de Miranda, minha nobre pátria, e duas razões me obrigam a sair dela com silêncio. A primeira ter tomado por sua conta as notícias desta cidade o mui reverendo doutor Manuel de Matos Botelho, abade das Duas Igrejas, e no seu grande talento e diligência segurar os maiores créditos. A segunda, porque de tenra idade me criei nesta cidade e tenho mais conhecimento desta que daquela. Mas porque o reverendíssimo padre frei Fernando de Abreu deseja saber a etimologia do nome de Miranda que tão diverso é do primeiro que teve, direi o que ouvi a pessoas antigas.

Em tempo dos romanos foi Miranda cidade com o nome de Contia e era dos povos Vaceos, como também foi a cidade de Zamora, da qual dista sete léguas. E ocupando o seu distrito uma espaçosa planície, se levantam logo as mais terras desta província em montuosas serras e com particularidade a situa Estrabão no Livro 3: "*Inde vetiones et vaccei per quos Durias Labitur et Contiam vrbem vacceorum transitum habens. Callaici autem novissimi montana* habitantes", etc.

Mas arruinada a cidade [de] Contia sem dela ficar memória e restauradas estas terras do poder dos mouros, se formou nova povoação. E porque fica sobre o Douro, dizem havia uma grande atalaia ou reduto para vigiar aquele porto e a este reduto chamavam Miranda. E se faz verosímil atendendo que os moradores do seu distrito por ver dizem mirar e às atalaias chamam miras e aquela por ser a maior chamariam Miranda. Junto a esta cidade há um vale que ainda hoje conserva o nome de Vale da Mira. E tem estas e outras vozes que se lhe participam da língua castelhana. Com o nome de Miranda a achou el-Rei D. Dinis quando lhe deu foral e levantou a fortaleza.

Uma das portas desta se chama Porta dos Frades. E achando-me nesta cidade algumas vezes perguntei o motivo que havia para se lhe dar aquele nome, sendo que não tinha havido nem em aquele tempo havia convento de religiosos, e a razão que me deram foi porque sobre as portas estava uma pintura dos patriarcas S. Domingos e S. Francisco. Não me satisfiz da resposta e o que em aquele tempo ignorava direi agora com certeza: os monges de Moreruela ou deste seu hospício possuíram nesta cidade algumas moradas de casas na rua que se termina nas mesmas portas e da certidão que tenho consta chamar-se por esta causa Rua dos Frades e Porta dos Frades. E torno a Bragança.

Colégios

Ultimamente teve esta cidade o Colégio de S. Pedro, que era de clérigos e fundou o ilustríssimo bispo D. Julião de Alva, terceiro deste bispado, para tão justos fins como era estudarem os colegiais Teologia Moral no colégio da Companhia e nos dias santos assistirem na igreja colegiada de Santa Maria que por ter somente cinco ministros com o prior, necessitava tão deste subsídio, ao menos nos dias de maior concurso. Mas sucedendo neste

bispado D. Diogo de Sousa lhe pareceu melhor incorporar na mitra as rendas que Sua Santidade aplicou para este colégio, de que resultava tanto serviço e louvor a Deus. E com efeito o mandou despovoar, ao que esta cidade se opôs e com ordem dos Sereníssimos duques moveu demanda à Mitra. E sendo bem disputada de ambas as partes ultimamente se julgou em Braga contra a mitra e se mandou povoar o colégio e executar ao bispo pelas rendas que indevidamente ocupara.

No arquivo desta Câmara há muitas cartas dos Sereníssimos duques sobre este particular, mas copiarei uma que diz tudo:

"Juiz, vereadores e procuradores da cidade de Bragança, com esta vos envio a sentença por que se manda povoar o Colégio de S. Pedro dos clérigos colegiais que nele devem de estar com as rendas que para ele foram aplicadas. Encomendo-vos que com ela peçais ao bispo o mande assim ordenar e que procureis haver da fazenda do bispo D. Diogo de Sousa os corridos das ditas rendas que se arrecadaram para ela enquanto esse colégio esteve despovoado e que nisto vós ajais com a diligência e cuidado que de vós se espera. Escrita em Vila Viçosa, o primeiro de Junho de 1611.

O duque."

O colégio se tornou a povoar, restituído das suas rendas, mas a mitra as tornou a ocupar alguns anos antes da feliz aclamação do senhor Rei D. João IV. E o cuidado da guerra divertiu também que esta cidade tratasse da ação que já tinha a conservar-se este colégio e também porque necessitava de braço superior para a impugnação.

Dizem que a mitra, pelas rendas que recebe e pertencem a este colégio que chegam a 500 ou seiscentos mil réis, dá todos os anos cem mil réis ao Seminário de S. José da cidade de Miranda. E para eu dar melhor clareza, pedi certidão da bula ou dos procedimentos que precedessem para se despovoar este colégio e me responderam não havia documento algum, ou porque na verdade assim seja, ou porque não haveria conveniência em mostrá-los.

Estava este colégio fundado na Rua do Espírito Santo, junto das casas da mitra de que ainda há vestígios e a área em que se fundou deu o padre João Rodrigues, natural desta cidade, por escritura de 1562, ou três, e era esta a única memória que esta cidade tinha e propriamente se atribuísse aos seus prelados em tantos séculos. Mas será sempre viva a lembrança do bispo D. Julião de Alva nesta fundação enquanto a lisonja não vestir de cores a justificação de quem a desfez.

[PARTE II]
[GENEALOGIA DAS FAMÍLIAS NOBRES]

NOTÍCIA 10.ª
DOS SOLARES DE BRAGANÇA

Um dos mais ilustres solares da Europa é o de Bragança, forjado na oficina de Marte, entre glórias e triunfos por dois heróis no amor da pátria os mais insignes, sempre fatais à nação. O senhor Rei D. João I, ao santo condestável senhor Nuno Álvares Pereira unindo com apertado vínculo no senhor D. Afonso e senhora D. Beatriz Pereira não só a excelsa magnitude de que se haviam de derivar tantas coroas e muitos títulos da primeira distinção, mas um seguro depósito daquele generoso espírito que, com tantas luzes de seus gloriosos progenitores resplandeceu no Sereníssimo Rei, o senhor D. João IV, cortando com admiração do universo o nó gordiano que o giro de sessenta anos fazia inexplicável à liberdade portuguesa oprimida.

De tanta máquina é esta cidade solar, vantagem que leva a todas as da monarquia enquanto se dilata o tempo e for Império o que agora é Reino e por esta excelência chegue a ser uma das mais célebres do mundo. Alguns descendentes do senhor D. Afonso tomaram o apelido de Bragança e lhes pertencem as armas de que primeiro usou a Sereníssima Casa e traz a *Monarq. Portug.*, cap. 25, fol. 215, das quais usam também outros seus descendentes com os apelidos de Portugal e Faro.

Nuno Álvares Pereira

Outro Bragança

O primeiro que encontro com este apelido é Mendo Alão de Bragança, em tempo de el-Rei D. Afonso VI de Leão, e tem seu solar em uma antiga torre que havia no limite desta cidade onde agora chamam Vale do Conde. E parece assim pelo apelido de Bragança como pelo nome do conde que Mendo Alão foi senhor de Bragança, porque antigamente chamavam condes aos que tinham senhorio de algumas terras ou o governo delas e bem pode ser fosse Mendo Alão descendente de Pelaio, ilustre cavaleiro que em tempo de el-Rei D. Afonso III de Leão governou esta cidade com título de conde. E que esta torre que havia em Vale do Conde seja o solar desta

Cavaleiro medieval

família abona uma constante tradição e diz que esta torre era de um fidalgo cristão e que em ela hospedara a uma senhora estrangeira de alto sangue e viera em romaria a Santiago com a qual casara e teve um filho bom cavaleiro e que este desafiara a um poderoso mouro que vivia em outra torre junto a Castro de Avelãs, um quarto de légua distante da primeira.

Ainda se conhecem alguns vestígios destas casas e a do mouro devia ser mais forte e antiga, porque o nome de Castro assim o inculca, e conservar ainda hoje o de torre velha e desta haverá seis anos se tiraram muitas pedras lavradas e quantidade de ladrilho de extraordinária grandeza. Vencido o mouro e morto no desafio, ficara a torre e fazendas que possuía ao cavaleiro cristão. Esta, em suma, a tradição que há em todas as aldeias circunvizinhas. E pode entrar em reparo que sendo homens do campo conservem tradição de tantos séculos e com tantas circunstâncias, mas com facilidade desatarão a dúvida, dizendo que das herdades que possuía o mouro lhe pagavam o quinto dos frutos que recolhiam e que com esta mesma pensão passaram para o mosteiro por doação daquele cavaleiro e hoje a recebe ainda o cabido de Miranda, por se unirem à sua catedral as rendas deste mosteiro, e que esta solução tão estranha traz fresca a memória de pais a filhos para saber-se a sua origem.

Só falta dizerem os nomes dos fidalgos. A princípio, disse, era Mendo Alão de Bragança, porque a tradição confere com o livro antigo das gerações que esteve na Torre do Tombo, alegado por Brandão na 3.ª parte da *Monarq. Lus.*, L. X, cap. 4, fol. 123, e diz que Mendo Alão de Bragança houve de uma filha de el-Rei de Arménia que veio a Espanha em romaria a Santiago, D. Fernão Mendes, o Velho. E se mostra com certeza o solar desta família que é dos Braganções. Acrescenta que este Fernão Mendes casara com uma filha de el-Rei D. Afonso VI de Leão, de quem nasceu Mem Fernandes de Bragança que casou com D. Sancha Viegas, filha de Egas Gosendes de Baião. E teve:

Fernão Mendes, o Bravo
Rui Mendes
Nuno Mendes
D. Urraca Mendes

Fernão Mendes, o Bravo, assim chamado pela excelência do seu valor nos empregos militares, casou com a infanta D. Sancha, filha do conde Henrique, como consta das escrituras, que alega a *Monarq. Lus.*, *supra*, L. 8, cap. 27, fol. 53, da qual não teve filhos. Mas sendo casado com D. Teresa Soares, como consta do *Livro Antigo das Linhagens* que alega Brandão, a qual era filha de Soeiro Mendes, o Bom, da Maia, irmão do Lidador, e trazem sua ascendência dos celebrados juízes de Castela, Nuno Razura e Laim Calvo, e de el-Rei D. Ramiro, pelo infante Alboazar Ramires, teve a Pedro Fernandes de Bragança, o qual casou com D. Frolhe Sanches, filha de D. Sancho Nunes de Barbosa dos condes de Celanova. E da infanta D. Teresa Afonso, filha de el-Rei D. Afonso Henriques, diz Lavanha em as *Notas* ao conde D. Pedro, plana 140, letra A, n.º 5 e outros, ainda que a Brandão lhe parece é irmã e não filha.

Deste solar que em nobreza se iguala com os mais ilustres de Espanha, se têm derivado nobilíssimas famílias e a nobreza desta cidade o reconheceu sempre por antigo fundamento da sua. Em ela vejo muitos filhos e netos de Pedro Fernandes de Bragança e outros seus parentes, que todos eram padroeiros do antigo Mosteiro de Castro de Avelãs. E constam da escritura que juntei em a Notícia 9.ª, como são Fernão Fernandes, que era governador desta cidade, Garcia Pires, Nuno Pires, do qual procedem os Chacins, Vasco Pires, que chamavam Beirão, D. Teresa Pires, D. Sancha Pires, com filhos e filhas. Mendo Nunes, que é filho de Nuno Mendes, Soeiro Dias, que é filho de Diogo Gonçalves Ouveques e de D. Urraca Mendes, dos quais descendem também os Morais desta cidade. Pelágio Gomes com filhos e parentes. Pedro Vermuis, Rodrigo Mendes com filhos e parentes. E assinam Gomes Soares, Pedro Pires, Sancho Aires e Rodrigo Fernandes. Ainda em o ano de 1331 usavam alguns de seus descendentes do apelido de Bragança. E com este acho a Gomes Lourenço de Bragança, que era cavaleiro e procurador do concelho, e consta de um instrumento do arquivo da Câmara, da era de 1369, que tem n.º 22, e é de paga de um cálice de prata que a Câmara mandou dar ao Convento de S. Francisco. E assinam por testemunhas João Fernandes e Joane Mendes, vassalos de el-Rei.

Alão de Bragança

Deste solar pretendem ser os do apelido de Alão, derivando-o de Mendo Alão de Bragança. Não vejo em esta província usar-se deste apelido.

Mendes de Bragança

Mais frequente foi o apelido de Mendes em muitas famílias nobres, assim em esta cidade como em outras terras da província a que se derivou. E em todas há tradição se continuara de Fernão Mendes de Bragança e deste solar pretendem ter a sua origem. Em o ano de 1344 foi juiz desta cidade Martim Mendes, que tinha título de vassalo de el-Rei, e consta de um instrumento o arquivo da Câmara da era de 1382 que tem n.º 3, no qual Martim Mendes e Nuno Martins, juízes; e vereadores Lourenço Martins, Afonso Anes. Estes tinham título de vassalos, António Martins, vereador, Gomes Lourenço, procurador, Domingos Anes, Pedro Martins de Alcaniças, Mem Domingues, Pedro Rodrigues, Álvaro Rodrigues, todos estes cavaleiros. Gonçalo Eanes, Garcia Lopes e outros homens bons elegeram procuradores a João Rodrigues e Estêvão Pires, vassalos de el-Rei, para irem às cortes de Santarém dar homenagem que tomou o infante D. Pedro, em nome da infanta D. Maria, sua filha, por ordem de el-Rei D. Afonso IV, seu avô.

Dos Mendes desta cidade passou um ramo para a vila do Vimioso e consta de uma sentença do arquivo da Câmara que tem n.º 16. E deu o senhor D. Afonso, primeiro duque, em 1454, a favor de Rodrigo Aires e João Afonso, escudeiros, porque o concelho lhe impedira tapar uma herdade junto do rio Fervença, por cima da ponte da Quintela (hoje se chama das Ferrarias) e diz se juntara uma carta de el-Rei D. João I da queixa que lhe fez Joane Mendes

de Bragança, vassalo de el-Rei, porque o concelho intentava tirar-lhe a posse da mesma herdade que dizia fora já de seu avô, Estêvão Anes, que é o Estêvão Anes de Bragança, de que fala o conde D. Pedro, título 38, e a venderam ao dito Rodrigo Aires e João Afonso, Rui Vasques e sua mulher Isabel Mendes e seu irmão Estêvão Mendes e mulher, Catalina Mendes, que moravam no Vimioso, dos quais descende a nobreza daquela vila.

Em esta cidade se conservou uma casa nobilíssima com apelido Mendes até D. Filipa Mendes, senhora da famosa Quinta do Vilar, que tem quarenta vizinhos. E porque ficando viúva de Gaspar Jorge Carneiro, filho do doutor Francisco Jorge, desembargador do Paço, o que instituiu o morgado que hoje possui o alcaide-mor Lázaro de Figueiredo Sarmento, por não ter filhos, fez dela doação ao Colégio da Companhia desta cidade, quando se fundou. E como deste apelido se não usa já nesta cidade, me não detenho mais que em mostrar o seu princípio.

Solar dos Chacins

Do solar dos Braganções se deriva também o solar dos Chacins. E tomaram o nome de Chacim, de que tiveram o senhorio e era um dos lugares do distrito desta cidade e hoje vila da comarca da Torre de Moncorvo, de que é donatário Francisco José de Sampaio, senhor de Vila Flor. Há tradição [que] fora dos Chacins a torre de Santa Apolónia, do limite desta cidade, da qual fiz já lembrança em a Notícia 7.ª. E na Igreja de Castro de Avelãs há um túmulo desta família, como se vê da Notícia 9.ª, tratando do mosteiro dos monges de S. Bento. O conde D. Pedro, título 38, lhe dá princípio, em D. Martim Pires de Chacim, casado com D. Frolhe que era

Túmulo na Igreja de Castro de Avelãs

filha de Nuno Pires de Bragança e teve a D. Nuno Martins de Chacim, tenente ou alcaide-mor desta cidade, mordomo-mor de el-Rei D. Dinis e adiantado das províncias de Entre Douro e Minho e Beira. E toca a muitas famílias ilustres de Espanha, esta dos Chacins. E de D. Nuno Martins de Chacim descende toda a nobreza desta cidade.

De D. Frolhe se faz menção em uma escritura de doação da herdade de Vale de Espinho feita ao Mosteiro de S. Martinho da Castanheda, que tenho em meu poder, na qual confirma D. Frolhe e outros fidalgos desta cidade e diz a data: "*Facta carta in mense Decembrio in era Mª CCª LXXIª* (que é o ano de 1233) *regnante in Portugalia Rege Sancio, tenente Bragancia Velasco Menendi Archiopiscopus in Brachara Domnus Silvestre Fernandus Monis conf., Nonio Michael conf., Petrus Michael conf., Fernandus Menendi conf., D. Froa conf.*" etc., a qual doação fez João Rodrigues de Freire.

Solar dos Mascarenhas

Pedro Fernandes de Bragança, que também se apelidou de Ledra, em razão de que ficando esta cidade à infanta sua madrasta deixou o primeiro apelido que depois usaram alguns seus descendentes e tomou o segundo das terras em que ficou patrimoniado e foram do senhorio de seu pai Fernão Mendes. Uma destas foi terra de Ledra e pertencia ao distrito desta cidade. Não há hoje memória desta denominação, mas acho se incluía nas vilas de Sezulfe, Mirandela e Torre de Dona Chama que ainda tem uma aldeia chamada Fornos de Ledra.

Que Sezulfe fosse da terra de Ledra consta de um instrumento de arquivo da Câmara em que estão algumas doações que teve o Mosteiro de Castro de Avelãs e em uma de composição com el-Rei D. Dinis, dada em Santarém, o primeiro de Abril da era de 1357, que é ano de 1319, porque el-Rei tinha unido à vila de Miranda do Douro o termo de Rio Frio do Monte, que el-Rei D. Afonso Henriques doara ao mosteiro e hoje é a vila do Outeiro.

E restituída à comarca desta cidade diz: "convém a saber, Pinelo com todo seu termo e Argozelo e Santulhão, segundo é conteúdo na dita avença, não posso deixar ao dito mosteiro esguardando como a minha vila de Miranda, em cujo termo estas aldeias são, está fronteira de meu senhorio e poderia minha terra dano receber por aquele lugar se os moradores dessas aldeias não fossem sujeitos ao concelho da dita vila de Miranda e de sua jurisdição para vir com eles a velar e defender a terra quando mester fizer. Tenho por bem e mando que essas aldeias como eram já.....[4] e as eu já dera com todo seu termo a Miranda por suas, que assim as haja para todo sempre e sejam suas de Miranda. E considerando prol de minha [pessoa] e serviço de Deus, como dito é. E querendo fazer mercê ao dito mosteiro dou e outorgo ao dito Mosteiro de Castro de Avelãs as minhas aldeias do termo de Bragança, convém a saber, Vila Franca e a aldeia de Viduedo e a aldeia de Vale de Prados e a aldeia de Arufe e a aldeia de Ervedosa que são em termo de Bragança e a aldeia de Sezulfe que é em terra de Ledra", etc.

Esta Vila Franca é a que hoje chamamos Vila Franca de Lampaças e é julgado, como também o são Vale de Prados e Ervedosa, pertencentes à comarca desta cidade.

A vila de Mirandela, antigamente chamada Cabeças de S. Miguel, e el-Rei D. Dinis melhorou de sítio e parece se lhe impôs o nome diminutivo de Miranda, que pelo mesmo tempo se lhe levantava o castelo e muros. E na semelhança de que a esta se avizinha o Douro e a Mirandela o famoso rio Tua, mas com vantagens de país mais fértil e nenhuma na bondade das águas. Também junto a Mérida há outra Mirandela ou Mirandilha que tomou o nome da cidade de Miranda por ser colónia de seus moradores, diz Mendes Silva, *Poblacion General de Espanha*, fol. 83. Foi a vila de Mirandela da terra de Ledra e no seu termo há uma aldeia que se chama Vilar de Ledra de que parece se denominou a terra de Ledra que ficou a Pedro Fernandes. E da família dos Braganções, uns ficaram em esta cidade e outros em terra de Ledra, dos quais traz também origem o ilustre solar dos Mascarenhas em uma aldeia assim chamada no termo de Mirandela, cuja igreja, dizem, fundara Estêvão Anes de Bragança, que parece ser irmão de Urraca Anes, mulher de Estêvão Rodrigues, a quem el-Rei D. Sancho II fez senhor de Mascarenhas, e este filho de Rodrigo Fernandes ou Mendes da mesma linhagem dos Braganções. E que este tão nobre solar se deduzisse dos Braganções se mostra da escritura de composição feita por ordem de el-Rei D. Dinis com os fidalgos de Mascarenhas, a saber, Afonso Lourenço, cavaleiro de Mascarenhas, e sua mulher Urraca Anes, o qual era neto de Estêvão Rodrigues como também Martim Vaz Mascarenhas.

E concorreram juntamente outros fidalgos que viviam nesta cidade, como eram Afonso Rodrigues, com procuração de sua mulher Maria Pires e de sua mãe Urraca Garcia, Afonso Mendes, com procuração de sua mulher Teresa Pires, Pedro Fernandes e sua mulher Sancha Pires, Afonso Hermiges e sua mulher Maria Pires, que todos eram dos Braganções de que se prova serem todos da mesma família, pois concorriam com igual ação no contrato. A escritura está na Torre do Tombo, no primeiro livro de el-Rei D. Dinis, a fol. 174, e atrás, Brandão, na 5.ª parte, fol. 323. E que Afonso Lourenço fosse também neto de Estêvão Rodrigues, consta do *Livro Primeiro de Honras e Devassas*, de *Leitura Nova*, fol. 122, que alega Brandão, *supra*, L. 17, cap. 1, fol. 173 v..

O marquês de Montebelo, em as *Notas* ao conde D. Pedro, plana 262, diz que há opinião que de um descendente de D. Gueda, que viveu no lugar de Mascarenhas, vêm os desta família. Pedro Martins, seu descendente, casou nesta cidade, diz o conde D. Pedro, título 30, n.º 18. Mas sempre Estêvão Rodrigues é mais antigo, e muito melhor se povoou Mascarenhas, porque D. Pedro Martins quando muito pode ser do tempo de el-Rei D. Afonso III e as mulheres dos fidalgos sobreditos seriam filhas deste que todas têm o patronímico de Pires e se verifica a sua opinião pois tudo concorre no mesmo tempo.

Bem sei que o esplendor do Mascarenhas é tão grande que não necessita destas conjeturas, ainda que bem fundadas, mas ficará esta cidade com a certeza de que a sua antiga nobreza se ilustra com o nobre sangue dos Mascarenhas e de D. Gueda.

Afonso Rodrigues era procurador de el-Rei em terra de Bragança e de Miranda e tinha título de vassalo, que naqueles tempos se não dava senão a fidalgos de grande qualidade e da primeira nobreza do Reino, como se vê da *Crónica de el-Rei D. Pedro* e do mais que diz a *Nobiliarq. Portug.*, fol. 118.

Rua Direita, em Bragança

Solar dos Macedos

É solar dos Macedos o lugar de Macedo dos Cavaleiros, no distrito desta cidade, e se chamou em tempos antigos Maçanedo, que se corrompeu em Macedo. Todas as casas nobres desta cidade são Macedos e outras muitas da província.

E nesta cidade acho a Gonçalo de Macedo, que era filho de Martim Gonçalves de Macedo, em um acórdão da Câmara, de 1448, sendo juízes Rodrigo Afonso Galego e Pedro Machado, escrito em pergaminho e tem n.º 19.

De João de Macedo, desta cidade, que foi alcaide-mor de Outeiro, descendem os condes de S. Miguel e outra muita nobreza.

E suposto se vai perdendo nesta cidade o apelido dos Macedos, ainda se conservam em seus descendentes duas casas antigas com torres que foram dos Macedos, uma do alcaide-mor Lázaro de Figueiredo Sarmento, na Rua Direita, e outra de Álvaro de Morais Soares, capitão de cavalos, na Rua do Espírito Santo. E dentro dos muros houve uma casa com torre desta família e se chamava a torre dos Maçanedos. Consta por uma escritura do arquivo da Câmara de 1519 da compra que fez umas casas e venderam João Correia, escudeiro, e sua mulher Genebra de Macedo, que diz partem com casas de Álvaro de Chaves e com a casa-torre que foi dos Maçanedos. E dizem que os Macedos trazem origem do conde D. Gomes de Maçanedo. Bem pode ser [que] viesse para esta cidade algum de seus descendentes e fosse sua esta torre de que tivesse princípio o solar de Macedo.

Neste lugar de Macedo se conserva o morgado que, em 8 de Fevereiro da era de 1391, que é o ano de 1353, instituiu Rui Fernandes de Macedo, filho de Fernão Esteves de Macedo.

E teve mais filhos, a Aires Fernandes de Macedo e Gonçalo Fernandes de Macedo, que foi pai de Martim Gonçalves de Macedo, o que livrou a el-Rei D. João I do lance em que se viu com o Sandoval na Batalha de Aljubarrota, em que se acharam estes Macedos. E deu motivo aquela ação para o timbre das suas armas. E deste Martim Gonçalves de Macedo era filho Gonçalo de Macedo, que viveu nesta cidade como fica mostrado.

Advertência: Em uma memória genealógica se diz que Martim Gonçalves de Macedo é o que se achou, na ocasião de el-Rei D. João I, em Aljubarrota. E que este e seu pai foram senhores de Bragança e que dito rei lhe dera 33 libras de ouro, na Mouraria, para que desistisse de Bragança. E se alega uma doação de 1423.

Não usam hoje estes morgados do apelido de Macedo de que muito se deviam lembrar, pois possuem o mesmo solar com vínculo acreditado com brasão tão nobre que aqueles ilustres cavaleiros granjearam. E deles ficou este nome ao lugar de Macedo e a este morgado uma regalia, porque vindo a ser o lugar de Macedo foreiro da Sereníssima Casa de Bragança, unicamente as herdades deste morgado não pagam reguengo. E têm por tradição que os Sereníssimos duques os conservaram nesta liberdade pela ocasião de Aljubarrota com o senhor Rei D. João I, seu glorioso ascendente.

Solar dos Morais

É solar desta família o lugar de Morais do distrito desta cidade e em um sítio deste se conserva o nome de torre e se tem achado vestígios e alicerces que insinuam foi edifício grande. E a comum e recebida tradição sem coisa em contrário afirma ser este o seu solar. Os moradores de Morais dizem que em esta torre viviam os senhores dele e mostram um campo plano que chamam corredora, onde estes fidalgos exercitavam os cavalos.

São os Morais de linhagem muito ilustre e antiga e se têm dilatado em esta província e fora dela, tanto que isto bastava para conhecimento da sua estimação e muito melhor porque com os Morais se aparentaram fidalgos da primeira graduação e se acha seu nobre sangue não só participado a muitas casas titulares de Portugal e Castela, mas ainda exaltado em o trono dos Príncipes e destes querem também tenha a sua origem.

Em alguns memoriais que tenho visto desta família se diz que Estêvão Peres del Moral foi primeiro deste apelido que, pelos anos de 1107, sendo alcaide ou governador de uma torre chamada del Moral, porque dentro da sua fortaleza havia uma moreira e estava junto da antiga Soria e, combatida do rei mouro de Toledo, a defendera de um rigoroso sítio de quatro meses, de que lhe resultou o cognomento da torre. E mandando el-Rei D. Afonso I de Aragão povoar a Soria pelos anos de 1119 por doze linhagens de fidalgos, uma destas e a principal foi a dos Morais. E pretendem trazer sua ascendência do conde Gonçalo Fernandes, filho do conde de Castela, Fernão Gonçalves, e de sua segunda mulher, D. Sancha, filha de D. Sancho Abarca, rei de Navarra.

Gonçalo Rodrigues de Morais é o primeiro que acho em esta cidade e povoou o lugar de Morais, a que deu nome, e o de Lagoa. E dizem ser filho de D. Rodrigo Garcês. E segundo

Álvaro Ferreira de Vera, em *Notas* ao conde D. Pedro, plana 107, é descendente do conde Gonçalo Fernandes, senhor de Aza, no bispado de Osma, em cujo senhorio sucedeu seu filho D. Fernando Gonçalves de Aza, pai do conde D. Garcia de Aza, do qual foi filho o conde D. Garcia de Najara, que casou com a infanta D. Elvira, filha de el-Rei D. Fernando de Castela e Leão de quem teve ao conde D. Garcia, senhor de Aza, aio do Infante D. Sancho (e não filho, como vi em um papel da origem desta família), com o qual morreu na batalha de Velez, ano de 1110. E foi seu filho o conde D. Garcia Garcês que casou com D. Leonor, ou Maria Fortunes, filha de Fortum Lopes, senhor de Soria, da família dos Morais, cujo neto fazem a Gonçalo Rodrigues de Morais.

Casou Gonçalo Rodrigues de Morais nesta cidade com Constança Soares, filha de Soeiro Dias e de D. Sancha Pires que o foi de Pedro Soares de Belmir e de D. Gontinha Pais da Silva, filha de Paio Guterres da Silva, adiantado de Portugal, e Soeiro Dias, filho de Diogo Gonçalves Ouveques e de D. Urraca Mendes, irmã de Fernão Mendes, o Bravo, que foi senhor de Bragança. Consta de uma escritura que tenho em meu poder da desistência que fez Gonçalo Rodrigues e sua mulher Constança Soares, que diz ser filha de Soeiro Dias e de D. Sancha Pires, da ação que pretendia ter por cabeça de sua mulher em parte da Quinta de Vila Meã e estava doada por outros fidalgos ao Mosteiro de S. Martinho da Castanheda. E farei dela menção em seu lugar e a data desta é o ano de 1210:

"*Facta carta in Era Mª CCª XLVIII in mense Maii regnante Rege Sancio in Portugali tenente Bragancia Fernandus Fernandi, Abbas Sancti Salvatoris de Castro Avelanarum D. Michael Gunçaluus Roderici de Moralis conf,. Constanca Suarii uxor ejus conf., Martius Menendi. conf., Rodericus Fernandi conf., Nunius Petris conf., Velasco Menendi conf., Gunçalus Monis conf.*" etc.

Este Gonçalo Rodrigues entendo foi o que deu o sítio e antiga capela de Santa Catarina que seria da parte de sua mulher ao Patriarca S. Francisco, quando fundou nesta cidade, em 1241, pois se acha em tempos tão próximos em 1210 e ainda era vivo no de 1217. E consta de outra escritura da venda que fez ao Mosteiro de S. Martinho Paio Fernandes, filho de Fernando Feio e sua mulher Velasquita, da metade de S. Joanico, Caçarelhos e Genísio, que hoje são aldeias do termo da cidade de Miranda e assinam em esta escritura Gonçalo Rodrigues e outros fidalgos desta cidade e da terra de Seabra que se achavam no mosteiro onde ela se fez na era de 1255 que é o sobredito ano de 1217 a qual tenho em meu poder e diz a data:

"*Istas supraditas haereditates compravit eas pater meus Fernandus Fernandi cum matre mea D. Taregia et post obitum eorum ipsas haereditates remanserunt in me filius suus Pelagius Fernandi Facta Carta in Era MCCLV tercio nonas Januarii in monasterio Sancti Martini de Castinera quas ipsas haereditates emerunt fratres ibi morantes regnante Rege Alfonso in Legione, Sancio Fernandi frater ejus alferis, Petrus Episcopus in Astorica, in Zamorense Martinus; Archiopiscopus Bracharensis Estefanus regnante Rege Alfonso filius rex Sancius in Portugali Tenente Bragancia et Miranda et Montinegro Fernandus Fernandi, Tenente Senabria*

Petro Menendis, qui praesentes fuerunt et audierunt de Senabria Velasco Roderici, Petro Fernandi, Martino Ponzo Fernandus Roderici, Fernandus Garcia, Garcia Petris, Domno Laurencio Presbiter, Roderico Pelays Presbiter. De Bragancia Nunius Petres, Johani Petris, Gunçaluo Roderici, Garcia Vermudes, Domno Ponzo Alfonsus Vermuis, Abbas Sancti Salvatoris de Castro, D. Michaelis, Fernandus Roderici presbiter."

De Gonçalo Rodrigues de Morais darei uma breve notícia da sua direita descendência pelo que consta de escrituras e papéis que tenho visto desta família, mostrando somente o princípio de alguns ramos sem continuá-los, porque me falta certeza para o fazer e ainda podem faltar muitos e os curiosos desta matéria dirão o que eu não alcanço, nem agora levo outro fim mais que mostrar o lustre deste solar.

1. Gonçalo Rodrigues de Morais, senhor dos lugares de Morais e Lagoa, chefe desta família. <Parece filho de Rui Mendes de Bragança, irmão de D. Fernão Mendes de Bragança>. Teve de sua mulher, Constança Soares:

2. Martim Gonçalves de Morais

2. Martim Gonçalves de Morais, n.º 2, que viveu em tempo dos reis D. Sancho Capelo, e D. Afonso III, casou com D. Elvira Pires e teve:

3. Rui Martins de Morais

Gregório de Morais

3. Rui Martins de Morais, de quem fala o conde D. Pedro, título 48, §1, morava em esta cidade e foi juiz em o ano de 1293. E consta de um instrumento do arquivo da Câmara da era de 1331, o qual tem n.º 33 e é de procuração bastante que o concelho fez a Estêvão Anes, cavaleiro, pelas dúvidas que se ofereciam com algumas pessoas poderosas que honravam as suas herdades. E em outro instrumento que tem n.º 34 se faz menção de Rui Martins de Morais, no qual está copiada uma carta de el-Rei D. Afonso IV que diz aliviava a Afonso Vicente, desta cidade, filho de Vicente Domingues, seu contador, dos mil maravedis velhos do S. Martinho da renda das sacadas (são os direitos reais que paga o termo desta cidade) da era de 59, porquanto constava por carta de el-Rei seu pai os mandara dar e recebera Rui Martins de Morais. Foi escrita em Lisboa por Estêvão Pires na era de 1367, que é ano de 1329, era já falecido neste tempo. E diz a mesma carta fora procurador dos seus herdeiros um F. Lourenço. Casou com Alda Gonçalves, filha de Gonçalo Rodrigues de Moreira e de D. Maior Martins e teve:

D. Inês Rodrigues de Morais, que casou [com] Rodrigo Afonso Pimentel, sem geração

4. D. Constança Rodrigues de Morais

D. Guiomar Rodrigues de Morais, que casou com João Vasques da Granja, com geração. Casou segunda vez com Urraca Gonçalves de Leiria e teve:

5. Gonçalo Rodrigues de Morais

Francisco de Morais

Sebastião de Morais, cónego regular de Santo Agostinho

Advertência: Rui Martins de Morais, em quem principia o conde D. Pedro esta família, acho foi também alcaide-mor desta cidade e havia de ser em tempo de el-Rei D. Dinis, porque este lhe deu os direitos reais que é a renda das sacadas, como consta da carta que já aleguei. E não faça dúvida o dizer que fora juiz desta cidade, pois é certo o foi e algumas vezes andava unida esta ocupação com a de alcaide-mor, como se vê no alcaide-mor João Lourenço de Ferreira, que juntamente servia de juiz nesta cidade.

4. D. Constança Rodrigues de Morais, n.º 4, casou com João Afonso Pimentel, filho de Afonso Vasques Pimentel e de D. Sancha Fernandes, filha de Fernão Esteves de Maceira, o Pintalho, e de D. Maria Nunes, que o foi de D. Nuno Martins de Chacim, alcaide-mor desta cidade e adiantado ou governador das armas das províncias da Beira e Entre Douro e Minho. E teve Rodrigo Afonso Pimentel, comendador maior de Santiago que casou com D. Leonor da Fonseca e foram seus filhos:

§ 1 João Afonso Pimentel

§ 2 Martim Afonso Pimentel

§ 3 João Fernandes de Morais

§ 1 De João Afonso Pimentel, que passando ao serviço de Castela foi o primeiro conde de Benavente, se tem participado o sangue dos Morais às casas mais ilustres de Espanha e aos duques da Grã Toscana e reis de França e Espanha, reinantes pela senhora D. Leonor de Toledo, filha do marquês de Vila Franca, D. Luís Pimentel, que era filho de D. Rodrigo Afonso Pimentel, 4.º conde de Benavente, a qual casou com Cosme de Medicis, grão-duque de Toscana, cuja neta, *Madame* Maria de Medicis, casou com Henrique IV de França.

§ 2 Martim Afonso Pimentel, que está enterrado na Igreja de S. Vicente desta cidade, casou com D. Inês Vasques de Melo, filha de Vasco Martins de Melo, senhor de Castanheira, alcaide-mor de Évora, e teve:

Vasco Martins Pimentel

João Afonso Pimentel

João Afonso Pimentel casou em Castela com D. Teresa Pacheco, irmã do senhor de Cerralvo, Estêvão Pacheco e teve:

Gil Afonso Pimentel e outros, o qual passando para este Reino casou nesta cidade com D. Leonor de Morais, n.º 11.

§ 3 João Fernandes de Morais, que viveu nesta cidade e está enterrado na igreja de S. Francisco, casou com.....[5] e teve:

Rui Gonçalves de Morais

Teresa Pimentel, da qual descendem os Pimenteis da Vila da Bemposta. E foi seu neto Diogo Pimentel, escudeiro fidalgo a quem el-Rei D. Manuel mandou passar carta de nobreza e fidalguia, em 22 de Abril de 1514, que se acha na Torre do Tombo, e desta consta ser filho de Álvaro Pimentel que se achou na tomada de Arzila e Alcácer e nas guerras contra Castela, o qual casou com Branca Lopes e que era neto de João de Lousada e de sua mulher, a dita Teresa Pimentel que diz ser filha de João Afonso Pimentel, irmão de João Afonso Pimentel, conde de Benavente, no que parece houve equivocação porque havia de dizer de João Fernandes de Morais. E de Diogo Pimentel, acima, foi filha Bernarda Pimentel de Lousada, que casou com Pedro de Morais Pegas, que teve Diogo de Morais Pimentel, capitão-mor da vila de Bemposta, o qual casou com Luciana de Morais, filha de Baltazar de Morais e neta de Diogo de Morais, da mesma vila e teve ao desembargador Pedro de Morais Pimentel e Diogo de Morais Pimentel, cavaleiro do hábito de Cristo e, de presente, sargento-mor de infantaria do regimento desta cidade.

Rui Gonçalves de Morais, desta cidade, casou com Maria de Sousa e teve:

Gonçalo de Morais

Gregório de Morais

João de Morais

Catarina de Morais

Gonçalo de Morais, desta cidade, casou na mesma com Inês Rodrigues, filha de Rodrigo de Morais e de D. Leonor de Morais de Távora, n.º 9, e teve:

Rui de Morais

Vasco de Morais

Rui de Morais, desta cidade, casou na vila de Vinhais com Guiomar Gomes, e dele descende toda a nobreza daquela vila

5. Gonçalo Rodrigues de Morais, n.º 5, filho de Rui Martins de Morais e de D. Urraca Gonçalves de Leiria, no qual se continua a direita varonia dos Morais, casou com D. Estefânia Soares e teve:

6. Martim Gonçalves de Morais

7. D. Alda Gonçalves de Morais, que casou com Lourenço Pires de Távora, à qual el-Rei D. Fernando fez mercê de Samodães e da colheita de Lamego. E por este casamento entraram os Morais na ilustríssima casa de Távora, de que são senhores os marqueses de Távora, condes de S. João, e dizem que por D. Alda Gonçalves de Morais têm os morgados da casa de Távora o padroado da abadia de Castro Roupal, vulgarmente chamada de Vinhas, no distrito desta cidade.

6. Martim Gonçalves de Morais, chefe dos Morais, casou com D. Lourença Pires de Távora, que outros chamam D. Lucrécia Lourenço de Távora, irmã de Lourenço Pires de Távora acima, filhos do primeiro Lourenço Pires de Távora e de D. Guiomar Rodrigues de Gaces, que trazem sua ascendência de el-Rei D. Ramiro de Leão, pelo infante Alboazar Ramires. Teve:

Rui Martins de Morais

8. Gonçalo Rodrigues de Morais

[7. D. Alda Gonçalves de Morais]

8. Gonçalo Rodrigues de Morais, n.º 8, casou com Genebra de Macedo, irmã de Martim Gonçalves de Macedo, o que se achou na Batalha de Aljubarrota, e teve:

9. Rodrigo de Morais

Fernão de Morais, que teve a Vasco Fernandes de Morais, vassalo de el-Rei, que casou com Constança Dias de Nóbrega, filha de Diogo Vasques de Nóbrega, escudeiro vassalo de el-Rei, morador nesta cidade e foi juiz ordinário em 1468, e teve:

Catarina Vasques de Morais

Genebra Vasques de Macedo, que casou com João Álvares e teve Juliana Álvares de Macedo, que casou com Francisco Borges

9. Rodrigo de Morais casou com D. Leonor de Morais de Távora, filha de Luís de Madureira e de D. Catarina de Morais de Távora, que era neta de Pedro Lourenço de Távora, reposteiro-mor de el-Rei D. João I, e Luís de Madureira, filho de Gonçalo Vaz do Rego, alcaide-mor do Vimioso, e de Isabel Mendes, e esta, filha de Estêvão Mendes de Távora, que foi senhor do Vimioso e irmão do dito Pedro Lourenço de Távora, filhos de Lourenço Pires de Távora e de D. Alda Gonçalves, n.º 7. Teve:

10. Gonçalo Rodrigues de Morais

Inês Rodrigues, que casou com Gonçalo de Morais, n.º 4, §3

10. Gonçalo Rodrigues de Morais, casou com D. Maria de Sousa que parece ser filha de Pedro de Sousa, alcaide-mor desta cidade. Nem em ela vejo este apelido, senão do tempo do alcaide-mor Pedro de Sousa em diante, suposto havia Sousas mais antigos como se vê em Gonçalo Nunes desta cidade que também foi pretensor à herança do conde D. Gonçalo Garcia de Sousa, *Monarq. Lus.*, parte 5, L. 16, cap. 58, fol. 134 v., e teve Gonçalo Rodrigues de Morais e D. Maria de Sousa, filha única e herdeira:

11. D. Leonor de Morais

Até Gonçalo Rodrigues de Morais se vê continuada por linha direita masculina a linhagem dos Morais de que era chefe. Hoje o são os marqueses de Távora, não só por direitos

descendentes de D. Alda Gonçalves de Morais, irmã de Martim Gonçalves de Morais, chefe dos Morais, mas porque faltando a varonia destes se achavam já descenderem dos Morais daquela ilustríssima casa por duas linhas. Por Estêvão Mendes de Távora e por D. Catarina de Morais de Távora, neta de Pedro Lourenço de Távora, estando já ilustrada a linhagem dos Morais de Bragança com o casamento de D. Lourença Pires de Távora com o dito Martim Gonçalves de Morais, chefe dos Morais. Os marqueses de Távora, o primeiro e este segundo que agora faleceu, têm passado certidões que assim o declaram serem chefes desta família. E nesta cidade há duas.

Deste Gonçalo Rodrigues de Morais, que tinha título de vassalo, se fez menção em vários papéis do arquivo da Câmara e direi só de dois. Uma carta de el-Rei D. Afonso V, de 1442, que tem n.º 10, porque agravando o procurador do concelho Rodrigo Afonso de Pousadas do corregedor da província de Trás-os-Montes mandar despedir duas serventes de soldada das que se davam dos órfãos às pessoas da primeira nobreza, por privilégio de el-Rei D. Duarte que esta cidade tem, foi servido ordenar se cumprisse o dito privilégio e que o corregedor tornasse as serventes e diz: "E mandara tornar duas moças que tinham dois vassalos da dita vila a saber, Vasco Fernandes de Morais e Gonçalo Rodrigues de Morais, os quais eram nossos vassalos dos bons e honrados da dita vila", etc.

Foi também Gonçalo Rodrigues de Morais, procurador desta cidade nas cortes que se fizeram na de Lisboa, em 1439, e consta dos capítulos dados em elas, de 10 de Janeiro de 1440, que estão no arquivo da Câmara e têm n.º 6, escritos por Afonso Gil e assinados pelo infante regente D. Pedro. E o mesmo consta de outros capítulos das mesmas cortes, que têm n.º 5.

11. D. Leonor de Morais, n.º 11. <Em muitos papéis se nomeia a grande Leonor de Morais>. Natural desta cidade e não da vila do Mogadouro, como erradamente se diz em um manuscrito moderno, alegando o *Nobiliario*, de Haro, que tal não diz, tom. 1, cap. 4, fol. 136, e assim que passando Gil Afonso Pimentel, conde de Benavente, às montanhas de Mogadouro, fugindo à fúria e perseguição de D. Álvaro de Luna, casara Gil Afonso em esta província com D. Leonor de Morais, linhagem muito ilustre e antiga com quem já outras vezes tinham aparentado os senhores da casa de Benavente, a qual era filha única de Gonçalo Rodrigues de Morais e de D. Maria de Sousa. E já fica mostrado serem desta cidade. Gil Afonso Pimentel era filho de João Afonso Pimentel e neto de Martim Afonso Pimentel e este de D. Constança Rodrigues de Morais, n.º 4, § 2, e se uniram os Pimenteis por este casamento com os Morais de Bragança. Faleceu Gil Afonso em Março de 1468 e está enterrado no capítulo de S. Francisco desta cidade. Teve:

12. Álvaro Gil de Morais Pimentel

12. Álvaro Gil de Morais Pimentel, desta cidade, casou com D. Isabel de Valcacere, filha de João Rodrigues de Valcacere, fidalgo galego que veio morar a esta cidade e o acho em

um instrumento do arquivo da Câmara, de 1468, no qual se copiou uma carta de el-Rei D. João I e tem o n.º 14, em que ordenava que os coutos sejam obrigados vir velar a esta cidade cujo instrumento foi escrito por Afonso Fernandes de Lugo. E nele faz menção das pessoas do Senado, a saber, Diogo Vasques de Nóbrega, escudeiro, vassalo de el-Rei, juiz ordinário, Gomes Pires, procurador do concelho, João Álvares, vereador, Gonçalo de Morais (é o que vai em n.º 4, § 3), João Rodrigues de Valcacere, Afonso Anes, Gil Afonso, Pedro Gonçalves, escrivão da Câmara e declara que todos são escudeiros.

Era João Rodrigues de Valcacere descendente de Garcia Rodrigues de Valcacere, meirinho e adiantado-maior do Reino de Galiza, de quem descendem os condes de Lemos, por sua filha D. Maria de Valcacere que casou com Álvaro Rodrigues Osório, progenitores daqueles condes. E teve:

Álvaro Gil de Morais Pimentel e D. Isabel de Valcacere

João Álvares de Morais Pimentel, que morreu na Batalha de Ravena

13. Pedro Álvares de Morais Pimentel

D. Inês Pimentel de Morais, que casou nesta cidade com Lopo Fernandes Machado, e teve:

D. Francisca de Morais

D. Violante de Morais Pimentel, que casou com Álvaro Pires Borges, morgado de Macedo de Cavaleiros, e entre outros filhos teve António Borges de Morais Pimentel que casou com D. Francisca de Morais, acima, sua prima, dos quais descendem os morgados de Solores, na vila de Anciães, pela maneira seguinte:

António Borges de Morais Pimentel. De sua prima D. Francisca de Morais teve:

D. frei Gonçalo de Morais, bispo do Porto

António de Morais Pimentel, sem geração

D. Brites de Morais

D. Brites de Morais sucedeu no morgado de Solores a seu irmão António de Morais Pimentel, o qual instituiu o bispo D. frei Gonçalo de Morais, com capela na vila de Anciães, comarca da Torre de Moncorvo, e casou com Fernão de Mesquita, filho de outro e de D. Violante de Meireles, da Torre de Moncorvo, e teve:

Gaspar de Mesquita de Morais Pimentel

Gaspar de Mesquita de Morais Pimentel casou na Quinta do Prado com D. Luísa de Meireles Pinto, filha de Aires Pinto Pereira, comendador de S. Salvador de Solores, da Ordem de Cristo, e de D. Teodora Ferreira, filha de Francisco Ferreira de Sá, comendador de Lamas, e de D. Paulina de Guimarães, título de Ferreiras desta cidade § 1, n.º 2. E teve:

António de Morais, que sucedeu no morgado

João de Mesquita, que casou em Lisboa com.....[6], filha de Simão Cabral Mesquita, com geração

Francisco de Morais de Mesquita, de que tornarei a fazer lembrança

António de Morais casou com sua prima D. Francisca de Morais, de Valtorno, filha de Geraldo do Prado da Silveira, neta ou bisneta de João do Prado da Silveira, senhor que foi de Vila Cains[?] e teve:

António de Morais, que sucedeu no morgado

D. Francisca de Morais que casou com Romão de Almada de Vasconcelos, filho de Rui Fernandes de Almada, com geração

António de Morais casou com D. Maria de Meneses, filha de Ambrósio de Azevedo Coutinho e de D. Feliciana Pinto Pereira, e teve:

António de Morais, que sucedeu no morgado e está contratado casar com uma filha de Gonçalo Teixeira, capitão-mor de Favaios

Ambrósio Pereira Pinto de Meneses e outros

Francisco de Morais de Mesquita, filho de Gaspar de Mesquita de Morais Pimentel, acima, casou na Quinta da Salgosa, termo da vila de Penedono, com D. Maria de Castro, filha de João Ribeiro da Fonseca e de D. Isabel de Mesquita. Teve:

Francisco de Morais de Mesquita e Castro

João Ribeiro da Fonseca, lente de prima de leis na universidade de Coimbra, morreu conselheiro da Fazenda, sem geração

D. Isabel de Mesquita Osório, que casou na vila de Mogadouro com Gabriel Camelo de Morais, mestre de campo de infantaria auxiliar, com geração

Francisco de Morais de Mesquita e Castro, fidalgo da Casa Real, cavaleiro do hábito de Cristo, mandou na Torre de Moncorvo que nas últimas cortes em que juraram a Sua Majestade, que Deus guarde, por sucessor do Reino, foi comissário do Estado dos Povos ao Estado da Nobreza, sucedeu por sua mãe no morgado do Souto que instituiu o bispo do Algarve, D. Jerónimo Osório, irmão de sua terceira avó, D. Isabel da Fonseca, como também no morgado da Salgosa que é maior pela estimação que pelo rendimento em razão de que sendo a quinta da Salgosa património real dividido entre os infantes filhos de el-Rei D. Manuel e ser doado o prazo da dita quinta a João Ribeiro Esmeraldo, em casamento com sua mulher D. Joana Manuel, pelo infante D. Fernando e sua mulher D. Guiomar Coutinho, condessa de Marialva com os foros reais de Garajal e vila de Sernancelhe, e por estes não caberem nas partilhas ao dito infante seu irmão, o infante D. Luís, seu herdeiro, lhe fez doação da quinta e prazo *in solidum* de juro e herdade para ele e seus sucessores em satisfação dos ditos foros reais que não houveram. Casou em S. João da Pesqueira com D. Ana Maria de Castro Osório, filha de João Rebelo de Sousa, do hábito de Avis, e de D. Maria de Castro. Teve:

Tomás Aires Pereira de Castro com o foro de seu pai, colegial de S. Paulo e hoje opositor às cadeiras

Frei Gonçalo de Morais, monge de S. Bernardo

Francisco Álvares de Távora

D. Arcângela, ainda sem estado, e outros

13. Pedro Álvares de Morais Pimentel, n.º 13, desta cidade, padroeiro do capítulo de S. Francisco, casou com D. Maria Pereira, filha de Gonçalo Vaz Guedes e de D. Maria Pereira, filha de Nuno Álvares Pereira Pinto, irmão de Gonçalo Vaz Pinto, senhor das vilas de Ferreiros e Tendais, e Gonçalo Vaz Guedes, filho de Álvaro Vasques Guedes e de D. Ana Isabel de Mesquita e neto de Gonçalo Vasques Guedes, senhor de Murça e de sua mulher D. Isabel de Alvim, filha de Pedro de Sousa, alcaide-mor desta cidade. Teve:

14. Aleixo de Morais Pimentel

15. Nuno Álvares Pereira

16. Manuel Pinto Pereira

Marcos Pinto

Francisco de Morais

Inácio de Morais

D. Isabel Pereira de Morais, n.º 24

Maria Pinto, que casou nesta cidade com Matias de Novais de quem era filho Diogo Vaz Pinto, cavaleiro do hábito de Cristo e está enterrado no capítulo de S. Francisco e foi casado com D. Francisca Sarmento, desta cidade, com geração. <Veja-se no capítulo de S. Francisco os nomes dos padroeiros>

14. Aleixo de Morais Pimentel, n.º 14, comendador na Ordem de Cristo, casou com D. Isabel Gomes de Macedo, filha de Rui Gomes de Mascarenhas, comendador de S. Miguel de Abambres, na Ordem de Cristo, e de sua mulher D. Ana de Macedo, teve:

17. Gaspar de Morais Pimentel

18. Jaime de Morais Pimentel

19. Manuel de Morais Pimentel

20. António de Morais Pimentel – querem seja o filho segundo de Aleixo de Morais, ainda que o não pus por ordem

21. D. Maria de Morais Pimentel

17. Gaspar de Morais Pimentel, n.º 17, casou na vila de Chaves com D. Úrsula de Castro, filha de Gregório de Castro, e de D. Catarina da Costa Chaves[17], herdeira do antigo morgado de Santa Catarina que instituiu Pedro Esteves Chaves[18] em tempo de el-Rei D. Dinis, e teve:

D. Ana de Morais Castro

D. Antónia de Castro

D. Inês de Castro, que morreu solteira

D. Ana de Morais Castro casou com António de Macedo, fidalgo da Casa Real do hábito de Cristo e teve a Francisco de Macedo, arcediago da Régua, bispado do Porto, D. Maria de

Morais que foi abadessa do Mosteiro da Conceição desta cidade, e a João de Macedo de Morais, que casou com sua prima D. Francisca de Figueiredo, filha de Pedro de Figueiredo, alcaide-mor desta cidade e teve filha única, D. Ana Maria de Morais

De D. Antónia de Castro Morais, que casou em Viana de Alvito com Manuel Mendes Pimentel, nasceram Sebastião Mendes Pimentel, comendador de Salsas, distrito desta cidade, sem geração, o doutor Manuel Mendes Pimentel, deão de Miranda, e D. Úrsula de Castro que casou com Miguel de Quadros Cabral, sem geração

Gaspar de Morais Pimentel, ficando viúvo, seguiu o estado eclesiástico. Foi abade de Serapicos e se mandou sepultar no capítulo de S. Francisco desta cidade e deixou na mesma capela um legado com obrigação de missas. E por não ficar descendência sua, passou a administração do morgado de Santa Catarina, que está na vila de Chaves, aos herdeiros de sua cunhada, D. Antónia de Castro

18. Jaime de Morais Pimentel, n.º 18, casou na vila de Chaves com D. Antónia de Castro, irmã de D. Úrsula de Castro, mulher de seu irmão Gaspar de Morais Pimentel, filhas de Gregório de Castro acima, que era filho de João de Castro, cavalheiro galego, parente dos condes de Lemos, que casou naquela vila com D. Isabel[9] Esteves Chaves, herdeira do morgado de Santa Catarina. Teve:

Gregório de Castro Morais

Luís Alves de Morais, abade de Monforte de Rio Livre

D. Joana de Castro Morais, que casou em Chaves com Leonardo Teixeira Homem, comendador na Ordem de Cristo.

Gregório de Castro Morais casou com D. Catarina Veloso Teixeira, irmã do dito Leonardo Teixeira Homem, filhos de Martim Teixeira Homem, e teve:

Gregório de Castro Morais

Luís Álvares de Morais, sem geração

Fr. Francisco de Chaves, da província da Piedade, e outros, a saber, D. Maria Velosa de Vargas, que casou com Amaro Álvares Leite, e D. Francisca de Morais com Jerónimo de Morais

Gregório de Castro Morais, fidalgo da Casa Real, cavaleiro do hábito de Cristo, sucessor do morgado de Santa Catarina foi sargento-mor de batalha com o governo desta cidade e por vezes esteve encarregado do da província. Casou com D. Genebra de Campilho, filha de Francisco de Fontes de S. Paio, morgado de Vila Verde, e teve:

D. Maria de Castro, que casou em Chaves com Francisco Leite Velho, com geração

D. Filipa de Campilho, que casou com Duarte Teixeira Chaves

Casou Gregório de Castro Morais segunda vez nesta cidade com D. Francisca da Rocha, filha de Francisco da Rocha e de D. Catarina do Salvador, e teve:

Francisco de Castro Morais

Gregório de Castro Morais

Jaime de Morais Castro

Francisco de Castro Morais, fidalgo da Casa Real, do hábito de Cristo, governador do Rio de Janeiro, casou na vila de Chaves com D. Maria de Távora Leite. Teve:

João de Morais Castro Pimentel

Gregório de Castro Morais, fidalgo da Casa Real, do hábito de Cristo, que foi mestre de campo de infantaria no Rio de Janeiro e morreu gloriosamente na primeira ocasião que os franceses foram àquele Estado, em que foram desbaratados nesta guerra passada. Casou com D. Sebastiana Veloso, filha de Belchior Pinto Cardoso, da vila de Mirandela, e de D. Joana Veloso, filha de Duarte Ferreira de Morais, morgado de Tuizelo em título de Ferreiras desta cidade, § 5, n.º 9. Teve:

Francisco Xavier de Castro Morais, fidalgo da Casa Real, mestre de campo de infantaria, e casou no Rio de Janeiro com D. Guiomar Maria de Sá, filha de Martinho Correia Vasques e de D. Guiomar de Brito. E tem filhos Martinho Correia de Sá, Gregório de Castro Morais, D. Sebastiana Veloso

Matias de Castro Morais casou no Rio de Janeiro com D. Maria de Andrade Sotomaior, filha de José de Andrade Sotomaior e de Ana de Araújo, com filhos:

Gregório de Castro Morais

José de Morais Castro e Andrade

D. Francisca Rosa e D. Brites Sebastiana, freiras no mosteiro da Conceição e outros

19. Manuel de Morais Pimentel, n.º 19, casou com D. Isabel de Morais, filha de Francisco de Morais Palmeirim, da cidade de Lisboa. Está sepultado na capela-mor do Mosteiro da Conceição desta cidade, e teve:

Aleixo de Morais Pimentel, doutor em cânones, foi governador do arcebispado de Braga, do bispado de Lamego e desta cidade de Miranda, em ausência de seu tio, o bispo D. frei Francisco Pereira. Faleceu na sua Igreja de Santa Eulália de Cabanelas

Fr. Diogo de Santa Ana, um dos varões insignes da religião de Santo Agostinho e vai nos que pertencem a esta cidade

Bento de Morais Pimentel, que instituiu o morgado e continua a sua descendência em a Notícia XI, § 19

D. Ana de Morais, que casou com Álvaro de Morais Madureira, seu primo, morgado de Parada, Notícia XI, §4, n.º 8

D. Isabel, D. Bárbara e D. Maria, freiras no Mosteiro da Conceição desta cidade

20. António de Morais Pimentel (irmão mais velho de Manuel de Morais), casou com D. Isabel de Madureira, herdeira do Morgado de Parada, Notícia XI, §4, n.º 7, em que se continua a sua descendência e de Francisco de Morais Madureira, desta cidade

21. D. Maria de Morais Pimentel, n.º 21, casou na vila de Chaves com António Carneiro, e desta e de seu irmão Jaime de Morais que também casou naquela vila, como fica dito, descende a principal nobreza dela. E de António Carneiro e D. Maria de Morais Pimentel foi filha D. Ana Carneiro que casou nesta cidade com Lopo Sarmento, alcaide-mor da mesma, fidalgo da casa dos Sereníssimos duques, cavaleiro do hábito de Cristo, e teve três filhas, duas que foram freiras no Mosteiro da Conceição desta cidade e dotaram os Sereníssimos duques, e:

D. Violante Sarmento

D. Violante Sarmento casou com seu primo, Pedro de Figueiredo Sarmento, alcaide-mor desta cidade, fidalgo da Casa dos Sereníssimos duques, do hábito de Cristo, que instituiu morgado. E continua a sua descendência, Notícia XI, §1.

15. Nuno Álvares Pereira, n.º 15, do Conselho de Portugal em Madrid, casou com D. Isabel de Mariz, filha de Lopo de Mariz e de D. Ana de Macedo, que o foi de João de Macedo, alcaide-mor de Outeiro, e de Branca de Sousa, filha de João de Sousa, alcaide-mor desta cidade e todos naturais da mesma, da mais escolhida nobreza dela e principal da província. Teve:

22. Pedro Álvares Pereira

Luís Álvares Pereira, que morreu em Tânger em um encontro com os mouros

D. frei Francisco, bispo de Miranda

23 D. Maria Pereira

D. Catarina Pereira – Notícia XI, § 22

Advertência: Em o solar dos Morais, disse que Nuno Álvares Pereira, que foi secretário de Estado, e sua mulher D. Isabel de Mariz, eram naturais desta cidade, como são. E as casas da sua morada estão junto da Misericórdia e possuem hoje os herdeiros de António Colmieiro de Morais. Tiveram mais outro filho chamado João de Macedo. Consta por uma escritura feita em Madrid por que dotaram por terça ao dito seu filho João de Macedo, as casas da sua morada e outras fazendas, nesta cidade e lugares do termo. Como tiver individual notícia da sua descendência, avisarei.

O nosso bispo de Miranda, D. Francisco Pereira, filho de Nuno Álvares Pereira, acima, sendo provincial da sua província de Santo Agostinho, ao qual Filipe III pediu o cofre da Graça, ateve bastante na indústria de ficar em Portugal tão nobre peça – frei Agostinho de Santa Maria, na Histor. do Real Convento de Santa Mónica de Goa, *fol. 19, na "Vida do Arcebispo frei Aleixo de Meneses".*

22. Pedro Álvares Pereira, do Conselho de Estado em Madrid, no de Portugal um dos maiores talentos daquele tempo, senhor de Serra Leoa, do Paul de Muge e das jugadas de

Solar na antiga Rua da Alfândega, em Bragança

Torres Vedras, comendador de Santa Maria de Marmeleiro, na Ordem de Cristo, foi decretado para conde de Muja e casou com D. Mécia de Faro e teve Nuno Álvares Pereira e D. Maria de que não ficou sucessão

23. D. Maria Pereira casou com Diogo Botelho, governador do Brasil e teve ao famoso herói Nuno Álvares Botelho, governador da Índia, que casou com D. Brites de Lima, filha de D. Luís Lobo da Silveira, senhor de Sarzedas, e de sua mulher D. Joana de Lima, e teve:

Francisco Botelho, conde de S. Miguel

Francisco Botelho, primeiro conde de S. Miguel, que segunda vez casou com D. Cecília de Távora, em cuja ilustríssima casa se continua com tanto esplendor o nobre sangue dos Morais de Bragança

16. Manuel Pinto Pereira, n.º 16, filho de Pedro Álvares de Morais Pimentel, casou com D. Antónia de Barbuda

Francisco Pinto Pereira, deão de Coimbra, inquisidor do Santo Ofício, no tribunal da mesma cidade.

Nuno Álvares Pereira e outros

Nuno Álvares Pereira casou com D. Damásia de Castro, dos quais foi filho Bento Pereira de Melo, D. Prior de Avis

D. Isabel Pereira de Morais[10], filha de Pedro Álvares de Morais Pimentel e de D. Maria Pereira, n.º 13, casou com João Pinto Pereira, alcaide-mor de Ervededo, que era seu tio, por ser irmão de D. Maria Pereira. Haro só faz menção de Francisco Pereira Pinto, seu neto, do Conselho Real das Ordens e da Santa e Geral Inquisição, governador de Alcobaça, pelo sereníssimo infante cardeal D. Fernando. Agora direi os filhos que teve:

Gonçalo Vaz Pinto, que casou em Vila Real, com geração. <Casou primeiro com D. Maria Botelha, filha de Pedro Borges de Rebelo, morgado de Corpo Santo, natural de Macedo de Cavaleiros, e segunda, em Vila Real, com D. Isabel Botelho de Mesquita, filha de João Correia de Mesquita>

Fr. João Pinto, da Ordem de S. Bento, dom abade do mosteiro de S. Miguel de Refoios de Basto

D. Maria Pinto Pereira que casou com Pedro Borges Rebelo, morgado de Macedo de Cavaleiros, Notícia XI, § 22 n.º.....[11]

D. Ana Pinto Pereira, que casou em Lamego, com geração, com Diogo Gonçalves Leite

D. Isabel Pereira, que casou na Torre de Moncorvo, com geração, com Gaspar Mendes de Vasconcelos

D. Maria de Morais, freira em Santa Clara de Amarante.

Com esta breve relação se vê que a maior parte da nobreza desta Província descende deste solar e a princípio disse o fazia só a fim de mostrar o seu esplendor e do que alcanço notícia, pois para se dar com individuação de todos os que são Morais, pedia particular tratado. E assim passarei a dizer as armas que usam os deste solar.

Armas dos Morais de Bragança

Trazem os Morais ou Morales de Castela o escudo em quartéis. No primeiro, uma moreira e no segundo, três bandas negras em campo de prata <e os contrários>. Os deste solar trazem o escudo aberto em pala. No primeiro uma torre de prata lavrada de preto com telhado de ouro assentada junto de um pé de água e uma bandeira de prata. No segundo uma moreira com raízes de verde, tudo em campo vermelho, timbre uma moreira. E dizem tem esta significação: a moreira que faz alusão a Estêvão Peres del Moral que defendeu o castelo assim chamado e de que tomou o nome. E a torre que ajuntaram os deste solar que são as antigas armas desta cidade, por ser Gonçalo Rodrigues de Morais um dos principais que se acharam na sua defensa, quando esteve sitiada pelos leoneses, em 1193. E o pé de água pelos rios Sabor e Fervença que a cercam. Mas bem pode ser que Gonçalo Rodrigues juntasse estas armas por parte de sua mulher que por ser da família dos Braganções, que foram senhores desta cidade, lhe competiam.

Advertência: Em o solar dos Morais digo que são chefes os marqueses de Távora, pela razão que me ocorreu, e geralmente estão recebidos por tais e aqueles marqueses assim o testificam também por certidões que têm passado. E cada um, como veja na sua terra uma casa antiga, sem outra averiguação cuida que aquela é chefe. Nesta presunção tiveram os de Vinhais a João de Morais, o Velho, por chefe dos Morais, o qual era filho de Rui de Morais, natural desta cidade, que casou naquela vila com Guiomar Gomes. E na sepultura deste, dizem, puseram um letreiro que assim o dizia. Mas contra isto tem que os seus descendentes buscam a casa de Távora por chefe e nas mãos de alguns tenho visto certidões. E a maior razão é que João Fernandes de Morais, ascendente de Rui de Morais, era dos três irmãos o mais novo e primeiro estava João Afonso Pimentel e logo Martim Afonso. E não se dirá que estes se tivessem nunca por chefes dos Morais e sim que se tinham aparentado com esta linhagem, como diz Haro, na casa dos condes de Benavente, da qual era chefe Gonçalo Rodrigues de Morais, que teve filha única, D. Leonor de Morais, que casou com Gil Afonso Pimentel.

Também nosso ilustríssimo João de Morais Castro Pimentel quer ser chefe. Não se duvida que pela sua qualidade o possa ser, mas também não tem fundamento, porque quebrando a varonia dos Morais em D. Leonor de Morais, todos os desta província reconhecem ascendência dos Morais pela casa de Távora e lhe fica muito bem que esta seja chefe. E quando queira que Aleixo de Morais seja o filho mais velho de Pedro Álvares de Morais Pimentel, dos filhos deste qual seja o mais velho restat probandum*. E o que comummente se diz é que Gaspar de Morais era o mais velho, do qual não há descendência, e que o filho segundo foi António de Morais que casou com a herdeira do morgado de Parada. E assim o mostra a razão que para casamento tão nobre se buscassem os primeiros filhos. E tenho isto muito por certo, além de que quando se moveu a dúvida com os padroeiros do capítulo de S. Francisco desta cidade, ainda acho morador em Vila Franca a Jaime de Morais (que é o ascendente de João de Morais de Castro) e não em Chaves, onde casou, e António de Morais Pimentel, já casado com a morgada de Parada.*

E sendo tudo assim na verdade nenhum dos ascendentes destes morgados de Parada nem de João de Morais de Castro se tiveram por chefes dos Morais, nem se reconhecem outros mais que os marqueses de Távora. E porque pode suceder que sendo João de Morais da vila de Chaves, pertencendo a história desta ao arcebispado de Braga, faça alguma insinuação sobre este particular e se encontre com a desta cidade e com o comum sentir lembro a v. m. este ponto.

Também acho em Carvalho, Corograf.*, tom. 2, fol. 298, dizer que Lourenço Pires de Távora casou com D. Alda Gonçalves Pimentel, apelido que se não acha em as Notas ao conde D. Pedro. E presumo quererá seja uma das filhas de João Afonso Pimentel a que o conde não dá nome e era avó de João Afonso Pimentel, primeiro conde de Benavente. E o marquês de Távora, que deste descende, não é o nosso de Portugal, mas outro que há em Castela que é Távara. Eu a pus filha de Gonçalo Rodrigues de Morais e neta de Rui Martins de Morais, porque assim o vi também em algumas memórias genealógicas, mas não em escrituras para o afirmar.*

NOTÍCIA 11.ª

DOS MORGADOS

§1

1. Pedro de Figueiredo Sarmento, alcaide-mor desta cidade, filho de António de Figueiredo, que foi moço fidalgo e fidalgo escudeiro dos Sereníssimos duques, e Pedro de Figueiredo, com o foro de seu pai, e ambos do hábito de Cristo. Casou com D. Violante Sarmento, sua prima, filha do alcaide-mor Lopo Sarmento e de D. Ana Carneiro, que o foi de António Carneiro, da vila de Chaves, e D. Maria de Morais Pimentel, filha de Aleixo de Morais Pimentel, Notícia 10.ª, Solar dos Morais, n.º 21. E de sua nobre ascendência de Figueiredos e Sarmentos se disse em catálogo de alcaides-mores. Instituiu morgado em 1585, com capela, na Colegiada de Santa Maria, igreja maior desta cidade e nomeou por primeira administradora sua mulher, D. Violante Sarmento. Teve:

2. Sebastião de Figueiredo Sarmento

Lopo de Figueiredo Sarmento

António de Figueiredo Sarmento, abade de Carrazedo

Lopo de Figueiredo Sarmento casou com D. Catarina de Vasconcelos e teve a D. Violante Sarmento que casou com Pedro de Mariz Sarmento, cavaleiro do hábito de Cristo, alcaide-mor desta cidade e teve três filhos:

D. Mariana de Mariz Sarmento, que casou com Sebastião da Veiga Cabral, mestre de campo general, governador das armas desta província, sem geração; D. Joana do Céu, freira no mosteiro de Santa Escolástica desta cidade; D. Francisca Xavier de Mariz Sarmento que casou em Vinhais com António de Morais Ferreira Sarmento, cavaleiro do hábito de Cristo, e teve:

João de Morais Ferreira Sarmento, do hábito de Cristo, capitão de infantaria que morreu na batalha de Almansa; José de Morais, <do hábito de Cristo>, capitão de cavalos; António Caetano de Morais, que morreu ajudante de campo; D. Maria Arcângela, casada na corte com António Vaz Coimbra <do hábito de Cristo>; filhas freiras e outros

António de Figueiredo Sarmento, abade de Carrazedo, foi seu filho legitimado e herdeiro.

António de Figueiredo Sarmento, cavaleiro do hábito de Cristo, governador desta cidade, §3, com os filhos seguintes: José António de Figueiredo Sarmento, do hábito de Cristo, que de presente é sargento-mor de infantaria; Francisco Xavier de Figueiredo Sarmento, que morreu capitão de infantaria; Henrique de Figueiredo Sarmento, que se acha em Macau com um governo; Francisco Manuel de Figueiredo Sarmento, que depois da paz passou a servir nas armadas de el-Rei católico e de presente é capitão de infantaria; D. Clara Maria de Figueiredo Sarmento, § 21; D. Inácia de Figueiredo Sarmento, casada com Francisco Xavier Neves, capitão desta cidade; D. Maria de Figueiredo, freira no Mosteiro de Santa Escolástica

Teve Pedro de Figueiredo Sarmento e D. Violante, filhas freiras e outros de que não há sucessão

2. Sebastião de Figueiredo Sarmento, cavaleiro do hábito de Avis, capitão de cavalos nas guerras da feliz aclamação. Casou com D. Mariana de Butrão Sotomaior §2, n.º 6, e sucedeu neste morgado por nomeação de sua mãe, D. Violante Sarmento, e teve:

3. Lázaro de Figueiredo Sarmento

D. Maria de Butrão Sotomaior §31, n.º 2

D. Violante de Butrão Sotomaior §6, n.º 9

D. Ana de Figueiredo, que casou com Diogo Machado Pimentel, <do hábito de Cristo>, irmão de Manuel Pimentel de Sousa, do conselho geral do Santo Ofício, secretário da senhora infanta D. Isabel Luísa Josefa. E teve António Pimentel de Sousa, que casou com D. Angélica de Mariz Sarmento (hoje segunda vez casada na corte com o desembargador Inácio de Morais Sarmento) e teve Manuel de Mariz Sarmento do hábito de Cristo, casado com D. Bárbara Caetana; João Baptista Pimentel de Sousa, do hábito de Cristo, casado na corte com D. Maria Antónia de Castelo Branco e Melo; José Caetano de Mariz Sarmento, que morreu no real serviço na viagem da Índia; e Caetano José de Mariz Sarmento, que em aquele estado foi capitão-de-mar-e-guerra e morreu gloriosamente no assalto que se deu à cidade de Parguis [Pargi?], sendo vice-rei da Índia o conde da Ericeira, D. Luís Carlos de Meneses, e general desta expedição D. Lopo de Almeida

3. Lázaro de Figueiredo Sarmento, cavaleiro do hábito de Cristo, alcaide-mor desta cidade, mestre de campo de infantaria, governador da cidadela, que morreu governando esta praça de Bragança, por falecimento do governador António de Figueiredo Sarmento, seu primo. Casou com D. Mariana de Morais Pimentel, filha de Diogo Machado Pimentel, acima, seu cunhado, e de sua primeira mulher, D. Isabel de Morais, filha de António de Morais Madureira, morgado de Parada, §4, n.º 9, e teve:

Manuel Jorge de Figueiredo Sarmento, do hábito de Cristo, capitão de infantaria, que morreu (e vive ainda por glória) montando a brecha de Valença de Alcântara, em 1705

João Sarmento Pimentel, capitão de infantaria, que morreu na batalha de Almansa

O reverendo Roque de Sousa Pimentel, protonotário apostólico, comissário do Santo Ofício e abade de Vinhais

Lázaro Jorge de Figueiredo Sarmento, §2, n.º 8

D. Caetana Luísa de Sousa Pimentel, §26, n.º 6

D. Maria Josefa de Butrão Sarmento, que casou com André de Morais Sarmento, sem geração, §6, n.º 8

D. Rosa Maria Teresa de Sousa Pimentel

D. Francisca António, freira no Mosteiro de Santa Escolástica

4. É hoje administrador deste morgado Sebastião de Figueiredo Sarmento, filho de Manuel Jorge de Figueiredo Sarmento, acima, e de D. Maria de Morais Sarmento, filha de Baltazar de Morais Sarmento, fidalgo da Casa Real, do hábito de Cristo, governador de Vinhais, e de D. Francisca Ozores, por nomeação que nele fez seu avô, Lázaro de Figueiredo Sarmento

§2

1. Morgado que instituiu o doutor Francisco Jorge, do Conselho de Sua Majestade e seu desembargador do Paço, e sua mulher D. Isabel Borges, filha de Álvaro Pires Borges e de D. Violante de Morais Pimentel, irmã de Pedro Álvares de Morais Pimentel, Notícia 10.ª, Solar dos Morais, n.º 13, em 3 de Outubro de 1550, com capela de Santo António, na Igreja de S. Francisco desta cidade, na qual tem enterro em um arco metido na parede e o nomearam em seu filho. Tem cláusula que faltando sucessão nomeia os cidadãos desta cidade, andando a administração em giro três anos cada cidadão que há de nomear a Câmara

2. O doutor Cristóvão Borges, desembargador da Suplicação e ultimamente chanceler por alvará de 17 de Novembro de 1594, não casou e sucedeu sua irmã:

3. D. Antónia Carneiro, casada com António de Madureira que era neto de Garcia Álvares de Madureira, fidalgo da casa real, filho do morgado de Parada, Álvaro Anes de Madureira, §4, n.º 4 e sucedeu seu filho:

4. Francisco de Madureira, que casou com D. Antónia de Butrão Sotomaior, filha de D. Gonçalo de Butrão Idiaquis e Monchique, cavaleiro biscainho que passou a este Reino, mestre de campo de infantaria quando entraram os Filipes e casou na província do Minho com D. Filipa de Sá de Meneses, da Quinta de *Deo Christi*, junto a Viana, e sucedeu seu filho:

5. Luís Álvares de Macedo Madureira, que casou com D. Violante Sarmento, filha de Lopo de Figueiredo Sarmento que teve filha única D. Antónia e se meteu freira no Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição desta cidade. E D. Violante casou segunda vez com Pedro de Mariz Sarmento, alcaide-mor desta cidade, como fica dito. E sucede neste morgado:

6. D. Mariana de Butrão Sotomaior, irmã de Luís Álvares de Macedo Madureira, n.º 5, casada com Sebastião de Figueiredo Sarmento, do hábito de Avis, filho do alcaide-mor Pedro de Figueiredo Sarmento, §1, n.º 2, e sucedeu seu filho:

7. Lázaro de Figueiredo Sarmento, cavaleiro do hábito de Cristo, alcaide-mor desta cidade, casado com D. Mariana de Morais Pimentel, e foi seu quarto filho que sucedeu neste morgado, como se vê, §2, n.º 3:

Capela de Santo António do Toural

8. Lázaro de Figueiredo Sarmento, fidalgo da Casa Real, cavaleiro do hábito de Cristo, alcaide-mor desta cidade, juiz da alfândega da mesma, que ainda não tomou estado. O mesmo possui um vínculo chamado de Santa Maria, que instituiu Faustino de Madureira, em 12 de Abril de 1646 e o nomeou em seu sobrinho, Luís Álvares de Macedo Madureira, n.º 5

§3

1. Morgado que instituiu na Capela de Santo António do Toural, em 1712, António de Figueiredo Sarmento, cavaleiro do hábito de Cristo, governador desta cidade, que esteve feito sargento-mor de batalha e não chegou a exercitar, neto de Pedro de Figueiredo Sarmento e D. Violante Sarmento §1. É primeiro administrador seu filho:

2. José António de Figueiredo Sarmento, cavaleiro do hábito de Cristo, sargento-mor de infantaria

§4

O morgado de Parada, casa bem conhecida por uma das principais desta província, e tem suas casas no lugar deste nome, com duas torres antigas, e se diz que seus antepassados tiveram título de infanção com o senhorio desta aldeia, razão porque ainda hoje se chama Parada dos Infanções e que são chefes dos Madureiras e Feijós deste Reino. E alguns a querem deduzir do conde D. Gonçalo Garcia de Sousa, por seu neto Álvaro Anes. Li [que] é frequente este nome nos morgados desta casa. Em uma das torres tem um escudo com as armas dos Morais que mostra serem mais antigos nesta casa que o casamento de António de Morais Pimentel e tem mais duas flores-de-lis, dois lobos, duas espadas cruzadas em aspa, uma cabeça e sobre ela um ramo e por baixo das espadas uma serpente. Parece que alguma coisa mostram serem dos Fajardos e Feijós e sobre o escudo tem uma imagem de Nossa Senhora da Conceição e de tempo imemorial trazem estes morgados uma venera da Conceição por hábito. E estão unidos a este morgado os votos de Parada, Coelhoso, Paredes e Grijó.

1. O primeiro de que alcanço notícia é Pedro Feijó de Madureira, casado com D. Isabel Coutinho, parenta do arcebispo primaz D. Lourenço, e teve:

2. Álvaro Anes de Madureira Feijó, que casou com D. Ana Fajardo, e este se achou com dois filhos e 25 de cavalo à sua custa em serviço de el-Rei D. João I, em Aljubarrota. Teve:

3. Luís Anes de Madureira Feijó, que casou com D. Ana de Macedo e teve:

4. Álvaro Anes de Madureira que acrescentou o morgado, foi fidalgo da casa do senhor Rei D. Afonso V, a quem fez muitos e assinalados serviços nas guerras com Castela e em África, e lhe fez mercê do senhorio de algumas terras, como foi o da vila de Sezulfe com os direitos reais, jurisdição cível e crime, mero e misto império e pôr da sua mão as justiças, a qual mercê lhe fez em a cidade de Touro, a 25 de Janeiro de 1476, e pura doação para sempre dos reguengos, foros, tributos e direitos das aldeias de Vale de Prados, Vila Franca, Frieira, Viduedo e Arufe para ele e seus herdeiros, dada em Évora a 23 de Novembro de 1478. Já não existem na casa estas mercês e declaram os alvarás que os lugares acima foram do Mosteiro de Castro de Avelãs e estavam já metidos na coroa e por eles recebera o mosteiro coisa de mais utilidade e rendimento. Casou com D. Isabel Soares de Macedo, filha de João de Macedo, alcaide-mor de Outeiro, e de Branca de Sousa. E foi irmão deste Álvaro Anes de Madureira frei Luís Anes, D. abade do Mosteiro de Castro de Avelãs e se faz dele menção em uma sentença que está no arquivo da Câmara que se deu contra o mosteiro sobre os maninhos, em 1454. Teve Álvaro Anes de Madureira e D. Isabel Soares de Macedo:

5. Luís de Madureira

Garcia Álvares de Madureira, do qual se faz menção em um auto de posse que a Câmara tomou de umas casas em o ano de 1520, sendo juiz João Lopes e vereador o dito Garcia Álvares de Madureira, que o nomeou com título de escudeiro fidalgo, que naquele tempo era o acrescentamento que havia, como se vê da *Nobiliarq. Portugueza*, fol. 163. E deste foi neto António de Madureira que casou com D. Antónia Carneiro, §2, n.º 3

5. Luís de Madureira, que sucedeu no morgado, casou com D. Ana de Buíça, e a este, seu filho:

6. Álvaro Anes de Madureira, que casou com D. Branca de Sousa e teve filha única:

7. D. Isabel de Madureira

7. D. Isabel de Madureira casou com António de Morais Pimentel, filho de Aleixo de Morais Pimentel e de D. Isabel Gomes de Macedo, Notícia 10.ª, Solar dos Morais, n.º 14 e 20. Querem que este António de Morais seja o filho segundo de Aleixo de Morais Pimentel e o primeiro de Gaspar de Morais de que não há sucessão. E que Manuel de Morais fosse o mais novo vi em papel fidedigno. Sucedeu seu filho:

8. Álvaro de Morais Madureira casou com D. Ana de Morais Pimentel, sua prima, filha de Manuel de Morais Pimentel e de D. Isabel de Morais, Notícia *supra*, n.º 19 e teve:

9. António de Morais Madureira
Francisco de Morais Madureira, §5

9. António de Morais Madureira casou em Miranda com D. Aldonsa de Albuquerque e teve duas filhas:

D. Isabel de Morais, mulher de Diogo Machado Pimentel, cavaleiro do hábito de Cristo, irmão do inquisidor Manuel Pimentel de Sousa, da vila de Vimioso, e teve:

D. Mariana de Morais Pimentel que casou com Lázaro de Figueiredo Sarmento, alcaide-mor desta cidade, §1, n.º 3

D. Mariana de Morais de Albuquerque, mulher de Filipe Borges Rebelo, §22

Casou segunda vez com D. Anastácia Pereira, irmã de seu genro, Filipe Borges Rebelo, e teve:

10. Álvaro Anes de Madureira Feijó
O reverendo Manuel de Morais Madureira, tesoureiro-mor da Sé de Miranda
D. Margarida das Chagas e D. Teresa de Jesus, freiras de vida religiosa, a primeira no Mosteiro de Santa Escolástica e a segunda no da Conceição, desta cidade
D. Joana de Morais, [que] casou na Vila de Chaves com João Borges de Castro, filho de Tristão de Castro Borges, da cidade de Miranda, e teve Tristão de Castro de Morais, que morreu na Índia no real serviço; Francisco de Castro de Morais, que de presente é capitão de infantaria, casado em Chaves, com geração; D. Maria Bernarda de Santo António e D. Ana Maria da Conceição, freiras no mosteiro de Santa Escolástica desta cidade
D. Maria de Morais, que casou em Miranda com João Godinho Borges, capitão de infantaria, com geração
D. Anastácia de Morais, [que] casou com o doutor Francisco Gil Torres, com geração

10. Álvaro Anes de Madureira Feijó, que sucedeu no morgado, casou com D. Teodora Pinto Pereira do Lago [e teve]:

11. António de Morais de Madureira Feijó
Manuel de Morais de Madureira, capitão-de-mar-e-guerra, casado em Macau
Álvaro de Morais Madureira, de presente capitão de infantaria do regimento desta cidade
O reverendo João de Morais Madureira, que anda na Universidade e está para se formar
O padre José de Morais de Madureira, clérigo
D. Ana Maria de Morais, que casou em Tarouca com Francisco Lopes de Carvalho, com geração
D. Sebastiana de Morais Madureira, casada com o doutor Jorge Lopes de Carvalho, irmão de Francisco Lopes de Carvalho, acima, com geração
D. Angélica de Morais, casada com o doutor Salvador de Prada, filho de João de Prada, cidadão da mesma. E esta é a família dos Paradas desta província de que fala Carvalho, na *Corograph.*, tom. 1, fol. 203. E têm seu solar na torre de Parada de que foi senhor Mar-

tim Garcia de Parada e seu filho Durão Martins de Parada, vice-mordomo-mor de el-Rei D. Dinis, como se vê em vários lugares da *Monarq. Lus*., par. 5. E abreviaram o apelido de Parada em Prada. Também há Pradas na vila de Chaves e foram desta cidade por António de Prada, cavaleiro do hábito de Cristo, fidalgo da Casa Real, governador do Forte de S. Francisco daquela vila, onde casou, e era primo com irmão de João de Prada, acima D. Ana de Morais, ainda sem estado

11. António de Morais de Madureira Feijó, que de presente é senhor deste morgado, sargento-mor da vila de Outeiro, casou a primeira vez com D. Isabel de Morais Ferreira, irmã de António de Morais Ferreira, cavaleiro do hábito de Cristo, da vila de Vinhais, e segunda com D. Isabel de Morais de Castro, sem sucessão.

Advertência: Uma dúvida se me oferece sobre os morgados de Parada e a participo a v. m. Em primeiro lugar digo que é uma das casas principais desta província. Dizem que tem por regalia que o morgado ponha o hábito da Conceição e que neste Reino há só dois ou três <isto é, uma imagem de Nossa Senhora, porque o hábito havia de ser uma cruz azul>. E com efeito o trazem. A este morgado presente, algumas vezes o tenho visto com ele e sem ele. A seu pai sempre com ele. E é uma venera com a imagem de Nossa Senhora da Conceição. O vulgo persuade-se que é verdade. Os particulares o duvidam. Para esta relação pedi documentos para dizer o princípio e não me satisfaz o que vi; e por não escandalizar, disse a duas luzes, o que v. m. verá; quando nesta cidade lerem o que agora vai, passou por hábito da Conceição. Mas o que eu quero dizer é que estes morgados trazem uma verónica de Nossa Senhora da Conceição por costume, porque eu não alcanço em Espanha haja ordem militar da Conceição e quando a houvera o mestre havia de dar o hábito que é só pessoal e não hereditário, como se pratica nas mais. Sim, acho uma ordem militar da Conceição com título de milícia cristã e foram os primeiros que a promoveram o duque de Nevers, em França, o de Mântua, em Itália, e o conde de Altan [?], em Alemanha, e professou o segundo nas mãos de Urbano VIII, a 21 de Janeiro de 1624.

Mas fazem os destes morgados muito mais antigo e se faz duvidoso por falta de documento autêntico que dizem lhe foi concedido por bula de Urbano VI, que é mais de 240 anos anterior ao de 1624. De que venho a presumir que trazerem a imagem de Nossa Senhora da Conceição teve princípio em devoção, porque a capela deste morgado é de invocação da Conceição e que pelo mesmo fundamento a puseram sobre as armas. Porque dizer que o timbre das suas armas seja Nossa Senhora da Conceição não se me acomoda de sorte nenhuma.

Mas não obstante o que digo, que pode nascer de ignorância minha, faço tudo presente a v. m. porque não é razão que por tão leve fundamento, como é o não alcançar eu este particular, se oculte uma regalia a estes morgados que eles têm por muito grande, quanto é mais rara. E de todo cessava a dúvida se aparecera documento por onde constasse. O padre Esperança, na 1.ª parte da Hist. Seraph., Prelúdio 9, n.º 8, fol. 32*, alega as constituições da milícia cristã ou relação impressa em Roma e pode ser que estes morgados se enganem com o nome do*

pontífice e que tivesse bula de Urbano VIII e lhe chamem VI. E das constituições desta ordem constará se o hábito é hereditário. E se neste particular achar v. m. coisa que o faça verosímil, espero me faça favor participar porque tenho estreita amizade com estes morgados e lhe desejo muito se achar esta sua regalia, porque se considera duvidosa e se não deram por satisfeitos de a não escrever por muito certa, mas não fizeram reflexão nos termos em que o disse.

Com grande ânsia espero também a resposta do conde de Benavente. A várias pessoas tenho perguntado que motivo haveria para que os senhores reis de Portugal fizessem mercê àqueles condes da tença efetiva dos 24$, mas nada se alcança. Alguns ajuízam que, como João Afonso Pimentel era fidalgo de distinção, que seus descendentes, a fim de mostrar [que] não tomara a resolução de ir para Castela por inconfidente, mas por desgostado de se lhe não fazer justiça da injusta morte de sua filha D. Beatriz, fariam requerimento ao senhor Rei D. Sebastião, pedindo alguma compensação pelas terras que tiveram neste Reino, de que resultaria a tença dos 24$. E por tão limitada se lhe daria para dois açores, pois para lembrança qualquer coisa bastava. Mas parece que nem isto pôde ser, porque as mercês que lograva como vassalo desta coroa caducaram logo que o foi da de Castela e ainda destas desistiu por requerimento que fazia naquela corte o conde de Gijon. E por deixar o título de senhor de Bragança lhe confirmou Henrique III o de conde de Benavente. Por muito menos o fariam os nossos bispos de Tunes se Sua Majestade lhe dera uma boa abadia, pois não fez muito em desistir do que não podia ter ou, para melhor dizer, do que não teve, que suposto alguns escritores dizem que el-Rei D. Fernando lhe deu esta cidade de juro, v. m. viu os alvarás que lhe deu somente os direitos reais e a alcaidaria ou tenência. E da cópia da sentença que a v. m. remeti, de el-Rei D. João I, se vê que este rei lhe fez mercê da terra de Bragança e dos direitos reais que esta só paga, mas não diz lhe dera a cidade, que teria só por tenência. E já houve semelhante mercê e a teve D. João Afonso, filho de el-Rei D. Dinis, que foi senhor da terra desta cidade, mas não dela.

§5

1. Francisco de Morais Madureira, filho de Álvaro de Morais Madureira, morgado de Parada e de D. Ana de Morais Pimentel, §4, n.º 8, viveu nesta cidade e casou com D. Brites de Sá, filha de Gaspar Pinto Cardoso, da vila de Mirandela, e de D. Catarina de Vargas Teixeira, título de Ferreiras desta cidade, §5, n.º 2 e 6, e foi capitão de infantaria e governou o forte de S. João de Deus. Teve:

2. José de Morais Madureira

Domingos de Morais Madureira, comendador de S. Pedro de Babe, na Ordem de Cristo, mestre de campo de infantaria auxiliar e por vezes foi encarregado do governo desta praça. <Foi também moço de guarda-roupa dos senhores reis D. Afonso e D. Pedro>

Francisco de Madureira, abade de Carrazedo

Manuel de Morais Pimentel, comissário do Santo Ofício, que foi abade de Bouçoais, de Rebordelo e ultimamente de Meixedo

D. Maria de Morais, que casou em Quintela, deste distrito, com Inácio Borges Rebelo,

§22

D. Catarina da Anunciada, que foi abadessa do Mosteiro da Conceição desta cidade, D. Isabel do Espírito Santo, D. Margarida de S. Domingos, freiras no mesmo mosteiro

2. José de Morais Madureira, fidalgo da Casa Real, casou com D. Maria de Morais Pimentel, filha de Filipe Borges Rebelo e de D. Mariana de Morais de Albuquerque, §22, n.º [1]. Instituíram morgado em 12 de Fevereiro de 1703, juntamente com os abades Francisco de Morais Madureira e Manuel de Morais Pimentel, acima, com Capela de S. Francisco. E têm seu enterro na capela-mor do Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição desta cidade, com obrigação de oferta anual que recebem as religiosas, e teve princípio de 5 de Fevereiro de 1605, e hoje por obrigação do morgado. E na sepultura têm armas de Morais e Pimenteis. Teve:

3. Domingos de Morais Madureira Pimentel

Francisco de Morais Madureira, que era o mais velho e morreu capitão de infantaria nesta guerra, estando nomeado sargento-mor

O reverendo Caetano Pinto de Morais Pimentel, reitor de S. Pedro dos Vales

D. Josefa de Morais, que casou em Vilar de Ossos com Fernão Pinto Bacelar, cavaleiro do hábito de Cristo mestre de campo de infantaria, auxiliar que esteve encarregado do governo da praça de Miranda. Teve:

Lázaro Pinto Bacelar

António Xavier de Morais

Fernando Pinto Bacelar

José de Morais Pimentel

Manuel de Morais Pimentel

Gonçalo de Morais

Domingos de Morais Pimentel

D. Brites de Sá Morais, casada com António de Morais Rebelo, §22, n.º [1]

D. Ana Francisca de Santo António

D. Francisca Teresa da Anunciada

D. Maria Madalena, freiras no Mosteiro de Santa Clara de Vinhais

D. Teresa de Morais

D. Caetana de Morais

D. Josefa Maria de Morais

D. Isabel de Morais Pimentel, casada nesta cidade com Jácome José de Morais Sarmento, §6, n.º 10

D. Brites do Nascimento, D. Mariana Evangelista, D. Madalena Maria de Jesus, D. Caetana Luísa, D. Francisca Teresa, freiras no Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição desta cidade

3. Domingos de Morais Madureira Pimentel, fidalgo da Casa Real, comendador de S. Pedro de Babe, na ordem de Cristo, primeiro administrador deste morgado, de presente está casado com D. Luísa Caetana da Mesquita, filha de Belchior Luís Pinto Cardoso, fidalgo da Casa Real, cavaleiro do hábito de Cristo, mestre de campo, governador de Montalegre, e de D. Rosa Maria da Mesquita Pinto, título de Ferreiras desta cidade, §5, com os filhos seguintes:

Francisco José de Morais Pimentel

Caetano Inácio e Morais Pimentel

José Manuel de Morais Pimentel

Domingos de Morais Pimentel

D. Maria de Morais Pimentel e Mesquita

D. Rosa Joana e Morais

D. Catarina da Anunciada.

E da família dos Morais se conserva esta casa nesta cidade, com o apelido, e nas próprias casas que foram de seu ascendente, Manuel de Morais Pimentel, filho de Aleixo de Morais Pimentel.

§6

1. Morgado de Santa Marta de Bornes, que instituiu Lourenço Martins de Bornes e Constança Rodrigues, na capela-mor da igreja matriz antiga do mesmo lugar, na qual têm enterro. Este Lourenço Martins de Bornes foi uma das testemunhas que assistiu ao casamento de el-Rei D. Pedro com a senhora D. Inês de Castro, que [se] celebrou nesta cidade, e assina no instrumento com o título de escudeiro, como se vê da *Monarq. Lus.*, part. 5, Liv. 16, fol. 77 v. E como no tempo antigo, principalmente nesta província, havia pouca aplicação de fazer memória das famílias, ainda que tenho algumas notícias desta, não posso trazer a linha direita com a verdade de nomes certos senão do alcaide-mor Francisco da Costa Homem, seu descendente:

2. Francisco da Costa Homem de Oliveira, alcaide-mor desta cidade, casado com Catarina de Figueiredo. E sucedeu neste morgado:

3. Leonis de Oliveira, fidalgo da Casa Real, casado com Catarina da Costa, sobrinhos do dito alcaide-mor. E Leonis de Oliveira era filho de Gaspar de Oliveira e neto de outro Leonis de Oliveira, que foi juiz ordinário nesta cidade, em 1497, <e de D. Isabel Borges> e teve Leonis de Oliveira e Catarina da Costa:

4. Gaspar de Oliveira

Lopo Álvares de Oliveira, fidalgo da Casa Real, que está enterrado na igreja do Mosteiro de Santa Escolástica desta cidade. E na pedra estão as armas dos Oliveiras e Costas e esta sepultura se chama enterro dos parentes dos fundadores

Helena da Costa, que casou com Gonçalo Teixeira, filho de Jácome Teixeira de Macedo, e depois de viúva, esta e sua filha Maria Teixeira fundaram o Mosteiro de Santa Escolástica, como se disse na fundação deste mosteiro
Maria Álvares de Oliveira, §25, n.º 2

4. Gaspar de Oliveira, fidalgo da Casa Real que sucedeu neste morgado, casou com D. Francisca Sarmento, irmã do alcaide-mor Pedro de Figueiredo Sarmento. Teve:
5. Gaspar de Oliveira Sarmento
6. D. Joana de Oliveira Sarmento, n.º 6

5. Gaspar de Oliveira Sarmento casou com D. Maria Sarmento, filha do almirante Jácome de Morais Sarmento e de D. Ana de Almeida Castelo Branco. Não teve sucessão

6. D. Joana de Oliveira Sarmento, sua irmã, sucedeu nesse morgado e casou com André de Morais Sarmento, cavaleiro do hábito de Cristo, desembargador da Suplicação, ultimamente aposentado com a propriedade de juiz da alfândega desta cidade. Teve:
D. Maria de Oliveira Sarmento, que casou com Duarte Ferreira. Viveu nesta cidade e teve João Ferreira Baptista, cavaleiro do hábito de Cristo, capitão de infantaria, sem geração, e D. Maria de Oliveira, que casou na vila de Vinhais com Manuel de Morais e teve Francisco Xavier Sarmento de Morais, capitão de cavalos, e outros

7. André de Morais Sarmento, cavaleiro do hábito de Cristo, juiz da alfândega desta cidade, que casou com D. Cecília de Abreu, e teve:
8. André de Morais Sarmento
9. D. Cecília de Morais Sarmento Oliveira, n.º 9
D. Maria Custódia, freira no mosteiro de Santa Escolástica
Foi também seu filho Jácome de Morais Sarmento, general dos Rios de Sena, que casou na Índia

8. André de Morais Sarmento, cavaleiro do hábito de Cristo, juiz da alfândega desta cidade, casou com D. Maria Josefa de Butrão Sarmento, e teve filha única, D. Mariana, que morreu menina. E D. Maria Josefa de Butrão era filha do alcaide Lázaro de Figueiredo Sarmento, §1, n.º 3

9. D. Cecília de Morais Sarmento Oliveira, que sucedeu neste morgado a sua sobrinha, D. Mariana, está casada com João Teixeira de Morais Sarmento e é irmão de frei Sebastião Sarmento, da Ordem de Cristo, filhos de Jácome de Morais e Sousa, do hábito de Cristo, mestre de campo de infantaria auxiliar, e de D. Violante de Butrão Sarmento, filha de Sebastião de Figueiredo Sarmento, §1, n.º 2, e neto de João Teixeira de Morais e Sousa e de D. Catarina

Borges de Oliveira Sarmento, 2.º neto de João Teixeira de Morais de Macedo e D. Isabel de Sousa e 3.º neto de outro João Teixeira de Macedo, irmão de Gonçalo Teixeira, pai de Maria Teixeira, uma das fundadoras do Mosteiro de Santa Escolástica. Teve filho único:

10. Jácome José de Morais Sarmento

10. Jácome José de Morais Sarmento, casado com D. Isabel de Morais Pimentel, filha de José de Morais Madureira, fidalgo da Casa Real, e de D. Maria de Morais Pimentel, §5, n.º 2, com os filhos seguintes:

João Vicente Manuel Teixeira de Morais Sarmento

D. Mariana Antónia Margarida de Butrão Sarmento

D. Cecília Marta de Oliveira Sarmento

D. Maria Joaquina de Figueiredo Sarmento

D. Violante Maria de Morais e Sousa

§7

1. O mesmo João Teixeira de Morais Sarmento, n.º 9, possui outro morgado que instituiu António de Oliveira de Morais, cavaleiro do hábito de Cristo, governador que foi de Mombaça e, ultimamente, da cidade de Santa Cruz de Cochim, onde faleceu e está enterrado no Colégio da Companhia. E era filho de Álvaro de Morais e de D. Catarina Borges, desta cidade e por não ter filhos, como consta do seu testamento, de 2 de Janeiro de 1640, nomeou em seu sobrinho:

2. Álvaro de Morais, filho de Rodrigo de Morais, seu irmão, e de D. Ana Carneiro, e por não terem filhos sucedeu:

3. Francisco de Morais Sarmento, abade de Cervos, irmão do primeiro chamado, e a este:

4. D. Catarina Borges de Oliveira Sarmento, sua irmã, casada com João Teixeira de Morais e Sousa, teve:

5. O doutor Francisco de Morais Sarmento, que foi provedor de Coimbra, sem geração

Jácome de Morais e Sousa, do hábito de Cristo, mestre de campo de Infantaria Auxiliar, que casou com D. Violante de Butrão Sarmento, de quem é filho:

João Teixeira de Morais Sarmento

O desembargador Lopo de Mariz Carneiro, cavaleiro do hábito de Cristo § [5, 8 e 9]

D. Joana de Oliveira, que casou com Francisco Ferreira de Morais, fidalgo da Casa Real, do hábito de Cristo, morgado de Tuizelo, sem geração

5. O doutor Francisco de Morais Sarmento, que não casou, e lhe sucedeu neste morgado seu sobrinho João Teixeira de Morais Sarmento, acima. O mesmo é possuidor de um vínculo

que instituiu em 1662 Sebastião Velasques Pereira, no lugar de Rabal, que o nomeou em o doutor Francisco de Morais Sarmento e este em seu sobrinho, o dito João Teixeira de Morais Sarmento

§8

1. Morgado que instituiu D. Ana de Almeida Castelo Branco, mulher do almirante Jácome de Morais Sarmento, nesta cidade, e em Vilar de Ossos, e sucedeu:

2. Gaspar de Oliveira Sarmento, casado com D. Maria Sarmento, filha da instituinte, §6, n.º 5, que não teve sucessão, e porque também Gaspar de Oliveira Sarmento foi instituidor, lhe sucedeu sua irmã:

3. D. Joana de Oliveira Sarmento, mulher do desembargador André de Morais Sarmento, n.º 6.

Corre litígio entre João Teixeira de Morais Sarmento, por ser sua mulher, D. Cecília de Morais Sarmento Oliveira, neta e direita descendente do desembargador André de Morais Sarmento e D. Joana, sua mulher, n.º 3, com os herdeiros do desembargador Lopo de Mariz Carneiro.

§9

1. Vínculo que instituiu o desembargador Rodrigo Botelho de Morais, desta cidade, fidalgo da Casa Real, cavaleiro do hábito de Cristo, embaixador que foi à Suécia e Alemanha, com Capela de Nossa Senhora da Assunção, na Igreja de Nossa Senhora da Luz, termo da cidade de Lisboa, na qual está sepultado, e nomeou em seu sobrinho:

2. Francisco de Morais Sarmento, abade de Cervos, §7, n.º 3, e este o nomeou em seu sobrinho:

3. O doutor Francisco de Morais Sarmento, §7, n.º 5, do qual foi universal herdeiro o dito João Teixeira de Morais Sarmento, e hoje andam de posse deste vínculo os herdeiros do desembargador Lopo de Mariz Carneiro

§10

O morgado de Tuizelo, que é um lugar do termo da vila de Vinhais, onde têm grande parte das fazendas, mas nesta cidade, a casa principal em que vivem.

1. Instituíram este morgado Duarte Rodrigues de Morais e Catarina Gonçalves, e foi primeiro administrador:

2. Francisco Rodrigues de Morais, que casou com D. Violante de Sá, filha de Francisco Ferreira de Sá, fidalgo da Casa Real, comendador de Lamas e Corujas, na ordem de Cristo e de D. Paulina de Guimarães, e neto de Lopo Ferreira, da casa de Cavaleiros, que veio para esta cidade casado com D. Violante de Sá, filha de João Rodrigues de Sá, o Velho, senhor de Matosinhos. E sucedeu seu filho:

3. Duarte Ferreira de Morais, fidalgo da Casa Real, casou com D. Leonor Pinheiro, irmã de António Pinheiro, bispo de Miranda. Teve:

4. Jerónimo Ferreira de Morais

Francisco Ferreira de Sá, que casou com D. Jerónima Ferreira de Morais, filha de Cristóvão Ferreira de Sá e de D. Maior Sarmento de Lousada, título de Ferreiras, §34, n.º 2. E teve D. Maior Sarmento Ferreira, que casou na cidade de Miranda com Francisco de Ordaz Anhaia, morgado de Fonte de Aldeia, dos quais foi filho que sucedeu no morgado Luís de Ordaz Anhaia, que casou com D. Helena Sarmento Ferreira, filha de Dionísio Pinto da Silva, de Quintela de Vinhais, e de sua mulher D. Isabel de Sá Sarmento Ferreira, filha de João Ferreira de Sá e de D. Clara Sarmento, título de Ferreiras, §1, n.º 9

Possui hoje este morgado Francisco Xavier de Ordaz Sarmento, fidalgo da Casa Real, cavaleiro do hábito de Cristo, capitão de cavalos e juiz da alfândega da cidade de Miranda, casado com D. Luísa Maria Sarmento de Morais, filha de Bernardo Sarmento, natural da vila de Vinhais, e de D. Teresa de Aragão Cabral, da mesma cidade, e tem os filhos seguintes:

Bernardo Sarmento de Ordaz Anhaia

Francisco Xavier de Ordaz Sarmento

Luís de Ordaz Sarmento e Morais

D. Jerónima de Ordaz Sarmento Ferreira

D. Helena Sarmento Ferreira

Valentim de Sá, deão de Angola

D. Isabel de Sá, que casou com Francisco Sarmento de Morais, de Tuizelo, com geração

4. Jerónimo Ferreira de Morais, fidalgo da Casa Real, casou na vila de Chaves com D. Catarina Veloso, e teve:

5. Duarte Ferreira de Morais

António Ferreira de Sá e António de Sá, que morreram no real serviço, na Índia, capitães de infantaria

Francisco Álvares Veloso, e outros

5. Duarte Ferreira de Morais, fidalgo da Casa Real, casou com D. Jerónima Veloso, sua prima, e teve:

6. Jerónimo Ferreira de Morais

D. Joana Veloso, que casou com Belchior Pinto Cardoso, da vila de Mirandela, título de Ferreiras, §5. Foi seu filho Miguel Ferreira de Morais, mestre de campo de infantaria auxiliar, sem geração

6. Jerónimo Ferreira de Morais, fidalgo da Casa Real casou nesta cidade com D. Francisca Botelho, sua prima segunda, filha do doutor Francisco Botelho de Abreu, desembargador da Relação do Porto. E teve:

7. Francisco Ferreira de Morais

8. Duarte Ferreira de Morais

O doutor António Ferreira de Sá, protonotário apostólico e vigário geral e governador que foi deste bispado, ultimamente abade de Espinhosela, sendo primeiro cónego de Miranda

João Botelho de Morais, moço fidalgo, que casou na vila do Mogadouro com D. Maria Pinto, filha de Gaspar Pinto e de D. Catarina Pinto, filha de Belchior Pinto Cardoso, da vila de Mirandela, e de sua primeira mulher, D. Ana de Sousa, título de Ferreiras, §5, com geração

7. Francisco Ferreira de Morais, fidalgo da Casa Real, cavaleiro do hábito de Cristo, casou com D. Joana de Oliveira, filha de João Teixeira de Morais e Sousa e de D. Catarina Borges de Oliveira Sarmento, §7, n.º 4. Não teve sucessão

8. Sucedeu neste morgado seu irmão Duarte Ferreira de Morais, moço fidalgo, cavaleiro do hábito de Cristo, governador de Vinhais, casado com D. Teresa de Morais, filha de Inácio Perestrelo Pessoa Pereira e de D. Isabel Correia da Cunha, desta cidade, com filhos:

Miguel Ferreira de Morais, com o foro de seu pai, e tem já mercê do hábito de Cristo e de presente casado com D. Francisca Maria Caetana de Morais Pimentel, filha de André de Morais Sarmento, do lugar de Tuizelo, cavaleiro do hábito de Cristo, e de D. Ana

D. Joana Francisca Caetana de Morais Ferreira, § 15, n.º 9

D. Francisca Jerónima de S. Duarte, freira no Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição

D. Maria Teresa de Morais Ferreira

D. Antónia Maria de Morais Ferreira

§11

1. Morgado que instituiu António Doutel de Almeida, em 26 de Janeiro de 1576. E era filho de Francisco Doutel e neto de João Doutel, fidalgo da Casa Real, por alvará de 11 de Maio de 1497, e descendente de Gil Martins Doutel, que foi monteiro-mor do Reino, por mercê de el-Rei D. João I, de 2 de Maio da era de 1423, que é o ano de 1385, e no mesmo lha fez das terras de Parada, Alva e Balsemão, e no antecedente, sendo ainda Regente e Defensor do Reino, lha tinha feito das aldeias de Agoria[?]e Aveçoreiras[?], no termo de Montemor, que tudo consta do tombo deste morgado, por nele estarem copiados autenticamente estas mercês

2. Foi primeiro administrador seu filho João de Almeida, que casou com D. Cecília de Abreu e sucedeu seu filho:

3. António Doutel de Almeida, que casou com D. Catarina Sarmento, filha de Gaspar da Silva, capitão-mor da vila de Vinhais, e de D. Isabel de Morais. Teve:

4. António Doutel de Almeida

Francisco de Morais Doutel, abade de Penhas Juntas

D. Isabel de S. João e D. Cecília de S. Bento, que foram abadessas do Mosteiro de Santa Escolástica

4. António Doutel de Almeida casou com D. Isabel de Sá, filha de Francisco de Almeida de Figueiredo Taborda e de D. Francisca de Sá, §12, n.º 4. Teve:

5. António Doutel de Almeida

Francisco de Morais Doutel, abade de Vilarinho

Francisco Xavier de Morais Doutel, casado em Macau

Manuel Doutel e Teodósio da Fonseca Nogueira, que morreram na guerra passada ocupando os postos de alferes

D. Catarina Sarmento, D. Madalena, D. Inácia, D. Isabel, D. Joana, freiras no Mosteiro de Santa Escolástica.

5. António Doutel de Almeida, cavaleiro do hábito de Cristo, capitão-mor de Vilarinho da Castanheira, possuidor deste morgado, casou com D. Maria de Morais da Fonseca, filha de Teodósio da Fonseca Nogueira, §12, n.º 3. Teve:

António Doutel de Almeida, sargento-mor desta comarca, que casou com D. Violante da Rocha. Teve:

António Henrique Doutel de Almeida

Manuel de Figueiredo Sarmento

Lourenço de Morais Doutel

D. Joana Doutel de Figueiredo Sarmento, casada com João Machado de Vasconcelos, com geração

D. Maria de Santo António, freira, e D. Francisca.

§12

1. Morgado que instituiu o reverendo Francisco de Almeida, arcediago da Sé de Goa, filho de António Doutel, instituidor do morgado acima, §11, com obrigação de se fazer uma capela no Convento de S. Francisco desta cidade, em 28 de Setembro de 1592, e foi primeiro administrador:

2. Jácome Luís de Figueiredo, irmão do alcaide-mor Pedro de Figueiredo Sarmento. E sucedeu sua filha única que teve de sua mulher D. Ana de Almeida

3. D. Francisca de Figueiredo Sarmento, que casou com Teodósio da Fonseca Nogueira, filho de Rodrigo Nogueira da Fonseca Taborda, cavaleiro do hábito de Cristo, desembargador da Junta de Bragança. Teve:

4. Francisco de Almeida de Figueiredo Taborda

Rodrigo Nogueira da Fonseca, cavaleiro do hábito de Cristo, mestre de campo de infantaria auxiliar, sem geração

Teodósio da Fonseca Nogueira, cavaleiro do hábito de Cristo, tenente de mestre de campo general, que casou com D. Brites de Morais e teve Rodrigo Nogueira da Fonseca Borges, do hábito de Cristo, capitão de infantaria, que casou com D. Ana de Morais Sarmento, filha de Cristóvão da Silva Sarmento, da vila de Vinhais, com geração, e D. Maria de Morais da Fonseca, que casou com António Doutel de Almeida, §11, n.º 5

4. Francisco de Almeida de Figueiredo Taborda casou com D. Francisca de Sá, filha de Miguel de Figueiredo, que também era irmão do alcaide-mor Pedro de Figueiredo Sarmento. Teve:

5. Francisco de Almeida de Figueiredo

6. Francisco de Figueiredo Sarmento

7. Manuel de Figueiredo Sarmento

Jácome Luís de Figueiredo Sarmento, que estando provido no deado de Miranda, faleceu antes de tomar posse

D. Isabel de Sá, que casou com António Doutel de Almeida, §11, n.º 4

D. Maria Nogueira, que casou com António da Ponte Galego, comendador de Santa Maria desta cidade, na ordem de Cristo, que teve duas filhas, D. Catarina, freira no Mosteiro de Santa Escolástica, e D. Maria de Figueiroa, que casou de terceiro matrimónio com Sebastião da Veiga Cabral, mestre de campo general, governador das armas desta província, com filhos:

Francisco Xavier da Veiga Cabral, fidalgo da Casa Real, governador da cidadela

António da Ponte Galego

Sebastião da Veiga Cabral

e filhas freiras

5. Francisco de Almeida de Figueiredo, cavaleiro do hábito de Cristo, não casou

6. Sucedeu neste morgado seu irmão Francisco de Figueiredo Sarmento, cavaleiro do hábito de Cristo, capitão de cavalos, que casou com D. Maria Lopes de Morais, sem geração, e sucedeu:

7. Manuel de Figueiredo Sarmento, sargento-mor de infantaria, casado com D. Joana de Castro

O mesmo possui outro vínculo que é de sua mulher, D. Joana de Castro, e entrou esta também na instituição dele.

§13

1. Morgado que instituiu Maria Lopes de Morais, em 5 de Dezembro de 1673, com Capela de Nossa Senhora da Conceição, casou com Francisco de Figueiredo Sarmento, §12, n.º 6. Não tiveram filhos e o nomeou em seu marido

2. Francisco de Figueiredo Sarmento, administrador deste morgado, que o nomeou em:

3. Francisco Xavier da Veiga Cabral, fidalgo da Casa Real, governador da vila ou cidadela, filho de sua sobrinha D. Maria de Figueiroa, filha de António da Ponte Galego e de D. Maria Nogueira, neta de Domingos da Ponte Galego, general de artilharia desta província, mulher que foi de Sebastião da Veiga Cabral, mestre de campo geral, governador desta província.

§14

O morgado de Macedo de Cavaleiros que instituiu, em 8 de Fevereiro do ano de 1353, Rui Fernandes de Macedo, filho de Fernão Esteves de Macedo, e logram as fazendas deste morgado serem livres de reguengo pela causa que se disse no solar dos Macedos, apelido de que estes morgados deviam usar. Casou Rui Fernandes de Macedo com Leonor Fernandes de Carvalho.

É possuidor deste morgado seu descendente Jorge de Morais Sarmento, casado com D. Micaela do Sil Carneiro, filha de André do Sil Carneiro, e é filho de Mateus de Morais, que casou com D. Maria de Madureira Sarmento, herdeira deste morgado, filha de Manuel de Madureira Sarmento e de D. Ana de Castro, neta de Álvaro de Madureira e de Violante Sarmento.

§15

1. João de Macedo, alcaide-mor de Outeiro, fronteiro-mor ou governador das armas desta província, de sua mulher Branca de Sousa, naturais desta cidade, entre outros filhos teve

2. Fernão de Macedo, que casou na vila do Vimioso com D. Maria Vaz do Rego, descendente de Gonçalo Vaz do Rego, alcaide-mor daquela vila. Teve, entre outros:

3. Fernão de Macedo, que institui o morgado na capela de Nossa Senhora de Vale de Pereiras e casou na mesma vila com D. Maria Mendes, filha de Francisco Mendes Dantas. Teve:

4. João de Macedo, que sucedeu neste morgado e casou com Bibiana Osores e António de Macedo, que serviu na Índia, com geração. Sucedeu:

5. Belchior de Macedo, filho de João de Macedo, que casou com D. Ana Rodrigues de Carvalho, da cidade de Miranda, e teve:

6. Francisco de Macedo

Bibiana Osores, que casou com Joane Mendes Dantas, da dita vila do Vimioso, e por não terem filhos instituíram um vínculo que uniram a este morgado

Gonçalo Vaz do Rego, com geração

6. Francisco de Macedo casou com D. Ana do Campo da Gama e teve:

Belchior de Macedo, abade de S. Martinho de Angueira

Jerónimo do Campo, abade das Duas Igrejas

Paulo de Macedo, cavaleiro do hábito de Cristo, mestre do campo de infantaria auxiliar, que casou em Miranda com D. Maria Mendes Pimentel, e teve duas filhas:

D. Jerónima Pimentel, n.º 8

D. Ana de Macedo, que casou com Cristóvão Ferreira Sarmento Pimentel, fidalgo da Casa Real, cavaleiro do hábito de Cristo, filho de João Ferreira Sarmento Pimentel, desta cidade, título de Ferreiras, §4, e teve filha única D. Josefa Jerónima de Lousada, que casou com Manuel de Morais de Faria, morgado de Carrazedo, §16, n.º 6

7. D. Bibiana Osores casou com Aires Ferreira de Sá, cavaleiro do hábito de Cristo, capitão-mor da vila do Vimioso, filho de João Ferreira de Sá e de D. Clara Sarmento de Lousada, título de Ferreiras, §1. Teve:

8. Pedro Ferreira de Sá Sarmento, moço fidalgo, cavaleiro do hábito de Cristo, coronel de dragões, e sucedeu neste morgado. Casou com D. Jerónima Pimentel, acima, filha de Paulo de Macedo. É natural do Vimioso e vive hoje em Bragança. Teve:

9. Francisco José Sarmento de Lousada

D. Ana Maria Pimentel, que casou em Vinhais com Aires Ferreira Sarmento, com geração

9. Francisco José Sarmento de Lousada, com o foro de seu pai, cavaleiro do hábito de Cristo, sargento-mor de dragões, está casado com D. Joana Francisca Caetana de Morais Ferreira, filha de Duarte Ferreira de Morais, §10, n.º 8, com os filhos seguintes

Pedro Ferreira de Sá Sarmento

João António José Ferreira de Sá Sarmento

D. Teresa Jerónima Ferreira de Sá Sarmento †

D. Jerónima Teresa Ferreira de Sá Sarmento

D. Joana Maria Ferreira de Sá Sarmento

D. Francisca Josefa Ferreira de Sá Sarmento

D. Antónia Maria Caetana Ferreira de Sá Sarmento

§16

Morgado de Carrazedo, aldeia do termo desta cidade, que instituiu, em 8 de Dezembro de 1620, o doutor Pascoal de Frias, abade do mesmo lugar, com Capela de Nossa Senhora da Conceição no Convento de S. Francisco desta cidade, da qual faz especial memória o padre Esperança, *Hist. Seraph.*, 1.ª part., e deu a este convento a livraria que consta de mais de 700 volumes, além dos que se tiraram para o seu Colégio de S. Boaventura. Tem esta instituição uma cláusula de que não satisfazendo os administradores com as obrigações anuais que é dar ao convento duzentos alqueires de trigo, quatro almudes de azeite, três mil réis para cera e quatro para fábrica, nomeie o padre guardião e síndico outra pessoa da família para que prontamente satisfaça e não a havendo nomeie o provedor e mais irmãos da casa da Santa Misericórdia desta cidade e que satisfeitos os encargos da capela se distribua o rendimento deste morgado em esmolas e obras da casa.

2. Foi primeiro administrador Gonçalo de Morais Sarmento e sua mulher D. Paula de Frias, irmã do instituidor a quem chamou e sucedeu seu filho:

3. Pascoal de Frias, que casou com D. Isabel Ferreira de Sá, filha de Gaspar Ferreira Sarmento e de D. Ana Vaz Teixeira, título de Ferreiras, §4, e sucedeu seu filho:

4. António de Frias, casado com D. Catarina de Lobão, que teve filha única:

5. D. Maria de Frias, que casou com António de Morais Sarmento, filho de Jerónimo de Morais Sarmento e de D. Brites de Faria de Sá, filha de Lopo Ferreira de Sá, título de Ferreiras, §4, sucedeu seu filho:

6. Manuel de Morais Faria, casado com D. Josefa Jerónima de Lousada, filha de Cristóvão Ferreira Sarmento Pimentel, fidalgo da Casa Real, do hábito de Cristo e de D. Ana de Macedo, §15, n.º 6, com geração.

§17

Morgado que instituiu José Alonso, cidadão desta cidade, com capela do nome de Jesus, na paroquial de S. João Baptista, e possuem seus descendentes João Salgado de Castro, que casou com D. Margarida Troncoso de Lira e Henriques, moradores em Ponte de Lima, província do Minho, e não escrevo a descendência porque me faltam notícias certas para o fazer e os nomes destes direi do tombo desta igreja, a fol. 18 e 97, e o do instituidor se acha também na sepultura que tem na mesma capela, com ano de 1602.

§18

1. Morgado de Vale Benfeito, aldeia do distrito desta cidade, que instituiu, em 1523, António Borges de Morais, sargento-mor de infantaria e sucedeu seu filho:

2. O reverendo José Borges de Oliveira, doutor em cânones, provisor e vigário geral neste bispado, abade de Montouto, que acrescentou o morgado e o nomeou em seu sobrinho:

3. João de Morais, e a este sucedeu seu filho:

4. O doutor Luís de Morais, e a este outro João de Morais, pai de Salvador de Morais, que de presente possui este morgado, com geração.

§19

1. Morgado que instituiu Bento de Morais Pimentel, em 14 de Setembro de 1659. É filho de Manuel de Morais Pimentel e de D. Isabel de Morais, solar dos Morais, n.º 19. Casou com D. Isabel Teixeira e sucedeu sua filha única:

2. D. Maria de Morais, que casou com Lopo Dourado, da vila de Vinhais, e sucedeu seu filho:

3. Francisco de Morais, que casou com D. Brites de Miranda, da vila de Chaves, e sucedeu sua filha única:

4. D. Maria de Morais, que casou com Gaspar Pinto Cardoso, da vila de Mirandela, filho de André Cardoso de Queiroga, cavaleiro do hábito de Cristo, e sucedeu seu filho:

5. André Cardoso, que casou com D. Maria de Vargas, da vila de Montalegre, que hoje administra como tutora de seus filhos.

Este morgado se chama de Rio Torto porque passaram a viver nesta aldeia, e a instituição está no arquivo do Convento de S. Francisco desta cidade, onde têm obrigação de satisfazer um legado anual de missas, imposto no morgado.

§20

1. Morgado que instituiu, em 1632, o licenciado Brás Camelo da Gama, reitor do mesmo lugar de Lagoa, distrito desta cidade, e foram primeiros administradores seus sobrinhos:

2. Salvador da Gama e sua mulher Anastácia de Morais da Gama, e sucedeu:

3. Matias Machado de Morais, casado com Catarina de Morais da Gama, e a estes seu filho:

4. José Machado de Morais, casado com Maria Madalena de Morais da Gama, que de presente o possuem.

§21

1. Morgado que instituiu Francisco de Morais Sarmento, em 8 de Agosto de 1646, o qual era filho de Cristóvão Ferreira de Sá e de D. Maria Sarmento, título de Ferreiras, §4, e diz a instituição estava já viúvo de sua mulher, D. Juliana de Sá, e o nomeou em seu irmão:

2. Baltazar Sarmento Ferreira, que casou com D. Joana de Sá. Teve, com outros:

3. João Ferreira Sarmento Pimentel, fidalgo da Casa Real, comissário geral das tropas da ordenança desta província. Casou com D. Ana Ferreira, sua prima, filha de Gaspar Ferreira Sarmento, e sucedeu neste morgado:

4. Baltazar Ferreira Sarmento Pimentel, fidalgo da Casa Real, cavaleiro do hábito de Cristo, que casou com D. Ana de Sá Pereira. E sucedeu:

5. João Ferreira Sarmento Pimentel, fidalgo da Casa Real, cavaleiro do hábito de Cristo. E vive nas mesmas casas que foram de Lopo Ferreira, seu ascendente, que veio da Casa de Cavaleiros para esta cidade, casado com D. Violante de Sá, como se diz em título de Ferreiras desta cidade, §1. Casou com D. Maria Inácia de Vasconcelos. Teve:

Baltazar Ferreira Sarmento Pimentel, e outros

O mesmo possui outro morgado que instituiu Gaspar Ferreira Sarmento, acima, n.º 3, e sua mulher D. Ana Vaz Teixeira, em 28 de Setembro de 1646.

§22

1. Morgado que se intitula do Corpo Santo, em Lisboa, com Capela de Santa Ana na Colegiada da Conceição, que instituiu Maria de Rebelo, dona viúva de Diogo Fernandes Correia, fidalgo da Casa Real, em 12 de Abril de 1516.

É hoje administrador António de Morais Rebelo, que está despachado com o hábito de Cristo. Casou com D. Brites de Sá, filha de Fernão Pinto Bacelar, do hábito de Cristo, mestre de campo de infantaria auxiliar, e de D. Josefa de Morais, filha de José de Morais Madureira, fidalgo da Casa Real, §5, n.º 2, filho de Inácio Borges Rebelo e de D. Maria de Morais, filha de Francisco de Morais Madureira e de D. Brites de Sá, §5, n.º 1. Neto de Filipe Borges Rebelo e de D. Mariana de Morais de Albuquerque, filha de António de Morais Madureira, morgado de Parada, e de D. Aldonsa de Albuquerque, §4, n.º 9. Segundo neto de Gonçalo Borges Rebelo e de D. Antónia Pereira da Rocha, filha de Francisco Granado e de D. Antónia da Rocha que sucedeu no morgado de Quintela, que em 1595 instituíra o licenciado Gaspar Gonçalves Granado, seu tio, abade do mesmo lugar de Quintela de Lampaças, distrito desta cidade. Terceiro neto de Pedro Borges Rebelo e de D. Maria Pinto Pereira, filha de João Pinto Pereira,

fidalgo da Casa Real, alcaide-mor de Ervededo, e de D. Isabel Pereira de Morais, que o foi de Pedro Álvares de Morais Pimentel, solar dos Morais, n.º 24. Quarto neto de Lopo Álvares Borges e de D. Maria Botelha, que sucedeu neste morgado por falecimento de seu irmão, Rui de Abreu de Rebelo, fidalgo da casa do mestre de Santiago, que foi o primeiro administrador.

§23

1. Morgado que instituiu o doutor Domingos Pires Pavão, mestre-escola da Sé de Miranda, e seu irmão o reverendo Amaro Pires Pavão, reitor de Santa Maria de Mascarenhas e depois tesoureiro-mor da mesma Sé, com Capela de Santo Amaro, junto das suas casas, no lugar de Parada, em 14 de Outubro de 1687 e é primeiro administrador seu sobrinho:

2. Domingos Pires Pavão, casado com D. Bárbara de Sousa, filha de João Ferreira de Sousa Sarmento, fidalgo da Casa Real, sargento-mor de cavalaria e de D. Maria de Bandos, título de Ferreiras desta cidade, §4, n.º 16.

§24

1. Morgado que instituíram o padre Bento Pires Varge e seus irmãos, o padre João de Varge e Maria dos Santos, com Capela de Nossa Senhora de Penha de França, no lugar de Rabal, em 27 de Maio de 1696, e o nomearam em seu sobrinho:

2. Bento de Varge, cidadão desta cidade, capitão de uma tropa da ordenança, que casou com Francisca de Morais Leite, sem geração

3. É hoje administrador António Gonçalves Varge, alferes de infantaria, parente mais chegado dos instituidores que deixaram a cláusula que, não tendo o primeiro chamado sucessão, entrasse o parente mais chegado dentro do sexto grau e, faltando em algum tempo a direita sucessão do administrador, havendo parente dentro do sexto grau, sucederia e não o havendo nomeia a confraria do Santíssimo Sacramento do lugar de Rabal.

Os mesmos instituíram um vínculo para que ande nos seus parentes até o sexto grau inclusive, não por sucessão, mas pelos parentes mais chegados dos instituidores até sexto grau inclusive, tão-somente, e que findo o sexto grau passem logo as fazendas deste vínculo à confraria do Santo Cristo de S. Vicente desta cidade.

§ 25

1. Morgado que instituiu Sebastião Machado, fidalgo da Casa Real, e sua mulher D. Filipa Jorge, filha do doutor Francisco Jorge, desembargador do Paço, e de Isabel Borges, com uma capela dos Reis, no lugar de Parada, em 1588. E por não terem filhos o nomearam em seu sobrinho:

2. João da Rocha, filho de Domingos da Rocha e de Maria Álvares de Oliveira, irmã de Helena da Costa, que fundou o Mosteiro de Santa Escolástica desta cidade, §6, n.º 3. Casou João da Rocha duas vezes, primeira com D. Joana da Costa de Figueiredo, irmã do alcaide-mor Pedro de Figueiredo Sarmento, e sucedeu seu filho:

3. Sebastião Machado de Figueiredo, que casou com D. Maria Salgado. Foi insigne cavaleiro e chegou à idade quase de cento e vinte anos. Teve:

4. Sebastião Machado de Figueiredo

António Gomes Mena de Figueiredo, §26

e sete filhas freiras no Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição desta cidade, e entre estas são de plausível memória:

Soror Catarina Clara de Jesus

Joana do Deserto e Ana Maria da Purificação, Notícia 12.ª, n.º 30 e 31

4. Sebastião Machado de Figueiredo, cavaleiro do hábito de Cristo, sargento-mor da comarca de Miranda, casou com D. Maria de Morais, filha de António do Amaral Sarmento e de D. Maria de Morais de Vinhais. Teve:

5. Sebastião Machado de Figueiredo

6. António do Amaral Sarmento

Francisco Colmieiro de Morais, abade de S. Martinho do Peso

José Machado de Figueiredo

João Salgado, capitão-de-mar-e-guerra nos Estados da Índia

D. Teresa Maria de Santo António e outras freiras no Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição

5. Sebastião Machado de Figueiredo, cavaleiro do hábito de Cristo, casou com D. Mariana Freire de Andrade. Não teve filhos e sucedeu neste morgado seu irmão

6. António do Amaral Sarmento, fidalgo da Casa Real, cavaleiro do hábito de Cristo, general que foi de Salsete. Casou na corte com D. Antónia Luísa de Azevedo Lhamas e Brito.

§26

1. Morgado que instituiu o doutor Gaspar Dias de Faria, desembargador do Porto, e sua mulher D. Brites de Seixas, filha de Gaspar de Seixas Antas, da vila do Vimioso, em 1606. Sucede seu filho:

2. O doutor Francisco de Faria, desembargador da relação do Porto, que não casou e sucedeu:

3. João de Loureiro de Mesquita, neto dos instituidores, filho de António de Loureiro de Mesquita, da cidade de Viseu, e de D. Maria de Faria Borges, irmã do desembargador Francisco Borges de Faria, n.º 2, e a estes, seu filho:

4. António de Loureiro de Mesquita, casado com D. Maria Correia, da vila de Lamas de Orelhão, e a estes sua filha única e herdeira:

5. D. Emerenciana de Loureiro, casada com João Gomes de Figueiredo, fidalgo da Casa Real, do hábito de Cristo, capitão de infantaria reformado, filho de António Gomes Mena de Figueiredo, §25, n.º 3, fidalgo da Casa Real, do hábito de Cristo, governador que foi de Cabo Verde, e de sua mulher D..... [12] Correia

6. Tem seu filho mais velho, António Gomes Mena de Figueiredo, com o foro de seu pai, cavaleiro do hábito de Cristo, casado com D. Caetana Luísa de Sousa Pimentel, filha de Lázaro de Figueiredo Sarmento, alcaide-mor desta cidade, e de D. Mariana de Morais Pimentel, §1, n.º 3.

§27

1. Morgado que instituiu António Borges de Oliveira e sua mulher D. Maria da Costa, no lugar de Castelãos, deste distrito, em 1628, e lhes sucedeu seu filho:

2. Pedro Borges da Costa, que casou com D. Joana da Costa, digo, Borges, que assistia no serviço das Sereníssimas duquesas em Vila Viçosa. Teve:

3. Miguel da Costa Borges

O reverendo José de Oliveira da Costa, reitor de Macedo de Cavaleiros

3. Miguel da Costa Borges casou com D. Maria de Sá Sarmento, irmã de Bento de Morais Sarmento, do hábito de Cristo, coronel de infantaria, filhos de Valentim de Sá, da vila de Vinhais, e de D. Maria de Novais. E sucedeu seu filho:

4. João da Costa de Oliveira Sarmento, cavaleiro do hábito de Cristo, que viveu no lugar de Macedo de Cavaleiros. E a este morgado anda unido um vínculo que instituiu seu tio, o reitor José de Oliveira da Costa, com capela na igreja matriz do lugar de Macedo, de Jesus, Maria, José.

§28

1. Morgado que instituiu, em 1532, Francisco Colmieiro, fidalgo galego que passou para este Reino e casou nesta cidade com D. Maria de Morais, filha de Domingos Serrão de Morais e de Inês de Morais. Tem Capela de S. Vicente na vila de Vinhais, onde tem parte das fazendas deste morgado e as casas principais nesta cidade, onde vivem. Sucedeu seu filho:

2. Francisco Colmieiro de Morais, do hábito de Santiago, que casou com D. Catarina de Valcacere, filha de Fagundo de Morais, da vila de Vinhais, e de D. Joana de Castro, filha de Gonçalo Vaz de Castro, alcaide-mor de Melgaço, e sucedeu seu filho:

3. Francisco Colmieiro de Morais, fidalgo da Casa Real, do hábito de Cristo, casou com D. Maria de Sá da Silva, filha de Cristóvão da Silva, da vila de Vinhais, e de sua segunda mulher D. Perpétua de Sá. Cristóvão da Silva era filho de António de Morais e de Maria da Silva, neto de Henrique de Morais e de Catarina de Morais, filha de Gonçalo de Morais e de Briolanja de Sousa, filha de João de Sousa, alcaide-mor desta cidade. Teve:

4. António Colmieiro de Morais

D. Maria de Castro Colmieiro, que casou com Sebastião da Veiga Cabral, mestre de campo, general, governador das armas desta província, e teve deste matrimónio:

João da Veiga Cabral, mestre de campo de infantaria auxiliar, que casou em Vila Real com D. Teresa..... [13]

D. Maria da Conceição, freira no Mosteiro de Santa Escolástica

Casou segunda vez Francisco Colmieiro de Morais com D. Maria de Sousa, filha de Alexandre de Sousa Pereira e de D. Angélica da Costa Veloso, morgados de Vilar de Perdizes de que não teve filhos, mas acrescentaram o morgado, como também o fez seu irmão Afonso de Morais Colmieiro, chantre da Sé de Miranda, e sucedeu:

4. António Colmieiro de Morais, fidalgo da Casa Real, cavaleiro do hábito de Cristo, que casou com D. Angélica Maria de Sousa Teles e Távora, filha de Baltazar de Sousa Pereira, do hábito de Cristo, fidalgo da Casa Real, governador do Maranhão e, ultimamente, da fortaleza de Santo António da Barra, que era irmão de D. Maria de Sousa, acima, n.º 3, e de sua mulher, D. Maria Madalena Teles de Távora, filha de Manuel Teles de Távora, da cidade de Lisboa, que teve governo da Índia e de D. Maria de Sousa, irmã do secretário de Estado António de Sousa Macedo. E Manuel Teles de Távora, filho de Diogo Ortiz de Távora e de D. Margarida de Brito, filha do senhor de Sansoris [?], e neto de Fernando Ortiz de Villegas, porteiro-mor do infante cardeal D. Afonso, cavaleiro castelhano que passou para este Reino com seu tio, D. Diogo Ortiz, que foi bispo de Viseu. Teve:

Francisco Colmieiro de Morais, cavaleiro do hábito de Cristo, sem geração

5. António Colmieiro de Morais

Francisco Xavier de Morais Colmieiro, casado com D. Joana Maria Baptista

Baltazar de Sousa Colmieiro, todos com o foro de seu pai, e filhas freiras

5. António Colmieiro de Morais, fidalgo da Casa Real, casou com D. Joana Teresa de Mesquita e Sousa, filha de João Ribeiro de Sousa, do hábito de Avis, e de Maria de Castro, da vila de S. João da Pesqueira. Teve:

João António de Morais Colmieiro, com o foro de seu pai.

§29

1. Morgado que instituíram o padre António da Costa e seu irmão o padre Pedro Soares da Costa e seu sobrinho o padre João da Rocha Pimentel, todos desta cidade, em 11 de Junho de 1709, e é primeiro administrador:

2. Seu sobrinho e irmão Gonçalo da Rocha Pimentel, cidadão desta cidade, casado com D. Mariana de Morais Sarmento, filha de António Fernandes Couto e de D. Ana de Morais Sarmento, que também entraram com as suas terças. É Gonçalo da Rocha Pimentel filho de Manuel da Rocha Pimentel e de D. Maria da Costa, irmã dos instituidores. Neto de João da Rocha, §25, n.º 2, e de sua segunda mulher, Faustina da Rosa, filha de António da Rosa, alcaide-mor do castelo do Outeiro.

§30

1. Morgado que instituiu o doutor Mateus Ferreira dos Reis, em 29 de Dezembro de 1705, na sua Capela de Santo António, do lugar de Ousilhão, deste distrito. É de livre nomeação, sem preferência de rigorosa agnação ou cognação, e o nomeou:

2. Em o doutor António de Paiva Pona, cidadão desta cidade e provedor que foi da comarca de Miranda, casado com D. Joana de Barros.

§31

1. Morgado que instituíram, em 1656, na Capela de Santa Apolónia, Pedro Aires Soares, filho de Aleixo Soares e de Helena Góis, e sua mulher, Maria Mendes de Sá. Sucedeu seu filho:

2. Aleixo Soares, que casou com D. Maria de Butrão Sotomaior, filha de Sebastião de Figueiredo Sarmento, §1, n.º 2. Teve:

3. Pedro Soares de Figueiredo Sarmento

Sebastião de Figueiredo Sarmento, abade de Alfaião e outros, sem geração

3. Pedro Soares de Figueiredo Sarmento, cavaleiro do hábito de Cristo, coronel de infantaria, que casou com D. Perpétua da Rocha, filha de Francisco da Silva Barreto e de Perpétua da Rocha, da vila de Vinhais.

§32

1. Morgado que instituiu o padre Pedro Soares da Costa, em 1720, e uniu a este parte da sua fazenda o padre Manuel da Rosa, e é primeiro administrador:

2. António da Rosa Sarmento Pimentel, filho de Faustina da Rosa Pimentel, que era irmã de Gonçalo da Rocha Pimentel, §29, n.º 2, e de sua mulher, D. Ana de Morais Sarmento, que primeiro foi casada com António Fernandes Couto.

§33

1. Vínculo que instituiu o reverendo Manuel Camelo de Morais, comissário do Santo Ofício, abade da paroquial de S. João Baptista desta cidade, com Capela de Nossa Senhora do Pilar, e nomeou em sua sobrinha:

2 D. Inês de Mariz Sarmento, casada com Francisco de Morais Perestrelo, fidalgo da Casa Real, cavaleiro do hábito de Cristo, juiz dos órfãos desta cidade.

§34

1. Morgado que instituiu António de Morais Leite, tenente de infantaria, filho de Francisco de Morais Leite, cidadão desta cidade, em 1721, que administra D. Maria de Morais, viúva que ficou do dito António de Morais Leite, como tutora de seus filhos.

§35

1. Morgado que instituíram José Cardoso Borges, sargento-mor da cidade de Bragança e seu distrito, e sua mulher, D. Clara Maria de Figueiredo Sarmento, filha do governador da mesma cidade, António de Figueiredo Sarmento, em 5 de Novembro de 1706, que hoje administra por falecimento de sua mulher. E é filho de Francisco Borges Barreiros, cidadão da cidade de Miranda, e de sua mulher Ana Rodrigues, neto de outro Francisco Borges Barreiros e de Juliana Vaz Borges da mesma cidade, descendentes de Francisco Borges e Juliana Álvares de Macedo, desta de Bragança, dos honrados da sua terra. Teve:

Bento José de Figueiredo Sarmento, que serve na infantaria

José Sarmento de Figueiredo, que anda na universidade

António Manuel Sarmento e Francisco Bernardo Borges de Figueiredo

D. Escolástica Maria de S. Bento, freira no Mosteiro da Conceição, e D. Maria Josefa Gertrudes, educanda.

[NOTÍCIA 12.ª]

FERREIRAS DE BRAGANÇA QUE TRAZEM ORIGEM DA CASA DE CAVALEIROS

Em um tombo do morgado que possui João Ferreira Sarmento Pimentel, desta cidade, fidalgo da Casa Real, cavaleiro do hábito de Cristo, se acha uma lembrança da origem desta família e em um sumário da mesma, com idioma castelhano manuscrito, se diz o seguinte. Os de Ferreira são antigos e no primeiro ano do reinado de Fernando III, confirma Garcia Fernandes de Herrera, meirinho-mor. E em uma escritura de venda que está no Mosteiro de Aguilar do Campo, que fez Rui Dias de la Veja, a Gomes Milerio[?] de Maçanedo, ano de 1229, é testemunha Garcia Gonçalves de Herrera. Em o mesmo mosteiro há privilégio de el-Rei D. Fernando em que confirma Pedro Garcia de Herrera, filho de Garcia Gonçalves de Herrera, meirinho-mor.

O solar é a vila de Herrera e se divide esta família, além de outros muitos morgados, em dois estados: o de Pedraça e o de Ampudia e trazem por armas duas caldeiras de ouro barradas de negreto[?] em campo vermelho e por orla doze caldeiras.

Falta por alguns anos a sucessão de Pedro Garcia de Herrera até Garcia Sanches de Herrera, do qual foram filhos Fernão Garcia e Pedro Garcia de Herrera.

De Fernão Garcia de Herrera vêm os senhores de Pedraça. De D. Pedro Garcia de Herrera vêm os senhores de Ampudia.

Senhores de Pedraça

Fernão Garcia de Herrera, em tempo de el-Rei D. Afonso XI, foi senhor de muitas terras no bispado de Palência. E foi seu filho, João Fernandes de Herrera e outros. Não declara os nomes, mas Fernão Gomes de Herrera, diz Haro ser um deles, do qual procedem os marqueses de Auñón.

João Fernandes de Herrera, filho de Fernão Garcia, passou ao serviço de el-Rei D. Henrique e morreu na peleja de Guadix, ano de 1360. Casou com D. Maria de Grigalba, filha de Pedro de Grigalba e de D. Maria Giron, e teve a Garcia Fernandes de Herrera.

Garcia Fernandes de Herrera, senhor de Pedraça, que se achou na batalha de Najera com el-Rei D. Henrique, casou com Ana Duque, filha de João Duque e de D. Joana de Rojas, e foram seus filhos:

João de Herrera, que foi mariscal [marechal] e morreu na batalha de Quesada, em tempo de el-Rei D. Henrique

Garcia Gonçalves de Herrera.

Garcia Gonçalves de Herrera casou duas vezes como diz a *Summa de Ilustres Varões*. A primeira com D. Estefânia de Monroy, de que não teve filhos, e segunda com D. Maria de Gus-

mão, filha de Pedro Soares de Gusmão e de D. Elvira de Ayala, e neta de Pedro Soares de Toledo, camareiro-mor de el-Rei D. Pedro, e de D. Maria Ramires de Gusmão, e foram seus filhos:

Pedro Nunes de Herrera

D. Joana de Herrera, mulher de Garcia Álvares de Toledo, senhor de Oropesa.

Pedro Nunes de Herrera, senhor de Pedraça, copeiro-mor do infante D. Fernando, o que ganhou a Antequera. Serviu a el-Rei D. João II e casou com D. Blanca Henriques, filha do almirante D. Alonso. Foram seus filhos:

Garcia de Herrera

D. Catarina, mulher de Fernando de Monroy

D. Maria, mulher de D. Henrique de Portugal

D. Elvira, mulher de D. Pedro de Córdova, senhor de Aguilar

D. Joana, freira no Real Mosteiro de S. Domingos de Toledo.

Garcia de Herrera, senhor de Pedraça, foi rico-homem em tempo dos reis católicos. Consta do privilégio dado a Tarifa e dado a Abinar de franqueza, ano de 1469. Confirma Garcia de Herrera, senhor de Pedraça. Casou com D. Maria Niño, filha de D. Pedro Niño e de D. Beatriz de Portugal, e foi sua filha herdeira:

D. Blanca de Herrera

D. Blanca de Herrera, que sucedeu na casa de Pedraça, casou com D. Bernardino de Velasco, condestável e Castela, de quem teve a:

D. Ana de Velasco e Herrera

D. Ana de Velasco e Herrera casou com D. Afonso Pimentel, 5.º conde de Benavente, que por este casamento são aqueles condes senhores da casa de Herrera, pelo estado de Pedraça.

Casa dos senhores de Ampudia

Pedro Garcia de Herrera, filho de Garcia de Herrera, foi seu filho:

Garcia de Herrera, que viveu em tempo de Henrique II e D. João I, teve:

Fernão Garcia de Herrera

Fernão Garcia de Herrera foi mariscal em Castela, esteve na fronteira de Lorca contra os mouros. Casou com D. Inês de Rojas, irmã de D. Sancho de Rojas, arcebispo de Toledo. Foi esta senhora primeiro casada com Fernão Guterres de Sandoval, cujo filho foi o adiantado D. Diogo Gomes de Sandoval, e os filhos do mariscal Fernão Garcia de Herrera foram:

Rodrigo de Rojas, sem sucessão

Pedro Garcia de Herrera

Castelo de Ampudia

Pedro Garcia de Herrera, senhor de Ampudia, mariscal de Castela, andou nas guerras de Antequera, contra mouros, e nas de Aragão, contra ingleses e valencianos, sendo rei de Aragão D. Fernando, e assistiu à sua coroação. Achou-se na fronteira de Gerês e ganhou a Jornena [*sic*, Jimena?], junto a Gibraltar, ano de 1431, e na batalha de Olmedo, por parte de el-Rei D. João, teve título de honor, como parece pelo privilégio de el-Rei D. João II, dado a Baiona, ano de 1420, no qual confirma casou com D. Maria de Ayala, filha de Fernão Gonçalves de Ayala. Foram seus filhos:

D. João e D. Fernando, sem sucessão

D. Garcia, senhor de Ampudia

D. Sancho

Diogo de Herrera e Ayala, que casou com D. Inês Perasa, filha de Fernão Perasa; foi seu filho Fernão Perasa, que casou com D. Beatriz de Bobadilha, cujo filho, D. Gilen Perasa de Ayala, foi conde de La Gomera

O Claveiro, o cardeal de Burgos

D. Constança (Haro disse há de chamar D. Inês), condessa de Buendia

D. Maria, mulher de D. Pedro de Luna, senhor de Fuentidueña

D. Garcia de Herrera e Ayala, senhor de Ampudia e Ayala, casou com D. Maria Sarmento, filha de Garcia Sarmento. Foram seus filhos:

D. Pedro de Ayala e Herrera

D. Garcia de Herrera

D. Maria (Haro não traz este nome; será erro de manuscrito e há de ser D. Mécia), mulher de D. António, senhor de Coca

D. Maria, condessa de Valência

D. Genebra, mulher de Ochoa Lopes

D. Pedro (Haro diz conde) de Ayala e Herrera, senhor de Salvaterra e Ampudia, casou com D. Margarita, irmã do marquês de Saluzes. Foram seus filhos:

D. Velasco e D. Amadeu, sem sucessão

D. Atanásio

D. Atanásio de Ayala que sucedeu no estado de Ampudia, casou com D. Leonor de Vega, filha de D. Fernando de Vega, comendador maior.

Não passa adiante o manuscrito.

Esta é a memória dos Ferreiras de Castela, fielmente copiada, dos quais procedem os Cavaleiros.

Dos que vieram para este Reino, em outra memória achei o seguinte.

Martim Ferreira dizem ser o primeiro deste apelido, foi vassalo do infante D. João. Casou com Violante Correia, filha de Fernão Afonso Correia. Teve:

Gomes Ferreira

Álvaro Ferreira, que foi bispo de Coimbra.

Gomes Ferreira casou com D. Isabel Pereira, filha de Álvaro Fernandes de Lacerda ou Martim Fernandes de Lacerda, fidalgo castelhano, senhor do Sardoal, e de Violante Álvares Pereira, irmã do condestável D. Nuno Álvares Pereira. E dizem que a dita D. Isabel Pereira casou segunda vez com Gonçalo Correia, senhor de Farelães, e foi filho de Gomes Ferreira e D. Isabel Pereira:

Aires Ferreira

Aires Ferreira casou com Genebra Pereira e teve:

Álvaro Ferreira

Martim Ferreira

Gomes Ferreira

Álvaro Ferreira foi senhor da Quinta de Cavaleiros, casou com D. Beatriz Pereira, filha de Martim de Freitas, e neta de Vasco Pires de S. Paio. E teve:

Aires Ferreira de S. Paio

Aires Ferreira de S. Paio casou com D. Isabel de Mendonça, filha de Pedro Vaz Guedes, senhor de Murça, e teve:

Rui Ferreira de Mendonça

Rui Ferreira de Mendonça casou com D. Filipa de Ataíde, filha de Martim Lopes de Azevedo, e teve:

Francisco Ferreira

Álvaro Ferreira

Lopo Ferreira, que viveu em Bragança[14]

Até aqui a descendência de Martim Ferreira dos fidalgos que vieram de Castela do senhorio de Ampudia e Pedraça a este Reino no tempo das alterações de el-Rei D. Pedro com seu irmão D. Henrique, e fizeram assento na Quinta de Cavaleiros, na província do Minho.

Ferreiras de Bragança, com particular individuação por papéis autênticos e suficiente conhecimento que tenho desta família, que é uma das principais desta cidade e província

[§1]

1. Lopo Ferreira, filho de Rui Ferreira de Mendonça e de D. Filipa de Ataíde. Viveu nesta cidade e fez casa na Praça do Colégio da Companhia que hoje possui seu descendente, João Sarmento Pimentel, fidalgo da Casa Real, cavaleiro do hábito de Cristo. De Lopo Ferreira acho memória em vários papéis do arquivo da Câmara com o título de escudeiro fidalgo, que eram os acrescentamentos que naquele tempo se usavam por ser antes do regimento do senhor Rei D. Sebastião. E muitos de seus descendentes têm o foro de moços fidalgos e fidalgos cavaleiros. Casou com D. Violante de Sá, filha de João Rodrigues de Sá, o Velho, senhor de Matosinhos. Teve:

2. Francisco Ferreira de Sá

3. D. Genebra Ferreira de Sá, que casou com Cristóvão de Morais, da vila de Vinhais, e foi seu filho Aires Ferreira de Sá, n.º 5

2. Francisco Ferreira de Sá, desta cidade, fidalgo da casa real, comendador de Lamas e Corujas, na Ordem de Cristo, casou com D. Paulina de Guimarães, e teve:

4. D. Violante de Sá, que casou com Francisco Rodrigues de Morais, morgado de Tuizelo e no §2 vai a sua descendência, n.º 1

5. D. Isabel de Sá, que casou com Aires Ferreira de Sá, seu primo, filho de Cristóvão de Morais e de D. Genebra Ferreira de Sá, n.º 3, teve:

6. Pedro Ferreira de Sá, fidalgo da Casa Real

7. D. Isabel de Sá, §3

8. D. Maria de Sá, §4

Ruínas do Castelo do Outeiro

6. Pedro Ferreira de Sá, que viveu em Bragança, casou com Maria de Morais de Leão, filha de João de Morais de Araújo e de Maria de Leão. Teve:

9. João Ferreira de Sá

Francisco Ferreira de Sá, que morreu na Índia no real serviço

O padre António Ferreira, da Companhia de Jesus

10. D. Maria de Sá, que casou em Vinhais com António da Silva Barreto, dos quais foi filha D. Isabel Ferreira, que casou nesta cidade com João de Figueiredo, que tiveram a D. Francisca de Figueiredo, segunda mulher de António Ferreira Sarmento, n.º 12

9. João Ferreira de Sá, filho de Pedro Ferreira de Sá, n.º 6, casou com D. Clara Sarmento de Lousada, sua prima, filha de Cristóvão Ferreira de Sá, §4, n.º 9, e de sua mulher D. Maior Sarmento de Lousada. Teve:

11. Aires Ferreira de Sá

Pedro Ferreira de Sá, que morreu vindo de Roma para cónego de Miranda

12. António Ferreira Sarmento

D. Maria Baptista, freira em Santa Clara de Vinhais

11. Aires Ferreira de Sá, cavaleiro do hábito de Cristo, capitão-mor da vila do Vimioso, onde casou com D. Bibiana de Albuquerque, filha de Francisco de Macedo e de D. Ana do Campo. Morreu Aires Ferreira na avançada de Alcanizes, nas guerras da aclamação. Teve:

13. Pedro Ferreira de Sá Sarmento

13. Pedro Ferreira de Sá Sarmento, moço fidalgo, cavaleiro do hábito de Cristo, governador que foi do castelo de Outeiro, coronel de um regimento de dragões, que mora em esta cidade, casou com D. Jerónima Pimentel, sua prima, filha de Paulo de Macedo, do hábito de Cristo, mestre de campo de infantaria, auxiliar e de D. Maria Mendes Pimentel, da cidade de Miranda. Teve:

14. Francisco José Sarmento de Lousada

15. D. Ana Maria Pimentel

14. Francisco José Sarmento de Lousada, fidalgo da Casa Real, cavaleiro do hábito de Cristo, sargento-mor de dragões, casado com D. Joana Francisca Ferreira, filha de Duarte Ferreira de Morais e de D. Teresa de Morais, §2, n.º 8, com filhos:

Pedro Ferreira de Sá

João António Ferreira de Sá Sarmento, cavaleiro da ordem de Malta – 1723

12. António Ferreira Sarmento, n.º 12, filho de João Ferreira de Sá e de D. Clara Sarmento, que viveu em Vinhais, casou com sua prima D. Joana Ferreira Sarmento, filha de Cristóvão Ferreira de Sá e de D. Maior Sarmento, §4, n.º 11. Teve:

D. Maria Ferreira Sarmento, que casou com Francisco Xavier de Morais Sarmento, fidalgo da Casa Real, cavaleiro do hábito de Cristo, sargento-mor da comarca de Miranda, filho de Estêvão de Mariz Sarmento, cavaleiro do hábito de Cristo, governador que foi de Vinhais.

D. Clara e D. Joana do Espírito Santo, freiras em Santa Clara de Vinhais.

Casou segunda vez com D. Francisca de Figueiredo, desta cidade, n.º 10. Teve:

16. Aires Ferreira Sarmento

16. Aires Ferreira Sarmento, cavaleiro do hábito de Cristo, que vive em Vinhais, casado com D. Ana Maria Pimentel, n.º 15, com filhos.

§2

Descendência de D. Violante de Sá, filha de Francisco Ferreira de Sá, fidalgo da Casa Real, comendador de Lamas e Corujas, na Ordem de Cristo, casado com D. Paulina de Guimarães, §1, n.º 4.

1. Francisco Rodrigues de Morais, morgado de Tuizelo, casou com D. Violante de Sá. Teve:

2. Duarte Ferreira de Morais

2. Duarte Ferreira de Morais, moço fidalgo, casou com D. Leonor Pinheiro, irmã de D. António Pinheiro, bispo de Miranda. Teve:

3. Jerónimo Ferreira de Morais

Francisco Ferreira de Sá

Valentim de Sá, deão de Angola

D. Isabel de Morais Ferreira, que casou com Francisco Sarmento de Morais, de Tuizelo

3. Jerónimo Ferreira de Morais, moço fidalgo, casou em Chaves com D. Catarina Veloso e teve:

4. Duarte Ferreira de Morais

António Ferreira de Sá e António de Sá, capitães de infantaria que morreram na Índia

Francisco Álvares Veloso e outros

4. Duarte Ferreira de Morais, moço fidalgo, casou com D. Jerónima Veloso, sua prima, e teve:

5. Jerónimo Ferreira de Morais

António Álvares Veloso

D. Joana Veloso, que casou em Mirandela com Belchior Pinto Cardoso, §5, n.º 3

5. Jerónimo Ferreira de Morais, moço fidalgo, mestre de campo de infantaria auxiliar, casou com D. Francisca Botelho, filha do doutor Francisco Botelho de Abreu, desembargador da relação do Porto. Teve:

Francisco Ferreira de Morais, moço fidalgo, cavaleiro do hábito de Cristo, casou com D. Joana de Oliveira desta cidade, sem geração

6. Duarte Ferreira de Morais

O doutor António Ferreira de Sá, cónego de Miranda, provisor, vigário geral e governador que foi do mesmo bispado e ultimamente abade de Espinhosela

7. João Botelho de Morais, que casou na vila de Mogadouro com D. Maria Pinto, com filhos, §5, n.º 7

6. Duarte Ferreira de Morais, moço fidalgo, cavaleiro do hábito de Cristo, desta cidade e governador de Vinhais, casado com D. Teresa de Morais, filha de Inácio Perestrelo, da mesma. Teve:

Miguel Ferreira de Morais, moço fidalgo, casado com D. Francisca Maria Caetana de Morais Pimentel, filha de André de Morais Sarmento, que também tem morgado em Tuizelo, e de sua mulher D. Ana

8. D. Joana Francisca Ferreira, casada com Francisco José Sarmento de Lousada, moço fidalgo, §1, n.º 14

D. Francisca Jerónima, freira no mosteiro da Conceição desta cidade, e outras

§3

Descendência de D. Isabel de Sá, §1, n.º 7, filha de Aires Ferreira e de D. Isabel de Sá.

1. João de Morais Araújo, desta cidade, casou com D. Isabel de Sá e teve:

2. D. Juliana de Sá, que casou com Francisco de Morais Sarmento, filho de Cristóvão Ferreira de Sá e de D. Maior Sarmento, § 4, n.º 5, e por não terem filhos instituíram um morgado que hoje possui João Ferreira Sarmento Pimentel desta cidade que vive nas casas que foram de Lopo Ferreira, §1, n.º 1, e é segundo neto de dois irmãos deste Francisco de Morais Sarmento chamados Baltazar Sarmento e Gaspar Ferreira Sarmento

3. D. Joana de Sá, mulher do dito Baltazar Sarmento, §4, n.º 6.

§4

Descendência de D. Maria de Sá, filha de Aires Ferreira e de D. Isabel de Sá, §1, n.º 8.

1. Francisco de Morais, casou com D. Maria de Sá e teve:
2. Cristóvão Ferreira de Sá
3. Lopo Ferreira de Sá, cavaleiro do hábito de Cristo, casou com D. Isabel de Faria, do lugar de Quintela de Vinhais e teve a D. Brites de Faria de Sá, mulher de Jerónimo de Morais Sarmento, filho de Aires de Morais Sarmento, de Tuizelo, e teve a António de Morais Sarmento, que casou com D. Maria de Frias, herdeira do morgado de Carrazedo
4. Francisco de Sá Ferreira, §5

2. Cristóvão Ferreira de Sá, n.º 2, viveu nesta cidade e casou com D. Maior Sarmento de Lousada, filha de Francisco de Morais, da vila de Vinhais, e de D. Francisca Sarmento de Lousada

Este Francisco de Morais era filho de João de Morais, o Velho, e de sua mulher Antónia Supico, e neto de Rui de Morais, desta cidade, que casou na vila de Vinhais, com Guiomar Gomes; e Rui de Morais é descendente de João Fernandes de Morais, irmão de João Afonso Pimentel, primeiro conde de Benavente, como disse em a Notícia 5.ª, no convento de S. Francisco e se repetirá em a notícia 10.ª.

D. Francisca Sarmento de Lousada foi filha de Bernardo de Lousada, senhor do couto de Mormentelos e da granja da Bastida, no distrito de Monforte de Lemos, Reino de Galiza, e de D. Maior Sarmento de Arelhano, e neta de Álvaro de Lousada, senhor de Rionegro, Bombos e outras terras, do qual descendem os marqueses de Bianço[?], e de D. Maior de Valcacere, descendente de Garcia Rodrigues de Valcacere, adiantado maior do Reino de Galiza, e D. Maior Sarmento de Arelhano. Foi filha de D. João de Lousada, senhor das vilas de Mesquita, Frieiras, Vilar de Corvos e outras terras, e de D. Francisca Sarmento Pimentel, filha de D. Pedro Sarmento, sobrinho do conde de Benavente e descendente de Garcia Fernandes Sarmento, adiantado de Galiza.

Teve Cristóvão Ferreira de Sá e D. Maior Sarmento, os filhos seguintes:

5. Francisco de Morais Sarmento, que casou com D. Juliana de Sá, sem geração, §3, n.º 2
6. Baltazar Sarmento Ferreira

7. Gaspar Ferreira Sarmento [que] casou com Ana Vaz Teixeira, do lugar da Castanheira, termo de Monforte de Rio Livre, filha de Vasco Anes Teixeira e de Isabel Pinheiro. Teve:

Cristóvão Ferreira Sarmento, que morreu na avançada de Alcanizes, nas guerras da aclamação

D. Ana Ferreira, que casou com seu primo João Ferreira Pimentel, n.º 13

D. Isabel Ferreira de Sá, que casou com Pascoal de Frias Morais, morgado de Carrazedo

D. Maria da Assunção, freira no mosteiro da Conceição desta cidade.

8. Jerónimo Ferreira Sarmento, [que] casou com Maria de Sá e teve João Ferreira, abade de Alfaião, Brás Ferreira Sarmento, cónego de Miranda, D. Serafina Ferreira, mulher de Francisco da Silveira Vasconcelos, sargento-mor da comarca de Bragança, sem geração, e D. Antónia, freira em Santa Clara de Vinhais

Julião de Sá Sarmento, reitor de Grijó de Vale Benfeito

9. D. Clara Sarmento, que casou com seu primo João Ferreira de Sá, §1, n.º 9

10. D. Maria Sarmento, que casou com André do Amaral, §6

11. D. Joana Ferreira Sarmento, que casou com António Ferreira Sarmento, §1, n.º 12

6. Baltazar Sarmento Ferreira, n.º 6, filho de Cristóvão Ferreira de Sá e de D. Maior Sarmento, casou [com] D. Joana de Sá, filha de João de Morais Araújo e de D. Isabel de Sá, §3, n.º 3. E teve:

Francisco Ferreira Sarmento Pimentel, abade de S. João Baptista desta cidade

12. António Sarmento Pimentel de Morais

13. João Ferreira Sarmento Pimentel

12. António Sarmento Pimentel de Morais, cavaleiro do hábito de Cristo, casou primeira vez com D. Mariana de Sotomaior, de que não ficou geração, e segunda vez casou com D. Maria de Morais Sarmento, viúva de João de Queirós de Eça, sargento-mor da comarca desta cidade, filha de Francisco Gomes Sarmento, desta cidade, e de D. Filipa Pereira de Sá, e teve:

António Sarmento Pimentel, capitão de infantaria, sem geração

José Ferreira Sarmento, capitão de infantaria que casou em Vila Flor com D. Maria de Lemos, filha de António Borges de Lemos, e segunda vez casado em Vila Real com….. [15]

Baltazar Ferreira Sarmento, capitão de cavalos, que vive em Vinhais, casado com D. Doroteia, filha do doutor Alexandre Teixeira, de Vale de Telhas, provedor que foi desta comarca

Amaro Ferreira Sarmento, tenente de cavalos

D. Bernarda Ferreira, [que] casou com Duarte Tavares, da vila de Chacim, e segunda vez com André de Sá Morais, cavaleiro do hábito de Cristo, coronel de infantaria, natural da mesma vila. De todos ficaram filhos

D. Maria Ferreira que casou em Vila Real com Luís Teixeira, com filhos.

Teve mais de que não ficou geração.

13. João Ferreira Sarmento Pimentel, fidalgo da Casa Real, comissário geral das tropas da ordenança desta província, por patente da Sereníssima Rainha, a senhora D. Luísa, e foi encarregado do governo do Forte de S. João de Deus, desta praça, e de Miranda do Douro. Viveu nesta cidade de Bragança, casou com D. Ana Ferreira, sua prima, filha de Gaspar Ferreira Sarmento, n.º 7. Teve:

14. Baltazar Ferreira Sarmento Pimentel

15. Cristóvão Ferreira Sarmento Pimentel, fidalgo da Casa Real, cavaleiro do hábito de Cristo, que casou em Miranda com D. Ana de Macedo, filha de Paulo de Macedo, §1, n.º 13, e teve filha única

D. Josefa Jerónima de Lousada, mulher de Manuel de Morais Faria, morgado de Carrazedo

16. Pedro Ferreira Sarmento Pimentel, fidalgo da Casa Real, cavaleiro do hábito de Cristo, viveu nesta cidade e casou com D. Joana de Sousa Pereira, natural de Suções, filha de António Machado Pereira Pinto, natural de Vila Flor, e de sua segunda mulher, D. Joana de Sousa, natural de Chaves. Teve filho único João Ferreira de Sousa Sarmento, fidalgo da Casa Real, capitão de cavalos, que casou com D. Maria de Bandos, natural da vila de Alfândega da Fé, filha de Manuel de Bandos Machado, da vila de Mogadouro, e de D. Bárbara Pegado, natural desta cidade, e teve duas filhas: D. Bárbara de Sousa, mulher de Domingos Pires Pavão, um dos morgados de Parada, e D. Joana de Sousa, recolhida no Mosteiro da Conceição desta cidade

O reverendo João Ferreira Sarmento Pimentel, abade de Quintela, protonotário apostólico e comissário do Santo Ofício

14. Baltazar Ferreira Sarmento, n.º 14 desta cidade, fidalgo da Casa Real, cavaleiro do hábito de Cristo, casou com D. Ana de Sá Pereira, natural do lugar de Santa Cruz da Castanheira, filha de Rodrigo de Sá Soares e de D. Maria Pereira do Lago, que era filha de Gonçalo Pereira do Lago, do lugar de Águas Frias, termo de Monforte de Rio Livre, e teve:

17. João Ferreira Sarmento Pimentel

Baltazar Ferreira Sarmento Pimentel, fidalgo da Casa Real, capitão de infantaria, que ficou prisioneiro na Batalha de Almansa e morreu em Castela

17. João Ferreira Sarmento Pimentel, desta cidade, fidalgo da Casa Real, cavaleiro do hábito de Cristo. E neste ano de 1722 vive nas casas da Praça do Colégio da Companhia que foram de seu ascendente Lopo Ferreira, §1, n.º 1. Casou com D. Inácia Maria de Vasconcelos, da Torre de Moncorvo, filha de Cristóvão de Gouveia de Vasconcelos e de D. Maria de Madureira, filha de Luís Botelho de Sequeira. Teve:

Baltazar Ferreira Sarmento Pimentel

João Ferreira Sarmento de Lousada

D. Maria Josefa de Vasconcelos, casada com Duarte Teixeira

D. Francisca Xavier de Vasconcelos, casada com José Pinto de Queirós

D. Antónia Bernarda de Lacerda, freira no Mosteiro de Santa Escolástica, desta cidade, e outros.

§5

Descendência de Francisco de Sá Ferreira, § 4, n.º 4, filho de Francisco de Morais e de D. Maria de Sá.

1. Francisco de Sá Ferreira viveu em Mirandela e casou com D. Catarina Cardoso, digo, com D. Brites Pinto Cardoso, filha de João Pinto da Fonseca e de D. Catarina Cardoso. Teve:

2. Gaspar Pinto Cardoso

D. Antónia Pinto, mulher de Francisco de Morais, do campo da vila de Mirandela

D. Úrsula Pinto, mulher de Francisco Borges de Morais, do lugar de Espinhoso

2. Gaspar Pinto Cardoso viveu em Mirandela e foi primeiro administrador do morgado que instituiu seu tio Belchior Pinto Cardoso, reitor da mesma vila. Casou com D. Catarina de Vargas Teixeira, filha de Gaspar de Queiroga Teixeira, da vila de Chaves. Teve:

3. Belchior Pinto Cardoso

4. André Cardoso de Queiroga, cavaleiro do hábito de Cristo, que casou com D. Isabel de Mariz, filha de Lopo Dourado de Mariz, da vila de Vinhais, e de D. Isabel de.....[16], teve Gaspar Pinto Cardoso, Luís Inácio Cardoso e André Cardoso de Queiroga

5. D. Emerenciana Teixeira, que casou em Vila Real com André Correia da Mesquita, fidalgo da Casa Real, cavaleiro do hábito de Cristo, e com outros. Teve a João Correia da Mesquita, casado com D. Mariana da Mesquita, dos quais é filha D. Rosa Maria da Mesquita Pinto, n.º 8

6. D. Brites de Sá, que casou nesta cidade com Francisco de Morais Madureira, de que há descendência

3. Belchior Pinto Cardoso, n.º 3, casou com D. Ana de Sousa e teve:

7. D. Catarina Pinto, que casou na vila de Mogadouro com Gaspar Pinto e teve filha única D. Maria Pinto, casada com João Botelho de Morais desta cidade, moço fidalgo, §2, n.º 7, filho de Jerónimo Ferreira de Morais e de D. Francisca Botelho, morgados de Tuizelo. Casou segunda vez Belchior Pinto Cardoso com D. Joana Veloso, §2, n.º 6, filha de Duarte Ferreira de Morais e de D. Jerónima Veloso, morgados de Tuizelo. Teve:

8. Belchior Luís Pinto Cardoso

João Pinto, abade do Felgar, comissário do Santo Ofício

9. D. Sebastiana Veloso, que casou nesta cidade com Gregório de Castro Morais, fidalgo da Casa Real, cavaleiro do hábito de Cristo, mestre de campo de infantaria no Rio de Janeiro e morreu na primeira ocasião que nesta guerra passada foram os franceses àquele Estado. Com geração

10. D. Mariana Veloso, que casou nesta cidade com o doutor Lopo de Mariz Carneiro, cavaleiro do hábito de Cristo, desembargador da Relação do Porto. Com geração

8. Belchior Luís Pinto Cardoso, n.º 8, que viveu em Mirandela, fidalgo da Casa Real, cavaleiro do hábito de Cristo, coronel de infantaria, governador de Montalegre, casou com D. Rosa Maria da Mesquita Pinto, filha de João Correia da Mesquita e de D. Mariana da Mesquita, n.º 5, teve:

Belchior Pinto Cardoso

Luís Lázaro Pinto Cardoso

D. Luísa Caetana da Mesquita, que casou nesta cidade com Domingos de Morais Madureira <Pimentel>, fidalgo da Casa Real, comendador de Babe na Ordem de Cristo, filho de José de Morais Madureira e neto de Francisco de Morais Madureira e de D. Brites de Sá, n.º 6

D. Sebastiana Maria, freira no Mosteiro da Conceição desta cidade

D. Ana de Lorena e D. Rosa Maria da Mesquita.

§6

Descendência de D. Maria Sarmento, filha de Cristóvão Ferreira e de D. Maria Sarmento §4, n.º 10.

1. André do Amaral, natural do Tojal, que viveu em Vinhais, casou com D. Maria Sarmento. Teve:

2. António do Amaral Sarmento

D. Mécia Sarmento que casou com Inácio Machado

D. Maria de Sá, que casou com Cristóvão Ferreira de Lousada e teve Manuel Ferreira Sarmento, cavaleiro do hábito de Cristo, sem geração

3. D. Catarina Sarmento, que casou com Cristóvão da Silva

4. D. Teodora Sarmento, que casou em Candedo com Francisco Vaz de Morais, que teve a José de Morais Sarmento, com filhos, e André do Amaral Sarmento, que casou nesta cidade com Antónia de Macedo e teve a André do Amaral Sarmento, abade de Castelo Branco do Mogadouro, e a Manuel do Amaral Sarmento, que casou na mesma vila

2. António do Amaral Sarmento, n.º 2, sargento-mor da comarca de Miranda, casou com D. Maria de Morais, filha de Francisco Colmieiro de Morais, cavaleiro do hábito de Santiago, e de D. Catarina de Valcacere, filha de Fagundo de Morais, da vila de Vinhais, e de D. Joana de Castro, filha de Gonçalo Vaz de Castro, alcaide-mor de Melgaço, teve:

5. Manuel do Amaral Sarmento

Francisco do Amaral Sarmento, abade de Alfaião

6. D. Maria de Morais, que casou nesta cidade com Sebastião Machado de Figueiredo, cavaleiro do hábito de Cristo

D. Francisca, D. Marinha e D. Joana, freiras em Santa Clara de Vinhais.

Aldeia de Alfaião

5. Manuel do Amaral Sarmento, n.º 5, cavaleiro do hábito de Cristo, casou com D. Catarina de Queirós de Eça, filha do sargento-mor João de Queirós de Eça e de D. Maria de Morais Sarmento, desta cidade, filha de Francisco Gomes Sarmento, do hábito de Cristo, governador que foi de Cochim. Esta D. Maria de Morais Sarmento é a que casou segunda vez com António Sarmento Pimentel de Morais, §4, n.º 12.

De Manuel do Amaral Sarmento, da vila de Vinhais e de sua mulher, D. Catarina de Queirós de Eça, há os filhos seguintes:

António do Amaral Sarmento

Manuel do Amaral Sarmento, alferes de cavalos

Francisco José Sarmento, clérigo

Fr. Luís de S. Boaventura, franciscano observante

Sebastião de Queirós

O padre João de Queirós, da Companhia de Jesus, que passou à Índia

D. Maria do Amaral Sarmento, mulher de Manuel da Costa Pessoa, fidalgo da Casa Real, alcaide-mor de Evoramonte, filho de Manuel da Costa Pessoa, governador de Cabo Verde, e de D. Inês Maria Luísa Teixeira, filha de Simão da Costa Pessoa, mestre de campo de infantaria e governador que foi da praça de Chaves

D. Marinha Xavier e D. Filipa Maria, freiras no mosteiro da Conceição desta cidade

3. D. Catarina Sarmento, n.º 3, que casou com Cristóvão da Silva, da vila de Vinhais, teve:

7. Cristóvão da Silva Sarmento

8. António de Morais Sarmento, capitão de infantaria, que casou em Miranda e teve a Cristóvão da Silva Sarmento, cavaleiro do hábito de Cristo, sargento-mor da cidade de Miranda e hoje cónego de Évora

D. Maria e D. Ana, freiras em Santa Clara de Vinhais

7. Cristóvão da Silva Sarmento, da vila de Vinhais, casou com D. Isabel de Morais, filha de António de Morais e de D. Maria de Valcacere, da mesma vila, e teve:

Aires de Sousa, que casou em Sobreiró com D. Maria de Castro Morais, com filhos

António de Morais da Silva, cónego de Miranda

Francisco de Morais da Silva, sargento da comarca da Torre, casado com D. Maria de Morais

Fr. João de Morais, monge de S. Bernardo

Lourenço da Silva e João Baptista, clérigos

André de Morais, prior de S. Julião de Santarém

D. Ana de Morais Sarmento, que casou nesta cidade com Rodrigo Nogueira da Fonseca Borges, cavaleiro do hábito de Cristo, capitão de infantaria

D. Catarina de Morais Sarmento, que casou em Miranda com José Sarmento, governador do castelo do Outeiro, com filhos

Aos Ferreiras desta cidade, por serem da casa de Herrera, em Castela, os condes de Benavente tratam de parentes, e em poder de João Ferreira Sarmento Pimentel vi cartas daqueles condes com este tratamento para seu avô João Ferreira Sarmento Pimentel, §4, n.º 13, e uma certidão do teor seguinte:

"Don Antonio Alfonso Pimentel de Herrera Ponce de León y Velasco, conde duque de Benavente, señor de la Casa de Herrera, gentilhombre de la cámara de su majestad, capitán de las guardas viejas de Castila y trece de la orden de Santiago, etc. certifico que Francisco Ferreira Sarmiento Pimentel, abad de S. Juan de la ciudad de Berganza e sus hermanos Antonio Sarmiento Pimentel y Morais e Juan Ferreira Sarmiento Pimentel son mis parientes por ser de la familia de los Pimenteles y Herreras de mi casa y para justificación de lo referido mandé despachar la presente firmada de mi mano sellada con el sello de mis armas y refrendada de mi secretario. Dada en mi villa de Benavente a quince días del mes de Febrero de mil e seiscientos e setenta años.

Conde de Benavente.

Por mandado del conde mi señor

Domingos de Ascargenta

Asentada"

[NOTÍCIA N.º 13]

FERREIRAS DA TORRE DE MONCORVO

1. Paio Amado, fidalgo da corte do conde Henrique, casou com D. Moninha Guterres, dama da rainha D. Teresa. Teve:

2. Soeiro Pais Amado

D. Ouroana

2. Soeiro Pais Amado casou com Justa Peres, filha de Paio Guterres e de D. Ouzenda Hermiges Alboazar. Teve:

3. Paio Guterres Almeida, assim chamado por restaurar dos mouros o castelo de Almeida. Casou com…...[17]

4. Amado Viegas

4. Amado Viegas casou com D. Ouzenda Ramires. Teve:

5. Lodorico Amado

5. Lodorico Amado, que povoou Penela, casou com D. Maior Esteves. Teve:

6. Mem Gonçalves Amado

Amado Rodrigues, que mataram os mouros

6. Mem Gonçalves Amado, senhor de Penela, casou com Aldonsa da Fonseca. Teve:

7. Gonçalo Mendes Amado

Senhorinha Anes

7. Gonçalo Mendes Amado, senhor de Penela, alcaide-mor de Penedono, casou com Maria Anes, de Fornelos. Teve:

João Gonçalves Amado, que entregou Penedono aos castelhanos

8. Lourenço Anes Amado

8. Lourenço Anes Amado casou com Senhorinha Anes Ferreira, filha de Álvaro Anes Ferreira, de Paredes. Teve:

9. João Lourenço Amado

Miguel Ferreira Amado

9. João Lourenço Amado serviu nas guerras de D. Afonso V. Casou com D. Margarida Anes de Passos, filha de João Afonso de Passos, o Velho. Teve:

10. Gonçalo Pires Amado

Senhorinha Amado

10. Gonçalo Pires Amado casou com Beatriz Aires de Marialva, filha de Aires de Sequeira. Teve:

11. Pedro Gonçalves Amado

11. Pedro Gonçalves Amado, chamado o Rico, casou com Maria Anes de Almeida. Teve:

12. Simão Pires Ferreira Amado

Pedro Gonçalves de Almeida

João Pires Amado

Ana Pires Amado

Maria Aires

Inês Pires Amado

12. Simão Pires Ferreira Amado casou em Ferreirim com Isabel Anes, filha de João Afonso Anes. Teve:

13. Pedro Simão Ferreira Amado

Catarina Amado, mulher de Simão Rebelo, capitão em Flandres

13. Pedro Simão Ferreira Amado viveu na vila de Fonte Arcada. Casou com Genebra Lopes Leitão, filha de João Lopes de Sequeira e de Maria Gonçalves Leitão. Teve:

14. António Ferreira Leitão

§ Miguel Ferreira Leitão

§ Inácio Ferreira Leitão

D. Luísa Ferreira

14. António Ferreira Leitão, do hábito de Cristo, casou com Mena Botelho Pimentel, filha de André Botelho Machado e de Isabel Pimentel Correia, senhores de Vila Real. Teve:

15. Inácio Ferreira Pimentel

Frei João de Cristo, carmelita descalço

Frei Francisco Ferreira, franciscano

Isabel Pimentel

Casou segunda vez, em Santarém, com D. Joana de Melo, filha de Fernão Soares de Melo e de Luísa Froes de Brito, e teve:

Fernão de Melo Ferreira Froes

D. Clara de Melo, freira em Santa Clara de Santarém

D. Catarina de Cristo, carmelita em Santo Alberto

D. Luísa Teresa de Melo, mulher de Luís Barba Correia

15. Inácio Ferreira Pimentel, casou com D. Antónia de Melo, irmã de D. Joana de Melo, segunda mulher de seu pai. Teve:

16. António Ferreira Fróis

16. António Ferreira Fróis não casou, mas em Engrácia Nunes da Maia, donzela nobre, teve Al..... [18] Ferreira Fróis, que ficou herdeiro de seu pai

§

1. Inácio Ferreira Leitão, filho terceiro de Pedro Simão Ferreira, que fica em n.º 13, foi cavaleiro da Ordem de Santiago, desembargador do Paço, chanceler-mor do Reino. Casou no Porto com D. Paula de Sá e Meneses. Teve:

2. D. Bernarda Ferreira de Lacerda

2. D. Bernarda Ferreira de Lacerda, bem conhecida por suas raras prendas, casou com Fernão Correia de Sousa. Teve:

3. Alexandre Correia, que casou com Filipa Brandão, sem geração

D. Maria Clara de Meneses, mulher de Júlio César de Eça de Meneses, sem geração

D. Teresa Eufrásia de Meneses, mulher de Heitor Mendes de Brito, sem geração

§

1. Miguel Ferreira Leitão, filho de Pedro Simão Ferreira Amado, que fica a n.º 13, foi corregedor de Coimbra, viveu na vila de Torre de Moncorvo, instituiu o morgado da Terrincha, nos campos da Vilariça. Casou com D. Luísa de Morais, da vila de Moncorvo, filha de António Domingues de Madureira. Teve:

2. Luís Ferreira Leitão

D. Maria de Gamboa e Madureira, que casou com o doutor Baltazar de Azevedo, lente de prima, sem geração

D. Guiomar de Gamboa, sem geração

D. Ana dos Santos e D. Isabel Ferreira, freiras no Mosteiro da Ribeira

2. Luís Ferreira Leitão viveu em Moncorvo. Sucedeu no morgado da Terrincha. Casou com D. Juliana de Sá Pereira, filha de Ambrósio de Arosa Pinto, da mesma vila de Moncorvo. Teve:

3. D. Luísa Ferreira de Sá, que sucedeu no morgado da Terrincha e casou com Luís Botelho de Sequeira, natural da vila de Mondim, morador em Moncorvo

Ana de Sá, mulher de Cristóvão Ferreira Freire, natural do lugar da Faia, concelho de Faria.

[PARTE III]
[ORIGENS DA CIDADE DE BRAGANÇA]

NOTÍCIA 14.ª
DOS PROGRESSOS DA CIDADE DE BRAGANÇA DO TEMPO DA SUA FUNDAÇÃO ATÉ AO CONDE HENRIQUE

§1

Comummente dizem os escritores que Tubal, quinto filho de Jafé, viera povoar Espanha. S. Jerónimo, em as *Tradições hebreias*, sobre o capítulo 10 do *Genesis*, tratando dos filhos de Jafé, diz: "*Thubal Iberi qui et Hispani*". E o mesmo seguem S. Tomás, o cardeal Caetano, Lipomano, o padre Cornélio e outros. Dos historiadores, Josefo, *De Antiquitatib.*, L. 1, cap. 7, diz que os filhos de Jafé povoaram dos Montes Tauro e Amano, até Espanha: "*in Europa usque Gades*". E de Tubal, que com pouca corrupção chama *Thobelo*, se chamaram os espanhóis Tobelos: "*Thobelus, Thobelij, sedem dedit nunc Iberi*". E geralmente seguem esta opinião os escritores de Espanha. Que antigamente tivessem os espanhóis o nome de iberos é vulgar e S. Jerónimo sobre o capítulo 27 de Ezequiel diz se deduziu do Rio Ebro: *"Hispani, qui ab Ibero flumine hoc vocabulo nuncupantur*".

A Tubal sucedeu seu filho Ibero que dizem deu nome ao Rio Ebro e a este Jubalda, pai de Brigo. Foi este segundo neto de Tubal, quarto rei de Espanha pelos anos 406 depois do dilúvio, que são 1906 antes do nascimento de Cristo Senhor Nosso. E temos por tradição constante que Brigo fundou Bragança.

O ano em que Tubal aportou em Espanha, segundo Vasco, Carrilho, Martel e outros, foi em o de 142 depois do universal dilúvio. E por esta conta Brigo e os primeiros povoadores de Bragança não eram descendentes dos que levantaram a soberba torre de Babel, porque Saliano, Tornielo, João de Bussières, aos quais segue Carlos Martel em os *Annaes*, L. 2, cap. 7 e 8, dizem que a fábrica ou confusão das línguas em Babilónia sucedeu em o ano 1931 da criação do mundo, quando já havia mais de cento e trinta que Tubal estava em Espanha. E no apêndice do cap. 3 do L. 2, n.º 2, mostra por autoridade de S. Tomás e do cardeal Caetano que nem todos os filhos e netos de Noé foram ao campo de Senaar edificar a torre: "*Non intelligas* (diz Caetano in *Catena Lipomani* sobre o cap. 11 do *Gen*.) *universum genus humanum profectum fuisse ab oriente et ivisse in regionem Senaar quia nec Litera hoc sonat, nec rationi hoc consentaneum est*".

E continua, dizendo o sentido das escrituras, que perseverando em toda a terra uma mesma língua, aqueles que em esta ocasião se acharam no oriente, foram ao vale de Senaar. E do texto notou Martel que depois de haver recontado a geração de Jafé, *Gen.* 10, e antes de referir a História de Babel diz: "*Ab his divisa sunt insulae gentium in regionibus suis*", que pelos descendentes de Jafé foram povoadas e divididas as regiões dos gentios e que a esta divisão chama divisão depois do dilúvio e não depois da confusão das línguas, cuja histó-

ria se trata em o cap. 11 e que esta segunda divisão se entende dos que se acharam em a fábrica da torre. Nem em esta se faz memória de Noé, nem de seus filhos Sem e Jafé, nem de Arfaxad, filho daquele, nem do nosso patriarca, filho deste, porque sendo virtuosos, diz Martel, não é crível [que] cooperassem com os maus para a vaidosa fábrica, que S. Tomás chama da impiedade ("*impietatis turrim*"). Antes Arfaxad, segundo Fornielo [?], cento e vinte anos anteriores se tinha ausentado, e Tubal, para a Espanha, mais de cento e trinta primeiro que o soberbo Nemrod lhe desse princípio, segundo a computação dos escritores referidos. Mas deixemos a Tubal como coisa de que ninguém duvida e aludamos a seu bisneto Brigo.

Severa, parece, foi a crítica do padre Mariana, L. 1, cap. 7, em assentar por fingidos e fabulosos alguns réis de Espanha, como Ibero, Jubalda, Brigo, ainda que no fim do mesmo capítulo, confessa [que] se não atreve a reprovar o que graves autores testificaram e confessam. De Ibero diz ele lhe parece verosímil que os Iberos que moravam em o Ponto Euxino, entre Colcos e as Arménias, cercados dos montes Cáucasos, vieram em grande número a Espanha e que impondo seu nome ao rio Ebro o deram também à cidade Ibéria que depois se dilatou por toda a Província, com a preferência que considera em os Iberos da Ásia intenta suprimir a Ibero filho de Tubal, em Espanha. Mas graves autores como Dionísio Alexandrino, Eustáquio *De Situ Orbis*, Prisciano, Ludovico Nonio, Florião, o padre Puente afirmam que os iberos da Ásia são descendentes dos Espanhóis e Carlos Martel, em os *Annaes*, L. 2, em o apêndice ao cap. 3, <§2>, n.º 4, alega também a Sócrates e Nicéforo, autores gregos que viveram nas vizinhanças da Ibéria oriental e, por isso, de crédito atendível.

Sócrates diz: "*Iberos prope Pontum Euxinum suntque colonia deducta ab iberibus qui Hispaniam incolunt*, L. 1, *Histor. Ecclesiastica*, cap. 16. E Nicéforo: "*Habitat autem haec natio iberorum in interiori Armeniae parte ad Septemtrionem. Et Euxinum versus sunt autem Iberorum in Hispania Coloni*".

Logo, se os iberos em Espanha foram primeiro que os da Ásia, primeiro em Espanha houve príncipe chamado Ibero que deu nome ao rio Ebro, a cidade Ibéria, que se foi deferindo pela Província e estes depois aos orientais levaram o nome de Iberos. De Ibero, filho de Tubal, fez memória Abuleacim, autor árabe, em a *Histor. da perda de Hespanha*, 2.ª part., L. 2, cap. 10, dizendo que Tubal dividira Espanha por seus três filhos Tarrafo, Sempto Fail e Ibero e o alega Martel em os *Annaes*, L. 6, cap. 28, n.º 3 e como verdadeiros reis de Espanha, Ibero, Jubalda e Brigo e os mais os nomeiam Vaseo, Florião, Villadiego, Beuter, Tarrafa. E depois que escreveu o padre Mariana, afirmam o mesmo Carrilho, Martel e outros. E já Estaço nas *Antiguidades* fez reparo dizer Mariana de Tago que sucedeu a Brigo (se é que também o não meteu em a conta dos mais) levar algum fundamento pelo nome imposto ao caudaloso Tejo. E quanta maior razão se acha em Brigo, fundando e impondo seu nome a tantas cidades? E bem pode ser que das muitas que fundou se viesse a vulgarizar o nome destas em Brigas e este o motivo para Brigo trazer ou se lhe atribuir um castelo por divisa.

E querem os cronistas espanhóis com Mendes Silva, em a *Descrição de Castela*, cap. 2, que aquela região de Brigo se chamasse Brigia e tudo é conforme ao que usavam aqueles

Machados de talão em bronze e cobre (Museu Abade de Baçal)

primeiros povoadores depois do dilúvio imporem seus nomes às terras que povoavam como diz Josefo em as *Antiguidades*, L. 1, cap. 6 e 7. Nem o nome de Brigas, que o padre Mariana quer deduzir de Burgos, voz alemã interpretada "povoações", se deve admitir porque, além de confessar que o nome Briga é dos antigos de Espanha, interpretado "cidade" pedia a razão que o de Burgos se conservasse em muitas cidades, mas só este permanece em a de Burgos porque a sua fundação, quer este escritor em o cap. 2 do L. 8, a fizesse Nuno Belchides, alemão, e se ajunta que nem alemães, nem outras nações estrangeiras povoaram em tempo algum a nossa trasmontana, onde Bragança fica.

Antes deduzido o seu nome do fundador se mostra bem é da primitiva língua de Espanha, pois com Tubal vieram também arménios e Brigo do arménio se interpreta alcaide, diz Mendes Silva em o princípio das *Genealogias*. Mas o maior escrúpulo é não aparecer o seu nome em os antigos escritores gregos e latinos, como se não tivéssemos uma contínua e

firme tradição que Brigo, rei de Espanha, fundou Bragança e é esta mais antiga que os escritores que podiam falar em esta matéria: "*Certe enim* (diz Tertuliano, *De Tes. Anim*) *prior anima quam litera et prior sermo quam liber*". Temos tradição contínua como o rio com a sua fonte que passa como se não passara e por isso sempre presente.

É certo faz manifesto agravo quem intenta privar a um da excelência pela qual lhe resulta algum crédito, como ensina o doutor angélico, S. Tomás: *"Aliquis alium dehonorat cum privat eum excellentiam propterquam habebat honorem*", 2.2, q. 72, art. 1. E assim parece se alguém quiser refutar a nossa tradição que deve mostrar fundamentos sólidos contra ela e não o podem ser nem a sua incredulidade, nem o fundamento suficiente dizer que o não leu em antigos escritores (principalmente estrangeiros), como se estes pudessem dizer tudo ou deixassem de ser verdades muitas coisas que não disseram, ou porque o não alcançaram, ou porque não foi de seu propósito dizê-las. Famoso era já o povo romano e dele não fizeram memória Heródoto, nem Tucídides e de Espanha disseram outros diligentíssimos escritores era uma cidade: "*Hispanos usque adeo ignorarunt scriptores qui videntur accuratissimi quorum est Ephorus ut Hispanos qui tantam Occiduae terrae partem incolunt, urbem unam esse putaverint*", Josefo, L. 1, *Contr. Apion*.

Mas do que não subiu a sua notícia afirma a nossa tradição, escritura viva, e teve princípio não em o que ouviu, mas no que viu, ser Brigo fundador de Bragança, uma das cidades mais antigas de Portugal e pode ser que a mais nobre, porque se a verdadeira nobreza consiste em tributar louvores a Deus, esta cidade, como logo mostrarei, da sua primeva fundação teve sempre e nunca perdeu o conhecimento de Deus verdadeiro. E será este o mais forçoso argumento da sua grande antiguidade e nobreza.

§2

Os primeiros povoadores, pede a razão que Briga trouxesse das terras mais povoadas e vizinhas e não pode ser das províncias da Beira ou Minho, porque aquela ainda estava deserta e as povoações desta conhecidas e muitos séculos depois de Bragança fundada. E assim parece [que] vieram daquela primeira Ibéria, e mais verosímil é [que] fosse das montanhas, que correndo tempo se chamaram Astúrias, de Astur, capitão grego que fundou a cidade de Astorga ou *Asthyrios Gallegos* (como quiserem os castelhanos), porque estas nos ficam vizinhas.

E é provável conjetura que sendo o nome Ibéria o mais antigo de Espanha e derivado do Rio Ebro se dilataram em aquele princípio mais numerosas as povoações por estas partes de Aragão e montanhas de Biscaia e Astúrias, pois vemos que o nome Ibéria se foi participando por toda a província. E assim parece boa a opinião dos escritores como D. Rodrigo, arcebispo de Toledo, Florião, Beuter, Carrilho e outros, dizendo que Tubal fez seu primeiro assento em os Pirenéus e destes, como seminário, tirou gentes com que fez algumas fundações bem conhecidas pela imposição de seu nome e de que muito usavam aqueles antigos.

E parece que Josefo, alegado por Carlos Martel em os *Annaes*, L. 5, cap. 13, n.º 3, fol. 206, favorece a opinião que dos Pirenéus desceram as companhias de Tubal povoando Es-

panha, pois chama Arménia a estas montanhas que banham o Oceano Cantábrico, por serem povoações dos arménios que vieram com Tubal. E tomando as de Biscaia e Astúrias novas denominações, por futuros motivos, parece que estas de Bragança conservaram o nome dos arménios que os tempos corromperiam em Hermínios, nome que antigamente tiveram.

Mas não trato agora deste ponto e me ocorre dizer Josefo em as *Antiguidades*, L. 1, cap. 5 que os descendentes de Noé, antes de descerem ao Vale de Senaar, habitavam em o mais levantado dos montes, temerosos ainda alguns com as memórias do dilúvio: "*et aliis recenti etiam tum cladis memoria pavidis, nec audentibus a celsioribus locis descendere*". E se Tubal aportou em Espanha primeiro que o vale do Senaar se povoasse, parece havia de trazer o modelo de edifícios em terras montuosas, quais são os Pirenéus, e dilatar-se mais a povoação pelas montanhas de Aragão e Astúrias até que em tempo de Brigo chegou à nossa trasmontana. E desta antiguidade é verosímil fizeram todas suas povoações em o mais alto dos montes de que são tantos os monumentos quantos os vestígios que ainda hoje aparecem. E continuaram este modo de viver até os tempos de Júlio César que os obrigou a descer das montanhas e povoar o plano.

Tiveram por termo os novos povoadores a fertilíssima e belicosa região compreendida entre os famosos rios Douro e Minho porque, de todas suas povoações, Bragança [é] a primeira e sem contradição conhecida por mais antiga. Situada em igual distância de doze léguas do Douro, pela parte meridional e de outras tantas do Minho, que corre pela do Norte, junto ao santuário das Ermidas, e mais próxima fica do Douro pela do oriente. Mas correndo os séculos ou em tempo dos mouros, cujos domínios, por estas partes se limitavam a pequenos círculos, ou em tempo de nossos primeiros reis, que será mais certo, se dividiu esta região em dois governos ou províncias. Uma ficou com o nome de Entre Douro e Minho e esta com o de Trás-os-Montes, a respeito da montuosa serra do Marão que as divide e se termina hoje pela parte do sul e oriente com o Douro e pela do Norte com os reinos de Leão e Galiza que estende alguma coisa desta parte do Minho.

Multiplicados os brigantinos ou trasmontanos, dizem alguns escritores que, tendo povoado a sua província em tanta multidão que lhes ficavam já estreitos os seus limites, fizeram algumas expedições numerosas a povoar outras terras para que a sua lhes ficasse menos necessitada. E segundo a antiguidade desta cidade, e muita propagação daqueles séculos, verosímil é fizessem algumas em diversos tempos. E povoações há conhecidas com o nome de Bragança. Uma pode ser a Corunha, em Galiza e, aí perto, a terra de Brigantinos, sendo a fundação desta de tantas opiniões que alguns escritores a fazem muito mais moderna que a nossa Bragança e se pode ver em Mendes Silva, *Poblacion Gen. de Hesp.*

Também Estrabão em o L. 4, para o fim, em o qual descreve as terras entre os Alpes e Pirenéus, traz algumas povoações com o nome de Bragança: "*Estiones vero et Brigantii ad Vindelicos pertinent eorum opidum est Brigantium*". E no princípio do mesmo livro faz memória de uma povoação com o mesmo nome: "*Inde totidem per Brigantium vicum*". Brigançon, em França, se chama Brigantium. Mas quem poderá afirmar coisa certa, em tanta antiguidade?

Braceletes em bronze (Museu Abade de Baçal)

Ainda que não impossível. Faz a este propósito o que diz Séneca em o cap. 8, L. *De Consolatione ad Alvinam*, que os Espanhóis passaram a França quando os povos franceses não estavam edificados: "*Inconditis Galliae populis transierunt et Hispani*". Nem se dá maior razão que vindo tantas nações estrangeiras povoar em Espanha, deixassem os naturais desta de fazer o mesmo fora dela porque, uns e outros nauseados do bom que em suas pátrias possuíam, consideravam maior comodidade transportando-se a país alheio, como cantou o poeta: "*Fertilior seges a lino semper in agro*". Se é que não foi providência daqueles primeiros séculos.

Mas fica menos escrupulosa a conjetura atendendo ao que diz Tito Lívio, que Espanha é primeiro fundamento das províncias: "*Hispania prima initia provinciarum*", L. 28, *Ab Urbe Condita*. E que muitas de Europa são colónias de Espanha afirmam graves autores. Os Iberos da Ásia são colónia dos nossos Iberos e com estes, imagino, foram também os trasmontanos, chamados antigamente hermínios, e que deram nome aos povos hermínios que ficam para a mesma parte da Ibéria oriental, junto a Colios.

Mas vamos a outra colónia de Bragança que anda mais autorizada. Mil quinhentos e oitenta e oito anos contava da sua fundação, que eram 318 antes do nascimento de Cristo Senhor Nosso e por este tempo querem escritores que Ibero, e outro chama Iberno, saísse de Bragança com os trasmontanos povoar a Ibérnia, assim chamada de seu capitão. Hoje, a famosa ilha de Irlanda. E Faria, *Europ*., tom. 1, fol. 103, não encontra esta expedição. E que Bragança tenha uma tal colónia não se lhe admitindo a opinião de que Gatelo, que faz pai de Ibero, surgisse onde hoje está a cidade do Porto e que dele se chamasse Porto Gatelo, e daí a origem do nome Portugal. Supérfluo seria alegar escritores contra esta opinião, pois é a mais seguida que de Portu-Cale tomou nome aquela cidade e deste o de Portugal: "*A Porto enim et Cale dictum esse eruditorum omnium est opinio*", disse Duarte Nunes de Leão. E com isto fazem a cidade do Porto, fundada muitos séculos depois do tempo de Gatelo.

Quanto mais que Faria se implica com a opinião que alega de Apolidoro Virgílio, em o tom. 3, *Da Europa*, part. 3, cap. 3, fol. 167, dizendo que Gatelo, filho de Neolo, rei de Atenas, passara a Egito e servira em a guerra de faraó contra os etíopes, em tempo que Deus tinha

mandado a Moisés por seu legado e que daí passara a Espanha, casado com Escota, filha, outros dizem irmã, daquele rei. Isto havia de ser mais de mil e quinhentos anos antes do nascimento de Cristo Senhor Nosso e em o tom. 1, dito, fol. 103, diz que este Gatelo era pai de Ibero que, pelos anos 318 antes de nossa Redenção, fora povoar a ilha de Irlanda. (Permitam-me licença que defenda o próprio e que este insigne escritor não leve tudo para sua casa).

De duas, uma: ou Gatelo, ou Ibero, viveram mais de mil e trezentos anos. Mas nem uma coisa nem outra. Seja o pai de Ibero quem quer que for, nem para ser nobre seria necessidade lhe entrasse a ascendência pela barra dentro, pois em todo o tempo houve em Espanha príncipes e em tempo que os romanos entraram se achava dividida por muitos e de alguns faz memória Tito Lívio. E o nome de Ibero o mostra nosso natural, descendente de Tubal e não dos gregos e egípcios e, segundo diz Faria, se prezam aqueles islenhos trazerem sua origem dos portugueses. Mas, como o dizem em nossos tempos, também se não faz preciso que esta expedição se fizesse da província de Entre Douro e Minho, que não teve o nome de Portugal senão depois da entrada dos mouros, quando os cristãos principiaram a recuperar as terras de seu poder, como dizem Resende e Garibay, alegados por Estaço, cap. 92. E se a dúvida de Faria é querer atribuir esta expedição à sua província, ninguém pode duvidar que saindo Ibero de Bragança, justamente se diga foi da região de Entre Douro e Minho, não pela denominação presente, mas pela antiga, pois o que agora são duas províncias é a região que abraçam aqueles dois famosos rios.

A favor de Bragança faz também confessarem os moradores daquela memorável ilha trazerem ascendência dos portugueses e muito melhor por se achar na mesma ilha o nome de Bragança e o vejo em Cornélio Tácito, *Anal*., L. XII, n.º 32: "*Iamque ventum haud procul mari, quod Iberniam Insulam aspectat, cum ortae apud Brigantes discordae retraxere ducem*". E bem podiam ser muitos os povoadores daquelas ilhas. Um Gatelo, com sua mulher Escota, que dariam nome àquela parte que chamam Escócia, e depois Ibero, saindo de Bragança, o deu a Ibernia e povos brigantes.

Duas excelências considero em Bragança. A primeira é que contando, em este ano de 1724, três mil seiscentos e trinta anos de antiguidade, é fácil entender que, antes de sair a fundar colónias, havia de ter primeiro povoado toda a região entre os dois rios, Douro e Minho, pois de todas suas povoações lhes é esta cidade anterior muitos séculos. A segunda, serem os trasmontanos dos legítimos espanhóis descendentes de Tubal sem mistura de outras nações como gregos, fenícios, celtas, alemães e outras que em partes suprimindo os naturais lhes impuseram seus nomes com novas fundações e o que mais foi para sentir, introduzindo a idolatria de que Bragança viveu mais isenta.

Nem se diga que sendo da antiga Galiza o que hoje é província de Trás-os-Montes são geração dos gregos, alegando a Plínio em o cap. XX do L. 4: "*A Cilenis conventus Bracarum Helenii castelum Tyde Graecorum sobolis omnia*". Porque isto se há de entender somente daquelas povoações cujos nomes dão testemunho de seus autores e em esta nossa província se não acha vestígio nem tradição que nações estrangeiras a povoassem. A razão descubro eu em Es-

trabão, L. 3, o qual falando propriamente desta parte de Galiza diz que, por serem belicosos e fortificados com a aspereza das montanhas, viviam com mais liberdade: "*Inde ventiones et vaccei per quos Durias Labitur ad Contiam* (é Miranda) *urbem vacceorum transitum habens. Callaici autem novissimi montana habitantes ut plurimum unde et bellacissimi et subjugatu dificilimi*".

E nem porque carecia de trato com estrangeiros faltava em Bragança polícia, pois tinha uso de letras, como fica mostrado em a Notícia 4. Antes por isso seria mais ajustada como derivada de fonte mais pura, regulando-se com os ditames da lei natural e culto do verdadeiro Deus, de que ainda não perdera a notícia. E pode melhor conservar as primeiras tradições porque também ignorou a familiaridade com aqueles idólatras, abominação que em outras terras de Espanha foi introduzindo o seu trato.

§3

Pelos anos 1650 da fundação de Bragança, que eram 256 antes do nascimento e 495 da fundação de Roma, diz o padre Mariana, tom. 1, L. 2, fol. 45, que por estes tempos ardia Espanha em guerras civis sem que os escritores digam coisa particular. Mas deste ano achei uma inscrição em a qual se faz memória de Próculo, filho de Silon e a descobri em o lugar de Cova da Lua, termo desta cidade, da qual dista duas léguas, em um monte chamado Castro. E este nome conservam alguns montes em o distrito desta cidade, cujas eminências antigamente tiveram castelos e era ordinária situação das povoações, como fica dito. Pode-se entender que Próculo era governador desta cidade e que por sucesso glorioso em estas guerras se lhe levantou aquela memória:

O ano é 495, descontando as letras menores do valor da última, e corresponde ao tempo em que a Espanha se fazia dura guerra, contando-se *ab urbe condita*. E já por estas partes haveria notícia da língua latina que, como em a maior parte de Espanha havia exercício de letras, também o tinham de várias línguas, como advertiu Estrabão, L. 3: "*Caeteri etiam Hispani usum habent literarum non uno quoque genere neque una illis lingoa est".* Nem se pode atribuir seja memória de algum romano, pela conta de César, que corresponde aos anos 457 do nascimento, porque já em esse tempo os suevos, e não os romanos, ocupavam estas terras. Além de que a conta se fazia por era e não por anos e é esta muito mais moderna em Espanha de se contar por anos. E o primeiro que contou pelos anos da Encarnação foi Dionísio abade, monge de S. Bento, em o ano de 527, diz o cardeal Baronio alegando a Beda in *Epitome Anno Christi 527*. E assim parece se deve contar o ano desta pedra *ab urbe condita*.

Em a segunda guerra púnica, quando Aníbal passou a Itália, entre as luzidas tropas de espanhóis que seguiram a bandeira cartaginesa, teve também Bragança a sua com o seu capitão Galicano em a memorável batalha de Trasimeno. E notou Tito Lívio o luzimento das nossas tropas e deste elogio infiro eu o seu valor: "*Hispani linteis praetexstis purpura tunicis candore mire fulgentibus constiterant*." *Dec*. 3, L. 2.

Mas cedendo a fortuna de Cartago à de Roma e esta, com mão vencedora, tratava da conquista de Espanha e, estando já dividida em duas províncias, citerior e ulterior, sendo pretor daquela Cornélio Semprónio Tuditano, dizem escritores com Mendes Silva, *Poblacion Gener. de Hespanha*, fol. 155, que o pretor amplificou Bragança. Isto se inferiu, a meu ver, por se achar o seu túmulo em o lugar de Castrelos, duas léguas distante desta cidade. Mais provável fora a conjetura se estivera enterrado em ela. Antes parece mais certo que tratando o pretor de adiantar a conquista (ou pelas causas que diz o padre Mariana, tom. 1, L. 2, cap. 25, fol. 73, ano *ab urbe condita* 557), tomaram os naturais armas em defensa da liberdade e juntos estes com Bragança e a trasmontana deram batalha ao Tuditano em o sítio de Castrelos, pois aí perto há um de que se conserva tradição [que] foi o campo de uma grande batalha em tempos antigos, nem esta distingue outra coisa nem Tito Lívio deixou memória mais do que dos lutos de Roma: "*Tristis ex Hispania Nuntius. Cn. Sempronium Tuditanum Praetorem in Citeriori Hispania praelio victum exercitum ejus fusum fugatumque et illustres viros in acie cecidisse Tuditanum cum gravi vulnere latum ex praelio haut ita multo post expirasse*". Dec. 4, L. 3.

Duas são as razões para entender que o pretor Tuditano não amplificou Bragança. A primeira é porque esta cidade não foi conquistada pelos romanos até Júlio César e de algumas inscrições se vê dava armas contra estes e os escritores andaram tão diminutos no que respeita a esta província que pouco acho que dizer de suas antiguidades, mas será o seu mesmo silêncio a mais evidente prova da nossa liberdade. A segunda, porque em esta cidade havia de estar o túmulo do Pretor, pois sendo lugar fortificado pedia a razão se refugiasse a ele quem vinha vencido. E por tudo parece que o campo da batalha foi o de Castrelos e o

insinua também o mesmo nome, pois se deriva do latino castra e que esta cidade unida com os naturais triunfou do Tuditano e lhe mandou dar sepultura honorífica em o mesmo campo da batalha ou perto dele. E da relação de Tito Lívio se vê que os romanos que escaparam da batalha não puderam ter os vagares que eram precisos para esta diligência porque, morto o Tuditano e outros ilustres romanos, os que puderam fugir trataram só de salvar as vidas espalhados por diversas partes.

A pedra deste túmulo vi muitas vezes, e porque já não existe, pois querendo agora se conduzisse para esta cidade, achei que os moradores de Castrelos se aproveitaram dela, haverá oito anos, quando reedificaram a sua igreja. E pode ser esta a última memória que dela se faça, por testemunho de vista e assim direi com individuação o que em ela notei ainda que já o escreveram o *Agiol. Lus.*, a 4 de Março, Mendes Silva, *supra*, e outros. Dizia a inscrição:

SEMPRON. TVDIT.

Parece que esta cidade lhe negou o título de pretoria porque não reconhecia sujeição aos romanos e lhe deu o do nome próprio que bastava para memorial o seu vencimento. Mas correndo tempos se fez depósito (se pode presumir que por causa de guerras ou do que quer que fosse) junto ao túmulo de Tuditano de certa quantidade de moedas de ouro que, achadas pelos anos [de] 1591, tinham o nome do imperador Antonino. E na mesma pedra gravaram as letras seguintes:

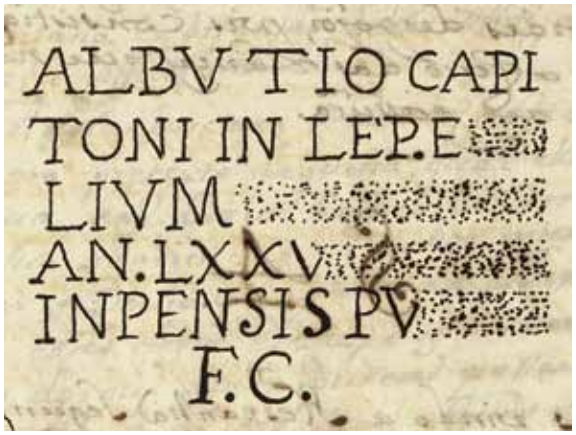
NVMORVM IXM.

Mas em tudo eram estas segundas letras dissemelhantes das primeiras que estavam muito melhor cortadas e mais avultadas.

Ainda continuam monumentos por que se mostra não ser esta cidade confederada do povo romano, porque em tempo de Viriato teve ao seu capitão Galicano de tão belicoso espírito que julgava maior glória morrer em campanha por defensa da pátria do que apanhá-lo a morte ocioso em esta, como se disse, com elegância romana, em o epitáfio de sua sepultura, do qual fiz menção em a Notícia 12.ª.

Destes tempos, imagino eu, fala outra pedra que se descobriu em a cerca do mosteiro de Santa Escolástica e tinha o nome de ____PLAVT._____ Mas todas as mais letras estavam totalmente gastadas e o que se pode conjeturar é fosse memória do que esta cidade, ou algum natural seu, fez em guerra contra o pretor Caio Pláucio, que duas vezes foi desbaratado pelas vitoriosas armas do nosso Viriato.

Mais certeza nos deixa outra pedra que descobri em o lugar de Gimonde, uma légua distante desta cidade para onde a mandei conduzir, da qual se mostra que esta deu socorro aos vaceos, nossos vizinhos, contra o procônsul Marco Lépido Emílio que, fazendo-lhes injusta guerra, justamente lhe mataram em uma batalha seis mil romanos, pondo em fugida ao resto de seu exército, cujo destroço encarece grandemente Tito Lívio. E pode ser que Albúcio Capito, desta cidade, fosse um dos principais capitães que se achou em esta guerra dos vaceos, pois por conta das expensas públicas se lhe mandou fazer o seu túmulo e se outra coisa diz a inscrição, fique para quem melhor entender.



De Junio Bruto, que triunfou dos lusitanos e galegos, não alcanço memória sua em esta cidade, havendo tantas em a Lusitânia e província que agora chamamos Entre Douro e Minho e ainda em Galiza, segundo Molina, em a sua *Descrição*, fol. 19. Estrabão diz que da sua pretura era termo o rio Minho. Lúcio Floro e Veleio Patérculo exageram que a sua guerra chegou ao último ocidente. Não duvido eu que os trasmontanos se achassem também em estas guerras. Mas que conquistasse as montanhas Hermínias ou Trás-os-Montes não o dizem os escritores, nem outro monumento algum, de que se verifica que por estes tempos ainda Bragança e a trasmontana viviam em sua liberdade, porque o montuoso do País e as povoações que com muitos castelos coroavam o mais áspero das montanhas a respeitava inconquistável. E seria também porque a sua opulência não prometia grandes despojos, pois consistiam mais em o ferro das lanças que no ouro que não possuíam.

§4

Mas vindo a Espanha segunda vez Júlio César com bastão de pretor, diz Ambrósio Morales, L. 8, cap. 23, que desprezados por indecente emprego de seu valor os salteadores que fatigavam as terras da Lusitânia marítima e Andaluzia, deliberou conseguir para Roma uma memória de grande estimação e para si mais glorioso nome quanto pelas armas lhe fosse melhor disputado. A este fim mandou legados aos trasmontanos elegessem suas povoações em o plano de país porque, fortificados em as eminências dos montes e mais fragoso das serras, ordinária habituação sua até estes tempos, traziam inquietas com insultos as terras vizinhas. Pode ser [que] as fizessem em as confederadas com o povo romano, pois comummente chamava bárbaros e salteadores àqueles que destemidos se opunham ao seu domínio. Mas semelhantes vocábulos neste caso têm diversa significação e só Estrabão, *supra*, que soube definir a nossa trasmontana, lhe deu a verdadeira inteligência: "*Montana habitantes, bellacissmi et subjugatu dificilimi*".

A estes buscava o César e foi a resposta para pretexto da guerra, qual ele desejava, e os reduziu à força de armas na sua obediência. Outros intentaram passar o Douro para a parte da Beira e sobre estes foi o César e os desbaratou. Mas dos que ainda puderam passar o

rio, verosímil parece que alguns se refugiaram em a Serra da Estrela e para se poder conjeturar é só que podem servir as escrituras que alega Brito, *Monarq. Lus.*, 1.ª part. L. 4, cap. 1. Segunda vez tomaram armas os trasmontanos, mas cedeu a sua fortuna à de César, porque segunda vez foram vencidos. E imagino que esta segunda batalha deram junto da vila de Monforte, desta diocese, onde aparecem as ruínas de uma antiga povoação cercada com três ordens de muros. E diz a tradição fora a última que se rendeu aos romanos, em tempo de César, e se acham em aqueles contornos sepulturas de romanos.

Mas juntando-se as relíquias do nosso exército, deixando o campo ao vencedor, se foram recolhendo pela Galiza dentro e passaram a uma ilha que Morales entende são as de Baiona. E seguindo-os, Júlio César os achou já fortificados e para poder entrar a ilha mandou vir armada, e depois de vária fortuna por uma e outra parte ultimamente ficaram rendidos. Desta ocasião pode ser ficassem alguns trasmontanos por aquelas partes e dessem nome à terra de Brigantinos que aí ficava perto. Desta guerra de César com os trasmontanos, chamados em aquele tempo hermínios, escreveram Dion, Morales, *supra*, Mariana, L. 3, cap., 16, Carlos Martel, em os *Annaes*, fol. 410, anos antes de Cristo, 58.

Agora direi as memórias que alcanço destes tempos e a origem do nome de hermínios.

Primeiramente a nossa trasmontana fica grandemente levantada a respeito das províncias da Beira e Minho. E os que destas passam a ela logo quando a avistam lhes parece que os montes sobem uns sobre outros, o que procede não só da altura em que fica, mas das muitas serras que cruzam o País, donde vem chamar-se a tudo montanha. E assim dizemos montanha de Chaves, de Mogadouro e assim de outras, mas a todos os montes e serras em particular vulgarmente chamamos ermos. E junto este nome com o do rio Minho, que nos cerca pela parte do Norte, se compõe o de Hermínio ou de rio Lima, que nasce em as vizinhanças de Monterrei, em Galiza, ao qual alguns antigos chamaram também Hermínio, por ter a sua corrente a um lado do Minho. E que tivesse aquele nome se vê de Plínio, L. 4, cap. 22. E entendo que os gregos que povoaram junto do rio Minho impuseram a estas montanhas o nome de Hermínias do seu *eremos* que os latinos vertem *eremus* e nós, daqueles, em ermos, que junto com o do rio vale o mesmo que dizer serras ou montanhas do Minho.

Esta me parece ser a verdadeira etimologia do nome de Hermínios. Mas ouço me replicam dizendo: "Ermo significa coisa despovoada, deserta e que este nome se dê aos montes e serras lhes fica próprio, mas que o tenha uma região habitada é impropriedade". Seja assim em outras terras, mas não em a nossa trasmontana porque quase todas as que havia mais capazes de habitação essas eram as ermas e desertas. E habitadas aquelas a que os outros homens chamavam ermos, *montana habitantes ut plurimum*. E por este modo compreendeu aquele nome toda a região. Agora, desertando as montanhas, passou o nome de ermos dos vales para aquelas porque destas desceu também a habitação para aqueles. Habitavam em os ermos agora as terras que chamavam ermas.

Se esta etimologia não agradar, outra me ocorre: eleja cada um a que lhe parecer. Já disse que as duas províncias do Minho e Trás-os-Montes antigamente era uma só região. E ainda

hoje as distinguem os moradores de ambas chamando à província do Minho as terras de baixo e à trasmontana, as de cima, como quem diz Beira Alta e Baixa. Do mesmo modo, ficando aquelas na foz do Minho e estas mais vizinhas da sua fonte, justamente lhe vem o nome de Hermínias, derivado de *herma atis,* que significa princípio. E junto com o do rio Minho vale o mesmo que dizer terras do princípio do Minho. E este nome nos dariam os moradores das terras de baixo por ficarem na foz daquele rio e nós mais próximos do seu princípio.

E bem pode ser que as montanhas Hermínias se chegassem a ele. Ainda se acham sítios com nomes que levam alguma semelhança. Não longe do Minho fica em Galiza a "serra Hermenia". Junto a Vinhais há Hermenis [Armoniz] e logo adiante Vale de Hermeiro [Armeiro] e uma aldeia chamada Ermos. Também perto de Vila Real, o concelho de Ermelo, mas este deriva do Olo e de Erma. Com isto me parece é escusado recorrer aos Arménios que vieram com Tubal.

Graves autores afirmam que Júlio César reedificou Bragança e não é novidade em grandes capitães honrarem aos vencidos quando estes com destemida oposição lhe fizeram mais gloriosa a vitória. E assim vemos mandou levantar ruínas que executou soldado. E para o eterno memorial do seu e nosso esforço deixou aos vencidos o nome do vencedor, pois deste tempo querem se enobreça Bragança com o de *Julia*. Outros dizem que Augusto em memória de seu tio lho impusera. De qualquer modo que seja, é certo se chamou *Julia*. A mesma diversidade de opiniões acredita que Júlio César esteve em esta cidade e tenho eu monumento com que o faça certo.

Diz: “Júlio César, pretor da província, por voto levantou esta árula ao grande Júpiter, o maior dos deuses”. Tem esta pedra pouco mais de quatro palmos de altura e está lavrada do mesmo feitio que vai copiada e achei debaixo do altar da antiquíssima Igreja de S. Pedro em a devesa da montanha de Babe que dista desta cidade duas léguas e na mesma há muitas pedras que tinham inscrições, mas estão totalmente gastadas e quebradas e só pude ler uma que está metida em o arco e parece era sepultura de Frontónio, que morreu de 18 anos.

Esta pedra está muito bem entalhada e não tem mais letras. Deste mesmo tempo achei outra pedra em as vizinhanças desta cidade para onde a mandei conduzir, como também a árula acima, para as colocar em parte onde sejam de todos vistas. E faz alguma coisa para se entender que o César teve por estas partes oposição e vai copiada do mesmo modo que se acha.

Diz: “Buano liberto de Ebuto fez esta sepultura a sua mãe Caburena que morreu de 75 anos em os dias de César”. Este Ebuto parece ser dos soldados de César, do qual era liberto Buano.

Também em a serra de Nogueira ou Bragança (que antigamente se chamou Monte Júlia, nome que lhe deu a vizinhança desta cidade), em a qual há claros e distintos vestígios de um castelo antigo, diz a tradição que em tempo de Júlio César os naturais que se achavam fortificados em aquela montanha se lhe renderam a partido e desceram suas povoações para o plano a que agora chamamos “terra de Campaces” que com pouca corrupção se deriva de *Campus Pacis*. E nas faldas desta serra há um sítio chamado “Segraidos”, que hoje quer dizer segredos, porque em este se trataram as capitulações. Em este sítio tem sua fonte uma ribeira que se junta com o Fervença e traz o mesmo nome do sítio e com este o acho em a escritura de doação que el-Rei D. Afonso Henriques fez ao abade João do antigo Mosteiro de S. Salvador de Castro de Avelãs que está na Torre do Tombo, em o Livro 2 de Além Douro, fol. 272, alegada por Brandão, 5.ª parte, fol. 316, a qual declara as demarcações do mosteiro e uma delas é este rio dos Segredos: “*Deinde ad marcum inter Nugaria et flumen Mauzer et per marcum de prato mayor et deinde per flumen de Arcanis*”.

§5

Tenho mostrado como as montanhas Hermínias são a nossa Trasmontana, onde pessoalmente assistiu e teve Júlio César as guerras que conta Dion Cássio. E delas parece fez alusão Estrabão quando disse eram os trasmontanos belicosos e difíceis de subjugar. E foram de tanto apreço, diz Eusébio Cesariense, que o Senado lhe quis dar o triunfo por vencedor dos galegos e não aceitou, porque esta honra lhe impedia o consulado que pretendia. Também Júlio, obsequente, diz por estes tempos fora fatigada com a guerra Lusitânia e Galiza, e Morales entende destas nossas, mas aquele escritor foi tão sucinto que só diz: “*Lusitania, Galleci devicti*”. É necessário consultar outros escritores que distingam mais estas guerras.

Foi a Lusitânia vencida, não porque César depugnasse as suas cidades, antes estas voluntariamente lhe abriram as portas e o César inumanamente mandou saquear: “*Lusitanorum quedam opida quamquam nec imperata detrectarent et advenienti partes patefacerent diriquit hostiliter.*” Suetónio, L. 1, *Caes*., n.º 54.

Foram vencidos em Galiza os Hermínios na maneira sobredita pelejando com as cidades e dando batalhas.

Parece-me tenho dado uma grande satisfação ao doutor frei Bernardo de Brito e aos que seguiram sua opinião que levou a Serra da Estrela toda esta máquina das guerras de César e com estilo elegante encheu os primeiros capítulos do L. 4, não sem grave prejuízo dos trasmontanos, querendo roubar-lhe a glória de suas ações, sem outro fundamento mais que achar umas escrituras por que consta que aquela serra se chamou monte Hermenho ou Hermínio e, segundo alega do bispo Pinheiro, interpreta este nome por coisa áspera e intratável. E assim vem a ser universal para todas as grandes serras e montanhas de maneira que já não basta só o nome, mas são necessários monumentos para provar sucessos particulares

feitos em esta ou aquela montanha, que eu presumo é que o nome de Hermínio que tem a Serra da Estrela e outro monte, que Brito diz há em Alentejo, lhe veio dos nossos Hermínios que em estas guerras passaram o Douro. E buscariam aquelas eminências porque as tinham por natural habitação e ser de propriedade seu o nome de Hermínios.

Este insigne escritor cede da sua opinião e quer estar por quem melhor se chegar à verdade. E o confessa em o fim do quinto capítulo, pois só o pode conjeturar daquele nome que achou que no caso presente é inadmissível, pois temos pela trasmontana monumentos, tradições e a autoridade dos escritores. E com a permissão que oferece o doutor Brito me atrevo dizer que do mesmo contexto de sua história se faz escrupulosa a conclusão dela.

Em primeiro lugar, autores que alega em o capítulo 4 são contraproducentes, pois afirmam que as montanhas Hermínias, onde passou esta guerra, foi em Trás-os-Montes e não em a Serra da Estrela. E alguns que puderam passar o Douro foi desta província para a da Beira.

Diz que os moradores daquela serra viviam todos em choças, umas de madeira, outras debaixo da terra. Isto bem pode ser. Mas que estes formassem um grande exército e não só um, mas dois e três? Isto não pode ser. E muito menos que homens tão desprezíveis sem polícia, sem cidades, sem castelos, sem exercício militar, enfim, quatro pastores com dois rebanhos de gado fossem o projeto de um Júlio César de que esperava conseguir glorioso nome? Também não pode ser.

Diz que César vencera em batalha aos hermínios e os que escaparam se foram incorporar com o exército que marchava adiantado em guarda das mulheres e meninos e juntos marcharam até o mar oceano e passaram para uma ilha. Isto dizem os escritores. Mas que esta marcha se fizesse pela Lusitânia dentro, nem o dizem, nem podia ser, pois estava a Lusitânia já na obediência de Júlio César e se não haviam de refugiar os vencidos em as terras que conhecidamente tinham por inimigas. Mais claro: diz que o César não consentira que os soldados seguissem a vitória por se não meterem por terras não sabidas, onde pudessem receber mais dano em si do que faziam aos vencidos. Aceito a confissão. É certo que a Lusitânia era terra bem sabida dos romanos e de presente estava sujeita ao seu domínio, logo por Galiza dentro e não pela Lusitânia é que os Trasmontanos fizeram a retirada, por serem terras que os romanos não dominavam e, por isso, dos mesmos ignoradas e desconhecidas.

Um reparo se me oferece dizer. Que os nossos passaram a ilha sem embarcações, porque na vazante da maré se vadeava aquele braço de mar e que as mulheres passaram em cavalos e éguas e os homens, uns nadando, outros caminhando com os meninos aos ombros. E que chegando o César, se admirara, por estar a maré cheia, de como os nossos puderam passar e que vazando esta por ficar descoberta grande parte da praia, fizeram os romanos grande festa, dando-se uns aos outros parabéns da novidade. Bem sei que alguns não teriam visto, mas duvido deixassem todos de saber os contínuos fluxos e refluxos do oceano.

Mas de que eu faço grande admiração é que, passando os nossos à ilha com tanta facilidade que até as mulheres passaram em éguas, que com a mesma não passasse Júlio César em cavalos, de que venho a entender que esta não estava tão chegada de continente como

a fazem, pois foi necessário ao César mandar embarcações e, ultimamente, vir de Cádis a Armada para entrar a ilha. E se esta era como Brito a pinta, de duas, uma. Ou César não foi valente ou Deus suspendeu os refluxos do oceano e esteve sempre maré cheia, mas nem o primeiro se pode dizer, nem o segundo provar.

O que eu vejo em os comentários de César, Estrabão, Morales, Mariana e outros é que em aquelas costas de Galiza usavam umas embarcações tecidas de vimes e cobertas com couros de bois e em estas passariam os nossos àquela ilha que Morales entende são as de Baiona, pela vizinhança que tem com a nossa província. E concluída em estas a guerra com os trasmontanos, passou logo César com a armada à Corunha, cujos moradores só admirados das grandes embarcações se renderam. E quis entender Brito, <capítulo 6>, que por este rendimento da Corunha se lhe daria o nome de vitorioso dos galegos. Mas não costumava o senado romano dar as honras tão baratas, porque sem sangue não há vitória. Outro emprego maior lhe dava aquele título e este foi a guerra dos hermínios ou trasmontanos.

Ainda me chamam os hermínios para outra parte porque sendo pró-pretor Cássio Longino, diz Aulo Hircio, *De Bello Alexandrino*, L. 1, umas breves palavras da guerra que lhes fez: "*Nec multo post eum in Lusitania Medobregam opidum et montem Herminium expugnasset quo Medobregenses confugerant,*" etc. Brito diz em o cap. 1, do L. 4, que uma serra que está junto a Portalegre se chamou também Monte Hermínio. E em o cap. 11, para o fim, diz que os Hermínios, com quem César tivera tantos recontros, em o tempo de sua pretura, dos que andavam espalhados pela província, se acomodaram em este monte a que deram nome e que ainda hoje o conservava de Arminho. Isto mesmo conjeturava eu e que também o deram à Serra da Estrela.

Diz mais que aí ficava perto a cidade Miróbriga ou Meidobriga que o Longino expugnou. Não averiguo este ponto porque muitas povoações se encontraram em diversas partes de semelhante nome. E Plínio, L. 4, cap. 22, faz menção de "Merobrica", "mirobrigenses" e "medubricenses". Só digo com Morales, L. 8, cap. 33, que muito nas vizinhanças da nossa província houve cidade chamada Miróbriga. E em o primeiro cap. do L. 9 traz uma inscrição que está na igreja da vila de Ledesma, que era marco que mostrava divisão dos distritos entre Salamanca, Ledesma e Miróbriga. Fosse a guerra de Longino em esta ou aquela parte, é certo não existe a Miróbriga que nos ficava vizinha e ou em esta ocasião ou em outra que fosse destruída, imagino eu, passaram seus moradores para terra de Miranda, de que é possível se derivasse o seu nome e fosse fundação sua aquele reduto que chamavam Mira e por ser de vigia se chamariam miras às atalaias em aquela terra.

E não faz o caso dizer Aulo Hircio que o monte Hermínio que Cassio Longino expugnou estava na Lusitânia para que deixe de ser em Trás-os-Montes, porque esta província e a do Minho, indiferentemente se chamavam Lusitânia e Galiza, em tempos antigos, como se vê de Estrabão, L. 3, em o fim deste mais claramente diz: "*Equibus unus* (um dos legados do Pretor da Lusitânia) *duos secum ducens ordines tractum trans Duriam servat universum ad Arctos, quem antea quidem Lusitanos appelabant, alli vero nunc callaicos vocant*." E para o que vou

Pormenor da Via Romana no seu trajeto pela região de Bragança

dizendo em termos o diz Morales, L. 9, cap.32, fol. 294, D. Mas eu me não meto em esta guerra de Cássio Longino, pois temos a Augusto César posto em campanha.

§6

Trinta e oito anos antes do nascimento de Cristo Senhor Nosso, entrou o governo de Augusto em Espanha e com ele a conta da era. Mas nem toda estava sujeita a seu império, porque ainda os romanos não tinham penetrado Biscaia, Astúrias e grande parte da montanha. Estes, com a parte da Galiza que lhes fica mais próxima, empreenderam contra os romanos a guerra chamada cantábrica, o que sucedeu 25 anos antes do nascimento, à qual veio Augusto.

Nenhuma dúvida se oferece que Bragança e a trasmontana entrou em esta guerra, porque debaixo do nome de fortes e invencíveis cantabros, não se entende somente aquela limitada região que reteve o nome de Cantábria ou Biscaia, mas entram também as Astúrias e parte de Galiza, onde esta guerra se fez e é certo que dos galegos haviam de ser os que ficavam mais vizinhos daqueles. E bem se vê a Bragança das Astúrias e muito melhor em aquele tempo que a nossa trasmontana se dilatava até às margens do rio Minho e parece o advertiu Estrabão, *supra*, que continua dizendo: "*His autem spectantes ad septentrionem montes propinqui sunt cum Asturibus et Cantabris*".

E de dizer o mesmo eram os trasmontanos dificílimos de subjugar, infiro também entraram em esta guerra e que na de César ficaram vencidos, enquanto o exemplo dos vizinhos os não obrigou a tomar armas. Que por cantabros se entendem não só os biscainhos, mas asturianos e parte de Galiza, dizem Morales, L. 8, cap. 4, Mariana, L. 3, cap. 25, Carrilho, em os *Annaes an. ab vrbe condita*, 725, e outros. E o mesmo Paulo Orósio quando disse que

nesta guerra se fizeram os galegos fortes em o monte Medulia, que diz fica sobre o rio Minho. Pouco mais de doze léguas desta cidade, entre Valdiorres e Ponteferrada, há uma montanha e tem umas torres bem notáveis e se chamam medulas, das quais faz memória Molina, em os *Casos Notaveis de Galliza*, fol. 24. E este parece ser o monte Medulia.

E não só entrou Bragança em esta guerra cantábrica, mas parece que também em o socorro dos cinquenta mil espanhóis que foram a França em tempo que Júlio César a trazia oprimida. Paulo Orósio diz que todo este socorro foi de Cantábria. Morales lhe parece entraram mais terras que Biscaia. E tão numeroso socorro mostra bem não podia ser só daquela terra. E assim parece que Paulo Orósio entendeu por Cantábria aquelas terras que em tempo de Augusto fizeram a guerra cantábrica, antepondo-lhe agora o nome que depois tiveram de fortes e invencíveis cantábros, entre os quais entra esta cidade e a trasmontana. E se colhe também dos comentários de César, L. 3, *De Bello Gallico*, dizendo que dos espanhóis que foram de socorro a França elegeram os franceses os generais, por serem exercitados em as guerras de Sertório e destríssimos na arte de militar ao modo romano:

"*Inde auxilia, duces que accertuntur, quorum adventu magnam cum auctoritate et magna cum hominum maltitudine bellum gerere conantur Duces vero ii diliguntur, qui una cum Quinto Sertorio omnes annos fuerant summamque scientiam rei militaris habere existimabantur ii consuetudine populi romani loca capere castra munire commeantibus nostris intercludere*".

E não havia se ser esta cidade e a trasmontana a que desse menor número de capitães em esta guerra, pois eram "belacíssimos" como lhe chama Estrabão. E já do tempo dos cartagineses, achamos, buscavam o exercício das armas e o continuaram contra os romanos. E se a injúria dos tempos nos tem sepultado os nomes de muitos que agora nobilitassem a pátria, ainda dos que se alcança notícia nos deixam certeza os teve famosos. E bastava a guerra que sustentaram ao César para lhe dar nome, pois só este os pôde vencer. E agora Augusto em esta dos cantábros de tudo subjugar, ficando-lhes porém o cognomento de belicosos tanto por lusitanos como por cantábros. E é digno de atenção que Agripa em a oração que fez aos hebreus para os persuadir à obediência do império romano, trazendo-lhes à memória tantas províncias e nações que dominava, falando em Espanha o fez particular individuação dos lusitanos e cantábros: "*Neque tanto terrarum marisque spacio a Roma diremptae gentes, lusitani scilicet et pugnaces cantabri*". Josefo, *De Bello Jud.*, L. 2.

Agora venho a entender a divisa que Bragança usava em seus estandartes, por estes tempos, pois era a dos povos cantábros uma cruz. Tertuliano e Minúcio Félix, *apud*, Baron., tom. 3, ann. Christ. 312, n.º 29. Esta mandou Augusto César levantar em os céus e gravar em os escudos, ou porque tem por tem por glória trazer os brasões nobres daquelas gentes, que à custa de tanto sangue conquistara, ou porque sendo a cruz a bandeira de Cristo, foi providência para que Augusto alistasse o mundo todo debaixo dela quando nascia. É certo e consta de antigos monumentos, que os cantábros, a saber, biscainhos, asturianos e parte de Galiza próxima a estes que compreende Bragança e a trasmontana, tinham já por insígnia a cruz e destes a tomou Augusto:

"*Cum Caesar Augustus* (diz Simão Maiolo, tom. 5, *Die canc*. *colloq*., 5) *magnis laboribus multoque fuso romano sanguine cantabros hispaniae populos debellasset eorum insignia sumpsit quae in vexillis, clypeis et omnibus signis bellorum ferebat, quae signa a cantabris cantabria dicebantur et vexilla laborum quod labore partum est. Insigne autem cujus labari cantabrii erat crux*."

Finalizada a guerra cantábrica e reduzidos na obediência do império biscainhos, asturianos e galegos, voltou Augusto a estas terras e experimentaram alguns poucos a severidade do vencedor. Muitos a benevolência em lhes perdoar e outros a sua grandeza em os enobrecer. Destes foi um, Bragança, que se acreditou de mais nobre quanto agora pelo benefício na obediência de Augusto permaneceu firme. E porque alguns escritores querem que deste tempo de Augusto se chamasse *Juliobriga*, para o mesmo deixei este ponto e tratar agora dele.

§7

Sempre me inclino a que Júlio César impôs a esta cidade o nome de *Julia*, pois a mandou reedificar e que Augusto, em memória de seu tio, a enobreceu com privilégios. E seria o nome que já lograva patrocínio para conseguir com aqueles a vénia e a faria mais fácil porque o seu valor não passou a obstinação e outros galegos por ela ficaram assaz castigados.

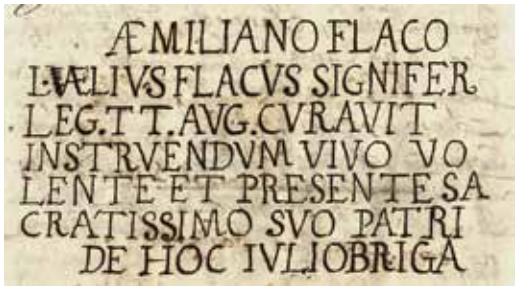
O nome antigo desta cidade é o de *Brigancia* e em ele descubro somente o de Brigo, seu fundador. E suposto parece se compõe de duas dicções, a segunda, para mim, é totalmente escura, pois se não pode deduzir da língua latina nome que é tão antigo. Mas que tivesse o de *Juliobriga* se tem em esta cidade por coisa assentada e que deixado este ficou com o primeiro, ou pela facilidade que as coisas têm em se reduzirem aos seus princípios ou, a meu ver, porque nunca totalmente perdeu o primeiro nome, como se vê em o de Lisboa, Évora e outras cidades, esta que deixou *Liberalitas Julia* e aquela o de *Faelicitas Julia*. E permanecem com os nomes antigos e com ambos nomeia Plínio a Lisboa e Évora, L. 4, cap. 22. E o mesmo se há de entender de Bragança que quando se chamou *Juliobriga* conservou também o primeiro nome e essa a razão por que perdeu o segundo, se é que o não ficou conservando em o nome que lhe deram os latinos de *Caliobriga*, abreviado de *C. Julii-Briga*, como se disse em a 1.ª Notícia. E juntamente tem o de *Brigancia*, *Brigancium* e também *Caeliobriga*.

Com o de *Juliobriga* a nomeiam muitos e graves escritores, como Ptolomeu, Abraão Hortélio, Pancirolo, o arcebispo D. Rodrigo da Cunha, frei Luís dos Anjos, frei José Teixeira, aos quais segue Jorge Cardoso em *Agiol. Lus.*, a 4 de Março, no comentário, e depois seguiram o mesmo o padre M. Esperança, *Histor. Seraph.*, 1 part., fol. 48, frei Agostinho de Santa Maria, *Santuario Mariano*, tom. 5, fl. 554, Carvalho Faria, António Pires da Silva e outros.

Ainda que bastava a autoridade de tantos, junta com a desta cidade, direi também alguma coisa. Que Bragança se chamasse *Julia*, é indubitável e se prova da escritura que fica em a Notícia 9, porque a serra de Bragança teve o mesmo nome que lhe participou a muita vizinhança desta cidade: "*Habitatores transmontem Julia nunc avocata Montojia*." Pois o de

Briga teve da sua fundação e o conserva em os nomes de *Brigancia* ou *Brigancium*, *Caliobriga*, *Caeliobriga*. E se vê a naturalidade como dos dois nomes do fundador e reedificador, Brigo e Júlio, se forjou o nome de *Juliobriga*.

E tudo consta de duas inscrições, uma da Igreja de Nogueira, do termo da vila de Chaves, que traz João de Barros em as *Antiguidades de Entre Douro e Minho*, alegada também em o *Agiol. Lus.*, *supra*.



Pouco menos de légua desta cidade está o lugar de Nogueira e na sua igreja havia uma pedra que também tinha o nome de *Juliobriga* na última regra, como esta de cima, e há muitos anos vi quando ainda estudava gramática. Mas reedificando-se aquela igreja se perdeu esta pedra, nem dela ficou individuação do que dizia a inscrição e só a lembrança do nome de *Juliobriga*. Mas outra que achei em o lugar de Cova da Lua, do termo desta cidade de que dista duas léguas, em o qual têm aparecido muitas pedras antigas, diz o mesmo. E a mandei conduzir para esta cidade com o cuidado de a pôr em parte que continue a sua memória e por ela dei uma esmola à confraria de Nossa Senhora da Hedra, por se descobrir em coisa sua. E vai copiada do mesmo modo que está.

E diz: “Os povos ou aldeias de *Juliobriga* dedicaram esta memória ao imperador Augusto César, Pontífice Máximo”. Com isto me parece tenho satisfeito em mostrar que Bragança foi verdadeiramente *Juliobriga*.

Também por povos de *Juliobriga* se podem entender os lugares acastelados da sua jurisdição. Mas sempre confessamos grande obrigação a alguns escritores que, ficando *Juliobriga* ou Bragança em Trás-os-Montes, a têm multiplicado por privilégio da sua vontade em muitas partes. Com uma diferença porém que em Bragança achamos a *Juliobriga* e nas outras partes é semelhante as Antilhas que se lhes parece a avistam, mas não a encontram.

Dizem uns que fica na Lusitânia, junto a Braga, e com isto houve quem quis insinuar havia de estar *Juliobriga* em a Província do Minho. Falando rigorosamente, as terras que ficam desta parte do Douro para Norte, não são Lusitânia, mas porque pertenceram à antiga Lusitânia e seu governo algumas vezes, as que ficam entre os dois rios Douro e Minho, que hoje são as duas províncias do Minho e Trás-os-Montes, lhe chamaram também Lusitânia <Morales, L. 9, cap. 32, fol. 194, D>. E neste sentido é que *Juliobriga* está na Lusitânia. E a dizer-se que ficava junto de Braga, já respondeu o arcebispo D. Rodrigo da Cunha, se disse porque naquele tempo era esta cidade da igreja primacial e se dizia ficar junto daquela, nem entre elas havia outra. E hoje se pode dizer o mesmo porque a comarca de Bragança se aproxima muito à cidade de Braga.

Outros dizem que *Juliobriga* ficava em a Espanha Tarraconense e dizem bem porque no tempo que Bragança se chamou *Juliobriga* era a trasmontana da Tarraconense, porque estando Espanha dividida em duas províncias, citerior e ulterior, a primeira se chamava Tarraconense e compreendia sete conventos jurídicos: Cartagena, Tarragona, Saragoça, Clunia, Astorga, Lugo e Braga e se terminava na foz do Douro. E durou esta divisão até o tempo do Imperador Adriano. Morales, L. 9, cap. 33 e 34.

Opinião moderna de alguns escritores castelhanos nos levou a Logronho, mas falando em esta cidade algumas vezes Ambrósio de Morales e o padre Mariana lhe não dão tal nome, antes como distinta de *Juliobriga* a nomeiam. O doutor Ilhescas, *Hist. Pont.*, L.4, cap. 85, fol. 273 v., tratando de D. Pelaio acomoda a Logronho o nome antigo de Cantábria. Se, diz o bispo D. António de Guevara, em o fim do Prólogo do *Livro de Marco Aurélio ou Relox de Princepes*, que defronte de Logronho houve uma cidade chamada Cantábria que Augusto César mandou destruir e agora era um pago de vinhas. Outros lhe chamam Cantábriga.

Mendes Silva, *Poblacion Gener. de Hesp*., que se inclinou para Logronho, diz ser esta cidade a antiga *Juliobriga*, cujo nome se corrompeu em Logronho. Muito dissemelhante fica a corrupção, mas o *Agiol. Lus.*, *supra*, lha deu mais fácil e natural de *Lucronium*, que foi o primitivo nome de Logronho e diz que com este se achava ainda pelos anos de 540 em que floresceu o patriarca S. Bento. E de Pedro Diácono refere Yepes, tom, 7, fol. 191, que Filipe e Felisberto foram a Monte Cassino e doaram ao Santo Patriarca uma igreja perto da cidade de Logronho: “*Juxta civitatem Lucronium loco qui granium appellatur*”, diz a escritura. E este mesmo nome lhe dão outros escritores e de Lucronium é que se corrompeu em Logronho

e não de *Juliobriga,* que nunca foi. Fiquem com a sua Cantabriga por Augusto destruída, e Bragança com o nome de *Julia*, pelo mesmo privilegiada. E de ambos os nomes formado o de *Juliobriga*.

Mais pendor podia fazer a opinião de Ambrósio de Morales e do padre Mariana, que dizem que *Juliobriga* estava em Biscaia, mas que se não acerta hoje a que lugar corresponda. Morales acha a Plínio tão confuso que, falando três vezes em *Juliobriga*, diz se não acaba bem de explicar e já lhe parece haveria dois lugares com nome de *Juliobriga*, um que estava em Biscaia e que era porto de mar entre Santander e Bilbau, *Livr. das Antiguidades em Tarragona*, fol. 68. Logo veremos o que diz Plínio.

Em muitas coisas de Espanha se oferece confusão por causa da divisão das províncias que se alterou por muitas vezes, como adverte o padre Mariana, L. 2, cap. 25, e comummente os escritores. E já Plínio confessa isto mesmo, L. 3, cap. 3, para o que se deve atender que Bragança ou *Juliobriga* ou, para falar mais claro, a nossa trasmontana, foi da Espanha citerior chamada Tarraconense, foi da ulterior, quando se juntava ao governo da Lusitânia, foi da província de Galiza, pela divisão das províncias que fez Adriano. E em tempo de Constantino Magno acho a *Juliobriga* em Galiza. E consta do livro que tem por título *Notícia das Províncias* e de Onúfrio dos quais escreveu Morales, o cap. 33 do L. 10, ainda que diz ficava esta em as marinhas de Biscaia, o que melhor poderá constar dos autores que alega, porque eu os não vi e não posso segurar se o que diz Morales é só pelo que colhe de Plínio.

Tiveram também Bragança e os trasmontanos o nome de cantabros, ou pelo motivo da primeira guerra cantábrica em que entraram, ou porque o mar que nos fica ao Norte se chama Oceano Cantábrico. Possidónio, alegado por Estrabão, L. 3, diz que o rio Minho corre da terra dos cantabros. A nossa província se dilatava até às suas margens e bem sabido é não tem sua fonte em Biscaia: "*Portea Benis, vel ut alii aiunt, Minus* (diz Estrabão) *omnes Lusitaniae fluvius superans……* [19] *Possidonius et hunc e cantbris fluere dicit*." Em a divisão que fez el-Rei Uvamba dos bispados, adjudicou ao de Lamego uma terra chamada Cantabriano e parece há de ficar em as vizinhanças da foz do rio Tua, o qual cerca, por um lado, o termo de Bragança e, cortando a nossa província, se mete em o Douro, poucas léguas de Lamego, e aquela terra tomaria o nome do rio, pois parece que de *Cantabriae Amnis* se chamou Cantabriano. Eu não digo que Trás-os-Montes é Cantábria e só sim que entra em o número dos que tiveram nome de cantabros. E bem pode ser que isto mesmo se quis expressar na inscrição de Caio Anio Flavo, que vai em a Notícia 11.ª, pois sendo natural de Bragança não diz é da região de Cantábria, mas da gente dos cantabros: "*juliobrigensi ex gente cantabrorum"*.

Estes seriam os motivos por que levaram *Juliobriga* a tantas partes, mas em nenhuma se acha senão em Bragança. E com todas as circunstâncias, a saber: em a Tarraconense, Galiziana, Lusitana e, ultimamente, em os Cantabros. Mas vamos a Plínio que ele mesmo se explicará. Em o cap. 3, do L. 3, diz: "*Nam in cantabricis quatuor populis sola Juliobrica memoratur*". Não faz este lugar a maior dúvida, pois se pode tomar por todas as terras que tiveram nome de cantábricas, que compreendeu a guerra de Augusto.

Mais distintamente diz acima, em o mesmo capítulo, que o rio Ebro tem sua fonte não longe de *Juliobriga*: "*Iberus amnis navigabilis comercio dives ortus in cantabris haud procul oppido Juliobrica*". Mas parece se emendou em o L. 4, onde tornou a fazer uma breve descrição de Espanha.

Diz em o cap. XX do L. 4: *"Regio cantabrorum flumen sanda portus victoriae juliobrigensium ab eo loco fontes Iberi XLMP*." Primeiro disse que o Ebro nascia não longe de *Juliobriga* e emendou dizendo que as fontes do Ebro distavam dez léguas não de *Juliobriga*, mas do porto dos de *Juliobriga*, ou da vitória dos de *Juliobriga*. Isto é, porto onde os de *Juliobriga*, estrangeiros daquela região, tiveram algum encontro militar em que ficaram vencedores. E o puderam ter em a guerra cantábrica, porque se em aquele porto estivera *Juliobriga* havia de dizer "*portus juliobriganus*" *ou "juliobrigensis*", pois tem o nome pátrio por natureza vulgarmente conhecida fazer que o substantivo com quem concorda seja parte conteúda naquela terra ou pátria que o tal nome significa. Por esta razão, quando queremos dizer "cidade no Reino de Portugal" dizemos "*civitas lusitana",* "cidade portuguesa ou em Portugal".

Porém, se quisermos dizer "cidade nas conquistas de Portugal", dizemos "*civitas lusitanorum"*, "cidade dos portugueses fora de Portugal". E este é o teor por onde se explicam os autores, entre os quais basta a autoridade de Suetónio, c. 43, *Vit. Aug.*, que querendo explicar os jogos troianos celebrados dentro de Roma, escreveu "*Troja ludus*" e não "*trojanus",* jogo de Tróia, mas fora de Tróia, em Roma. Porque se escrevera "*ludus trojanus",* devíamos entender o jogo não só de Tróia, mas celebrado mesmo em Tróia, assim como entendem os comentadores do mesmo autor, o ponto do cap. 45 do mesmo livro: "*Nullique Graeco certamine interfui quo non pro merito certantium quemque honoraverit"*.

Os quais não somente dizem ser este o jogo de palestra, inventado pelos gregos mas celebrado na mesma Grécia no tempo que Augusto César visitava as províncias dela, que isso denota o adjectivo "*graecus*" concordado em caso com o substantivo "*certamen"*. Assim como tem o mesmo autor, na declaração dos jogos romanos, celebrados mesmo em Roma, que explica, concordando em caso, os adjetivos pátrios que lhe correspondem, *verbi gratia* "*circenses romani ludi*", etc. E assim parece que Plínio se emendou em o L. 4 do que tinha dito em o L. 3.

E com tudo o que tenho dito não é minha tenção encontrar deixasse de haver outro lugar que se chamasse *Juliobriga*, pois vemos há muitas povoações que têm os nomes semelhantes. Mas se houve outra *Juliobriga* não podia ser de conhecida distinção, pois dela não aparecem memórias. E o meu fim é só mostrar que Bragança foi verdadeiramente *Juliobriga* e a memorada dos antigos de que são monumentos as muitas pedras dos romanos que ainda hoje se descobrem e lhe dariam maiores lustres se houvera curiosidade em se guardarem.

Ficou logrando Bragança os frutos da paz com o governo de Augusto, e porque aos temporais se seguiram os espirituais, primeiro que o nosso apóstolo Santiago entre em esta cidade a anunciá-los direi alguns usos dos antigos e a religião que por estes tempos tinha Bragança.

§8

Seja o primeiro o furor bélico que mostra a idade juvenil, pois tem por divertimento, em certos meses de verão, dividida a cidade em dois bandos, eleger capitães, e em sítio acomodado, fora dos muros, formam dois batalhões armados de funda e pedra que muitas vezes principiando em jogo finaliza em batalha. E toma mais vigor quando algum dos capitães é mais industrioso e o do bando contrário persiste em sustentar o campo. Um deles toma a voz dos romanos, outro da pátria, e o que noto de maior antiguidade é que entram neste exercício com mitras de papel com seus vivos de vermelho e não se imagine [que] tomaram as mitras das que há poucos anos usam os nossos granadeiros e sim da tradição antiga que fica de pais a filhos e ser o uso das mitras dos antigos lusitanos. E nesta cidade há tantos séculos se ficou conservando em a juvenil idade para os seus militares exercícios. Dos antigos portugueses disse Estrabão: "*Mitratis fontibus pugnas ineunt"*, L. 3.

Em os lugares do termo vi a mesma contenda e de alguns anos a esta parte se tem feito apelação a moderar-se, mas mais ou menos sempre há alguma coisa, pela dificuldade de se emendarem usos inveterados, principalmente aqueles que fomenta a natural inclinação.

Sem o susto de quebrarem as cabeças, têm os moradores do termo para os dias de festa suas danças ou folias, como chamam em este distrito, com espadas e adargas que eles chamam cedras (sem dúvida de cetra) que a compasso batem umas com outras e a som de tambor e flauta fazem curiosos laços e voltas e as ações tão valentes que em tudo representam um militar certâmen. Outras danças com paus curtos fazem o mesmo. Correr, lutar e tirar a barra está em seu ser. E nos lugares da terra de Miranda tem seus dias plausíveis o certâmen da luta, principalmente em os dias que concorrem os castelhanos raianos, com os quais se desafiam. Tudo o que vemos escreveu já Estrabão: "*Gymnica etiam conficiunt certamina, armis exercent ludos et equis et cestibus et cursibus et tumultuaria pugna, et instructo per cohortes praeli*", L. 3.

Silo Itálico também fez lembrança das danças das espadas e escudos em o L. 3: "*Nunc pedis alterno percussa verbere terra. Ad numerum resonas gaudentem plaudere cetras*".

Com estas costumavam os antigos lusitanos festejar as vitórias e os que acompanharam a Aníbal com elas celebraram a de Canas. E destes especialmente se pode entender foram dos nossos trasmontanos e da província do Minho, pois vemos em Bragança conservada aquela antiguidade e monumentos, porque consta passaram com Aníbal a Itália. E de ambas as províncias, disse Silo Itálico, seguiam a parcialidade dos cartagineses, que expressou debaixo do nome do rio Lima, o qual rega ambas as províncias: "*Quique super gravios lucentes volvit arenas. Inferno populis referens oblivia lethes*", L. 1.

A respeito da religião descubro uma antiguidade assaz digna de memória e é que pervertida esta cidade com os ritos gentílicos não se depravou de sorte que totalmente perdesse a notícia do verdadeiro Deus, antes o senado lhe tinha levantado altar e venerava cultos. E consta de uma árula de fino alabastro que tem dois palmos e meio em quadro, e de altura pouco mais de quatro, a qual se descobriu em um pequeno monte perto desta cidade. E os

moradores de Castro de Avelãs, haverá cinquenta anos, quando reedificaram a sua igreja, meteram dentro dela e puseram em a capela-mor e lhe serve como peanha para sustentar a cruz da freguesia, para o que lhe abriram um orifício. E ainda que tudo isto sucedeu a caso lhe fica a inscrição antiga, muito própria para o ministério que de presente serve.

Diz: "*Deo aeterno ordo zoelar ex voto*". O senado, por voto, se dedica ou zela os cultos para Deus eterno. Esta inscrição dá lugar para entender que o senado abominava a falsa adoração que alguns do vulgo cego dariam ao demónio rebuçado com os nomes de Marte e Júpiter. Aquele, diz Estrabão que era a deidade dos lusitanos e deste se vê da árula do tempo de Júlio César. E ainda que este conhecimento tivesse Bragança com menores luzes, ao menos não perdeu notícia de Deus verdadeiro.

Dois princípios considero para esta cidade poder conservar este conhecimento porque além de não haver nação por bárbara que seja que não conheça que há Deus: "*Nulla gens tam efferata cui nom insideat haec persuasio Deum esse*." Túlio, *De Natur*. *Deor*. E Tertuliano diz que ninguém nega porque nem ignora o que a natureza, ainda a quem lho não perguntam, está sugerindo que há Deus, autor de todo o universo: "*Nemo negat quia nemo ignorat quod vltra natura suggerit, Deum esse vniversitatis conditorem*". *Apud Pinet de Spect*. c. 2.

Tinha esta cidade Areópago, como se disse em a Notícia 4, e nele aula de ciências. E o conhecimento de um só Deus ensinavam os mais sábios filósofos dos gentios: "*Qui justos audit et injustos, qui est vnus et ipsa veritas* ", dizia Platão, *apud* Bubalum[?]*, De Angel.*, q. 1, art. 1, §4.

Esta árula se dedicava a Deus verdadeiro, não só pela expressão que faz da unidade, mas do atributo da eternidade, "*Deo Aeterno*" cuja verdade e conhecimento era comum sentir dos antigos sábios: "*Deum esse aeternum* (disse Boécio) *cunctorum ratione de gentium commune est judicium*." E teve Bragança este conhecimento com mais vivas luzes que os de Atenas com a sua ara de *Ignoto Deo*, porque observou por mais tempos as virtudes que ensina a lei e filosofia natural.

Pedras de ara existentes em Bragança

Confirma este meu pensamento a grande autoridade de Santo Agostinho L. 8, *De civitate Dei*, cap. 9, em o qual declara que filosofia é mais parecida à verdade da fé católica. E responde: "Quaisquer filósofos que sentem bem de Deus sumo e verdadeiro e o reconhecem por autor e criador de todas as coisas. E deste género de filósofos – continua o Santo Doutor – eram os antigos espanhóis, *hispani*". Explicando este lugar de Santo Agostinho, Luís Vives diz: "*Hispani in a terra antequam auri argenti qui venae reperirentur et bela sunt per pauca gesta et multi philosofati et populi santissimis moribus vixere*".

E não só teria esta cidade a notícia de Deus verdadeiro, pelo lume natural e ciência das escolas, mas suposta a doutrina de Santo Agostinho e de seu comentador, Luís Vives, a ficou conservando da sua fundação, porque sendo cimentada por Brigo, que era segundo neto de Tubal, com os preceitos da lei natural teve este conhecimento e se pôde continuar com mais vivas luzes que em outras terras de Espanha, porque esta cidade <não sofreu> o domínio estrangeiro até que, pelas armas de Júlio César, foi conquistada. Razão bastante a poderem conservar as tradições antigas e muito melhor porque em Espanha havia livros da antiguidade.

"*Memoranda vetustatis volumina habent, poemata leges quoque versibus conscriptas e sex annorum millibus ut aiunt*." Estrabão, L. 3. Estes anos são de quatro meses que fazem dois mil anos e contados do tempo do imperador Tibério em que Estrabão escreveu, se aproximam muito ao tempo de Tubal.

Querem os escritores que os geriões introduzissem em Espanha a idolatria e que estes fossem os primeiros que em ela abrissem as minas de ouro e prata. E é certo que todas as nações estrangeiras que vieram a Espanha meteram em ela os seus abusos e superstições, principalmente para a parte meridional, onde foi sempre maior o seu trato e comunicação, mas não que faltasse o culto e conhecimento do verdadeiro Deus naquelas partes onde dos estrangeiros faltava a contínua frequência. E assim diz padre Puente, tom. 1, L. 3, cap. 13, que desde o tempo de Noé, até onde Cristo Senhor Nosso houve em Espanha quem adorou a um só Deus. E já Estrabão advertiu que os celtiberos e gentes setentrionais de Espanha adoravam a um Deus inominado: "*Celtiberi et vicini sui in Boream habitantes, cuipiam Deo cujus nomen non extat rotunda luna tempore nocturno ante fores, per omnes domos pernoctant saltus agitantes*", L. 3.

Seja este o maior elogio de Bragança, tributar cultos a Deus verdadeiro, segundo a luz que podia alcançar em aqueles séculos. E como as nações estrangeiras foram as que em Espanha meteram a idolatria, segue-se que esta cidade da sua primeva fundação ficou conservando o conhecimento de Deus verdadeiro. É este o testemunho mais certo de sua grande antiguidade que o melhor que tem é não dever nada aos estrangeiros.

E piamente considero que estes cultos que assim Bragança dava a Deus, pelo modo que lhe era possível, foram contínuos suspiros por espaço de 1943 anos, contados da sua fundação até o de 37 de nossa Redenção, para alcançar da divina misericórdia a luz do sagrado Evangelho e ser uma das primícias que o gentilíssimo ofereceu à igreja católica, de que pode ser já feliz indício trazer por nobre divisa a cruz antes de Cristo nascer, como fica dito.

§9

Aos 42 anos do império de Augusto e 38 do seu governo em Espanha, que eram 3962 da criação do mundo e muitos escritores modernos querem fossem 4000. E contava Bragança, pela primeira computação 1906 da sua fundação, amanheceu o mais feliz e alegre dia quando em 25 de Dezembro, nos braços da Divina Aurora, apareceu o Sol Divino Encarnado, Cristo Jesus. E manifestando-se com prodígios a todas as gentes o nascimento daquele que para todos nascia, teve por sorte a nossa Espanha o mais prodigioso em três sóis distintos que se reduziram em um: "*In Hispania apparuerunt tres soles <paulatim> in unum coeuntes*", afirma o doutor angélico, S. Tomás, 3 p., q. 36, art. 3, ad. 3. O mesmo tem S. Boaventura.

Já consideram este milagroso meteoro como explicativo do altíssimo mistério da Trindade Divina; já como enigma que decifrava a humana em a lapinha de Belém, Jesus, Maria, José, que sendo três distintas pessoas o amor divino as unia em uma só; já o declararam como prólogo que anunciava a fé que havia de receber Espanha como primogénita do Evangelho em o povo gentílico. Tudo dizem gravíssimos escritores, mas tenho agora consolação de o repetir, porque havendo em Espanha terras que ainda adoravam a um só Deus faz boa harmonia que para estas, com mais especialidade, apareceu aquele prodigioso sinal porque estas haviam de preferir em receber a luz do sagrado Evangelho, pois para o conhecimento

dos divinos mistérios se achavam com melhores e mais próximas disposições que as outras terras que totalmente jaziam em o tenebroso abismo da idolatria. E a messe sempre se recolhe por aquela parte que está mais sazonada, sem que se atenda às distâncias em que ela fica.

Tenho visto mais de trezentos escritores que falam na vinda de Santiago a Espanha e trabalham muito alguns em persuadir foi a sua entrada por esta ou aquela parte. Eu sempre me inclino [que] foi pela mais vizinha a estas terras que ainda tinham algum conhecimento e davam cultos a Deus e, ou fosse pela Lusitânia ou pelas Astúrias, sempre Bragança ou *Juliobriga* foi a segunda cidade que recebeu a luz do Sagrado Evangelho, pois fica no meio de Braga e Astorga. Entre os asturianos se conserva tradição que um cavaleiro da casa de Quinhones, incorporada hoje em a dos condes de Benavente, fora à Palestina com desejos de ouvir a pregação de Cristo Senhor Nosso, levado da fama dos grandes milagres e prodígios que obrava. E o dizem também os escritores espanhóis, dos quais alego somente o padre Puente, *Conveniencia delas dos Monarq.*, L. 2, cap. 6, § 2.

Mas nem por isto se segue fosse a entrada do Santo Apóstolo pelas Astúrias, antes me havia de persuadir foi pela parte mais ocidental de Espanha, qual é a nossa Lusitânia, e desta se encaminhou por estas nossas terras, pois parece congruente havia de pôr o tento da rede em a última terra, para pescar toda a província que buscava. E do Salmo 67, *Cantate Deo Psalmum dicite nomini ejus iter facite ei qui ascendit super occasum Dominus nomen illi*, notou Viegas que isto disse David para mostrar que a fé e conhecimento de Deus primeiro havia de vir às terras mais ocidentais.

E pelo que respeita a Bragança é constante e firme tradição que o apóstolo Santiago plantou em ela a fé católica e que o Santo Arcádio, seu discípulo, foi bispo da mesma, não alego um bom número de escritores que com o nome de *Juliobriga* dizem o mesmo, porque agora me fundo só em a nossa tradição. Nem a vinda de Santiago a Espanha necessita de outro monumento porque permitiu Deus ficassem vivas lembranças da sua pregação em aquelas terras que por ele receberam as luzes do sagrado Evangelho: "*Adventus Jacobi in Hispania* (diz o grande padre Soares) *nonnisi ex ejusdem Hispaniae traditione inquirendus est: hanc autem non permisit Deus excidere nec oblivioni tradi*", *De Relig*. tom. 1, L. 2, cap. 9, n.º 15 e 16.

Tem a nossa tradição um grande fundamento para a sua firmeza e é conservar-se ilesa há quase mil e setecentos anos, em uma cidade que daquele a este tempo pela divina misericórdia se estabeleceu na mesma fé. Em uma cidade que existe no mesmo sítio da sua fundação, e suposto padeceu várias ruínas, com mais ou menos grandeza, sempre ficou povoada. Nem a invasão dos mouros a teve sempre ocupada, antes rodou vária fortuna já por nós, já por aqueles, mas isto era só o castelo, porque o corpo da cidade sempre foi de católicos. E se esta não tivera como coisa certa e conhecida e como compreendida nos ânimos a pregação de Santiago, não permaneceria tão firme esta tradição, nem poderia envelhecer com os séculos e idades dos homens, porque as opiniões falsas e fingidas com

a diuturnidade do tempo se intisicam e acabam, porque o seu mesmo fingimento desfaz e apaga o tempo. Mas aquelas que se fundaram em princípios verdadeiros, o mesmo tempo as confirma.

Uma das festas que por voto e uso antiquíssimo soleniza o senado desta cidade é a de Santiago <instituída por Santo Arcádio e daquele a este tempo continua, *Agiol. Lus.*, 4 de Março>. Justo agradecimento pelo benefício recebido e não o festeja cavaleiro, mas seu pregador. E deste modo o tem na sua capela. E já advertiu S. Tomás de Vilanova que a festa de Santiago se havia de celebrar em Espanha como Páscoa, porque principalmente era sua: *"Vere hoc festum celebrandum esset in Hispania sicut Pascha, quia est maxime nostrum"*, *Serm. S. Jacob.* <O senado acordou [que] fossem só as cidades com o mesmo senado os que fizessem a festa.> E esta cidade que especialmente a tem por sua, se empenha nos seus cultos. E tenho observado que de dois anos a esta parte se afervora com mais devoção e no presente ano se tem determinado fazer com o maior culto, pois se há de fazer a festa com o Santíssimo exposto. Mas de onde nascerá esta moção? Fique desenganada ou confundida a oposição que só há de servir de ínfimo degrau sobre o qual se hão de levantar os troféus das nossas tradições.

Também quando de novo fizeram o castelo teve esta cidade lembrança de pôr em um ângulo dele e na parte mais levantada por timbre as armas ou divisa do Sagrado Apóstolo que diz o licenciado Molina, descrevendo Galiza, serem umas conchas. E esta cidade pôs duas e no meio uma cruz, do modo que vai copiada em a Notícia 3, enigma que não necessita de explicação. Tenho satisfeito a esta parte, mas não deixo de notar que contando esta cidade só mil vizinhos tem vinte e duas igrejas, capelas e altares dedicados a Maria Santíssima. E há poucos anos erigiram uma capela a Nossa Senhora do Pilar, para que não faltasse nesta cidade uma cópia daquele imortal monumento que já do tempo da primitiva igreja e logo dos seus princípios em Espanha está clamando a vinda de Santiago a ela. E piamente creio que a afetuosa devoção de Bragança para com Maria Santíssima se lhe infundiu com a pregação de Santiago, especial devoto da Senhora, e a esta deve também o Apóstolo a grande regeneração com que é festejado <P. Suar., tomo 1, *De Relig.*, L. 12, cap. 9, n.º 16>.

Uma advertência me fizeram e foi que aplicasse o maior cuidado em descobrir alguma inscrição antiga que fosse monumento da nossa tradição, mas o monumento mais sólido da nossa tradição é a mesma tradição e em esta só me fundo. Contudo, mostrarei duas pedras e as letras explicadas da pregação de Santiago por estas partes e seja a primeira: "*Eritis mihi testes in Hyerusalem, et in omni Judaea et Samaria et vsque ad vltimum terrae*", Act. 1.

Cristo Senhor Nosso, pedra viva e angular, disse aos apóstolos que eles haviam de dar testemunho seu em Jerusalém e em toda a Judeia e Samaria e até o último fim da Terra. Este é Espanha e mais propriamente o fim da terra, a parte mais ocidental dela, para onde esta cidade fica. O padre Cornélio explica este lugar, vers. 8, com a pregação de Santiago. S. Vicente Ferrer diz: "*Beatus Jacobus venit ipsum testificari a finibus terrae*". *Serm. S. Jacob.* S. Tomás de Vila Nova, que no Reino da Igreja tiveram os dois irmãos as cadeiras: *"Nam Joanni*

sedes data est in Asia qua est ad dextram, Jacobo enim in Hispania que est ad sinistram partem", *Serm. S. Jacob.* Há mil e cem anos, cantou Venântio:

"Gentiles docet hic Judaeos increpat idem,

Frutificam que Deo terminat orbe fidem".

Santo Anastácio Antioqueno, que pela conta de Baronio e de Carrilho em os *Annaes* recebeu a coroa do Martírio em o ano de 609, já tinha escrito do nosso apóstolo: *"Postquam abiit in occidentem in civitatem andiad et fecit apud eos miracula quae omines attoniti stupebant ita quod converteret eos ad agnitionem Dei Excelsi"*, *De Passionib. Martyr, 12 Aprilis*.

Mas dê agora licença o numeroso exército de tantos e tão gravíssimos escritores a que não prossiga porque no presente caso basta a autoridade da Igreja, antes bem é escusada qualquer outra, segundo doutrina de Santo Ireneu: "*Non oportet apud alios quaerere veritatem quam facile est ab Ecclesia summere*", L. 3, cap. 4. Universalmente as igrejas de Espanha assim o cantam e isto basta.

Mas se me não engano, isto mesmo hão de ouvir da boca do sagrado apóstolo, uma das doze pedras fundamentais da cidade de Deus, o qual aparecendo a Ramiro I e animando-o para entrar na memorável batalha de Clavijo, como aquele rei afirma no privilégio de doação que fez à igreja compostelana e o transcreve Morales, L. 9, cap. 7, fol. 237, lhe disse: "Pues qué? No sabes cómo mi señor y maestro Jesús Cristo distribuyendo a sus apósteles diversas provincias me encargó a mí la guarda y protección y defensa de toda España?"

Não ignorava Ramiro que Santiago era o apóstolo de Espanha porque assim como duas negativas juntas fazem uma afirmativa, assim também aquelas duas interrogações que parecem demonstrativas de ignorância fazem uma afirmativa do pleno conhecimento que aquele rei tinha. "Pus qué? No sabes?", isto é, bem sabes. E assim lhe diz o sagrado apóstolo que como príncipe de Espanha a tinha na sua proteção, guarda e defensa. E foi o mesmo que dizer que nesta última terra do mundo tinha dado testemunho de Cristo por ser a província que lhe fora distribuída, porque a palavra "testis" na frase hebreia significa príncipe, juiz e guia, diz o padre Fernandez na *Alma Instruída*, tom. 1, cap. 2, docum. 2, explicando Isaías 55:

"*Ecce testem populis dedi eum, ducem ac praeceptorem gentibus*". E príncipes se chamam também os sagrados apóstolos, como deles explica Lorino o Salmo 44: "*Constitues eos Princepes super omnem terram*". E sobre o Salmo 46: "*Super Principes populorum* – disse Titelmano – *id est sancti apostoli qui princepes et reges populorum recte appelantur eo quod regendis et moderandis populis a Deo sint praepositi*".

E tudo disse e é Santiago apóstolo o príncipe, mestre capitão de Espanha. Em uma só palavra expressou tudo el-Rei D. Afonso, o Casto, no privilégio que deu à igreja compostelana que fundou para depósito do sagrado corpo, e o transcreve também Morales, *supra*, em o qual lhe deu o título de senhor de toda a Espanha ou, para melhor dizer, o reconheceu por senhor de Espanha, pois *de jure* por apóstolo dela lhe pertence o principado: "*Eo quod regendo e moderando hispanorum populo a Deo fuyt praepositus*". Príncipe de Espanha porque em

ela deu testemunho de Cristo e, e príncipe porque com a sua proteção guarda, ampara e defende aos que no Evangelho gerou para Cristo. É ponderação do Doutor Exímio, tom. 1, *De Relig.*, L. 2, cap. 9, n.º 17. E o venerável padre frei Luís de Granada diz: "*Divinus hic apostolus valde nobis amicus qui nec vivens, nec vitam functus deserere nos voluit: tumulo, atque doctrina honorare atque deffendere voluit Hispaniam*", *Serm. S. Jacob*.

Mas tornando à nossa tradição, pregou o apóstolo Santiago em Bragança e não se escreveu em pedras esta memória, mas naquelas mesmas lâminas em que o sagrado apóstolo escreveu a lei evangélica que lhe pregou em corações e não em pedras. E daqueles primeiros originais se reimprimiram tantos volumes quantos são os fiéis que o confessam.

Em a montanha de Babe achei a mesma tradição com algumas circunstâncias. Em este sítio está a antiquíssima igreja de S. Pedro, de que já fiz lembrança tratando de Júlio César, e querem os naturais seja do tempo da primitiva igreja. E têm por tradição que os apóstolos de Nosso Senhor Jesus Cristo por duas vezes pregaram em aquela montanha e mostram uma fonte com a água da qual dizem eles batizaram os apóstolos a muitas criaturas. E deste princípio se chama ainda hoje a fonte dos batizos e que, em memória da primeira santificação daquele sítio, se mandaram enterrar em ele muitas pessoas e de longes terras. Esta igreja e fonte está metida em um espesso e bem dilatado arvoredo daquela montanha.

A tradição diz apóstolos e duas vezes, mas só a temos do apóstolo Santiago de que venho a entender que com alguns discípulos esteve em aquele sítio duas vezes, porque para presumir que alguma das vezes fosse o apóstolo S. Paulo não há por estas terras nem tradição nem o menor indício. Se já não queira entender-se que segundos que pregaram em aquela montanha foram alguns dos santos bispos Torquato, Tesifonte, Secundo, Indalécio, Cecílio, Hesíquio, e Eufrásio, aos quais ordenados bispos mandou o apóstolo S. Pedro de Roma missionar em Espanha. E já que falo em as primeiras missões evangélicas que vieram a Espanha será bem faça computação do tempo de cada uma delas.

A primeira é a do nosso apóstolo Santiago e fique para o último dizer o ano.

A segunda fez o apóstolo S. Paulo para suprir o lugar de Santiago: *"Ut apud Hispanos.....* [20] *supleret locum S. Jacobi ab Herode capite truncati*", diz o padre Cornélio, *Act. Apost.*, cap. 28, vers. 31. E Arnoldo, em o *Theatro da conversão das gentes*, pag. 47, diz que estes doces Santos Apóstolos são as bases e primeiros pregadores em o Reino de Portugal e Castela, porque a eles não havia de vir só um apóstolo. Segundo a exposição de Lira, Cornélio, Arias Montano e outros sobre Abdias: "*Et transmigratio Hierusalem quae in Bosphoro est possidebit civitates austri et ascendent salvatores in montem Sion, etc.*".

E dizem que a província que o latino chama Bósforo em esta profecia em o hebreu se lê Sefarat que é Espanha e a esta haviam de vir pregar os apóstolos que Abdias chama salvadores e S. Jerónimo explica: "*Apostolos suos mundi voluit esse salvatores*". Da pregação de S. Paulo em Espanha falam muitos santos padres, que largamente traz Baronio e comummente os escritores. E na carta que escreveu aos romanos duas vezes expressou os desejos de vir

a Espanha, mas que primeiro havia de vir a Roma. Chegou àquela cidade segundo Eusébio e Onúfrio em Julho do ano de 58. Esteve dois anos na prisão e, livre dela, pôde chegar a Espanha pelos fins do ano de 60.

A terceira missão é a dos santos bispos acima nomeados e esta a primeira que o apóstolo S. Pedro mandou a Espanha e consta dos calendários de Beda e de Usuardo, *idibus Maii*, (a 15) que os apóstolos S. Pedro e S. Paulo se achavam agora em Roma quando mandaram para Espanha esta missão. Fez Morales, L. 9, cap. 13, computação do tempo e diz foi em o ano de 65, décimo do Império de Nero, porque este foi também o primeiro em que os Santos Apóstolos se juntaram em Roma. Carrilho, em os *Anaes*, quer viessem em o ano 46, mas não pode ser porque S. Paulo, em o de 58, foi que veio a Roma e em o de 65 quando se juntaram os Santos Apóstolos. E Beda afirma estavam juntos no tempo que estes santos bispos vieram para Espanha e o primeiro escritor que alega o seu favor é Baronio *ad ann*. 46, n.º 2.

Mas o que este escreveu foi somente uma relação dos pregadores que o apóstolo S. Pedro mandou a várias províncias em diversos tempos, sem especificar este ou aquele ano: *"Quinam vero fuerint qui diversis temporibus ad diversas instituendas Ecclesias a Petro sunt missi discipuli et ordinati Episcopi licet scriptorum inopia obscurum pene remanserit aliquod tamen quos recensitos invenimus hic numerasse voluimus*." Continua logo a relação e em ela estão também nomeados os que vieram para Espanha.

Mas dado que assim fosse, eram estes santos prelados discípulos de Santiago dos que converteu em Espanha e o acompanharam para Jerusalém e voltaram para Espanha com o corpo do Santo Apóstolo em o ano 44, o mesmo, segundo Eusébio, em que foi martirizado. Estaço, nas *Antiguidades*, alega o breviário bracarense na *Dominga infra octavam* de Santiago, o eborense a 15 de Maio. Cianca alega os breviários de Ávila e de Cádis. O mesmo se acha em o romano, reformado por Clemente VIII, e em o de S. Pio V.

Temos a segunda missão feita por S. Paulo, pelo mais breve que se pode contar, em o ano de 60 e a terceira, que fizeram os santos bispos, em o ano de 65, estando já segunda vez S. Paulo em Roma. <E esta terceira missão foi a primeira que mandou S. Pedro.> Mas quem dará agora a notícia da primeira? Quem fez a segunda.

Na epístola que S. Paulo escreveu aos romanos, que foi antes de vir a primeira vez a Roma, afirma, em o cap. 10, estava o Evangelho promulgado em todo o mundo e em Espanha, porque é esta do orbe ocidental a última terra e o termo limite e fim que naquele tempo se conhecia: "*Nunquid non audierunt? Et quidem in omnem terram exivit sonus eorum et in fines orbis terrae verba eorum*". Mas quando ainda se queira dizer quando a missão dos santos bispos fosse primeiro que a de S. Paulo e que se fizesse em o ano 46, devem também saber que quando S. Marcos escreveu o Evangelho (que segundo Baronio foi em o de 45) refere em o cap. 16 o preceito que Cristo Senhor Nosso intimou aos apóstolos de irem pregar o Evangelho por todo o mundo, a todas as nações. E diz o Evangelista que assim o tinham já executado *illi autem profecti praedicaverunt ubique*: em toda a parte.

E, ou queiram que S. Paulo foi o segundo que pregou em Espanha, como é mais certo ou fossem aqueles santos bispos em o ano de 46, é certo que já Espanha tinha recebido a luz do Evangelho. Assim consta do que descreveu S. Marcos. Assim o diz S. Paulo antes de vir a Roma a primeira vez. Estando em Roma, antes de vir a Espanha, diz o mesmo aos colossenses: "*audientes fidem vestram in Christo Jesu... quam audistis in verbo Evangelii, quod pervenit ad vos, sicut in universo mundo est*".

Verdade é esta tão sólida e tão manifestamente conhecida pela computação do tempo que não só os vivos mas ainda os defuntos a publicam. "*Et ossa ipsius visitanda sunt et post mortem prophetaverunt*", canta a igreja na vigília de Santiago. E estes, em seu sepulcro de Compostela, continuamente estão dizendo que, quando animados calaram a terra de Espanha, porque foi conveniente que cada um dos apóstolos fosse sepultado em a província que tinha evangelizado e lhe foi distribuída, "*ut unusquisque in Evangelii sui provincia quiesceret"*, diz o Doutor Máximo S. Jerónimo, in cap. 34, *Isai*. Em casa temos o sepulcro de S. Pedro Ratistense, discípulo de Santiago, o primeiro bispo de Braga e de Espanha, instituído pelo Santo Apóstolo que publica o mesmo. E tudo foi porque Santiago foi o primeiro dos apóstolos que executou a legacia. "*Modo quis fuit primus Apostolorum* (pergunta S. Vicente Ferrer) *qui hanc legationem exequebatur eundo per mundum?*" E responde: "*Non Petrus, non Joannes, non Andreas, sed Jacobus iste*", *De S. Jacob*.

Tratando Baronio do martírio do nosso Santo Apóstolo, diz [que] fora o primeiro entre os apóstolos que recebeu a coroa, porque também de todos foi o primeiro que se adiantou a merecê-la: "*Haud dubium est ante aciem ipsum dimicando stetisse qui primus omnium strenue fortiterque verbi gladio pugnans gloriosus occubuit", Ann.* 44, n.º 1.

Mais remontado foi o sentimento do Doutor Seráfico. Diz que havia de ser protomártir do apostolado, porque por ele havia de ser a igreja multiplicada: "*Jacobus primus interficiendus erat inter apostolos pro ecclesia multiplicanda*", *Sup.*, cap. 9, *Lucae*.

Foi a igreja multiplicada pregando em Judeia, Samaria, Espanha. Foi multiplicada porque, voltando de Espanha a Jerusalém, aí bebeu o cálice que Cristo lhe oferecera. E foi este prémio incentivo para que os mais apóstolos saíssem à campanha das suas províncias buscar as coroas que lhes estavam aparelhadas. Foi, é e há de ser multiplicada pelos religiosíssimos senhores reis de Portugal e Castela, filhos em Jesus Cristo do apóstolo Santiago que, como vice-gerentes seus, têm arvorado o estandarte da cruz em tantas e tão remotas partes do universo, nas Ásias, nas Áfricas, nas Américas. E na Europa dominam os estados que propriamente por serem o termo e limite ocidental são da herança de Cristo a possessão, isto é, bens imóveis e por isso constantes na fé católica. Desta herança veio tomar posse, como tão preciosa para a multiplicação da Igreja, o apóstolo Santiago. E em Bragança o afirma a nossa tradição constante, com a pregação do Sagrado Apóstolo.

O ano querem muitos escritores fosse o de 35, o mesmo em que o eunuco de Candace, rainha de Etiópia, levou o nome de Cristo aos fins orientais. E muitos expositores explicam alguns lugares das divinas letras porque se entende que os fins da terra oriental e ocidental haviam de preferir em o povo gentílico no conhecimento de Cristo. Lorino, sobre o Salmo 64,

Sestérscio de Cláudio I (41-54 d.C.), encontrado em Bragança

vers. 9, *Exitus matutini et vespere delectabis*, explica: "*Exitus matutini et vespere pro hominibus qui habitant ubi exit dies et ubi exit nox. Hoc est pro orientalibus et occidentalibus"*.

Outra turba de escritores dizem foi a vinda de Santiago a Espanha em o ano 36. Finalmente a mais seguida opinião é que foi em o de 37.

E nada encontra que queira dizer que Társeas teve por tradição mandara Cristo Senhor Nosso aos apóstolos não saíssem de Jerusalém até passados doze anos, porque totalmente encontra a verdade manifestante conhecida. Dentro dos doze anos instituiu S. Pedro a igreja antioquena e no décimo, que é o de 44 e segundo do Imperador Cláudio, já estava em Roma. E Baronio, ann. 44, n.º 13, refuta esta opinião com o Evangelho de S. Marcos. E como tão notoriamente é falsa fique como tal.

Instituiu Santiago por bispo a Santo Arcádio e este, em Bragança, a festa de Santiago, que até hoje continua e o senado e nobreza os que a fazem para que à solenidade da Igreja assista o povo agradecido. <Entende-se que Santo Arcádio fundou a Igreja de Santiago nesta cidade que foi antigamente freguesia e já não existe>.

Depois do martírio de Santo Arcádio em o ano de 60 não descubro os prelados que sucederam, falta que também se experimenta em muitas igrejas de Espanha, porque sucedendo a perseguição de Nero, em o de 69, estando a igreja de Espanha florentíssima, foi tal a sevícia que entenderam os gentios de tudo tinham extinguido nome de Cristo e levantaram ao seu imperador uma memória que anda por muitos escritores:

Paisagem de Cova da Lua

Neroni CL. Cae. Aug.
Pontif. Max. ob Provin.
Latronib. et his
qui novam generi hum
superstitionem inculcar.
purgatam.

E não seria Bragança a que nesta ocasião daria menos frutos, doutrinada por tão grandes mestres como Santiago e seu discípulo Santo Arcádio. E destes tempos, imagino eu, fizeram algumas casas subterrâneas onde os católicos celebrassem os divinos ofícios, e no lugar de Macedo, do termo desta cidade, da qual dista quatro léguas, se acha uma feita de ladrilho, perto da que hoje é igreja.

Até o tempo do Imperador Diocleciano não acho coisa digna de memória, mas neste a temos ilustre com o glorioso martírio dos invictos mártires Domício, Epárquio, Áquila, Pelágia

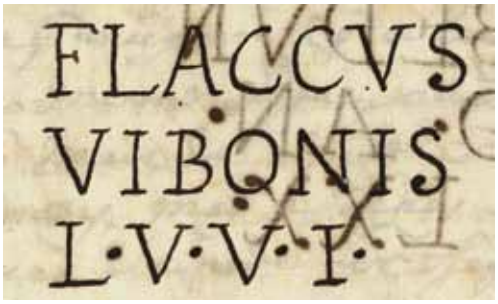
Lugar da Senhora da Hedra

e Teodósia de que já fiz lembrança em *Notícia de Varões Ilustres*, onde se pode ver, e aqui a repito somente porque o seu glorioso martírio foi na sua pátria.

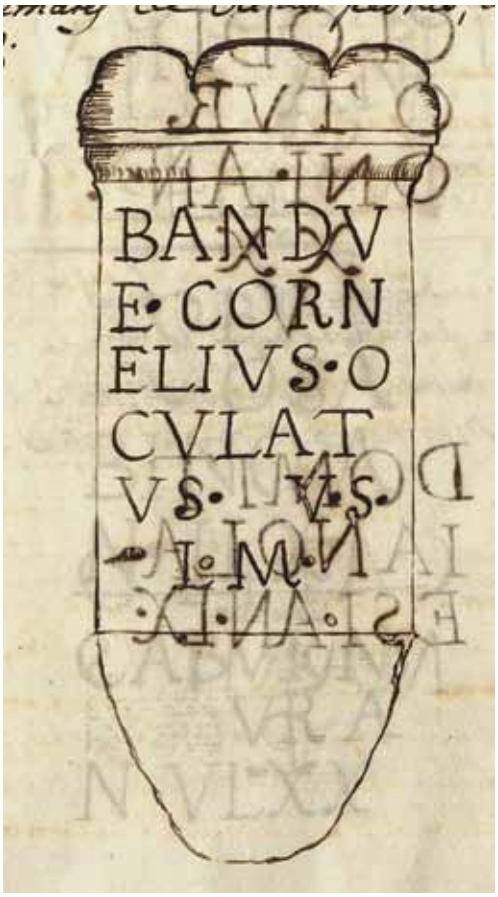
Darei agora notícia de algumas pedras antigas, além das que vão em os tempos a que pertenciam e de que alcancei melhor conhecimento pelo que respeita a esta cidade.

No termo desta cidade

Em o lugar de Cova de Lua, na Igreja de Nossa Senhora da Hedra, em cujo edifício se veem algumas pedras que, pelos frisos, se conhece serem dos romanos, junto da porta e da parte de fora estavam duas. Há três anos, em um dia, amanheceu derrubada a parede, por indústria escusada de acharem algum tesouro e uma das paredes ficou de tudo quebrada. Mas ainda lhe pude ler o letreiro com o subsídio de quem o tinha copiado para o livro do *Santuario Marianno* que escreveu o padre frei Agostinho de Santa Maria, tom. 5, fl. 658 e dizia:

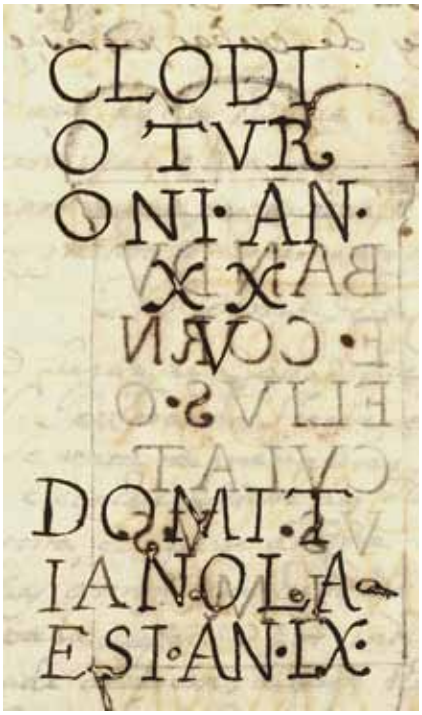


A outra pedra mandei conduzir para esta cidade e tenho em meu poder e a dou copiada. E ambas tinham o mesmo feitio e parece eram remates de outras pedras em que estas se metiam:

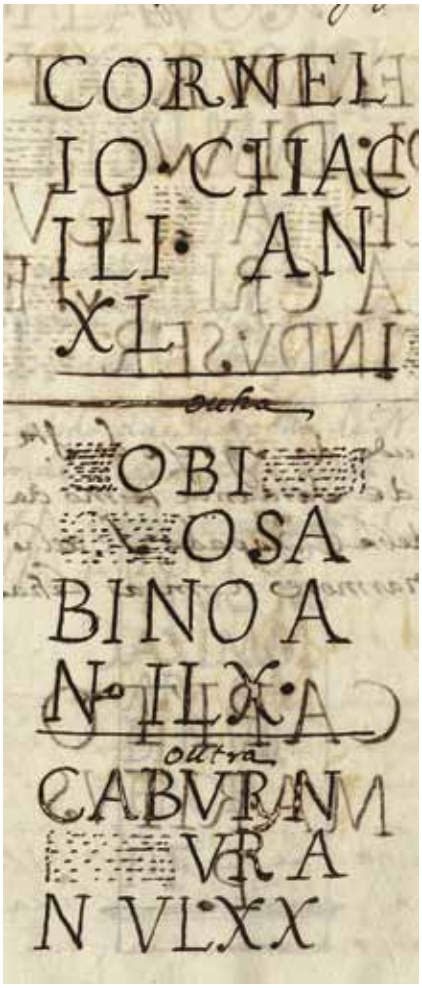


No mesmo lugar, outra pedra:

Em o de Terroso, junto a uma das portas da igreja, na parede da parte de fora, duas pedras:



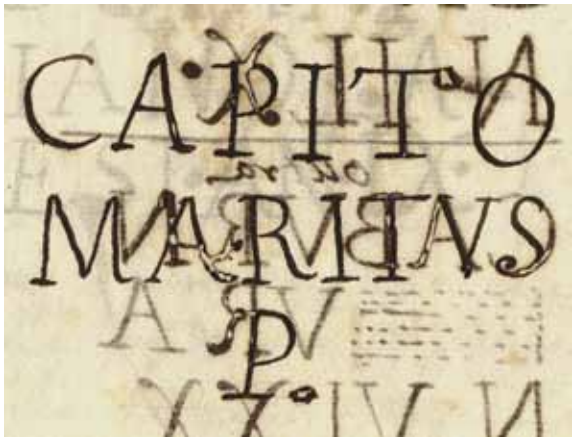
Em o lugar de Grijó de Parada, de um monte que chamam a Torre de Modorro, tiraram quantidade de pedras de que se aproveitaram para a reedificação da igreja do mesmo lugar e das que se podem ver são mais de cinquenta, com bons frisos e remates, mas as letras muito gastadas. E de algumas se pode ler o seguinte:



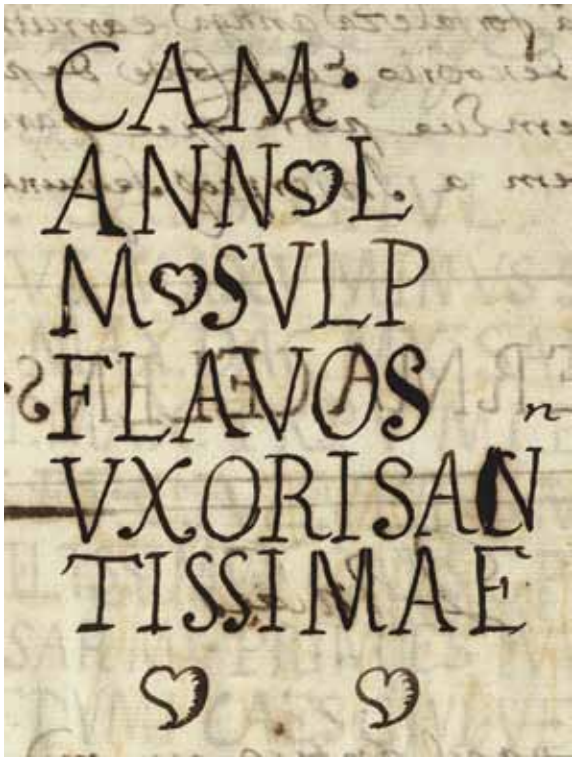
Não faço cópia das mais pelas poucas letras que se lhe descobrem.

Na parede da sacristia da igreja do lugar de Soeira se acham duas pedras e as letras mal cortadas e só de uma se pode copiar o que segue:

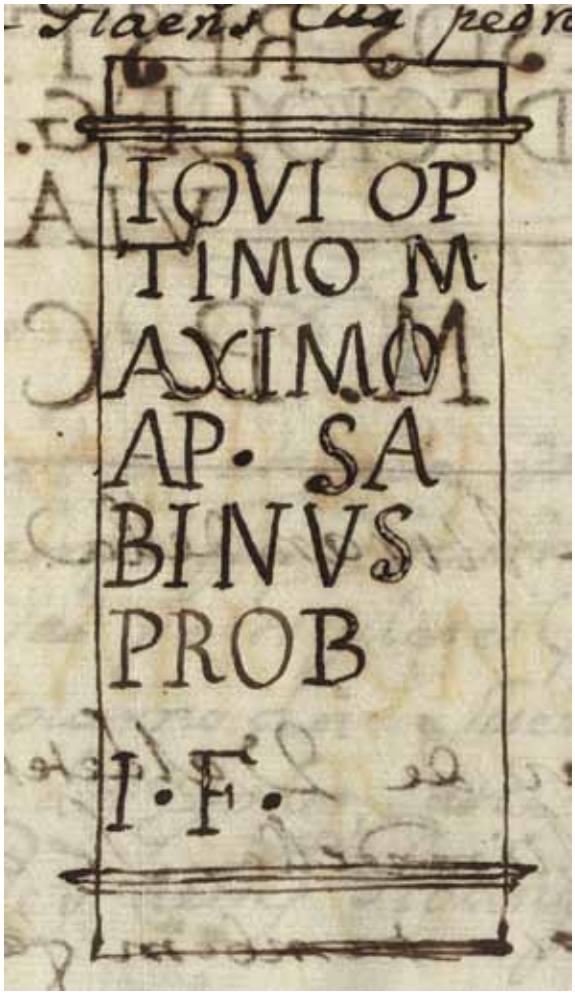
Em a parede da igreja de Santa Bárbara do lugar de Saldanha, termo da vila de Algoso, deste bispado, se acham duas pedras de mármore com as letras seguintes:



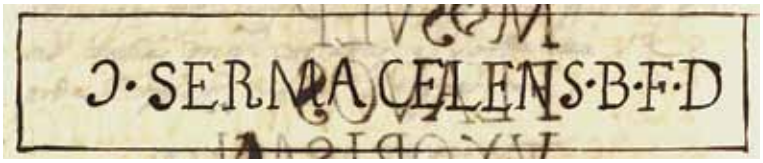
Segunda pedra:



Termo da vila de Monforte deste bispado, em o cabido da Capela de Nossa Senhora do Amparo, do lugar de Fiães, uma pedra:



Entre o lugar de Tinhela e o de Agordela, perto de uma fortaleza antiga e arruinada em a qual se descobriu uma fonte de pedra lavrada e em uma pedra que parece ser padieira, tem a inscrição seguinte:

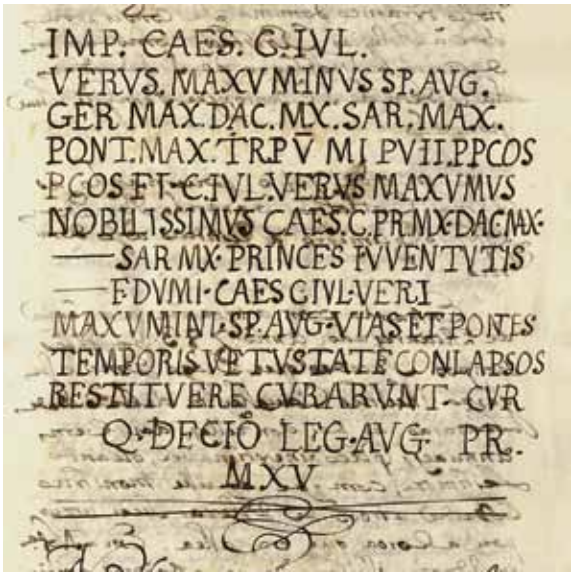


Vinhais

Em um papel antigo que me deram está uma inscrição que dizia estar em esta vila e procurando-a já não existe, mas eu a dou como a achei escrita:

Mirandela

Em o lugar de Vale de Telhas, termo da vila de Mirandela, se acha um grande padrão que também fala em Quinto Décio e mandei copiar a inscrição dela que é na maneira seguinte:



Não descubro até agora memórias algumas mais do tempo que governaram os romanos que sejam particulares para esta cidade, nem do governo dos suevos, nem ultimamente dos godos até que sendo último rei destes Rodrigo, experimentou Bragança o golpe que foi comum em toda Espanha na invasão dos mouros, ano de 714. E ficando no seu tirânico domínio se conservou em a religião cristã, como também o antigo Mosteiro de S. Salvador da Ordem de S. Bento, que sempre esteve povoado. Em o de 740, governando as armas católicas o grande rei D. Afonso I, a restituiu ao seu domínio.

Entrando com a tirania a infâmia de Mauregado, ano de 783, por estes tempos sucedeu que Diogo Gomes e Sugério, ilustres cavaleiros desta cidade, livraram as dez donzelas das cem anuais, preço inestimável quanto lastimoso com que aquele monstro covarde, a troco de vilezas suas, usurpou a coroa que era alheia. Em a *Notícia de Varões Ilustres* disse já a tradição e mais circunstâncias desta nobre ação, e não seguro o ano porque não há monumento que o individue.

D. Afonso III, que tomou o cetro ano de 866, mandou reedificar os muros e fez conde de Bragança a Pelaio, ilustre cavaleiro, e assistiu à sagração do templo do nosso apóstolo Santiago, em Compostela, que os naturais chamam Campostela, derivado da estrela que epitáfio de luzes manifestava o corpo do Sagrado Apóstolo em aquele campo sepultado.

Desistindo do governo Afonso IV e empunhando o cetro Ramiro II, ano de 931, motivaram os arrependimentos daquele a desunião entre os vassalos. Chamou esta aos mouros e ficou outra vez Bragança em seu poder.

Ano de 1001, a vejo restaurada pelo infante Alboazar Ramires e esta a última vez que os mouros a viram, e por voto festeja esta cidade a festa de S. Jorge por seu libertador. E do que a este respeito se pode dizer fiz já lembrança em a Notícia 4.ª, mas não é persuadível que os mouros a tivessem ocupada do ano 931 até este de 1001, por andar muito viva entre as aldeias desta comarca a história de Almançor, em tempo de Bermudo II, cujo

governo teve princípio no de 983. E foram estes tempos calamitosos e uma representação daqueles primeiros da perda de Espanha. E neste tempo considero foi também Bragança tomada pelos mouros que a sustentaram até à última restauração que fez o infante Alboazar Ramires com o patrocínio de S. Jorge, porque se do ano 931 em diante fosse Bragança dos mouros não havia para se lembrarem das extorsões de Almançor motivo algum. Para o que se há de entender que na primeira invasão dos mouros se recolheu a nobreza e muita parte dos trasmontanos para as Astúrias. E restaurada Bragança por D. Afonso católico, ficaram em a trasmontana muitos castelos pelos mouros e os cristãos foram ocupando outros. E crescia mais o número para esta ou aquela parte conforme a fortuna de nossos príncipes andava mais ou menos favorável e pôde ser Bragança restaurada outra vez antes do tempo de Almançor.

Em diversas partes desta comarca mostram os naturais vestígios de onde estiveram castelos, distinguindo os que eram de cavaleiros cristãos e os que ocupavam os mouros, e que entre uns e outros havia desafios. Mas os sucessos ficam todos em silêncio e os nomes e só o de um que com mais clareza se pode averiguar fiz já memória em a Notícia 11.ª, Solar dos Braganções, e de D. Pelaio que foi conde de Bragança. De outro desafio fez lembrança o *Agiol*. *Lus*. a 23 de Abril em o comentário D, ainda que se confunde o princípio do voto de S. Jorge com o desafio deste cavaleiro, sendo coisas distintas e em diferentes tempos, porque o voto foi pela restauração de Bragança, a última que teve, e se deu batalha aos mouros que de tudo ficaram vencidos junto da ribeira de S. Jorge. E a este sítio e igreja que há do Santo é que o Senado e povo vai todos os anos, e o Prado do Talho, que diz o *Agiológio Lus.,* fica em outro sítio muito distante deste.

E já que a injúria dos tempos tem sepultado as particularidades, contentar-me-ei com dizer que por espaço de 287 anos, contados da invasão primeira dos mouros até o de 1001, foi Bragança e a nossa trasmontana um contínuo campo de batalha. Seguiram as bandeiras de seus príncipes em tão santa guerra. E como de tudo nunca os mouros possuíram a província, foi esta também seminário onde se conservaram as relíquias dos antigos espanhóis.

Ultimamente entrou Bragança e passou ao domínio do conde Henrique, tronco ilustre de nossos gloriosos reis, pelo casamento de D. Teresa, filha de Afonso VI de Castela e Leão, e se vê de uma escritura da Torre do Tombo de doação que fez el-Rei D. Afonso Henriques ao abade João, *Livro Segundo d'Além Douro*, fol. 272, e nela se declara que o conde Henrique e sua mulher, a rainha D. Teresa, tinham dado privilégios e isenções ao Mosteiro de S. Salvador de Castro de Avelãs: "*ut habeatis eum in illa dignitate atque libertate in qua notum est omnibus esse a diebus Henrici patris mei comitis et Reginae Tarasiae matris mea usque ad prasens etc.".*

ADVERTÊNCIAS ÀS NOTÍCIAS QUE TENHO DADO

[Rui Machado]

De Rui Machado, que v. m. há tempos me escreveu ser desta cidade, achei no arquivo da Câmara uns autos dos acoutados ou homiziados que se acoutavam nesta cidade. E em 1486 consta eram juízes nesta cidade Lopo Gomes e o dito Rui Machado.

[Lugares de Bragança]

Respondo aos três pontos que v. m. me pergunta da escritura que achou na casa de Bragança, porque também está no arquivo desta Câmara. E quanto aos lugares não estão declarados todos os do termo e alguns que se nomeiam já não existem e ficavam dentro do limite desta cidade e eram como arrabaldes dela ou destroços de Bragança antiga e por isso contendiam em lograr dos privilégios da cidade, como partes dela. Em a Notícia 9, digo os nomes todos destes arrabaldes.

[Judeus]

Judeus: Em esta cidade havia antigamente judeus e tinham sua sinagoga dentro dos muros do castelo. E depois que os judeus se ausentaram ou receberam batismo, possuiu estas casas da sinagoga o alcaide-mor Lopo de Sousa e sua mulher D. Beatriz de Albuquerque. E o Senado lhas comprou para servirem de cadeia e é no sítio que hoje chamam Cadeia Velha, onde só existe um poço. Consta do tombo da Câmara onde se diz: "São desta Câmara as casas da cadeia que antigamente foram sinagoga dos judeus". E o mesmo diz a escritura de venda que daquelas casas fez o dito alcaide-mor, em 26 de Julho de 1503, sendo juízes ordinários João de Morais e João Correia, João Lopes, vereador, e Gonçalo Lopes, procurador, escudeiros.

Não descobri no arquivo da Câmara outro instrumento porque conste da comuna e vereadores que os judeus entre si tinham mais que a escritura que v. m. tem da Casa de Bragança e é a mesma que se acha nesta Câmara.

[Notícias de figuras ilustres de Bragança]

Em a *Notícia de Varões Ilustres*, por equivocação disse que António Galo, sargento-mor, tinha composto o Abecedário Militar[21], sendo que foi João de Brito de Lemos, cavaleiro fidalgo, impresso em 1631. Era ajudante do 3.º, de que foi coronel Brás Teles de Meneses e não alcanço o adiantamento que teve.

Uma beata Isabel da Silva estou na dúvida se lhe declarei a pátria. É natural do lugar de Oucidres, termo da vila de Monforte, deste bispado a qual se criou, viveu e faleceu nesta cidade, como se declara.

Agostinho Fragoso, sargento-mor de infantaria.

José de Magalhães, capitão de infantaria.

Também é desta cidade um abade de Vale da Porca que compôs um livro (cuido é o título *Educação de Príncipes*) é de 4.º e, segundo minha lembrança, chama-se Francisco da Silva. Se o livro aparecer falará com mais certeza e eu me informarei melhor.

[Naturalidade de São Leôncio e São Toríbio]

S. Leôncio, arcebispo de Braga, e S. Toríbio, bispo de Astorga, são naturais de Bragança e seguindo a opinião dos que assim o afirmam, mostrarei com sólidos fundamentos se não deve estar pela parte contrária.

Principiando por S. Leôncio, do qual o *Agiológio Lus.* faz memória a 19 de Março. Este *in coment* e outros, seguindo a Juliano, fazem o nosso S. Leôncio natural de Constantinopla, mas com uma razão *a concludenti* se convencem.

Dizem que em o ano de 306 era já São Leôncio arcebispo de Braga e certamente em o de 314, como consta de uma epístola decretal do papa S. Melquíades, que anda no primeiro tomo dos *Concilios* da impressão de Colónia, pág. 312, e desta faz também memória Ambrósio de Morales, L. 10, cap. 30. Faleceu S. Leôncio em Guimarães a 19 de Março de 326, diz o arcebispo D. Rodrigo da Cunha no *Cathalogo dos Prellados de Braga*, pag. 209, n.º 15. Agora ao nosso ponto.

Em todo este tempo não havia Constantinopla no mundo. Logo, não se há-de dizer que S. Leôncio é natural de Constantinopla. Não havia Constantinopla porque o imperador Constantino Magno, quando fundou aquela cidade, ainda em o ano de 312, o constituíram imperador de Roma, chamado do povo romano para se livrar das tiranias de Maxêncio, tendo até esse tempo somente o império da Gália e Espanha. Em o de 324, o mesmo em que recebeu o sagrado baptismo por mão de S. Silvestre, que sucedeu a Melquíades, determinou Constantino levantar sobre as cinzas de Tróia uma nova Roma, mas deixada esta fundação a fez sobre as ruínas de Bizâncio, que os imperadores Septímio Severo e Galieno tinham destruído. Baron. *ad an.* 324, n.º 41 e 138 *usq. ad* 142.

Ultimamente, em o de 330, deu Constantino à sua nova Roma, o nome de Constantinopla. Nicéforo, L. 1, cap. 32, Baron. *ad an.* 330, n.º 14 e 20 *ibi*: "*Hanc igitur civitatem Constantinus suo appelatam nomine et velut recens ad Christi honorem extructam multis maximisque Ecclesiis exornavit*".

S. Leôncio faleceu em o ano de 326. Em o de 306 era arcebispo de Braga. Dêmos-lhe tivesse cinquenta anos para entrar na dignidade e acharemos a S. Leôncio nascido em Bragança, 74 anos primeiro que houvesse Constantinopla no mundo e falecido em Guimarães quatro anos primeiro que aparecesse o nome daquela cidade. Com evidência se mostra o engano de Juliano e dos que seguiram a sua opinião e se deve estar pela do padre Jerónimo Roman, da Companhia de Jesus, que afirma ser S. Leôncio, natural de Bragança: "*Brachara* (diz no seu *Dextro m. s. ad an.* 306) *floruit sanctus Leoncius. Hic Lusitanus Bragantinus, vir a prime nobilis doctus et sanctus*".

S. Toríbio, bispo de Astorga, também é natural de Bragança, assim o dizem alguns escritores nossos. E dos castelhanos, como Villegas e outros, o trazem com o nome genérico de

espanhol. E não é pequeno indício de ser português por ser frase de que usam com alguns santos que nos pertencem, deixando-nos o trabalho da averiguação na diversidade de opiniões. Outros se satisfazem com dizerem é galego.

Toda a dúvida está na inteligência de Juliano em o *Chronic.*, n.º 247, dizer que S. Toríbio é natural de Bragança em Galiza: "*Brigantium in Galicia*".

Jorge Cardoso, no *Agiol. Lus.,* a 16 de Abril, *in coment* L. C., lhe parece é a Corunha. E isto disse por entender [que] se contradizia confessando agora que Bragança estava na Galiza, de que tinha dito ser ela a antiga *Juliobriga* (que esta verdadeiramente o foi, se diz em a Notícia 14). E para falar com distinção, porque este ponto pode servir para outras antiguidades, se há de atender que o nome antigo desta cidade é o de Bragança. Impôs-lhe Augusto o de *Juliobriga*, mas veio a prevalecer o nome antigo e isto se prova porque de *Juliobriga* não se corrompeu em Bragança, mas com qualquer dos nomes é bem conhecida. Como Lisboa com o primeiro nome *Ulisipo*, que hoje conserva e deixou o de *Felicitas Julia*. E é certo que prevalecendo os primeiros nomes foi porque nunca totalmente os perderam e essa a razão porque perderam o uso dos segundos.

Que Bragança fosse da Espanha Tarraconense, ninguém duvida, porque dividindo os romanos a Espanha em duas províncias, citerior e ulterior, aquela se chamava Tarraconense e compreendia sete conventos jurídicos: Cartagena, Tarragona, Saragoça, Clunia, Astorga, Lugo e Braga. Aqui temos Bragança na Tarraconense e é no tempo que se chama *Juliobriga*.

Seguindo a Ptolomeu, Possidónio, Estrabão, Hortélio e outros geógrafos modernos e historiadores, acharemos a Bragança na Lusitânia antiga, porque desta foi também em diversos tempos toda a região entre os dois rios, Douro e Minho. Onde Bragança fica, e mais difusamente, se diz em a Notícia 14.

Seguindo a Plínio, é Bragança de Galiza, pois não passa com a Lusitânia desta parte do Douro contra o Norte, porque assim seria a demarcação no seu tempo. E como na realidade Bragança foi da Tarraconense, da Lusitânia e, ultimamente, da província de Galiza. E o dizem escritores antigos não é matéria que entre em reparo de que a ponham em esta ou aquela província, pois seguir opiniões é arbítrio livre, principalmente havendo justo fundamento. Isto suposto vejamos a primeira divisão dos bispados, em tempo de Costantino Magno, como a descreve Morales, L. 10, cap. 32. D. Rodrigo da Cunha, *Histor. Eccl. de Braga*, part. 1, cap. 8, n.º 2 e 3 e Agostinho Barbosa, *De Off. et Potest. Episcop*., part. 1, cap. 7, *in Lusitan.* Dão à metropolitana de Braga os sufragâneos de Astorga, Tui, Lugo, Coimbra, Iria Flávia, Britónia, Viseu, Lamego e Idanha. Mas reinando Teodomiro suevo, em o primeiro concílio celebrado em Lugo, ano de 569, pediu ao concílio fizesse outro metropolitano, que foi o de Lugo. E divididas as dioceses ficaram a Braga: Coimbra, Lamego, Viseu, Idanha, Porto e Dume, a saber, quatro na Lusitânia e três em Galiza, entrando a mesma diocese de Braga (Barbosa, *supra*).

Temos visto Bragança em Galiza e certamente o foi em tempo dos suevos. Agora vejamos com mais certeza como por este tempo pertencia à Igreja de Braga. Consta do Concílio que se celebrou em tempo de el-Rei Uvamba que foi undécimo de Toledo, ano de 675, Mora-

les, L. 12, cap. 50, e outros que alega Carrilho, *dict. an.* Em este concílio se diz não tem que repartir de novo em a diocese de Braga, por estarem muito bem distribuídos os termos pelo concílio de Lugo, que é o de 569. E nomeando as igrejas e lugares da diocese de Braga e se acha também Bragança como se pode ver em Morales, *supra*.

Tudo isto foi necessário para fazer uma computação de tempo, pois o principal fundamento do *Agiologio Lus.* são umas palavras de uma carta de S. Bráulio, bispo de Saragoça, para S. Frutuoso, que trazem Basílio, Marieta e Padilha: "*Essa provincia en que vivis siempre fue abundante de buenas letras y agudeza de ingenios y porque traganos ala memoria algunos dessos passados acordaos de los elegantissimos y doctissimos varones Orosio, presbitero y Toribio, obispo*", etc.

Que ilação se tira destas palavras para que Santo Toríbio não seja natural de Bragança? Nenhuma. Antes das mesmas a tiro eu para que o seja.

Façamos computação do tempo. Em o dos suevos floresceu S. Toríbio e era Bragança da diocese de Braga e esta da província da Galiza.

Floresceu S. Bráulio pelos anos de 636 e se acha neste ano em o sexto concílio de Toledo (Morales, L. 12, cap. 23). E S. Frutuoso assistiria na fundação dos muitos mosteiros que fez em Portugal, não tenho eu dúvida nisto, mas é necessário saber que já em o ano de 569, que foi o do primeiro concílio de Oviedo, ficou à metropolitana de Braga em Galiza somente a sua diocese, Porto e Dume e na Lusitânia as quatro referidas em aquele concílio.

Agora expliquem as palavras "*essa provincia en que vivis*", donde S. Toríbio era natural. Se a querem tomar por Galiza, pertencente a Braga, não há para onde fugir, pois não há outra Bragança mais que a nossa. E se por província querem entender toda a metropolitana, sempre vem dar a Bragança. O que eu entendo é que por província se entende ali toda a região entre os rios Douro e Minho, em que esta cidade fica e por onde S. Frutuoso andava fundando. E não é de menor ponderação a circunstância de dizer S. Bráulio que era província abundante de boas letras e engenhos. Isto só bastava para se entender não falava de toda a Galiza, principalmente daquelas terras além do Minho, onde fica a Corunha (eram em tempo de S. Bráulio da *metropolis* de Lugo), que nunca deles se formou tão bom conceito, digo por aqueles tempos, como se vê do primeiro concílio bracarense, em 563, sendo arcebispo Pancrácio. E dele traz Morales a este propósito umas palavras, L. 11, cap. 7, pag. 67, F., porque bem demonstra a rudeza que por aqueles tempos havia por aquelas partes e em tempos tão próximos a S. Bráulio, como o terceiro concílio de Toledo em 589. E se pode ver o que diz Morales dos galegos, pelo que se tratou neste concílio, L. 10, cap. 3, pag. 95, E.

Tenho mostrado como a Bragança em Galiza, de que S. Toríbio é natural, é esta nossa, pelas mesmas palavras da carta de S. Bráulio de que se queriam aproveitar, pois sendo de Bragança em Galiza como se afirma, só desta nossa se podem entender não pela semelhança do nome como quis entender o *Agiol. Lus.*, mas porque naturalmente se vê que S. Bráulio falava por província, ou por toda a metrópole, ou pela região entre os dois rios, Douro e Minho. E de qualquer modo é S. Toríbio desta cidade e o dizem também escritores nossos.

Fachada principal do Mosteiro de S. Bento

[Tempestade sobre Bragança]

Em os 29 de Setembro, dia da dedicação do arcanjo S. Miguel, da uma para duas horas da madrugada do mesmo dia, houve em esta cidade uma horrível tempestade de trovões com alguma pedra e caiu um raio no Mosteiro de Santa Escolástica da Ordem de S. Bento. E entrando pelo campanário se encaminhou ao coro, onde já estava muita parte da comunidade, que se compõe de 150 religiosas. E junto da porta do coro feriu a uma servente chamada Francisca da Porciúncula por todo o lado esquerdo, da cabeça até ao pé e caiu logo morta. E discorrendo o raio pelo coro até à grade, deixou bastantes vestígios em toda a parede da parte do Evangelho, principalmente em um painel de Nossa Senhora dos Desamparados, devoção que os militares desta cidade trouxeram da de Valência, quando assistiram em aquele Reino, em esta guerra próxima. E se festeja na igreja deste mosteiro todos os anos com novena em altar dedicado ao seu culto onde há imagem de vulto copiada pela de Valência. O painel do coro tinha duas cortinas de seda azul e, dando o raio na parte superior dele, queimou a sanefa bem no meio e ficou a coroa da senhora e o rosto e a boca para cima coberto

como se estivera com um véu de fumo transparente. E deixando o painel intacto queimou parte das cortinas e um frontal que guarnecia o mesmo painel retrocedeu o raio pelo meio da aflita comunidade e passou o coro debaixo que é o cemitério das religiosas. E no mesmo sítio em que este se sepultou mandaram enterrar a defunta. Das religiosas ficaram algumas com os rostos inflamados, mas sem ofensa. Fizeram *Laus perene* de 24 horas com o Santíssimo exposto em ação de graças pelo benefício de livrar a sua comunidade de tão evidente perigo. E pela defunta mandaram celebrar muitas missas e vão continuando alguns devotos exercícios e se prepara festa a Nossa Senhora, com sermão que há de pregar o padre João de Morais, filho dos morgados de Parada.

É muito semelhante este caso do raio com a imagem de Nossa Senhora com outro que caiu na torre do Colégio da Companhia desta cidade, em 12 de Julho de 1642, que rasgando a parede da torre do alto até o baixo, ficou só intacto o espaço que ocupa um painel da senhora de S. Lucas. E para memória se conserva o rasgo da parede e esta santa imagem que fica na portaria onde se venera.

No mesmo tempo caíram raios nos lugares de Carregosa, Donas, Lagomar, Alfaião, distantes desta cidade uma légua, sem fazerem dano mais que em algumas árvores que arderam. Também observaram as sentinelas do castelo [que] caíra outro raio na cerca do mesmo mosteiro.

1 Conforme o original.

2 Francisco de Brito, *A Advogada dos impossíveis a Bemaventurada Rita de Cassia, donzela, cazada, Viuva, Religiosa, e defunta, Freira professa no Convento de Santa Maria Magdalena de Cassia da Ordem Eremitica de Santo Agostinho,* Lisboa, 1710.

3 José de Santo António, *Flos Sanctorum Augustiniano dividido em seis partes: as quatro primeiras tratam dos sanctos e beatos, que tem dia determinado nos doze mezes do anno; a quinta dos sanctos e beatos, de que não se sabe o dia do seu glorioso transito; a sexta dos servos de Deus, que morreram com opinião de sanctidade. Primeira parte*, Lisboa, 1721; *Segunda Parte*, Lisboa, 1723; *Terceira Parte*, Lisboa, 1726.

4 Conforme o original.

5 Conforme o original.

6 Conforme o original.

7 À margem, pela mesma mão(?): "Brites de Carvalho".

8 À margem, pela mesma mão(?): "Estêvão Pires de Chaves e Lourenço Pires de Chaves, irmão, ano 1249".

9 À margem, pela mesma mão(?): "Margarida da Costa Chaves".

10 As palavras "Pereira" e "Morais" têm, respectivamente, os números de referência, em índice, 2 e 1, no original, mas não se indica para onde remetem estas referências.

11 Conforme o original.

12 Conforme o original.

13 Conforme o original.

14 Uma nota, no original, remete para o n.º 1 da mesma página, *infra*.

15 Conforme o original.

16 Conforme o orginal.

17 Conforme o original.

18 Conforme o original.

19 Conforme o original.

20 Em branco, no original.

21 João de Brito Lemos, *Abecedário Militar do que o soldado deve fazer até chegar a se capitão, e sargento-mór, e para cada um d'elles in solidum, e todos juntos saberem a obrigação de seus cargos… E outras cousas curiosas que os affeiçoados a esta arte folgarão de saber*, Lisboa, 1631.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

AAVV, 1992 – *Las Reales Academias del Instituto de España*. Madrid: Alianza Editorial.

AAVV, 2004 – *Bragança. Um olhar sobre a História*. Bragança: Bragança Polis.

AAVV, 2004 – *Presidentes da Câmara de Bragança, da República aos nossos dias*. Bragança: C. M. Bragança.

AFONSO, Belarmino, 1988 – "A Livraria do Colégio do Santo Nome de Jesus de Bragança", in *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*, vol. X. Coimbra: Universidade Coimbra.

ALVES, Francisco Manuel, 1909-1948 – *Memórias arqueologico-historicas do distrito de Bragança*, XI tomos. Porto (edição revista e aumentada em 2000).

ANDRADE, António Júlio de; GUIMARÃES, Maria Fernanda, 2010 – *Jacob de Castro Sarmento*. Lisboa: Nova Vega.

ARGOTE, Jerónimo Contador de, 1732-1747 – *Memórias para a História do Arcebispado de Braga (1732-1747)*. Lisboa: Oficina de José António da Silva.

AZEVEDO, Pedro de, 1924 – "O livro 2.º da correspondência expedida e recebida pela Real Academia da História". *Arqueólogo Português*, vol. 26. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia.

AZEVEDO, Pedro de, 1933 – "O primeiro livro de registo da Academia Real da História". *Arqueólogo Português*, vol. 29. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia.

BAPTISTA, Maria Isabel Alves, 1999 – *A Escola Trasmontana – Tempos, Modos e Ritmos de Desenvolvimento, 1759-1835*. Bragança: Bringráfica.

BOLETIM da Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 1936 – *Domus Municipalis de Bragança*, n.º 4, julho de 1936. Porto: Maranus.

BRITO, Francisco de, 1710 – *A Advogada dos impossíveis a Bemaventurada Rita de Cassia, donzela, cazada, Viuva, Religiosa, e defunta, Freira professa no Convento de Santa Maria Magdalena de Cassia da Ordem Eremitica de Santo Agostinho*. Lisboa: Filipe de Sousa Vilela.

CANAVEZ, Nuno, 1994-2008 – *Subsídios para uma Bibliografia sobre Trás-os-Montes e Alto Douro*, 4 volumes. Porto: Livraria Académica.

CAPELA, José Viriato, 2007 – *As Freguesias do Distrito de Bragança nas Memórias Paroquiais de 1758, Memória, História e Património*. Braga: Universidade do Minho.

CARDOSO, Luís, 1747-1751 – *Diccionario Geographico ou Noticia Historia de Todas as Cidades, Villas, Lugares e Aldeas, Rios, Ribeiros, e Serras dos Reynos de Portugal e Algarve*, 2 tomos. Lisboa: Oficina Silviana.

CARNARVON, Earl of, 1848 – *Portugal and Galicia, with a review of the social and political state of the basque provinces*, 3.ª edição (escrito em 1827). Londres: John Murray, Albemarle Street.

CASTRO, José de, 1946-1951 – *Bragança e Miranda*, 4 volumes. Porto: Tipografia Porto Médico, Lda.

CHORÃO, Maria José Mexia Bigotte, 1987 – "Inquéritos promovidos pela Coroa no século XVIII". *Revista de História Económica e Social*, n.º 21. Lisboa: Sá da Costa.

COSTA, António Carvalho da, 1706 – *Corografia Portuguesa*, vol. I. Lisboa.

COSTA, Eduardo, 1955 – *Os inquéritos paroquiais do século XVIII e algumas das freguesias do distrito de Aveiro*. Aveiro: Arquivo Distrital de Aveiro.

COSTA, Padre Carvalho da, 1706 – *Chorografia Portuguesa e Descripçam Topográfica do Reyno de Protugal*, tomo I. Lisboa.

CRAESBEECK, Francisco Xavier da Serra, 1993 – *Memórias Ressuscitadas da Província de Entre Douro e Minho*, 2 volumes. Ponte de Lima: Edições Carvalhos de Basto, Lda.

CRUZ, António Cruz, 1970 – *Geografia e economia da província do Minho nos fins do século XVIII*. Porto: Centro de Estudos Humanísticos da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

FERNANDES, Armando (coord.), 2009 – *Bragança marca a História, a História Marca Bragança*. Bragança: Câmara Municipal de Bragança.

FERNANDES, Hirondino da Paixão, 1993-1996 – *Bibliografia do Distrito de Bragança*, 4 volumes. Bragança: Instituto Politécnico de Bragança/Câmara Municipal de Bragança/Arquivo Distrital de Bragança.

FRANCO, José Eduardo (dir.), 2010 – *Dicionário Histórico das Ordens, institutos religiosos e outras formas de vida consagrada católica em Portugal*. Lisboa: Gradiva Publicações.

HESPANHA, António Manuel, 1994 – *As vésperas do Leviathan. Instituições e poder político Portugal – século XVII*. Coimbra: Livraria Almedina.

JACOB, João, 1997 – *Bragança*. Lisboa: Editorial Presença.

LEMOS, João de Brito, 1631 – *Abecedário Militar do que o soldado deve fazer até chegar a se capitão, e sargento-mór, e para cada um d'elles in solidum, e todos juntos saberem a obrigação de seus cargos… E outras cousas curiosas que os affeiçoados a esta arte folgarão de saber*. Lisboa: Pedro Craesbeeck.

LIMA, A.; ARGUELLO MENENDEZ, J., 2004 – *Bragança. Um olhar sobre a História*. Bragança: Bragança Polis.

LIMA, Luís Caetano de, 1734-1736 – *Geographia Histórica de todos os Estados Soberanos da Europa*, 2 tomos. Lisboa: Oficina de José António da Silva.

MACHADO, Diogo Barbosa, 1747 – *Bibliotheca lusitana*, t. II. Lisboa: na officina de Ignacio Rodrigues.

MACHADO, José Carlos Soares, 2004 – *Os Braganções, História Genealógica de uma Linhagem Medieval (séculos XI a XIII)*. Lisboa: J.C.L. Soares Machado.

MACHADO, Júlio Montalvão, 1989 – "Notícias Geographicas e Historicas da Província de Trás-os--Montes". *Revista Aquae Flaviae*, n.º 2. Chaves: Grupo Cultural Aqvae Flaviae.

MADAHIL, António Gomes da Rocha, 1934 – *Novas fontes de história local portuguesa*. Coimbra: Coimbra Editora.

MADAHIL, António Gomes da Rocha, 1937 – *Ílhavo no século XVIII. As informações paroquiais de 1721 e de 1758*. Figueira da Foz: Tipografia Popular.

MENDES, José Maria Amado, 1981 – *Trás-os-Montes nos fins do século XVIII segundo um manuscrito de 1796*. Coimbra: Instituto Nacional de Investigação Científica/Centro de História da Sociedade e Cultura da Universidade de Coimbra.

MENESES, Avelino de Freitas de (coord.), 2001 – "Portugal, da Paz da Restauração ao Ouro do Brasil", in SERRÃO, Joel; MARQUES, A.H. de Oliveira (dir.) – *Nova História de Portugal*, vol. VII. Lisboa: Editorial Presença.

PEREIRA, José Manuel Martins, 1908 – *As terras de Entre Sabor e Douro*. Setúbal: J.L dos Santos & Com.ta.

PINTO, António Joaquim de Gouveia, 1818 – *Resumo cronológico de vários artigos de legislação pátria*. Lisboa.

PIRES, Armando, 1963 – *O Concelho de Macedo de Cavaleiros*. Bragança: Junta Distrital de Bragança.

RODRIGUES, Luís Alexandre, 1995 – "A festa como Exaltação da Cidade", in Atas do Congresso *A Festa em Trás-os-Montes*. Bragança.

RODRIGUES, Luís Alexandre, 1997 – *Bragança no século XVIII, Urbanismo, Arquitectura*, 2 volumes. Bragança: Junta de Freguesia da Sé.

RODRIGUES, Luís Alexandre, 2000 – "O Distrito de Bragança nos Séculos XVII e XVIII, a Arquitectura Religiosa de Função Paroquial", in *Portugal Brasil – Brasil Portugal, Duas Faces de uma Realidade Artística*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.

RODRIGUES, Luís Alexandre, 2001 – "A cidade de Bragança na época moderna. Defesas e constrangimentos sobre o tecido urbano", in ROSSA, Walter (coord.) – *Colóquio internacional Universo Urbanístico Português 1415-1822*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.

RODRIGUES, Luís Alexandre, 2001 – *De Miranda a Bragança: arquitectura religiosa de função paroquial na época moderna* (Tese de Doutoramento em História da Arte, Faculdade de Letras da Universidade do Porto), 3 volumes. Porto.

RODRIGUES, Luís Alexandre, 2005 – "Subsídios Iconográficos da Cultura de Massas, as Festas Realizadas em Bragança pela Companhia de Jesus na Sequência das Canonizações de Santo Inácio de Loiola e de S. Francisco Xavier", in Separata da *Revista Brigantia*, vol. XXV. Bragança.

RODRIGUES, Luís Alexandre, 2006 – "Antigos mosteiros e congregações do distrito de Bragança, Subsídios Artísticos", in Separata da *Revista Brigantia*, vol. XXVI. Bragança.

RODRIGUES, Luís Alexandre, 2008 – "Contributos artísticos de estrangeiros na região ocidental de Trás-os-Montes e oficinas locais. Século XVI-XVIII", in FERREIRA-ALVES, Natália Marinho (coord.) – *Artistas e artífices no mundo de expressão portuguesa*. Porto: CEPESE.

RODRIGUES, Luís Alexandre, 2010 – "Bragança na época moderna. Militares e eclesiásticos. A rua, a praça, a casa". Disponível na internet em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/9143.pdf> (acedido a 11 de Outubro de 2011).

SANTO ANTÓNIO, José de, 1721-1726 – *Flos Sanctorum Augustiniano dividido em seis partes: as quatro primeiras tratam dos sanctos e beatos, que tem dia determinado nos doze mezes do anno; a quinta dos sanctos e beatos, de que não se sabe o dia do seu glorioso transito; a sexta dos servos de Deus, que morreram com opinião de sanctidade. Primeira parte*. Lisboa: Offic. da Música, 1721. *Segunda Parte*. Lisboa: Offic. da Música, 1723. *Terceira Parte*. Lisboa: Offic. da Música, 1726.

SOUSA, Fernando de, 1973 – *Trás-os-Montes. Subsídios para a sua História em Fins do Século XVIII, Princípios do Século XIX*, tese de licenciatura policopiada (2 volumes). Porto.

SOUSA, Fernando de, 1997 – "Uma Descrição de Trás-os-Montes por José António de Sá" (separata da revista *População e Sociedade* n.º 3, do CEPFAM – Centro de Estudos da População e Família). Porto: CEPFAM.

SOUSA, Fernando de, 1998 – "Uma Descrição de Trás-os-Montes em finais do século XVIII" (separata de Revista *População e Sociedade* n.º 4, do CEPFAM – Centro de Estudos da População e Família). Porto: CEPFAM.

SOUSA, Fernando de, 2000 – "A Correição do Reino em finais de Setecentos" (separata da *Brigantia – Revista de Cultura*, vol. XX). Bragança: Assembleia Distrital de Bragança.

SOUSA, Fernando de, 2001 – *A Correição de Moncorvo em finais do século XVIII* (separata da Revista *População e Sociedade* n.º 7). Porto: CEPESE.

SOUSA, Fernando de, 2001 – *A Indústria das Sedas em Trás-os-Montes (1835-1870)*, Coleção Economia e Sociedade. Lisboa: Edições Cosmos.

SOUSA, Fernando de, 2002 – "A Indústria Têxtil no distrito de Bragança". *Brigantia – Revista de Cultura*, vol. XXII. Bragança: Assembleia Distrital de Bragança.

SOUSA, Fernando de, 2002 – "Bragança e a Indústria das Sedas em Trás-os-Montes", in *A Construção de uma identidade. Trás-os-Montes e Alto Douro*. Bragança.

SOUSA, Fernando de, 2004 – "O Inquérito à indústria das sedas em Trás-os-Montes (1869)". *Revista Portuguesa de História – Homenagem aos Professores Luís Ferrand de Almeida e António de Oliveira*, n.º 36, vol. 2. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra – Instituto de História Económica e Social.

SOUSA, Fernando de, 2005 – "A identidade cultural do Vale do Douro no âmbito da União Europeia", in *O património histórico-cultural da região de Bragança-Zamora*. Porto: CEPESE.

SOUSA, Fernando de, 2005 – "A Inquisição e a indústria das sedas em Trás-os-Montes (séculos XV--XVIII)". *Estudos Trasmontanos e Durienses*. Vila Real: Arquivo Distrital de Vila Real.

SOUSA, Fernando de, 2005 – "The silk industry in Trás-os-Montes during the Ancient Regime", in *e--journal of Portuguese History*, vol. 3, n.º 2. Providence, Brown University. Disponível em: < http://www.brown.edu/Departments/Portuguese_Brazilian_Studies/ejph/html/issue6/pdf/fsousa.pdf>.

SOUSA, Fernando de, 2006 – "A evolução administrativa do distrito de Bragança (1835-2006)". *Brigantia. Volume de homenagem a Belarmino Afonso*, vol. XXVI, n.º 1/2/3/4. Bragança: Assembleia Distrital de Bragança.

SOUSA, Fernando de, 2006 – "A Indústria das Sedas em Trás-os-Montes (1790-1820)", in *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor José Marques*, vol. 2. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

SOUSA, Fernando de, 2006 – *História da Indústria das Sedas em Trás-os-Montes*, 2 volumes. Porto: Edições Afrontamento.

SOUSA, Fernando de, 2009 – "Dos finais de Seiscentos ao século XIX", in FERNANDES, Armando (coord.) – *Bragança marca a História, a História Marca Bragança*. Bragança: Câmara Municipal de Bragança.

SOUSA, Fernando de; GONÇALVES, Silva, 1987 – *Memórias de Vila Real*, 2 volumes. Vila Real: Arquivo Distrital de Vila Real/Câmara Municipal de Vila Real.

TABORDA, Virgílio, 1932 – *Alto Trás-os-Montes, Estudo Geográfico*. Coimbra: Imprensa da Universidade.

TOMÉ, José Luís M. (coord.), 2006-2011 – *Catálogo das obras impressas nos séculos XV a XVIII*, 3 volumes. Lisboa: Divisão de Edições da Assembleia da República.

VIDAL RODRIGUEZ, Arsénio, s/d - *El Libro Tumbo de Braganza*. Salamanca.

ABSTRACT

MEMOIRS OF BRAGANZA (1721-1724)

INTRODUCTION

In 1720, following the vast European movement of scientific and cultural renewal, known as the Enlightenment, which led to the creation of numerous academies, it was created in Portugal the *Royal Academy of Portuguese History*, for the purpose of "studying and writing the ecclesiastical history of these realms, and afterwards all that belongs to its history and conquests".

In 1721, in order to pursue this goal, the Royal Academy of Portuguese History sent royal letters to the civil and ecclesiastical authorities of the Kingdom, accompanied by *interrogatories* or *memorials*, which are the source of the first systematic surveys carried out in Portugal at a national level.

Following such determinations, the municipal governments compiled, in the shape of *relations* or *news*, the information they were able to gather from municipal records and notaries but also from direct observation, which were later sent to the Academy.

In 1721, King John V sent a letter to the Municipal Senate of Braganza, ordering that all news existing at municipal archives were to be delivered to the Royal Academy of History. In order to comply with this order, the Senate appointed José Cardoso Borges, whom soon began to gather at the city's notary several documents regarding Braganza's history, besides requesting further information near Portuguese and Spanish individuals, in order to clarify several doubts he had. His work, developed between 1721 and 1724, eventually gave rise to a set of "news" about Braganza, which we called *Memoirs of Braganza*, and that are now published for the first time.

1. THE AUTHOR OF THE *MEMOIRS OF BRAGANZA*

José Cardoso Borges was born in the town of Miranda do Douro, in 1674 or 1675, but he moved to Braganza still as a child, as he himself states in his *Description*. There, he married the daughter of the local governor, entering this way to one of the most illustrious branches of Braganza's families.

He was Sergeant Major of Braganza and its district, registrar of Braganza's City Council, a nobleman of the Royal House, a genealogist, and the trustee of the Convent of Saint Francis in Braganza.

Cardoso Borges died in Braganza in 26 January 1745, at the age of 70, and was buried in the church of Saint Francis.

2. THE *MEMOIRS OF BRAGANZA*

The manuscript codex written by José Cardoso Borges has been referenced by various authors under the title *Memoirs of Braganza*. In its spine, the codex displays the indication *Notícias de Bragança por Borges* (Braganza's News by Borges). Francisco Manuel Alves says that "its real name" is *Historical and Topographical Description of the City of Braganza*. But in its first folio, the work of Borges only mentions *Topographical Description of the City of Braganza*, an expression that does not identify accurately the work, since it offers more than an accurate and thorough portrait of the city – hence the reason why Alves added to the original title the expression "historic." The designation of *Memoirs of Braganza* is in fact the one that best expresses its content, which is not to be confused with mere "news", a word used by Cardoso Borges to divide his text in chapters.

These *Memoirs* were written in Braganza, as the text indicates, between 1721-1724. Cardoso Borges includes in the end, under the title "Warnings regarding the news I have been giving", some additions and corrections that allowed him to improve, correct and clarify some aspects of his description, and that were written around 1722-1723.

The *Description of Braganza*, written by José Cardoso Borges, divided into "news" or chapters, addresses the location and foundation of the city, the goods produced at the municipality, the city population, the silk factory, the local *Misericórdia*, its convents, hospitals, fountains, churches, convents, chapels and shrines, both in the city and outside its walls, the plaza and fort of St. John of God, the city squares, its civil and ecclesiastical organization, the town hall, local festivities, and even the municipal taxes and rents.

It also presents a long history about the evolution of the city of Braganza since its foundation until the time of count Henry, father of the first king of Portugal, and about the evangelization of Spain, especially by the apostle Saint James. Borges indicates the archaeological and epigraphic remains (inscriptions in "old stones") found in and around the city, besides offering extensive and unique information about the noble families and *morgados* of Braganza and its surroundings, not forgetting the catalogue of the governors of Braganza, the priors and beneficiaries of the Collegiate of Saint Mary and the mayors.

Cardoso Borges revealed a particular care in the composition of his "news", showing an unusual erudition for his time and a significant critical spirit, which did not prevent him from appreciating, sometimes in a panegyric manner, the city and its inhabitants, and granting a significant space to "tradition", assuming some legends or myths as undeniable facts.

Tradition, in the *Memoirs* of Cardoso Borges, assumes a prominent place in explaining the origins of Braganza and the presence and missionary action of the apostle Saint James in city. The tradition about the founding of the city and its later evangelization by the "Apostle of Spain" is the base for the religious and political discourse that emanates from these *Memoirs*.

From the political point of view, Braganza is "one of the oldest cities in Portugal", "one of Europe's most illustrious places", a city that is "above all others" in the Portuguese Empire, "and

for all this excellence comes to be one of the most famous cities of the world ", since it was forged by two heroes, King John I and Nuno Álvares Pereira, giving rise to the House of Braganza and to the Braganza Dynasty initiated with King John IV, not to mention that some descendants of the first king of Portugal, Afonso Henriques, "took the surname of Braganza and are the owners of the weapons firstly used" by the Most Serene House of Braganza, the donee of the city.

That is, the antiqueness of Braganza, the ownership by the House of Braganza and the Braganza dynasty, which ruled Portugal since 1640, gave to the city described by Borges an authority and legitimacy to claim a prominent place in the context of the Portuguese cities – and in the meantime, to stroke the ego of the reigning monarch.

From the religious point of view, the presence of the apostle Saint James in Braganza, not only placed the city in the same level of the Spanish cities that claimed such honour, but it was also a guarantee of the Catholic fervour of the city and its inhabitants ... in a time when the Inquisition was still all over north-eastern Trás-os-Montes, including Braganza, under the pretext of the persecution against Jews and the purity of faith – in the city alone, 93 individuals were prosecuted in 1716; in 1718, 114 individuals; and in 1720, 27.

After paying the mandatory tribute to Braganza's tradition, religion and society – who dared to question the legendary origins of the city and the evangelization by Saint James? – the *Memoirs* of Cardoso Borges denounce, in other matters that he develops, a new critical mentality, an offspring of the Enlightenment, revealing an undeniable timeliness.

The "topographic description" that he makes of the city, divided into three parts – castle, city and stronghold – mentioning the fortifications, city hall, squares and fountains, neighbourhoods, convents, monasteries, schools, churches, hospitals, chapels and the *Misericórdia*, is the first description of the city and the most important historical source about Braganza until the 20th century.

And it's all because Cardoso Borges, knowing the city for decades, carrying out the functions we've already mentioned, in addition to his direct observation, thoroughly consulted the documentary funds existing in the municipal archives, in other institutions and even in private hands – such as the Collegiate Church of St. Mary, the Monastery of St. Martin of Castanheda, the *Torre do Tombo* (a sort of national archive), monasteries, manor houses, etc. – quoting or citing sources that authenticate his statements, using archaeological sources to substantiate the antiqueness of Braganza and contacting those responsible for the different institutions and crafts of the city.

The *Memoirs of Braganza* are also unique as for the genealogy, since the pages dedicated to the noble families and *morgados* of Braganza constitute the most credible document for the study of the most important families of that region, a source systematically used by other authors.

Hence, the *Memoirs of Braganza* constitute an irreplaceable source for understanding the history of this city, based on abundant archaeological "monuments" and documentary sources, as the Academy requested, but also on oral sources, revealing, with the exception of the aspects that Borges integrates on "tradition", a high degree of authenticity and reliability that places them side by side with the best that were then produced in Portugal.

3. BRAGANZA IN 1721

Braganza, which acquired the status of "city" in 1464, was soon assumed as the main urban centre of North-eastern Trás-os-Montes, despite sharing with Miranda do Douro the category of city, from 1545 onwards, when the late became the head of the diocese then created.

This did not prevent Braganza to gradually consolidate its dominance from a political, administrative, military, economic, cultural and even ecclesiastical point of view, eventually seizing the seat of the diocese of Miranda do Douro.

In fact, for centuries, Braganza was the only centre of North-eastern Trás-os-Montes that can be classified, from a social-demographic, economic and cultural perspective, as having an urban population, noticeably differing itself, in its economy, society and culture, from other settlements – including Miranda do Douro –, towns and villages then exclusively dedicated to agriculture and livestock.

Fortified since the Middle Ages, it quickly became, in addition to Chaves, the main military defence centre of Trás-os-Montes, drawing to itself, thanks to a set of privileges and functions, the population and the economic activities necessary for its assertion within the regional context.

Braganza, in 1721, besides being the head of a municipality, a county and a judicial district, a military headquarter and home to one of the five religious wards of the diocese of Miranda, also had a representative of the treasury of the Most Serene House of Braganza and its own customhouse.

From a political, administrative and judicial point of view, Braganza only lacked a *provedoria*. Indeed, the county was under the *provedoria* of Miranda, which is why every year the *provedor* of this city entered Braganza to exercise its jurisdiction, becoming aware of the situation of hospitals, chapels, processes of orphans, wills and pious provisions, and also the rents to be paid to the king, together with some other taxes.

Therefore, in Braganza council administrative bodies, landlord administration bodies, government agencies and ecclesiastical bodies existed side by side. This determined the presence in Braganza of a considerable number of magistrates and officers, with multiple functions and skills, not always well defined and often confused, since the administrative, judicial and economic powers were not separated.

3.1. ECONOMY

The economy of the municipality of Braganza remained for centuries with the characteristics of an Ancient Regime economy, therefore relying on routine and archaic agriculture and animal husbandry, economic activities complemented by sericulture and silk industry, which endowed the city with significant periods of prosperity.

The rural economy of this municipality, as with all north-eastern Trás-os-Montes, was based on grain farming and cattle – "the harvest of rye and slough are, therefore, the typi-

cal notes of the landscape", as Virgílio Taborda wrote. The culture of rye prevailed, followed by wheat and, exceptionally, barley and corn. Potatoes, contrary to what has been written, though not unknown in Trás-os-Montes in the eighteenth century, only became widespread in Braganza and its region after the French invasions, in the early 19th century.

Cardoso Borges, in 1721-1724, pays very little respect to the economic reality of Braganza, merely referring the most common crops and livestock in the city. As for the industry, he only left a short text about "silk factory", due to its importance and diffusion in the county, in addition to a brief mention of the handicrafts typical of the socio-economic structure of the Ancient Regime.

Braganza's silk industry, which dates from the 15th century, was the subject of successive modernization attempts in the 17th and 18th centuries. In 1678, foreign masters, namely from Italy, were called to Portugal for the improvement of silk manufactures, including those of Braganza. Indeed, the local silk factory, which was "almost extinct", was restored by King Pedro II, who requested from Toledo several experts and the master Eugénio Gomes, paying him an annuity and founding a public school to teach local craftsmen.

Around 1721-1724, José Cardoso Borges, in his *Topographical description of the city of Braganza*, mentions the production of "excellent silks" in the city, and "an honest deal in silk factory", known in the past by its vast number of workers – in the city and its district, according to tradition, "the silk factory had five thousand looms". The factory houses, according to the *Almoxarifado* of Braganza, were situated at Oleiros Street. It consisted then of "only" 30 clamps and 350 looms, mostly occupied with "heavy robes", all kinds of plain clothes, and smooth and tilled velvets.

What José Cardoso Borges did not mention – since he could not – was that Braganza's silk industry, as in the rest of North-eastern Trás-os-Montes, was ruined, mainly due to the "sinister" action of the Inquisition, which is by itself more than enough to explain the decline and even temporary interruption of the silk industry during that period. Braganza alone, between 1580-1755, had 1 451 individuals prosecuted by the Inquisition of Coimbra, and a grand total of 1 601 people if we add those prosecuted by the Inquisition of Évora.

The persecutions carried out by the Inquisition during its existence affected primarily the "businessmen", which in the 17th century were mainly composed of "New Christians" and "people of the nation", that is, the business bourgeoisie. Under the pretext that the "New Christians" were Jews, the Inquisition carried out a ruthless and bloody persecution of the commercial, industrial and financial bourgeoisie, killing or imprisoning them and confiscating their assets.

3.2. SOCIETY

We cannot, through the *Memoirs of Braganza*, capture the social structure of this borough around 1721-1722, a structure that would not be very different from that observed in other Portuguese average-sized cities and towns of the interior during the Ancient Regime.

What we see is that Cardoso Borges gave an overwhelming supremacy to the nobility, treating it rigorously and thoroughly, since he belonged to it, thus giving little importance to the clergy and no importance at all to the popular classes.

As for the clergy, Borges gives us accurate information about the regular clergy of the city, spread over four houses, two for monks and two for nuns. The convent of Saint Francis, the only of medieval origin (thirteenth century), welcomed 25 members; the College of Jesuits or Society of Jesus, in the sixteenth century, with 16 religious, which ensured four classes of students, moral theology, two classes of Latin and a regular school, together with its own library; the Monastery of Our Lady of Conception, hosting the Poor Clares, also known as Order of Saint Clare, built in the sixteenth century, hosted 120 sisters with black veils, two with white veils, eight novices and six students; finally, the Benedictine Monastery of St. Scholastica, built during the 16th century, hosted 140 sisters, four lays and 11 novices.

That is, until 1560, Braganza only had one religious convent, and in a period of 30 years (1560-1590) three houses of regular clergy were founded. By 1721, the number of members of the four convents and monasteries, professing a religious life or preparing for it, was of 332.

In what concerns the lower classes, the people, they are virtually absent from the news of Cardoso Borges, who used expressions such as “residents”, “privates”, “commoners”, “neighbours”, “dwellers”, “peoples” and just “people” to designate such class. About the people, Borges only mentions one or another custom, with particular emphasis on the “dancing and revelry” practiced on feast days. Crafts are only referenced in connection with the obligation to incorporate them in the processions.

Business bourgeoisie, scholars that did not belong to the nobility, peasants, labourers, craftsmen or any kind of simple worker simply do not exist in Cardoso Borges’ Braganza, although in his time numerous silk manufacturers were working in the city, together with dyers, millers and other professionals.

3.3. THE IMAGE OF BRAGANZA THROUGH THE *MEMOIRS*

It is important to capture the *image*, the representation that Cardoso Borges offers of the city of Braganza in 1721-1724, his homeland – even if he had not been born there –, what he said... and what he left unsaid.

The structure and content of the *Memoirs* are very evocative of the eighteenth-century mind-set, the concerns and perceptions of a man who belonged to the elite of the city. The body of his text is divided essentially into three parts: the description of Braganza, its mythical or proto-historic origins, and the origin and lineage of the city’s nobility.

The *description of the city* is a rational, logical, well-articulated text, which allows us to have a clear idea of the urban structure and its main monuments, based on the direct observation of the author and on numerous documents he transcribes or quotes. This is the most unique and valuable part of the *Memoirs*, heir of the critical and documented historiography

of friar António Brandão, honouring both the "Lights" of the 18th century and the Portuguese Academy of History.

As for the *origins*, for Cardoso Borges, Braganza is an ancient town, whose roots are as well determined as the world itself – 406 years after the Great Flood, 1906 years before the birth of Jesus Christ – and as the Lusitanian nation, which had begun with a son of Noah.

As it was common at that time, he recalls several biblical passages, the superior and irrefutable basis of any matter, interpreting literally the words of the sacred text, as well as dates and numbers therein. The author is convinced that this way he ensures the unquestionability of his statements and the chronology he presents, always in favour of the defence and elevation of Braganza and the excellence of its origins.

From this alleged fact, based on the most diverse authors, that he quotes to confirm his prodigious conjectures, and the epigraphic sources that he evokes and interprets to support the thesis defended by him, he builds a speech to reaffirm Braganza as being, "without known contradiction", the oldest city in Portugal, which has never ceased to be inhabited even after the Muslim invasion. *It's the construction and legitimation of the origins myth*.

On the other hand, though very old, Braganza never met "idolatry", since "from its first foundation, it always had and never lost the true knowledge of God. And this is the strongest argument of its great antiquity and nobility", because "praising God is the true nobility".

To avoid doubts, he can even ensure, supported by the words of many authors, that the founders of Braganza are free from any involvement in the pernicious building of Babel, as other sources might suggest, hence refuting each and every one of those claims.

The author does not accept the idea of a non-Christian past of Braganza, except in regard to the Roman period. To this end, he goes so far as to defend the minor "contamination" in the region by other religious cults, since the beginning of times, emphasizing the inclination that its inhabitants have always shown to monotheism, towards Christianity, long before Christ, tending to move away from the pagan rites and gods, even when they were fully installed among its neighbours. It should be noted that, besides disdaining the Islamic presence in the region, Borges reduces the Jews of the city to little more than half a page of his text, stating that they either left the region or were converted a long time ago.

The city was Christianized by the apostle Saint James who himself introduced it to "the Catholic faith", in such way that this faith was always preserved, despite the rule of the Moors, as they only occupied the castle of Braganza, "because the body of the city has always been a Catholic one".

Cardoso Borges writes that a warning was left to him, regarding this matter, for him to be "very careful to find any ancient inscription to become a monument to our tradition, but the most solid monument of our tradition is tradition itself and that was my basis". *And here we have the construction and legitimation of the myth of sacralisation/Christianization of the city.*

Under this aspect, the *Memoirs of Braganza* continue the fabulous history of the *Monarquia Lusitana* (Lusitanian Monarchy) by friar Bernardo de Brito, mixing legends and myths

with the past, without challenging the divine origin of the Bible, much less the authority of the Church, showing a classical uncritical and scholastic erudition, and so, from this perspective, ignoring the principles of the Enlightenment.

What are Cardoso Borges intentions by defending the supernatural and fabulous origin, whether sacred or profane, of Braganza? Nothing more than to praise the city. With fervour, the author of the *Memoirs* seeks – and finds, in his own way – in the documentary and archaeological sources he uses, compelling evidence of the presence of Braganza or its inhabitants in the pivotal moments of history, not only from Portugal or the Iberian Peninsula, but the World itself, since its beginning. Perhaps the most significant happening was the birth of Christ, when several miracles occurred in Braganza.

As for the *local nobility*, we can say that this part unfolds between tradition and history. That is, regarding the family of the Braganzas, the "old foundation" of the nobility of the city and the other "most noble families", the origins date back to Alfonso VI of León, following other writers and memoirists who wanted to support the superiority of the nobility through an often fabulous genealogy about the origins of illustrious families, again based on the *Monarquia Lusitana*.

But after paying tribute to the legendary origins of the noble families, Cardoso Borges, himself a genealogist and member of Braganza's lower nobility, provides us, from the 14th century on, accurate information, based on historical documents, referring, in cases of doubt, that "it seems to be", and in other cases, recognizing that he cannot present "the truth of certain names" or "precise news".

Therefore, the information relating to the nobility from the 14th century on, that is, the facts that Cardoso Borges was able to reconstitute from safe documentary sources, prove to be reliable.

What degree of authenticity does Cardoso Borges gives to tradition concerning the mythical origins of the city and its Christianization? As for the legends and miracles he refers to? As for the origins of the nobility of Braganza? As for the patriotic and religious exaltation that invade, according to him, the history of Braganza?

How can one understand that, given the cultural movement of the Enlightenment; the rationalization and secularization of History and the opposition to eulogy; the rejection of the low scientific basis of previous historical studies; the valorisation of critical thinking, rejecting the argument of authority; the opposition to the mystical interpretation of natural phenomena; the scepticism about the coming of Saint James to Spain and the excesses of Marian devotion; the worship of documents, using archaeology and epigraphy; and the affirmation of the absoluteness of truth, considered to be universal and repeatedly advocated by the Academy of History, Cardoso Borges shows, when dealing with certain issues in his news, so much respect for tradition, a bookish and out-dated erudition, similar to the seventeenth-century historiography, and a total omission regarding contemporary problems that Braganza was struggling with?

We have serious doubts that Cardoso Borges firmly believed in the myths, legends and miracles that he mentions. In defence of our position are the author's own expressions, when dealing with those matters, saying that "it's a constant tradition generally received", "according to the generally received tradition," "commonly said" and "now comes the tradition".

That is, although he bases, sometimes comprehensively, his "facts" in a fabulous history, supported by quotations and opinions from various authors, Cardoso Borges is simultaneously distant from it, refusing to say what he really thinks about such matters. He even says, about the alleged foundation, by Francis of Assisi, of the Convent of Saint Francis in Braganza, that "tradition in this city is so constant that no one would dare saying otherwise without a note of temerity".

However, in all that is not a matter of faith or rooted tradition that might endanger the qualities of his city, Cardoso Borges reveals a modern, enlightened and academic mind, historically dating as much as the sources allowed him to, consulting and transcribing numerous documents that authenticated his claims, refuting erroneous positions of his contemporaries, describing the city in a simple and objective manner, thus depicting with accuracy and precision the portrait of the city, its heritage and urbanization.

Is this a paradox? Not at all. The contradiction in the text of the *Memoirs of Braganza*, between the tradition of the past and the reason of the present is only apparent.

Indeed, the tradition that he supports and legitimates, coming from a past that continues to the present, is a rule, a principle that seeks not the destruction of the hierarchy, the religion and the established order, but their maintenance and glorification. In a stratified society, divided into orders, or classes as some claim, deeply religious, God is the supreme principle of justice and truth, tradition and reason.

Cardoso Borges symbolizes precisely, in the *Memoirs of Braganza*, in an exemplary way, this difficult communion between the sacred and the profane, which will only be questioned in a definitive way in the late 18th century.

The Enlightenment was mainly an aristocratic movement, during a time when the nobility had the social and cultural primacy. But Cardoso Borges belonged to the nobility of the province, where the weight of tradition was maintained until later on; where the noble blooded refused to mix with other groups, and insisted on maintaining the rigid structure of the Ancient Regime; where a Jesuit education was kept due to the orthodox teaching and supervision of the College of the Society of Jesus; and where, last but not least, contrary to what happened, for example, in Chaves and Vila Real, the Inquisition effectively and systematically developed its sinister action against the "New Christians" and the "Jews", matters on which the *Memoirs of Braganza* kept a prudent silence...

Cardoso Borges is a privileged witness of the fury with which the Inquisition befell over Braganza. Between 1704 and 1720, 429 inhabitants were prosecuted by the Inquisition, including 114 just in 1718. Ribeiro Sanches and Luis da Cunha refer this dramatic persecution, between 1730-1750, denouncing the "desolation" of Trás-os-Montes (mainly its North-eas-

tern region) and mentioning that "good towns" such as "the city of Braganza", were "almost deserted" "and their manufactures destroyed".

Was the religiosity of the inhabitants of Braganza – "the most devoted in the divine worship" –, the excesses of Marian devotion, the "pious devotion" expressed by its citizens in processions (which gained an increased fervour in the years prior to 1721), originated by a deep faith, or was all this the result of the terror instilled by the Holy Office? Given these multiple and complex factors, could Cardoso Borges have written the *Memoirs of Braganza* any differently? According to the tradition with regard to the seniority of Braganza and its idea of God and later Christianization; according to the tradition about the eager Catholicism of its inhabitants; according to the tradition about the origins of Braganza's nobility… but revealing the critical, rational and pragmatic spirit of the Enlightenment in all the other subjects he dealt with, revealing a consistent and logical discourse, based on sources, on a thorough research, presenting a critical analysis of the facts, a precise chronology and refuting other authors.

Borges rejects the image of Braganza as a peripheral city, and he dislikes the epithets of "provincial" or "rustic" than others attribute to the city. The author highlights Braganza's geographical position, near the border with Spain, as a driving force of its intrepid and combative nature, as well as the honesty and good "alignment" of local women. The distance from the sea, from Lisbon or even from Porto, did not stop the city from being the cradle of many people who, over time, have distinguished themselves beyond Portugal, beyond Iberia, beyond Europe.

On the other hand, based on his direct knowledge of the city, the author makes a panegyric of its natural beauty and wealth. The Braganza where he lives and that he shows us, from a landscape perspective, reveals an almost bucolic beauty, but filled with monumental and noble buildings. In a way, it can be said that everything he sees and describes is actually a mirror of himself, highlighting a socially aristocratic city, urbane and sophisticated, culturally learned since its inception, militantly and absolutely Catholic, sincerely pious and committed to its devotion, across all social classes. If the work was produced "with panegyric intentions", as someone wrote, that can only be understood in the part where Borges praises Braganza.

CONCLUSION

Braganza, by 1721, already shows a strong identity, expressed through a set of elements, symbols and values that seek to individualize the city at the national level.

This individuality is assured, firstly, by the exceptional character of the mythical origins of a borough that was, at the same time, early Christianized. By identifying its remote past, Cardoso Borges seeks to ensure the prestige of the city. Simultaneously, as a military ground, proud of its medieval castle, the "village" or "citadel", a place which, because of its old age, functions and physical segregation imposed by its walls, ended up playing a very important

role in the imagination of its inhabitants and to transmit to the city a historic sense of its past.

Secondly, a deeply Catholic Braganza, evangelized by the apostle Saint James himself. Braganza, in 1721-1724, is a city that, despite having only 1 000 neighbours or houses – as Borges recalls – has 22 churches, chapels and altars dedicated to the Blessed Virgin Mary, which, paradoxically, contrasts sharply with the tenacious persecution that the Holy Office then carries out against hundreds of its dwellers.

A religious society, materially and symbolically translated by the churches, chapels, altars, sanctuaries and monasteries, impressive landmarks of faith that populate and sanctify the urban space, determining the hierarchical organization of public spaces and its many functions; by the fraternities and sororities claiming solidarity among men and the communion of souls; by the religious piety and devotion of all those who participate in the processions and other festivities established or ruled by the Church calendar – regardless of the obligation to watch and participate in the most important ceremonies –, a devotion intensified by the life examples emanating from sources of virtue and piety, such as the monasteries of Saint Francis and the Society of Jesus, or the cloisters of the Benedictine and the Poor Clares.

Thirdly, a Braganza that reveals a cultural life of itself, unique in the context of Trás-os--Montes, thanks to the Jesuit College, its classes and a library with several hundreds of works, which served as a base for the study of José Cardoso Borges.

Fourthly, a Braganza of aristocratic people, a nobility sharing the medieval origins of the town, hence legitimating and glorifying the Royal House, the House of Braganza, and obviously all those who belonged to this social class... including Cardoso Borges. A society indeed inspired by the aristocratic values of a traditional elite, composed mainly of a province nobility that zealously maintains the governance of the municipality, transforming Braganza in a kind of a *royal court* of Trás-os-Montes, that is, a body of hierarchical social relations, with rigid and uniform procedures and behaviours, following the logic of a true royal court, in order to blur tensions, to establish the relationship between the different social groups and, this way, to enhance its prestige and superiority.

While portraying a deeply aristocratic and religious world, the *Memoirs of Braganza* are primarily assumed as a description in which tradition and reason seem to coexist harmoniously. There are legends and myths to explain the origins of the borough, its Christianization and the genealogy of its noble families, similar to what happens with the ecclesiastical historiography, and numerous eighteenth-century memoirs and records. On the other hand, it presents a rational, modern and rigorous description of the city, from which social conflicts and human tragedies seem to be absent...

In fact, the *Memoirs of Braganza*, written with a sense of History and for History, give us an unfinished painting of the city, omitting tensions and passions, the contrasts and shadows that are the essence of the Baroque civilization itself. He ignored the *exposed*, babies abandoned at dawn, at the doors of convents; the *poor*, begging at rich houses and monasteries, wandering fairs and festivals; the *social classes* responsible for the wealth of the city; but

mainly, he ignored the dramatic times Braganza was then living, beaten by the Holy Office, depopulated by those forced to abandon it, the convicts and fugitives fleeing from accusations.

In a pivotal time between the Baroque and the Enlightenment, it is yet too soon to criticize the aristocracy of blood, the Inquisition, the regular clergy, much less the ruling Absolutism. So, if it was too early for such criticism at the capital of the Empire, it was even earlier for the "very noble, ancient and ever loyal city of Braganza".

Proud of its origins, celebrating the glory of God in heaven and a privileged, elitist and clean-blooded nobility, an aristocracy of unquestionable lineage, leading its life through established privileges, rigorous rules and indisputable dogmas, Braganza, in the early 18th century, according to Cardoso Borges, seems to have captured the balance and serenity that only the certainty of the immutable order of things and men confers to existence.

SOBRE OS AUTORES

Bruno Rodrigues

Mestre e doutorando em Relações Internacionais pela Universidade Lusíada do Porto.

Investigador do CEPESE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade.

Publicações recentes: *Os Presidentes da Câmara Municipal do Porto (1822-2009)*, Porto, CEPESE, 2009 (colaboração); *A Emigração Portuguesa para o Brasil e as Origens da Agência Abreu (1840)*, Porto, CEPESE, 2009 (colaboração); *A Emigração do Norte de Portugal para o Brasil (1932-1935)*, tese de mestrado, 2009; *A Santa Casa da Misericórdia de Vila Real. História e Património*, Porto, CEPESE, 2011.

Cátia Ferreira

Mestre em Sistemas de Informação Geográfica e Ordenamento do Território pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Técnica de Sistemas de Informação Geográfica.

Investigadora do CEPESE - Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade.

Publicações recentes: *Knickpoints na Bacia Hidrográfica do Rio Douro: distribuição, análise e implicações na evolução da rede de drenagem fluvial* (tese de mestrado), Porto, 2010; *Tectonic and Structural controls of fluvial network in the Duero catchment. Deformation mechanisms, Rheology and Tectonics* (em colaboração), Oviedo, 2011.

Diogo Ferreira

Doutorado em História pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto, com o tema "A Emigração a partir do Distrito do Porto para o Brasil. Do final da Primeira Guerra Mundial à Grande Crise Capitalista (1918-1931)".

Investigador do CEPESE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade.

Publicações recentes: *A Emigração a partir do distrito do Porto para o Brasil. Do final da Primeira Guerra Mundial à Grande Crise Capitalista (1918-1931)*, tese de doutoramento, 2011; "A emigração para o Brasil no discurso parlamentar português após a 1.ª Guerra Mundial (1918-1926)", in *Um Passaporte para a Terra Prometida*, Porto, CEPESE/Fronteira do Caos, 2011; *A Santa Casa da Misericórdia de Vila Real. História e Património*, Porto, CEPESE, 2011.

Fernando de Sousa

Coordenador do CEPESE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade.

Doutorado em História pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Professor catedrático da Universidade do Porto e da Universidade Lusíada do Porto.

Ao presente, encontra-se a dirigir vários projetos de investigação, entre os quais, "Bragança na época contemporânea (1820-2012)" e "A Emigração Portuguesa para o Brasil".

Publicações recentes: *Os Presidentes da Câmara Municipal do Porto (1822-2009)*, Porto, CEPESE, 2009; "O Brasil e a Companhia do Alto Douro (1756-1825)", in *Desenvolvimento Económico e Mudança Social. Portugal nos últimos dois séculos* (homenagem a Miriam Halpern Pereira), Lisboa, ICS, 2009; *A Emigração Portuguesa para o Brasil e as origens da Agência Abreu (1840)*, Porto, CEPESE/Fronteira do Caos, 2009; "O aprofundamento das relações Brasil-Portugal no contexto da globalização" (em colaboração com Marília Sardenberg Gonçalves), in *As Relações Portugal-Brasil no século XX*, Porto, CEPESE/Fronteira do Caos, 2010; "O primeiro inquérito português à emigração (1843)", in *Entre Mares: o Brasil dos Portugueses*, Belém, Editora Paka-Tatu, 2010; "A emigração portuguesa e italiana para o Brasil – uma análise comparativa (1876-1974)", in *Um Passaporte para a Terra Prometida*, Porto, CEPESE/Fronteira do Caos, 2011 (co-autoria); *A Santa Casa da Misericórdia de Vila Real. História e Património* (coordenação), Porto, CEPESE, 2011.

Filomena Melo

Mestre em História de Arte pela Universidade Nova de Lisboa, com pós-graduações em Ciências Documentais (Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa) e Ciências da Educação (Universidade Aberta).

Docente e investigadora-paleógrafa em diversos projetos nacionais e internacionais.

Colaboradora em projetos de investigação e outras atividades em Centros de Investigação e Institutos Universitários, nomeadamente com o CEPESE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade.

José Augusto de Sotomayor-Pizarro

Doutorado em História Medieval pela Universidade do Porto.

Professor Associado com Agregação da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Investigador do CEPESE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade.

Publicações recentes: "De e Para Portugal. A Circulação de Nobres na Hispânia Medieval (Séculos XII a XV)", in *Anuario de Estudios Medievales*, vol. 42/2, Barcelona, CSIC, 2010; "Some reflections on the Middle Ages", in *e-Journal of Portuguese History*, volume 8, number 2 (winter 2010); "Linhagem e estruturas de parentesco. Algumas reflexões", *in e-Spania*. Revue interdisciplinaire d'études hispaniques médiévales, n.º 11, Paris-Sorbonne, juin 2011.

Luís Alexandre Rodrigues

Doutorado em História da Arte pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Professor Auxiliar Convidado na Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Investigador do CEPESE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade.

Publicações recentes: "O buril e a paleta. As pintura das sacristias da igreja dos Jesuítas, em Bragança", in FERREIRA-ALVES, Natália Marinho (coord.) – *A encomenda. O artista. A obra*, Porto, CEPESE/Edições Afrontamento, 2010; "O retábulo-mor da Misericórdia de Bragança e o gosto pelos painéis com relevo figurativo no Norte e Centro do país", in FERREIRA-ALVES, Natália Marinho (coord.) – *A Misericórdia de Vila Real e as Misericórdias no Mundo de Expressão Portuguesa*, Porto, CEPESE/Edições Afrontamento, 2011.

Maria da Graça Martins

Doutorada em História pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Investigadora do CEPESE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade.

Professora Auxiliar da CESPU – Cooperativa de Ensino Superior, Politécnico e Universitário, na Escola Universitária de Bragança.

De entre as suas publicações, salientam-se: *As Relações do Nordeste Trasmontano com Castela-Leão no Século XIX (1834-1880)* (tese de doutoramento), Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2008; "Fontes para o Estudo da Emigração: o caso do Nordeste Transmontano", in *Nas duas margens: os portugueses no Brasil*, Porto, CEPESE, Edições Afrontamento, 2009.

Paula Barros

Licenciada em Gestão de Recursos Humanos pela Universidade Lusíada do Porto.

Doutoranda em Relações Internacionais na Universidade Fernando Pessoa.

Investigadora do CEPESE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade. Publicações recentes: "O discurso político da emigração portuguesa para o Brasil (1855-1866)", in *Entre Mares: o Brasil dos Portugueses*, Belém, Editora Paka-Tatu, 2010; "O discurso parlamentar da emigração portuguesa para o Brasil (1855-1858)", in *Um Passaporte para a Terra Prometida*, Porto, CEPESE/Fronteira do Caos, 2011; *A Santa Casa da Misericórdia de Vila Real. História e Património*, Porto, CEPESE, 2011.

Ricardo Rocha

Doutorando em História na Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Investigador do CEPESE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade.

Publicações recentes: "A emigração do Norte de Portugal para o Brasil em 1912: o ano de todas as partidas", in *Entre Mares: o Brasil dos Portugueses*, Belém, Editora Paka-Tatu, 2010; "A emigração do Porto para o Brasil durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918)", in *Um Passaporte para a Terra Prometida*, Porto, CEPESE/Fronteira do Caos, 2011; *A Santa Casa da Misericórdia de Vila Real. História e Património*, Porto, CEPESE, 2011.

Virgílio Tavares

Doutorado em História Contemporânea pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Investigador do CEPESE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade.

Da sua produção bibliográfica destacam-se os seguintes títulos: *Conheça a Nossa Terra – Torre de Moncorvo*, Torre de Moncorvo, 1992; *O Associativismo Recreativo-Cultural no Distrito de Bragança: o Concelho de Mirandela (1850-2004)* (tese de doutoramento), Porto, FLUP, 2005; *História do Poder Local Democrático em Torre de Moncorvo no Último Quartel do século XX*, Torre de Moncorvo, 2009.

ÍNDICE ANALÍTICO

Abarca, Sancho: 189
Abreu, Bartolomeu de: 161
Abreu, Cecília de: 215; 220
Abreu, Fernando de: 23; 24; 179
Abreu, Francisco Botelho de: 219; 240
Abreu, Tomé de Távora e: 36
Academia Francesa: 15
Academia Real da História Portuguesa: 9; 15; 16; 17; 23; 24; 25; 27; 28; 29; 33; 35; 37; 56; 57; 59; 76; 78; 84
Afonso Henriques: 31; 36; 106; 117; 170; 173; 175; 183; 186; 265; 293; 311
Afonso II: 118; 167
Afonso III: 112; 118; 167; 181; 187; 191; 292
Afonso IV: 112; 118; 184; 191; 292
Afonso V: 62; 110; 111; 114; 126; 168; 173; 178; 195; 209; 248
Afonso VI: 78; 113; 181; 183; 293
Afonso XI: 233
Afonso, Fernando: 108
Afonso, Gil: 143; 192; 195; 196; 204; 335
Afonso, João: 184; 185
Afonso, Lopo: 118
Afonso, Teresa: 183
Afonso, Vicente: 119
África: 120; 209
Agrochão: 41; 49; 115
Águas Vivas: 178
Aguiar, Estêvão de: 130
Aguiar, José Moutinho de: 36
Aires, Maria: 249
Aires, Rodrigo: 184; 185
Alarcão, Pedro de Figueiredo de: 121
Alboazar, Ouzenda Hermiges: 248
Albuquerque, Aldonsa de: 210; 226
Albuquerque, Alonsa de: 122
Albuquerque, Beatriz de: 163; 294
Albuquerque, Bibiana de: 238
Albuquerque, Mariana de Morais de: 210; 213; 226
Alcácer: 193
Alcaniças, Pedro Martins de: 184
Alcobaça: 203
Alemanha: 211; 217
Alexandrino, Dionísio: 33; 252
Alfaião: 41; 49; 231; 242; 245; 246; 299
Alfândega da Fé: 243
Algoso: 140; 290
Alimonde: 41; 49
Almada, Rui Fernandes de: 197
Almançor: 292; 293
Almeida, Ana de: 215; 217; 221
Almeida, António de Sá de: 98; 99
Almeida, António de: 146
Almeida, António Doutel de: 219; 220; 221
Almeida, António Henrique Doutel de: 220
Almeida, Francisco de: 220; 221
Almeida, João de: 220
Almeida, Lopo de: 206
Almeida, Maria Anes de: 249
Almeida, Paio Guterres: 248
Almeida, Pedro Gonçalves de: 249
Alonso, José: 224
Alpes: 255
Alva, Julião de: 149; 179; 180
Alvaredos: 49; 100
Álvares, João: 194; 196
Alves, Francisco Manuel: 5; 23; 35; 37; 38; 56; 60; 78; 84; 310
Alvim, Isabel de: 198
Amado, Ana Pires: 249
Amado, Catarina: 249
Amado, Gonçalo Mendes: 248
Amado, Gonçalo Pires: 248; 249
Amado, Inês Pires: 249
Amado, João Gonçalves: 248
Amado, João Lourenço: 248
Amado, João Pires: 249
Amado, Lodorico: 248
Amado, Lourenço Anes: 248
Amado, Mem Gonçalves: 248
Amado, Miguel Ferreira: 248
Amado, Paio: 248
Amado, Pedro Gonçalves: 249
Amado, Pedro Simão Ferreira: 249; 250
Amado, Senhorinha: 248
Amado, Simão Pires Ferreira: 249
Amado, Soeiro Pais: 248
Amaral, André do: 242; 245
Amarante: 203
Amendoeira: 41
Ampudia: 24; 26; 90; 233; 234; 235; 236; 237
Andrade, José de Morais Castro e: 200
Andrade, Mariana Freire de: 228
Anes, Afonso: 184; 196; 249
Anes, Álvaro: 207; 208; 209; 210; 248
Anes, Domingos: 184
Anes, Estêvão: 185; 187; 191
Anes, Isabel: 249
Anes, João Afonso: 249
Anes, Maria: 248; 249
Anes, Senhorinha: 248
Anes, Urraca: 187
Angola: 218; 240
Angueira: 177; 178; 223
Anhaia, Bernardo Sarmento de Ordaz: 218
Anhaia, Francisco de Ordaz: 218
Anhaia, Luís de Ordaz: 218
Anjos, Luís dos: 33; 270
Antas, Gaspar de Seixas: 228
António, Francisca: 206
Anunciada, Catarina da: 213; 214
Anunciada, Francisca Teresa da: 213
Aragão: 113; 142; 189; 218; 235; 254; 255
Araújo, Ana de: 200
Araújo, João de Morais de: 238
Araújo, João de Morais: 240; 242
Arcângela, Maria: 205
Arcas: 49
Arelhano, Maior Sarmento de: 241
Argote, Jerónimo Contador de: 37
Armoniz: 100; 263
Arufe: 21; 41; 100; 186; 209
Arzila: 193
Ásia: 252; 256
Assunção, Brites da: 152
Assunção, Filipa da: 152; 154; 156
Assunção, Maria da: 242
Astorga: 254; 272; 279; 295; 296
Astúrias: 254; 255; 268; 279; 293
Ataíde, Filipa de: 237
Atenas: 125; 256; 276
Aveleda: 41; 49
Ayala, Amadeu de: 236
Ayala, Atanásio de: 236
Ayala, Diogo de Herrera e: 235
Ayala, Elvira de: 234
Ayala, Fernão Gonçalves de: 235
Ayala, Gilen Perasa de: 235
Ayala, Maria de: 235
Ayala, Velasco de: 236
Aza, Fernando Gonçalves de: 190
Aza, Garcia de: 190
Azevedo, Baltazar de: 250
Azevedo, Martim Lopes de: 237
Azibeiro: 41
Babe: 41; 42; 43; 49; 98; 100; 212; 214; 245; 264; 282
Babilónia: 251
Baçal: 41; 49; 106; 107; 253; 256
Bacelar, Fernando Pinto: 213
Bacelar, Fernão Pinto: 213; 226
Bacelar, Lázaro Pinto: 213
Bagueixe: 41
Baião, Egas Gosendes de: 183
Baiona: 235; 262; 267
Bairro da Moreirinha: 161
Bairro de Fora de Portas: 161
Bairro dos Cortinheiros: 161
Bandeira, Gonçalo Pires: 98
Bandeira, Luís de Figueiredo: 98; 131
Bandos, Maria de: 227; 243
Banrezes: 41
Baptista, Joana Maria: 230
Baptista, João Ferreira: 215
Baptista, Maria: 230; 238
Barba, Isabel: 120
Barbosa, Agostinho: 33; 296
Barbosa, Sancho Nunes de: 183
Barbuda, Antónia de: 202
Barcelos: 110
Baronio, Cesar: 124; 125
Barreiros, Francisco Borges: 21; 232
Barreto, António da Silva: 238
Barreto, Francisco da Silva: 231
Barros, Joana de: 231
Barros, João de: 33; 271
Barros, Sebastião de: 163
Barroso, António: 129
Batalha de Aljubarrota: 73; 189; 194
Batalha de Almansa: 243
Batalha de Najera: 233
Batalha de Olmedo: 235
Batalha de Quesada: 233
Batalha de Ravena: 196
Batalha de Trasimeno: 259
Batalha de Velez: 190
Belchides, Nuno: 253
Belmir, Pedro Soares de: 190
Bemposta: 167; 193
Benavente: 34; 112; 113; 114; 115; 116; 117; 141; 143; 144; 192; 193; 195; 204; 212; 234; 241; 247; 279
Bermudo II: 119; 292
Biblioteca Nacional: 23
Biesma, Alonso de: 146
Bobadilha, Beatriz de: 235
Borba: 121
Borges, Álvaro Pires: 196; 207
Borges, Catarina: 215; 216; 219
Borges, Cristóvão: 207
Borges, Francisco: 21; 194; 228; 232; 244
Borges, Gonçalo: 118; 226
Borges, Isabel: 207; 214; 227
Borges, Joana: 229
Borges, João Godinho: 210
Borges, José Cardoso: 10; 17; 18; 21; 22; 32; 33; 36; 55; 56; 57; 61; 62; 65; 66; 68; 69; 70; 73; 82; 89; 232; 309; 310; 313; 319
Borges, Juliana Vaz: 232
Borges, Lopo Álvares: 227
Borges, Maria de Faria: 228
Borges, Miguel da Costa: 229
Borges, Pedro: 118; 145; 203; 226; 229
Borges, Rodrigo Nogueira da Fonseca: 221; 247
Borges, Tristão de Castro: 210
Bornes de Monte Mel: 41
Bornes, Lourenço Martins de: 214
Botelha, Maria: 203; 227
Botelho, Diogo: 202
Botelho, Francisca: 219; 240; 244
Botelho, Francisco: 202; 219; 240
Botelho, Gonçalo: 111
Botelho, Manuel de Matos: 23; 179
Botelho, Nuno Álvares: 202
Bouzende: 41
Braga: 33; 37; 93; 107; 167; 170; 180; 200; 204; 272; 279; 284; 295; 296; 297; 303
Bragada: 41; 100
Bragança, Estêvão Anes de: 185; 187
Bragança, Fernão Mendes de: 57; 173; 184; 191

Bragança, Gomes Lourenço de: 184
Bragança, Joane Mendes de: 184
Bragança, Mem Fernandes de: 183
Bragança, Mendo Alão de: 181; 183; 184
Bragança, Nuno Pires de: 186
Bragança, Pedro Fernandes de: 118; 183; 184; 186
Bragança, Rui Mendes de: 191
Brandão, António: 33; 76; 315
Brandão, Filipa: 250
Brasil: 114; 202; 304; 305; 323; 324; 325
Brigância: 88; 93
Brigo: 93; 126; 251; 252; 253; 254; 255; 270; 271; 277
Brigo IV: 29
Britelo: 167
Brito (freguesia): 41; 49
Brito, Antónia Luísa de Azevedo Lhamas e: 228
Brito, Bernardo de: 33; 77; 265; 315
Brito, Francisco de: 164; 300
Brito, Guiomar de: 200
Brito, Heitor Mendes de: 250
Brito, Luísa Froes de: 249
Brito, Margarida de: 230
Brito, Pedro de Sousa de: 122
Buíça, Ana de: 209
Burga: 41
Burgos: 120; 235; 253
Butrão, Mariana de: 133; 206; 207
Cabeça Boa: 41; 129
Cabeça de Igreja: 49
Cabo Verde: 229; 246
Cabral, Bernardino da Silva: 108
Cabral, Francisco Xavier da Veiga: 221; 222
Cabral, João da Veiga: 230
Cabral, Miguel de Quadros: 199
Cabral, Sebastião da Veiga: 65; 99; 105; 205; 221; 222; 230
Cabral, Teresa de Aragão: 218
Caçarelhos: 118; 177; 190
Caetana, Bárbara: 206
Calvelhe: 41
Calvo, Laim: 183
Câmara Municipal: 17; 18; 21; 304; 306; 323
Campilho, Filipa de: 199
Campilho, Genebra de: 199
Campo de Víboras: 139
Campo do Toural: 163
Campo Redondo: 119
Campo, Ana do: 223
Campo, Jerónimo do: 223
Candedo: 49; 172; 245
Capela da Imaculada Conceição: 141; 142
Capela de Nossa Senhora do Amparo: 291
Capela de Nossa Senhora do Pilar: 141; 168; 232
Capela de Santa Apolónia: 231
Capela de Santiago: 45; 127
Capela de Santo António: 208; 231
Capela de São João Baptista: 70
Capelo, Sancho: 191
Caravelas: 41
Carçãozinho: 41; 49; 100
Cardoso, André: 225; 244
Cardoso, Belchior Luís Pinto: 214; 244; 245
Cardoso, Belchior Pinto: 200; 219; 240; 244; 245
Cardoso, Brites Pinto: 244
Cardoso, Catarina: 244
Cardoso, Gaspar Pinto: 212; 225; 244
Cardoso, Jorge: 34; 270; 296
Cardoso, Luís Inácio: 244
Cardoso, Luís Lázaro Pinto: 245
Carlos V: 120
Carneiro, Ana: 119; 121; 201; 205; 216
Carneiro, André do Sil: 222
Carneiro, Antónia: 207; 209
Carneiro, António: 121; 145; 201; 205
Carneiro, Gaspar Jorge: 185
Carneiro, Lopo de Mariz: 216; 217; 245
Carneiro, Martim: 119; 121
Carneiro, Micaela do Sil: 222
Carneiro, Pedro da Fontoura: 36
Carocedo: 39; 49; 52; 100
Carragosa: 41; 49; 178
Carrapatas: 41
Carrazeda de Ansiães: 35
Carrazedo: 41; 49; 142; 205; 212; 223; 224; 241; 242; 243
Cartago: 259
Carvalhas: 100
Carvalho, Ana Rodrigues de: 223
Carvalho, Francisco Lopes de: 210
Carvalho, Jorge Lopes de: 210
Carvalho, Leonor Fernandes de: 222
Carvalho, Simão Soares de: 144
Casa da Suplicação: 46
Casa de Bragança: 31; 36; 39; 42; 46; 47; 82; 108; 109; 119; 121; 126; 134; 146; 167; 189; 294
Casa do Infantado: 36
Casa Real: 17; 21; 56; 57; 82; 114; 122; 140; 155; 157; 162; 163; 197; 198; 199; 200; 207; 208; 211; 213; 214; 215; 216; 217; 218; 219; 221; 222; 223; 224; 226; 227; 228; 229; 230; 232; 233; 237; 239; 243; 244; 245; 246
Casares: 49
Castela: 113; 114; 115; 116; 120; 141; 177; 178; 183; 189; 190; 192; 193; 203; 204; 209; 212; 234; 235; 236; 237; 243; 247; 252; 282; 284; 293; 325
Castelãos: 41; 229
Castelo Branco: 206; 215; 217; 245
Castelo Branco, Ana de Almeida: 215; 217
Castelo Melhor: 121
Castelo, António Vaz: 130
Castilho, Catarina de Pesquera y del: 120
Castrelos: 41; 49; 259; 260
Castro de Avelãs: 41; 49; 56; 117; 170; 171; 172; 175; 183; 184; 185; 186; 209; 265; 276; 293
Castro Roupal: 41; 193
Castro, Ana de: 222
Castro, Ana de Morais: 198
Castro, Antónia de: 198; 199
Castro, Damásia de: 203
Castro, Francisco de Morais de Mesquita e: 197
Castro, Gonçalo Vaz de: 229; 245
Castro, Gregório de: 98; 145; 198; 199; 200; 244
Castro, Inês de: 141; 198; 214
Castro, Isabel de Morais de: 211
Castro, Jaime de Morais: 200
Castro, Joana de: 199; 222; 229; 245
Castro, João de: 199
Castro, João Salgado de: 224
Castro, Maria de: 197; 199; 230; 247
Castro, Tomás Aires Pereira de: 197
Castro, Úrsula de: 198; 199
Catalunha: 98
Cécrope: 124
Celas: 41; 49
CEPESE - Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade: 18; 305; 306; 323; 324; 325; 326
Céu, Joana do: 205
Ceuta: 45; 73; 101
Chacim: 24; 26; 95; 139; 167; 172; 242
Chacim, Martim Pires de: 185
Chacim, Nuno Martins de: 118; 162; 186; 192
Chagas, Margarida das: 158; 210
Chagas, Maria das: 153; 154; 156; 157
Chagas, Paula das: 152
Chaves: 9; 21; 27; 35; 36; 37; 38; 43; 46; 80; 84; 88; 99; 106; 119; 121; 145; 155; 158; 162; 168; 172; 188; 200; 201; 204; 205; 210; 211; 218; 225; 240; 243; 244; 246; 262; 271; 300; 304; 312; 317
Chaves, Catarina da Costa: 198
Chaves, Duarte Teixeira: 199
Chaves, Francisco de: 199
Chaves, Pedro Esteves: 198
Cidões: 41; 49
Clemente VIII: 283
Coelhoso: 41; 49; 100; 208
Coimbra: 33; 47; 55; 84; 108; 178; 197; 202; 216; 236; 250; 296; 303; 304; 306; 313
Coimbra, António Vaz: 205
Colegiada da Conceição: 226
Colegiada de Santa Maria: 23; 26; 32; 36; 45; 52; 57; 122; 124; 131; 136; 137; 162; 165; 177; 205
Colégio da Companhia: 35; 80; 89; 99; 145; 147; 148; 151; 166; 185; 216; 237; 243; 299
Colégio de São Boaventura: 142; 224
Colégio dos Jesuítas: 57; 72; 80; 82; 148
Colmieiro, Afonso de Morais: 230
Colmieiro, Baltazar de Sousa: 230
Colmieiro, Francisco: 228; 229; 230; 245
Colmieiro, Francisco Xavier de Morais: 230
Colmieiro, João António de Morais: 230
Colmieiro, Maria de Castro: 230
Coloma, Lourenço de Santa: 33; 114
Companhia de Jesus: 35; 57; 66; 80; 82; 89; 98; 147; 148; 238; 246; 295; 305
Comunhas: 41
Conceição, Ana Maria da: 210
Conceição, Maria da: 210; 230
Confraria da Santa Cruz: 137
Confraria do Santíssimo Sacramento: 72
Confraria do Santo Cristo: 144; 227
Conlelas: 41; 49
Conselho de Guerra: 123
Constantim: 178
Constantino Magno: 273; 295
Constantinopla: 295
Convento de Nossa Senhora da Graça: 165
Convento de Santa Clara: 68; 72; 152
Convento de Santo Agostinho: 75
Convento de São Francisco: 21; 35; 57; 72; 78; 83; 144
Convento de São Francisco de Alenquer: 141
Córdova, Pedro de: 234
Corpus Christi: 73
Correia, Alexandre: 250
Correia, Diogo Fernandes: 226
Correia, Fernão Afonso: 236
Correia, Gonçalo: 236
Correia, Isabel Pimentel: 249
Correia, João: 188; 203; 244; 245; 294
Correia, Luís Barba: 249
Correia, Manuel Gomes: 161
Correia, Maria: 229
Correia, Violante: 236
Corujas: 41; 218; 237; 239
Corvo, Manuel: 161
Costa, António Carvalho da: 29; 34
Costa, António da: 134; 135; 230
Costa, Carvalho da: 29; 34; 38; 39; 53; 89; 112
Costa, Catarina da: 198; 214
Costa, Francisco da: 119; 120; 121; 214
Costa, Helena da: 119; 145; 156; 157; 158; 215; 228
Costa, Inês da: 120
Costa, José de Oliveira da: 229
Costa, Maria da: 229; 231
Costa, Pedro Borges da: 229
Costa, Pedro Soares da: 230; 231
Coutinho, Ambrósio de Azevedo: 197
Coutinho, Guiomar: 197
Coutinho, Isabel: 208
Couto, António Fernandes: 231
Coutos Místicos: 46
Coutos Mistos: 46
Cova da Lua: 41; 49; 258; 271; 286; 287
Covilhã: 121
Cristo, Catarina de: 249
Cristo, João de: 249
Cruz, Bartolomeu Gomes da: 108
Cruz, Teresa da: 162
Cunha, António da: 36

Cunha, Genebra da: 120
Cunha, Isabel Correia da: 219
Cunha, Luís da: 80
Cunha, Rodrigo da: 33; 35; 107; 156; 270; 272; 295; 296
Custódia, Maria: 215
Dantas, Francisco Mendes: 222
Dantas, Joane Mendes: 223
Deilão: 41; 49
Desembargo do Paço: 42; 46; 128; 153
Deserto, Joana do: 228
Deus: 10; 24; 26; 31; 34; 36; 51; 62; 69; 77; 79; 81; 83; 90; 93; 98; 101; 103; 104; 105; 106; 110; 115; 116; 126; 137; 139; 142; 146; 149; 151; 152; 153; 155; 156; 157; 158; 159; 160; 161; 180; 186; 197; 212; 243; 254; 256; 258; 267; 275; 276; 277; 278; 279; 281; 300; 305
Diácono, Pedro: 272
Dias, Soeiro: 184; 190
Dine: 41; 49; 149
Dinis I: 36
Diomedes: 124
Domingues, Afonso: 131
Domingues, João: 131
Domingues, Mem: 184
Domingues, Vicente: 191
Donai: 41; 49
Dourado, Estêvão: 145; 151
Dourado, Francisco: 108; 145
Dourado, Lopo: 225; 244
Doutel, António: 219; 220; 221
Doutel, Francisco: 219
Doutel, Francisco de Morais: 220
Doutel, Francisco Xavier de Morais: 220
Doutel, Gil Martins: 219
Doutel, João: 219
Doutel, Lourenço de Morais: 220
Doutel, Manuel: 220
Duarte I: 62; 110; 111; 195
Duas Igrejas: 23; 179; 223
Duque, Ana: 233
Duque, João: 233
Eanes, Gonçalo: 184
Eça, Catarina de Queirós de: 246
Eça, João de Queirós de: 242; 246
Edrosa: 41; 49
Edroso: 41; 49
Encarnação, Maria da: 155
Entre Douro e Minho: 28; 33; 84; 118; 186; 192; 255; 257; 261; 271; 304
Ermida de Nossa Senhora do Couto: 45
Ermida de Nossa Senhora do Loreto: 35; 161
Ermida de Santa Apolónia: 90; 162
Ermida de Santa Rita: 90; 164
Ermida de Santo António: 90; 163
Ermida de São Bartolomeu: 90; 164
Ermida de São Lázaro: 90; 164
Ermida de São Lourenço: 90; 163
Ermida de São Sebastião: 90; 163; 164
Ervedosa: 46; 49; 51; 99; 186
Escócia: 257
Esmeraldo, João Ribeiro: 197
Espadanedo: 41
Espanha: 15; 24; 26; 29; 36; 50; 51; 78; 84; 93; 111; 112; 124; 139; 141; 170; 183; 184; 186; 187; 192; 211; 251; 252; 253; 254; 255; 256; 257; 258; 259; 261; 268; 269; 272; 273; 274; 277; 278; 279; 280; 281; 282; 283; 284; 285; 292; 293; 295; 296
Esperança, Manuel: 34
Espinhosela: 41; 49; 219; 240
Espírito Santo, Catarina do: 153; 154
Espírito Santo, Clara do: 239
Espírito Santo, Isabel do: 152; 213
Espírito Santo, Joana do: 239
Estaço, Gaspar: 33
Esteves, Maior: 248
Estrabão: 33; 125; 179; 255; 257; 259; 261; 265; 267; 268; 269; 273; 275; 276; 277; 278; 296
Europa: 15; 31; 34; 81; 181; 251; 256; 284; 304
Eusébio Cesariense: 265
Evangelista, Mariana: 213
Évora: 55; 108; 192; 209; 247; 270; 313
Evoramonte: 246
Faílde: 39; 52; 100
Fajardo, Ana: 209
Faria, Carvalho: 270
Faria, Francisco Borges de: 228
Faria, Francisco de: 228
Faria, Gaspar Dias de: 228
Faria, Isabel de: 241
Faria, Manuel de Morais: 224; 243
Faria, Manuel de Morais de: 223
Faro, Mécia de: 202
Favaios: 197
Feijó, Álvaro Anes de Madureira: 209; 210
Feijó, António de Morais de Madureira: 210; 211
Feijó, Luís Anes de Madureira: 209
Feio, Fernando: 118; 190
Félix, Ana Maria: 68
Fermentãos: 41; 49; 100
Fernande: 41; 100
Fernandes, André: 143
Fernandes, Especiosa: 107
Fernandes, Fernando: 112; 117; 118; 167
Fernandes, Fernão: 184
Fernandes, Garcia: 119; 120; 233; 241
Fernandes, Gonçalo: 189; 190
Fernandes, João: 65; 144; 184; 192; 193; 204; 233; 241
Fernandes, Manuel: 34
Fernandes, Martinho: 107
Fernandes, Paio: 118; 190
Fernandes, Pedro: 117; 118; 120; 173; 174; 183; 184; 186; 187
Fernandes, Pelágio: 118
Fernandes, Rodrigo: 184; 187
Fernandes, Sancha: 192
Fernandes, Vicente: 119
Fernando de Castela e Leão: 190
Fernando III: 233
Fernando Magno: 103
Ferreira (freguesia): 41; 233
Ferreira, Aires: 223; 236; 237; 238; 239; 240; 241
Ferreira, Álvaro: 190; 236; 237
Ferreira, Álvaro Anes: 248
Ferreira, Ana: 226; 242; 243
Ferreira, Antónia Maria de Morais: 219
Ferreira, António: 238
Ferreira, António de Morais: 205; 211
Ferreira, Baltazar Sarmento: 226; 241; 242
Ferreira, Bernarda: 242; 250
Ferreira, Cristóvão: 245
Ferreira, Duarte: 215
Ferreira, Francisco: 237; 249
Ferreira, Francisco de Sá: 241; 244
Ferreira, Gomes: 236
Ferreira, Helena Sarmento: 218
Ferreira, Isabel: 238; 250
Ferreira, Isabel de Morais: 211; 240
Ferreira, Isabel de Sá Sarmento: 218
Ferreira, Jerónima de Ordaz Sarmento: 218
Ferreira, Joana Francisca: 239; 240
Ferreira, Joana Francisca Caetana de Morais: 219; 223
Ferreira, João: 242
Ferreira, João Lourenço de: 118; 192
Ferreira, Jorge de Madureira: 146
Ferreira, Lopo: 218; 224; 226; 237; 241; 243
Ferreira, Luísa: 249; 250
Ferreira, Maior Sarmento: 218
Ferreira, Maria: 223; 239; 242
Ferreira, Maria Teresa de Morais: 219
Ferreira, Martim: 236; 237
Ferreira, Miguel: 108; 219; 240; 248; 249; 250
Ferreira, Pedro: 146; 152; 223; 237; 238; 239; 243
Ferreira, Pedro Simão: 249; 250
Ferreira, Senhorinha Anes: 248
Ferreira, Serafina: 242
Ferreira, Teodora: 196
Ferreirim: 249
Ferrer, Vicente: 33; 142; 280; 284
Fiães: 60; 291
Figueiredo, Afonso Fernandes de: 118
Figueiredo, Ana de: 206
Figueiredo, António de: 99; 158; 163; 205; 206; 208; 232
Figueiredo, António Gomes Mena de: 228; 229
Figueiredo, Bento José de: 22; 65; 68; 164; 232
Figueiredo, Catarina de: 214
Figueiredo, Clara Maria de: 21; 65; 205; 232
Figueiredo, Diogo de: 121
Figueiredo, Francisca de: 147; 199; 221; 238; 239
Figueiredo, Francisco Bernardo Borges de: 232
Figueiredo, Francisco de Almeida de: 220; 221
Figueiredo, Heitor de: 121
Figueiredo, Henrique de: 121; 205
Figueiredo, Jácome Luís de: 221
Figueiredo, Joana da Costa de: 228
Figueiredo, João de: 238
Figueiredo, João Gomes de: 229
Figueiredo, José Machado de: 228
Figueiredo, José Sarmento de: 22; 232
Figueiredo, Maria de: 21; 65; 205; 232
Figueiredo, Miguel de: 221
Figueiredo, Pedro de: 105; 121; 123; 199; 205; 206
Figueiredo, Sebastião Machado de: 228; 245
Figueiredo, Teresa de: 121
Figueiroa, Maria de: 65; 105; 221; 222
Filipe III: 201
Flandres: 249
Fonseca, Aldonsa da: 248
Fonseca, Isabel da: 197
Fonseca, João Pinto da: 244
Fonseca, João Ribeiro da: 197
Fonseca, João Vasques da: 119
Fonseca, Lourença de: 141
Fonseca, Maria de Morais da: 220; 221
Fonseca, Rodrigo Nogueira da: 221; 247
Fonte Arcada: 112; 177; 249
Fonte da Avelaira: 166
Fonte da Seara: 167
Fonte da Trejinha: 167
Fonte de el-Rei: 112
Fonte do Cano: 166
Fonte do Conde: 166
Fonte do Jorge: 64; 166
Fontes Barrosas: 41; 49
Fontes Transbaceiro: 41
Fornos de Ledra: 186
Fortaleza de Santo António da Barra: 230
Forte de São Francisco: 162; 211
Forte de São João de Deus: 36; 51; 62; 69
Fortunes, Maria: 190
Fragoso, Agostinho: 294
França: 192; 211; 255; 256; 269
França (freguesia): 41; 49
Freiras Claras: 45
Freire, Cristóvão Ferreira: 250
Freire, João Rodrigues de: 186
Freitas, Martim de: 236
Freixeda: 41; 49; 100
Freixedelo: 41; 49; 129
Freixo de Espada à Cinta: 35
Fresulfe: 41; 49
Frias, António de: 224
Frias, Maria de: 224; 241
Frias, Pascoal de: 142; 224; 242
Frias, Paula de: 224
Frieira: 209
Froes, Fernão de Melo Ferreira: 249
Fróis, António Ferreira: 250

Frolhe Sanches: 183
Fuentidueña: 235
Funchal: 172
Gaces, Guiomar Rodrigues de: 194
Galego, António da Ponte: 221; 222
Galego, Domingos da Ponte: 222
Galego, Rodrigo Afonso: 188
Gália: 295
Galiza: 93; 95; 119; 120; 139; 196; 241; 255; 257; 258; 261; 262; 263; 265; 266; 267; 268; 269; 273; 280; 296; 297
Galo, António: 294
Gama, Ana do Campo da: 223
Gama, Anastácia de Morais da: 225
Gama, Brás Camelo da: 225
Gama, Catarina de Morais da: 225
Gama, Maria Madalena de Morais da: 225
Gama, Salvador da: 225
Gamboa, Guiomar de: 250
Garcês, Garcia: 190
Garcês, Rodrigo: 189
Garcia, Urraca: 187
Genísio: 118; 177; 190
Gertrudes, Maria José: 159
Gertrudes, Maria Josefa: 22; 232
Gibraltar: 235
Gil, Afonso: 143; 192; 195; 196; 204
Gimonde: 41; 49; 129; 260
Giron, Maria: 233
Goa: 34; 201; 220
Góis, Helena: 231
Gomes, Guiomar: 119; 143; 145; 193; 204; 241
Gomes, Lopo: 294
Gomes, Manuel: 108; 129; 145; 149; 152; 161
Gomes, Pelágio: 184
Gonçalo, Garcia: 118
Gonçalves, Alda: 191; 193; 194; 195; 204
Gonçalves, Catarina: 217
Gonçalves, Fernão: 189; 235
Gonçalves, Pedro: 196; 249
Gonçalves, Pêro: 119
Gonçalves, Silva: 36; 84
Gonçalves, Urraca: 191; 193
Gondesende: 41; 49
Gondomar: 120
Gostei: 39; 46; 49; 52; 99; 100
Governo Civil: 23; 26; 99
Gradíssimo: 41
Gralhas: 46
Gralhós: 41
Granado, Francisco: 226
Granado, Gaspar Gonçalves: 226
Gregório XIII: 149
Grigalba, Maria de: 233
Grigalba, Pedro de: 233
Grijó de Parada: 41; 49; 60; 289
Grijó de Vale Benfeito: 41; 242
Guadalajara: 178
Guadramil: 41; 49
Guarda, António da: 108; 137
Guarda, Gonçalo da: 108
Guedes, Álvaro Vasques: 198
Guedes, Gonçalo Vasques: 198
Guedes, Gonçalo Vaz: 198
Guedes, Pedro Vaz: 237
Guerra da Sucessão: 32; 51
Guerra Fantástica: 66
Guevara, António de: 272
Guimarães: 28; 46; 99; 295
Guimarães, Paulina de: 196; 218; 237; 239
Gusmão, Joana de: 120
Gusmão, Maria de: 233
Gusmão, Maria Ramires de: 234
Gusmão, Pedro Soares de: 234
Guterres, Moninha: 248
Guterres, Paio: 190; 248
Haro, Lope de: 57
Henrique de Borgonha: 36; 183; 248; 251; 293
Henrique II: 120; 234
Henrique III: 113; 120; 212
Henrique IV: 192
Henriques, Blanca: 234
Henriques, Margarida Troncoso de Lira e: 224
Hermiges, Afonso: 118; 187
Heródoto: 33; 254
Herrera, Ana de Velasco e: 234
Herrera, Blanca de: 234
Herrera, Fernão Garcia de: 233; 234
Herrera, Fernão Gomes de: 233
Herrera, Garcia de: 233; 234; 235; 236
Herrera, Garcia Fernandes de: 233
Herrera, Garcia Gonçalves de: 233
Herrera, Garcia Sanches de: 233
Herrera, Joana de: 234
Herrera, João de: 233
Herrera, João Fernandes de: 233
Herrera, Pedro de Ayala e: 236
Herrera, Pedro Garcia de: 233; 234; 235
Herrera, Pedro Nunes de: 234
Homem, Francisco da Costa: 119; 121; 214
Homem, Leonardo Teixeira: 199
Homem, Martim Teixeira: 199
Hortélio, Abraão: 93; 270
Hospital de S. Lázaro: 169
Hospital Novo: 169
Hospital Velho: 169
Ibéria: 81; 252; 254; 256
Igreja de Nossa Senhora da Luz: 217
Igreja de S. João de Paçó: 149
Igreja de Santa Eulália de Cabanelas: 200
Igreja de Santa Maria de Dine: 149
Igreja de Santa Maria do Sardão: 72
Igreja de Santa Maria Madalena de Grijó: 149
Igreja de São Francisco: 21; 139
Igreja de São João de Parâmio: 149
Igreja de São Jorge: 45
Igreja de São Mamede: 172
Igreja de São Nicolau dos Cortiços: 149
Igreja de São Pedro: 264
Igreja de São Vicente: 23; 26; 68; 71; 72; 74; 75; 136; 140
Igreja do Salvador: 168
Iluminismo: 15; 31; 77; 78; 80; 83
Índia: 202; 206; 210; 215; 218; 222; 228; 230; 238; 240; 246
Inquisição: 31; 38; 39; 55; 80; 82; 83; 203; 306
Iria Flávia: 139; 296
Irlanda: 115; 256; 257
Irmandade da Anunciada: 72
Irmandade das Almas: 105
Irmandade das Chagas: 72; 147
Irmandade de Nossa Senhora do Rosário: 72
Irmandade de Nossa Senhora dos Prazeres: 72; 105; 149
Irmandade de Santa Cruz: 73
Irmandade de Santo Estêvão: 72
Irmandade de São Caetano: 72
Irmandade de São Pedro: 57
Irmandade de São Xavier: 149
Irmandade do Santíssimo Rosário: 105
Irmandade dos Moços Solteiros: 105
Itália: 53; 137; 142; 211; 259; 275
Izeda: 41
Jerónima, Francisca: 219; 240
Jerusalém: 139; 280; 283; 284; 285
Jesus Cristo: 76; 282; 284
Jesus, Antónia de: 153; 154
Jesus, Catarina Clara de: 228
Jesus, Madalena Maria de: 213
Jesus, Teresa de: 210
João I: 29; 31; 34; 45; 62; 73; 101; 110; 111; 112; 113; 115; 116; 117; 118; 121; 181; 184; 189; 194; 196; 209; 212; 219; 234
João II: 120; 234; 235
João III: 172
João IV: 31; 98; 99; 106; 109; 114; 115; 121; 127; 134; 160; 180; 181
João V: 16
Jope: 139
Jorge, Filipa: 227
Jorge, Francisco: 185; 207; 227
Josefa, Isabel Luísa: 206
Josefo, Flávio: 33
Juízo dos Órfãos: 9; 50; 52
Júlio César: 33; 93; 250; 255; 259; 261; 262; 263; 264; 265; 266; 269; 270; 276; 277; 282
Júlio III: 161
Júlio, Caio: 103
Juzarte, Pedro Monteiro: 98
La Gomera: 235
Lacerda, Álvaro Fernandes de: 236
Lacerda, Antónia Bernarda de: 244
Lacerda, Bernarda Ferreira de: 250
Lacerda, Martim Fernandes de: 236
Lagarelhos: 49; 100
Lago, Gonçalo Pereira do: 243
Lago, João de Sá Pereira do: 108
Lago, Maria Pereira do: 243
Lago, Teodora Pinto Pereira do: 210
Lagoa: 41; 189; 191; 225
Lagomar: 41; 299
Lamas de Podence: 41
Lamego: 121; 176; 193; 200; 203; 273; 296
Lampaças: 39; 41; 42; 43; 49; 100; 173; 186; 226
Lanção: 41; 49; 100
Latães: 41
Lavanha, João Baptista: 56
Laviados: 41; 49
Leão: 78; 93; 112; 126; 173; 177; 181; 183; 190; 194; 293; 325
Leão, Duarte Nunes de: 256
Leão, Maria de: 238
Leão, Maria de Morais de: 238
Leitão, António: 153
Leitão, António Ferreira: 249
Leitão, Bartolomeu: 165
Leitão, Bermudes: 158
Leitão, Genebra Lopes: 249
Leitão, Inácio Ferreira: 249; 250
Leitão, Luís Ferreira: 250
Leitão, Maria Gonçalves: 249
Leitão, Miguel Ferreira: 249; 250
Leite, Amaro Álvares: 199
Leite, António de Morais: 232
Leite, Diogo Gonçalves: 203
Leite, Francisca de Morais: 227
Leite, Francisco de Morais: 232
Leite, Maria de Távora: 200
Lemos, António Borges de: 242
Lemos, João de Brito de: 294
Lemos, Maria de: 242
Lescolle, Miguel de: 70
Lima, Brites de: 202
Lima, Joana de: 202
Lima, Luís Caetano de: 38
Limães: 41
Lippomani, Caetano: 33
Lisboa: 17; 33; 34; 40; 41; 64; 81; 84; 108; 110; 123; 134; 146; 162; 165; 191; 195; 196; 200; 217; 226; 230; 270; 296; 300; 303; 304; 305; 306
Lobão, Catarina de: 224
Lobo, Diogo Pinheiro: 172
Lobo, João de Prada: 162
Logronho: 272
Lopes, Branca: 193
Lopes, Fernando: 118
Lopes, Fortum: 190
Lopes, Garcia: 184
Lopes, Gonçalo: 294
Lopes, João: 209; 249; 294

Lorena, Ana de: 245
Loureiro, Emerenciana de: 229
Lourenço, Afonso: 187
Lourenço, Gomes: 184
Lourenço, João: 118; 121; 192; 248
Lousada, Álvaro de: 241
Lousada, Bernarda Pimentel de: 193
Lousada, Bernardo de: 241
Lousada, Clara Sarmento de: 223; 238
Lousada, Cristóvão Ferreira de: 245
Lousada, Francisca Sarmento de: 241
Lousada, Francisco José Sarmento de: 223; 239; 240
Lousada, João de: 193; 241
Lousada, João Ferreira Sarmento de: 243
Lousada, Josefa Jerónima de: 223; 224; 243
Lousada, Maior Sarmento de: 218; 238; 241
Lugo, Afonso Fernandes de: 196
Luísa, Caetana: 206; 213; 229
Luna, Álvaro de: 195
Luna, Pedro de: 235
Lusitânia: 261; 265; 266; 267; 272; 273; 279; 296; 297
Maçanedo, Gomes de: 188
Maçãs (freguesia): 41; 94; 170
Macau: 205; 210; 220
Macedo de Cavaleiros: 41; 196; 203; 222; 229; 304
Macedo do Mato: 41
Macedo, Aires Fernandes de: 189
Macedo, Ana: 120
Macedo, Ana de: 119; 198; 201; 209; 223; 224; 243
Macedo, Antónia de: 245
Macedo, António de: 146; 147; 198; 222
Macedo, António de Sousa: 230
Macedo, Belchior de: 223
Macedo, Fernão de: 222
Macedo, Fernão Esteves de: 188; 222
Macedo, Francisco de: 147; 198; 223; 238
Macedo, Genebra de: 188; 194
Macedo, Genebra Vasques de: 194
Macedo, Gonçalo de: 188; 189
Macedo, Gonçalo Fernandes de: 189
Macedo, Isabel Gomes de: 119; 198; 209
Macedo, Isabel Soares de: 209
Macedo, Jácome Teixeira de: 215
Macedo, Joana Gomes de: 120
Macedo, João de: 119; 120; 147; 188; 199; 201; 209; 222; 223
Macedo, João Teixeira de: 216
Macedo, João Teixeira de Morais de: 216
Macedo, Juliana Álvares de: 194; 232
Macedo, Manuel Gomes de: 129; 145; 149; 152
Macedo, Martim Gonçalves de: 188; 189; 194
Macedo, Paulo de: 223; 239; 243
Macedo, Rui Fernandes de: 188; 222
Maceira, Fernão Esteves de: 192
Machado, André Botelho: 249
Machado, Brites: 145
Machado, Diogo Barbosa: 21
Machado, Inácio: 245
Machado, Júlio Montalvão: 36; 84
Machado, Lopo Fernandes: 196
Machado, Manuel de Bandos: 243
Machado, Pedro: 188
Machado, Rui: 294
Machado, Sebastião: 227; 228; 245
Madalena, Maria: 132; 135; 149; 213; 225; 230
Madrid: 33; 56; 84; 119; 147; 201; 303
Madureira, Álvaro Anes de: 207; 209; 210
Madureira, Álvaro de: 222
Madureira, Álvaro de Morais: 200; 209; 210; 212
Madureira, António de: 207; 209
Madureira, António de Morais: 206; 210; 226
Madureira, António Domingues de: 250
Madureira, António Luís de: 158
Madureira, Domingos de Morais: 98; 212; 213; 214; 245
Madureira, Faustino de: 208
Madureira, Francisco de: 207; 212
Madureira, Francisco de Morais: 201; 210; 212; 213; 226; 244; 245
Madureira, Garcia Álvares de: 207; 209
Madureira, Isabel de: 201; 209
Madureira, João de Morais: 210
Madureira, José de Morais: 155; 212; 213; 216; 226; 245
Madureira, José de Morais de: 210
Madureira, Luís Álvares de Macedo: 207; 208
Madureira, Luís de: 158; 194; 209
Madureira, Manuel de Morais: 210
Madureira, Manuel de Morais de: 210
Madureira, Maria de: 222; 243
Madureira, Maria de Gamboa e: 250
Madureira, Pedro Feijó de: 208
Madureira, Sebastiana de Morais: 210
Magalhães, José de: 294
Maia, Engrácia Nunes da: 250
Manrique, Elvira: 120
Manuel I: 134; 193; 197
Manuel, Francisco de Melo: 121
Manuel, Joana: 197
Manuel, Manuel de Moura: 159
Manuel, Maria: 120
Manuel, Sancho: 120
Maranhão: 230
Maria, Filipa: 246
Maria, Sebastiana: 245
Marialva, Beatriz Aires de: 249
Mariz, António de Macedo de: 146; 147
Mariz, António Dourado de: 108
Mariz, Francisco Dourado de: 108
Mariz, Isabel de: 147; 201; 244
Mariz, Lopo de: 119; 120; 201; 216; 217; 245
Mariz, Lopo Dourado de: 244
Martel, Carlos: 33; 251; 252; 254; 262
Martim (freguesia): 41; 49
Martines, Andres: 178
Martins, António: 184
Martins, Lourenço: 184; 214
Martins, Maior: 191
Martins, Nuno: 118; 162; 184; 186; 192
Martins, Pedro: 184; 187
Mascarenhas, José Freire de Monterroio: 121
Mascarenhas, Martim Vaz: 187
Mascarenhas, Rui Gomes de: 198
Matosinhos: 218; 237
Mauritânia: 101
Medicis, Cosme de: 192
Medicis, Maria de: 192
Meireles, Violante de: 196
Meixedo: 41; 46; 49; 145; 212
Melgaço: 229; 245
Melhe: 41; 49
Melo, Antónia de: 249
Melo, Bento Pereira de: 203
Melo, Clara de: 249
Melo, Fernão Soares de: 249
Melo, Inês Vasques de: 192
Melo, Joana de: 249
Melo, Jorge de: 162
Melo, José de: 136; 150
Melo, Luísa Teresa de: 249
Melo, Manuel Tenreiro de: 99
Melo, Maria Antónia de Castelo Branco e: 206
Melo, Martinho de: 152
Melo, Vasco Martins de: 192
Mendes, Afonso: 187
Mendes, Catalina: 185
Mendes, Estêvão: 185; 194; 195
Mendes, Fernão: 57; 106; 117; 162; 173; 174; 183; 184; 186; 190; 191
Mendes, Filipa: 148; 149; 185
Mendes, Gonçalo: 178; 248
Mendes, Isabel: 185; 194
Mendes, Joane: 184; 223
Mendes, Maria: 222; 223; 231; 239
Mendes, Martim: 184
Mendes, Nuno: 183; 184
Mendes, Rodrigo: 33; 118; 184
Mendes, Rui: 183; 191
Mendes, Soeiro: 183
Mendes, Urraca: 183; 184; 190
Mendes, Vasco: 118
Mendonça, António Sarmento de: 120
Mendonça, Isabel de: 237
Mendonça, Luís Sarmento de: 120
Mendonça, Maria de: 120
Mendonça, Rui Ferreira de: 237
Meneses, Ambrósio Pereira Pinto de: 197
Meneses, Brás Teles de: 294
Meneses, Filipa de Sá de: 207
Meneses, Jerónimo de: 65; 105; 156; 157; 158
Meneses, Júlio César de Eça de: 250
Meneses, Luís Carlos de: 206
Meneses, Luís de: 34
Meneses, Maria Clara de: 250
Meneses, Maria de: 197
Meneses, Paula de Sá e: 250
Meneses, Teresa Eufrásia de: 250
Mérida: 187
Mesquita, Ana Isabel de: 198
Mesquita, André Correia da: 244
Mesquita, António Botelho de: 146
Mesquita, António de Loureiro de: 228; 229
Mesquita, Fernão de: 196
Mesquita, Francisco de Morais de: 196; 197
Mesquita, Isabel Botelho de: 203
Mesquita, Isabel de: 197; 198
Mesquita, João Correia da: 244; 245
Mesquita, João de: 196
Mesquita, João de Loureiro de: 228
Mesquita, José Taveira da: 36
Mesquita, Luísa Caetana da: 214; 245
Mesquita, Maria de Morais Pimentel e: 214
Mesquita, Mariana da: 244; 245
Mesquita, Rosa Maria da: 214; 244; 245
Mesquita, Simão Cabral: 196
Mesquita, Tomé de: 129
Milhão (freguesia): 100
Miranda do Douro: 21; 23; 35; 38; 46; 57; 64; 65; 186; 243; 309; 312
Miranda, Brites de: 225
Mirandela: 53; 60; 91; 95; 140; 147; 167; 186; 187; 200; 212; 219; 225; 240; 244; 245; 292; 326
Miróbriga: 267
Moaz: 49; 100
Mofreita: 41; 49
Mogadouro: 195; 197; 219; 240; 243; 244; 245; 262
Moimenta: 41; 49
Mombaça: 216
Monchique, Gonçalo de Butrão Idiaquis e: 207
Mondonhedo: 119
Monforte de Lemos: 241
Monforte do Rio Livre: 60
Moniz, Fernando: 177
Moniz, Velasco: 107
Monroy, Estefânia de: 233
Monroy, Fernando de: 234
Montalegre: 46; 99; 214; 225; 245
Monte de S. Bartolomeu: 165; 166
Monte Júlia: 175; 265
Montes Hermínios: 267
Montezinho: 49; 178
Montouto: 41; 49; 225
Morais (freguesia): 41
Morais, Alda Gonçalves de: 193; 194; 195
Morais, Aleixo de: 119; 145; 146; 198; 200; 204; 205; 209; 214
Morais, Álvaro de: 188; 200; 209; 210; 212; 216
Morais, Ana de: 146; 198; 200; 209; 211; 212; 221; 231; 247
Morais, Ana Maria de: 199; 210

Morais, Anastácia de: 210; 225
Morais, André de: 206; 215; 217; 219; 240; 247
Morais, André de Sá: 242
Morais, Angélica de: 210
Morais, Antónia de Castro: 199
Morais, António Borges de: 196; 224
Morais, António Caetano de: 205
Morais, António Colmieiro de: 140; 201; 230
Morais, António de: 145; 196; 197; 204; 230
Morais, António de Oliveira de: 216
Morais, António Sarmento Pimentel de: 242; 246
Morais, António Xavier de: 213
Morais, Baltazar de: 193; 207
Morais, Brites de: 196; 221
Morais, Brites de Sá: 213
Morais, Caetana de: 213; 219; 223; 240
Morais, Catarina de: 131; 133; 145; 193; 194; 195; 225; 230; 247
Morais, Catarina Vasques de: 194
Morais, Constança Rodrigues de: 141; 191; 192; 195
Morais, Cristóvão de: 237
Morais, Diogo de: 193
Morais, Domingos Serrão de: 229
Morais, Duarte Ferreira de: 200; 218; 219; 223; 239; 240; 244
Morais, Duarte Rodrigues de: 217
Morais, Fagundo de: 229; 245
Morais, Fernão de: 194
Morais, Francisca de: 196; 197; 199; 227
Morais, Francisco Borges de: 244
Morais, Francisco Colmieiro de: 228; 229; 230; 245
Morais, Francisco de: 145; 192; 198; 225
Morais, Francisco de Castro: 200
Morais, Francisco de Castro de: 210
Morais, Francisco Ferreira de: 216; 219; 240
Morais, Francisco Rodrigues de: 218; 237; 239
Morais, Francisco Sarmento de: 218; 240
Morais, Francisco Vaz de: 245
Morais, Francisco Xavier de Castro: 200
Morais, Francisco Xavier Sarmento de: 215
Morais, Gabriel Camelo de: 197
Morais, Gaspar Álvares de: 129; 152
Morais, Gaspar de: 146; 198; 199; 204; 209
Morais, Gonçalo de: 119; 143; 193; 194; 196; 197; 213; 224; 230
Morais, Gonçalo Rodrigues de: 189; 190; 191; 193; 194; 195; 203; 204
Morais, Gregório de: 191; 193
Morais, Gregório de Castro: 98; 145; 199; 200; 244
Morais, Guiomar Rodrigues de: 191
Morais, Henrique de: 230
Morais, Inácio de: 198; 206
Morais, Inês de: 229
Morais, Inês Pimentel de: 196
Morais, Inês Rodrigues de: 191
Morais, Isabel de: 122; 145; 200; 206; 209; 210; 220; 225; 247
Morais, Isabel Pereira de: 198; 203; 227
Morais, Jaime de: 145; 198; 199; 200; 201; 204
Morais, Jerónima Ferreira de: 218
Morais, Jerónimo de: 199; 224; 241
Morais, Jerónimo Ferreira de: 218; 219; 239; 240; 244
Morais, Joana de: 210
Morais, Joana de Castro: 199
Morais, João Botelho de: 219; 240; 244
Morais, João de: 119; 145; 193; 204; 225; 241; 247; 294; 299
Morais, João de Macedo de: 199
Morais, João Fernandes de: 144; 192; 193; 204; 241
Morais, João Gonçales de: 143; 144
Morais, José de: 205
Morais, José Machado de: 225
Morais, Josefa de: 213; 226
Morais, Josefa Maria de: 213
Morais, Leonor de: 143; 192; 193; 194; 195; 204
Morais, Luciana de: 193
Morais, Luís Álvares de: 199
Morais, Luís Alves de: 199
Morais, Luís de: 225
Morais, Luís de Ordaz Sarmento e: 218
Morais, Luísa de: 250
Morais, Luísa Maria Sarmento de: 218
Morais, Manuel Camelo de: 133; 141; 232
Morais, Manuel de: 145; 209; 214; 215
Morais, Maria de: 145; 203; 210; 212; 225; 226; 228; 229; 232; 238; 245; 247
Morais, Maria de Castro: 247
Morais, Maria Lopes de: 141; 221; 222
Morais, Maria Pires de: 133
Morais, Martim Gonçalves de: 191; 193; 194; 195
Morais, Mateus de: 222
Morais, Matias de Castro: 200
Morais, Matias Machado de: 225
Morais, Miguel Ferreira de: 219; 240
Morais, Pascoal de Frias: 242
Morais, Rodrigo Botelho de: 217
Morais, Rodrigo de: 145; 193; 194; 216
Morais, Rosa Joana e: 214
Morais, Rui de: 119; 143; 145; 193; 204; 241
Morais, Rui Gonçalves de: 143; 193
Morais, Rui Martins de: 191; 192; 193; 194; 204
Morais, Salvador de: 225
Morais, Sebastião de: 192
Morais, Teresa de: 213; 219; 239; 240
Morais, Tristão de Castro de: 210
Morais, Vasco de: 193
Morais, Vasco Fernandes de: 194; 195
Moral, Estêvão Peres del: 189; 203
Morales, Ambrósio de: 33; 272; 273; 295
Moredo: 41; 100
Moreira, Gonçalo Rodrigues de: 191
Morgado da Terrincha: 250
Morgado de Carrazedo: 224
Morgado de Fonte de Aldeia: 218
Morgado de Macedo de Cavaleiros: 196; 203; 222
Morgado de Parada: 201
Morgado de Rio Torto: 225
Morgado de Santa Marta de Bornes: 214
Morgado de Tuizelo: 200; 216; 217; 237; 239
Morgado de Vale Benfeito: 224; 334
Morgado do Corpo Santo: 203
Mós de Celas: 41; 49
Mós de Rebordãos: 49
Mosteiro da Conceição: 22; 155; 159; 169; 199; 200; 201; 213; 232; 243; 245
Mosteiro da Esperança de Vila Viçosa: 153
Mosteiro de Aguilar do Campo: 233
Mosteiro de Bairrão: 158
Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição: 45; 58; 76; 89; 127; 151; 154; 156; 164; 207; 213; 219; 228
Mosteiro de Santa Clara de Vinhais: 155; 213
Mosteiro de Santa Escolástica: 35; 58; 89; 119; 145; 156; 159; 167; 168; 205; 206; 210; 214; 215; 216; 220; 221; 228; 230; 244; 298
Mosteiro de Santa Maria de Moreruela: 177
Mosteiro de São Bento: 37
Mosteiro de São Domingos de Toledo: 234
Mosteiro de São Martinho de Castanheda: 32
Mosteiro de São Miguel de Refoios de Basto: 203
Mosteiro de São Salvador de Castro de Avelãs: 117; 170; 175; 184; 186; 209
Mosteiro do Espírito Santo: 152; 154
Murça: 107; 198; 237
Murços: 41
Najara, Garcia de: 190
Nascimento, Brites do: 213
Navarra: 75; 140; 189
Negreda: 41; 49
Neto, Francisco: 146
Neves, Francisco Xavier: 205
Nicodemos: 139
Niño, Maria: 234
Niño, Pedro: 234
Nóbrega, Constança Dias de: 194
Nóbrega, Diogo Vasques de: 194; 196
Nogueira (freguesia): 49; 271
Nogueira, Maria: 221; 222
Nogueira, Teodósio da Fonseca: 220; 221
Norena, Rodrigo: 32
Noronha, Luísa de: 158
Nossa Senhora da Anunciada: 149
Nossa Senhora da Assunção: 101; 107; 217
Nossa Senhora da Consolação: 133
Nossa Senhora da Escada: 158
Nossa Senhora da Hedra: 271; 287
Nossa Senhora da Piedade: 135
Nossa Senhora da Ribeira: 142; 143
Nossa Senhora da Soledade: 172
Nossa Senhora de Penha de França: 227
Nossa Senhora de Roncesvalles: 75
Nossa Senhora do Bom Sucesso: 155
Nossa Senhora do Loreto: 35; 127; 161; 162
Nossa Senhora do Pópulo: 150
Nossa Senhora do Raio: 150
Nossa Senhora do Rosário: 65; 72; 105; 142
Nossa Senhora do Sardão: 10; 23; 26; 75; 89; 101; 102; 105
Nossa Senhora dos Desamparados: 158; 298
Nossa Senhora dos Prazeres: 72; 105; 149
Nossa Senhora dos Remédios: 155
Novais, Cristóvão: 145
Novais, Diogo: 145
Novais, Fernão: 145
Novais, Gaspar: 151
Novais, Maria de: 229
Novais, Matias de: 198
Novais, Sebastião: 129; 133; 145
Novais, Simão: 145
Nozelos: 46; 49; 51; 99; 121
Nunes (freguesia): 41; 49
Nunes, Gonçalo: 194
Nunes, Jorge: 18
Nunes, Manuel: 121
Nunes, Maria: 192
Nunes, Mendo: 184
Nuzedo: 49; 99; 100
Ocampo, Floriano de: 33
Ochoa Lopes: 236
Octaviano Augusto: 93
Oleirinhos: 41
Oleiros: 41; 55; 313
Oliveira, António Borges de: 229
Oliveira, Cecília de Morais Sarmento: 215; 217
Oliveira, Cristóvão de: 130
Oliveira, Francisco da Costa Homem de: 214
Oliveira, Gaspar de: 157; 214; 215; 217
Oliveira, Joana de: 215; 216; 217; 219; 240
Oliveira, João Franco de: 65; 68; 105; 159
Oliveira, José Borges de: 225
Oliveira, Leonis de: 214
Oliveira, Lopo Álvares de: 152; 157; 159; 214
Oliveira, Manuel de: 108
Oliveira, Maria Álvares de: 215; 228
Oliveira, Maria de: 215
Ordem da Penitência: 162
Ordem de Calatrava: 120
Ordem de Cister: 107; 176
Ordem de Cristo: 98; 99; 105; 121; 122; 172; 177; 178; 196; 198; 199; 202; 212; 215; 237; 239; 245
Ordem de Santa Clara: 58
Ordem de Santa Escolástica: 156
Ordem de São Bento: 170; 203; 292; 298
Ordem Terceira da Penitência: 72
Ordonhes, Martinho Mendes: 118
Orósio, Paulo: 268; 269
Ortiz, Diogo: 230
Osores, Bibiana: 222; 223
Osório, Álvaro Rodrigues: 196
Osório, Ana Maria de Castro: 197
Osório, Isabel de Mesquita: 197
Osório, Jerónimo: 197
Ousilhão: 41; 49; 231

Outeiro: 46; 52; 64; 99; 100; 119; 120; 140; 142; 170; 186; 188; 201; 209; 211; 222; 231; 238; 239; 247
Ouveques, Diogo Gonçalves: 184; 190
Ozores, Francisca: 207
Pacheco, Estêvão: 192
Pacheco, Teresa: 192
Paçó: 49; 100
Paço de Sortes: 41; 49
Paços do Concelho: 66; 124
Padrão, Baltazar: 157
Padronelos: 46
Padroso: 46
Pais, Manuel: 130
Palácios (freguesia): 41
Palência: 233
Palha, Manuel: 128
Palmeirim, Francisco de Morais: 200
Parada: 41; 42; 43; 49; 100; 122; 145; 200; 201; 204; 206; 207; 210; 211; 212; 219; 226; 227; 243; 299
Parada dos Infanções: 208
Parada, Durão Martins de: 211
Parada, Martim Garcia de: 210
Paradinha: 100
Paradinha de Besteiros: 41
Paradinha Nova: 41
Paradinha Velha: 41
Parâmio: 41; 49; 149
Paredes: 41; 49; 208; 248
Páscoa: 73; 106; 116; 147; 168; 280
Passos, João Afonso de: 248
Passos, Margarida Anes de: 248
Paulo III: 161; 172
Pavão, Amaro Pires: 227
Pavão, Domingos Pires: 227; 243
Peculiar, João: 107
Pedraça: 24; 26; 90; 233; 234; 237
Pedro II: 53; 69; 313
Pegado, Bárbara: 243
Pegas, Pedro de Morais: 193
Penedono: 197; 248
Penela: 248
Penhas Juntas: 41; 49; 149; 220
Perasa, Fernão: 235
Perasa, Inês: 235
Pereira, Aires Pinto: 196
Pereira, Alexandre de Sousa: 230
Pereira, Ana de Sá: 226; 243
Pereira, Ana Pinto: 203
Pereira, Anastácia: 210
Pereira, Baltazar de Sousa: 230
Pereira, Beatriz: 181; 236
Pereira, Catarina: 201
Pereira, Estêvão Perestrelo Pessoa: 121
Pereira, Feliciana Pinto: 197
Pereira, Francisco: 200; 201; 203
Pereira, Francisco Pinto: 202
Pereira, Inácio Perestrelo Pessoa: 219
Pereira, Isabel: 198; 203; 227; 236
Pereira, Joana de Sousa: 243
Pereira, João Pinto: 203; 226
Pereira, Juliana de Sá: 250
Pereira, Luís Álvares: 201
Pereira, Manuel Pinto: 198; 202
Pereira, Maria: 198; 201; 202; 203; 243
Pereira, Maria Pinto: 203; 226
Pereira, Nuno Álvares: 31; 119; 145; 147; 181; 198; 201; 202; 203; 236
Pereira, Pedro Álvares: 201
Pereira, Sebastião Velasques: 217
Pereira, Violante Álvares: 236
Pereiros: 41; 49; 100
Peres, João: 131
Peres, Justa: 248
Perestrelo, António: 135
Perestrelo, Francisco de Morais: 232
Perestrelo, Inácio: 219; 240
Pessoa, Manuel da Costa: 246
Pessoa, Simão da Costa: 246
Petesqueira: 41
Pimentel, Afonso: 234
Pimentel, Afonso Vasques: 192
Pimentel, Aleixo de Morais: 119; 145; 146; 198; 200; 205; 209; 214
Pimentel, Álvaro: 193
Pimentel, Álvaro Gil de Morais: 195; 196
Pimentel, Ana de Morais: 209; 212
Pimentel, Ana Maria: 223; 239
Pimentel, António Borges de Morais: 196
Pimentel, António da Rosa Sarmento: 231
Pimentel, António de Morais: 122; 196; 198; 201; 204; 208; 209
Pimentel, António Sarmento: 242; 246
Pimentel, Baltazar Ferreira Sarmento: 226; 243
Pimentel, Bento de Morais: 200; 225
Pimentel, Caetana Luísa de Sousa: 206; 229
Pimentel, Caetano Inácio e Morais: 214
Pimentel, Caetano Pinto de Morais: 213
Pimentel, Cristóvão Ferreira Sarmento: 223; 224; 243
Pimentel, Diogo: 193
Pimentel, Diogo de Morais: 193
Pimentel, Diogo Machado: 122; 206; 210
Pimentel, Domingos de Morais: 213; 214
Pimentel, Domingos de Morais Madureira: 213; 214
Pimentel, Faustina da Rosa: 231
Pimentel, Francisca Maria Caetana de Morais: 219; 240
Pimentel, Francisca Sarmento: 241
Pimentel, Francisco Casimiro Afonso: 115
Pimentel, Francisco Ferreira Sarmento: 242
Pimentel, Francisco José de Morais: 214
Pimentel, Gaspar de Mesquita de Morais: 196; 197
Pimentel, Gaspar de Morais: 198; 199
Pimentel, Gil Afonso: 143; 192; 195; 204
Pimentel, Gonçalo da Rocha: 231
Pimentel, Inácio Ferreira: 249
Pimentel, Isabel: 249
Pimentel, Isabel de Morais: 213; 216
Pimentel, Jaime de Morais: 198; 199
Pimentel, Jerónima: 223; 239
Pimentel, João Afonso: 113; 114; 115; 116; 141; 143; 144; 192; 193; 195; 204; 212; 241
Pimentel, João Álvares de Morais: 196
Pimentel, João da Rocha: 230
Pimentel, João de Morais Castro: 200; 204
Pimentel, João Ferreira Sarmento: 163; 223; 226; 233; 241; 242; 243; 247
Pimentel, João Sarmento: 206; 237
Pimentel, José de Morais: 213; 214
Pimentel, José Manuel de Morais: 214
Pimentel, Luís: 192
Pimentel, Luís Serrão: 34; 70
Pimentel, Manuel da Rocha: 231
Pimentel, Manuel de Morais: 155; 198; 200; 209; 212; 213; 214; 225
Pimentel, Manuel Mendes: 199
Pimentel, Maria de Morais: 119; 198; 201; 205; 213; 214; 216
Pimentel, Maria Mendes: 223; 239
Pimentel, Mariana de Morais: 122; 206; 207; 210; 229
Pimentel, Martim Afonso: 119; 141; 143; 192; 195
Pimentel, Mena Botelho: 249
Pimentel, Pedro Álvares de Morais: 119; 196; 198; 202; 203; 204; 207; 227
Pimentel, Pedro de Morais: 193
Pimentel, Pedro Ferreira Sarmento: 243
Pimentel, Rodrigo Afonso: 141; 191; 192
Pimentel, Roque de Sousa: 206
Pimentel, Rosa Maria Teresa de Sousa: 206
Pimentel, Sebastião Mendes: 199
Pimentel, Vasco Martins: 192
Pimentel, Violante de Morais: 196; 207
Pinela: 41; 49
Pinheiro Velho: 49
Pinheiro, António: 65; 105; 127; 137; 138; 144; 146; 149; 151; 153; 218; 239
Pinheiro, Isabel: 242
Pinheiro, Leonor: 218; 239
Pinto, Ambrósio de Arosa: 250
Pinto, Ana: 146; 203
Pinto, Antónia: 244
Pinto, António Joaquim de Gouveia: 17
Pinto, António Machado Pereira: 243
Pinto, Catarina: 219; 244
Pinto, Diogo Vaz: 145; 146; 198
Pinto, Francisco Pereira: 203
Pinto, Gaspar: 212; 219; 225; 244
Pinto, Gonçalo Vaz: 145; 198; 203
Pinto, João: 203; 226; 244
Pinto, Luísa de Meireles: 196
Pinto, Manuel: 145; 198; 202
Pinto, Marcos: 145; 198
Pinto, Maria: 145; 198; 203; 219; 226; 240; 244
Pinto, Nuno Álvares Pereira: 198
Pinto, Rosa Maria da Mesquita: 214; 244; 245
Pinto, Úrsula: 244
Pio V: 283
Pirenéus: 254; 255
Pires, Elvira: 191
Pires, Estêvão: 184; 191; 300
Pires, Fernando: 117
Pires, Garcia: 184
Pires, Gomes: 196
Pires, Maria: 133; 187
Pires, Pedro: 112; 118; 184
Pires, Sancha: 184; 187; 190
Pires, Teresa: 118; 184; 187
Pires, Vasco: 184; 236
Platão: 33; 276
Plínio: 33; 257; 262; 267; 270; 273; 274; 296
Podence: 41
Pombares: 41
Pona, António de Paiva: 231
Ponte da Quintela: 184
Ponte das Ferrarias: 184
Ponte de Lima: 84; 224; 304
Ponte, Bento da: 108; 165
Porta do Sol: 64; 101
Porta dos Frades: 179
Portalegre: 267
Portela: 41
Portelo: 41; 49
Porto: 33; 48; 49; 81; 84; 107; 135; 152; 153; 156; 196; 198; 219; 228; 240; 245; 250; 256; 296; 297
Portugal: 15; 21; 27; 28; 31; 32; 33; 34; 35; 36; 42; 47; 53; 56; 57; 77; 81; 112; 113; 114; 115; 119; 141; 152; 170; 173; 178; 181; 189; 190; 201; 204; 212; 234; 254; 256; 257; 274; 282; 284; 297
Pousadas, Rodrigo Afonso de: 195
Praça de São João: 66
Praça de São Vicente: 66
Praça do Colégio: 66; 237; 243
Prada, António de: 162; 211
Prada, João de: 162; 210; 211
Prada, Salvador de: 210
Prado Gatão: 178
Preto, Lourenço Dias: 105
Ptolomeu: 33; 93; 270; 296
Puebla de Sanabria: 32; 93
Purificação, Ana Maria da: 228
Quadra: 49; 100
Queiroga, André Cardoso de: 225; 244
Queirós, João de: 242; 246
Queirós, José Pinto de: 243
Queirós, Sebastião de: 246
Quinta da Granja: 32
Quinta da Salgosa: 197
Quinta de Cavaleiros: 236; 237
Quinta de Vale das Flores: 163
Quinta do Vilar: 148; 149; 185
Quintanilha: 100
Quintela: 49; 100; 184; 212; 226; 243
Quintela de Lampaças: 41; 49; 226

Rabal: 41; 49; 72; 217; 227
Rainha Santa Isabel: 142
Ramires, Alboazar: 126; 183; 194; 292; 293
Ramires, Ouzenda: 248
Ramiro de Leão: 194
Ramiro II: 126; 292
Ramiro III: 119
Razura, Nuno: 183
Real Academia de História da Espanha: 15
Real Academia Espanhola: 15
Rebelo, António de Morais: 213; 226
Rebelo, Bernardo: 159
Rebelo, Filipe Borges: 210; 213; 226
Rebelo, Gonçalo Borges: 226
Rebelo, Inácio Borges: 212; 226
Rebelo, Maria de: 226
Rebelo, Pedro Borges: 203; 226
Rebelo, Pedro Borges de: 203
Rebelo, Rui de Abreu de: 227
Rebelo, Simão: 249
Rebordainhos: 41; 49; 100
Rebordãos: 39; 46; 49; 52; 99; 100; 175
Recesvindo XXVIII: 170
Refega: 41
Refoios: 41; 49; 203
Rego, Francisco do: 107; 108
Rego, Gonçalo Vaz do: 194; 222; 223
Rego, Maria Vaz do: 222
Reis, Mateus Ferreira dos: 231
Ribeira de São Jorge: 93; 160; 167; 293
Richelieu: 15
Rio de Fornos: 49; 100
Rio de Janeiro: 200; 244
Rio de Onor: 41; 49
Rio Ebro: 251; 254
Rio Fervença: 93
Rio Frio do Monte: 170; 186
Rio Lima: 262; 275
Rio Sabor: 93
Rio Tejo: 81
Rio Tua: 187; 273
Rocha, Antónia da: 226
Rocha, Antónia Pereira da: 226
Rocha, Domingos da: 228
Rocha, Francisca da: 200
Rocha, Francisco da: 200
Rocha, João da: 228; 230; 231
Rocha, Perpétua da: 231
Rocha, Violante da: 220
Rodrigues, Afonso: 187
Rodrigues, Álvaro: 184; 196
Rodrigues, Amado: 248
Rodrigues, Ana: 21; 223; 232
Rodrigues, Constança: 141; 191; 192; 195; 214
Rodrigues, Estêvão: 187
Rodrigues, Inês: 143; 191; 193; 194
Rodrigues, João: 180; 184
Rodrigues, Pedro: 120; 184
Rodriguez, Arsénio Vidal: 32
Rojas, António Gomes: 108
Rojas, Inês de: 234
Rojas, Joana de: 233
Rojas, Rodrigo de: 234
Rojas, Sancho de: 234
Roma: 33; 109; 131; 133; 161; 211; 238; 258; 259; 261; 269; 274; 282; 283; 284; 285; 295
Roman, Jerónimo: 125; 136; 137; 295
Romariz: 41
Rosa, António da: 231
Rosa, Faustina da: 231
Rosa, Francisca: 200
Rosa, Manuel da: 231
Rua Bragança: 168
Rua da Alfândega: 66; 202
Rua da Corredoura: 68
Rua da Moreirola: 177; 178
Rua de São Francisco: 66
Rua Direita: 68; 69; 99; 141; 188
Rua do Espírito Santo: 180; 188
Rua dos Frades: 179
Rua dos Gatos: 69; 159
Rua dos Prateiros: 66
Rua dos Quartéis: 69
Ruivães: 46; 99; 167
S. Paio, Aires Ferreira de: 236; 237
S. Paio, Francisco de Fontes de: 199
Sá, Aires Ferreira de: 223; 237; 238
Sá, Ana de: 226; 243; 250
Sá, António de: 98; 99; 218; 240; 305
Sá, António Ferreira de: 218; 219; 239; 240
Sá, Brites de: 212; 213; 226; 244; 245
Sá, Brites de Faria de: 224; 241
Sá, Cristóvão Ferreira de: 218; 226; 238; 239; 241; 242
Sá, Domingos Tavares de: 104; 108
Sá, Filipa Pereira de: 242
Sá, Francisca de: 220; 221
Sá, Francisco Ferreira de: 196; 218; 237; 238; 239
Sá, Genebra Ferreira de: 237
Sá, Guiomar Maria de: 200
Sá, Isabel de: 218; 220; 221; 237; 240; 241; 242
Sá, Isabel Ferreira de: 224; 242
Sá, Joana de: 226; 241; 242
Sá, João Ferreira de: 218; 223; 238; 239; 242
Sá, João Rodrigues de: 218; 237
Sá, Juliana de: 226; 241; 250
Sá, Lopo Ferreira de: 224; 241
Sá, Luísa Ferreira de: 250
Sá, Maria de: 237; 238; 241; 242; 244; 245
Sá, Maria Mendes de: 231
Sá, Martinho Correia de: 200
Sá, Pedro Ferreira de: 146; 223; 237; 238; 239
Sá, Perpétua de: 230
Sá, Valentim de: 218; 229; 240
Sá, Violante de: 218; 226; 237; 239
Sabariz: 41; 49
Sacoias: 41; 49
Saint-Paul: 70
Salamanca: 267; 306
Salgado, João: 224; 228
Salgado, Maria: 228
Salgueiros: 100
Salsas: 41; 49; 100; 199
Salselas: 41
Salvador, Catarina do: 200
Salvadores, Álvaro: 119
Samil: 41; 49; 106; 107; 129
Samodães: 193
Sampaio, António de Vilas Boas e: 34
Sampaio, Francisco José de: 185
Sampaio, Villas-Boas e: 57
Sanches, Ribeiro: 80; 317
Sancho I: 29; 66; 67; 94; 117; 168; 173; 174; 175; 178
Sancho II: 118; 167; 187
Sancho IV: 119
Sandoval, Diogo Gomes de: 234
Sandoval, Fernão Guterres de: 234
Santa Ana: 155; 162; 226
Santa Ana, Diogo de: 119; 200
Santa Bárbara: 151; 290
Santa Beatriz: 150
Santa Casa da Misericórdia de Bragança: 30; 134; 325
Santa Casa do Loreto: 161
Santa Catarina: 133; 137; 139; 142; 143; 144; 146; 151; 170; 190; 198; 199
Santa Cirina: 151
Santa Clara: 33; 58; 68; 72; 89; 150; 151; 152; 153; 154; 155; 203; 213; 238; 239; 242; 245; 247; 249
Santa Comba: 41; 49; 100
Santa Combinha: 41
Santa Cruz da Castanheira: 243
Santa Cruz de Cochim: 216
Santa Engrácia, Francisco de: 162
Santa Faustina: 150
Santa Luzia: 142
Santa Maria (freguesia): 23; 26; 32; 36; 38; 41; 45; 49; 52; 57; 65; 71; 72; 73; 75; 95; 101; 102; 122; 124; 127; 131; 132; 136; 137; 159; 162; 165; 169; 177; 179; 202; 205; 208; 221; 300; 303
Santa Maria de Mascarenhas: 227
Santa Maria Madalena: 135; 149
Santa Maria, Agostinho de: 34; 104; 106; 133; 141; 201; 270; 287
Santa Martinha: 151
Santa Mónica: 34; 150; 201
Santalha: 49; 100; 172
Santarém: 130; 184; 186; 247; 249
Santiago (apóstolo): 24; 26; 29; 31; 33; 36; 44; 45; 66; 74; 77; 78; 82; 98; 99; 110; 114; 117; 120; 125; 126; 127; 139; 141; 142; 150; 168; 169; 183; 192; 227; 229; 245; 247; 250; 274; 279; 280; 281; 282; 283; 284; 285; 286; 292
Santíssimo Nome de Jesus: 134
Santo Agostinho: 33; 75; 140; 192; 200; 201; 277; 300; 303
Santo Amaro: 150; 162; 227
Santo Anastácio Antioqueno: 281
Santo António: 34; 90; 101; 104; 137; 142; 155; 163; 207; 208; 230; 231
Santo António, Ana Francisca de: 213
Santo António, José de: 34; 165; 300
Santo António, Maria Bernarda de: 210
Santo António, Maria de: 220; 228
Santo António, Teresa Maria de: 228
Santo Arcádio: 139; 168; 279; 280; 285; 286
Santo Estêvão: 72; 105; 168
Santo Eugénio: 151
Santo Ildefonso: 137
Santo Inácio: 151; 305
Santo Irineu: 33
Santo Lenho: 135; 142; 150
Santo Ofício: 36; 81; 82; 83; 108; 122; 202; 206; 212; 232; 243; 244
Santos, Ana dos: 250
Santos, Maria dos: 227
São Barnabé: 151
São Basílides: 151
São Basílio: 151
São Benedito: 142
São Bento, Cecília de: 220
São Bento, Escolástica Maria de: 232
São Boaventura, Luís de: 246
São Brás: 138; 141
São Bráulio: 297
São Cibrão (freguesia): 41
São Clemente: 151
São Cristóvão: 129
São Domingos: 179; 234
São Domingos, Margarida de: 213
São Felicis: 151
São Felisberto: 151
São Francisco de Assis: 78
São Francisco de Borja: 148; 149
São Frutuoso: 170; 297
São Jerónimo: 33
São Joanico (freguesia): 118; 177; 190
São João Baptista (freguesia): 38; 41; 49; 57; 66; 70; 95; 107; 108; 131; 133; 141; 161; 170; 224; 232; 242
São João da Pesqueira: 197; 230
São João, Isabel de: 220
São Jorge: 44; 45; 74; 332; 336; 337
São José: 65
São Julião de Palácios (freguesia): 41; 49
São Justo: 151
São Leôncio: 295; 337
São Lourenço: 90; 121; 163
São Lucas: 150; 299
São Magnérico: 151
São Marcos: 283; 284; 285
São Martinho de Angueira (freguesia): 177; 223

São Martinho do Peso: 228
São Matias Treverense: 151
São Melquíades: 295
São Miguel de Ifanes: 178
São Miguel de Palaçoulo (freguesia): 178
São Miguel, Maria de: 155
São Modesto: 151
São Niceto: 150
São Onésimo: 151
São Paio, Vasco Pires de: 236
São Paulo: 24; 26; 36
São Pedro: 57; 68; 72
São Pedro de Quadra (freguesia): 49
São Pedro de Serapicos (freguesia): 146
São Pedro de Serracenos (freguesia): 41; 49
São Pedro dos Vales: 213
São Próspero: 151
São Sebastião: 45; 69; 70
São Silvestre: 295
São Tomás, Leão de: 33
São Toríbio: 295
São Vicente Ferrer: 142; 280; 284
São Zacarias: 141
Sarmento, Aires de Morais: 241
Sarmento, Aires Ferreira: 223; 239
Sarmento, Amaro Ferreira: 242
Sarmento, Ana de Morais: 221; 231; 247
Sarmento, André de Morais: 206; 215; 217; 219; 240
Sarmento, André do Amaral: 245
Sarmento, Angélica de Mariz: 206
Sarmento, Antónia Maria Caetana Ferreira de Sá: 223
Sarmento, António: 120; 242; 246
Sarmento, António de Figueiredo: 99; 158; 163; 205; 206; 208; 232
Sarmento, António de Morais: 224; 241; 247
Sarmento, António de Morais Ferreira: 205
Sarmento, António do Amaral: 228; 245; 246
Sarmento, António Ferreira: 238; 239; 242
Sarmento, António Figueiredo: 21
Sarmento, António Manuel: 232
Sarmento, Baltazar: 226; 241; 242
Sarmento, Baltazar de Morais: 207
Sarmento, Baltazar Ferreira: 226; 242; 243
Sarmento, Bento de Morais: 229
Sarmento, Bento José de Figueiredo: 68; 232
Sarmento, Bernardino: 120
Sarmento, Bernardo: 218
Sarmento, Brás Ferreira: 242
Sarmento, Caetano José de Mariz: 206
Sarmento, Catarina: 121; 220; 245; 247
Sarmento, Catarina Borges de Oliveira: 215; 216; 219
Sarmento, Catarina de Morais: 247
Sarmento, Cecília Marta de Oliveira: 216
Sarmento, Clara: 218; 223; 238; 239; 242
Sarmento, Clara Maria de Figueiredo: 21; 205; 232
Sarmento, Cristóvão da Silva: 221; 247
Sarmento, Cristóvão Ferreira: 223; 224; 242; 243
Sarmento, Diogo Gomes: 120
Sarmento, Diogo Pires: 120
Sarmento, Estêvão de Mariz: 239
Sarmento, Francisca: 119; 198; 215; 241
Sarmento, Francisca de Figueiredo: 147; 221
Sarmento, Francisca Josefa Ferreira de Sá: 223
Sarmento, Francisca Xavier de Mariz: 205
Sarmento, Francisco de Figueiredo: 140; 221; 222
Sarmento, Francisco de Morais: 216; 217; 226; 241
Sarmento, Francisco do Amaral: 245
Sarmento, Francisco Gomes: 120; 242; 246
Sarmento, Francisco José: 223; 239; 240; 246
Sarmento, Francisco Manuel de Figueiredo: 205
Sarmento, Francisco Xavier de Figueiredo: 205
Sarmento, Francisco Xavier de Morais: 239
Sarmento, Francisco Xavier de Ordaz: 218
Sarmento, Garcia Fernandes: 120; 241
Sarmento, Gaspar de Oliveira: 215; 217
Sarmento, Gaspar Ferreira: 224; 226; 241; 242; 243
Sarmento, Gonçalo de Morais: 224
Sarmento, Henrique de Figueiredo: 205
Sarmento, Inácia de Figueiredo: 205
Sarmento, Inácio de Morais: 206
Sarmento, Inês de Mariz: 232
Sarmento, Jácome de Morais: 215; 217
Sarmento, Jácome José de Morais: 213; 216
Sarmento, Jácome Luís: 120
Sarmento, Jácome Luís de Figueiredo: 221
Sarmento, Jerónima Teresa Ferreira de Sá: 223
Sarmento, Jerónimo: 129
Sarmento, Jerónimo de Morais: 224; 241
Sarmento, Jerónimo Ferreira: 242
Sarmento, Jerónimo Luís: 120
Sarmento, Joana de Oliveira: 215; 217
Sarmento, Joana Doutel de Figueiredo: 220
Sarmento, Joana Ferreira: 239; 242
Sarmento, Joana Maria Ferreira de Sá: 223
Sarmento, João António Ferreira de Sá: 239
Sarmento, João António José Ferreira de Sá: 223
Sarmento, João da Costa de Oliveira: 229
Sarmento, João de Morais Ferreira: 205
Sarmento, João Ferreira de Sousa: 227; 243
Sarmento, João Teixeira de Morais: 157; 215; 216; 217
Sarmento, João Vicente Manuel Teixeira de Morais: 216
Sarmento, Jorge de Morais: 222
Sarmento, José: 22; 223; 232; 239; 240; 246; 247
Sarmento, José António de Figueiredo: 205; 208
Sarmento, José Caetano de Mariz: 206
Sarmento, José de Morais: 213; 216; 245
Sarmento, José Ferreira: 242
Sarmento, Julião de Sá: 242
Sarmento, Lázaro de Figueiredo: 122; 133; 142; 158; 163; 185; 188; 206; 207; 208; 210; 215; 229
Sarmento, Lázaro Jorge de Figueiredo: 206
Sarmento, Leonor: 120
Sarmento, Lopo: 119; 120; 121; 201; 205
Sarmento, Lopo de Figueiredo: 205; 207
Sarmento, Maior: 218; 238; 239; 241; 242
Sarmento, Manuel de Figueiredo: 205; 220; 221; 222
Sarmento, Manuel de Madureira: 222
Sarmento, Manuel de Mariz: 206
Sarmento, Manuel do Amaral: 245; 246
Sarmento, Manuel Ferreira: 245
Sarmento, Manuel Jorge de Figueiredo: 206; 207
Sarmento, Maria: 215; 217; 218; 226; 235; 242; 245
Sarmento, Maria de Madureira: 222
Sarmento, Maria de Morais: 207; 242; 246
Sarmento, Maria de Oliveira: 215
Sarmento, Maria de Sá: 229
Sarmento, Maria do Amaral: 246
Sarmento, Maria Ferreira: 239
Sarmento, Maria Joaquina de Figueiredo: 216
Sarmento, Maria Josefa de Butrão: 206; 215
Sarmento, Mariana Antónia Margarida de Butrão: 216
Sarmento, Mariana de Mariz: 205
Sarmento, Mariana de Morais: 231
Sarmento, Mécia: 245
Sarmento, Pedro: 120; 241
Sarmento, Pedro de Figueiredo: 121; 122; 147; 201; 205; 206; 207; 208; 215; 221; 228
Sarmento, Pedro de Mariz: 122; 205; 207
Sarmento, Pedro Ferreira de Sá: 146; 223; 238; 239
Sarmento, Pedro Rodrigues: 120
Sarmento, Pedro Soares de Figueiredo: 231
Sarmento, Sebastião: 215
Sarmento, Sebastião de Figueiredo: 122; 133; 205; 206; 207; 215; 231
Sarmento, Teodora: 245
Sarmento, Teresa Jerónima Ferreira de Sá: 223
Sarmento, Violante: 121; 122; 147; 201; 205; 206; 207; 208; 222
Sarmento, Violante de Butrão: 215; 216
Sarzeda: 41; 49
Sé de Miranda: 108; 134; 210; 227; 230
Sebastiana, Brites: 200
Sebastião I: 127; 129; 149; 212; 237
Seixas: 100; 228
Seixas, Brites de: 228
Seminário de São José: 180
Seminário de São Pedro: 68
Sendas: 41
Sequeira, Aires de: 249
Sequeira, João Lopes de: 249
Sequeira, Luís Botelho de: 243
Serafins, Maria dos: 155
Serapicos: 41; 49; 100; 146; 199
Sernancelhe: 197
Serra da Estrela: 262; 265; 266; 267
Serra de Nogueira: 175
Serra de Rebordãos: 175
Serra Leoa: 201
Serrão, Domingos: 145; 229
Serrão, Francisco de Morais: 145
Serrão, Jácome: 145
Serrão, Vicente de Morais: 129
Sezulfe: 186; 209
Silva, António de Morais da: 143; 247
Silva, António Peres da: 34
Silva, António Pires da: 89; 111; 112; 156; 270
Silva, Cristóvão da: 221; 230; 245; 247
Silva, Dionísio Pinto da: 218
Silva, Francisco da: 231; 295
Silva, Francisco de Morais da: 247
Silva, Gaspar da: 220
Silva, Gontinha Pais da: 190
Silva, Isabel da: 294
Silva, Lourenço da: 247
Silva, Maria da: 230
Silva, Maria de Sá da: 230
Silva, Mendes: 141; 167; 178; 187; 252; 253; 255; 259; 260; 272
Silva, Paio Guterres da: 190
Silva, Rodrigo Mendes da: 33
Silva, Salvador de Melo da: 98; 122
Silveira, Geraldo do Prado da: 197
Silveira, João do Prado da: 197
Silveira, Luís Lobo da: 202
Soares, Aleixo: 231
Soares, Álvaro de Morais: 188
Soares, Constança: 190; 191
Soares, Estefânia: 193
Soares, Pedro Aires: 163; 231
Soares, Rodrigo de Sá: 243
Sobreda: 41
Sobreiró: 49; 100; 247
Sócrates: 33; 252
Soeira: 41; 49; 60; 290
Solar dos Chacins: 90; 185
Solar dos Macedos: 90; 188
Solar dos Mascarenhas: 90; 186
Solar dos Morais: 90; 189; 205; 207; 209
Soledade, Fernando da: 34; 147
Solino: 125
Sólon: 124
Soria: 189; 190
Sortelha: 118
Sortes: 41; 49; 100
Sotomaior, Antónia de Butrão: 207
Sotomaior, José de Andrade: 200
Sotomaior, Maria de Andrade: 200
Sotomaior, Maria de Butrão: 206; 231
Sotomaior, Mariana de: 242
Sotomaior, Mariana de Butrão: 206; 207
Sotomaior, Teresa de: 120
Sotomaior, Violante de Butrão: 206
Sousa, Aires de: 247
Sousa, Ana de: 219; 244
Sousa, Angélica Maria de: 140; 230
Sousa, António Caetano de: 56

Sousa, António Pimentel de: 108; 206
Sousa, Bárbara de: 227; 243
Sousa, Branca de: 119; 120; 201; 209; 222
Sousa, Briolanja de: 119; 230
Sousa, Diogo de: 180
Sousa, Fernando de: 3; 36; 84; 323; 339
Sousa, Fernão Correia de: 250
Sousa, Fernão de: 119
Sousa, Gonçalo Garcia de: 194; 208
Sousa, Isabel de: 216
Sousa, Jácome de Morais e: 215; 216
Sousa, Joana de: 243
Sousa, Joana Teresa de Mesquita e: 230
Sousa, João Baptista Pimentel de: 206
Sousa, João de: 21; 119; 120; 201; 230
Sousa, João Rebelo de: 197
Sousa, João Ribeiro de: 230
Sousa, João Rodrigues de: 163
Sousa, João Teixeira de Morais e: 215; 216; 219
Sousa, Lopo de: 119; 163; 294
Sousa, Manuel de Faria e: 34
Sousa, Manuel Pimentel de: 108; 122; 206; 210
Sousa, Maria de: 140; 143; 193; 194; 195; 230
Sousa, Martim Afonso de: 121
Sousa, Mendo de: 118
Sousa, Pedro Borges de: 118
Sousa, Pedro de: 118; 119; 122; 194; 198
Sousa, Violante Maria de Morais e: 216
Soutelo da Gamoeda: 41; 49; 178
Soutelo de Pena Mourisca: 41; 49
Suções: 243
Suécia: 217
Suetónio: 33; 265; 274
Supico, Antónia: 241
Taborda, Francisco de Almeida de Figueiredo: 220; 221
Taborda, Rodrigo Nogueira da Fonseca: 221
Taborda, Virgílio: 5; 37; 53; 313
Tácito: 33; 257
Tago, Mariana de: 33; 252
Talhas: 41; 49
Talhinhas: 41
Tânger: 144; 201
Tarouca: 210
Tavares, Duarte: 242
Távora, Angélica Maria de Sousa Teles e: 230
Távora, António de: 159
Távora, Catarina de Morais de: 194; 195
Távora, Cecília de: 202
Távora, Diogo Ortiz de: 230
Távora, Estêvão Mendes de: 194; 195
Távora, Francisco Álvares de: 197
Távora, Francisco de: 123
Távora, Leonor de Morais de: 193; 194
Távora, Lourença Pires de: 194; 195
Távora, Lourenço Pires de: 193; 194; 204
Távora, Lucrécia Lourenço de: 194
Távora, Manuel Teles de: 230
Távora, Maria Madalena Teles de: 230
Távora, Pedro Lourenço de: 194; 195
Teixeira, Alexandre: 242
Teixeira, Ana Vaz: 224; 226; 242
Teixeira, Catarina de Vargas: 212; 244
Teixeira, Catarina Veloso: 199
Teixeira, Diogo: 158
Teixeira, Duarte: 199; 243
Teixeira, Emerenciana: 244
Teixeira, Gaspar de Queiroga: 244
Teixeira, Gonçalo: 119; 145; 156; 157; 197; 215; 216
Teixeira, Inês Maria Luísa: 246
Teixeira, Isabel: 225
Teixeira, João: 145; 157; 215; 216; 217; 219
Teixeira, José: 33; 270
Teixeira, Luís: 242
Teixeira, Maria: 119; 145; 156; 157; 158; 215; 216
Teixeira, Rui Lopes: 145
Teixeira, Vasco Anes: 242
Telo, Luís: 108
Teresa, Francisca: 213
Terroso: 41; 49; 60; 289
Tertuliano: 33; 254; 269; 276
Tito Lívio: 33; 256; 257; 259; 260
Toledo: 53; 95; 189; 192; 234; 254; 296; 297; 313
Toledo, Garcia Álvares de: 234
Toledo, Leonor de: 192
Toledo, Pedro Soares de: 234
Tolosa, Francisco de: 146
Torre de Dona Chama: 186
Torre de Menagem: 62; 64; 65; 66
Torre de Modorro: 289
Torre de Moncorvo: 10; 24; 26; 28; 35; 46; 91; 93; 99; 185; 196; 197; 203; 243; 248; 250; 326
Torre do Tombo: 32; 177; 183; 187; 193; 265; 293; 311
Torres Vedras: 202
Torres, Francisco Gil: 210
Tourém: 46
Transbaceiro: 42; 43; 100
Trasladação, Vicência Maria da: 155
Travanca: 41; 49; 100
Tribunal dos Contos: 47
Tróia: 124; 274; 295
Tucídides: 33; 254
Tuizelo: 49; 100; 200; 216; 217; 218; 219; 237; 239; 240; 241; 244
Ulisses: 124
Urbano VI: 211
Urbano VIII: 211; 212
Urbano, Domingos Pires: 108
Valbom: 103
Valcacere, Catarina de: 229; 245
Valcacere, Garcia Rodrigues de: 196; 241
Valcacere, Isabel de: 195; 196
Valcacere, João Rodrigues de: 137; 195; 196
Valcacere, Maior de: 241
Valcacere, Maria de: 196; 247
Valdrez: 41; 49
Vale Benfeito: 41; 224; 242
Vale da Mira: 179
Vale da Porca: 41; 295
Vale de Álvaro: 167; 168
Vale de Lamas: 41; 49; 129; 131
Vale de Nogueira: 46; 49; 52; 99; 100
Vale de Prados: 39; 46; 99; 186; 209
Vale de Telhas: 60; 242; 292
Valença: 158; 206
Valhadolid: 145
Valongo: 41
Valverde: 41; 49
Vargas, Maria de: 225
Vargas, Maria Velosa de: 199
Varge (freguesia): 41; 49
Varge, António Gonçalves: 227
Varge, Bento de: 227
Varge, Bento Pires: 227
Varge, João de: 227
Vasconcelos, Catarina de: 205
Vasconcelos, Cristóvão de Gouveia de: 243
Vasconcelos, Francisca Xavier de: 243
Vasconcelos, Francisco da Silveira: 242
Vasconcelos, Gaspar Mendes de: 203
Vasconcelos, Inácia Maria de: 243
Vasconcelos, João Machado de: 220
Vasconcelos, José Leite de: 60
Vasconcelos, Maria Inácia de: 226
Vasconcelos, Maria Josefa de: 243
Vasconcelos, Romão de Almada de: 197
Vasques, João: 119; 191
Vasques, Luís: 119
Vasques, Martinho Correia: 200
Vasques, Rui: 185
Vega, Fernando de: 236
Vega, Leonor de: 236
Veiga, Francisco Serrão da: 122
Veigas: 41; 100
Velasco, Bernardino de: 234
Velasco, Maria de: 120
Velasco, Pedro Fernandes de: 120
Velho, Francisco Leite: 199
Veloso, Angélica da Costa: 230
Veloso, António Álvares: 240
Veloso, Catarina: 199; 218; 240
Veloso, Francisco Álvares: 218; 240
Veloso, Jerónima: 218; 240; 244
Veloso, Joana: 200; 219; 240; 244
Veloso, Mariana: 245
Veloso, Sebastiana: 200; 244
Vera, Álvaro Ferreira de: 190
Verganza: 32
Vermuis, Pedro: 184
Viana de Alvito: 199
Vicente, Afonso: 191
Viduedo: 41; 49; 100; 186; 209
Viegas, Amado: 248
Viegas, Sancha: 183
Vila Boa de Arufe: 41; 100
Vila Boa de Carção: 49
Vila Boa de Carçãozinho: 41
Vila Boa de Ousilhão: 41; 49
Vila Flor: 185; 242; 243
Vila Franca de Lampaças: 39; 186
Vila Meã: 41; 49; 131; 173; 177; 190
Vila Nova: 41; 45; 49; 127; 170; 280
Vila Real: 9; 21; 27; 35; 36; 37; 72; 80; 84; 120; 146; 203; 230; 242; 244; 249; 263; 306; 317; 323; 324; 325; 326
Vila Verde: 49; 199
Vila Viçosa: 102; 153; 154; 180; 229
Vilar de Corvos: 241
Vilar de Ossos: 49; 100; 213; 217
Vilar de Perdizes: 46; 147; 230
Vilar de Peregrinos: 41; 49
Vilar do Monte: 41
Vilariça: 53; 95; 250
Vilarinho de Agrochão: 49
Vilarinho de Cova da Lua: 41
Vilas Boas, Bento da Silva: 65
Vilhena, Jerónima de: 158
Villegas, Fernando Ortiz de: 230
Vimieiro: 121
Vimioso: 64; 139; 167; 184; 185; 194; 210; 222; 223; 228; 238
Vinhais: 49; 52; 91; 99; 100; 119; 120; 140; 143; 144; 145; 155; 167; 172; 193; 204; 205; 206; 207; 211; 213; 215; 217; 218; 219; 220; 221; 223; 225; 228; 229; 230; 231; 237; 238; 239; 240; 241; 242; 244; 245; 246; 247; 263; 291
Vinhas (freguesia): 41; 193
Viriato: 260; 303
Viseu: 176; 228; 230; 296
Vives, Luís: 277
Xavier, Marinha: 246
Ximenes, Pedro: 107
Zamora: 179; 306
Zeive: 41; 49
Zóio: 41; 49
Zuñiga, Jerónimo: 32

MEMÓRIAS DE BRAGANÇA

Edição
Câmara Municipal de Bragança

Coordenação
Fernando de Sousa

Autoria
Bruno Rodrigues
Cátia Ferreira
Diogo Ferreira
Fernando de Sousa
Filomena Melo
José Augusto de Sotomayor-Pizarro
Luís Alexandre Rodrigues
Maria da Graça Martins
Paula Barros
Ricardo Rocha
Virgílio Tavares

Tradução
Ricardo Rocha

Direção Gráfica
Armando Alves

Pré-impressão
A. Alves – Arte e Edições, Lda.

Impressão
???????

Tiragem
1000 exemplares

ISBN
978-989-8344-15-1

Depósito Legal
[o impressor tem de pedir]

© Todos os direitos de autor reservados ao CEPESE

Janeiro de 2012